

summae
SAPIENTIAE

nº 7, ano 2024, 2º semestre



FACULDADE
INTERNACIONAL
CIDADE VIVA



FACULDADE
INTERNACIONAL
CIDADE VIVA

summae
SAPIENTIAE

nº 7, ano 2024, 2º semestre



FACULDADE
INTERNACIONAL
CIDADE VIVA

EXPEDIENTE

A Revista Summae Sapientiae é a publicação oficial da Faculdade Internacional Cidade Viva e reflete o compromisso desta instituição na disseminação de um debate acadêmico atualizado e de alta qualidade na área das Ciências Humanas. A Revista enfatiza temas de Teologia, Direito, Filosofia e de áreas afins.

EDITOR-CHEFE

Dr. André Ricardo Fonsêca da Silva Faculdade Internacional Cidade Viva, Brasil

EDITORES ADJUNTOS

Ms. Thiago de Medeiros Dutra, Faculdade Internacional Cidade Viva, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Iraquitã de Oliveira Caminha, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Dr. Sérgio Augusto de Queiroz, Faculdade Internacional Cidade Viva, Brasil

Dr. Cleverton Rodrigues Fernandes, Faculdade Internacional Cidade Viva, Brasil

Dra. Maria Marconiete Fernandes, Centro Universitário de João Pessoa, Brasil

Dra. Josevânia da Silva, Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

Dr. Edward Jown Stetzer, Billy Graham Center, EUA

Dr. Craig Ott, Trinity Evangelical Divinity School, EUA

Ms. Guilherme de Carvalho, L'Abri Fellowship Brasil, Brasil

Ms. Franklin Ferreira, Seminário Martin Bucer, Brasil

Dr. Jonas Madureira, Faculdade Teológica Batista de São Paulo, Brasil

Dr. Josemar Jeremias Bandeira de Souza, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Ms. Fabiana Josefa do Nascimento Sousa, Faculdade Internacional Cidade Viva, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Ewerton Henrique Patrício

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca da FICV

Revista Summae Sapientiae [recurso eletrônico]. – v. 1, n. 1 (2018). – João Pessoa: Faculdade Internacional Cidade Viva - FICV, Curso de Teologia; Curso de Direito, 2018. recurso online

Semestral.

Publicação contínua a partir de 2018.

ISSN 2595-9204 (digital)

Disponível apenas online.

Descrição edição atual baseada: v. 7, n. 1 (2024)

Disponível em: <https://periodicos.ficv.edu.br/index.php/summaesapientiae>

Preservada digitalmente no portal de periódicos da FICV.

1. Teologia - periódico. 2. Direito - periódico. 3. Ciências jurídica. 4. Cosmovisão cristã - periódico. I. Faculdade Internacional Cidade Viva - FICV. II. Título.

FICV / BC

CDU 27-1:34

**Ficha catalográfica elaborada por Tirza Egito Rocha de Souza – CRB – 15/0607
Índice para catálogo sistemático:**

1. Teologia cristã. Religião
2. Direito

CDU 27-1
CDU 34

SUMÁRIO

EDITORIAL	06
ARTIGOS	
ESTUDO SOBRE AGRICULTURA BÍBLICA: OS FRUTOS GIGANTES DA TERRA PROMETIDA <i>Rafael Prudente de Jesus; André Ricardo Fonsêca da Silva</i>	07
O DOMÍNIO RELIGIOSO CATÓLICO E A VULNERABILIDADE JURÍDICA DOS PROTESTANTES NO SÉCULO DEZENOVE <i>Giovanna Souza Daniel; Gustavo Leite Castello Branco</i>	31
O PROBLEMA DO ECLETISMO NA EDUCAÇÃO CONFSSIONAL E A NECESSIDADE DE ESCOLAS DISTINTAMENTE CRISTÃS <i>Dênis Júlio Pereira Francisco</i>	54
A ESSENCIALIDADE DA ATIVIDADE RELIGIOSA NA SOCIEDADE: CONTROVÉRSIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 1.168/2020 <i>Alexandre Forte Maia</i>	77
PATERNIDADE BÍBLICA E ENSINO À LUZ DE UMA COSMOVISÃO CRISTÃ <i>Hermen Alves de Faria Júnior</i>	96
PARÁKLETOS: CONSOLADOR, ADVOGADO OU DEFENSOR? <i>Rêmulo A. Carvalho</i>	120
TEOLOGIA DO CUIDADO NA VIDA COMUM: A FORMAÇÃO DE TEÓLOGOS PARA O CUIDADO PASTORAL COMUNITÁRIO <i>Jennifer Ellen Moisés de Carvalho</i>	153
ESTUDO DA 2ª CARTA DE JOÃO <i>Oscar Gilberto</i>	172
PRECEDENTES JUDICIAIS, DIREITO À SAÚDE E IMPREVISIBILIDADE NORMATIVA: ANÁLISE DA (IN)EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA DAS DECISÕES JUDICIAIS NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE <i>Edmilson Ewerton Ramos de Almeida / Alinson Ribeiro Rodrigues</i>	186
A VISÃO TÉCNICA DE JESUS CRUCIFICADO NAS SALAS DE AUDIÊNCIA <i>Maria Clara da Nóbrega Coura</i>	203
DO FRACASSO AO CORREDOR ESTREITO NA TEORIA DE ACEMOGLU E ROBINSON: UMA ANÁLISE DA RENDA E DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA DE 1978 A 2014 <i>Anderson Barbosa Paz</i>	217
LUDICIDADE E APRENDIZAGEM: O USO DE JOGOS DIDÁTICOS NO ENSINO DE LIBRAS <i>Conceição de Maria Costa Saúde; Kívia Karla de Figueiredo Marinho; Sonale Sintia Araújo de Santana Agra</i>	235
ANAIS DO V CONGRESSO DE COSMOVISÃO CRISTÃ DA FICV	254

EDITORIAL

Apresentamos aos leitores mais outra edição da Revista Summae Sapientiae, uma publicação semestral da Faculdade Internacional Cidade Viva.

A revista reflete o compromisso desta instituição na disseminação de um debate acadêmico atualizado e de alta qualidade, fruto de pesquisa e pensamento crítico, à luz da cosmovisão cristã. Busca ser um registro público e histórico do conhecimento teológico e jurídico contemporâneo, propagando o conhecimento produzido pelas academias de teologia, direito, filosofia e áreas interdisciplinares.

Agradecemos, primeiramente, a Deus por ter permitido a continuidade deste sonho acadêmico. Somos gratos também àqueles que contribuíram para produção desta edição.

A Revista publica textos inéditos na área de teologia, direito, filosofia e textos interdisciplinares. Desta forma, desejamos a todos os leitores um tempo de enriquecimento intelectual e aprimoramento do pensamento crítico.

Boa leitura!

Prof. Dr. André Ricardo Fonsêca da Silva
Editor Científico da Revista Summa Sapientiae

ESTUDO SOBRE AGRICULTURA BIBLICA: OS FRUTOS GIGANTES DA TERRA PROMETIDA

*ESTUDIO SOBRE LA AGRICULTURA BÍBLICA: LOS
FRUTOS GIGANTES DE LA TIERRA PROMETIDA*

*Rafael Prudente de Jesus ¹
André Ricardo Fonsêca da Silva ²*

¹ Bacharel em Teologia pela Faculdade Internacional da Cidade Viva (FICV). E-mail: brasileirosemendoza@gmail.com

² Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. Teólogo pela FICV. Professor da FICV. E-mail: andre.fonseca@ficv.edu.br.

RESUMO

A agricultura nos tempos bíblicos foi importante para a sobrevivência das pessoas, como evidenciado pelo sofrimento do povo de Israel durante sua opressão no Egito. No entanto, eles adquiriram conhecimentos agrícolas e habilidades de construção durante esse período difícil. Após deixarem o Egito com Moisés, eles sentiram falta das variedades de alimentos disponíveis no deserto, marcando uma mudança de eras. A narrativa evolui para a geração dos filhos e descendentes de Israel, pronta para entrar na terra prometida por Deus a Abraão. Moisés envia 12 espias para explorar a terra e avaliar sua qualidade, resultando na menção dos “frutos gigantes” no versículo de Números 13. Este estudo visa compreender o significado desses “frutos gigantes”, se eram literalmente grandes ou tinham uma interpretação mais profunda. O problema de pesquisa é qual é o significado dos “frutos gigantes” mencionados em Números 13 na narrativa bíblica e como isso se relaciona com o contexto histórico e cultural? A metodologia empregada envolve pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica para analisar a narrativa bíblica em profundidade. Incluindo a investigação do contexto histórico, dos destinatários, dos achados científicos sobre o povo bíblico e a interpretação do texto bíblico. Espera-se que este estudo lance luz sobre esse trecho fascinante da Bíblia, desvendando não apenas os mistérios dos “frutos gigantes”, mas também revelando a riqueza da herança espiritual e cultural da narrativa de Canaã. Além disso, oferecerá lições sobre a fé, promessa divina e a riqueza da Palavra de Deus, aplicáveis nos dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE:

Agricultura bíblica. Frutos gigantes. Números 13.1-33.

RESUMEN

La agricultura en los tiempos bíblicos fue fundamental para la supervivencia de las personas, como lo demuestra el sufrimiento del pueblo de Israel durante su opresión en Egipto. Sin embargo, adquirieron conocimientos agrícolas y habilidades de construcción durante este período difícil. Después de dejar Egipto con Moisés, extrañaron las variedades de alimentos disponibles en el desierto, marcando un cambio de eras. La narrativa evoluciona hacia la generación de los hijos y descendientes de Israel, listos para ingresar a la tierra prometida por Dios a Abraham. Moisés envía a 12 espías para explorar la tierra y evaluar su calidad, lo que resulta en la mención de los “frutos gigantes” en el versículo de Números 13. Este estudio tiene como objetivo comprender el significado de estos “frutos gigantes”, si eran literalmente grandes o tenían una interpretación más profunda. Problema de Investigación ¿Cuál es el significado de los “frutos gigantes” mencionados en Números 13 en la narrativa bíblica y cómo se relaciona esto con el contexto histórico y cultural? La metodología empleada implica investigación cualitativa y revisión bibliográfica para analizar en profundidad la narrativa bíblica, incluyendo la investigación del contexto histórico, los destinatarios, los hallazgos científicos sobre el pueblo bíblico y la interpretación del texto bíblico. Se espera que este estudio arroje luz sobre este fascinante pasaje de la Biblia, desvelando no solo los

misterios de los “frutos gigantes”, sino también revelando la riqueza de la herencia espiritual y cultural de la narrativa de Canaán. Además, ofrecerá lecciones sobre la fe, la promesa divina y la riqueza de la Palabra de Dios, aplicables en la actualidad.

PALABRAS CLAVE

Agricultura. Frutos gigantes. Números 13.1-33.

INTRODUÇÃO

A agricultura nos tempos bíblicos era algo de muita importância para o povo daquela época, pois se tratava do meio de sobrevivência da maioria das pessoas. Em Êxodo 1,14 vemos o quanto o povo de Israel sofria com a opressão, porém, mesmo diante a tanta opressão o povo evoluía na sabedoria do conhecimento agrícola e construções que lhes eram obrigados a realizarem pelos egípcios (Êx 1, 11-14), com passar do tempo se aprendia muito com sistema Egípcio agrícola. Ao saírem do Egito com Moisés, o povo passa a sentir saudades das variedades de comidas que agora não mais tinham no deserto (Êx 16) por conta desse coração obstinado temos uma transição de épocas e chegamos aos filhos e descendentes de Israel, que agora recebem a terra que mana leite e mel (Êx 33, 1-3) herança dada por Deus a Abraão (Gn 12,7). A beira da terra prometida, uma nova geração está pronta para entrar na terra prometida, assim Moisés envia 12 espias para verificar a força do povo que ali vive e como é a terra que habitam, qual sua qualidade, e solicitando aos enviados que tragam amostras para que sejam avaliadas pelo povo (Nm 13).

Desta forma, precisamos ter uma compreensão nítida das Escrituras de tal forma que possamos entender a mensagem de Deus para que ela se torne conhecida e aplicada em nossa vida.

Para se entender a mensagem que Moisés tenta nos passar. Temos que em primeiro lugar observar o cenário histórico em que o livro bíblico foi escrito, sua motivação e a seus destinatários, bem como a ocasião histórica particular para seu autor. Após essa análise precisamos mergulhar tanto no texto original, o Hebraico, como nas traduções a fim de alcançar uma compreensão mais ampla do campo semântico que as palavras ou frases bíblicas podem ter.

Baseando-se nisso, ao estudar sobre os versículos propostos (Nm 13), tem-se como objetivo a compreensão do que realmente o autor queria transmitir ao povo com a menção dos “frutos gigantes”. O que exatamente esses frutos representam? Eles eram literalmente gigantes, ou há uma interpretação mais profunda a ser considerada? Por isso, necessário se faz entender: o fundo histórico, os destinatários, os achados científicos sobre o povo bíblico e interpretação do texto bíblico se aprofundando na mensagem principal e sua aplicabilidade nos dias de hoje.

Desta forma, foi feita uma pesquisa qualitativa, pois não teve por finalidade a elaboração de dados estatísticos. Além de pesquisa exploratória com a técnica de revisão bibliográfica para ser feita uma análise bíblica do texto.

Através dessa análise abrangente, pretende-se lançar luz sobre um dos trechos fascinantes da Bíblia, desvendando não apenas os mistérios dos “frutos gigantes,” mas também revelando a riqueza da herança espiritual e cultural que a narrativa de Canaã proporciona. Este estudo convida o leitor a descobertas que transcendem

o espaço e o tempo, oferecendo lições profundas sobre a fé, a promessa divina e a riqueza da Palavra de Deus.

2. A CORRETA INTERPRETAÇÃO DO TEXTO BÍBLICO

Este estudo tem como objetivo principal investigar a agricultura e notável produção de frutos de alta qualidade na região de Canaã, como descrito na Bíblia, com foco na narrativa dos “frutos gigantes” do livro de Números (Nm 13,23), extraíndo a verdadeira interpretação do texto bíblico do que nos quis passar o autor. Para atingir esse objetivo, realizaremos uma análise abrangente do contexto histórico, literário, geográfico, climático, socioeconômico e cultural da região histórica de Canaã, bem como do texto hebraico e de suas traduções. Além disso, buscaremos compreender o significado teológico e espiritual desses frutos e sua relevância para questões contemporâneas. Por fim, teceremos considerações a fim de sintetizar as conclusões inferidas de todo conteúdo estudado e qual seria a interpretação do texto bíblico mais próxima da verdade baseada nos fatos científicos evidenciados.

Ao estudarmos os conteúdos bíblicos de forma holística e crítica percebemos que vivemos num mundo de grande distorção das verdades Bíblicas, com surgimento de teologias contraditórias como a teologia da prosperidade, neopentecostalismo entre outros dogmas que surgem para confrontar a verdade.

É possível citar como exemplo de dogma confrontador da verdade a “teologia da prosperidade”, que tende a fazer uma interpretação exegética distorcida de Nm 13,23, tornando-se verdadeira arma nas mãos de falsos mestres, visto que tratam do tema de uma forma muito divergente do que realmente proposto pelo autor (Moisés).

Assim, para não incorrer no mesmo erro de tantas pessoas que acabam por acreditar nessas distorções interpretativas e acabam por tornarem-se vítimas de abusos de diversas ordens é que precisamos recorrer ao estudo aprofundado dos fenômenos bíblicos e as explicações científicas que os elucidam.

Entendido isso, é possível iniciar esse estudo partindo de uma questão básica, o que vem a ser a agricultura?

Segundo Flores (2019, p. 09)

A agricultura é uma das atividades tão antigas quanto a própria existência da humanidade, e, embora essa palavra, literalmente, não conste nos relatos bíblicos, o termo vem do verbete latino *agru*, que significa “terra cultivada ou cultivável”; e o similar no hebraico *Abodah* é o trabalho para cultivar o solo. De acordo com outras narrativas bíblicas, os primeiros humanos (*Adam*, hebraico) foram obrigados a trabalhar com agricultura quando essa atividade se tornou indispensável para a sustentabilidade e a atender às vitais necessidades de suprimentos para a sua existência (Gênesis 2.6-9; 15; 3.23; 4.2-4).

Depois da libertação do Egito liderada por Moisés, os hebreus enfrentaram

condições extremamente desafiadoras no deserto, incluindo dificuldades significativas em relação à agricultura. Essas condições eram resultado da opressão que sofreram como escravos no Egito e da falta de recursos disponíveis no deserto.

Segundo Flores (2019, p.09) os antigos hebreus plantavam, ainda de forma modesta, o trigo e a uva (Gn 27,37) o outro tipo de produção agrícola iniciado entre os israelitas antes do Êxodo foi trabalhando com o cultivo da oliveira, vinhas e outras espécies cultivadas por povos contemporâneos (Dt 6,11-12).

De acordo com a narrativa bíblica (Êx 1,11-14), os hebreus foram submetidos a um trabalho árduo no Egito, construindo cidades e realizando tarefas pesadas para os egípcios. Isso limitava drasticamente sua capacidade de se dedicar à agricultura e à produção de alimentos. Além disso, durante sua estada no deserto, como relatado em Êxodo 16, os hebreus experimentaram dificuldades em relação à alimentação, ansiando pelas variedades de comidas que não tinham mais à disposição. A escassez de recursos agrícolas no deserto tornou-se evidente e acentuou ainda mais as dificuldades enfrentadas por eles.

Essa situação de falta de recursos agrícolas e opressão no Egito foi um dos principais motivos que levaram Moisés a liderar os hebreus em busca da libertação e da promessa de Deus que os libertaria, guiando-os para uma terra fértil, a Terra Prometida. Essa busca por uma terra onde pudessem cultivar seus próprios alimentos e viver em liberdade foi fundamental na história dos hebreus e desempenhou um papel crucial na jornada liderada por Moisés.

2.1 FRUTOS GIGANTES

No livro de Números, capítulo 13, encontramos o relato do envio dos 12 espias por Moisés para explorar a Terra de Canaã, uma terra que Deus havia prometido ao povo de Israel como herança. O objetivo desse envio era obter informações detalhadas sobre a terra, suas condições, habitantes e recursos, antes da entrada do povo na terra prometida.

O versículo-chave que descreve esse evento é Números 13,2, que diz: “Envia homens para que espiem a terra de Canaã, que eu hei de dar aos filhos de Israel.” (Nm 13,2) Moisés selecionou um representante de cada tribo de Israel, totalizando 12 espias, para realizar essa tarefa.

Esses espias foram instruídos a observar cuidadosamente a terra, suas cidades, fortificações e a qualidade de seus frutos. Eles também deveriam trazer amostras dos frutos da terra como evidência. Esse episódio foi um momento importantíssimo na jornada do povo de Israel em direção à Terra Prometida, pois forneceria informações essenciais para o planejamento de sua entrada na nova terra.

3. A GEOGRAFIA E O CLIMA DA TERRA PROMETIDA

Ao analisar as características geográficas e climáticas da região da Terra Prometida durante os tempos bíblicos, pode-se compreender sobre como o ambiente natural pôde afetar a agricultura e outras atividades econômicas da época.

Em primeiro lugar, é importante destacar que a região da Terra Prometida, conhecida atualmente como Israel e parte dos territórios circundantes, possui uma geografia diversificada, como se pode ver na figura 1.

Figura 1 - Mapa 3d de Israel

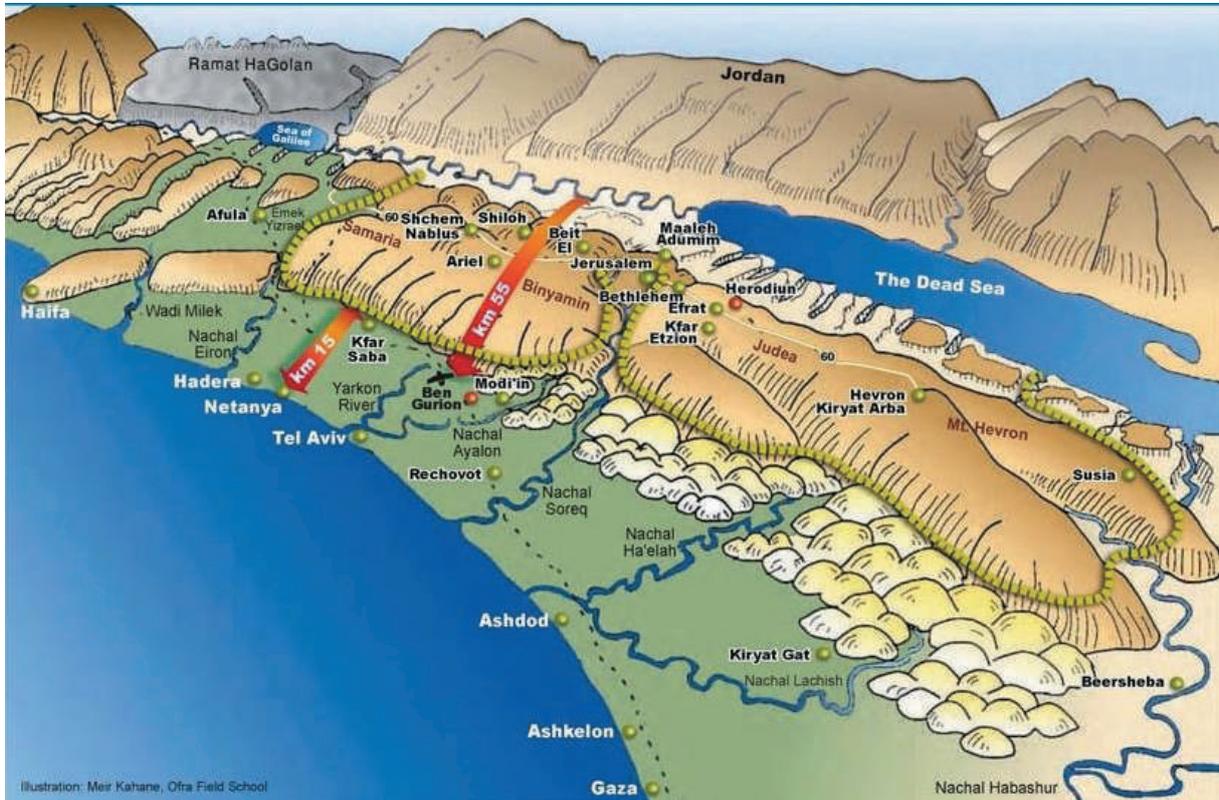


Figura 1: Meir Kahane (S.d)

O relevo varia de áreas montanhosas e vales férteis (Andrade, 2019, p. 168-206), como o Vale de Escol, mencionado na narrativa dos espias (Nm 13,23) e onde foram encontrados os cachos de uvas gigantes.

[...] ²³ Depois foram até ao vale de Escol, e dali cortaram um ramo de vide com um cacho de uvas, o qual trouxeram dois homens, sobre uma vara; como também das romãs e dos figos. ²⁴ Chamaram àquele lugar o vale de Escol, por causa do cacho que dali cortaram os filhos de Israel. [...] (NÚMEROS 13. 23-24, 2008, p. 205),

Figura 2 - O retorno dos espiões para a terra prometida ³



Fonte: MeistreDrucke (s.d) (s.d)

Essa diversidade topográfica influenciou a distribuição de recursos naturais, como solos e recursos hídricos, que desempenham um papel crítico na agricultura.

Segundo Singer (2007), a região da Judeia, onde se situa Hebron o vale de Es col, é conhecida por ter solos do tipo Terra Rossa, que é um tipo de solo com coloração vermelha característica devido à presença de óxidos de ferro. Esse solo é geralmente considerado fértil devido a algumas de suas características. No entanto, a fertilidade pode variar dentro dessa região. O solo Terra Rossa na Judeia geralmente é raso e pode conter grandes rochas, variando entre vermelho e marrom, possui uma alta quantidade de argila, que é um tipo de partícula do solo, sendo excelente para retenção de água e nutrientes, tornando-o potencialmente fértil.

Ainda segundo Singer (2007), a composição mineral do solo Terra Rossa pode variar, mas normalmente contém minerais como quartzo, feldspato, calcita e outros. Além disso, há uma presença de minerais de argila, como kaolinite e illite, que também contribuem para a fertilidade. Em solos Terra Rossa bem desenvolvidos na região da Judeia, geralmente não há presença de carbonato de cálcio (calcário) nas camadas superiores, o que resulta em um pH próximo ao neutro, o que é bom para o crescimento das plantas. O solo tem uma capacidade razoável de troca de

³ Os doze espiões tinham que seguir sua jornada de retorno, pois já se passaram 40 dias em Canaã, precisavam transportar os frutos que haviam colhido de uma forma que mantivessem sua qualidade, visto que já estavam maduros e possivelmente prontos para consumo, dessa forma, improvisaram um varão e sobre o mesmo depositaram os frutos como ilustra a pintura do Francês Gustave Doré, denominada "O retorno dos espiões para a terra prometida" (Figura 2).

cátions (um indicador de fertilidade) e é rico em ferro, o que pode ser benéfico para o crescimento das plantas. Entretanto, é importante observar que a fertilidade do solo pode variar dentro da região da Judeia devido a fatores locais, como topografia, umidade e outros. Por exemplo, áreas mais úmidas podem ter solos ligeiramente diferentes em comparação com áreas mais secas.

As variações nos tipos de solo da região da Judeia podem ter contribuído para a produção de frutos excepcionais na região do vale de Escol, contudo, Mello (2008) ressalta a importância da boa drenagem dos solos para propiciar o cultivo de plantas frutíferas. Logo, apesar da fertilidade do solo terra rosa, era de suma importância que os Cananeus compreendessem sobre sistemas de drenagem do solo para o cultivo de frutas.

Antes dos Hebreus, os cananeus tinham desenvolvido técnicas de cultivo em uma terra extremamente fértil e desenvolveram um sistema de irrigação para combater a insuficiência das chuvas em determinados períodos do ano (Flores, 2019, p. 83).

Embora não haja evidências concretas de que os Cananeus utilizassem sistemas de drenagem em sua agricultura, é razoável supor que tenham adquirido conhecimento sobre irrigação e drenagem do solo, seja com os Egípcios seja com os Mesopotâmicos, que detinham esse conhecimento há milênios.

Antes da tomada de Canaã por Israel, os Cananeus dividiam-se em pequenas cidades-Estados e, como relatam Syukur e Kaefer (2018, p. 87), “Cada cidade-Estado era diretamente dependente dos egípcios e administrada por um governante ou um dinasta local, num sistema de vassalagem”.

Civilizações antigas, como as do Egito e da Mesopotâmia, já praticavam a irrigação por superfície milênios antes de Cristo, desviando a água de rios para áreas adjacentes inundáveis, usando barragens ou canais de distribuição. Esse tipo de irrigação consiste na inundação total do terreno, contendo a água na superfície do solo. A aplicação desse recurso hídrico envolve áreas planas de diversos tamanhos e formatos, como bacias e tabuleiros retangulares ou em contorno, margeadas por pequenos diques ou taipas que impedem o escoamento da água. Para eficácia desse sistema, é necessária a sistematização rigorosa do terreno, elaboração de redes de canais para a distribuição de água e um eficiente sistema de drenagem para combater a salinização do solo (PEREIRA, et al., 2010, apud HAGUENAUER, 2016, p. 34).

Os primeiros vestígios de sedentarismo humano na Mesopotâmia datam de aproximadamente 10000 a.C. Com o crescimento populacional e a formação dos primeiros núcleos urbanos da região, foi desenvolvido um complexo sistema hidráulico, que tornou possível a drenagem de pântanos e a construção de diques e barragens, destinados a evitar inundações e armazenar água para épocas de seca. [...] Nas primeiras cidades estabelecidas na região mesopotâmica, emergiram lideranças com a responsabilidade de cuidar dos canais de irrigação, da justiça e da burocracia. (VICENTINO, 2016. p.82).

Assim, é possível presumir que o solo fértil de Canaã, atrelado às técnicas de cultivo transmitidas pelos egípcios e mesopotâmicos, tenham sido alguns dos

motivos pelos quais os espias tenham encontrado uvas de qualidade excepcional sendo cultivadas no vale de Escol.

Os estudiosos divergem quanto à localização exata do Vale de Escol, o que pode explicar a carência de estudo da geografia desse lugar em específico. Mas o que se sabe, pelo relato bíblico, é que o vale fica próximo da região ainda hoje conhecida como Hebrom e segundo Tognini (2009, p. 166) “Ainda hoje o vale é famoso pela fertilidade de suas terras e pela produtividade, principalmente de uvas. Alguns turistas que visitaram Escol encontraram cachos de uvas pesando 5 e até 9 quilos.”

Um fator geográfico interessante a ser observado é o clima mediterrâneo da região de Israel. Esse clima é caracterizado por verões quentes e secos e invernos suaves e chuvosos (Tognini, 2009, p. 173), o que é ideal para o cultivo de uma variedade de culturas, incluindo uvas, oliveiras e figueiras. Hebrom se encontra no ponto mais alto da terra santa e possui o clima bem ventilado e com temperaturas que variam entre 3°C a 29°C e, embora não seja o clima ideal para o cultivo de uvas que, segundo Prescott (1965, apud Teixeira, 2000, p. 35), deve estar entre -1°C e 19°C, ainda é possível seu cultivo tendo em vista a resistência da videira à seca, graças ao seu sistema radicular, que é capaz de atingir grandes profundidades (Costacurta e Roselli, 1980, apud Teixeira, 2000, p. 35).

Um país montanhoso, assim é Israel. Hebrom é o ponto mais elevado do território israelita, com mais de mil metros. Jerusalém, por seu turno, encontra-se a 800 metros de altura. Nas montanhas, o clima é fresco e bastante ventilado. No verão, esse quadro altera-se um pouco, em consequência das correntes de ar quente provenientes do Sul e do Ocidente. (FATEC, p. 76)

Assim, é possível concluir que a região de Hebrom possui um terroir único. O terroir se refere às características específicas de um determinado local que afetam o sabor e a qualidade dos produtos agrícolas. Sendo assim, é de se presumir que o Vale de Escol, sendo uma região rica em fertilidade nas proximidades de Hebrom, também gozasse dos mesmos e talvez mais benefícios do solo e clima.

Além da agricultura, as condições geográficas também podem ter impactado outras atividades econômicas da época, como a criação de gado ou a caça. As áreas montanhosas podem ter sido utilizadas para a pastagem de rebanhos, enquanto as áreas mais planas e férteis poderiam ser usadas para a agricultura.

A diversidade topográfica, o clima mediterrâneo e as características do terroir desempenharam um papel fundamental na agricultura e em outras atividades econômicas da região. Essas informações científicas são de suma importância para a compreensão das condições ambientais que moldaram a história e a cultura da antiga Israel.

Ao compreender mais sobre a terra e forma de cultivo, vemos o maravilhoso amor de Deus pelo seu povo, pois havia preparado ao seu povo uma terra que tinha por excelência uma fartura extrema, terra que “há leite e mel com fartura!” como se menciona nas passagens bíblicas: Dt 26:9, Nm 14:8 e Nm 13:27.

3.1 CALENDÁRIO DE GEZER

Para compreender ainda melhor o contexto agrícola do povo de Canaã no período relatado em Nm 13,1-33, Flores (2019, p. 13) menciona uma pedra paleo-hebraica encontrada, conhecida como “Calendário de Gezer”, contendo uma organização de eventos festivos para celebrar diferentes momentos do ano agrícola dos Hebreus. O artefato arqueológico remonta a aproximadamente 1000 a.C. no auge do reinado dos reis Davi e Salomão na terra prometida.

Segundo Flores (2019, p.13) esse tipo de calendário agrícola foi usado próximo de Jerusalém e possivelmente doado a um aluno; a tradução das inscrições foi elaborada pelo renomado arqueólogo e professor Albright e os meses respectivos foram relacionados com informações fornecidas por Flores (2019, p. 23).

Os dois meses são a colheita de azeitonas (Set/Out)
Os dois meses são o plantio de cereais (Nov/Dez)
E os dois meses são o plantio tardio (Jan/Fev)
O mês é a sega do linho (Março)
O mês é a sega da cevada (Abril)
E o mês é a colheita e as festas (Maio)
Os dois meses são de cuidar das vinhas (Jun/Jul)
O mês é das frutas de verão (Agosto)
(O plantio em janeiro e fevereiro era de painço, ervilhas, lentilhas, melões e pepinos.)

As inscrições do artefato arqueológico fornecem confirmações dos meses em que os 12 espias de Israel adentraram a terra prometida. Temos a informação de que quando os espiões saíram para observar a terra prometida (Nm 13,20), estavam na “Época do início da colheita de uvas”, mais especificamente em meados de junho e julho.

4. ESTUDOS DE CULTURA ALIMENTAR

Os alimentos desempenharam um papel central na coesão social e na identidade cultural do povo Hebreu na Terra Prometida durante os tempos de Moisés, assim é necessário imergir em estudos sobre a cultura alimentar e os hábitos alimentares da época para compreendermos melhor o significado dos frutos trazidos de Canaã.

Para investigar os hábitos alimentares da época, podemos recorrer às Escrituras e a pesquisas históricas que nos fornecem informações sobre o que as pessoas daquela região consumiam. A dieta da população incluía uma variedade de alimentos, com destaque para os produtos agrícolas, como grãos, frutas, azeite de oliva e vinho. Os frutos eram uma parte importante da alimentação e da cultura alimentar da época, como evidenciado pela narrativa dos espias que trouxeram frutas como uva, romãs e figo.

Além dos alimentos em si, os rituais alimentares desempenhavam um papel significativo na vida cotidiana e nas celebrações religiosas. Após a conquista da terra prometida, o povo de Israel desenvolveu rituais específicos associados à

colheita e à oferta dos primeiros frutos a Deus (Dt 26).

O ritual em Dt 26 começa com a colheita dos primeiros frutos da terra, denominados primícias, que são trazidos pelo ofertante ao santuário, onde um sacerdote está presente para receber a oferta (Dt 26, 2-3). Esses primeiros frutos representam não apenas os produtos da colheita, mas também a bênção de Deus sobre a terra e a vida do povo.

O ofertante deve então realizar uma espécie de confissão de fé, declarando a história do seu povo, desde a descendência de Jacó para o Egito até a libertação da escravidão e a chegada à Terra Prometida (Dt 26, 5-9). É uma declaração que reconhece a fidelidade de Deus em cumprir Suas promessas ao longo das gerações.

Após a confissão de fé, o ofertante coloca a cesta com os frutos perante Deus como oferta simbólica de gratidão (Dt 26, 10). Essa oferta inclui os produtos da colheita, que podem variar de grãos a frutas e outros produtos agrícolas.

Essa cesta com os primeiros frutos é deixada na presença de Deus, geralmente diante do altar, como um ato de consagração e reconhecimento de que tudo pertence a Deus. A oferta é uma expressão tangível da gratidão do ofertante e de todo o povo de Israel.

Além disso, parte das primícias é compartilhada com os levitas, com os estrangeiros e com as viúvas que vivem na comunidade, demonstrando a preocupação com os menos privilegiados e enfatizando a importância de compartilhar as bênçãos recebidas de Deus.

O ritual das primícias não se limitava apenas à oferta física, mas também era acompanhado pela celebração festiva das primícias que era parte da Lei, na qual o povo de Israel se reunia para agradecer a Deus pelas bênçãos da colheita e lembrar sua fidelidade ao longo da jornada.

De acordo com o Dicionário Aurélio, primícias significa primeiros frutos; primeiras produções; primeiros efeitos; primeiros lucros; primeiros sentimentos; primeiros gozos; começos, prelúdios. Os primeiros frutos maduros são a tradução da palavra hebraica *bik-ku-rím*, especialmente com referência a cereais e frutas. No início da primavera, no sétimo mês do calendário agrícola, quando as plantações demonstravam os primeiros sinais de amadurecimento, a Festa das Primícias era uma celebração simples e o agricultor israelita colhia o primeiro feixe de cereal maduro de sua plantação e o entregava ao sacerdote local. Era uma ocasião festiva para ofertar os primeiros frutos das colheitas (Levítico 23:9-14), e ocorria em entre março e abril, com o objetivo de agradecer e lembrar que os produtos agrícolas da terra são dádivas divinas e a colheita era resultado de sua bondade. O início desta celebração ocorria logo após a festa dos pães Asmos e a iniciavam com a colheita da cevada e ofertavam os primeiros feixes. (FLORES, 2019, p. 131)

Essas práticas não apenas fortaleciam a conexão espiritual da comunidade com a terra e com Deus, mas também contribuía para a coesão social ao reunir

as pessoas em torno de um propósito comum.

Os festivais relacionados à colheita eram momentos importantes no calendário religioso e cultural. O Sukkot, por exemplo, também conhecido como a Festa das Cabanas ou Tabernáculos, era uma festa que celebrava a colheita dos frutos e a peregrinação no deserto. Durante o Sukkot, as pessoas habitavam em cabanas temporárias (sukkahs) e realizavam refeições festivas nelas (Rubenstein, 1994, p.371). Essa prática não apenas lembrava o tempo em que o povo de Israel viveu em cabanas durante a travessia do deserto, mas também promovia a convivência comunitária e a gratidão pela colheita abundante.

Os textos antigos não deixam dúvidas sobre o caráter da festa, sendo uma festa agrícola, da colheita, quando são colhidos os produtos do campo⁹, Êxodo 23, sendo que nesse capítulo todos os israelitas do sexo masculino, devem apresentar-se diante do Senhor, portando as primícias, sendo proibido, portanto apresentar-se de mãos vazias¹⁰. (DUTRA, 2017, p. 185)

A importância dos alimentos na coesão social é evidenciada pelo papel dos banquetes e refeições compartilhadas na cultura da época. Os banquetes não eram apenas ocasiões para desfrutar de alimentos saborosos, mas também para fortalecer laços sociais e demonstrar hospitalidade. Eles eram frequentemente usados como forma de celebração e estabelecimento de alianças (Rosenblum, 2010).

Em relação à identidade cultural, a dieta e os rituais alimentares ajudavam a definir o povo de Israel como uma comunidade distinta. As leis alimentares, conhecidas como kashrut, delineavam o que era permitido e proibido comer, contribuindo para a separação e a identificação do povo judeu. Além disso, os alimentos desempenhavam um papel simbólico em muitos contextos religiosos e culturais, transmitindo valores, significados e tradições de geração em geração (Rosenblum, 2010).

Os estudos de cultura alimentar revelam que os alimentos, incluindo os frutos, eram muito mais do que simples sustento na época de Moisés. Eles eram elementos essenciais na vida cotidiana, na espiritualidade, na coesão social e na identidade cultural do povo. Essa compreensão é de suma importância para entender como os alimentos moldaram a sociedade e a cultura na Terra Prometida.

5. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

A abundância de alimentos influenciou a economia, a hierarquia social e a organização de Israel em Canaã, entender como as colheitas impactaram socioeconomicamente o povo da época é importante para compreendermos a repercussão do estabelecimento dos Hebreus na terra prometida.

A agricultura desempenhou um papel central na vida do povo de Canaã na época de Moisés. As colheitas abundantes eram fundamentais para a subsistência da população. De acordo com Flores (2019, p. 09), “a agricultura é uma das atividades tão antigas quanto a própria existência da humanidade.” No entanto,

em Canaã, as condições eram especialmente favoráveis, não apenas devido às cheias dos rios, mas também às chuvas de inverno e à conservação da água.

Essa abundância de alimentos provavelmente teve um impacto significativo no comércio e no sistema de trocas da região. A disponibilidade de colheitas abundantes permitiu que os habitantes de Canaã acumulassem excedentes, que poderiam ser trocados por outros produtos ou bens de regiões vizinhas. A economia baseada na agricultura prosperava com a produção de alimentos em larga escala, o que poderia ter impulsionado o comércio regional e a interação entre diferentes grupos.

Além disso, a disponibilidade de alimentos desempenhou um papel fundamental na hierarquia social da época. Aqueles que possuíam terras férteis e eram capazes de obter colheitas abundantes tinham uma vantagem econômica significativa. Isso poderia ter contribuído para a estratificação da sociedade, com grupos mais ricos e poderosos se formando em torno da posse da terra produtiva. A questão da propriedade da terra e da agricultura também desempenhou um papel fundamental na estruturação da sociedade. A posse da terra era uma fonte de riqueza e poder, e aqueles que tinham acesso a terras férteis estavam em uma posição privilegiada. A distribuição de terras e recursos provavelmente influenciou a divisão da sociedade em diferentes estratos, com os proprietários de terras desfrutando de privilégios e influência.

A análise socioeconômica das colheitas abundantes em Canaã na época de Moisés nos fornece uma visão profunda de como a economia, a hierarquia social e a estrutura da sociedade foram moldadas por essa abundância de alimentos. As colheitas abundantes não apenas afetaram o comércio e o sistema de trocas, mas também desempenharam um papel fundamental na organização da sociedade, influenciando a distribuição de recursos e a hierarquia social. Essa análise nos ajuda a compreender melhor o contexto em que as narrativas bíblicas se desenrolaram e as complexas relações entre economia e sociedade naquela época.

6. POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS EM LITERATURA E CRENÇAS POSTERIORES

As histórias dos frutos gigantes na Terra Prometida não apenas desempenharam um papel central na tradição judaica, mas também tiveram um impacto duradouro na literatura, crenças e narrativas de diversas culturas posteriores. A presença dessas histórias extraordinárias na Bíblia hebraica pode ter desencadeado uma série de influências em outras culturas, resultando em narrativas semelhantes que abordam temas como terras prometidas, colheitas milagrosas e frutos extraordinários.

Uma das influências notáveis pode ser observada nas narrativas cristãs, que incorporaram elementos das histórias dos frutos gigantes na Terra Prometida à medida que desenvolveram a teologia da Nova Aliança. A ideia de uma terra de abundância e bênção divina foi essencial para a compreensão da promessa do Reino dos Céus na tradição cristã.

Além disso, as histórias dos frutos gigantes também podem ser vistas como uma influência nas crenças de outras culturas antigas, especialmente aquelas que compartilham temas de terras prometidas e colheitas miraculosas. Por exemplo,

nas tradições greco-romanas, histórias de terras míticas de abundância, como a Ilha dos Bem-Aventurados, podem ser consideradas como tendo influência indireta dessas narrativas bíblicas (Campbell, 2004, p. 123).

Campbell (2004, p. 84), discute a prática humana de reivindicar a terra, transformando-a em locais sagrados e investindo-a com poderes espirituais. Ele destaca como diferentes culturas têm mitificado animais, plantas e paisagens para torná-los centros de importância espiritual. Ele faz referência à história de Moisés e sua visão da Terra Prometida, explicando que líderes espirituais frequentemente reivindicam terras em nome de seu povo, transformando-as em lugares de significado espiritual. Essa prática leva a crer que o contato intercultural tenha sido a ponte que possibilitou que diferentes povos chegassem a ter crenças e tradições semelhantes.

A exemplo de tradições semelhantes a história da terra prometida, temos as greco-romanas, onde histórias de terras míticas de abundância, como a Ilha dos Bem-Aventurados, podem ser vistas como reflexos indiretos dessas narrativas bíblicas. O mito da Ilha dos Bem-Aventurados, que tem origem egípcia, ingressou na cultura grega por meio de Creta (Griffiths, 1947), evidenciando uma conexão transcultural que sugere a universalidade do desejo humano por narrativas que celebram a promessa de uma vida melhor e mais farta.

É importante reconhecer que essas influências não são unilaterais. As histórias dos frutos gigantes também foram moldadas e reinterpretadas por culturas posteriores, incorporando suas próprias nuances e significados. Essas influências mútuas contribuíram para a evolução das narrativas ao longo do tempo, tornando-as relevantes em uma variedade de contextos culturais.

A presença das histórias dos frutos gigantes na Terra Prometida na tradição judaica teve um impacto profundo e duradouro nas narrativas, crenças e culturas de várias sociedades posteriores. Ao analisar como essas narrativas extraordinárias da Bíblia podem ter influenciado o desenvolvimento do cristianismo e a mitologia greco-romana, bem como a conexão transcultural entre a história egípcia da Ilha dos Bem-Aventurados e as culturas grega e cretense, podemos ver claramente a universalidade do desejo humano por histórias que celebram a promessa de uma vida melhor e mais abundante.

Essas influências não são unilaterais, mas muitas vezes envolvem uma troca complexa de ideias e mitos entre diferentes sociedades. Como resultado, as histórias dos frutos gigantes na Terra Prometida não são apenas relatos isolados na tradição judaica; elas desempenharam um papel fundamental na formação de narrativas e conceitos em diversas culturas e crenças.

Portanto, a análise dessas influências transculturais destaca a importância e a ressonância universal dessas histórias que celebram a promessa de uma vida plena, abundante e abençoada. Elas continuam a inspirar as pessoas e a moldar as narrativas culturais, enfatizando o poder duradouro das histórias mitológicas e religiosas na história da humanidade.

7. TRADUÇÕES DO TEXTO BÍBLICO

As traduções do texto bíblico podem variar de diversas formas e na busca da verdade da interpretação do texto em Nm 13,1-33 é imperioso seguirmos uma fidelidade ao texto original. Ocorre que o conceito de fidelidade ao texto original em hebraico, aramaico e grego, pode ser bastante subjetivo, enquanto uns entendem por fidelidade a tradução precisa das palavras, ou seja, a tradução palavra por palavra, com as estruturas gramaticais originais ou a capacidade de transmitir o significado e a mensagem do texto de maneira clara e compreensível para o público-alvo. No entanto, ocorre que a tradução fiel no sentido literário pode trazer consigo conceitos muito subjetivos do tradutor, sendo o mesmo que uma interpretação do texto original, para transmitir ideias mais compreensíveis para o público leitor contemporâneo e, por tanto, pode acabar não sendo adequada para estudos acadêmicos profundos e exegese detalhada.

Sendo assim, será analisada a tradução palavra por palavra, visto que essa parece ser a mais livre de vícios de interpretação subjetivista e a exegese a partir do texto pode ser realizada mais fielmente a partir do contexto original das palavras.

Optou-se para auxiliar com o objetivo desse capítulo a New American Standard Bible (NASB) que é uma tradução da Bíblia conhecida por sua fidelidade e precisão em relação aos textos originais em hebraico, aramaico e grego. Ela tem uma reputação de ser uma das traduções mais literais disponíveis em inglês, procurando manter a correspondência palavra por palavra com os textos bíblicos originais.

Abaixo será possível encontrar uma tabela com a tradução literal realizada pela NASB, do texto bíblico original e ao lado sua tradução literal, palavra por palavra, para o português.

Tabela 1 - Tradução de Nm 13,1-33 da NASB para o português.

Versão em inglês (NASB)

13 Then the Lord spoke to Moses, saying,
2 “Send out men for yourself to spy out the land of Canaan, which I am going to give the sons of Israel; you shall send a man from each of their fathers’ tribes, every one a leader among them.”
3 So Moses sent them from the wilderness of Paran at the [a]command of the Lord, all of them men who were heads of the sons of Israel.
4 These then were their names: from the tribe of Reuben, Shammua the son of Zaccur;
5 from the tribe of Simeon, Shaphat the son of Hori;
6 from the tribe of Judah, Caleb the son of Jephunneh;
7 from the tribe of Issachar, Igal the son of

Tradução do texto da NASB para o português

13 Então o Senhor falou com Moisés, dizendo,
2 “Envie homens por si mesmo para espionar a terra de Canaã, que eu estou indo dar aos filhos de Israel; você enviará um homem de cada uma de suas tribos paternas, cada um líder entre eles.”
3 Então Moisés os enviou do deserto de Parã, por comando do Senhor, todos eles homens que eram cabeças dos filhos de Israel.
4 Então, estes eram os nomes deles: da tribo de Rúben, Shammua, filho de Zaccur;”
5 da tribo de Simeão, Shaphat, filho de Hori;”
6 da tribo de Judá, Caleb, filho de Jephunneh;
7 da tribo de Issacar, Igal, filho de Joseph;
8 da tribo de Efraim, Hoshea, filho de Nun;

Joseph;

8 from the tribe of Ephraim, Hoshea the son of Nun;

9 from the tribe of Benjamin, Palti the son of Raphu;

10 from the tribe of Zebulun, Gaddiel the son of Sodi;

11 from the tribe of Joseph, from the tribe of Manasseh, Gaddi the son of Susi;

12 from the tribe of Dan, Ammiel the son of Gemalli;

13 from the tribe of Asher, Sethur the son of Michael;

14 from the tribe of Naphtali, Nahbi the son of Vophsi;

15 and from the tribe of Gad, Geuel the son of Machi.

16 These are the names of the men whom Moses sent to spy out the land; but Moses called Hoshea the son of Nun, [b]Joshua.

17 When Moses sent them to spy out the land of Canaan, he said to them, “Go up there into the [c]Negev; then go up into the hill country.

18 See what the land is like, and whether the people who live in it are strong or weak, whether they are few or many.

19 And how is the land in which they live, is it good or bad? And how are the cities in which they live, are the people in open camps or in fortifications?

20 And how is the land, is it [d]productive or unproductive? Are there trees in it or not? And show yourselves courageous and get some of the fruit of the land.” Now the time was the season of the first ripe grapes.

21 So they went up and spied out the land from the wilderness of Zin as far as Rehob, [e]at Lebo-hamath.

22 When they had gone up into the Negev, [f] they came to Hebron where Ahiman, Sheshai, and Talmai, the [g]descendants of Anak were. (Hebron was built seven years before Zoan in Egypt.)

23 Then they came to the [h]Valley of [i] Eshcol, and from there they cut off a branch with a single cluster of grapes; and they carried it on a pole between two men, with

9 da tribo de Benjamim, Palti, filho de Raphu;
10 da tribo de Zebulun, Gaddiel, filho de Sodi;

11 da tribo de José, da tribo de Manassés, Gaddi, filho de Susi;

12 da tribo de Dã, Ammiel, filho de Gemalli;

13 da tribo de Aser, Sethur, filho de Michael;

14 da tribo de Naftali, Nahbi, filho de Vophsi;

15 e da tribo de Gade, Geuel, filho de Machi.

16 Estes são os nomes dos homens que Moisés enviou para espionar a terra; mas Moisés chamou Hoshea, filho de Nun, [b] Josué.

17 Quando Moisés os enviou para espionar a terra de Canaã, ele disse a eles: ‘Subam até lá para o [c]Neguebe; depois subam para a região montanhosa.

18 Vejam como é a terra, e se as pessoas que vivem nela são fortes ou fracas, se são poucas ou muitas.

19 “E como é a terra em que vivem, se é boa ou ruim? E como são as cidades em que vivem, se as pessoas estão em acampamentos abertos ou em fortificações?

20 E como é a terra, se é [d]produtiva ou improdutiva? Existem árvores nela ou não? E mostrem-se corajosos e obtenham alguns dos frutos da terra.’ Agora era a época da colheita das primeiras uvas.

21 Então eles subiram e espionaram a terra desde o deserto de Zim até Reobe, [e]em Lebo-Hamate.

22 Quando subiram para o Neguebe, [f] chegaram a Hebron, onde Ahiman, Sesai e Talmai, os [g]descendentes de Anaque, estavam. (Hebron foi construída sete anos antes de Zoã, no Egito.)”

23 “Depois eles chegaram ao [h]Vale de [i] Escol, e de lá cortaram um ramo com um único cacho de uvas; e eles o carregaram em uma vara entre dois homens, com algumas romãs e figos.”

24 “Aquele lugar foi chamado de Vale de [j] Escol por causa do cacho que os filhos de Israel cortaram de lá.”

25 Quando eles voltaram de espionar a terra, no final de quarenta dias,

some of the pomegranates and the figs.

24 That place was called the Valley of [j] Eshcol, because of the cluster which the sons of Israel cut off from there.

The Spies' Reports

25 When they returned from spying out the land, at the end of forty days,

26 they went on and came to Moses and Aaron and to all the congregation of the sons of Israel, [k]in the wilderness of Paran at Kadesh; and they brought back word to them and to all the congregation, and showed them the fruit of the land.

27 So they reported to him and said, "We came into the land where you sent us, and it certainly does flow with milk and honey, and this is its fruit.

28 Nevertheless, the people who live in the land are strong, and the cities are fortified and very large. And indeed, we saw the [l] descendants of Anak there!

29 Amalek is living in the land of the Negev, the Hittites, the Jebusites, and the Amorites are living in the hill country, and the Canaanites are living by the sea and by the side of the Jordan."

30 Then Caleb quieted the people [m]before Moses and said, "We should by all means go up and take possession of it, for we will certainly prevail over it."

31 But the men who had gone up with him said, "We are not able to go up against the people, because they are too strong for us."

32 So they brought a bad report of the land which they had spied out to the sons of Israel, saying, "The land through which we have gone to spy out is a land that devours its inhabitants; and all the people whom we saw in it are people of great stature.

33 We also saw the [n]Nephilim there (the sons of Anak are part of the Nephilim); and we were like [o]grasshoppers in our own sight, and so we were in their sight."

26 eles seguiram e chegaram a Moisés e Arão e a toda a congregação dos filhos de Israel, [k]no deserto de Parã, em Cades; e eles trouxeram de volta a palavra para eles e para toda a congregação, e mostraram-lhes os frutos da terra.

27 Então eles relataram a ele e disseram: 'Entramos na terra para onde você nos enviou, e certamente flui com leite e mel, e este é o seu fruto.

28 No entanto, o povo que habita na terra é forte, e as cidades são fortificadas e muito grandes. E realmente vimos os [l] descendentes de Anaque lá!

29 Amaleque habita na terra do Neguebe, os hititas, os jebuseus e os amorreus habitam na região montanhosa, e os cananeus habitam junto ao mar e ao lado do Jordão."

30 Então Caleb acalmou o povo [m]diante de Moisés e disse: 'Devemos, sem dúvida, subir e tomar posse dela, porque certamente prevaleceremos sobre ela.'

31 Mas os homens que subiram com ele disseram: "Não somos capazes de subir contra o povo, porque eles são muito fortes para nós."

32 Então trouxeram um relatório ruim da terra que haviam espiado para os filhos de Israel, dizendo: "A terra pela qual passamos para espiar é uma terra que devora seus habitantes; e todas as pessoas que vimos nela são de grande estatura.

33 Também vimos os [n]Nefilins lá (os filhos de Anaque são parte dos Nefilins); e éramos como [o]gafanhotos aos nossos próprios olhos, e assim também éramos aos olhos deles."

Fonte: Autoria própria.

No início do capítulo 13, versículos 1 e 2, Deus fala diretamente com Moisés e lhe incumbe de uma tarefa importante. Ele instrui Moisés a enviar 12 homens para explorar a Terra de Canaã, que ele prometeu dar aos filhos de Israel. Esta ordem revela o plano de Deus para cumprir sua promessa de uma terra abundante para seu povo.

Moisés age de acordo com a ordem do Senhor e seleciona doze líderes, um de cada tribo de Israel, para serem os espiões. Esses líderes eram homens respeitados e representativos de suas tribos, o que indica a seriedade e importância da missão.

Dos versículos 4 a 15 a Bíblia lista os nomes dos doze espiões, um de cada tribo. Cada um deles recebe a missão de explorar a terra de Canaã e relatar o que encontrarem. Moisés lhes dá instruções específicas, enfatizando a necessidade de observarem cuidadosamente a terra, sua fertilidade e as pessoas que vivem lá. Eles também devem determinar se as cidades são fortificadas ou não.

Os espiões partem em sua missão dos versículos 16 a 20, indo da região do deserto de Parã em direção a Canaã. Esta jornada é feita de acordo com a ordem do Senhor. A missão dos espiões não é apenas uma tarefa humana, mas também uma missão divina com orientação divina.

Já dos versículos 21 a 24 os espiões chegam à região de Hebrom, onde encontram descendentes de Anaque. Hebrom é uma cidade que já existia há sete anos antes de Zoã, uma cidade do Egito. Esta informação geográfica contextualiza o local onde os espiões começaram a explorar.

Por fim, dos versículos 25 a 33 é detalhado os relatórios dos espiões após sua exploração em Canaã. Eles trouxeram amostras dos frutos da terra, incluindo um grande cacho de uvas, que evidenciam a fertilidade da terra. No entanto, eles também relataram a presença de povos fortes e cidades fortificadas, o que gerou medo entre os israelitas. Além disso, mencionaram os descendentes de Anaque, conhecidos por sua alta estatura. Esse relatório negativo desencadeou uma série de eventos e decisões significativas na jornada dos israelitas em direção à Terra Prometida.

É evidente que o capítulo 13 de Números descreve uma missão crucial dos espiões e revelou tanto as bênçãos quanto os desafios da Terra de Canaã. Essa história evidencia a importância da obediência às instruções de Deus, a confiança em sua promessa e a necessidade de enfrentar os desafios com fé e coragem.

7.1 INTERPRETAÇÕES TEOLÓGICAS E ESPIRITUAIS

A análise das narrativas dos frutos gigantes na Terra Prometida não se limita apenas ao contexto histórico, geográfico, cultural e literal do texto, mas também abre portas para um profundo exame das interpretações teológicas e espirituais ao longo da história religiosa. Ao longo dos séculos, diferentes tradições religiosas e correntes teológicas têm examinado essas histórias com ênfases variadas, destacando lições diferentes.

Uma interpretação teológica recorrente está ligada à ideia de que os frutos gigantes na Terra Prometida simbolizam a generosidade divina e a bênção de Deus sobre o povo de Israel. Eles representam não apenas a abundância material,

mas também a promessa de uma vida espiritual rica e plena. Como observa um erudito, “Esses frutos gigantes servem como um testemunho poderoso da fidelidade de Deus em cumprir Suas promessas” (Smith, 2005, p. 72).

Além disso, essas histórias se encaixam na narrativa mais ampla da jornada espiritual do povo de Israel e sua relação com Deus. A travessia do deserto em direção à Terra Prometida é frequentemente interpretada como uma metáfora para a jornada espiritual da humanidade em busca de uma vida plena e significativa. Os frutos gigantes simbolizam os momentos de graça e provisão divina que encontramos ao longo desse caminho espiritual.

Outra interpretação teológica relevante está relacionada à ideia de que os frutos gigantes são um convite para a fé e a confiança em Deus, independentemente das circunstâncias aparentemente impossíveis. Eles lembram aos crentes que, mesmo quando os desafios parecem insuperáveis, a fé pode abrir caminhos para conquistar a promessa de Deus. Essas histórias são vistas como um lembrete de que a fé é o caminho para a realização das promessas divinas.

No entanto, é importante observar que ao longo da história, as interpretações teológicas dessas narrativas podem variar significativamente entre diferentes tradições religiosas e grupos. Algumas podem enfatizar aspectos mais simbólicos e espirituais, enquanto outras podem adotar interpretações mais literais.

7.2 INTERPRETAÇÃO DOS FRUTOS COLHIDOS

Quanto aos frutos colhidos pelos espiões, Uvas, Romãs e Figos, vale ressaltar que há metáforas durante o contexto bíblico de forma geral que podem de fato contribuir para o entendimento teleológico do capítulo em estudo e podem trazer uma perspectiva mais espiritualizada do porquê terem sido exatamente esses três frutos os citados pelo autor de Nm.

Para se gerar uma confiança verdadeira no coração de Israel, Moisés utilizou os 12 espias para trazerem à luz as promessas de Deus ao povo que estava prestes a entrar na terra prometida. Ao enviar esses espiões para trazer amostras da região e informações sobre a terra, Moisés estava mostrando ao povo, habituado à agricultura e construções no Egito, o potencial de uma vida próspera na terra prometida. As informações providenciadas pelos espias, incluindo os frutos de altíssima qualidade que trouxeram, serviriam como prova tangível da incrível produtividade da terra que Deus prometera. Os “frutos gigantes” eram, sem dúvida, algo surpreendente aos olhos do povo de Israel, especialmente devido às especificidades do terroir único da região de Hebrom.

Além disso, a análise detalhada dos diferentes frutos, como uvas, figos e romãs, revela uma riqueza simbólica profunda. As uvas, transformadas em vinho, representam a alegria (Sl Bíblia sagrada, 2008, Sl 104,15, p. 827) e a aliança com Deus concretizada com Cristo Jesus (Bíblia sagrada, 2008, Mt 26,28, p. 1290), uma aliança que traz coisas novas.

As coisas antigas já passaram; eis que se fizeram coisas novas. (2 Coríntios 5.17b, 2008, p.1525)

As romãs, destacadas nas vestes dos sacerdotes e no templo são citadas em diversos trechos bíblicos e simbolizavam a santidade e a separação do povo de Deus em meio a uma sociedade corrompida:

Tabela 2 - Versículos bíblicos citando a Romã

Ex 28,33:34	“ ³³ E nas suas bordas farás romãs de azul, e de púrpura, e de carmesim, ao redor das suas bordas; e campainhas de ouro no meio delas ao redor. ³⁴ Uma campainha de ouro, e uma romã, outra campainha de ouro, e outra romã, haverá nas bordas do manto ao redor”
Ex 39,24:26	²⁴ E nas bordas do manto fizeram romãs de azul, e de púrpura, e de carmesim, de fio torcido. ²⁵ Fizeram também as campainhas de ouro puro, pondo as campainhas no meio das romãs nas bordas do manto, ao redor, entre as romãs; ²⁶ Uma campainha e uma romã, outra campainha e outra romã, nas bordas do manto ao redor; para ministrar, como o Senhor ordenara a Moisés.
1 Rs 7,18.20	¹⁸ Assim fez as colunas, juntamente com duas fileiras em redor sobre uma rede, para cobrir os capitéis que estavam sobre a cabeça das romãs, assim também fez com o outro capitel. ²⁰ Os capitéis, pois, sobre as duas colunas estavam também defronte, em cima da parte globular que estava junto à rede; e duzentas romãs, em fileiras em redor, estavam também sobre o outro capitel.
2 Rs 25,17	¹⁷ A altura de uma coluna era de dezoito côvados, e sobre ela havia um capitel de cobre, e de altura tinha o capitel três côvados; e a rede e as romãs em redor do capitel, tudo era de cobre; e semelhante a esta era a outra coluna com a rede.
Cr 3,16;	¹⁶ Também fez cadeias no oráculo, e as pôs sobre as cabeças das colunas; fez também cem romãs, as quais pôs entre as cadeias.
Cr 4,13	¹³ E as quatrocentas romãs para as duas redes; duas carreiras de romãs para cada rede, para cobrirem os dois globos dos capitéis que estavam em cima das colunas.

Fonte: Autoria própria

O figo é uma fruta doce que é produzida pela figueira, esta árvore é uma das plantas cultivadas na região de Israel há milhares de anos e desempenha um papel importante na agricultura e na dieta local.

São vários os autores que relatam evidências arqueológicas a partir de sementes fossilizadas encontradas em sítios desde a fase inicial Neolítica no Oriente Médio, em lugares como Netive Hagdud, Israel (entre 7900 a.C. e 7500 a.C.). (LEONEL; SAMPAIO, 2011, p.12)

Além disso, os figos, doces como o mel, simbolizavam a doçura da Palavra de Deus, trazendo gozo e alegria aos corações daqueles que a buscavam.

Assim, quando os espias retornaram com seu relatório completo, proclamando: “Entramos na terra a qual você nos enviou, onde há leite e mel com fartura!” (Bíblia sagrada, 2008, Nm 13:27, p. 284), não estavam apenas descrevendo a terra de Canaã como um local de riqueza agrícola. Eles estavam testemunhando a concretização das promessas de Deus e o início de uma nova jornada de fé, alicerçada na alegria, na santidade e na doçura da Palavra divina.

Simbolicamente pode ser compreendida como quem ama a Palavra de Deus e a come pela fé e não vive em amargura porque a Palavra é doce como mel. Encontramos o testemunho em diversos trechos da Bíblia, vejamos:

Tabela 3 - Versículos bíblicos

Jr 15, 16	“Achando-se as tuas palavras, logo as comi, e a tua palavra foi para mim o gozo e alegria do meu coração; porque pelo teu nome sou chamado, ó SENHOR, Deus dos Exércitos”
Ez 3, 2-3b	“Então, abri a minha boca, e me deu a comer o rolo. Então, o comi, e era na minha boca doce como mel”
Ap 10, 10	“E tomei o livrinho da mão do anjo e comi-o; e na minha boca era doce como mel ...”
Sl 19, 10	Davi - Mais desejáveis são do que o ouro, sim, do que muito ouro fino; e mais dos doces do que o mel e o licor dos favos.

Fonte: Autoria própria

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, exploramos detalhadamente o texto bíblico em Números 13,1-33, que descreve a missão dos espões enviados por Moisés para explorar a Terra de Canaã. Focamos particularmente na menção dos “frutos gigantes” encontrados naquela terra e buscamos compreender o significado dessa descrição, considerando tanto aspectos históricos e geográficos quanto simbólicos e espirituais.

Durante nossa análise, examinamos as condições geográficas e climáticas da região de Canaã, que eram favoráveis à agricultura, contribuindo para a produção de frutos de alta qualidade. No entanto, concluímos que a expressão “frutos gigantes” deve ser entendida como uma figura de linguagem hiperbólica, destinada a enfatizar a excepcional qualidade e abundância dos frutos da terra. Essa interpretação respeita os princípios hermenêuticos que levam em conta o contexto cultural e literário da Bíblia.

Além disso, exploramos interpretações teológicas e espirituais associadas a esses frutos, destacando sua simbologia em relação à generosidade divina, à jornada espiritual do povo de Israel e à importância da fé na realização das

promessas de Deus. Os frutos, como as uvas, romãs e figos, representam a alegria, a santidade e a doçura da Palavra de Deus, trazendo gozo e esperança aos corações daqueles que a buscam.

Por fim, este estudo oferece uma compreensão aprofundada da relação entre a agricultura e a narrativa bíblica, destacando como a descrição da Terra de Canaã como uma terra de “leite e mel” e frutos excepcionais é uma representação simbólica e espiritual da promessa de Deus de uma vida abundante e significativa para seu povo. Ao considerar a harmonia entre a fé e a realidade, podemos apreciar a magnificência da terra de Canaã na Bíblia, onde a promessa divina se cumpriu em meio à riqueza natural da região.

Assim, este estudo nos lembra da importância de buscar uma compreensão profunda e contextualizada das Escrituras, combinando conhecimento histórico e espiritual para enriquecer nossa compreensão da Palavra de Deus e de sua relevância em nossas vidas. A Terra de Canaã, com seus “frutos gigantes,” continua a inspirar e nutrir a fé daqueles que buscam a promessa divina de uma vida plena e significativa.

REFERÊNCIA

ANDRADE, C. C. **Geografia Bíblica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1987.

Bíblia. Português. Bíblia NVI: Antigo e Novo Testamento. Tradução de Thomas Nelson, Rio de Janeiro: Nova Versão Internacional, 2019.

Bíblia. Português. Bíblia SHEDD: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira Almeida, São Paulo: Vida Nova, 1997.

Bíblia. Português. Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira Almeida, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

Bíblia. Inglês. Bíblia: New American Standard Bible. Tradução da Fundação Lockman, California: Fundação Lockman, 2020.

Campbell, J. **The power of myth**. Estados Unidos da América: Anchor, 1988. ISBN 0-385-41886-8

DUTRA, R.A.F. Festa de Sucot: sua origem, celebração e presença no evangelho de João. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, ISSN 2177-952X, v. 11, n. 19, p. 183-190, jan/jun, 2017.

FATEC. **Geografia Bíblica**. s.d. apAstila geografia biblica. Disponível em: <http://www.fatecc.com.br/alunos/apostilas/teologia/3periodo/geografiabiblica.pdf> Acesso em: 18 de set 2023.

FLORES, J. C. O. **Agricultura na Bíblia**. Vitoria da Conquista: Edição do Autor, 2019

GRIFFITHS, J. G. In search of the Isles of the Blest. **Greece and Rome**. v. 16, n. 48, p. 122-126, 1947.

HAGUENAUER, G. M. Tecnologias de irrigação e o uso eficiente da água: o caso do gotejamento subsuperficial. 2016. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4403697. Acesso em: 20 set. 2023.

MELLO, J. L. P. **Drenagem Agrícola**. Documento mantido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ufrrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Irriga%E7%E3o_LICA.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.

Rosenblum, J. D. **Food and Identity in Early Rabbinic Judaism**. Estados Unidos da América: Cambridge University Press, 2010.

RUBENSTEIN, J. L. The Symbolism of the "Sukkah". **Judaism**, Nova York, v. 4, n. 43, p. 371-387, 1994. Disponível em: (99+) Jeffrey L. Rubenstein, "The Symbolism of the Sukkah," *Judaism*, vol. 43, no. 4 (Fall 1994): 371-387 | Jeffrey Rubenstein - Academia.edu. Acesso em: 12 ago. 2023.

SINGER, A. **The Soils of Israel**. Israel: Springer, 2007. ISBN 978-3-540-71731-7

SYUKUR, A.; KAEFER, J. A. As cartas de Amarna 249-250 e o conflito entre as cidades-Estado em Canaã. **Revista Caminhando**. v. 23, n. 1, p. 85-98, jan/jun, 2018. Disponível em: <http://portal.metodista.br/arqueologia/artigos/2018/as-cartas-de-amarna-249-250>. Acesso em: 20 set. 2023.

TEIXEIRA, A. H. C. Exigências climáticas da cultura da videira. Documento mantido pelo Embrapa. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/197294/1/A-Viticultura-no-Semi-Arido-pag-33-44.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

TOGNINI, E. **Geografia da Terra Santa e das terras bíblicas**. 1. ed., São Paulo: Hagnos, 2009. ISBN 978-85-7742-048-3.

VICENTINO, C.; VICENTINO, B. **Olhares da história: Brasil e mundo**. 1. ed., São Paulo: Scipione, 2016. Disponível em: 2 - Olhares da História - oriental.pdf (ufsc.br [https://sabstrgobrashml.blob.core.windows.net/\\$web/PNLD/PNLD_2018/OlharesDaHistoria/2o%20Ano/OlharesDaHistoria_2_MP_0047P18043_PNLD2018.pdf](https://sabstrgobrashml.blob.core.windows.net/$web/PNLD/PNLD_2018/OlharesDaHistoria/2o%20Ano/OlharesDaHistoria_2_MP_0047P18043_PNLD2018.pdf)). Acesso em: 21 set 2023.

O DOMÍNIO RELIGIOSO CATÓLICO E A VULNERABILIDADE JURÍDICA DOS PROTESTANTES NO SÉCULO DEZENOVE

*THE CATHOLIC RELIGIOUS DOMAIN AND THE
LEGAL VULNERABILITY OF PROTESTANTS IN THE
NINETEENTH CENTURY*

*Carlos Kleber Araújo de Oliveira*⁴

⁴ *Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em História do Brasil pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em História Cultural pela Claretiano Rede de Educação. Especialista em Ciência Política pela Universidade Estácio de Sá, Especialista em Teologia Reformada pelo Instituto Reformado de São Paulo, Especialista em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar pela Descomplica Faculdade Digital, Especialista em Educação Cristã Clássica, Liderança Cristã e Teologia Exegética do Novo Testamento pela Faculdade Internacional Cidade Viva. Licenciado em História pela Universidade Federal da Paraíba, Bacharel em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá e Licenciado em Filosofia pela Claretiano Rede de Educação. Pastor da Primeira Igreja Presbiteriana de Olímpia (IPB), Tutor da Especialização em Educação Cristã Clássica da Faculdade Internacional Cidade Viva e membro do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (GPHPE/PPED/UNIT).*

RESUMO

Este artigo discute a condição jurídica que os protestantes tiveram que enfrentar antes da primeira constituição laica da história brasileira. A religião católica era oficial e orientava os costumes locais, desde os primórdios da colonização portuguesa até a vigência da primeira Carta Magna (1824-1891). Com a abertura dos portos (1808), e o Tratado de Amizade e Comércio (1810), os súditos estrangeiros da Coroa Britânica passaram a gozar relativa liberdade e podiam praticar a religião evangélica, ainda que de modo limitado. Apesar da permissão ao culto protestante, os forasteiros e nacionais que compartilhavam este credo não tinham direitos civis essenciais, tais como o registro de casamento e dos descendentes, sepultamento em cemitérios públicos, a proteção plena da liberdade religiosa, que incluía o proselitismo, além de restrições no âmbito político. Este artigo teve o objetivo de problematizar a condição vulnerável dos protestantes, do ponto de vista jurídico, até a promulgação da Constituição Federal de 1891, que inaugurou o Estado laico na história brasileira. Realizou-se uma pesquisa explicativa para fornecer um diagnóstico da situação vivenciada pelos primeiros evangélicos no Brasil do século dezanove. Foram adotados procedimentos de análise de importantes obras historiográficas e leis vigentes à época, com vistas a elucidar o controle exercido contra os evangélicos no Oitocentos. Lastreados na perspectiva da História Cultural, que busca explicar a interação entre os fenômenos religiosos e as práticas sociais normativas, apresentamos os obstáculos jurídicos que os protestantes precisaram superar.

PALAVRAS-CHAVE:

Catolicismo. Protestantismo. Vulnerabilidade. Direitos Civis. Século Dezanove.

ABSTRACT

This article discusses the legal condition that Protestants had to face before the first secular constitution in Brazilian history. The Catholic religion was official and guided local customs, from the beginnings of Portuguese colonization until the validity of Brazil's first constitution. With the opening of the ports (1808), and the Treaty of Friendship and Commerce (1810), foreign subjects of the British Crown began to enjoy relative freedom and could practice the evangelical religion, albeit in a limited way. Despite the permission for Protestant worship, foreigners and nationals who shared this creed did not have essential civil rights, such as registration of marriage and descendants, burial in public cemeteries, full protection of religious freedom, which included proselytism, in addition to restrictions in the political sphere. This article aimed to problematize the vulnerable condition of Protestants, from a legal point of view, until the promulgation of the Magna Carta of 1891, which inaugurated the secular State in Brazilian history. An explanatory research was carried out to provide a diagnosis of the situation that was experienced by the first evangelicals in Brazil in the nineteenth century. Procedures for analyzing bibliographical works and laws in force at the time were adopted, with a view to elucidating the control against evangelicals in the 19th century. Based on the perspective of Cultural History, which seeks to elucidate the interaction between religious phenomena

and normative social practices, we present the legal obstacles that Protestants needed to overcome.

KEYBOARDS

Catholicism. Protestantism. Vulnerability. Civil Rights. Nineteenth Century.

1. INTRODUÇÃO

Apesar do movimento protestante existir há mais de quinhentos anos na Europa, o seu estabelecimento no Brasil aconteceu somente no século dezanove e com muitas dificuldades. Existiram tentativas anteriores, no contexto da França Antártica, época do domínio francês na região da Baía da Guanabara (1557-1558), quando huguenotes foram enviados por João Calvino e permaneceram pouquíssimo tempo no local, além dos holandeses reformados, que acompanharam Maurício de Nassau na colonização do Nordeste brasileiro, na primeira metade do século dezessete (1630-1654), que também foram expulsos após a derrocada do projeto flamengo.

Acordos entre Portugal e Inglaterra, no fim da primeira década do Oitocentos, por ocasião do Bloqueio Continental imposto pelo governante francês Napoleão Bonaparte, trouxeram novas condições para os protestantes, que poderiam celebrar seus cultos, em locais destinados para este fim, desde que não tivessem aparência de templo. Apesar desta liberdade, os cristãos evangélicos não podiam praticar evangelização (proselitismo), anunciar as suas celebrações dominicais em língua portuguesa, obter os registros de casamento e nascimento ou sepultar os mortos em cemitérios públicos. Ademais, existiam diversas restrições políticas aos acatólicos.

Através do estudo das leis da época, da historiografia consolidada sobre a inserção do protestantismo no Brasil do Oitocentos e análise dos relatos de viagem do missionário norte-americano Daniel Kidder (1815-1891), é possível visualizar a situação precária e o clima de insegurança jurídica no qual viviam os evangélicos. Analisaremos as implicações do Tratado de Aliança e Comércio (1810), artigos da Constituição Federal de 1824 e do Código Criminal de 1830, além do Decreto 1.144 de 1861, com vistas ao aprofundamento da compreensão da condição vulnerável dos seguidores das outras religiões cristãs na época supracitada.

2. MISSÕES PROTESTANTES NO BRASIL ANTES DO SÉCULO DEZENOVE

Propósitos malogrados de inserção do protestantismo tinham acontecido nas invasões francesas (1555-1560), bem como no cenário do domínio holandês (1630-1654), sem, contudo, deixar rastro para os tempos do século dezanove. Pode-se dizer, seguramente, que somente no Oitocentos, este ramo dissidente do catolicismo romano do século XVI haveria de se apresentar e se estabelecer definitivamente nos trópicos.

Ao iniciar-se o século XIX, não havia no Brasil vestígio de Protestantismo. Os indivíduos de religião protestante que por aqui passaram não deixaram traço no sistema religioso da sociedade. As tentativas, já distantes, de franceses e holandeses, apenas resultaram em identificação de protestante como invasor. O último huguenote foi enforcado no Rio de Janeiro, em 1567; quanto aos holandeses, seus pastores embarcaram de volta, sem deixarem no país uma igreja reformada, e os sinais de sua catequese indígena desapareceram. O Santo Ofício se encarregou de levar brasileiros para Portugal, e ali liquidá-los ou neutralizá-los, sob suspeita de divergência religiosa. A ciumenta xenofobia do governo português não consentia no desembarque de forasteiros, mesmo amigos, em praia brasileira, exceto com guarda à vista. E somente dentre forasteiros poderiam vir protestantes, já que o Protestantismo inexistia em Portugal (RIBEIRO, 1973, p. 14, grifos nossos).

Algumas décadas após o início da colonização portuguesa, sob o amparo do líder huguenote Coligny⁵, o intuito de fundar na França Antártica um refúgio, onde os reformados pudessem praticar livremente o seu culto, fez chegar à Baía da Guanabara uma expedição dirigida pelo vice-almirante Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571), com a presença de pastores orientados por João Calvino⁶. O rei Francisco I da França havia contestado o Tratado de Tordesilhas e ocupou a região da futura capital do império brasileiro. A primeira expedição ocorreu em onze de outubro de 1555. Dois anos mais tarde, foram enviados mais franceses que recebiam direcionamentos do almirante Coligny, bem como do reformador de Genebra⁷. Cerca de duzentos e noventa pessoas, dentre os quais dois pastores reformados, Pierre Richier e Guillaume Chartier, segundo Jean de Lery (1534-1611)⁸. De acordo com o mesmo depoente, após mudança de ânimo do vice-almirante Villegaignon com relação ao protestantismo dos huguenotes, aqueles que não voltaram à França em outubro do mesmo ano, ou não abandonaram sua fé reformada e retornaram ao catolicismo romano, foram perseguidos e martirizados:

Só resta agora, para pôr fim a esta narrativa, contar a sorte dos nossos companheiros que, como foi dito, voltaram ao Brasil depois do primeiro naufrágio de que fomos ameaçados. Pessoas fidedignas que deixamos nesse país, donde voltaram cerca de quatro meses depois de nós, encontraram o senhor Du Pont em

⁵ Almirante Gaspard de Châtillon, também chamado Conde de Coligny (1519-1572), era líder do partido huguenote francês. Ele foi morto na conhecida "Noite de São Bartolomeu" (24/08/1572).

⁶ MENDONÇA, 2008, p. 38.

⁷ LERY, 2007, p. 37.

⁸ Jean de Lery: missionário calvinista, posteriormente, pastor ordenado, que veio nas expedições da França Antártica e escreveu *Viagem à Terra do Brasil* (LERY, 2007, p. 59).

Paris e Ihe asseguraram que com grande pesar haviam sido espectadores do afogamento de três dos nossos companheiros no forte de Coligny. Pedro Bourdon, João Bordel e Mateus Verneuil foram essas pessoas vítimas condenadas por Villegaignon por causa de sua religião. Essas pessoas fidedignas haviam trazido também não só a sua confissão, mas ainda todo o processo contra eles instaurado por Villegaignon, entregando ao senhor Du Pont de quem o obtive mais tarde. Ao lembrar-me de que, enquanto resistíamos aos perigos de toda sorte, esses servos fiéis de Jesus Cristo eram mortos, após mil tormentos; ao recordar-me de que cheguei a pôr os pés no escaler, para com eles regressar; rendi graças a Deus pelo meu salvamento individual, e senti-me mais do que nunca no dever de fazer com que a profissão de fé desses três honestos personagens fosse registrada no livro dos que em nossos dias foram martirizados na defesa do Evangelho. [...] Assim foi Villegaignon quem primeiro derramou sangue dos filhos de Deus nesse país, recém-descoberto e por isso, mui justamente, alguém o apelidou o Caim da América (LERY, 2007 [1578], p. 269).

Em 1560, Villegaignon, “o Caim das Américas”, segundo a visão de Jean de Lery, bem como todos os outros franceses foram expulsos. De acordo com Antônio Gouvêa Mendonça, assim se encerrou a primeira tentativa de expansão do protestantismo nas terras tupiniquins:

Resta àqueles fervorosos huguenotes, o prestígio de terem organizado, sob os céus da América, a primeira igreja protestante segundo o modelo da Igreja Reformada de Genebra, e aqui realizado o primeiro culto em 10 de março de 1557 (MENDONÇA, 2008, p. 39).

No século seguinte, uma nova tentativa ocorreu. Desta vez, de modo mais duradouro, outros calvinistas se estabeleceram no Nordeste com a sua teologia e organização eclesiástica bastante semelhante ao modelo deixado pelo reformador de Genebra. Segundo Frans Leonard Schalkwijk, tratava-se de uma “guerra justa” contra a Espanha, que submetia politicamente a Holanda e Portugal⁹. De acordo com Laima Mesgravis, Filipe II havia proibido o comércio dos holandeses com os habitantes das terras tupiniquins, cortando o acesso ao açúcar, pau-brasil e outros produtos. Os colonos perderam o acesso aos capitais flamengos que os ajudavam a financiar os engenhos e o tráfico negreiro.¹⁰ A fé reformada então veio com os inimigos dos espanhóis.

Com a invasão holandesa chegou a Igreja Reformada. Ela não nasceu da sementeira da pregação, mas

⁹ SCHALKWIJK, 2004, p. 60.

¹⁰ MESGRAVIS, 2018, p. 108.

foi transplantada como uma muda. À semelhança de todos os aspectos da vida holandesa, também a Igreja foi transplantada para o Brasil. Inicialmente seriam igrejas da conquista, como as implantadas pelos conquistadores ibéricos na América do Sul, cem anos antes, para depois se transformarem em igrejas de imigrantes, que nasceriam também como igrejas missionárias. Basicamente, todavia, seriam igrejas da conquista. Como igrejas da conquista, as igrejas reformadas chegaram e desapareceram com os exércitos invasores (SCHALKWILJK, 2004, p. 93).

De 1630 até 1654, Pernambuco e outras áreas do Nordeste receberam influência calvinista. Igrejas foram organizadas e a fé reformada difundida. Conforme o registro de documentos oficiais holandeses, a administração eclesiástica foi largamente estabelecida, ocorrendo a existência de conselhos locais, além de estruturas equivalentes a presbitério e sínodo:

Embora Maurício de Nassau fosse bastante tolerante com os católicos, o esforço dos “predicantes” logo conseguiu reunir flamengos, ingleses e franceses moradores no Recife e, com eles, organizar a primeira igreja. Procurando aprender a língua geral, os pregadores holandeses não perderam de vista os indígenas, os africanos e os portugueses. Abriam guerra à imoralidade reinante entre os locais e mesmo entre os próprios holandeses. Consoantes às normas reformadas foram organizadas duas classes (presbitérios), uma no Recife e outra na Paraíba, e, unindo ambas, o Sínodo, o primeiro a ser instituído no Brasil. Com os consistórios (conselhos) das congregações locais, estava implantada, de modo completo, a organização eclesiástica calvinista. A disciplina rigorosa na Colônia era rigorosa e atingia a ordem civil e política, uma vez que cabia às classes examinar os documentos de identidade trazidos pelos colonos flamengos e extraditá-los no caso de mau comportamento, assim como realizar casamentos. Essas classes estavam jurisdicionadas à Igreja da Metrópole, sendo assim, fácil perceber como os interesses da Companhia das Índias se ajustavam à disciplina eclesiástica. A leitura das Atas Clássicas e Sinodais mostra como a Igreja Reformada holandesa no Brasil era caracteristicamente puritana e rigorosa na disciplina. Ordem e silêncio próximos aos locais de culto, santificação absoluta do domingo com a proibição do trabalho e de diversões, interdição de juramentos, praguejamentos e duelos lembraram a Genebra dos tempos de Calvino (MENDONÇA, 2008, p. 39-40).

Com a expulsão dos holandeses, o segundo projeto de difusão da fé protestante, que havia conseguido uma organização eclesiástica muito mais complexa e atuante que no cenário da França Antártica, também findou. Com a marcante presença do Santo Ofício nos séculos XVII e XVIII¹¹, era praticamente impossível que alguma religião “acatólica” ancorasse nos portos ultramarinos de forma legal por causa da imposição da religião oficial romana.

Devido à vigilância sobre os estrangeiros, como também pela inexistência de fluxo de obras literárias protestantes neste lado do Atlântico, o conhecimento de uma perspectiva religiosa diferente da trazida pelos portugueses era limitadíssimo. O Catolicismo Romano seria a regra de fé suprema até o século dezenove. Foi somente no Oitocentos que os protestantes começaram a expandir sua religião nesta parte do Hemisfério Sul.

3. A VINDA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA E O NOVO CENÁRIO PARA OS PROTESTANTES

Um horizonte diferente para os “acatólicos¹²” somente apareceu com a vinda da Família Real no início do século dezenove. Neste período, ocorreram mudanças na política externa lusitana, introduzidas por D. João VI, em virtude dos conflitos entre a Inglaterra e a França. Portugal resolveu tomar posição pelos britânicos e contrariar os interesses de Napoleão Bonaparte, por ocasião do Bloqueio Continental imposto aos países da Europa.

No final de 1807 ocorreu um fato sem precedentes nos impérios coloniais: o governo português, sediado em Lisboa, de onde administrava colônias na América, na África e na Ásia, transferiu-se para uma delas, a americana, e instalou-se no Rio de Janeiro. Diante da guerra que se desenrolava entre Inglaterra e França, Portugal foi obrigado a tomar uma posição. Pressionado pelas duas potências europeias, tinha que se aliar a uma ou a outra, o que significava ao mesmo tempo declarar guerra a uma delas. Houve conflito no interior do governo português sobre qual partido tomar. Aliar-se à Inglaterra resultaria na invasão do reino pelos franceses. A aliança com a França, por sua vez, colocava em risco o controle sobre a América, que ficaria sujeita à intervenção da poderosa marinha britânica. Qualquer escolha acarretaria uma perda. Portanto, a decisão era qual seria a perda menos onerosa (DOLHNIKOFF, 2017, p. 13-14).

Este país ibérico, que era dependente comercialmente da Inglaterra, também temeu a força bélica daquele país. Assumiu estar ao lado dos britânicos, promoveu a abertura dos portos às nações amigas e, conseqüentemente, tornou

¹¹ Com a administração do Marquês de Pombal, o Tribunal do Santo ofício foi submetido ao “regalismo” do governo monárquico português.

¹² Acatólico era um termo utilizado para os protestantes no Brasil do século dezenove”.

possível a vinda de estrangeiros com costumes e religiosidade diferentes:

A abertura dos portos, contudo, não tinha apenas um aspecto econômico. Ela abria a América para o mundo. A partir de então, recebeu viajantes de várias nacionalidades: ingleses, alemães, dinamarqueses, italianos, suecos e, depois de terminada a guerra, também franceses (DOLHNIKOFF, 2017, p. 15, grifos nossos).

Mais do que uma ampliação de relações econômicas, o tratado tornava obsoleto o “exclusivo metropolitano”, além de acarretar trocas culturais com outros povos que possuíam uma fé diferente da que era praticada oficialmente em Portugal. O governo lusitano foi forçado, assim, a assumir uma atitude minimamente tolerante com a religião praticada pelos imigrantes do império inglês. No Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, publicado no dia dezanove de fevereiro de 1810¹³, mais precisamente, no artigo doze, encontra-se:

Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal declara, e se obriga no Seu proprio Nome, e no de Seus Herdeiros, e Sucessores, a que os Vassallos de Sua Magestade Britannica, residentes nos Seus Territórios, e Dominios, não serão perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados por causa da sua Religião, mas antes, terão perfeita liberdade de Consciência, e licença para assistirem, e celebrarem o Serviço Divino em honra do Todo Poderoso Deos, quer seja dentro de suas Casas particulares, quer nas suas particulares Igrejas e Capellas, que Sua Alteza, Real agora, e para sempre graciosamente lhes Concede a Permissão de editarem, e manterem dentro dos seus Dominios. Com tanto porem que as sobreditas Igrejas e Capellas serão construidas de tal modo, que externamente se assemelhem a casas de habitação; e também que o uso dos Sinos lhe não seja permittido para o fim de anunciarem publicamente as horas do Serviço Divino. Demais estipulou-se, que nem os Vassallos da Grande Bretanha, nem outros quaesquer Estrangeiros de Communhão differente da Religião Dominante nos Dominios de Portugal, serão perseguidos, ou inquietados por matérias de Consciência, tanto, nas suas Pessoas, com nas suas Propriedades, em quanto elles se conduzireín com ordem, decência, e moralidade, e de huma maneira conforme aos usos do Paiz, e ao seu Estabelecimento Religioso, e Político. Porem se se provar, que elles pregão, ou declamão publicamente contra a Religião Catholica, ou que elles procurão fazer Proselytas, ou Conversões, as Pessoas que assim delinquirem poderão, manifestando-se o seu delicto, ser mandadas sabir do Paiz, em que a offensa tiver sido

¹³ Disponível em Biblioteca Brasileira Mindlin: digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7405?locale=em.

commettida. E aquelles que no Publico se portarem sem respeito, ou com impropriedade para com os Ritos, e Ceremonias da Religião Catholica dominante, serão chamados perante a Policia Civil, e poderão ser castigados com multas, ou com prizão em suas proprias casas. E se a offensa for tão grave, e tão enorme que perturbe a tranquillidade Publica, e ponha em perigo a segurança das Instituições da Igreja, e do Estado estabelecidas pelas Leis, as Pessoas que tal offensa fizerem havendo, a devida prova do facto, poderão ser mandadas salir dos Domínios de Portugal. Pemmittir-se-ha tambem enterrar os Vassallos de Sua Magestade Britannica, que morrerem nos Territorios de Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, em convenientes lugares, que serão designados para este fim: nem se perturbarão de modo algum, nem por qualquer motivo os Funeraes, ou as Sepulturas dos Mortos. Do mesmo modo os vassallos de Portugal gozarão nos Dominios de Sua Magestade Britannica de huma perfeita, e illimitada Liberdade de Consciência em todas as matérias de Religião, conforme ao Systema de Tolerância, que se acha nelles estabelecido. Elles poderão livremente praticar os Exercicios da sua Religião publica, ou particularmente nas suas proprias casas de habitação, ou nas Capellas, e Lugares do Culto, designados para este objecto, sem que se lhe ponha o menor obstaculo, embaraço, ou dificuldade alguma, tanto agora, como para o futuro (TRATADO DE AMIZADE, COMMERCIO E NAVEGAÇÃO, 1810, p. 18, grifo nosso).

O texto que celebrava o acordo bilateral entre os estados inglês e português trouxe mudanças consideráveis no âmbito religioso das colônias tupiniquins. Garantiu, a todos os residentes britânicos, “o direito de praticar a sua religião em particular”, uma vez que não “tocassem sinos” e seus templos possuísem aparência de espaços de habitação, além da garantia de um local apropriado para o enterramento dos mortos estrangeiros, pois os mesmos não poderiam ser alocados no cemitério público e católico. Também ficou determinada a preocupação com a “paz social” e o impedimento de proselitismo entre os brasileiros, presumivelmente, católicos romanos. Era vedado também qualquer forma de desrespeito à religião oficial católica. Segundo Mendonça:

Os tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação, celebrados com a Inglaterra em 1810, criaram um impasse para a hegemonia católica, uma vez que a intolerância religiosa seria forte obstáculo à execução dos tratados, com consequentes dificuldades políticas à Coroa por causa de sua situação de dependência com a Inglaterra. Assim, progressivamente, da Constituição de 1824 até a de 1891, foi sendo reduzida a hegemonia católica, e os protestantes foram conquistando o seu lugar no espaço social brasileiro. Vieram, espalhando suas bíblias e praticando seu culto dentro de normas

legais muito restritivas, tanto à propaganda religiosa como às formas arquitetônicas de seus lugares de serviço religioso. Assim, até 1824, ingleses, alemães, suecos e americanos chegam e viveram sua fé conforme a situação lhes permitia. Os ingleses e os americanos constituíram comunidades religiosas fechadas à sociedade brasileira, ao passo que os alemães e os suecos, pela falta inicial de assistência religiosa, foram absorvidos pela sociedade abrangente ao ponto de grande parte deles abandonar a antiga fé (MENDONÇA, 2008, p. 42, grifos nossos).

O tratado de 1810 lançou as bases do status dos “acatólicos”, com o estabelecimento de limites àqueles que possuíam uma fé diferente daquela que era considerada oficial nos documentos legais. Adiante, na Constituição de 1824, em seu quinto artigo¹⁴, observa-se:

A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo (CONSTITUIÇÃO DE 1824, Art. 5º, grifos nossos).

Mantida como a religião do Império do Brasil, os que não professassem a mesma opinião católica podiam praticar outras, contudo, de modo discreto e muitíssimo respeitoso com a fé romana, que era influente sobre vários aspectos da sociedade. Segundo Rocha e Chavante:

O catolicismo figura como religião oficial na Constituição Imperial de 1824, que descreve o Brasil como nação cristã, estendendo às demais comunhões e confissões sua tolerância. Assegura-se que, respeitada a religião oficial, ninguém seria perseguido por questão religiosa. Restaram, contudo, muitos impedimentos quanto aos lugares de culto, à construção de templos e a atividade proselitista. Tecnicamente, pode-se dizer que havia liberdade de crença sem a correspondente liberdade de expressão e organização religiosa. Na condição de religião oficial, a Igreja católica tinha ingerência sobre aspectos da vida civil como casamento, registro de filhos e sepultamento, ainda ligados aos ofícios sacerdotais e carregados de valor. Para ter acesso à vida parlamentar, para ficar em apenas mais um exemplo, era preciso declarar fidelidade ao catolicismo (ROCHA E CHAVANTE, 2014, 358, grifos nossos).

Uma leitura rápida da Constituição de 1824, a primeira do Brasil, demonstra que o importante status da religião católica implicava uma série de benefícios exclusivos aos seus adeptos. Os que possuíssem outro direcionamento religioso

¹⁴ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

não poderiam ser eleitores¹⁵, segundo o artigo 95, da referida Carta Magna. No artigo 102, no inciso II¹⁶, era função do imperador “nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos”. No artigo 103, o imperador, antes de ser aclamado, prestaria juramento, reunidas as duas câmaras legislativas, que manteria a religião católica como oficial¹⁷. Os artigos 106 e 127 e 141, instruíam, respectivamente, o presumido herdeiro do trono¹⁸, bem como no caso de haver regência¹⁹, e também quanto aos conselheiros de estado²⁰, no mesmo procedimento de fidelidade à fé romana. Ainda que o artigo 179, inciso V, da mesma Constituição, afirmasse a inexistência de perseguição por motivos religiosos, no entanto, o texto jurídico complementa o dever de respeitar a religião do Estado e não ofender a moral pública²¹.

A religião católica romana não era apenas oficial, mas também tinha uma influência enorme na política, o que fica facilmente comprovado na Revolução de 1817 e na insurreição de 1824, em Pernambuco, sem esquecer o grande destaque do próprio regente e padre Antônio Diogo Feijó (1724-1843). Do final do período colonial até as primeiras décadas do século dezanove, evidencia-se claramente a importância dos religiosos no cenário político nacional:

Há vários anos, José Murilo de Carvalho deixou clara essa importância da participação política do clero no final do período colonial e nas primeiras décadas do império. Perdida no mar de analfabetos do país, a ilha de iletrados que constituía o Parlamento comportava, até 1831, 10% dos senadores e 23% dos deputados

¹⁵ Art. 95. *Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se: I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida, na fôrma dos Arts. 92 e 94. II. Os Estrangeiros naturalizados. III. Os que não professarem a Religião do Estado* (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm).

¹⁶ Art. 102. *O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado. São suas principaes atribuições: I. Convocar a nova Assembléa Geral ordinaria no dia tres de Junho do terceiro anno da Legislatura existente. II. Nomear Bispos, e prover os Benefícios Ecclesiasticos* (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm).

¹⁷ Art. 103. *O Imperador antes do ser aclamado prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento - Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana, a integridade, e indivisibilidade do Imperio; observar, e fazer observar a Constituição Política da Nação Brasileira, e mais Leis do Imperio, e prover ao bem geral do Brazil, quanto em mim couber* (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm).

¹⁸ Art. 106. *Herdeiro presumptivo, em completando quatorze annos de idade, prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento - Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana, observar a Constituição Política da Nação Brasileira, e ser obediente ás Leis, e ao Imperador* (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm).

¹⁹ Art. 127. *Tanto o Regente, como a Regencia prestará o Juramento mencionado no Art. 103 [...]* (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm).

²⁰ Art. 141. *Os Conselheiros de Estado, antes de tomarem posse, prestarão juramento nas mãos do Imperador de - manter a Religião Catholica Apostolica Romana; observar a Constituição, e às Leis; ser fieis ao Imperador; aconselhal-o segundo suas consciencias, attendendo sómente ao bem da Nação* (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm).

²¹ *Ninguem póde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Publica* (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm).

ordenados como sacerdotes. Isso fazia com que somente fossem precedidos, no primeiro caso, por magistrados e militares, que, juntos, somavam mais de 58%; e, no segundo, apenas, por aqueles com formação jurídica, que alcançavam 27%. Tal participação tendeu, no entanto, a reduzir-se daí em diante, tornando-se pouco relevante após 1850 (NEVES, 2014, p. 402).

A realização das eleições em igrejas confirma que havia uma ligação entre a ordem social e o catolicismo brasileiro, na medida em que o toque de sinos e outras práticas católicas, que eram associadas ao ambiente político, confirmavam “o caráter sagrado do teatro civil que aquelas ocasiões representavam”²². A grande importância das cerimônias religiosas no contexto destas ocasiões se demonstra no fato de que havia quem questionasse a validade das eleições quando os rituais próprios deixavam de acontecer por impossibilidade dos clérigos²³. A influência da Igreja Católica se estendia para além das mentalidades das pessoas religiosas, alcançando a política, o direito e os costumes de uma maneira geral.

No Código Criminal de 1830, na “Parte Quarta”, “Dos crimes policiaes”, em seu primeiro capítulo, que tratava das ofensas da religião, da moral e dos bons costumes²⁴, encontram-se as seguintes sanções que demonstram a supremacia da religião católica, bem como a situação melindrosa experimentada pelos adeptos de outras orientações religiosas:

Art. 276. Celebrar em casa, ou edificio, que tenha alguma fórma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado.

Penas - de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da demolição da fórma exterior; e de multa de dous a doze mil réis, que pagará cada um.

Art. 277. Abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Imperio, por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por meio de discursos proferidos em publicas reuniões, ou na occasião, e lugar, em que o culto se prestar.

Penas - de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 278. Propagar por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas; ou por discursos proferidos em publicas reuniões, doutrinas que directamente destruam as verdades fundamentaes da existencia de Deus, e da immortalidade da alma.

Penas - de prisão por quatro mezes a um anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 279. Offender evidentemente a moral publica, em

²² NEVES, 2014, p. 404.

²³ NEVES, 2014, p. 404.

²⁴ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm.

papeis impressos, lithographados, ou gravados, ou em estampas, e pinturas, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, e bem assim a respeito destas, que estejam expostas publicamente á venda.

Penas - de prisão por dous a seis mezes, de multa correspondente á metade do tempo, e de perda das estampas, e pinturas, ou na falta dellas, do seu valor.

Art. 280. Praticar qualquer acção, que na opinião publica seja considerada como evidentemente offensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar publico.

Penas - de prisão por dez a quarenta dias; e de multa correspondente á metade do tempo.

O risco de atentar contra a moral e os bons costumes, que poderia se confundir como o entendimento católico da época, impunha aos cristãos protestantes estrangeiros uma situação, no mínimo, desconfortável. O proselitismo²⁵, um costume próprio²⁶ das práticas culturais²⁷ características dos protestantes²⁸, não tinha proteção legal e poderia ser interpretado como transgressão do artigo 277 ou 280 do Código Criminal. Segundo Daniel Kidder, missionário metodista norte-americano que esteve no país entre 1836 e 1842, escritor da obra “Reminiscências de Viagens e permanência no Brasil”, embora a tolerância com outros credos estivesse anunciada na Constituição de 1824, a população mais simples e de ascendência portuguesa ainda obstaculizava a acomodação dos estrangeiros protestantes, o que demonstrava sua hostilidade contra a religião diferente.

Vários planos, oficiais e particulares, foram estabelecidos para favorecer a imigração para o Brasil, mas todos eles serão igualmente mal sucedidos enquanto não existir no país uma perfeita tolerância. Sabemos perfeitamente que a Constituição tolera, nominalmente, todas as religiões e que os brasileiros educados e esclarecidos têm ideias bastante liberais nesse sentido. Contudo, as camadas mais humildes da sociedade, principalmente os portugueses e seus descendentes, conservam ainda grande soma de preconceitos raciais e intolerância religiosa que impedem que seja cômoda a situação do colono estrangeiro que pretendia ingressar em seu meio (KIDDER, 1972 [1840], p. 249, grifos nossos).

²⁵ Via de regra, os protestantes entendem que a Bíblia ordena a evangelização de todas as pessoas, conforme as seguintes passagens bíblicas: Sl. 96: 1; Mt. 28: 18-20; Rm. 10: 14-17.

²⁶ Ao comentar sobre o direcionamento que a fé repercute sobre a conduta, Max Weber disse que “as forças mágicas e religiosas, e as ideias do dever nela baseadas, estiveram no passado entre as mais importantes influências formadoras de conduta” (WEBER, 2013, p. 25). O proselitismo é considerado uma ordem de Jesus Cristo para os evangélicos ortodoxos.

²⁷ “Práticas é um dos paradigmas da Nova História Cultural. [...] A prática cultural vem sendo uma preocupação dos historiadores da religião” (BURKE, 2008, p. 78-79).

²⁸ Sérgio da Mata entende que “a religião nunca trata exclusivamente de fé, santidade ou salvação. Ela tende a ampliar seu campo de influência para as mais diversas esperas da vida, da sexualidade à política, estabelecendo ou pretendendo estabelecer a forma como os indivíduos devem agir em tal ou qual circunstância” (MATA, 2010, p. 23).

O pregador estadunidense Kidder observou a distância que havia entre o que estava prescrito nas normas jurídicas (proteção à liberdade religiosa) e a efetivação destas leis. A intolerância estava presente, apesar da propaganda veiculada, para atrair imigrantes, com um discurso amistoso. No entanto, sob a tutela da administração civil, isto significava, pelo menos, que os limites legais de tolerância aplicados aos “acatólicos” não seriam determinados pelo clero brasileiro ou pelo Vaticano, mas pelo governo imperial.

4. O REGALISMO NO BRASIL IMPERIAL (1824-1889)

O Governo Imperial era o responsável por dirimir as querelas entre os católicos e os membros de outras confissões religiosas²⁹, e tinha prerrogativa legal para atuar em outros assuntos da vida eclesiástica romanista³⁰. Esta forma de regalismo foi proeminente durante o período imperial, quando o Estado exerceu um papel intervencionista em relação à Igreja Romana, empenhado por manter sua soberania, não obstante estabelecesse a proteção da religião oficial e os costumes da sociedade, cultural e majoritariamente católica. Deduz-se, portanto, que após a Constituição de 1824, a Igreja Católica, mesmo proeminente quando comparada às outras expressões de fé, começou a perder força porque o imperador tinha o poder de cercear atos eclesiásticos.

Kidder entendia igualmente com Neves³¹ que a doutrina regalista³² vinha sendo praticada há muito em Portugal, desde os tempos do Rei D. José I (1750-1770). Novas condições políticas europeias “tornaram indispensável que Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), seu principal ministro, priorizasse a afirmação do rei como autoridade soberana, que não reconhecia igual na Terra”³³. Uma prova disto veio com a equiparação do Santo Ofício aos outros tribunais régios, bem como a retirada de competência do referido órgão eclesiástico quanto à censura e extinção da distinção entre “cristãos novos” e “cristãos velhos”. Estas ações efetivamente diminuíram a autoridade e a vitalidade desta instituição ligada à Inquisição. O golpe final somente se estabeleceu em trinta e um de março de 1821, quando as Cortes Gerais Constituintes decretaram sua extinção por influência das ideias liberais presentes na Revolução do Porto de 1820. Vale acrescentar, neste caminho, que também tinha sido estabelecida a prática do controle dos dízimos por parte do governo, sendo a manutenção dos clérigos realizada através do erário público. Acerca desta relação tão estreita e complexa, de proteção e interferência nos negócios eclesiásticos, comenta Kidder:

As regras a que o clero brasileiro tem de se cingir, datam, ainda, de 1752. Por uma carta régia daquela data, todos os dízimos cobrados nas colônias portuguesas

²⁹ RIBEIRO, 1973, p. 33.

³⁰ Romanista é sinônimo de católica romana, ou simplesmente romana.

³¹ Guilherme Pereira Neves.

³² Regalismo: doutrina segundo a qual existiam direitos inerentes aos governantes, inclusive de interferir em assuntos eclesiásticos da Igreja Católica Romana.

³³ NEVES, 2014, p. 383.

de ultramar passaram a ser pagáveis ao estado que por sua vez incumbia da manutenção do clero. A razão que evidentemente ditou tal medida foi ter o governo descoberto que poderia manter o clero com muito menos que os próprios padres, quando recebiam o dízimo diretamente. O novo arranjo provou ser conveniente e proveitoso. O governo estipulou magras verbas para o clero e fixou-lhe ordenados de cinquenta, oitenta e cem mil réis, cifras essas que desde então vêm caindo, devido à depreciação da moeda. Desde a época da independência, o Brasil vem se esforçando por elevar os estipêndios do clero e, aparentemente o conseguiu, conquanto o atual ordenado de duzentos mil réis seja pouco superior aos cem de há um século (KIDDER, 1972 [1840], p. 254-255, grifos nossos).

Os limites entre a Coroa portuguesa e o Vaticano já estavam definidos. A expulsão dos jesuítas, a partir de 1759, implicou, para além da reforma no ensino, o estabelecimento da sujeição dos párocos aos interesses da monarquia. O regalismo passou a ser dominante e a vinculação dos bispos ao poder civil se tornou mais evidente. Na Carta Magna de 1824, segundo os artigos 5º e 102º, nos 2º e 14º parágrafos, afirmava-se o direito de ingerência do imperador em alguns assuntos da administração eclesiástica. O padroado, que havia sido implantado antes do Período Moderno³⁴, foi perpetuado pela monarquia de origem portuguesa neste lado do Atlântico até a República, em 1889³⁵. Boanerges Ribeiro discute:

Ao definir, no Art. 5º, as relações entre Igreja Católica Romana e Estado Monárquico Brasileiro, fá-lo de modo a assegurar para este todas as regalias obtidas ao longo da História pela Coroa portuguesa na administração eclesiástica; trata de manter o Vaticano isolado da Igreja no País; estabelece a hegemonia do Estado na administração eclesiástica. “A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião oficial do Império”, estabelece o artigo 5º da Carta. Esse continuará, ao que tudo indica; foi aí colocado deliberadamente; introduz o regalismo na administração da Igreja no mesmo passo em que insere a Igreja Romana no sistema jurídico nacional. Rejeitando em 1827, o beneplácito à bula Praeclara Portugaliae, nossa Assembleia Legislativa recebeu as razões da Comissão Eclesiástica que negava ao papa poderes para conceder ao Imperador o padroado, com o grão-mestrado da Ordem de Cristo (RIBEIRO, 1973, p.36).

O padroado, de forma simples, “significava troca de obrigações e direitos entre a Igreja Católica e o indivíduo ou instituição, que assumia, assim, o papel de padroeiro”³⁶. Isto acarretava não somente a responsabilidade de criação

³⁴ NEVES, 2014, p. 382.

³⁵ NEVES, 2014, p. 382.

³⁶ NEVES, 2014, p. 383.

de paróquias e bispados, como também o sustento dos clérigos e a indicação daqueles que deveriam ser investidos pelas autoridades eclesiásticas. Igualmente, o padroado implicava, desde o século XVI, a grande dificuldade de qualquer clérigo partir de Portugal e chegar nos trópicos sem o consentimento do rei, uma vez que nada se fazia sem o aval do supremo governante, nem mesmo fundações eclesiásticas ou nomeação de párocos. Esta relação de poderes do Estado sobre a Igreja Romana foi instituída civilmente na Constituição de 1824, conforme se percebe nos artigos 5º e 22º do referido documento.

Certamente o padroado aplicado neste lado do Atlântico teve inspiração no Galicanismo, “um termo que descreve várias teorias desenvolvidas na França concernentes às relações da Igreja Católica francesa, assim como do Estado francês, com o papado” (VIEIRA, 1980, p. 28). Da perspectiva religiosa, o galicanismo significava que a Igreja e o clero da França se outorgavam direitos próprios, independentes do consentimento de Roma. Da perspectiva do Estado, significava que os poderes temporais teriam sido recebidos diretamente de Deus e estavam fora da jurisdição papal:

Essas teorias foram desenvolvidas contra as pretensões teocráticas dos papas da idade média. Pelos idos da Reforma, essas teorias foram incorporadas na “Declaração do Clero Francês”, de autoria do Bispo Jacques Benigne Bossuet (1627-1682), publicada em 1682. O Clero francês, em suma, declarou em 1682 que o poder temporal dos reis era independente do papado, que as antigas liberdades da Igreja Católica francesa eram sagradas, que o Conselho Geral estava acima do papa, e que a autoridade do ensino infalível da Igreja pertencia aos bispos e ao papa conjuntamente. [...] O direito de padroado era exigido como direito seu pelos imperadores brasileiros e provavelmente teria permanecido incontestado pelos ultramontanos, a não ser quando os galicanos brasileiros começaram a dar a esse direito uma interpretação mais lata do que tinha na sua forma original, no século XVI. [...] Com o auxílio dos jansenistas portugueses, Pombal expulsou os jesuítas do reino e das colônias, modificando radicalmente o sistema educacional português e introduzindo conceitos galicanos do controle do Estado sobre a Igreja, que excediam qualquer coisa que a Santa Sé jamais concedera à coroa portuguesa (VIEIRA, 1980, p.28-29).

Muito embora os dirigentes da nação considerassem a religião católica como oficial, no entanto, o Vaticano reagiu através da bula “*Proeclara Portugaliae*”, de 1827, com o objetivo de assumir o domínio sobre a igreja brasileira, “por meio da concessão, com o grão-mestrado, do padroado, ao imperador”³⁷. Acerca da recepção da bula papal, assim comentou João Dornas Filho (1902-1962)³⁸ sobre

³⁷ RIBEIRO, 1973, p. 46.

³⁸ Cronista e escritor responsável pela obra *O Padroado e a Igreja Brasileira* (disponível em www.brasiliana.com.br/obras/o-padroado-e-a-igreja-brasileira/pagina/48/texto).

sua rejeição:

E foi então que se firmou a doutrina, pela resolução de 4 de dezembro de 1827, de que ao “Imperador compete a apresentação dos bispos e benefícios eclesiásticos em virtude do Art. 102, § 2 da Constituição do Império; e não por substituição à delegação do Papa Julio III, como grão-mestre das ordens, porque o solo e igrejas do Brasil nunca forma das ordens”. Entretanto, mais do que a influência espiritual da França, esse surto de veemente regalismo que marcou os primeiros anos do império talvez fosse devido à embriaguez da independência, à volúpia de ser livre que durante três séculos vivera comprimido pela escravidão colonial. Rompidas as cadeias políticas, não duvidaram romper também, se necessário, as espirituais e religiosas. Chegaram ao cúmulo de mudarem para indígenas os nomes e sobrenomes de origem portuguesa, como fez Montezuma. E a submissão a Roma, que era vestígio do regime colonial, não podia deixar de sofrer também as consequências desse furor libertário que empolgou todos os espíritos da época (FILHO, 1938, p. 48).

Apesar da liberdade de religião limitada³⁹, outros direitos básicos, como a garantia do casamento civil, bem como os registros de nascimento e óbito, além do sepultamento em cemitérios públicos demoraram a ser efetivados, uma vez que era atribuição da Igreja Católica realizar tais procedimentos.

5. OUTRAS LIMITAÇÕES AOS PROTESTANTES

O registro de batismo, que era realizado nos templos romanos, era a prova cabal do nascimento. O documento oficial do casamento era emitido pelos párocos, assim como as informações sobre os óbitos, que também estavam sob o controle da Igreja Romana. Ao comentar sobre esta condição imposta aos “acatólicos”, José Scampini afirma que:

Casamento, ensino e enterro, os momentos mais importantes do cristão e do cidadão, ressentem nos seus estatutos a situação de Religião Oficial do Estado. Eles sofreram graves restrições à liberdade religiosa talvez não suficientemente advertidas devido à mentalidade da época e ao estágio de amadurecimento em que se encontrava a doutrina da liberdade religiosa (SCAMPINI, 1978, p. 72, grifos nossos).

A dificuldade dos protestantes em relação ao sepultamento dos seus pares foi registrada pelo missionário Daniel Kidder, em suas viagens pela Bahia no ano

³⁹ Em virtude das restrições à aparência dos templos protestantes, bem como em relação ao proselitismo tão inerente aos costumes das religiões.

de 1839, o mesmo havendo a promessa no artigo 12 do Tratado de 1810, que previa a destinação de lugares para este fim.

Protestantes de todas as nacionalidades, especialmente cidadãos norte-americanos, devem grande soma de obrigações à colônia inglesa, pelo fato de frequentemente facilitar, esta última, o enterramento de seus mortos. Não fora a cortesia dos ingleses, os nossos conterrâneos ver-se-iam embaraçados, principalmente em países essencialmente católicos, quando tivessem que realizar funerais (KIDDER, 1972 [1840], p. 39, grifos nossos).

Este problema que os protestantes enfrentavam era antigo, anterior à primeira Constituição de 1824. A Carta Régia de Decretos e Alvarás de 1811, evidencia que já havia jurisprudência antiga que garantia este direito aos acatólicos. Por ocasião de controvérsias geradas a partir da morte de um trabalhador sueco da Fábrica de Ferro de Sorocaba, da Capitania de São Paulo, conflitos entre os moradores católicos e os estrangeiros protestantes ensejaram um documento oficial que foi enviado ao Marquês de Alegrete, Governador e Capitão General da capitania, determinando que se designasse um local apropriado para o enterramento dos mortos dos estrangeiros e protestantes:

Sendo muito vantajoso ao meu real serviço, e ao bem publico dos meus Estados chamar povoadores estrangeiros, habeis e inteligentes artistas, posto que elles não estejam allumiados, e não professem os dogmas da nossa santa religião, tanto mais que até vivendo entre catholicos muitos deles sem violencia e por convicção abraçarão a verdade e abjurarão seus erros, e havendo subido á minha real presença algumas informações que havendo morrido em Sorocaba um dos mineiros Suecos, o Director e os outros Suecos, tiveram um susto mal fundado que os prejuizos populaes dos habitantes os consideravam com horror visto serem herejes, ordeno-vos que tenhais particular cuidado em persuadir tanto ao Director como aos mais Suecos. que respeitando elles como devem a nossa santa religião, e praticas da mesma, podem estar seguros que ninguem os hade inquietar nas suas praticas religiosas, que fizerem particularmente em suas casas, e que não só hei de manter tudo a que a tal respeito lhes mandei prometter pelo contracto que com elles se celebrou, a que estou obrigado pelos tratados que ultimamente celebrei com a Gram Bretanha, mas que conheço muito os meus reaes interesses e de minha coroa, para que deixe de fazer observar fiel e religiosamente tudo o que sabiamente tenho ordenado a semelhante respeito, e que a vós muito vos encarrego de novo por esta minha carta régia de cuidares e vigiares na fiel observância ele tão essenciaes objectos tendo sempre vossos olhos abertos para evitares qualquer mau effeito, que

possa resultar dos prejuizos de povos, que mais por ignorancia do que por sinistros podem em tal materia fazer-se a si e ao Estado um grande mal, levados de um mal entendido zelo religioso, e contrario aos principios da nossa santa religião. Tambem, vos encarrego o cuidares em que ahi. se estabeleça e conserve em boa ordem um terreno que sirva de cemiterio aos Inglezes e Sueccos, e em geral aos que não forem membros da nossa santa religião, permittindo-lhes tambem que nas suas casas particulares e sem fórma de Igreja possam reunir-se para o culto particular que dirigem ao Ente Suppremo, e no qual vigiareis não possam jámais ser inquietados pelos habitantes do paiz, o que muito vos hei por recomendado (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1811 , p. 95, grifos nossos)⁴⁰.

Existem no Brasil outros cemitérios destinados aos estrangeiros protestantes da época nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, para citar alguns. Nomes importantes da História do Protestantismo da América do Sul, como Ashbel Green Simonton e José Manoel da Conceição⁴¹ estão enterrados numa necrópole⁴² que existe no bairro da Consolação, na capital paulistana, para onde os corpos sem vida dos acatólicos⁴³ eram apropriadamente alocados. Alexander Fajardo analisa que:

Com a chegada da família real ao país e o catolicismo como religião do reinado, a demanda por cemitérios protestantes se formou, devido aos primeiros estrangeiros britânicos que vieram trabalhar no país, seja no Rio de Janeiro, Recife ou Ipanema, ou estivesse um grande número de estrangeiros de confissão protestante, se fazia necessário a autorização de D. João para a criação dos cemitérios. Esta pratica continuou após a independência do Brasil, agravada pelo catolicismo ter sido considerada religião oficial do país, sendo assim, novamente os protestantes teriam que procurar por seus direitos acerca do sepultamento de seus mortos. Com a vinda de missionários protestantes a partir da segunda metade do século XIX, a população de protestantes começa a aumentar, juntamente com o embate com o estado para as necessidades de regulamentação de batismos, casamentos e ofícios fúnebres. [...] A liberdade religiosa chega apenas com a proclamação da República [...], o estado e a Igreja Católica não mais caminhavam de mãos dadas, o país se torna laico, e os protestantes, neste quesito, não tiveram maiores problemas quanto ao sepultamento,

⁴⁰ *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1811, pg. 95, Vol. 1 (publicação e grafia originais).*

⁴¹ *O missionário fundador da Igreja Presbiteriana no Brasil e o primeiro pastor protestante brasileiro.*

⁴² *Sinônimo de cemitério.*

⁴³ *Simonton e José Manoel da Conceição, que foi o primeiro pastor brasileiro, encontram-se enterrados no Cemitério Protestante no bairro da Consolação em São Paulo-SP.*

pois a partir de então todos os cemitérios passaram a ser administrados pelos municípios (FAJARDO, 2015, p. 15-16, grifos nossos).

A disputa pelo direito de enterrar os mortos era apenas um dos problemas. Somente em 1861, pelo Decreto nº 1.144, de onze de setembro⁴⁴, o casamento civil dos protestantes e a liberdade para os pastores realizarem tal celebração foi formalmente autorizado.

Faz extensivo os efeitos civis dos casamentos, celebrados na fôrma das leis do imperio, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado, e determina que sejam regulados ao registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e obitos das ditas pessoas, bem como as condições necessárias para que os Pastores de religiões toleradas possam praticar actos que produzão efeitos civis. Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1º Os efeitos civis dos casamentos celebrados na fôrma das Leis do Imperio serão extensivos:

1º Aos casamentos de pessoas que professarem Religião diferente da do Estado celebrados fóra do Imperio segundo os ritos ou as Leis a que os contrahentes estejam sujeitos.

2º Aos casamentos de pessoas que professarem Religião diferente da do Estado celebrados no Imperio, antes da publicação da presente Lei segundo o costume ou as prescripções das Religiões respectivas, provadas por certidões nas quaes verifique-se a celebração do acto religioso.

3º Aos casamentos de pessoas que professarem Religião diferente da do Estado, que da data da presente Lei em diante forem celebrados no Imperio, segundo o costume ou as prescripções das Religiões respectivas, com tanto que a celebração do ato religioso seja provado pelo competente registro, e na fôrma que determinado fôr em Regulamento.

Desde que ficasse provado o enlace, seguindo o trâmite legal estabelecido, o casamento dos protestantes passava a ter efeito civil neste novo contexto. Com relação a dilatação jurídica que foi trazida, pelo Decreto 1.144/1861, assim comenta Émile Leonard:

No Brasil, como no resto da cristandade na época da Reforma, assim como na França depois da revogação do Édito de Nantes, o único casamento existente era

⁴⁴ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1144-11-setembro-1861-555517-publicacaooriginal-74767-pl.html>.

o católico. Não obstante a liberdade de consciência prevista pela Constituição, nada autorizava aos não – católicos a fundação de uma família legítima sem uma cerimônia e as promessas que eles não poderiam aceitar. Da mesma maneira, aliás, nada se previa com relação ao registro de seus filhos ou sepultamento de seus mortos. Os projetos de casamento apresentados em 1829 por Vergueiro e, em 1833, sob a influência de Feijó foram de encontro à posição da Santa Sé e à indiferença da opinião pública. Os protestantes dessa época (quase unicamente membros das colônias alemães) contentavam-se com uma união de fato, acompanhada de uma cerimônia religiosa celebrada por algum pregador. Os noivos de religiões diferentes, que não queriam ou não podiam realizar uma união abençoada pelo padre, pois este exigia a promessa de educação dos filhos na religião católica, recorriam muitas vezes a um contrato, realizado perante testemunhas, por algum notário ou escrivão de paz. Esses paliativos não outorgavam, teoricamente, direito algum às crianças e causavam, muitas vezes, lamentáveis situações, pois o esposo protestante considerava-se autorizado, por sua religião, a divorciar-se em caso de adultério de seu cônjuge (e o Brasil não admitia o divórcio), e o esposo católico descobria, depois de tudo concluído, que a bênção religiosa permitida nesta ocasião, não os unia de modo algum (LÉONARD, 2002, p. 58-59, grifos nossos).

De fato, o mencionado decreto proporcionou segurança jurídica pela estabilidade deste direito familiar, permitindo que a união civil acontecesse também nos “moldes protestantes”. Em suma, foi neste cenário de abertura legal, ainda que limitada, não conhecido antes de 1810, que o protestantismo começou a se expandir no Brasil Império. Não evitou, no entanto, a intolerância de muitos seguidores do catolicismo, diversas vezes orientados por clérigos indispostos com o protestantismo e autoridades críticas da nova religião. A proteção jurídica formal ainda teria que esperar até a proclamação da República, quando a união entre Igreja Católica Romana e Estado foi definitivamente rompido (pelo menos, do ponto de vista legal).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição jurídica dos protestantes no século dezenove era extremamente vulnerável. Como a religião católica tinha sido a regra durante mais de trezentos anos e gozava de amparo legal na primeira Carta Magna do país (1824), os primeiros estrangeiros e nacionais que seguiam outras formas de religião enfrentaram muitas dificuldades para preservar suas crenças e realizar suas obras missionárias.

O presente artigo discutiu o cenário difícil que os protestantes do Oitocentos experimentaram, o que possibilita entender, num momento posterior, as estratégias que precisaram utilizar para realizar suas ações evangelísticas, bem como a defesa

legítima que necessitaram organizar a respeito das suas reivindicações com vistas à ampliação dos direitos civis. Somente em vinte e quatro de fevereiro de 1891, com a promulgação da segunda Carta Magna do Brasil, a religião católica deixou de ser oficial. Estava “vedado aos Estados, como à União [...] estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891, Art. 11, inciso 2º).

Nestes últimos anos, percebe-se o crescimento considerável dos que dizem professar a fé protestante e há estudos diversos que fazem projeções no sentido de que esta se torne a maior vertente religiosa cristã nas próximas décadas. A análise das condições jurídicas ultrajantes dos primeiros protestantes no Brasil do século dezenove deve alertar a todos quanto aos perigos da relação amalgamada entre Estado e religião, bem como despertar a sensibilidade em relação aos riscos que grupos minoritários podem sofrer quando uma expressão de fé se torna hegemônica.

REFERÊNCIA

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império.** São Paulo: Contexto, 2017.

FAJARDO, Alexander. Brasil imperial católico e o surgimento dos cemitérios protestantes. **INTEGRATIO**, v. 1, n. 1, jan. - jun. 2015, p. 5-17.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

LEONARD, Émile Guillaume. G. **O protestantismo brasileiro.** 3 ed. São Paulo: Aste, 2002.

LERY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 2007.

MATA, Sérgio da. **História & Religião.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil colônia.** São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, Guilherme Pereira das. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. **O Brasil Imperial.** v. 1: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico.** São Paulo: Pioneira, 1973.

ROCHA, Ivan Esperança; CHAVANTE, Esdras Cordeiro. Aspectos da construção da liberdade religiosa no Brasil. **Religare**, v.11, n.2, setembro de 2014, p.356-371. ISSN: 19826605.

SCAMPINI, José. **A liberdade religiosa das constituições brasileiras.** Petrópolis: Vozes, 1978.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654).** São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2013.

A IMAGINAÇÃO COMO DÁDIVA DIVINA E A LITERATURA COMO TESTEMUNHO DO REINO DE DEUS

*IMAGINATION AS A DIVINE GIFT AND LITERATURE
AS A TESTIMONY OF THE KINGDOM OF GOD*

*Giovanna Souza Daniel*⁴⁵

*Gustavo Leite Castello Branco*⁴⁶

⁴⁵ Graduada em Teologia (2024) pela Faculdade Internacional Cidade Viva (FICV) em João Pessoa – PB. Cursando as pós graduações em Educação Cristã Clássica e Teologia Bíblica e Exegética do Novo Testamento (FICV). Bacharelado em Direito na Universidade Católica do Salvador (UCSAL) em Salvador – BA.

⁴⁶ Doutorando em Teologia pelo Trinity Anglican Seminary (USA - PA) e Mestre em Teologia (2007) pela mesma instituição com pesquisa sobre a relação entre o cristianismo e o pluralismo religioso na pós-modernidade. Mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Professor desde 2007, atualmente leciona Teologia Bíblica do Antigo Testamento na Faculdade Internacional Cidade Viva (FICV) em João Pessoa - PB, onde também coordena o Bacharelado em Teologia - EAD e faz parte do corpo editorial para as apostilas do curso. É também avaliador da revista *Summae Sapientiae* e membro do BASIS (Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). Concluiu sua formação básica em estudos teológicos no Seminário Anglicano de Teologia (2005). Graduado em Direito pela UFPB (2002) com aprovação na Ordem dos Advogados do Brasil neste mesmo ano. Especialista em Direito Empresarial e Advocacia Empresarial (2014) pela Universidade Anhanguera-Uniderp.

RESUMO

Este artigo tem como alvo de análise a imaginação e suas aplicações no campo teológico, discorrendo acerca do mandato cultural, da arte literária e das figuras de linguagem empregadas no texto bíblico. No intuito de estabelecer um fundamento teológico para a imaginação, o texto inicia com uma breve apresentação do conceito de cosmovisão cristã, abordando-se o drama das Escrituras como a grande história da qual a humanidade faz parte. Tal fundamentação abre caminho para que o leitor contemple adequadamente o valor singular da imaginação, tanto no processo cognitivo humano como no processo de construção da narrativa da qual a humanidade participa. Partindo desse contexto, o artigo busca apresentar a imaginação como um instrumento profícuo não somente no que diz respeito à comunicação do Evangelho (na medida em que permite que se vislumbre a verdade do que está em Cristo por meio de lampejos e metáforas), mas também possibilitando que se viva de acordo com essa verdade, conectando o drama das Escrituras ao drama dos homens.

PALAVRAS-CHAVE:

Imaginação. Cosmovisão. Mandato cultural. Drama das Escrituras.

ABSTRACT

This article aims to analyze imagination and its applications in the theological field, discussing the cultural mandate, literary art, and figures of speech used in biblical texts. In order to establish a theological foundation for imagination, the text begins with a brief presentation of the concept of Christian worldview, addressing the drama of Scripture as the great story of which humanity is a part. This foundation paves the way for the reader to adequately contemplate the singular value of imagination, both in the human cognitive process and in the process of constructing the narrative in which humanity participates. Based on this context, the article seeks to present imagination as a fruitful instrument not only with regard to communicating the Gospel (insofar as it allows one to glimpse the truth of what is in Christ through flashes and metaphors), but also to enable one to live according to this truth, connecting the drama of Scripture to the drama of men.

KEYWORDS

Imagination. Worldview. Cultural mandate. Drama of Scriptures.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como alvo de análise a imaginação e suas aplicações no campo teológico, discorrendo acerca do mandato cultural, da arte literária e das figuras de linguagem empregadas no texto bíblico. Antes, porém, será apresentada uma breve introdução sobre o conceito de cosmovisão cristã, abordando-se o drama das Escrituras como a grande história da qual a humanidade faz parte, a fim de que se

possa alcançar um entendimento adequado quanto ao valor da imaginação, tanto no processo cognitivo humano como no processo de construção da narrativa da qual o homem é participante.

Partindo dessa fundamentação teológica, a imaginação será apresentada não apenas como um dom e um atributo comunicável do Deus Criador, mas também como a faculdade responsável por mediar os sentidos e dar forma ao pensamento, gerando imagens ou figuras que possam ser interpretadas mais facilmente pela mente humana, a qual delas extrai significado. Tal análise, portanto, é feita não com o distanciamento de um mero observador, mas com o envolvimento de um verdadeiro partícipe.

Nesse sentido é importante perceber-se que a imaginação abrange vontade, emoção e mente, e que ela é capaz de abrir os olhos do coração para um entendimento mais profundo, que extrapola o domínio teórico e resulta em consequências práticas no mundo fático. Em outras palavras, a imaginação se mostra como um instrumento profícuo não somente no que diz respeito à comunicação do Evangelho, permitindo que se vislumbre, por meio de lampejos e metáforas, a verdade do que está em Cristo, mas também possibilitando que se viva de acordo com essa verdade, conectando o drama das Escrituras ao drama dos homens.

2. A COSMOVISÃO CRISTÃ E O DRAMA DAS ESCRITURAS

De modo geral, a cosmovisão pode ser definida como uma orientação fundamental do coração a ser expressa por um conjunto de pressuposições sobre a constituição básica da realidade. Como postula James Sire (2012), esse conjunto de pressuposições, não raramente, assume a forma de uma história. Logo, em termos simples, a cosmovisão se revela como o alicerce sobre o qual se sustenta o mundo e tudo o que nele há, o firme fundamento onde o homem vive, se move e existe, a história da qual ele é partícipe.

Isto posto, vale destacar que a cosmovisão, embora originada na dimensão teórica da mente do indivíduo, jamais permanece como uma simples teoria, mas ganha contornos práticos, ou seja, modula e norteia comportamentos, atitudes e posturas do homem. Nas palavras de Richard Middleton e Brian Walsh (2010), a cosmovisão nunca é meramente uma visão de vida, mas é sempre uma visão, também, para a vida. Afinal, como ressalta Sire (2012), as cosmovisões podem ser expressas a partir de histórias, as quais, por sua vez, são responsáveis por conectar o indivíduo com um contexto mais amplo do significado universal cósmico e humano.

É natural que, ao inserir uma história – a história pessoal ou mesmo a história do mundo ou da humanidade – em um todo maior, em uma narrativa mais abrangente, automaticamente ela ganhe sentido. Portanto, entende-se que, em essência, toda cosmovisão conta uma história e, parafraseando Alasdair MacIntyre (2021), só é possível responder à pergunta “o que devemos fazer?” se, primeiro, se souber responder à pergunta “de que história ou histórias estamos fazendo parte?”. Michael Goheen e Craig Bartholomew (2017) respondem a essas perguntas de maneira categórica ao afirmarem que é a Bíblia que fornece a história básica que é necessária para se compreender o mundo e o modo pelo qual, enquanto povo de Deus, deve-se nele viver. Assim, para uma cosmovisão cristã ser legítima, ela precisa

ser moldada e testada pelas Escrituras. Por isso N. T. Wright (2009) sustenta que viver sob a autoridade da Bíblia significa viver no mundo da história contada por ela. As Escrituras funcionam, desse modo, como uma história básica por meio da qual o homem compreende sua própria experiência e pensamento, sendo o fundamento sobre o qual o cristão alicerça suas decisões e ações.

Nesse sentido, em síntese, a cosmovisão cristã pode ser interpretada como a história basilar do mundo e da realidade como contada pelo Deus da Bíblia. Os cristãos afirmam que Deus criou o ser humano à Sua imagem e semelhança, mas que o homem decidiu se alienar de Deus, ocasionando consequências desastrosas, que os cristãos chamam de Queda. Porém, Deus instituiu um plano de salvação através da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, conduzindo todo o cosmos à uma Redenção final. Para os cristãos, a história de todas as pessoas está inserida nessa história-mestra. Esse é o drama das Escrituras, a grande narrativa da existência, o contexto maior que confere inteligibilidade aos atos dos homens e os ajuda a entender por que estão fazendo o que estão fazendo, como estão se guiando e caminhando pela realidade.

Quando Deus criou o homem, Ele lhe deu uma ordem, um mandamento e um lugar no mundo; um papel a desempenhar na narrativa, no drama das Escrituras. Em especial, ao estabelecer o mandato cultural (Gênesis 1:28), Deus convidou o homem a dominar e sujeitar essa criação; a cuidar e cultivar, de acordo com os seus bons preceitos. Esse *mandato* se estende para a inteireza da cultura, valorizando todas as vocações, chamando cada ser humano a trabalhar como se para o próprio Deus e a glorificá-lo em tudo o que faz. Depreende-se, portanto, que a cultura e o mundo devem ser redimidos, não rejeitados, pois é isso que Deus tem feito com o próprio homem.

Essa redenção já começou, e ainda que no presente se manifeste somente por meio de lampejos e sombras brilhantes que irrompem em meio à realidade, um dia, será experimentada em plenitude. No entanto, mesmo na presente era, existe nas coisas criadas uma potencialidade para que outras coisas surjam, visto que Deus assim as fez. Além disso, Deus colocou na criação uma imagem de si mesmo – o ser humano (homem e mulher) – para dar continuidade ao que Ele fez no princípio, criando a partir do que já fora criado. Assim, a cultura e a arte se revelam como expressões da criatividade, e a criatividade tem valor porque Deus é sua origem última.

Em seu livro “A arte e a Bíblia”, Francis Schaeffer entende que:

A primeira razão para valorizarmos a criatividade é que Deus é o Criador. Em segundo lugar, uma obra de arte tem valor como criação porque o homem é feito a imagem de Deus e, portanto, pode não apenas amar, pensar e sentir emoções, ele tem também a capacidade de criar. Tendo sido feitos a imagem do Criador, somos chamados a criatividade. Faz parte da imagem de Deus em nós. Embora a criatividade seja algo bom, não significa que tudo que provém da criatividade humana é bom. Embora tenha sido feito a imagem de Deus, o homem está corrompido. (2009, p. 45).

Segundo esse pensamento, genialidade, por si só, não basta; o caráter é

importante. A partir disso, compreende-se que todo ser humano tem a incumbência de criar e desenvolver segundo os preceitos estabelecidos não por si mesmos, meros servos, mas pelo verdadeiro Senhor, expandindo a “lógica do jardim” para o restante da criação de Deus. Esse é o propósito para o qual o homem foi feito e esse propósito se traduz em todas as áreas da vida humana.

Na verdade, uma cosmovisão cristã baseada nas Escrituras precisará trabalhar com a ideia de que, desde o princípio, a essência do que significa agir como ser humano está diretamente ligada ao estabelecimento da cultura neste mundo. Deus concedeu aos seres humanos autoridade para exercer “domínio sobre a criação”, por terem sido feitos à Sua “imagem e semelhança”. Em outros termos, a vontade divina é que o homem o represente, cuidando do mundo e mantendo sua ordem, seja na política, economia, ciência, educação, tecnologia, arte, literatura ou no entretenimento. Deus convida o homem a ser seu co-criador, respondendo ao chamado para a criatividade com o cultivo de uma imaginação saudável. E isso não diz respeito apenas aos cristãos, pois, na Bíblia, a ordem de um chamado *mandato cultural* foi dirigida à toda a humanidade.

Assim, o conceito de “mandato cultural”, desenvolvido a partir de Gênesis 1:28, comunica a ideia de que a produção cultural humana pertence à própria ordem da criação e foi algo que brotou da boa vontade de Deus. Dessa forma, na teologia, a expressão “mandato cultural” aponta para a revelação de que Deus deu aos seres humanos a possibilidade de serem *co-participantes* de Sua criação, isto é, a possibilidade de serem *co-criadores*. Através da graça comum, a humanidade continuaria criando (não *ex nihilo*, a partir do nada), mas a partir da criação do próprio Deus.

No âmbito da arte, o propósito inicial do Senhor se revela ainda nas Escrituras. Por que o homem conta histórias? Justamente porque não consegue narrar a própria vida de outra forma. Para responder às perguntas sobre sua existência, é necessário que conte uma história. Como colocado por Alasdair MacIntyre (2001, p. 363), no livro *Depois da virtude: um estudo em teoria moral*, o homem, em suas ações e práticas, bem como em suas ficções, é essencialmente um animal contador de história. A história narrativa de um certo tipo revela-se como o gênero fundamental e essencial para a caracterização das ações humanas. As cosmovisões não são exclusivamente essas narrativas, mas são expressas a partir dessas histórias que conectam o homem com um contexto mais amplo, pois, como já exposto, a cosmovisão não é apenas uma forma de enxergar a realidade, mas também um modo de vida. Extenso, total e abrangente, com valores, princípios e parâmetros próprios que põem em xeque toda a existência, não somente elevando-a à sua plenitude de significado, mas glorificando a Deus em cada um dos seus detalhes.

Nesse sentido, compreende-se que a arte é o reflexo da criação de Deus, ligada a um importante aspecto da humanidade, que é o de representar a si mesma perante Deus e Deus perante o mundo, isto é, a responsabilidade de espalhar a “lógica do jardim” por toda a criação. Dentro do contexto maior do drama das Escrituras, toda história e toda arte reflete a glória, a graça, a imagem e a obra de Deus; são ecos do seu propósito inicial e do seu grande plano de redenção e restauração da criação. A boa arte, em particular, exalta e revela o próprio Deus em sua grandeza e majestade, alinhando as afeições humanas com os valores puros e absolutos de Verdade, Bondade e Beleza, abarcando as características inefáveis

da realidade de seu senhorio e descortinando um mundo que está repleto de significado e propósito.

Essas são as sombras brilhantes de Cristo, que penetram mesmo no mundo caído e brilham a sua luz através da escuridão, trazendo vislumbres de glória e transcendência por meio da criação – de Deus, *ex nihilo*, e do homem, que não pôde evitar refleti-lo em toda arte, toda “sub-criação”.

O primeiro exemplo disso registrado nas Escrituras, encontra-se em Adão que, gerado a partir pó da terra, mas presenteado com o fôlego da vida, demonstrou uma capacidade criativa inata ao dar nome para todos os animais feitos pelo Senhor. Vale lembrar que, em sua antiga linguagem, os nomes eram formados pela descrição das características mais marcantes daquela espécie, de modo que Adão exibe um enorme intelecto ao identificar quais as maiores qualidades e, também, funções e utilidades de cada ser vivo. Em outras palavras:

Ao surgir, o homem apresenta-se como um ente capaz de imaginação, de referências significativas, de valorização, que envolvem tanto a própria existência como as realidades circunstantes. (CRIPPA, 1975, p. 95).

Assim, como leciona Robert Avens (1993, p. 113), o ser humano não é um receptáculo passivo da experiência, mas um participante ativo, “ele quer concebê-la, preservá-la, a fim de pensar sobre ela”. Essa realidade demonstra que, desde sua gênese, a humanidade foi criada para criar, para usar sua racionalidade e empregar seus dons naturais de inteligência, engenhosidade e desenvoltura em prol da obra de Deus na Terra, sendo, portanto, bons mordomos do que lhes foi confiado.

Analisando o sexto dia da criação com base no relato de Em Gênesis 1:26-28, percebe-se que, quando Deus cria, Ele dá uma benção: “Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra”. Encher e subjugar, no sentido de exercer realeza, não de explorar a terra. Neste “sexto dia”, há uma dinâmica diferente, isto é, o “haja” impessoal dos atos criativos de Deus é substituído pelo pessoal “façamos”. Essa é a forma com que o narrador de Gênesis coloca a humanidade mais próxima de Deus que o restante da criação: é somente com o ser humano que Deus anuncia seu propósito de antemão. Ele diz ao ser humano qual seu objetivo. Portanto, existe uma relação diferente entre Deus e a humanidade. É papel do homem representar Deus perante a criação e a criação perante Deus, exercendo realeza e sacerdócio.

Nesse tocante, vale destacar que a palavra “mandato” vem de uma expressão latina que se refere àquilo que foi dado nas mãos do ser humano, aquilo que foi confiado à sua administração responsável. Por sua vez, o termo “cultura” está relacionado ao ato humano de obedecer às duas ordenanças divinas no momento da criação: cultivar e guardar o jardim no qual Adão e Eva foram colocados (Gênesis 2.5); e exercer a ordem de dominar a Terra (Gênesis 1.26-28). Dessa forma, os arranjos culturais não são meras formas de entretenimento, mas ordens do próprio Deus. Ele chama o homem a estabelecer cultura. Essa é a essência do ser humano desde sempre e não apenas após a queda.

De todo o exposto, seguem-se três desdobramentos muito importantes. Em primeiro lugar, nada do que está no mundo pertence ao homem, mas a Deus, e, como corolário, não existe trabalho que não seja prestado ao Senhor. Segundo, entende-se que essa não é a história do homem, mas a história do Criador, a obra da vida dEle. E, por fim, ao fazer parte da história de Deus como seus filhos amados, os cristãos são chamados a serem seus imitadores, ou seja, fazer, agir e pensar como Ele.

Isso posto, o papel a ser desempenhado pela humanidade no drama das Escrituras e na grande narrativa da vida é ordenado por Deus, orientado por Ele e totalmente dependente dEle. Assim, uma vez inserido na narrativa do Deus criativo e chamado a imitá-lo e fazê-lo conhecido, o ser humano se transforma em um contador de histórias, escritas não por si mesmo, mas pelo verdadeiro Autor.

Nesse sentido, o teólogo Paul Tillich (1959) fez uma contribuição significativa, defendendo a religião cristã, não como um âmbito ou uma região particular, mas como uma dimensão de profundidade, a substância que dá sentido à cultura, enquanto esta, por sua vez, revela-se como a totalidade das formas por meio das quais a religião expressa a si mesma. Diante disso, vem à mente a célebre conceituação de C. S. Lewis:

As palavras estarão fadadas a serem esquecidas assim que você se apoderar do mito. Na poesia, as palavras constituem o corpo, enquanto tema ou conteúdo constitui a alma. Porém, no mito, os eventos imaginados constituem o corpo, e algo inexpressível é a alma: as palavras, ou mímica, ou filme, ou série ilustrada nem mesmo são roupas, não são muito mais que um telefone. (LEWIS, 2020, p. 12).

A arte de criar mitos é essencial ao Evangelho, pois é a alma da própria cosmovisão cristã; uma verdade que, independentemente de forma ou contador, transmite-se ao espírito, renova a mente e faz retumbar o coração.

Em exemplo prático é o caso do próprio C. S. Lewis, que insistia que suas *Crônicas de Nárnia* não deveriam ser vistas como alegorias, mas como um exercício de imaginação sobre como as coisas poderiam ter sido se elas tivessem se desenrolado em outro lugar, quiçá em outro mundo. A arte revela o mundo desvelado, puro e ordenado da boa criação de Deus, seguindo o mesmo rumo da história ao se desdobrar em três atos narrativos – Criação, Queda e Redenção –, transmitindo a esperança da cruz e brilhando a sua luz pelo mundo de modo a propagar os ecos da nova obra de Deus que já estão presentes no mundo.

Em suma, de acordo com a cosmovisão cristã, o drama das Escrituras é uma história com começo, meio e fim; a grande e suprema história na qual toda a humanidade está inserida não somente no lugar de um observador passivo, mas de um participante ativo. Nesse contexto, a arte, em especial a literatura, revela e ressalta aspectos dessa realidade mais ampla, conduzindo o homem a um encontro genuíno com Deus, com o mundo e com a essência do que significa ser humano, e permitindo também que cumpra o seu papel designado de espelhar Cristo na criação e de expandir a lógica do jardim pelo mundo. A imaginação ajuda o homem a enxergar essa narrativa mais claramente, tanto em relação ao seu papel pessoal quanto no tocante ao enredo e ao seu verdadeiro Autor, sendo, portanto, um valioso

artifício para a teologia e para a fé ao capturar e expor os vislumbres das sombras brilhantes de Cristo na realidade através da literatura fantástica.

3. O DESPERTAR DA IMAGINAÇÃO

O drama das Escrituras, isto é, a grande história, possui um início auspicioso: de acordo com Bíblia, tudo começou com um ato de criação *ex nihilo*. Comunicando poder em palavras, Deus trouxe luz à escuridão e formas ao vazio. É interessante que o Senhor tenha escolhido a palavra como meio de criar, e que tenha, posteriormente, se revelado à humanidade através da Palavra, porém, em um primeiro momento, ainda em Gênesis, o caráter criativo de Deus já é percebido muito claramente. Como leciona Jordan Raynor (2022, p. 29), “o processo da Criação revela Deus como infinitamente criativo”. Nesse tocante, nota-se que:

A característica dominante que Deus revelou sobre si mesmo até esse ponto na Escritura é que Ele é Criador. Então, quando os seres humanos são criados “à sua imagem”, a implicação lógica é que estarão caracterizados pela criatividade de seu Criador. (RAYNOR, 2022, p. 34-35).

Essa perspectiva, consagrada pela cosmovisão cristã, é reforçada pelo estabelecimento do mandato cultural, através do qual o Senhor convida a humanidade para assumir um papel ativo na trama, não como meros expectadores da sua obra, mas participantes, subcriadores. Assim, como postula Tolkien (2017), a faculdade criadora do homem se revela como uma capacidade subcriadora, enriquecendo a vivência humana com uma nova dimensão de experiência proporcionada pela imaginação. O homem não é capaz de criar *ex nihilo*, porém, é chamado para criar a partir do potencial que há naquilo que Deus já fez.

Desse modo, pode-se afirmar que a criatividade é uma herança outorgada pelo Criador que fez os homens à sua própria imagem. Como corolário, a imaginação se apresenta não apenas como um dom, mas também como um atributo comunicável do Deus Criador. Os seres humanos são capazes de imaginar e criar porque Deus assim o fez primeiro. Em outros termos, apenas por Deus ter sonhado, imaginado e criado, o homem é capaz de sonhar, imaginar e subcriar novas coisas a partir dos primeiros atos criativos do Senhor.

Uma vez que, no senso comum, a imaginação está associada a fantasias e até mesmo a delírios, é pertinente trazer à baila uma definição mais adequada do que é a imaginação, afastando seu conceito da visão corriqueira que a opõe à razão e à realidade, corrompendo o seu verdadeiro significado.

Em essência, a imaginação é uma faculdade do pensamento humano que torna o homem capaz de sentir, raciocinar, decidir e criar, discernindo o que é bom do que é mau. Trata-se de uma importante faculdade que, aliada à razão, permite a lucidez do pensamento. Dessa maneira, a imaginação é indispensável para o processo de conhecimento, sendo a atividade capaz de interligar a razão e a experiência, dando forma ao abstrato. No entanto, George MacDonald (1895,

p. 2) deixa claro que, embora a imaginação seja responsável por dar forma ao pensamento, tais formas não são produto da mente humana, que apenas capta a percepção de formas já existentes na realidade, tornadas visível pelo “poder” da imaginação, que projeta a verdadeira imagem.

Nesse sentido, Régis Jolivet (1955, p.148) chama de imaginação, “a faculdade de conservar, de reproduzir e de combinar as imagens das coisas sensíveis”, mediando os órgãos do sentido e do pensamento de modo a construir possíveis conceitos e relações.

Compartilhando desta perspectiva, Northrop Frye (2017, p. 18) conceitua a imaginação como “o poder de construir modelos possíveis de experiência humana”, pois, ao contrário da razão, a imaginação não se limita a descrever a realidade como ela é, mas dá um passo adiante a fim de enxergar além do véu das coisas aparentes, abrindo um leque de novas possibilidades e interpretações à mente do homem.

Em outras palavras, como destaca Gabriele Greggersen (2001, p. 85), “a razão tem seus limites; há coisas incompreensíveis, não por serem absolutamente ‘ininteligíveis’, mas por serem ‘inexauríveis’”, acessáveis apenas através de exemplos, metáforas e outras figuras de linguagem que ampliam o campo do pensamento – e da atuação – do homem.

Assim sendo, a imaginação passa a ocupar um lugar de destaque na visão de mundo. De acordo com a lógica de C. S. Lewis, “o imaginativo deve ser visto como um uso legítimo e positivo da imaginação humana, desafiando os limites da razão e abrindo a porta para uma apreensão mais profunda da realidade” (Lewis apud McGrath, 2013, p. 279). Para ele, a percepção da realidade pode – e deve – ser moldada pela imaginação. O ser humano almeja “algo a mais que não pode ser posto em palavras – ser unidos à beleza que vemos, estar nela e recebê-la em nós mesmos, nos banhar nela, nos tornar uma parte dela” (Lewis, 2017, p. 47).

Sob essa ótica, a imaginação se mostra como uma aliada do pensamento, mas que não se restringe a ele, tendo influência direta sobre as ações dos homens ao oferecer lentes pelas quais enxergam e interpretam o mundo. Essas lentes despontam como recursos didáticos para exposições filosóficas, axiomáticas e metafísicas, mas também para a prática cotidiana, em nível pessoal e global. Com efeito, não há nada na razão que não tenha primeiro passado pela imaginação.

Em vista disso, a boa alimentação da imaginação, definida pelo poeta Samuel Taylor Coleridge (1995, p. 149) como a “energia viva e o agente primeiro de toda percepção humana”, torna-se fundamental para a uma vida equilibrada e responsável, pois trata-se de antecipar experiências e vivê-las em um nível de estruturação da personalidade que permite um engrandecimento do ser, ampliando por dentro e transbordando para fora.

Nesse panorama, a imaginação age como um arcabouço de memórias e experiências – sejam elas diretas, resultantes de tudo o que o homem vê, ouve, sente e vive, tudo o que o sujeito entra em contato; ou indiretas, através da ficção, considerada, dessa forma, como um produto natural da imaginação, capaz de sintetizar e transmitir vivências que enriquecem o indivíduo. Isto posto, a imaginação ganha contornos morais de uma virtude que informa e educa, capaz de ensinar a mente e o coração a responder à realidade com emoções adequadas e ações apropriadas para os objetos apresentados.

Isto posto, Russell Kirk (2011) afirma que a grande responsável por essa

“imaginação moral” é a arte da literatura, a qual age no sentido de ensinar ao homem sua verdadeira natureza, dignidade e lugar no esquema das coisas, expandindo seus horizontes mentais a partir de exemplos e modelos de experiências inventadas que se relacionam com a vivência prática e cotidiana. Através do artifício da imaginação, a literatura cria um universo médio que funde forma e significado, ideia e ação, emoção e comportamento, trabalhando com possibilidades que mediam e influenciam a experiência fática.

A ficção pode se espelhar na realidade em intensidades diferentes, todavia, ao possibilitar a vivência de novas experiências, a literatura tem o potencial de orientar a prática, inculcando valores e esclarecendo uma visão de mundo, de modo que as histórias ficcionais subcriadas pelo homem podem – e devem – apontar para a história suprema, criada por Deus.

Lewis explica a questão com bastante lucidez:

Qual é então o valor - ou qual é mesmo a sua justificação - de ocuparmos os nossos corações com histórias sobre o que nunca aconteceu e aceder, por interposta pessoa, a sentimentos que devíamos tentar evitar em nós próprios? Ou de fixar o nosso olhar interior em coisas que nunca poderão existir? O mais próximo que até hoje cheguei de conseguir uma resposta foi ao dizer que buscamos um engrandecimento do nosso ser. Queremos ser mais que o que somos em nós próprios. Por natureza, cada um de nós vê a totalidade do mundo de um ponto de vista cujas perspectiva e seletividade lhe são peculiares. E mesmo quando criamos fantasias ociosas, elas vêm saturadas e limitadas pela nossa psicologia pessoal. [...] Desejamos escapar às ilusões da perspectiva. Queremos ver com outros olhos, fantasiar com outras imaginações, sentir com outros corações, ao mesmo tempo que com os nossos. [...] Exigimos janelas. A Literatura como logos é uma série de janelas, e mesmo de portas. [...] O homem que se contenta com ser apenas ele próprio, e por conseguinte em ser menos, vive numa prisão. Para mim, os meus próprios olhos não são suficientes, quero ver através dos olhos de outras pessoas. A realidade, ainda que vista através dos olhos de muitos não é suficiente. (LEWIS, 2003, p. 185-187; 189-190).

A imaginação, portanto, não trabalha com escapismo, mentiras ou enganos, mas com a verdade, oferecendo diversas lentes – ou janelas – para vislumbrá-la de forma mais clara e eficaz ao comunicar-se com os sentidos não somente da mente, mas também da alma do indivíduo, ampliando seus horizontes com a sombra de algo que, de outra forma, estaria além do seu alcance através da mera racionalidade.

Na compreensão de Lewis (1969, p. 265), a razão é o órgão natural da verdade, enquanto a imaginação é o órgão do significado. São as duas asas do anjo, dois lados da mesma moeda; uma coisa não existe sem a outra. Através da razão, é possível apreender e discernir o conhecimento, porém, ao produzir novas metáforas e reviver metáforas antigas, dando cor à experiência diária, a imaginação é capaz de

descrever o que não é conhecido em termos do que é, ministrando o conhecimento mediante a formação de associações significativas. Com o auxílio da imaginação, o conhecimento ganha peso, sentido, uma articulação mais significativa para o cotidiano, ancorando o indivíduo no que há de mais sólido acima e abaixo dos vapores da presente realidade.

Em consonância com esta noção, Vanhoozer (2017) adiciona que ao comparar a realidade ao que ela não é, aprendemos mais sobre o que ela é, ou seja, a imaginação se revela como um método capaz de revelar a realidade não apenas como ela é, mas como poderia ser, aguçando os sentidos humanos para as possibilidades do real e à sua concretude em vista dos valores abstratos. Em outros termos, por meio do contraste, a imaginação aproxima os olhos do que é real, iluminando o mundo fático com a sombra brilhante da alteridade.

Não raramente, quando essa imaginação poética age, isso acontece por meio de uma história. Como leciona Vanhoozer (2017, p. 121-122), “as melhores histórias comunicam o sentimento da realidade ao despertar algo profundo em nós. [...] Sentimos o sabor da verdade quando habitamos na história, ou quando a história habita em nós”. Dessa maneira, compreende-se que as histórias não são uma forma de escapar da realidade, e sim de experimentá-la – não apenas a superfície, mas as suas profundezas supernaturais. Sobre esse tópico, ele chega a afirmar que “é necessário ter imaginação para ver o que está em Cristo, pois Cristo é o significado do todo, o padrão último em que todas as coisas subsistem”.

Nas palavras de Vanhoozer (2017, p. 114, grifo nosso), “as histórias [inventadas] nos despertam para os padrões significativos da vida”, com efeito que “a imaginação nos ajuda a provar e ver a bondade de Deus”. Em compêndio, instrumentada sob o senhorio de Cristo, a criatividade, a imaginação e as histórias literárias podem apontar para o Reino de Deus ao lançar luz na estrada escura, tortuosa e acidentada do “reino dos homens”.

Mas apenas imaginação e lúdico não bastam. Tem que ser boa imaginação, assumindo em si os valores morais absolutos encontrados nas Escrituras. Trata-se de uma árdua tarefa e uma pesada responsabilidade, pois a boa imaginação não consiste em impor bondade às imagens, mas extrair bondade delas, através da interpretação. Este é, portanto, um cuidadoso trabalho de mediação, no qual a imaginação nada mais é que o veículo que conduz as coisas conhecidas às coisas que não o são, a ponte que atravessa um reino médio onde a fantasia permite que a razão humana enxergue além da transparência do mundo e encontre a verdade. Em outras palavras, a imaginação permite que valores como coragem, lealdade e amizade, ou conceitos como graça, misericórdia e providência ganhem forma física, visível e palpável, tal qual uma pequena encarnação de realidades e princípios que antes pareciam abstratos, mas que, a partir desta visão, tornam-se mais claros.

De certa forma, lidar com a imaginação é aprender a separar o joio do trigo, sendo necessário discernimento e sabedoria para atinar-se à distinção, de modo a extrair aquilo que é proveitoso, bom e correto, e descartar o que não o é, não apenas ensinando o sujeito a lidar com a própria imaginação e a alcançar o que existe no mundo de além do mundo, mas também estimulando os sentidos axiomáticos do indivíduo, aafiando a sua moral e testando seus valores ao apresentá-los de forma “concreta”. Assim, a imaginação age como um meio capaz de suprir o vazio axiológico do homem ao dar forma para o que ele conhecia apenas por termos

vagos, fomentando uma visão mais equilibrada da vida e do indivíduo em um mundo racionalista e cientificista ao extremo, irrigando os áridos desertos do pensamento seco, insensível e empedernido, contribuindo para a saúde da própria razão ao defendê-la dos sentimentos falsos do relativismo e do materialismo ao inculcar os sentimentos corretos, verdadeiros e absolutos.

Em termos simples, a imaginação possui um amplo escopo e uma capacidade única de perscrutar uma imensa variedade de experiências, oferecendo parâmetros para que o homem possa enxergar adequadamente a realidade, o mundo e o seu lugar nele, com referências morais e lampejos metafísicos que permitem que ele se movimente pela vida de maneira não somente virtuosa, mas condizente com a verdade.

Destarte, compreendida a imaginação como um artifício capaz de combater a chamada absolutização da razão, surgiu C. S. Lewis, em quem havia a “crescente percepção de que contar histórias era uma forma eficaz de enaltecer e comunicar uma visão de mundo” (MCGRATH, 2014, p. 68), no sentido de quebrar o encantamento secular e abrir a mente para outra possibilidade, cativando a imaginação e despertando a reflexão filosófica através de determinada narrativa, de modo a provocar o seu confronto com a realidade e a subsequente recondução à verdade, permitindo um encontro mais pleno e incontestante com o mundo.

Sob essa ótica, a imaginação passa a ser tratada como um instrumento capaz de estabelecer um diálogo entre o homem e a verdade, provocando reflexões a partir do exercício criativo, pois, ao inserir-se em uma história, o sujeito insere-se também em uma cosmovisão, que exige uma postura ativa para com a realidade. Em outros termos, participar de uma história é imergir em uma visão de mundo que molda as lentes pelas quais o homem enxerga a si mesmo e a realidade ao seu entorno.

Se toda a humanidade é partícipe de um grande drama, cada homem é também integrante de uma pequena história, uma “metanarrativa” que molda a sua vida, a sua forma de agir e pensar, inculcando-lhe certos valores e convicções sobre como o mundo funciona ou deveria funcionar. Em cada ser humano habita uma história, portanto, é preciso analisá-la, escolhê-la com sabedoria e constantemente desafiá-la para descobrir se de fato encontra suporte na realidade. Afinal, a história que os homens contam a si mesmos, a história na qual acreditam estar inseridos, repercute de forma grandiosa no modo como decidem viver, nas suas práticas, nos pensamentos e nas crenças mais íntimas, sejam elas pessoais ou gerais, físicas ou metafísicas.

Dessa forma, unindo o conceito de cosmovisão ao uso da imaginação como instrumento profícuo para a arbitragem entre o pensamento e a ação, o conhecimento e a verdade, o físico e o metafísico – ou, melhor dizendo, o mundo e o que está além do mundo –, é possível orientar o homem no vasto mar da realidade, na extensa trilha que se estende à frente do peregrino, estabelecendo placas na estrada, sinaleiros que apontam para o verdadeiro caminho, estrelas norteadoras na escuridão do mundo caído, sombras brilhantes que refletem a luz que há acima da cúpula do mundo, além das fronteiras da materialidade; revelando o invisível, o inefável e as firmes raízes do aparentemente incognoscível a partir do que o homem pode conhecer – e de fato conhece –, traçando linhas que o conduzem ao tesouro, cifras que o permitem descodificar o enigma e aproximar o ser criado dos mistérios revelados por seu Criador.

As sombras brilhantes refletem Cristo e seus preceitos, e podem ser

compreendidas pelos olhos da razão, mas são vislumbradas somente pelos olhos da imaginação, tal qual raios da luz do sol que, ao incidirem sobre o mundo, não o tingem de dourado como ouro, mas desvelam as características próprias escondidas no escuro, transformando não apenas a realidade, mas a maneira como o sujeito a observa e se relaciona com ela. Para parafrasear Lewis, as coisas comuns são atraídas por essa sombra brilhante que as mostra como realmente são, sem as máscaras das concepções humanas. Desse modo, a imaginação é necessária justamente para captar o brilho, a alteridade santa, na sombra, iluminando as formas criadas pelos pensamentos divinos sob sua luz verdadeira, a fim de que sejam adequadamente apreendidas pela razão. Assim, contrário do que poder-se-ia supor, razão e imaginação não são inimigas, mas aliadas, pois ambas são capazes de comunicar a verdade.

Vanhoozer sintetiza o pensamento lewisiano quanto à essa relação – e interação – entre a razão e a imaginação da seguinte forma:

Lewis contrasta o olhar para um feixe de luz com o olhar ao longo do feixe. A razão permanece afastada, mantendo distância crítica do feixe de luz, observando apenas as partículas de pó, girando no ar. A imaginação, por contraste, se achega ao feixe de luz e olha ao longo dele, provando e participando de sua iluminação. (VANHOOZER, 2017, p. 118-119).

O homem é chamado a provar e participar dessa iluminação santa no mundo, é convidado a integrar a história contada pelo Autor. Nessa jornada, a razão é necessária para o discernimento e a sabedoria, mas a imaginação é imprescindível para contemplar o caminho, o enredo, os detalhes que se escrevem nos personagens – a própria humanidade – e na narrativa, pois o ser humano não é um mero expectador da peça, mas também um ator neste grande drama.

Nas palavras de Lewis (1979, p. 428), “o cristianismo é Deus expressando a si mesmo através do que chamamos de ‘coisas reais’”, de modo que é preciso ter imaginação para enxergar o que está nele. A imaginação, assim, oferece um meio de moldar a mente humana e quebrar o encantamento secular, ajustando os processos da razão à verdade ao contar histórias mais convincentes e envolventes que o materialismo frio é capaz de propor, enredando o homem em sua trama viva que mescla vislumbre e solidez a fim de apreender a realidade em todos os seus contornos. Através da imaginação, uma boa história comunica-se com a alma e a mente, confrontando as visões de mundo diferentes com experiências variadas capazes de instigar possibilidades antes ocultas pela limitação prática da materialidade.

Em suma, a imaginação oferece uma estrutura mais ampla para a razão e o pensamento, e ministra conhecimento ao estimular os sentidos, imergindo-os nas profundezas da realidade ao invés de apenas observá-la e contemplá-la como um mero fato desprovido de significado. Esse exercício é inerentemente prático, pois rejeita uma ideologia pré-fabricada pelo mundo e acessa um campo onde há liberdade para lidar com os desafios do presente de maneira cônica, de maneira desperta quanto à realidade, à medida que as histórias permitem que o homem

permaneça acordado após este primeiro despertar para a fé. Afinal, o verdadeiro esforço, segundo Lewis (1964, p. 75), é permanecer atento à presença de Deus, sem se perder em distorções ou devaneios. A imaginação, de forma simples, ajuda a centrar a mente e o coração nessa realidade mais alta, a despeito do que se enxerga somente com os olhos, sendo o único método de ler e interpretar as narrativas da vida, as pequenas histórias e a grande trama na qual a própria humanidade participa. Isto posto, pode-se afirmar que só é possível vislumbrar o mundo e alcançar a verdade plena da existência que se crê pela fé sob o efeito conjunto da razão e da imaginação.

Nesse tocante, não há como separar a fé da imaginação, pois não é possível se ter certeza de algo que não se imagina. O autor da carta aos Hebreus afirmou, no primeiro verso do capítulo onze, que a fé é “a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que não se veem”. A partir disso, depreende-se que a fé não é resultado da observação dos fatos pelas aparências, mas da contemplação da realidade pelo que ela é em essência, abaixo e acima das camadas de esmalte do secular e do materialismo. A fé é justamente a capacidade de ver além, não com os olhos naturais, mas com os olhos da imaginação, que conhecem a verdade por lampejos de inspiração inata da luz divina que refrata na substância criada – seja essa substância o mundo, ou o próprio homem. Sem a imaginação, a fé se tornaria muito difícil, pois ela é a responsável por conectar os fios do pensamento humano não aos sentidos do corpo, mas aos sentidos da alma, fornecendo um condutor apropriado para que se conheça a realidade invisível e se vislumbre em forma concreta, através de metáforas e outras figuras de linguagem, o que antes era abstrato, o que não possui “corpo”, mas apenas “alma”.

Existe uma qualidade incipiente do real no imaginado, de modo que a imaginação incorpora o meio à substância (mensagem ou sentido), em um esforço para tentar abarcar o inefável. Portanto, o problema não é platônico, mas questiona de que forma as coisas reais e inventadas – criadas e subcriadas –, as sombras brilhantes da luz divina que deslizam pelo vapor terreno, podem auxiliar o homem a experimentar a ascensão dos seus desejos e anseios, reconduzindo seu coração à razão que o faz pulsar, a fim de que ele possa vislumbrar todas as coisas, inclusive a si mesmo, sob a verdadeira luz que vem de cima, e assim participar da história de maneira a honrar o seu Autor, sem jamais perdê-lo de vista. A imaginação e a ficção, portanto, não implicam em um abandono do real para viver no imaginado, mas no deslumbramento em relação ao real a partir do imaginado, que o eleva e engrandece através dos lampejos e vislumbres divinos, enquanto o homem aguarda que venha a luz plena que revelará, sem sombras, tudo o que há. A imaginação, assim, nada mais é que uma janela, e é preciso suspender o véu da materialidade para olhar através dela e enxergar a verdade como ela é.

Dito isso, ressalta-se que as coisas imaginadas não podem ter um valor absoluto para a alma. Elas são apenas janelas através das quais pode-se contemplar a glória. O homem deve usar das coisas do mundo, imaginado; mas o mundo imaginado, assim como o mundo de fato, deve ser reconhecido em sua transparência. Há uma realidade suprema, sólida, sobreposta ao vapor do mundo de fato, assim como ele mesmo sobrepõe-se ao mundo imaginado, de forma que, em verdade, a humanidade está olhando para Deus através das coisas ordinárias; porque a glória divina se manifesta através de todas as coisas criadas por Deus – e subcriadas

pelos seres humanos. Se a glória de Deus não estivesse passando pelas coisas, o homem jamais iria se impressionar com elas, mas é necessário manter a disciplina e o discernimento cristão de saber apreciar e ser grato pela beleza e pela verdade que se mostram nas coisas ordinárias sem perder a visão das coisas reais, sólidas e eternas, transcendentais e imanentes, que estão além delas e são a razão delas.

Desse modo, aos moldes de 2 Coríntios 4:18, enquanto processo imaginativo, a fé consiste em fixar os olhos, “não naquilo que se vê, mas no que não se vê, pois o que se vê é transitório, mas o que não se vê é eterno”. A fé, portanto, se revela como um método ativo de apreender conhecimento, sendo despertada e moldada pelas interações de imagens, símbolos, representações e conceitos abstratos e intangíveis, “invisíveis” na medida que não dependem na visão natural, mas da imaginação poética e moral enquanto dom de Deus e atributo comunicável outorgado como herança pelo Senhor, capaz de unificar os “campos de força” da vida humana, compatibilizando a realidade ordinária com a suprema, e as pequenas histórias ao grande drama das Escrituras.

4. ARTE LITERÁRIA E FIGURAS DE LINGUAGEM NA BÍBLIA

Uma vez que a trama bíblica passa a ser considerada, em consonância à cosmovisão cristã, como a narrativa suprema da qual a humanidade é partícipe, torna-se impossível não traçar paralelos e conexões entre a teologia e a literatura. De fato, ambas estão mais interligadas do que se poderia supor à primeira vista. Ainda em Gênesis, o Senhor Deus trouxe tudo a existência através da Palavra, o Logos divino. Posteriormente, ele escolheu se revelar na natureza, no Verbo encarnado, e, de maneira indireta, nas artes e nos textos, orais e escritos. Nesse sentido, há o argumento de que a literatura é uma das expressões mais contundentes do Criador, pois Ele mesmo escolheu revelar-se através de um livro, a saber, a Bíblia. O mundo está cheio de sinais de Deus, de faroletes e sombras brilhantes que apontam para a verdadeira luz, mas a literatura é um dos meios que concentra grande parte desses sinais, pois sua estrutura e suas figuras de linguagem, suas pequenas histórias e representações, remetem constantemente à narrativa maior, o drama das Escrituras, e ao seu Autor, o Grande Contador de Histórias.

Isto posto, pode-se afirmar que há, no homem, algo que anseia pela arte literária como meio de expressão e interpretação da vida, a fim de saciar sua sede eterna pelo espiritual enquanto ele ainda existe como criatura terrena. Esse desejo faz parte do ser humano, pois é uma consequência inata da imagem e semelhança com o Deus criativo, uma resposta direta ao estímulo com o qual abençoou a humanidade, e um desdobramento de sua atual condição de vida. De um lado, se há uma grande história, é preciso ter imaginação para vislumbrá-la e interpretá-la. Por outro lado, se é a imaginação uma herança divina para o homem, então também é do homem a formulação de imagens e a combinação de palavras para traduzir a realidade, retratando-a e compreendendo-a através das janelas abertas pela própria criatividade.

Em termos simples, a literatura pode ser definida como um método de comunicação, uma prática simbólica, a expressão de significados a partir de palavras que, através da imaginação, criam imagens e transferem sentido. Por meio da literatura o autor subcria um pequeno universo que encarna a compreensão do

universo de fato em uma relação de transparência e reconstrução, a qual permite uma visão mais ampla e autêntica da vida. Ao formular uma nova realidade inventada, a narrativa enriquece o arcabouço de experiências humanas, referindo-se sucessivamente ao real, de modo a agregar à vivência do homem, e aguçá-lo o seu olhar perante si mesmo e o mundo.

Dito isso, a arte literária tem o poder de associar realidades, convidando o leitor a participar da história à medida que desperta emoções e sentimentos latentes, porém adormecidos por falta de expressão. É um fenômeno capaz de ampliar os horizontes da mente, transformando o pensamento humano ao oferecer novas janelas pelas quais contemplar a realidade. Assim, a literatura atua sobre as mentes, onde se decidem as ações e se fomentam as vontades, inculcando ideias e valores por meio das imagens propostas em seu texto; mas também atua sobre almas, onde se expandem paixões e desejos, enriquecendo a experiência de vida ao agregar sentido e a ordenar emoções e comportamentos.

A literatura, portanto, se mostra como um importante recurso na composição do conhecimento, pois, ao estimular a análise do texto, fomenta também a análise da própria realidade humana e seu significado em um contexto mais abrangente da história. Em outras palavras, a literatura representa a realidade de forma criativa, sob uma nova lente interpretativa que põe em foco o que é importante e lança uma perspectiva fresca e mais apurada para com os fatos do cotidiano, os comportamentos do indivíduo e as experiências no (e com o) mundo.

Em essência, o homem é um ser simbólico, isto é, sua relação com o universo acontece por intermédio de símbolos, e a mente humana lida diariamente com as representações imagéticas. A ação exige o pensar, e o pensar exige a imaginação, que vai além do reino dos fatos e imerge no oceano das possibilidades. É a imaginação que atribui significado, pois vê não só o que está lá, mas o que pode estar lá, abaixo da superfície, retratando de forma compreensível à mente o que não pode ser conhecido de outra maneira. Nesse cenário, a literatura surge como um método de suprir as lacunas, preenchendo o espaço vazio que anseia por sentido, traduzindo em palavras o que conhece a alma, ou veem os olhos do coração: as sombras brilhantes que permeiam a realidade escura e invadem o mundo caído com os lampejos da luz que vem de cima.

Existem verdades e realidades que só podem ser vistas e experimentadas, no tempo presente, com os sentidos da imaginação. Desse modo, a literatura não apenas enriquece a experiência humana comum, mediando a compreensão do sentido através das suas muitas representações, como também auxilia na construção de edifícios mentais estáveis e bem fundamentados, tal qual a casa construída na rocha pelo homem prudente (Mateus 7:24-27). A literatura, aliada a imaginação, cumpre o papel de preparar o indivíduo para encarar a vida como ela é por trás das cortinas de fumaça do temporal e dos limites implícitos da razão e da materialidade. Deve haver um firme fundamento para a imaginação, uma narrativa-mestra que orienta os passos da vida, uma base sólida que não se desfaz como areia ou como a rocha aos fragmentos do mundo quebrado. O drama das Escrituras é essa narrativa-mestra, e as pequenas histórias propostas pela arte literária, por estarem inseridas em uma grande história, inevitavelmente apontam para ela. Assim, a literatura estimula a imaginação, necessária para ver o que está em Cristo, dirigindo um olhar – agora aguçado – para a verdade do Evangelho através da transparência do mundo,

de forma a manter o homem desperto e atento à realidade que o cerca.

Como leciona George MacDonald (1867, p. 19), a literatura age como “o meio mais fácil de fornecer o alimento” para a imaginação, a qual é essencial para o desenvolvimento saudável do intelecto, da cultura e da moral, abordando o ser humano em sua integralidade, de maneira a afinar os seus sentidos para captar o que está além da visão natural, acessível somente pela fé em Cristo.

As ilustrações propostas pela literatura em suas muitas figuras de linguagem, auxiliam o intelecto ao converter a realidade dos fatos e da fé em um idioma compreensível pela mente e pelos sentidos do ser humano. Falam, assim, de verdades e experiências para as quais não existem palavras ou formas, mas representações aproximadas, descrevendo uma realidade maior nos termos existentes no mundo caído. Não descrevem a coisa em si, pois não poderiam, mas, antes, estimulam os sentidos a ansiarem pelo porvir, alimentando o apetite com os aromas do banquete que foge ao escopo da imaginação humana.

Nesse sentido, a teologia e a literatura se mostram cada vez mais relacionadas, até mesmo entrelaçadas, pois juntas realizam um jogo intertextual, aliando a experiência estética à religiosa de modo a iluminar a realidade e apontar para a história que se desdobra no mundo, ao tempo em que oferece as lentes interpretativas necessárias para vislumbrá-la de maneira cônica, desperta e atenta, aos moldes dos padrões bíblicos.

O potencial educativo da imaginação já é bem conhecido e, neste panorama, a literatura surge como um guia para direcionar os sentidos do homem e orientar a razão humana no caminho da interpretação correta acerca dos fenômenos que o cercam. Essa é uma oportunidade para promover o discernimento e a sabedoria, ensinando o coração para que lado deve pender, realinhando as paixões e incutindo a moral cristã através de experiências mediadas por exemplos, parábolas, metáforas e outras figuras de linguagem, irrigando os desertos da imaginação de forma a propiciar um terreno fértil para a apreensão do significado do mundo, da vida e de si mesmo pela lente da fé.

Nas palavras do teólogo Warren W. Wiersbe (1997, p. 227 e 306), “a mente gosta de agarrar a verdade apresentada racionalmente e o coração gosta de responder à verdade apresentada imaginativamente”. Dessa maneira, a arte literária cria uma moldura, um espaço no tempo (CARD, 2008) para que a realidade seja contemplada não somente pela razão e pelos sentidos físicos, mas pela alma, pelo órgão natural da fé, que não apenas conhece fatos, mas se transforma ao entrar em contato com a verdade, sendo atravessada e refeita por ela em um processo de crescimento e aprofundamento espiritual.

De acordo com Wiersbe, a imaginação é necessária para que se estude a Bíblia com precisão, “entrando” em sua mensagem, tal qual o homem “entra” e se envolve com as histórias criadas, não se limitando a um papel passivo ou teórico, mas tornando-se um partícipe e se engajando de maneira inerentemente prática na trama da vida como revelada pelas Escrituras. Em segundo lugar, a imaginação é necessária para que se construam conexões entre esse Livro antigo e a vida real das pessoas de hoje. Em outras palavras, através das figuras de linguagem, a imaginação constrói pontes entre a razão e o coração, o pensamento e a ação, a teoria e a prática.

Dito isso, a imaginação é importante pois não somente transmite significado, mas permite ao homem enxergar a si mesmo na história, de forma a melhor

compreender a mensagem e aplicar os ensinamentos ao seu cotidiano, efetivamente despertando para a realidade, e permanecendo nela acordado. Sobre esse tópico, Vanhoozer (2017, p. 123-124) chega a afirmar que “é necessário ter imaginação para ver o que está em Cristo, pois Cristo é o significado do todo, o padrão último em que todas as coisas subsistem”. Nesse sentido, alimentar a imaginação, é essencial.

Como destaca Michael Card (2008, p. 103), “há muito pouca linguagem ‘direta’ na Bíblia”, mas essa peculiaridade cumpre um propósito: enquanto a Lei expõe a incorrigível condição humana quanto ao pecado, “o restante das Escrituras - os Profetas, os Salmos, as narrativas dos Evangelhos, as visões do Apocalipse - fala à imaginação”, àquela ponte “entre o coração e a mente, àquela porta para alma”, convidando o homem a pensar com o coração e a sentir com a mente, uma tarefa que o Senhor parece ter a intenção de ensinar.

Desse modo, nas Escrituras, Deus, na maioria das vezes, fala através de visões, metáforas, histórias, parábolas, paradoxos ou canções, pois são esses os veículos disponíveis para a imaginação, os meios capazes de cativar não somente a razão, mas o coração, uma vez que exigem atenção e clamam por interação com o homem, incluindo-o na história. Assim, a imaginação, enquanto processo de criação de imagens e associação de sentidos, exulta através das figuras de linguagem, as quais ministram conhecimento e dão cor à vida, indo além da mera transmissão de ideias, mas permitindo que o homem “veja” e “prove/saboreie” a realidade contada nas histórias ao trazê-lo para dentro do drama. A história deixa de ser um texto distante e passa a conectar as partes espalhadas da vida, revelando facetas antes inexploradas, conectando físico e metafísico, e transformando a existência em uma narrativa com início, meio e fim.

Nesse panorama, as figuras de linguagem oferecem uma estrutura interpretativa, possibilitando que o homem experimente a realidade em suas profundezas sobrenaturais, compreendendo como as coisas se encaixam e permitindo que ele sinta a verdade no que a razão, de outra forma, trata somente como abstração. Em outros termos, as figuras de linguagem adicionam uma nova dimensão prática à vivência humana. Vanhoozer explica:

Calvino estava certo: as Escrituras são os óculos da fé. Deve-se olhar não apenas para a Bíblia, e sim ao longo dela, em especial se quisermos enxergar mais do que partículas de pó de doutrina. A imaginação consiste em uma maneira de acompanhar as metáforas da Bíblia, uma forma de habitar em suas histórias. Quando se observa o texto todo e habita-se nele, passa-se a imaginar biblicamente: permite-se que os padrões bíblicos organizem e interpretem a experiência. Só quando se enxerga o mundo através das histórias da Bíblia contempla-se a Deus, o mundo e a nós mesmos como somos de verdade. (2017, p. 128-129).

De maneira geral, pode-se afirmar que os autores bíblicos, inspirados por Deus, são modelos inspiradores no uso de ilustrações para a transmissão da verdade. Como postula John Piper (2019), “a Bíblia pode ser o livro de prosa mais imaginativo do mundo. Não porque crie uma realidade que não existe, mas porque

coloca essa realidade em tantas expressões surpreendentes”, contendo centenas de figuras de linguagem e milhares de exemplos.

No Antigo Testamento, as narrativas dos profetas estão recheadas de ilustrações nas quais o imaginário age como catalizador, passagens como Isaías 20, Amós 5, Ezequiel 1; nos livros históricos existem diversos usos de ilustrações como método de ensino, como Juízes 9 ou II Samuel 12; e mesmo antes disso, no Pentateuco, sejam nas descrições do resgate no Egito (Deuteronômio 26:8); na representação metafórica da linhagem de Judá (Gênesis 49:9) ou nas demonstrações por parte do povo de Deus; seja no cântico de adoração a Deus que Adão entoou ao conhecer Eva (Gênesis 2;23), seja no louvor dos israelitas no deserto (Êxodo 15) ou na resposta de fé de Noé, que construiu uma estrutura extraordinária e misteriosa para um evento que nunca havia ocorrido até então, usando, portanto, da imaginação bíblica para ver a verdade sólida de Deus através do vapor do mundo transparente (Gênesis 6), bem como no trabalho dos israelitas na confecção artística da Arca da Aliança, criando espaço, juntos, para que Deus habitasse em seu meio.

Ademais, a literatura bíblica de sabedoria está repleta de figuras de linguagem. Através da poesia, a grandeza e o poder de Deus são refletidos nos Salmos; por meio da personificação de conceitos, conhecimento é transmitido em Provérbios; com metáforas e comparações, valores são comunicados nos Cânticos; argumentos, em Jó; compreensão, em Eclesiastes; e, ao final do Novo Testamento, revelação, no livro de Apocalipse. Ressalta-se, porém, que esta lista, reunida à título de exemplo, não é, de maneira alguma, exaustiva.

Ao longo de toda a Bíblia, a linguagem figurada exulta em poder comunicativo, anunciando uma mensagem de amor e esperança que contempla a história como um todo, instruindo o povo de Deus a como viver no mundo e a como enxergar através dele, construindo uma realidade alternativa com base na fé e na perseverança do já, mas ainda não, contemplando a existência além das fronteiras do presente estado humano.

Essas histórias bíblicas não são apenas narrativas de um passado distante, mas se comunicam com o presente e prenunciam o futuro que virá; são tramas que estão costuradas no próprio tecido da existência; são faroletes e canais de comunicação; são estrelas brilhantes em um mundo sombrio, permitindo que a humanidade se situe, se encontre, descobrindo o caminho para elas e, então, por meio delas (CARD, 2008, p. 73).

Nos Evangelhos, o próprio Jesus ensinou através de histórias, as parábolas, metáforas ampliadas que convidam o ouvinte a participar delas. Grande parte das quase quarenta parábolas contadas por Jesus não mostraram uma conclusão finda; pelo contrário, abriram espaço para uma discussão, um movimento voluntário da mente e da razão na busca pela apreensão do sentido, chamando os homens a raciocinarem através da imaginação, visualizando por meio da fé o que não seria compreendido de outra forma, lançando luz no que antes estava escuro. A “moral” dessas histórias era frequentemente omitida, pois a característica principal das parábolas é justamente a contemplação transcendente, a compreensão que é alcançada através do espírito que, movido pela fé, associa significado e experimenta a verdade contida nas palavras; a verdade que, como postula Card (2008, p. 102), “foi costurada no tecido da criação”. Por essa razão, as parábolas funcionam. Qualquer pessoa entende a linguagem figurada de uma semente que cai no chão, de um pai que ama o filho ou de alguém que procura por um tesouro. E, a partir desses fatos

básicos da vida, lições eternas podem ser absorvidas.

Sobre esse ponto, Vanhoozer (2017, p. 124) afirma que “as parábolas são metáforas estendidas. Jesus não descreveu a aparência do Reino; em vez disso, Ele nos contou o tipo de coisas que acontecem por lá”. Em Marcos 4:30, Jesus questiona os discípulos sobre a forma de imaginar o Reino: “Com que compararemos o Reino de Deus? Que parábola usaremos para descrevê-lo?”. Esse versículo demonstra o papel da imaginação e da história (por meio de metáforas e parábolas) para a compreensão da realidade espiritual, e o interesse que todos os cristãos devem nutrir, ainda hoje, renovando-se a cada dia, no tipo de imagem ou paralelo que seria apropriado para comunicar a Palavra de Deus.

Jesus era um excelente contador de histórias, mas nunca o fez apenas para entreter as pessoas, e sim para alimentar as suas almas famintas, ensinando-as a ter fome e sede pela verdade e pelo Reino. As histórias contadas por Jesus ilustravam as doutrinas, elas partiam do cotidiano da época e exploravam aspectos particulares da cultura, fatos já aceitos e conhecidos, para ensinar novas lições e alcançar as pessoas, revelando o ouro que existia em suas vidas ordinárias, e as sombras brilhantes de Cristo que permeavam a realidade enevoada. Essas histórias, ao atingi-los onde estavam e elevá-los ao drama bíblico, os despertavam do torpor do mundo e os mantinham acordados para a verdade divina.

Conforme elucida Vanhoozer (2017, p. 124), “as metáforas pelas quais os discípulos vivem são as que os despertam para as coisas do Reino realizadas por Deus em Cristo”, de forma que a imaginação media a aplicação dos ensinamentos do Evangelho no coração humano. Assim, como comenta Michael Card (2008, p. 101), ouvir as palavras de Jesus pode ensinar os homens a escutar as parábolas de suas próprias vidas. As histórias se apresentam, portanto, como um convite, e a imaginação é a porta na qual a fé bate, a fim de instruir a razão através de imagens, vislumbres, sons e ecos de uma realidade maior, figuras de linguagem que representam, na arte da literatura, uma forma de compreender a verdade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, conclui-se que a literatura traduz a realidade, comunica valores, enriquece a experiência humana, aponta para o que está em Cristo e oferece uma janela pela qual se pode interpretar o vasto mundo que se desvela aos olhos da imaginação. No texto bíblico, a literatura alcança seu auge, agindo como meio através do qual Deus se revela à humanidade, valendo-se de diversas figuras de linguagem para transmitir e agregar significado, mediando o ensino do que é essencial para uma vida de fé, embasada no firme fundamento da verdade.

Nas Escrituras, o Evangelho foi feito conhecido através da literatura. Mas este Evangelho é vivo, é a própria vida, de forma que se reflete em cada pequena história da grande trama da realidade. De forma semelhante (ainda que inferior), os homens, ao “sub-criarem”, não deixam de espelhar, de algum modo, o Criador. Os escritores em geral, ao inventarem narrativas imaginadas, não conseguem escapar do padrão maior do drama das Escrituras e, ao contarem suas estórias, tendem a refletir a verdadeira história contada pelo Autor.

REFERÊNCIA

AVENS, Robert. **Imaginação é realidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CARD, Michael. **Cristo e a criatividade**. Viçosa: Ultimato, 2008.

CHESTERTON, G. K. **O homem eterno**. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

_____. **Ortodoxia**. 1. ed. São Paulo: Principis, 2019.

_____. Educação por meio dos contos de fadas. 1905. **Sociedade Chesterton Brasil**. Disponível em: <https://www.sociedadechestertonbrasil.org/educacao-por-meio-dos-contos-de-fadas/>. Acesso em: 17 jan. 24.

COLERIDGE, Samuel Taylor. **A balada do velho marinheiro**. 1995, p 149.

CRIPPA, Adolpho. **Mito e cultura**. São Paulo: Convívio, 1975.

FRYE, Northrop. **A imaginação educada**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2017.

GOHEEN, Michael; BARTHOLOMEW, Craig. **O drama das escrituras**. São Paulo: Vida Nova, 2017.

GREGGERSEN, Gabriele. Irrigando desertos: educação e imaginação em C.S. Lewis. **Caminhando**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 141-160, dez. 2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Caminhando/article/view/10874/7594>. Acesso em: 08 dez. 2022.

JOLIVET, Régis. **Curso de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1955.

KIRK, Russel. **A era de T. S. Eliot**, a imaginação moral do século XX. São Paulo: É Realizações, 2011.

LEWIS, C. S. **A abolição do homem**. Traduzido por Gabriele Greggersen, 1ª ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017. E-book.

_____. **A experiência de ler**. Porto: Porto Editora, 2003.

_____. Introdução. In: MACDONALD, George. **Phantastes**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.

_____. **They Stand Together: The Letters of C. S. Lewis to Arthur Greeves (1914-1963)**. New York: Macmillan, 1979.

___ **George MacDonald**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2021.

___ **Letters to Malcolm**. London: Geoffrey Bles, 1964.

___ **Selected Literary Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

___ **Sobre histórias**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2018.

___ **Um experimento em crítica literária**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2019.

MACDONALD, George. **"The imagination: its function and its culture"**, in: *A dish of orts: Chiefly papers on the imagination, and on Shakespeare*. London: Sampson Low, Marston, 1895.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude: um estudo em teoria moral**. Tradução Jussara Simões. Bauru, SP, EDUSC, 2001.

MCGRATH, Alister. **A vida de C. S. Lewis: do ateísmo às terras de Nárnia**. São Paulo: Mundo Cristão, 2013.

___ **Conversando com C. S. Lewis**. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2014.

MIDDLETON, Richard; WALSH, Brian. **A visão transformadora**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

PIPER, John. **Obedeça a Deus com a sua criatividade: o dever cristão da imaginação**. **Ministério Fiel**, 9 ago. 2019. Disponível em: <https://ministeriofiel.com.br/artigos/obedeca-a-deus-com-a-sua-criatividade-o-dever-cristao-da-imaginacao/>. Acesso em 24 nov. 2023.

RAYNOR, Jordan. **Criados para criar**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil; São Paulo: Pilgrim, 2022.

SCHAEFFER, Francis. **A arte e a Bíblia**. Viçosa: Ultimato, 2009.

SIRE, J. W. **Dando nome ao elefante: cosmovisão como um conceito**. Brasília: Editora Monergismo, 2012.

TILLICH, Paul. **Theology of Culture**. New York: Oxford University, 1959.

TOLKIEN, J. R. R. **Árvore e folha**. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2020.

___ **Sobre histórias de fadas**. Tradução de Ronald Kyrmse. São Paulo: Conrad, 2006.

VANHOOZER, Kevin. **O racionalista romântico**. Brasília: Monergismo, 2017.

WIERSBE, Warren W. **Preaching and teaching with imagination: the quest for biblical ministry**. Baker Books, 1997.

WRIGHT, N. T. **Surpreendido pela esperança**. Viçosa: Ultimato, 2009.

A ESSENCIALIDADE DA ATIVIDADE RELIGIOSA NA SOCIEDADE: CONTROVÉRSIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 1.168/2020

*THE ESSENTIALITY OF RELIGIOUS ACTIVITY
IN SOCIETY: CONTROVERSY IN THE PROCESSING
OF BILL N. 1.168/2020*

Alexandre Forte Maia⁴⁷

⁴⁷ Mestre em Ciências Sociais. Especialista em Direito do Estado. Graduado em direito e teologia. Atualmente é subprocurador-geral do Banco Central, atuando como chefe de gabinete do Procurador-Geral, desde 2022. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em regulação e direito administrativo. E-mail: alexandre.forte.maia@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca analisar a controvérsia sobre o conteúdo da laicidade ocorrida durante a tramitação do Projeto de Lei nº 1.168, de 2020, que deu origem à Lei do Distrito Federal nº 6.630, de 10 de julho de 2020, que considerou como sendo essenciais as atividades religiosas realizadas nos templos e fora deles. A abordagem qualitativa tem como premissas a polissemia da expressão laicidade e a ausência de um conceito normativo e vinculante. Com base nessas premissas, aborda-se a questão a partir das perspectivas de Mariano (2011) e Camurça (2017) sobre a disputa, no espaço público, que envolve a definição da laicidade. Com fundamento na tipologia formulada por Raquetat Júnior (2012), avalia-se os tipos de laicidade que foram defendidos ao longo do debate parlamentar, bem como o lugar da religião no espaço público segundo cada um desses tipos. A análise levou em consideração as manifestações dos deputados distritais registradas em documentos oficiais disponibilizados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Indicou que, ao final das discussões, prevaleceu uma visão religiosa de laicidade que pressupõe a aconfessionalidade do Estado e, ao mesmo tempo, é capaz de reconhecer a atividade religiosa como essencial para a formação do espaço público.

PALAVRAS-CHAVE:

Laicidade. Religião. Atividade essencial. Controvérsia.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the controversy about the content of secularism that occurred during the course of the Bill No. 1,168, of 2020, which gave rise to Federal District Law No. 6,630, of July 10, 2020, which considered the religious activities carried out in and outside the temples to be essential. The qualitative approach is based on the polysemy of the expression secularism and the absence of a normative and binding concept. Based on these premises, the issue is approached from the perspectives of Mariano (2011) and Camurça (2017) about the dispute, in the public space, that involves the definition of secularism. Based on the typology formulated by Raquetat Júnior (2012), it evaluates the types of secularism that were defended during the parliamentary debate, as well as the place of religion in the public space according to each of these types. The analysis took into account the manifestations of the district deputies recorded in official documents made available by the Legislative Chamber of the Federal District. It was indicated that, at the end of the discussions, a religious vision of secularism prevailed, which presupposes the non-confessionality of the State and, at the same time, it is able to recognize religious activity as essential for the formation of public space.

KEYBOARDS

Secularism. Religion. Essential activity. Controversy.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o propósito de analisar a controvérsia sobre o conteúdo da laicidade ocorrida durante a tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 1.168, de 2020, que deu origem à Lei do Distrito Federal nº 6.630, de 10 de julho de 2020 (DISTRITO FEDERAL, 2020), que considerou essenciais as atividades religiosas realizadas nos templos e fora deles, ainda que em situações de pandemia, como a do Coronavírus (Covid-19). Aborda especificamente a controvérsia que se estabeleceu entre os deputados distritais, durante a tramitação do PL, a respeito do conteúdo da laicidade e, por conseguinte, do papel da religião no espaço público.

A questão é atual e relevante, uma vez que lança luzes sobre o processo de imbricação entre religião e espaço público, no contexto da pandemia, que deixou enlutado o País que ainda se esforça para superar completamente os severos e adversos efeitos sociais e econômicos da crise sanitária. Nesse contexto, o funcionamento dos diversos templos religiosos pelo País chegou a ser afetado, inclusive pelas medidas sanitárias de restrição e suspensão das atividades religiosas presenciais nos templos, determinadas pelo Poder Público. E a questão continua relevante no cenário pós-pandemia, tendo em vista que a definição do papel da religião no espaço público ainda está sujeita a controvérsias e fricções entre atores sociais com visões divergentes de laicidade.

A abordagem qualitativa aqui desenvolvida levará em consideração trechos extraídos dos seguintes documentos oficiais produzidos ao longo da tramitação do PL: i) a justificativa do autor da proposição legislativa (DISTRITO FEDERAL, 2020), deputado distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins; ii) o parecer do relator do PL, deputado distrital Marcos Martins Machado, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da CLDF (DISTRITO FEDERAL, 2020); iii) o parecer do relator do PL, deputado distrital Marcos Martins Machado, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da CLDF (DISTRITO FEDERAL, 2020); e iv) a Ata da 49ª Sessão Extraordinária da CLDF, realizada em 16 de junho de 2020, na qual se aprovou a proposição (DISTRITO FEDERAL, 2020).

A análise da controvérsia registrada nesses documentos oficiais tem como premissas a polissemia da expressão laicidade e a ausência de uma definição vinculante e normativa para a expressão, conforme os ensinamentos de Zylbersztajn (2012). Com base nessas premissas, examina-se a discussão entre os deputados distritais a partir das perspectivas de Mariano (2011) e Camurça (2017) sobre a disputa, no espaço público, que envolve a definição do conceito de laicidade.

Dessa maneira, será possível avaliar que tipos de laicidade, à vista da tipologia apresentada por Raquetat Júnior (2012), foram defendidos ao longo do debate parlamentar, bem como averiguar o lugar da religião no espaço público de acordo com cada um desses tipos, tendo em vista as considerações de Casanova (2011) e de Montero (2016) a respeito da religião pública.

Com essa abordagem, busca-se, ao final, denotar que tanto os deputados distritais favoráveis ao PL quanto os que se posicionaram de forma contrária apresentaram argumentos que, na visão de cada um, alinhavam-se com a laicidade brasileira. Apesar de os parlamentares invocarem, direta ou indiretamente, a laicidade e a defenderem, os conceitos de laicidade acionados efetivamente por cada parte da controvérsia demonstraram ser distintos – e até antagônicos –, com

compreensões igualmente distintas – e antagônicas – a respeito do papel da religião no espaço público. Por fim, indica-se o tipo de laicidade que acabou prevalecendo nesse cenário, apesar da discordância.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O PL nº 1.168, de 2020, aprovado na CLDF, deu origem à Lei do Distrito Federal nº 6.630, de 2020 (DISTRITO FEDERAL, 2020), com o seguinte teor:

Art. 1º São consideradas essenciais as atividades religiosas realizadas nos templos e fora deles, assegurando-se aos fiéis o livre exercício de culto, ainda que em situações de calamidade pública, de emergência, de epidemia ou de pandemia.

Parágrafo único. A liberdade de culto deve ser garantida, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Art. 2º As restrições ao direito de reunião ou ao exercício de outras atividades religiosas determinadas pelo poder público nas situações excepcionais referidas no art. 1º devem fundar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis e são precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deve expressamente indicar a extensão, os motivos e os critérios científicos e técnicos que embasam as medidas impostas.

Art. 3º O Poder Executivo editará as normas para o funcionamento, atendendo as disposições de segurança sanitária.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Para justificar a medida legislativa, o autor da proposição, deputado distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins, ressaltou que países de todo mundo estavam vivendo severas restrições, por conta do avanço da Covid-19. Destacou ainda que, em decorrência do rápido contágio, alguns Estados e o Distrito Federal chegaram a utilizar o isolamento social como ferramenta de precaução. Por fim, frisou que, em razão dessa medida de contenção, governadores e prefeitos determinaram o fechamento de órgãos públicos, comércio e serviços em geral, mantendo-se em funcionamento apenas as atividades consideradas essenciais, entre as quais não estão contempladas as atividades religiosas. (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Por essa razão, na visão do parlamentar, seria necessária a edição de lei para reconhecer, pelo menos no Distrito Federal, as atividades religiosas como essenciais para a sociedade. O resultado prático da aprovação dessa medida legislativa seria a impossibilidade de o Governador do Distrito Federal determinar, por decreto e com base em razões sanitárias, a suspensão de atividades religiosas presenciais nos templos. (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Da leitura crítica dos documentos oficiais produzidos ao longo da tramitação

do PL na CLDF⁴⁸, infere-se que os debates acerca da proposição orbitaram, direta ou indiretamente, em torno do conceito de laicidade. Os deputados distritais divergiram, em suma, sobre a definição de laicidade a ser seguida no caso e, em consequência, sobre o lugar da religião nos espaços públicos.

Apresenta-se agora o referencial teórico que tornará possível a abordagem analítica da discussão até aqui delineada. Será destacado, com base em teóricos das ciências sociais, que a laicidade é um conceito polissêmico, estando a sua definição sujeita a controvérsia, no espaço público, entre grupos religiosos e laicistas. Dessa realidade resultam, de acordo com os estudiosos, vários tipos de laicidade, cada qual com uma percepção única sobre o papel da religião no processo de construção do espaço público.

3. LAICIDADE: UM CONCEITO POLISSÊMICO

As regras de constituição da República brasileira estabelecem a separação entre Estado e Igreja⁴⁹ e, em complemento, asseguram a liberdade religiosa dos cidadãos. Não obstante, ainda não há um conceito inequívoco de laicidade, seja na Constituição de 1988, seja em dispositivos legais. Essa omissão conceitual tem suscitado disputas no espaço público com a finalidade de se fazer prevalecer uma determinada visão acerca da laicidade e, por conseguinte, sobre a dimensão e função da religião no espaço público.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, iniciaram-se as articulações políticas para definir o modelo que pautaria a relação entre Igreja e Estado na República brasileira. Como fruto dessas discussões, foi editado pelo Governo Provisório o Decreto 119-A⁵⁰, de 7 de janeiro de 1890, primeiro ato de cunho normativo a estabelecer no Brasil a separação entre Estado e Igreja, assegurando a liberdade de culto e vedando a intromissão do Poder Público na organização e bens da Igreja. (SACAMPINI, 1974, p. 377).

A separação entre Estado e Igreja foi alçada ao status constitucional pela primeira vez com a Constituição da República, em 1891, que ainda consagrou a ampla liberdade de crença e culto religioso (MORAES, 2004, p. 75). As Constituições da República que se sucederam consolidaram a separação entre Estado e Igreja e a inexistência de religião oficial no País, com conotações e enfoques específicos em cada uma delas (CARVALHO, 2011, p. 638).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que vigora no País, mantém a separação entre Estado e Igreja, a liberdade religiosa e a regra geral segundo a qual o Poder Público não pode promover de forma oficial qualquer tipo de religião no País. De fato, de acordo com o art. 19, inciso I, da Constituição (BRASIL, 1988), é

⁴⁸ Os documentos oficiais são estes: *Justificativa do PL (DISTRITO FEDERAL, 2020)*, *Parecer na CAS sobre o PL (DISTRITO FEDERAL, 2020)*, *Parecer na CCJ sobre o PL (DISTRITO FEDERAL, 2020)* e *Ata da 49ª Sessão Extraordinária da CLDF (DISTRITO FEDERAL, 2020)*.

⁴⁹ Emprega-se o termo Igreja com o mesmo sentido adotado por Zylbersztajn (2012, p.4), “de maneira genérica em referência às instituições religiosas ou ao entendimento de separação institucional do Estado em relação à religião”.

⁵⁰ Ainda em vigor, por força do Decreto nº 4.496, de 4 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4496.htm#art4>. Acesso em: 17 out. 2023.

vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. Por outro lado, no art. 5º, inciso VI, da Constituição (BRASIL, 1988), prescreve-se a liberdade religiosa, corolário da separação entre Estado e Igreja. (MORAES, 2004, p. 74).

Apesar dos comandos constitucionais mencionados, a rigor, a Constituição de 1988 – e as anteriores também – deixou de afirmar expressamente que a República brasileira é laica. Não há no Brasil, portanto, um conceito expresso, unívoco e normativo de laicidade, seja no plano constitucional seja no campo legal ou infralegal. (ZYLBERSZTAJN, 2012, p. 5).

A laicidade é um conceito polissêmico; e a ausência de uma definição constitucional e legal reforça essa característica. Com efeito, a falta de um conceito normativo, suficientemente claro e vinculante, tem suscitado debates na sociedade. Diversas partes, por vezes antagônicas, têm acionado a terminologia de modo contingente e parcial, conforme a conveniência da situação, os correspondentes interesses envolvidos e a visão de mundo a partir da qual se pronunciam. De um lado, podem existir concepções restritas e até intolerantes, que podem gerar acusações de anticlericalismo; por outro lado, a laicidade também pode ser compreendida de forma tão abrangente que sua função é esvaziada. (ZYLBERSZTAJN, 2012, p. 35).

De fato, essa situação, informada pelo caráter polissêmico do termo laicidade e pela ausência de um conceito normativo e vinculante, tende a fomentar controvérsias entre diferentes atores sociais, notadamente entre grupos religiosos⁵¹ e seculares (ou laicistas)⁵². Os interesses e valores em jogo, estruturados a partir de visões de mundo distintas – e até conflitantes –, tendem a produzir concepções de laicidade igualmente distintas e conflitantes. Nesse contexto, surgem no espaço público as disputas em torno da definição do conteúdo da laicidade brasileira. (MARIANO, 2013, p. 4).

Em resumo, o caráter polissêmico da expressão, associado à correspondente omissão conceitual, pelo menos no plano normativo, sujeitam a questão da definição do conteúdo da laicidade brasileira a diversas interpretações, no espaço público, em

⁵¹ *Grupos religiosos tendem a interpretar o sentido de laicidade para “legitimar a ocupação religiosa do espaço público e da esfera pública, mas mantendo estrategicamente a referência discursiva, o respeito e certa reverência ao arranjo jurídico-político da laicidade estatal, até como recurso discursivo e legalista para garantir a legitimidade de sua própria intervenção no debate político” (MARIANO, 2011, p. 246).*

⁵² *Os grupos laicistas (seculares) tendem a defender “versões mais ou menos próximas do modelo (dito combativo) proposto pela tradição republicana francesa – que inspirou diversos processos de laicização na América Latina –, que zela pelo caráter laico do ensino público, pela rigorosa separação entre Estado e igrejas e pela restrição à participação e à influência de autoridades e grupos religiosos na esfera pública”. (MARIANO, 2011, p. 246).*

um jogo⁵³ ideológico⁵⁴ do qual participam diversos atores e grupos de interesses, alguns deles dirigidos por uma visão de mundo religiosa e outros, por uma visão de mundo laicista. (ZYLBERSZTAJN, 2012, p. 36).

4. CONTROVÉRSIA SOBRE A DEFINIÇÃO DA LAICIDADE

Segundo Mariano (2011, p. 246), o conceito de laicidade está sujeito a constante controvérsia, no espaço público, entre grupos laicistas e religiosos. Nesse cenário, uma neutralidade axiológica do conceito de laicidade é algo que não se deve esperar. De uma forma ou de outra, qualquer que seja, a ideia hegemônica resultará de embates políticos e ideológicos entre religiosos e laicistas, condicionados por visões de mundo, historicidade e questões psicossocioculturais. (MARIANO, 2011). Seria um exemplo dessa controvérsia, de acordo com Mariano (2011, p. 246), a multiplicação, desde a promulgação da Constituição de 1988, de debates entre cristãos e setores laicos da sociedade brasileira sobre questões relativas ao lugar da religião em sociedades democráticas e plurais e à ocupação religiosa do espaço público.

Nesse contexto, a definição de laicidade se encontra em constante processo de ressignificação. As controvérsias entre grupos religiosos e laicos sobre a laicidade decorrem “do fato de que se fundamentam em saberes, bases axiológicas, interesses, posições sociais e institucionais distintos e, frequentemente, antagônicos” (MARIANO, 2011, p. 246). As visões de mundo e agendas desses grupos diferem “quanto às atribuições e características do Estado laico” (MARIANO, 2011, p. 246) e ainda “quanto ao direito e à legitimidade de grupos religiosos de ocupar espaços públicos, de exercer funções e poderes na esfera pública” (MARIANO, 2011, p. 246).

De todo modo, apesar das divergências entre os grupos religiosos e laicistas, cada um deles alega, de modo geral, respeitar e defender a laicidade. (MARIANO, 2011, p. 246). Nenhum deles, de acordo com Giumbelli (2004, p. 56), recusa a noção de laicidade; e ambos colocam uma ênfase especial sobre o pluralismo.

Um destaque é importante, neste momento: não se trata propriamente de uma disputa na qual se colocam apenas dois modelos de laicidade, um defendido pelos grupos religiosos e outro, pelos grupos laicistas. De acordo com Camurça (2017, p. 858), a questão é mais complexa, dinâmica, plural e repleta de nuances. De fato, não é razoável a redução do processo de construção do significado da laicidade a um esquema bipolar. A interação no espaço público não parece se

⁵³ Adota-se a definição de jogo empregada por Huizinga (2014). De acordo com Huizinga (2014, p. 16), o jogo se revela nas relações culturais, possuindo inegável função significativa no contexto das principais atividades da sociedade humana, desde a linguagem até o direito. Ainda segundo o autor (2014, p. 16), o jogo traz ordem e cria ordem a qualquer tipo de interação social, de modo que suas regras estabelecem uma ordem que tende a trazer lógica e coerência ao caos típico do mundo real.

⁵⁴ Emprega-se aqui uma concepção de ideologia que é definida a partir de um referencial teórico da análise do discurso, como a visão de uma determinada comunidade social em uma determinada circunstância histórica. Essa abordagem deixa de lado a concepção de ideologia como “falsa consciência” e se volta para outro lado, no qual a ideologia é percebida como algo inerente à linguagem e seus discursos. (BRANDÃO, 2004, p. 30).

restringir, do lado dos laicistas, a “iniciativas de implementação de atos de soberania e neutralidade do Estado em relação às religiões existentes” (CAMURÇA, 2017, p. 858), e, do lado dos religiosos, a “iniciativas de confessionalização da esfera pública por religiões” (CAMURÇA, 2017, p. 858).

A partir dessa abordagem, Camurça (2017) propõe um olhar novo⁵⁵ para o debate público sobre o conteúdo da laicidade. É preciso evitar reducionismos e modelos apriorísticos e enfatizar a forma de funcionamento desse debate, a partir de situações concretas de interação e fricção entre grupos religiosos e laicos (CAMURÇA, 2017, p. 859). Dessa forma, é possível compreender como atores sociais, dentro de seus específicos contextos, apropriam-se das normas que estruturam o regime laico em função dos seus interesses e projetos (CAMURÇA, 2017, p. 859).

Camurça (2017, p. 860) resume esse novo olhar no que ele convencionou chamar “mosaico de distintos cenários”⁵⁶. Com o propósito de reforçar o quadro complexo, assimétrico e contraditório que caracteriza a interação entre grupos laicistas e religiosos no espaço público, o autor apresenta cenários⁵⁷ capazes de exemplificar sua proposição (CAMURÇA, 2017, p. 860). Cada um desses cenários expressa um espaço no qual os atores sociais (laicistas e religiosos) investem discursos e dispositivos legais, midiáticos e políticos com o objetivo de estabelecer uma configuração do que compreendem como o lugar do religioso no espaço público e, ainda, do que seja um regime de laicidade. (CAMURÇA, 2017, p. 860).

Com fundamento nessas premissas, Camurça (2017, p. 882) defende que o termo “laicidade” deve ser visto no País não como um elemento normativo e vinculante, mas sim como uma referência a ser empregada para ordenar as relações entre religiões e Estado. De acordo com essa perspectiva, a laicidade se sujeita a elementos axiológicos e a interesses de cada um dos segmentos sociais, civil ou religioso, responsáveis pela construção do espaço público (CAMURÇA, 2017, p. 882).

5. RELIGIÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

Segundo Casanova (2008), a religião ainda se faz presente no espaço público. Nas últimas décadas, tem sido possível observar, na maioria das regiões do mundo, a presença de um processo de desprivatização da religião, de acordo com Casanova (2008, p. 1). A religião não foi confinada à esfera privada nas sociedades modernas e democráticas, como predito pelos teóricos da privatização da religião.⁵⁸ Pelo contrário, segundo Casanova (2008, p. 5), é possível reconhecer atualmente a existência de uma

⁵⁵ O autor chama esse novo olhar de “ponto de vista nativo”. (CAMURÇA, 2017, p. 859).

⁵⁶ Camurça (2017, p. 860) explica que incorporou de Philippe Portier “a expressão ‘mosaico’ que ele emprega em um prefácio ao livro ‘Le mouvement catholique français à l’épreuve de la pluralité’ (PORTIER, 2002)”.

⁵⁷ Os cenários são estes: i) cenário de expansão da religião no espaço público, que tem como exemplos os casos das ações religiosas no campo moral inibindo iniciativas laicas de defesa de minorias de direitos humanos (CAMURÇA, 2017, p. 862) e da entronização de símbolos religiosos (CAMURÇA, 2017, p. 865); e ii) cenário de contenção das religiões no espaço público, que tem como exemplos as ações para retirada de símbolos religiosos no espaço público (CAMURÇA, 2017, p. 872) e as ações contra a intolerância e vilipêndio religioso (CAMURÇA, 2017, p. 877).

⁵⁸ O próprio Casanova era – deixou de ser, frise-se – um dos principais teóricos da teoria da privatização. (CASANOVA, 1994, p. 20).

religião pública, que se projeta sobre o espaço público, assumindo caráter e função públicos em sua articulação com o Estado, com a política e com a sociedade civil.

A religião jamais deixou o espaço público, de acordo com Sinner (2010, p. 328). Conquanto a teoria da desprivatização reconheça a presença da religião nos espaços públicos, ela pode eventualmente transmitir a controversa ideia de que a religião esteve em algum momento fora da vida pública. E Casanova não parece ter defendido essa compreensão em seus escritos. (MONTERO, 2016, p. 143).

Além disso, Casanova (2008, p. 6) reconhece que é uma tarefa desafiadora a identificação, a separação e a delimitação dos espaços público e privado nas sociedades contemporâneas. Por essa razão, percebe-se atualmente a multiplicação de incertezas sobre aquilo que realmente está reservado, no espaço público, à religião. (CASANOVA, 2008, p. 6).

Esse desafio de separar o público do privado também se faz perceber no contexto brasileiro, segundo Montero (2016). Para Montero (2016, p. 139), o atual pluralismo religioso contribuiu para engendrar um espaço social novo, no qual o entendimento do que é religioso compreende as mais variadas formas de prática social, por meio da exposição pública de uma visão de mundo religiosa.

Montero (2016, p. 139) destaca que não é correto afirmar que as religiões estão saindo do espaço que lhes é natural, o privado, e avançando sobre o espaço público. De acordo com a autora (2016, p. 139), a realidade multifacetada das sociedades atuais, na qual as fronteiras se encontram em dissolução, coloca em dúvida a pressuposição a respeito da existência de fronteiras bem definidas entre público e privado.

Essa posição é seguida por outros autores. Por exemplo, Rodrigues (2012, p. 163) entende que a dicotomia privado-público se revela hoje anacrônica, visto que se refere a conceitos ideológicos – liberais, em especial – do século dezenove, utilizados para legitimar a diferenciação funcional e a autonomização das instituições seculares diante de conflitos históricos pontuais. Segundo Rodrigues (2012, p. 163), público e privado não são espaços completamente distintos, mas lugares pelos quais a sociedade se move, compõe discursos e se articula, de modo que a relação que se estabelece entre esses espaços é de mutualidade.

Para Monteiro (2016, p. 143), o ponto central a ser considerado na análise do lugar da religião no espaço público seria este: compreender as religiões públicas⁵⁹ não simplesmente como as religiões na esfera pública, mas sim como um dos modos de fazer o público. Montero (2016, p. 143) detalha essa posição, ao frisar que os atores coletivos não preexistem às narrativas e performances que tornam públicos determinados temas, de modo que a própria atividade coletiva de colocar em cena certos confrontos constroem determinados atores como “religiosos” e a religião como “pública”.

Enfim, a perspectiva teórica que percebe a religião pública como um dos elementos de construção do próprio espaço público serve para “a compreensão das disputas em torno da imposição de novas definições da laicidade e da religião como problemas públicos na cena brasileira contemporânea” (MONTERO, 2016, p. 140).

⁵⁹ *Aqui, a autora se apropria do conceito cunhado por Casanova (MONTERO, 2016, p. 142).*

6. TIPOLOGIA DE LAICIDADE

Ranquetat Júnior (2012, p. 288) corrobora a tese de que o modelo brasileiro de laicidade ainda é objeto de disputas no espaço público. O autor estudou discordâncias, no âmbito de processos judiciais e administrativos⁶⁰, sobre a presença da religião e de símbolos religiosos no espaço público. Com base nesse estudo, Ranquetat Júnior (2012, p. 290) propôs a seguinte tipologia de laicidade: i) laicidade como aconfessionalidade do Estado; ii) laicidade como neutralidade estatal; iii) laicidade avessa ao religioso; e iv) laicidade plural e inclusiva.

Na laicidade identificada como aconfessionalidade do Estado, a separação entre Estado e Igreja é o elemento central da laicidade; porém não impede a presença da religião no espaço público. Há uma valoração positiva do religioso, como uma dimensão fundamental para construção de identidades individual e coletiva. Em geral, essa concepção é defendida pelos atores que são favoráveis à presença da religião nos espaços públicos. (RANQUETAT JÚNIOR, 2012, p. 290).

Na laicidade como neutralidade estatal, cabe ao Estado uma isonomia ou distanciamento em relação a todas as religiões. Essa perspectiva exige uma nítida separação entre as instâncias estatais e religiosas, de forma que os valores e símbolos religiosos devem estar circunscritos ao espaço privado. Em geral, tal posicionamento é defendido por aqueles atores que são contrários à presença da religião no espaço público. (RANQUETAT JÚNIOR, 2012, p. 290).

A laicidade avessa à religião é aquela que concebe o religioso como um entrave ao progresso social e moral de uma nação. Em regra, configura uma laicidade combatente e militante, hostil ao religioso. Procura impedir, pelos meios institucionais, como processos judiciais e administrativos, a manifestação da religião no espaço público. Esse tipo de laicidade defende ainda uma total privatização da religião, com o confinamento dela exclusivamente aos espaços privados. Pode-se observá-lo em alguns posicionamentos contra a presença da religião em espaços institucionais. (RANQUETAT JÚNIOR, 2012, p. 291).

Finalmente, a laicidade plural e inclusiva permite o acolhimento e reconhecimento nos espaços estatais e públicos de diversas crenças religiosas, podendo ser utilizada como pressuposto para o surgimento de um Estado multiconfessional, que seja capaz de garantir a pluralidade religiosa e assegurar que o espaço público esteja aberto a todas as religiões. Para esse modelo, portanto, não é aceitável a presença de apenas uma religião no espaço público. (RANQUETAT JÚNIOR, 2012, p. 291).

7. METODOLOGIA

A pesquisa buscou rever a literatura pertinente ao objeto do trabalho, descrevendo as categorias teóricas que foram cotejadas com o problema e serviram de suporte para as conclusões obtidas. Para assentar a polissemia da

⁶⁰ São discordâncias sobre, por exemplo: i) a presença de crucifixos em Tribunais e nos Parlamentos (RANQUETAT JÚNIOR, 2012, p. 169); e ii) a exibição de bíblias no Parlamento e em praças públicas (RANQUETAT JÚNIOR, 2012, p. 219).

expressão laicidade e a ausência de uma definição vinculante e normativa para a expressão, levou-se em consideração os ensinamentos de Zylbersztajn (2012). Delimitou-se a controvérsia no espaço público sobre a definição da laicidade a partir das perspectivas de Mariano (2011) e de Camurça (2017). Por fim, foram empregadas as considerações de Casanova (2011) e de Montero (2016) sobre religião pública.

Tendo em vista a complexidade e amplitude dos cenários que envolvem discussões a respeito do conteúdo da laicidade, resolveu-se restringir a análise aos debates que ocorreram na CLDF, durante a tramitação do PL que deu origem à Lei do Distrito Federal nº 6.630, de 2020 (DISTRITO FEDERAL, 2020). Foram levados em consideração apenas trechos extraídos dos seguintes documentos oficiais produzidos na CLDF: i) a justificativa do autor da proposição legislativa (DISTRITO FEDERAL, 2020), deputado distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins; ii) o parecer do relator do PL, deputado distrital Marcos Martins Machado, na CAS da CLDF (DISTRITO FEDERAL, 2020); iii) o parecer do relator do PL, deputado distrital Marcos Martins Machado, na CCJ da CLDF (DISTRITO FEDERAL, 2020); e iv) a Ata da 49ª Sessão Extraordinária da CLDF realizada em 16 de junho de 2020, na qual se aprovou a proposição (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Desses documentos oficiais, extraiu-se uma amostra que contém, direta ou indiretamente, declarações de nove dos dezessete deputados distritais que votaram na sessão deliberativa. Não foi possível avaliar especificamente a posição dos demais deputados distritais presentes, tendo em vista que não consta na Ata da 49ª Sessão Extraordinária da CLDF (DISTRITO FEDERAL, 2020) – e nos demais documentos examinados – registro expresso de suas declarações sobre o PL. Além disso, deixou-se de registrar na referida Ata os nomes dos deputados distritais que votaram favoravelmente; apenas os nomes dos que rejeitaram a proposição foram mencionados expressamente. Por essas razões, a amostra conta apenas com os deputados distritais que puderam ser identificados e tiveram as suas declarações e posições registradas oficialmente.

De todo modo, a amostra, ainda que parcial, é suficiente para permitir a aplicação das categorias teóricas expostas neste artigo e evidenciar a controvérsia entre os deputados distritais sobre o conteúdo da laicidade e o papel da religião na formação do espaço público.

Finalmente, registre-se que, em razão do recorte realizado para definir o objeto do trabalho, a análise aqui empreendida não leva em consideração fatores como interesses políticos e econômicos, que também se fazem presente no jogo político que envolve as discussões republicanas sobre qualquer proposição legislativa.

8. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As considerações de Zylbersztajn (2012) a respeito da polissemia da expressão laicidade e da ausência de um conceito normativo e vinculante para a expressão denotam o contexto aberto, argumentativo e interpretativo no qual se inseriu a discussão legislativa sobre a possibilidade de atividade religiosa ser considerada essencial, como previsto no PL, que, aprovado pela CLDF, deu origem à Lei do Distrito Federal nº 6.630, de 2020 (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Tendo como referência as considerações de Zylbersztajn (2012), no caso das discussões sobre a caracterização de religião como atividade essencial, é perceptível que o caráter polissêmico da laicidade e a ausência de uma definição constitucional e legal de laicidade, que seja vinculante e normativa, suscitou controvérsia na CLDF durante a tramitação do PL. De modo geral, em conformidade com os postulados levantados por Mariano (2013), os deputados distritais, tanto os favoráveis quanto os contrários ao PL, reconheceram a laicidade, porém divergiram quanto ao seu conteúdo.

As manifestações registradas na Ata da 49ª Sessão Extraordinária da CLDF (DISTRITO FEDERAL, 2020) subsidiam a possibilidade de dividir os deputados distritais em dois grupos, conforme categorização de Mariano (2011): um grupo, favorável ao PL, com visão religiosa⁶¹ da laicidade, e outro, contrário ao PL, com uma visão laicista⁶² do termo. Nas tabelas abaixo, os deputados distritais são divididos entre esses dois grupos, de acordo com os seguintes dados: identificação do deputado(a) distrital, posição (favorável ou contrária ao PL)⁶³, confissão religiosa⁶⁴ e profissão de origem.

Tabela 1. Grupo com visão laicista. Deputados que votaram contra o PL

DEPUTADO(A)	POSIÇÃO EM RELAÇÃO AO PL	CONFISSÃO RELIGIOSA	PROFISSÃO DE ORIGEM
Arlete Avelar Sampaio	Contrária	Católica	Médica
Fábio Felix Silveira	Contrária	Cristã (sem especificação)	Assistente social e servidor público
Leandro Antônio Grass Peixoto	Contrária	Católico	Professor
Reginaldo Veras Coelho	Contrária	Cristã (sem especificação)	Professor

Fonte: Produção do próprio autor.

.....

⁶¹ A caracterização da visão como religiosa decorre do alinhamento da postura desse grupo com as características típicas dos grupos religiosos, que estão descritas na nota de rodapé nº 6, tendo-se em vista as conclusões de Mariano (2011).

⁶² A caracterização da visão como laicista decorre do alinhamento da postura desse grupo com as características presentes nos grupos laicistas, que estão descritas na nota de rodapé nº 7, tendo-se em vista as lições de Mariano (2011).

⁶³ São destacados os deputados que tiveram suas manifestações registradas expressamente na Ata da 49ª Sessão Extraordinária da CLDF (DISTRITO FEDERAL, 2020) e aqueles que tiveram os nomes referidos por colegas, sendo possível inferir, dentro do contexto da manifestação, a atuação favorável ou contrária de cada parlamentar citado em relação à tramitação da proposição.

⁶⁴ Os dados sobre confissão religiosa e profissão de origem foram extraídos do documento "Perfil dos Parlamentares do Distrito Federal 2019-212", material preparado e distribuído pela Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA). Disponível em: <file:///C:/Users/pgbcb.alexandref/Downloads/Fibra-PerfilParlamentaresDF2019-22.pdf.> Acesso em: 1º abr. 2021.

Tabela 2. Grupo com visão religiosa. Deputados que votaram a favor do PL

DEPUTADO(A)	POSIÇÃO EM RELAÇÃO AO PL	CONFISSÃO RELIGIOSA	PROFISSÃO DE ORIGEM
Rodrigo Germano Delmasso Martins ⁶⁵	Favorável	Evangélico	Pastor da Igreja Sara Nossa Terra
Marcos Martins Machado ⁶⁶	Favorável	Evangélico	Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus
Iolando Almeida de Souza	Favorável	Evangélico	Militar reformado e Membro do Conselho de Pastores de Brazlândia
Valdelino Rodrigues Barcelos	Favorável	Evangélico	Empresário do ramo de transportes
Rafael Cavalcanti Prudente	Favorável	Evangélico	Administrador de empresas e empresário

Fonte: Produção do próprio autor.

Note-se que nenhum dos deputados distritais mencionados na Tabela 1 é evangélico ou tem sua profissão de origem associada a atividade ou instituição religiosa. Por outro lado, todos os deputados distritais da Tabela 2 se declaram evangélicos e três deles estão ou estiveram associados ao exercício de ofícios religiosos.

A dinâmica de interação entre esses dois grupos ao longo das discussões na CLDF denota o fenômeno avaliado por Camurça (2017). De fato, na justificativa do PL (DISTRITO FEDERAL, 2020), o próprio autor da proposição, deputado distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins, reconhece que se trata de um assunto delicado, sujeito a visões distintas. Nesse contexto, portanto, a laicidade serve de referência, em linha com os estudos de Camurça (2017), não como elemento normativo e vinculante, para guiar e orientar o debate, no caso específico; e, naturalmente, esse debate é condicionado por elementos axiológicos e pelos interesses dos grupos que estão conduzindo a discussão no espaço público.

Em linha com os ensinamentos de Camurça (2017), a discussão ocorrida na CLDF pode ser vista a partir de um cenário concreto de interação e fricção entre um grupo de parlamentares com uma visão religiosa (Tabela 2) e outro com uma visão laicista (Tabela 1), dentro de um contexto determinado pela tramitação do PL. Esse

⁶⁵ Autor do PL.

⁶⁶ Relator do PL na CAS e na CCJ da CLDF. O parecer do relator do assunto na CCJ foi apresentado na própria Sessão Plenária.

cenário, aliás, acabou sendo caracterizado pela expansão da religião no espaço público, tendo-se em vista a aprovação do PL pela CLDF e a consequente edição da Lei do Distrito Federal nº 6.630, de 2020 (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Cumprir deixar um alerta, antes de se avançar. Desse cenário específico não é possível fazer generalizações a respeito do tema, o que, na verdade, representaria um reducionismo equivocado, ainda segundo Camurça (2017). Em outras palavras, não é possível afirmar, pelas limitações metodológicas do presente artigo, que a visão religiosa do segundo grupo (Tabela 2) foi necessariamente a única a influenciar a construção do significado da laicidade – outros fatores podem ter confluído –; tampouco é possível descartar, pelas mesmas razões, que outros tipos de interesses (políticos, econômicos etc.) tenham influenciado os rumos do debate, em relação a qualquer dos grupos.

Nas discussões na CLDF, percebe-se que alguns dos deputados distritais pertencentes ao grupo descrito na Tabela 1 tenderam a articular uma definição de laicidade que não comporta o reconhecimento da religião como atividade essencial para a sociedade. De fato, segundo a Ata da 49ª Sessão Extraordinária da CLDF (DISTRITO FEDERAL, 2020), a deputada distrital Arlete Avelar Sampaio, por exemplo, ressaltou que o PL quebra a noção da laicidade do Estado, que não pode ter uma relação direta com a Igreja. Por isso, segundo a deputada distrital, não caberia à CLDF dizer que a atividade religiosa é essencial para a sociedade.

Essa avaliação da parlamentar serve de contraponto à justificativa apresentada pelo deputado distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins, autor da proposição e integrante do grupo descrito na Tabela 2. Na justificativa do PL (DISTRITO FEDERAL, 2020), o deputado distrital invoca o texto constitucional, que estabelece a separação entre a Igreja e Estado e assegura a liberdade de culto, para afirmar que a atividade religiosa é essencial, uma vez que a fé exerce papel fundamental para a população e tem indiscutível relevância no atendimento e promoção da dignidade da pessoa humana, princípio de direito fundamental.

Essa divergência entre os parlamentares sobre o conteúdo da laicidade também se observa em relação a um dos seus principais consectários: o papel da religião na formação do espaço público. Isso é natural porque, de acordo com a percepção de Montero (2016), a presença da religião no espaço público, na verdade, na formação desse espaço, tende a pautar, em interlocução com os demais atores que informam esse lugar, a discussão sobre o conteúdo da laicidade brasileira.

Os parlamentares favoráveis ao PL, descritos na Tabela 2, defenderam, ainda que indiretamente, a importância da religião na formação do espaço público; por outro lado, os deputados desfavoráveis, mencionados na Tabela 1, frisaram a importância da religião apenas nas relações privadas, sem mencionar, entretanto, o papel e a relevância da religião no processo de formação do espaço público.

O deputado distrital Marcos Martins Machado, relator do assunto na CAS e na CCJ da CLDF, pode ser apontado como um exemplo daqueles que reforçaram em seus discursos, direta ou indiretamente, que a religião também é responsável pela construção do espaço público. O deputado distrital afirmou, no parecer aprovado pela CAS (DISTRITO FEDERAL, 2020), que qualquer restrição ao funcionamento dos templos religiosos deve atender aos interesses sociais, ou seja, os interesses que constituem o espaço público – aplicando as categorias levantadas por Montero (2016). Destaca, ainda no parecer aprovado pela CAS, que o culto religioso é considerado por

muitos como um hospital espiritual, como um lugar que traz refrigério para as crises sociais.⁶⁷ Note-se as referências do parlamentar a expressões como “interesses sociais” e “crises sociais”, que fazem transparecer, ainda que indiretamente, sua compreensão da religião como religião pública, conforme concepção cunhada por Casanova (2008).

Diversamente, o deputado distrital Fábio Felix Silveira, que compõe o grupo descrito na Tabela 1, traz uma percepção privada de religião, enfatizando a sua importância para as relações pessoais e privadas das pessoas. Transcreve-se, abaixo, trecho extraído da Ata da 49ª Sessão Extraordinária da CLDF (DISTRITO FEDERAL, 2020) que parece evidenciar essa abordagem:

Uma coisa é a liberdade religiosa, e ela precisa ser garantida. Ela é princípio constitucional. **Cada um** pode fazer o exercício do seu credo religioso, seja ele qual for. E não importa se tem pandemia, epidemia, ninguém pode entrar na **casa** de ninguém e derrubar um santo. Ninguém pode entrar na **casa** de ninguém e impedir um culto. Ninguém pode ir à **casa** de qualquer pessoa que está reunida com a sua **família**, por exemplo, em oração, e tentar impedir o exercício da sua religiosidade. Esse exercício da liberdade religiosa, da propagação de qualquer matriz religiosa, é fundamental e é princípio constitucional.⁶⁸

Chama-se a atenção para as expressões que estão em negrito. A expressão “casa” aparece três vezes, em um texto curto, apontando para uma compreensão privada da religião, que situa os assuntos religiosos na esfera íntima e privada de cada pessoa, em linha com a teoria da privatização da religião, inicialmente exposta por Casanova (1994). As demais expressões destacadas, “cada um”, “família” e “sua”, reforçam essa compreensão privada da religião.

O resultado dessas discussões na CLDF, no cenário⁶⁹ até aqui descrito, foi a apresentação e defesa de definições distintas de laicidade por cada grupo. As posições defendidas pelos dois grupos orbitaram principalmente em torno dos dois primeiros tipos de laicidade propostos por Raquetat Júnior (2012). Os deputados distritais favoráveis ao PL, que compõem o grupo descrito na Tabela 2, parecem possuir uma visão de laicidade que pressupõe a aconfessionalidade do Estado; admitem, por isso, que a religião tem uma dimensão fundamental para a organização do espaço público no atual momento. Por outro lado, os deputados distritais contrários ao PL, que constam do grupo mencionado na Tabela 1, penderam para uma visão de laicidade associada à neutralidade estatal, pressupondo que o lugar da religião estaria reservado ao espaço privado e a questões pessoais.

Ao final da discussão, o PL foi aprovado pela CLDF, com treze votos favoráveis e quatro contra. Assim, em razão das questões conjunturais, políticas

⁶⁷ Esses argumentos foram reiterados pelo parlamentar em seu parecer, subscrito na qualidade de relator do assunto na CCJ e apresentado na própria Sessão Plenária (DISTRITO FEDERAL, 2020).

⁶⁸ Os grifos não constam do texto original.

⁶⁹ Utiliza-se a expressão com o significado cunhado por Camurça (2017).

e ideológicas, inerentes ao cenário examinado, acabou prevalecendo o tipo de laicidade de aconfessionalidade do Estado, influenciada por uma visão religiosa, que ainda é capaz de reconhecer a religião como atividade essencial para a formação do espaço público. No entanto, conforme Camurça (2017), essa visão, longe de ser definitiva e normativa, continua sujeita a constante controvérsia no espaço público e pode, por isso mesmo, ser reinterpretada e assumir outras nuances no futuro.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei do Distrito Federal nº 6.630, de 2020 (DISTRITO FEDERAL, 2020), considerou essenciais as atividades religiosas realizadas nos templos e fora deles, ainda que em situações de pandemia, como a do Covid-19. A Lei teve origem no PL nº 1.168, de 2020, de autoria do deputado distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins, aprovado pelo CLDF. E o presente trabalho demonstra que, durante a tramitação da proposição na CLDF, houve discordância, entre os parlamentares, a respeito da definição do conceito de laicidade e do papel da religião no processo de construção do espaço público.

A partir da premissa teórica de que a laicidade é um conceito polissêmico e considerando os documentos oficiais examinados, foi possível evidenciar a controvérsia, no âmbito da CLDF, entre dois grupos: o primeiro formado por parlamentares com uma visão religiosa da laicidade; e o segundo constituído por parlamentares com uma percepção laicista da laicidade.

A abordagem permitiu inferir que cada um dos grupos apresentou e defendeu, durante a tramitação do PL na CLDF, tipos diferentes de laicidade, que comportam compreensões igualmente distintas sobre o lugar da religião no espaço público, em especial, sobre a sua caracterização como atividade essencial para o funcionamento da sociedade.

Para o grupo que demonstrou possuir um olhar religioso da questão, mostrou-se natural a presença da religião na formação do espaço público, sendo uma decorrência lógica dessa percepção o reconhecimento do caráter essencial da religião para a sociedade, notadamente em momentos caracterizados por crise sanitária, social e econômica, como no caso da pandemia do Covid-19. Portanto, esse grupo acabou por expressar uma laicidade que pressupõe a aconfessionalidade do Estado.

Para o grupo com visão laicista, que expressou e defendeu a laicidade como neutralidade estatal, o lugar principal da religião seria o espaço privado, não o público. Assim, segundo esse grupo, não haveria justificativa para considerar a religião uma atividade essencial para o funcionamento da sociedade, inclusive em situações de crise, como a provocada pela pandemia do Covid-19.

Como visto, acabou prevalecendo na CLDF, com a aprovação do PL – e a publicação da correspondente lei –, a visão de laicidade que pressupõe a aconfessionalidade do Estado, que é capaz de reconhecer a religião como atividade essencial para a formação e organização do espaço público.

No entanto, destacou-se que essa definição, longe de ser definitiva e normativa, continua sujeita a constante controvérsia no espaço público e

pode, por isso mesmo, ser reinterpretada em outros cenários. Esse processo de reinterpretação tende a levar em consideração questões religiosas e ainda outros fatores, como interesses políticos e econômicos, que não foram objeto deste trabalho. A interseção desses fatores com a religião, em outro cenário de discussão sobre o conteúdo da laicidade, pode ser objeto de futuro estudo.

REFERÊNCIA

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 de out. 2023.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, 2017.

CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CASANOVA, José. Public religions revisited. In: VRIES, Helt de (Ed.). **Religion: Beyond a concept**. New York: Fordham University Press, p. 101-119, 2008.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**. 17. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Projeto de Lei nº 1.168, de 2020**. Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenções econômicas, com a finalidade de garantia de emprego, em decorrência da Emergência em Saúde Pública Decorrente do Coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/N8Nth>. Acesso em: 10 de out. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei nº 1.168, de 2020**, que 'reconhece as atividades religiosas como serviços essenciais para a população do Distrito Federal em situações de calamidade pública, de emergência, de epidemia ou de pandemia'. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/PL-2020-01168-PAR-001-CAS.pdf> Acesso em: 10 de out. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 1.168, de 2020**. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/t8Ue0>. Acesso em: 2 de abr. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Terceira Secretaria. Ata Circunstanciada da 49ª Sessão Extraordinária (remota) de 16 de junho de 2020. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/t8Ue0>. Acesso em: 2 de abr. 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.630, de 10 de julho de 2020**. Reconhece as atividades religiosas como serviços essenciais para a população do Distrito Federal em situações de calamidade pública, de emergência, de epidemia ou de pandemia. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2020. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/9240aa4e1952489480501b164ab77e4c/Lei_6630_2020.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.630%2C%20DE%2010%20DE%20JULHO%20DE%202020&text=Reconhece%20as%20atividades%20religiosas%20como,de%20epidemia%20ou%20de%20pandemia. Acesso em: 2 de abr. 2022.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2004.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MARIANO, Ricardo; ORO, Ari Pedro. Introdução ao dossiê religião, política, espaço público e laicidade no Brasil. **Cultura & Religião**. v. 7, n. 2, 2013.

MONTERO, Paula. Religiões públicas ou religiões na esfera pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, 2016.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. **Laicidade à brasileira**: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SACAMPINI, Padre José. A liberdade religiosa nas constituições brasileiras (2º parte – A liberdade religiosa na Primeira República). **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v.11, n. 42, p. 369-430, 1974.

SINNER, Rudolf von. Teologia pública: novas abordagens numa perspectiva global. Numen: **Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2010.

RODRIGUES, Elisa. A formação do Estado secular brasileiro: notas sobre a relação entre religião, laicidade e esfera pública. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p.

148-170, 2012.

ZYLBERSZTAJN, Joana. **O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988.** 2012. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.



PATERNIDADE BÍBLICA E ENSINO À LUZ DE UMA COSMOVISÃO CRISTÃ

*BIBLICAL PATERNITY AND TEACHING IN
THE LIGHT OF A CHRISTIAN WORLDVIEW*

*Hermen Alves de Faria Júnior*⁷⁰

⁷⁰ Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras. Tem experiência na área de Defesa, com ênfase em Recursos Humanos e Educação.. E-mail: hermenfaria@gmail.com

RESUMO

O objetivo do trabalho é incentivar pais cristãos a que, capacitados pelo Espírito de Deus, se tornem instrumentos eficazes no processo de transformarem seus filhos à semelhança de Cristo. O trabalho destaca o mandado bíblico dados aos pais de educarem seus filhos biblicamente. Tem como principal referência a Bíblia sagrada e como referências secundárias obras de diversos autores cristãos. Explora importantes conceitos sobre cosmovisão, e suas implicações no ensino dos filhos. Apresenta desafios atuais, bem como respostas bíblicas que sirvam como base para o desenvolvimento de uma paternidade fortemente atuante na tarefa de ensinar filhos. Esclarece de que forma os pais, que têm uma cosmovisão iminentemente cristã, devem agir no que diz respeito ao ensino de seus filhos. Conclui destacando a urgência da conscientização de pais cristãos quanto a necessidade do seu profundo envolvimento no ensino dos filhos, cujo único alvo é o formar neles o caráter de Cristo.

PALAVRAS-CHAVE:

Paternidade Bíblica; Ensino; Cosmovisão Cristã.

ABSTRACT

The objective of the work is to encourage Christian parents, empowered by the Spirit of God, to become effective instruments in the process of transforming their children into the likeness of Christ. The work highlights the biblical mandate given to parents to educate their children biblically. Its main reference is the Holy Bible and secondary references are works by various Christian authors. Explores important concepts about worldview, and their implications for teaching children. It presents current challenges, as well as biblical answers that serve as a basis for the development of a fatherhood that is strongly active in the task of teaching children. It clarifies how parents, who have an imminently Christian worldview, should act with regard to teaching their children. It concludes by highlighting the urgency of raising Christian parents' awareness of the need for their deep involvement in teaching their children, whose sole aim is to form in them the character of Christ.

KEYBOARDS

Biblical Fatherhood; Teaching; Christian Worldview.

1. INTRODUÇÃO

Até poucos anos atrás eu e minha esposa éramos pais de uma filha única já adulta. Pela graça, Deus nos presenteou com outra linda menina, Júlia, atualmente com sete anos. Na medida em que Júlia crescia, o Espírito Santo me desafiava a educá-la biblicamente o que fez com que eu passasse a me auto confrontar sobre minha postura como cristão, como pai e como educador.

Passando a me relacionar e conversar com diversos pais e ao mesmo tempo, observar o comportamento de algumas das suas crianças, pude depreender que o entendimento deles, no que dizia respeito ao ensino de seus filhos era bastante equivocado. As preocupações destes pais eram das mais diversas, dentre elas, conceder aos filhos a oportunidade de estudar em uma excelente escola, levá-los, as vezes, à escola bíblica na igreja aos domingos e proporcioná-los outros tipos de aprendizados relacionais, lúdicos e agradáveis tais como idas a jogos de futebol, praias, viagens etc. Minha leitura era de que esses pais, em sua maioria, eram totalmente alienados em relação a sua missão de ensinar seus filhos biblicamente, ou seja de educá-los na justiça, nos moldes que o apóstolo Paulo fez ao orientar o jovem presbítero Timóteo, em sua segunda carta.

Estas experiências fizeram com que eu questionasse o porquê de tantos homens não se envolverem no ensino de seus filhos. Busquei me aprofundar no tema, conversando com pais e educadores, estudando dados e informações relevantes, realizando cursos e lendo bons livros cristãos que tratam do assunto.

Na minha jornada pela busca de respostas realizei um curso de pós-graduação em Educação Cristã Clássica⁷¹, ferramenta fundamental para que meu interesse se aguçasse ainda mais e que meu horizonte se abrisse para a leitura de autores especializados nos temas de paternidade, educação e cosmovisão cristã.

Além da Bíblia Sagrada, principal referência no trabalho, fui influenciado por obras tais como "O caminho para o filho andar" de Lou Priolo, "O homem como sacerdote em seu lar" de Samuel Waldron e Benjamin Hoak "Autoestima autoimagem e amor próprio" de Nicolas Ellen, "Uma Introdução à Cosmovisão Reformada: A visão cristã do mundo e da vida" de Vinícius Pimentel, "No crepúsculo do pensamento ocidental: Estudo sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico" de Herman Dooyeweerd, "Verdade absoluta" de Nancy Pearcey "A doutrina da vida Cristã" de John M. Frame e "A fábrica de cretinos digitais" de Michel Desmurget, dentre outros. O texto de Deuterônomo seis mostra ao homem de Deus a maneira correta de ensinar aos seus filhos de todas as idades.

As crianças em seus primeiros anos de vida aprendem como esponjas. Suas mentes foram preparadas por Deus para que absorvam tudo que quisermos ensinar. Nesta fase da vida, o método de ensino de comprovada eficácia é a repetição. Isso é um trabalho árduo e que exige dedicação do pai discipulador.

Saindo da infância (fase que se convencionou chamar de adolescência), os jovens possuem um espírito questionador e se tiverem a palavra de Deus ensinada em profusão por seus pais, têm o potencial de se tornarem evangelistas perspicazes e inteligentes. Desde o Israel antigo, a responsabilidade pelo ensino, particularmente do menino, a partir dessa faixa etária era do pai. Sobre isso R. De Vaux diz:

⁷¹ Realizado na Faculdade Internacional Cidade Viva, João Pessoa, PB.

[...] a mãe dava aos pequenos os primeiros elementos de uma instrução sobretudo moral [...] entretanto os moços ao saírem da infância eram principalmente confiados aos seus pais. Um dos deveres mais sagrados destes era ensinar seus filhos, quer se tratasse de ensino religioso... ou da educação em si. (VAUX, 2004, p. 72).

Na fase mais adiantada da juventude os rapazes e moças, recebendo de seus pais ensino teológico robusto estarão preparados para alcançar outros, conduzindo-os a Cristo pela pregação do evangelho, bem como defender sua fé, mesmo em ambientes hostis ao evangelho a exemplo das universidades.

Baseando-me em minha experiência como pai, entendo que o tema se reveste de fundamental importância, primeiramente porque a salvação dos nossos filhos depende do conhecimento do verdadeiro Deus e da obediência a Ele.

Em segundo lugar, penso que filhos ensinados com base nos princípios bíblicos se tornarão homens e mulheres de Deus usados para o avanço do seu Reino e lutarão por uma sociedade mais harmoniosa, moralmente ética e justa.

Nosso objetivo é mostrar que o pai de cristão é o principal responsável pelo ensino de seus filhos, bem como apresentar desafios de nossos dias e soluções bíblicas a estes desafios, tudo com a finalidade de que os homens da casa possam cumprir esse mandamento. Apesar das diferenças etimológicas, usaremos os termos ensino, educação e educação na justiça como sinônimos e de espectro abrangente tanto no que diz respeito a educação no lar, na igreja e na escola. Cabe esclarecer que o termo pais, será utilizado referindo-se exclusivamente ao elemento paterno.

Discorreremos inicialmente sobre aspectos filosóficos e conceituais sobre a importância do coração no processo de ensino. Faremos considerações a respeito dos desafios que se apresentam em nossos dias ao desenvolvimento de uma paternidade bíblica. Por fim apontaremos direções para que os pais possam cumprir a ordenança bíblica de ensinarem seus filhos dentro de uma cosmovisão cristã.

2. FILOSOFIA E CONCEITOS SOBRE O CORAÇÃO DO HOMEM

O coração uma palavra que nos saltas aos olhos na passagem do sh'mah⁷². Ali ela aparece duas vezes. Podemos dizer que o coração é aquilo que somos, a raiz do nosso ser que determina nossos pensamentos, valores, vontades, hábitos e emoções. O puritano Flavel (2021, p. 11). diz que “o coração do homem é a pior parte, antes da regeneração e a melhor, depois dela. O coração é a sede dos princípios e a fonte das ações.” Joel Beeke falando sobre o coração diz:

[...] o conhecimento da mente não é suficiente para nos salvar ou nos tornar santos. O Espírito Santo tem de aplicar a verdade ao coração. o coração é a fonte da

⁷² O sh'mah começa com as palavras de Deuteronômio 6.4: “Ouve, Israel, o SENHOR, nosso Deus, é o único Senhor” (sh'mah é a palavra hebraica para “ouvir”) e continua com Deuteronômio 6.5-9.

qual todas as nossas escolhas e ações fluem. Provérbios 4:23 diz: "sobre tudo o que se deve guardar, guarda o coração, porque dele procedem as fontes da vida." (BEEKE, 2019, p. 54).

Tudo aquilo que todo ser humano crê e faça, tem como fonte seu coração. É o coração que faz com que ele creia e aja baseado em seus impulsos religiosos que podem ser os mais diversos. No coração não há neutralidade. É ele quem define a forma como vivemos, o que cremos, o que concordamos e o que reprovamos, nossa visão de mundo, ou seja é ele quem molda nossa cosmovisão.

Há uma destacada importância do coração na formulação do conceito de cosmovisão. Chegaremos a um entendimento do tema verificando o que há em comum nas posições filosóficas de James Sire⁷³, de Michael Goheen e Craig Bartholomew⁷⁴ e de Herman Dooyeweerd⁷⁵.

As definições de cosmovisão de Sire e Goheen e Bartholomeu tem como pontos em comum seu alicerce (chamado por Sire de pressuposições e por Goheen e Bartholomeu de crenças básicas), seu impulso (definindo pelo primeiro como orientação fundamental do coração e pelos segundos como um compromisso de fé). Ambos apontam a existência de uma narrativa, apesar desse aspecto ser mais salientado por Goheen e Bartholomeu. A principal diferença entre os dois autores é que Goheen e Bartholomeu enfatizam a vivência coletiva ao passo que Sire frisa a individualidade no contexto das cosmovisões.

Sire entretanto, incorpora a contribuição filosófica de Herman Dooyeweerd, visto que, em suas reflexões de motivos bases religiosos, ele deixa claro quando define motivo com "aquilo que incita ação", identificando, primordialmente dois motivos-base: um nascido do espírito de santidade e outro do espírito de apostasia. Ambos são motivos religiosos. Um aponta para a religião na qual Deus é o centro e o outro na qual o homem é o centro. Dooyeweerd deixa claro que, o motivo baseado em um ser transcendente, responde a perguntas as quais o motivo baseado no ego não responde.

Em sua análise antropológica, de forte fundamentação bíblica, Dooyeweerd nos traz inestimável contribuição no tocante as Escrituras sagradas seus fundamentos, criação queda e redenção, definidos por ele como de força motriz de uma cosmovisão cristã:

Neste sentido central e radical, a Palavra de Deus, penetrando na raiz de nosso ser, tem de tornar-se a força motriz central de toda a vida cristã dentro da ordem temporal com sua rica diversidade de aspectos, tarefas e esferas ocupacionais.²⁰⁹ Como tal, o tema central da

⁷³ James Sire aborda o tema em seu livro *"Dando nome ao Elefante: Cosmovisão como um conceito"*.

⁷⁴ Michael Goheen e Craig Bartholomew abordam o tema em seu livro *"Introdução a Cosmovisão Cristã: vivendo na interseção entre a visão bíblica e a contemporânea"*.

⁷⁵ Herman Dooyeweerd aborda o tema em seu livro *"No crepúsculo do pensamento ocidental: Estudo sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico"*

criação, queda no pecado e redenção deveria também ser o ponto de partida central e a força motriz de nosso pensamento teológico e filosófico. (DOOYEWEERD, 2012).

Heber Campos Junior, aponta para o entendimento de Dooyeweerd sobre a importância do coração (que ele chama de raiz religiosa da existência humana), bem como a impossibilidade de sua neutralidade.

Sua magnum opus, *A New Critique of Theoretical Thought* (1953-1958; em holandês foi publicada em 1935), mostra a farsa do projeto iluminista de gerar pensamento teórico objetivo e não afetado por pressuposições. Contra Kant, ele mostra que religião é transcendental, não está sob os limites da razão, mas a razão está sob os limites da religião, assim como o restante da vida.¹⁰⁴ No prefácio da obra, Dooyeweerd afirma que a grande virada no seu pensamento foi a descoberta da raiz religiosa de todo pensamento. Ele passou a compreender o significado central do “coração”, tão proclamado nas Escrituras como a raiz religiosa da existência humana. Dooyeweerd entende que a condição espiritual do coração determina toda empreitada humana, e não a cosmovisão. Fé é mais profunda no coração do que cosmovisão. Portanto, no fundo, não existe um pluralismo de cosmovisões, mas duas motivações religiosas antitéticas. A direção de um pensamento filosófico brota do coração, onde jaz a antítese ao princípio cristão. Do coração, não da mente, procedem as questões da vida; o coração é a peça invisível por detrás do pensamento filosófico. “Dooyeweerd sustentou que todas as funções temporais do homem – sua racionalidade, historicidade, emoções, fé, moralidade etc. – estão concentradas no seu coração, refletindo a orientação do coração para uma origem, que pode ser Deus, ou um ídolo.” Não existem interpretações genuinamente seculares ou neutras da realidade, apenas interpretações religiosas. (CAMPOS, 2019, p. 80)

Frame (2013, p. 352). afirma que “o coração é o que somos quando todas as máscaras são tiradas. O coração está comprometido com Deus (Dt 6.4-5) ou é ‘endurecido’ e comprometido com um ídolo (Ex 4.21; Dt 15.7; 1 Sm 6.6; 2 Cr 36.13; Sl 95.8; Mc 6.52; 8.18; Rm 9.18)” No arcabouço do pensamento cristão podemos dizer que no mundo há pessoas com dois tipos de cosmovisões: os que de um lado, pela graça, mediante a fé, creram na obraredentora de Jesus Cristo e no seu senhorio único e os que, do outro lado, não creem nessa verdade. De forma bastante perspicaz, o Reverendo Vinícius Pimentel esclarece essa tensão filosófica.

Portanto, o que existem, hoje, é um conflito, basicamente, entre dois povos, de duas sementes, de

duas descendências, de duas cosmovisões. O conflito entre a visão de mundo dos filhos do Filho da Mulher e o conflito com a visão de mundo dos filhos da serpente. O que nós temos, hoje, é, basicamente, uma antítese entre a visão de mundo cristã e a visão de mundo não cristã ou, nós vamos chamar aqui, a visão de mundo apóstata. (PIMENTEL, 2020, p. 31).

Associando essa realidade a antropologia filosófica, campo de estudo que se propõe a pensar e definir o que vem a ser o homem, fica evidenciado que entender o coração do homem, bem como a sua cosmovisão, é premissa fundamental na construção de todo e qualquer método, processo e objetivo do ensino.

A influência do coração é basilar na prática do pai educador. Uma antropologia filosófica que entende o homem, por exemplo, como integrante de um contexto puramente materialista-científico terá práticas diametralmente opostas a uma antropologia filosófica orientada por uma cosmovisão cristã. A primeira terá objetivos educacionais, filosofia e métodos seculares e pragmáticos. A segunda (que tem no Deus bíblico, sua origem e finalidade e que entende o homem, conforme esse é descrito pelas escrituras), orientará seus objetivos, filosofias e métodos, para o telos (propósito) de Deus para o ser humano: refletir a glória do criador em todos os campos da atividade humana⁷⁶.

O coração é o centro da consciência, daí sua importância em um contexto de ensino. Os processos e métodos educativos são subordinados ao coração como centro religioso. Seus pressupostos impedem que ele conduza quaisquer processos de ensino de maneira neutra.

O pai cristão deve ter sempre em mente que seu coração reflete sua vida prática e espelha o que ele realmente é. Monica e Shawn Whatley dão destaque a esse importante princípio:

Como Agostinho escreve em *Confissões*, "nosso coração andará inquieto até que encontremos descanso em Deus". Somos criados para desejar o reino. James K. A. Smith diz que captamos muito mais pelos sentimentos do que pelos pensamentos. Nossa "cosmovisão é mais uma questão de imaginação do que de intelecto" portanto construir uma cosmovisão cristã baseada no intelecto não é o bastante. Podemos aprender todas as respostas corretas por meio das lentes corretas, mas ainda sendo amantes do mundo. Na realidade, não é o que sabemos, mas o que praticamos. É nossa adoração cristã, e ela vem antes da nossa cosmovisão. (WHATLEY; WHATLEY, 2019, p. 15).

O caminhar do pai cristão deve ter sua motivação forjada em um espírito de santidade e uma vida piedosa, pois somente assim poderá desenvolver em seus filhos uma cosmovisão verdadeiramente cristã.

⁷⁶ No livro *"A escola do Messias"*, em seu capítulo seis, *"Antropologia: o ser humano como autor do conhecimento"*, Igor Miguel trata desse assunto explicando com bastante propriedade a influência da antropologia filosófica no ensino.

3. PATERNIDADE EM COLAPSO: OS DESAFIOS DO NOSSO TEMPO

Para entendermos a difícil situação dos nossos dias, se faz necessário olharmos para o relato da queda apresentado no capítulo três do livro de Gênesis. Nessa passagem vemos de forma clara o início de uma rebelião contra o criador. Muitas vezes constatamos isso em nós mesmos, pois é comum querermos agir fora da dependência de Deus. Além disso o relacionamento quebrado não foi entre iguais, mas entre criador e criatura por isso as consequências foram tão danosas para o homem.

Uma das consequências dessa condição caída é que o homem tenta criar vidas paralelas, sendo uma com enfoque secular e outra com enfoque espiritual. Ele mostra a verdade incômoda de como somos condescendentes para com a mentalidade secular.

Pearcey (2006, p. 110) diz que “muitos crentes aprendem a compartimentar a vida pessoal, absorvendo as suposições seculares dominantes em seu campo de estudo, ao mesmo tempo em que mantêm a vida religiosa restrita à vida particular.”

Explicando o conceito de dualismo que, desde a igreja primitiva, tem sido fonte de diversas heresias, Pearcey (2006) mostra que tal compreensão defende não haver uma interdependência entre espiritual e material, em outras palavras, que a racionalidade é descolada da revelação divina. O dualismo fez com que a Palavra de Deus se tornasse irrelevante para solucionar os problemas reais. Tal heresia desconsidera totalmente a revelação bíblica, aceita pela fé. Aquele que é a Palavra tornou-se carne e viveu entre nós. Vimos a sua glória, glória como do Unigênito vindo do Pai, cheio de graça e de verdade (Jo 1:14). Ela observa:

[...] o Iluminismo e seus herdeiros intelectuais receberam a jurisdição do pavimento de baixo, onde lidamos com conhecimento racional, objetivo e científico — a esfera pública. O Romantismo e seus herdeiros receberam a jurisdição do pavimento de cima, onde lidamos com religião, moralidade e ciências humanas — a esfera particular. (PEARCEY, 2006, p. 114-115).

Pimentel contra-ataca, fortemente, o argumento falacioso do dualismo:

[...] quando nós dizemos que o cristianismo é uma cosmovisão, nós estamos dizendo o contrário de tudo aquilo que nossos professores nos ensinaram desde o ensino fundamental: “religião é um assunto da vida privada”. Mentira! Cristo é o Senhor do universo. Religião é um assunto para a praça pública (PIMENTEL, 2020, p. 10).

Faço um adendo sobre a importância de entendermos de religião e cosmovisões como conceito correlatos, pois ambos são provenientes do coração do homem e direcionam seus pensamentos, ações, sentimentos e valores. Todo homem pensa e age por motivos religiosos. IgorMiguel diz que “qualquer tentativa

de explicar o que é a pessoa humana sem o reconhecimento de sua inclinação religiosa fracassará.” (MIGUEL 2021 p. 1326)

Isto é altamente esclarecedor, quando nos dias atuais, observamos cristãos que parecem não olhar para a Escritura Sagrada como Palavra de Deus, mas como um conto, uma literatura como outra qualquer. O pensamento materialista contrapôs, hábil e paulatinamente, natureza versus liberdade, fato versus valor, ciência versus ética. Este processo levou a sociedade atual a um relativismo ímpar. Cada um poder escolher o que é ou não, certo ou errado, moral ou imoral.

Segundo Pearcey (2006, p. 128), muitos dos professores dos nossos filhos ensinam que “não há a divisão entre certo e errado em sentido universal ou objetivo - o que é certo e errado depende das diferenças em termos de valores individuais e diversidade cultural”.

Neste processo de mundanização, até dentro da própria igreja surgiram as teologias liberais que dentre outras heresias, advogam estar a Bíblia cheia de enganos, negando assim a inspiração e a inerrância das Escrituras Sagradas, bem como arrancando do cristianismo suas raízes históricas e conseqüente relativização do pecado.

Dentre as diversas mazelas do nosso tempo que desafiam os pais na missão de ensinar seus filhos analisaremos de forma mais acurada o secularismo, o uso excessivo de tecnologias digitais e a psicologia da autoestima.

4. O SECULARISMO

Keneth Hamilton (2007) um dos colaboradores do Dicionário de Ética Cristã, explica que o secularismo interpreta conceitos bíblicos de maneira não religiosa e tem forte identificação com a ideologia e com pensamento de Karl Marx, em cujos escritos estão a conhecida frase "a religião é o ópio do povo".

o secularismo passou a ser sinônimo de negação da causalidade sobrenatural e da afirmação de uma abordagem não religiosa da existência. Hoje o "secular" é posto, geralmente, em contraste ao "sagrado", substituindo o contraste anteriormente feito entre o "sagrado" e o "profano". Igualmente, secularização é o nome dado ao processo mediante o qual um entendimento sobrenaturalista do mundo é substituído por um entendimento naturalista e a religião deixa de ser uma influência social ou cultural efetiva [...] enquanto muitos teólogos assumiram amplamente a secularização como sendo um fato inquestionável ao qual a fé cristã deveria se adaptar, muitos sociólogos se mantiveram céticos quanto à assim chamada "secularização radical" do homem moderno...o sociólogo David Martin argumentou que a "presente secularização [...] uma invenção do pensamento ideológico, nascida do desejo de ver a religião desaparecer. (HENRY, 2007, p. 541-542).

O secularismo não ataca a religião de modo frontal, mas de forma velada, colocando-a na esfera dos valores e da vida privada. Conforme Nancy Pearcey o pai cristão precisa estar consciente de que “o padrão de pensamento mais influente de nossos tempos é a visão da verdade em dois reinos.”(PEARCEY 2006, p.137). Frame observa como o secularismo tenta apresentar uma falsa postura de neutralidade baseada no uso exclusivo da razão:

[...] embora o secularismo seja uma religião, os secularistas tipicamente se apresentam como não religiosos . Na visão deles, o secularismo toma suas decisões somente pela razão, enquanto as pessoas religiosas tomam as suas pela fé, ou pela razão instruída pela fé [...] o secularismo domina muitos aspectos da sociedade ocidental , e esse domínio fornece o maior desafio aos cristãos que buscam viver conforme o primeiro mandamento (FRAME, 2013, p. 421;422).

Como pai, tenho observado com frequência como o secularismo e o seu parente mais próximo, o mundanismo, tentam tomar o coração das minhas filhas, tanto o de Camila, cristã convicta, casada, mãe, quanto o da pequena Júlia.

Quando aproveito alguma situação do nosso cotidiano para ensinar algo a Júlia usando passagens bíblicas, por vezes ela me questiona, "papai, porque tudo o senhor fala da Bíblia?". Respondo a ela que tudo nas nossas vidas deve ser colocado diante de Deus e da sua palavra. Nesse contexto, como meu exemplo de vida é imprescindível digo a ela : " filhinha, você precisa falar de Jesus aos seus amiguinhos que não o conhecem [...] lá em Tm 4.2 Paulo disse a Timóteo, seu filho na fé, que 'pregue a palavra, esteja preparado a tempo e fora de tempo' ". A consequência disso é que ela precisará, por exemplo, me ver evangelizando nossos vizinhos descrentes para levá-los ao conhecimento de Cristo.

Os argumentos que uso com Camila são mais elaborados e confrontadores. As vezes costumo lembrá-la de que “quando a Universidade Livre iniciou suas atividades em 1880, Abraham Kuyper declarou em seu discurso inaugural: ‘Não existe sequer um centímetro de nossa natureza humana do qual Cristo, que é soberano de tudo, não proclame ‘É Meu!’”⁷⁷. Meu alvo permanente é que Camila, fortaleça sua bem fundada cosmovisão de que "Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai." (Fp 2.11).

Os filhos precisam enxergar o amor de Cristo, transbordando da vida dos pais para outras vidas. Isso os fortalecerá para que não sejam tragados por uma cultura secular e mundana. Nosso maior inimigo nesse intento é nosso próprio coração pecaminoso. Pimentel faz um alerta importante sobre esse aspecto.

Vivemos em um mundo secularizado. Isso significa que Deus foi tirado do mundo. Obviamente, isso não é literal. Mas, em nossas mentes, nós nos acostumamos a pensar no mundo sem Deus [...] o grande problema dos cristãos, hoje, é que muitos deles são cristãos, mas

⁷⁷ Disponível em: https://www.monergismo.com/textos/biografias/kuyper_gloria.htm. Acesso em 10/08/23.

vivem como ateus. E, ele disse: como é que um cristão vive como um ateu? Quando ele se esquece que Deus está presente. (PIMENTEL, 2020, p. 18).

Assim, filhos de pais cristãos precisam, desde a mais tenra idade, ver em seus pais um estilo de vida cristão baseado no amor doador, na alegria em servir e no desejo de viver e compartilhar o evangelho de Cristo. O pai cristão precisa não apenas falar da sua cosmovisão, mas vivê-la, pois somente desta forma poderá impactar o coração de seus filhos.

Pearcey (2006, p. 125;137). diz que Há um norte seguro para o pai cristão vencer o secularismo:

[...] guardar-se puro dos caminhos errados do mundo filosófico, de sua cosmovisão defeituosa (Tg 1.27).. e insistir em apresentar a seus filhos o cristianismo como uma cosmovisão abrangente e unificada, que trata de todos os aspectos e áreas da vida e da realidade.

O trabalho do pai cristão é árduo. Ele tem por obrigação pensar, elaborar e viver uma cosmovisão cristã como uma verdade absoluta.

4.1 O USO EXCESSIVO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS

Vivemos em uma era na qual as novas tecnologias se aperfeiçoam em espantosa velocidade e permeiam todas as esferas da vida humana. Não podemos deixar de reconhecer as grandes benesses que a tecnologia tem trazido nas comunicações, medicina, transportes, entretenimento etc. Fico maravilhado com essas modernidades. Até bem pouco tempo atrás, quando íamos a um endereço ao qual não sabíamos como chegar , perguntávamos as pessoas, entrávamos em ruas erradas, perguntávamos novamente, até que, pelo método de tentativa e erro, chegávamos ao nosso destino. Que dificuldade! Hoje inserimos, por comando de voz, o endereço no GPS de nossos carros e Bingo! Que ferramenta fantástica o GPS!

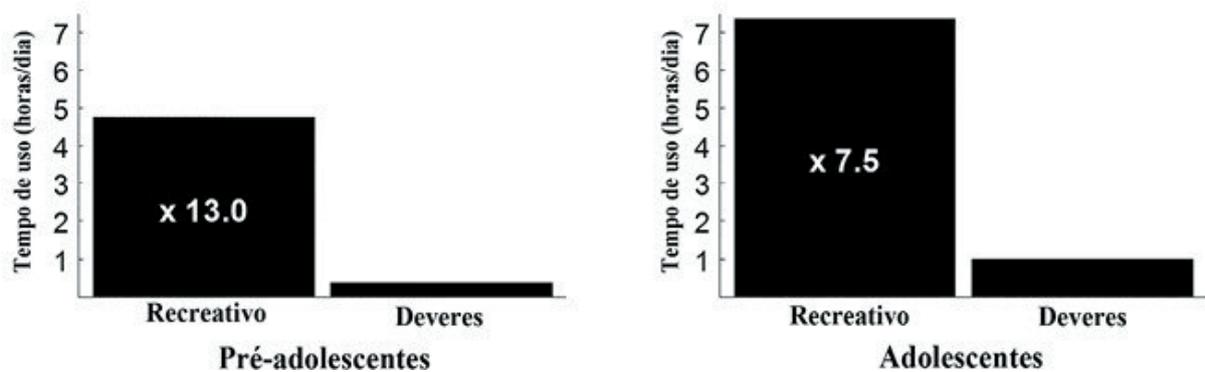
A par de todos os benefícios que as tecnologias nos trazem seu uso excessivo, particularmente para fins recreativos, são a fonte um sem número de preocupações, problemas e desafios aos pais. Comprovadamente, O uso excessivo de telas pode trazer uma serie de problemas a crianças e adolescentes, desde procrastinação, irritabilidade, obesidade e insônia até depressão, e tendências suicidas, dentre outras consequências danosas.

Michel Desmurget, diretor do Instituto Nacional de Saúde da França, pesquisador francês especializado em neurociência cognitiva fez um estudo sobre esse tema apresentado no livro A fábrica de cretinos digitais.

[...] as práticas das jovens gerações se articulam prioritariamente em torno de atividades recreativas, que são básicas e pouco instrutivas: programas de televisão, filmes, séries, redes sociais, videogames, sites comerciais, clipes musicais, vídeos diversos, etc.

Em média, os pré-adolescentes dedicam 2% de seu tempo diante da tela criando conteúdos (“por exemplo, escrevendo, criando arte digital ou música”); somente 3% afirmam criar frequentemente programas de informática [...] Dito de outra maneira, como ilustra a figura abaixo, quando utilizam suas telas digitais, os jovens de 8 a 12 anos dedicam um tempo 13 vezes maior para se divertir do que para estudar (284 minutos contra 22 minutos). Para os de 13-18 anos, a marca é de 7,5 vezes (442 minutos contra 60 minutos) (DESMURGET, 2020, p. 25-26).

Gráfico 1 — Tempo dedicado ao uso de dispositivos digitais em casa para diversão (recreativo) e trabalhos escolares (deveres) pelos pré-adolescentes (8-12 anos) e adolescentes (13-18 anos).



Fonte: Desmurget (2020).

Hoje é comum observarmos em shoppings, restaurantes, comemorações escolas e até mesmo nas nossas igrejas, crianças e jovens imersos no "mundinho" privado de seus celulares. Como eles adquiriram esse hábito? Talvez a resposta esteja em pais desatentos. Desde que Júlia tinha poucos meses assistia com ela no Youtube musiquinhas de grupos cristãos infantis. Quando não estávamos assistindo, tocava as músicas no violão e cantarolávamos juntos. Eram músicas cristãs e que ensinavam histórias, valores e textos bíblicos. Entretanto, sem saber, eu estava cometendo um erro, a expondo a hiperestímulos de sons e cores, contidos naqueles vídeos.

Com o passar do tempo observei que ela ficava irritadiça sempre que eu lhe tirava essa distração. Eu a estava "treinando" para que no futuro viesse a ser uma daquelas crianças e jovens que vejo diariamente absortos em suas "maquininhas eletrônicas". Pela graça de Deus penso que corrigi esse erro a tempo, passando a direcionar o tempo livre dela com jogos de tabuleiro, pintura, contação de histórias, passeios ao ar livre, dentre outras atividades que não envolvessem o uso de TV ou celular.

Estudos sólidos que comprovam que o ideal é que crianças até seis anos não utilizem nenhum tipo de tela. Segundo Desmurget, (2020, p. 28), “uma imersão precoce o desviará fatalmente dos aprendizados essenciais que, por conta do

fechamento progressivo das 'janelas' de desenvolvimento cerebral, se tornarão mais difíceis de alcançar."

Para o pai cristão quais seriam esses aprendizados essenciais? O que é essencial que seu filho, pai? Jesus disse, "Deixai os pequeninos, não os embarceis de vir a mim, porque dos tais é o reino dos céus" (Mt 19.14). O homem da casa jamais deve impedir seu filho de aprender a verdade essencial a sua vida de que Jesus Cristo é o Senhor. Quando o pai permite que a mente de seu filho seja entulhada por "lixo digital" ele está sendo um empecilho para ele vá a Cristo.

As redes sociais podem afetar de forma grave a vida de crianças e jovens. Elas tem grande potencial de induzi-los a se tornarem adictos em jogos de azar, pornografia, e outros vícios, bem como a terem tendências depressivas e suicidas. No documentário "O Dilema das redes" especialistas em tecnologia e profissionais da área fazem um alerta: as redes sociais podem ter um impacto devastador sobre a democracia e a humanidade.⁷⁸ Naturalmente, as grandes corporações de mídias mundiais e seus lobistas tentam desacreditar essas afirmações. O Facebook declarou que o documentário "dá uma visão distorcida de como as plataformas de mídia social funcionam para criar um bode expiatório conveniente para o que são problemas sociais difíceis e complexos"⁷⁹.

Em meio a toda essa celeuma seria pertinente perguntamos o por que de na região do Vale do Silício⁸⁰ as escolas proibirem seus alunos de entrarem com celular? Ou por que muitos dos dirigentes e desenvolvedores dos algoritmos dessas mesma empresas, matriculam seus filhos em escolas que não usam telas e não permitem os mesmos usem aparelhos celulares antes de determinada idade? Talvez devêssemos prestar alguma atenção ao que Desmurget, (2020, p. 12) pontua ao revelar a "conclusão do jornalista francês, doutor em sociologia, Guillaume Erner: 'A moral da história é a seguinte: deem telas a seus filhos, os fabricantes de telas continuarão dando livros aos deles'"

Para chegarem ao cerne desse debate, e entenderem as motivações que regem nosso mundo caído os pais cristão precisam, pensando biblicamente, lembrar-se de que "o amor do dinheiro é raiz de todos os males" (1Tm 6.10) e que "o mundo inteiro jaz no Maligno" (1Jo 5.19).

Outro prejuízo gravíssimo é o desperdício de tempo com atividades que nada colaboram para os adictos em internet e redes sociais. Um conhecido compartilhou que seu filho passava horas na internet, não jogando, mas vendo outras pessoas jogarem. Isso é o cúmulo do desperdício de tempo!

Na capa do livro de Desmurget se vê em destaque dentro de um círculo verde uma frase sobre algo que está sendo destruído nas crianças dessa geração e que o mundo moderno venera: a inteligência. Ele diz: "Porque pela primeira vez, filhos têm QI inferior aos pais."

Inteligência é algo importante. É um dom que Deus deu ao homem para que, pelo mandato cultural, ele modificasse a criação. Entretanto o principal objetivo do pai cristão não deve ser desenvolver a inteligência de seus filhos, mas sim,

⁷⁸ Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/08/18/cinema-e-streaming/o-dilema-das-redes-netflix-youtube-de-graca/>. Acesso em 29/09/2023

⁷⁹ *Idem*

⁸⁰ Região no estado norte-americano da Califórnia onde se concentram as maiores empresas de tecnologia do mundo.

imprimir neles o caráter de Cristo, ensinando-os pelo discipulado e pelo exemplo quão precioso é o tempo e como é importante que ele seja usado para glória de Deus. Samuel Waldron diz:

No tempo tecnológico em que vivemos, a sobrecarga de música, televisão e informação que enfrentamos oferece oportunidades constantes para usarmos uma cosmovisão bíblica para analisar as perspectivas éticas e práticas que bombardeiam nossas famílias. se assistirmos a um programa de televisão ou ouvirmos uma música com nossos filhos, poderemos compartilhar espontaneamente um breve ponto de vista bíblico sobre o que acabamos de ver ou ouvir. isso não precisa acontecer o tempo todo, mas deve ocorrer com frequência suficiente para que nossos filhos saibam que a palavra de deus nunca está longe de nossas mentes. devemos orar pela graça de termos uma mente espiritual. devemos orar por graça o suficiente para que possamos nos lembrar do que a palavra de deus diz sobre todos os aspectos de nossas vidas. somente essa graça, juntamente com a oração fervorosa e a disciplina piedosa, pode nos transformar no tipo de maridos e pais que deveríamos ser. (WALDRON, 2021, p. 87)

Por causa da graça comum, acreditamos que o descrente possa descobrir verdades sobre "o livro da criação de Deus", ou seja, a natureza⁸¹. Sobre essa verdade factual Pimentel diz:

Não negamos que homens que negam a existência de Deus tenham inteligência e sejam capazes de descobrir muitas coisas verdadeiras sobre o mundo [...] Eles vivem num mundo invertido. É o mesmo mundo que o nosso. As coisas estão nos mesmos lugares. As verdades estão nos mesmos lugares, mas eles não conseguem encontrar vida, eles não conseguem encontrar luz. (PIMENTEL, 2020, p. 12;14)

O pai cristão deve se encher da palavra, vivê-la, e usá-la para ensinar seus filhos. Ensinar sobre como é precioso o tempo que Deus nos concede e como devemos bem utilizá-lo. A Bíblia é repleta desses maravilhosos ensinamentos. "Portanto, vede prudentemente como andais, não como néscios, e sim como sábios, remindo o tempo, porque os dias são maus." (Ef 5.15-16.); Ensina-nos a contar os nossos dias, para que alcancemos corações sábios (Sl 90.12.); Ora, o mundo passa, bem como a sua concupiscência; aquele, porém, que faz a vontade de Deus permanece eternamente. (1Jo 2.17); Pois, eu te peço, pergunta agora a gerações passadas e atenta para a experiência de seus pais; porque nós somos de ontem e nada sabemos; porquanto nossos dias sobre a terra são como a sombra. (Jó 8.8-9.); Vós não sabeis o que sucederá amanhã. Que é a vossa vida? Sois, apenas, como

⁸¹ *A Confissão Belga, o primeiro dos padrões Doutrinários das igrejas reformadas, transmite essa ideia da natureza como "livro da criação de Deus", em seu artigo 2 - Como Deus se faz conhecido a nós.*

neblina que aparece por instante e logo se dissipa.(Tg 4.14); Atentei para todas as obras que se fazem debaixo do sol, e eis que tudo era vaidade e correr atrás do vento. (Ec 1.14).Quanto ao homem, os seus dias são como a relva; como a flor do campo, assim ele floresce; pois, soprando nela o vento, desaparece; e não conhecerá, daí em diante, o seu lugar. (Sl 103.15–16).

Através da Palavra de Deus revelada, o pai cristão, capacitado pelo Espírito Santo, terá sabedoria muito superior a de cientistas seculares, para ensinar seu filhos a remir seu tempo e para proteger-lhes as mentes e corações contra possíveis ciladas digitais a que eles possam vir a ser expostos.

4.2 A PSICOLOGIA DA AUTOESTIMA

Biblicamente, podemos dizer que autoestima é a condição da nossa alma a partir das consequências de algo que tenhamos feito, ou seja, se fizermos o bem, nos sentiremos em paz com Deus e com nós mesmos e se pecarmos nos sentiremos mal conosco e culpados diante de Deus.

A obediência ao Senhor Deus produzirá no homem uma autoimagem de humildade pois reflete a imagem de Cristo, conforme Paulo escreveu aos romanos. Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. (Rm 8.29).

O apóstolo Paulo alertou os Filipenses que o homem desobediente a Deus possui uma autoimagem de soberba e orgulho, peculiar aos que se opõem a Cristo. Irmãos, sigam unidos o meu exemplo e observem os que vivem de acordo com o padrão que lhes apresentamos. Pois, como já lhes disse repetidas vezes, e agora repito com lágrimas, há muitos que vivem como inimigos da cruz de Cristo. O destino deles é a perdição, o seu deus é o estômago e eles têm orgulho do que é vergonhoso; só pensam nas coisas terrenas. (Fp 3.17–19).

Uma das mais destrutivas correntes de pensamento em nossos dias é a psicologia da autoestima. Homens e mulheres de todas as idades, religiões e condições sociais são atraídos pelo desejo incontrolável de serem amados, aceitos, apreciados, imprescindíveis em seus relacionamentos, ocuparem importância central nas vidas das pessoas e de nunca, jamais estarem sujeitos a críticas. Esse é o retrato de como nossa sociedade depravada enxerga o ser humano. Ignoram que o homem foi criado a imagem e semelhança de Deus, que sua maior necessidade é a salvação em Cristo Jesus e que seu propósito de vida deve ser a glória de Deus. O pastor Nicolas Ellen pontua com bastante propriedade:

A psicologia humanista através das suas definições e modelos de autoestima, contradiz a perspectiva de Deus sobre os seres humanos, revelando uma perspectiva antibíblica do "eu", uma preocupação com o "eu" e uma rejeição da realidade da natureza pecaminosa de cada indivíduo e da necessidade que todos têm de Deus [...]

as abordagens seculares sobre autoestima direcionam a pessoa a focar em seu próprio valor em vez de focar em sua depravação e sua necessidade de redenção (ELLEN, 2023, p. 64;65).

Os meandros desse conceito secular mostram como nem o pensamento religioso contemporâneo sobre o assunto, movido por uma psicologia completamente rendida ao humanismo, chega a um denominador comum sobre as teorias da autoestima. Sobre essa controvérsia assim Ellen nos esclarece:

Alguns dizem que se quisermos entender porque alguém age de determinada maneira é necessário verificar sua autoestima [...] outros dizem que se quisermos entender a autoestima devemos verificar com a pessoa se comporta [...] ela (a autoestima) não pode ser ao mesmo tempo o resultado e a causa de um comportamento. (ELLEN, 2023, p. 34;35).

Quem de nós nunca ouviu a frase: "Já sofri demais, agora é hora de pensar em mim, na minha felicidade!", ou " para sair dessa crise preciso me encontrar" ou ainda, " olhe pra dentro de você; ai estará a solução" e a pérola da autoimagem bastante usada, inclusive entre os adolescentes nas nossas igrejas: "Esta é minha melhor versão!". Essas frases não consideram Jesus nem na equação do bem estar humano, nem como padrão de imagem e semelhança . Elas traduzem, tão-somente, a condição corrupta daquele coração caído apontado pelo profeta Jeremias, Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá? (Jr 17.9). Ellen observa:

O bem estar do ser humano não é determinado pela forma como lidou com seu pecado na presença de Deus e, sim pelo modo como sua autoestima é gerenciada dentro dele. Portanto o pecado não é o problema, Cristo não é a resposta e a autoestima é a solução ou o problema (ELLEN, 2023, p. 35).

É bem comum vermos academias, praias e parques cheias de homens e mulheres que torneiam seus corpos com exercícios extenuantes. Muitos deles dizem que manter a saúde é seu objetivo, mas esta justificativa não combina com seu estilo de vida fútil e mundano. Vivem somente para se auto satisfazer. Para que seus filhos não se tornem empecilhos aos seus objetivos mundanos eles usam de diversas estratégias .Eles os deixam a mercê das TVs e celulares, os sufocam com atividades, os enchem de presentes, muitos presentes ou usam qualquer outra tática maligna. O resultado é que acabam replicando neles as mesmas iniquidades da autoestima, seu amor-próprio e uma autoimagem de perfeição, gerando assim crianças e adolescentes doentes emocionalmente e indiferentes a necessidade de encontrar uma vida de paz, e redenção na pessoa de Cristo.

Como combater a autoestima que domina nosso dias? Como ensinar nossos filhos que a vontade de Deus é melhor que a nossa e que o Senhor Jesus é o dono de nossa vida e do nosso tempo? Somente se formarmos neles uma cosmovisão

cristã e os ensinarmos a viverem piedosamente, para a glória de Deus. Assim eles terão a clara compreensão sobre qual a vontade do Senhor (Ef 5.17.b), de que seu viver é Cristo (Fp 1.21 a) e de que sua vida é apenas, como neblina que aparece por instante e logo se dissipa. (Tg 4.14b).

5. ENSINANDO OS FILHOS À LUZ DE UMA COSMOVISÃO CRISTÃ

Deus não pede que pais ensinem a seus filhos. Ele manda de forma imperativa que o façam. Pimentel (2020, p. 23) nos lembra da assertiva na qual "Martyn Lloyd - Jones diz com frequência em seus sermões: "Deus não dá sugestões. Deus dá ordens!" A educação secular não se preocupa se os pais que ensinam ou não seus filhos dentro de uma visão cristã de mundo. Deus ordena e os filhos, em seu íntimo, clamam por pais que os ensinem à luz de uma cosmovisão cristã. É a salvação da alma deles que está em jogo.

Tais premissas me deram o entendimento que eu deveria me esmerar na educação da minha menina. Precisaria da unção do Espírito para ensiná-la com longanimidade e sabedoria. Mais que isso. Era imperativo que eu vivesse aquilo que a ensinasse. Precisaria ser um homem de oração e da Palavra. Precisaria ter meu caráter modelado para essa importante missão. Era necessário conhecer a Deus mais e mais.

5.1 O SH'MAH (DT 6. 4-9): MODELAGEM DO CARÁTER DO PAI PARA O ENSINO

A palavra sh'mah do hebraico significa ouve⁸². Ouvir não está dito em sentido estrito de conhecer, mas de praticar. Por meio desse imperativo Deus convoca seu povo a atentar não apenas a ouvir mas a viver em obediência a ele.

No texto mencionado em epígrafe, os verbos "ouve" e "amarás", tem ligação direta com o coração do homem (palavra que aparece duas vezes no texto) e mostram ações de forte cunho monergista, pois a única forma de um homem ouvir a Deus em obediência e amá-lo de todo o coração é que esse homem tenha a fé salvífica em Jesus Cristo. O próprio texto deixa isso claro quando diz "estas palavras que, hoje, te ordeno estarão no teu coração". O profeta Ezequiel afirma que é o próprio Deus quem muda o coração do homem, "dar-vos-ei coração novo e porei dentro de vós espírito novo; tirarei de vós o coração de pedra e vos darei coração de carne" (Ez 36.26).

Outros verbos como "inculcarás", "falarás", "atarás", e "escreverás" falam a respeito do ensino e descrevem ações sinérgicas mostrando que o homem cujo coração foi transformado por Deus, vai se empenhar em obedecer a palavra de Deus. Ele as ensina diligentemente a seus filhos não apenas formalmente, no culto doméstico ou conduzindo-o a adoração pública, mas em todas as situações do dia a dia, tu as inculcarás a teus filhos, e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e ao deitar-te, e ao levantar-te. (Dt 6.7).

⁸² Martin H. Manser, 2013

Ele estuda as escrituras, as memoriza e as pratica incessantemente, as atarás como sinal na tua mão, e te serão por frontal entre os olhos (Dt 6.8) , pois se assim não for, o que terá para ensinar a seus filhos e aos que dela nada sabem? Ele também ensina a palavra e a proclama aos que não a conhecem, as escreverás nos umbrais de tua casa e nas tuas portas (Dt 6.9). O padrão de exigência divina, impõe ao pai cristão uma vida santa, piedosa bem como uma ferrenha dedicação na condução do ensino de seus filhos.

4.2 VIDA PIEDOSA: ORAÇÃO E ESTUDO DA PALAVRA

A oração, tem como fim último a proclamação da glória de Deus, como vemos no pai nosso: santificado seja o Teu nome (Mt 6.19). Ela é uma ponte sobre um abismo que separa um Deus santo que quer se relacionar conosco, homens pecadores. Quando oramos biblicamente, somos capacitados pelo Espírito Santo a fazê-lo de forma contínua, por diferentes motivos, persistentemente, e intercedendo, particularmente, por todos os santos. A oração tem o poder de operar a entrada de Jesus em nossas vidas, usando da sua autoridade para entrar em qualquer situação e mudar as coisas.

Em vários textos do NT, particularmente no livro de Atos dos Apóstolos, os crentes se reuniam para orar em diversas situações (At 1.24-25; 4.14) ; eles foram visitados pelo Espírito e se tornaram vasos de honra na missão de levar o evangelho aos cativos. Da mesma forma esta grande mudança pode acontecer conosco. O pai que conduz a oração em família ensina seus filhos um importante princípio: somente crentes que oram poderão ser usados, poderosamente nas mãos de Deus.

Hoje, muitos crentes valorizam mais o ministério em público do que a oração no escondido. Jesus me mostra o quão importante é uma vida de oração e intimidade com Deus, pois mesmo cansado fisicamente, após um extenuante dia de trabalho e de curas, acordou na madrugada para ter um tempo exclusivo de comunhão com o pai. Depois, entraram em Cafarnaum, e, logo no sábado, foi ele ensinar na sinagoga. Maravilhavam-se da sua doutrina, porque os ensinava como quem tem autoridade e não como os escribas. Tendo-se levantado alta madrugada, saiu, foi para um lugar deserto e ali orava. (Mc 1.21-22; 35). Ele era Deus - Filho e amava a comunhão com seu pai.

Fico impressionado quando, ao encerrar meu período de devoção matinal, olho para a avenida em frente minha casa. Ela está repleta de pessoas se exercitando, correndo, pedalando etc. O lazer e o cuidado com a saúde são bênção legítimas que Deus graciosamente nos concede. Entretanto me pergunto se, antes de exercitem seus corpos para mantê-los saudáveis, aquelas pessoas fortaleceram suas almas pela oração?

A oração é um dos mais sublimes meios de graça disponível a pais cansados que chegam tarde em casa e cedo irão acordar para um novo dia de labuta. A melhor forma de ensinar seus filhos a importância da oração é fazer como Jesus. Pai acorde mais cedo e inicie seu dia orando! Peça o Espírito santo que o discipline a acordar mais cedo (indiscutivelmente, o melhor horário para meditar na palavra e orar é logo cedo, ao menos uma hora antes do restante de sua família

acordar). Se assim não fizer há uma grande possibilidade de ser vencido por estilo de vida ativo e cheio de compromissos, padrão dos nossos dias. Nossa rotina e prioridades mundanas são inimigas da oração.

Morden, (2018, p. 78) nos lembra que “Jerônimo, o pai da Igreja primitiva, escreveu que ‘a ignorância das Escrituras é a ignorância de Cristo’. Da mesma forma, podemos dizer que o conhecimento das Escrituras é o conhecimento de Cristo.” O conhecimento da palavra de Deus é um dos pilares de uma vida piedosa. Fazer com que os filhos sejam cheios do conhecimento da palavra é a principal atribuição do homem, do sacerdote do lar. Ele jamais deve negligenciar esse importante papel. O mandamento é claro ao pai - instrua seu filho na justiça, na palavra de Deus. A regeneração dele dependerá disso. Instruído na palavra seu filho será um instrumento eficaz para o avanço do reino. Sobre os deveres dos pais para com o ensino de seus filhos o puritano John Bunyan escreveu:

Seus filhos têm alma e precisam ser regenerados por Deus, ou perecerão. E saiba também que a menos que você seja muito cauteloso em seu comportamento para com eles e diante deles, eles podem perecer por sua causa. Tais pensamentos devem levar você a instruí-los e a corrigi-los. Em primeiro lugar está o dever de instruí-los, como diz a Escritura: “Cria-os na doutrina e admoestação do Senhor”; e faça isso diligentemente: “Assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e deitando-te e levantando-te” (Efésios 6:4; Deuteronômio 6:7).” [...] Fale para eles a respeito do estado do homem por natureza, sobre o pecado, a morte e o inferno; sobre um Salvador crucificado e a promessa de vida pela fé: “Educa a criança no caminho em que deve andar; e até quando envelhecer não se desviará dele” (Provérbios 22:6). Deve haver muita bondade e paciência em todas as suas instruções, “para que não percam o ânimo” (Colossenses 3:21). Esforce-se para convencer seus filhos de que as coisas acerca das quais você os instrui não são fábulas, mas realidades. Sim, e realidades que estão muito acima das melhores coisas que podem ser desfrutadas neste mundo (BUNYAN, 2019, p. 37-38).

O apóstolo Paulo escreveu em sua segunda carta a Timóteo uma das mais importantes passagens sobre a utilidade das escrituras sagradas no ensino da palavra. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra. (2Tm 3.16-17)

O pai cristão sabe que o conhecimento da Bíblia pode tornar seus filhos homens e mulheres de Deus perfeitos e perfeitamente habilitados para toda boa obra. Quanto mais seu filho conhece a palavra, mais o caráter dele se assemelhará ao perfeito caráter de Cristo. Ele se certificará à boa obra de levar o evangelho aos cativos, tanto através do exemplo de vida (já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim - Gl 2. 20) quanto por sua instrumentalidade na pregação do Evangelho da Cruz (Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei

discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo - Mt 28.18-19).

O alvo do pai cristão é ensinar a seus filhos a oração e a meditação na Palavra de Deus para conduzi-los ao supremo propósito de suas vidas de glorificar a Deus, em tudo que fizerem. Independente das lutas que certamente surgirão, este estilo de vida piedosa fará com que seus filhos se deleitem, permanentemente, em Cristo e na esperança de desfrutar da presença dele na glória eterna.

5.3 BOAS PRÁTICAS PARA ENSINAR SEU FILHO NA JUSTIÇA

5.3.1 ORE E MEDITE DIARIAMENTE COM SEUS FILHOS

É fundamental que o pai cristão ore e medite na palavra com seus filhos ao acordarem e ao irem dormir. Isso servirá para desenvolver neles o sentimento de que o seu relacionamento com o criador é a coisa mais importante de suas vidas. Isso também precisa ser uma prática constante em outras situações cotidianas tais como refeições, conversas e ocasiões especiais como aniversários, viagens, dentre outras tantas.

Tem sido uma experiência maravilhosa orar e meditar na palavra com minha filha diariamente. Pela manhã oramos juntos e meditamos sempre em um dos evangelhos. A noite oramos, lemos e meditamos em textos do antigo testamento (normalmente uso histórias de personagens bíblicos). Em muitas noites complemento a meditação bíblica com a leitura de clássicos cristãos como "O Peregrino", "A Peregrina", "Histórias Bíblicas para crianças", "A luz do mundo", dentre outros tantos. Ao término de cada meditação, leitura, ou história faço uma aplicação a situações que aconteceram em casa ou na escola mostrando-a como as Escrituras nos ensinam a viver de acordo com a vontade de Deus.

5.3.2 MEMORIZE A BÍBLIA COM SEUS FILHOS

Outro poderoso meio para o crescimento do filho na justiça é a memorização de textos bíblicos. Faça isso diariamente, em diferentes situações. Memorizamos histórias completas, memorizamos versículos dos textos que meditamos diariamente pela manhã, memorizamos textos áureos. Quando faço isso? Durante todo tempo que tenho com ela. Indo para a escola, conversando após o almoço, durante o dia com desafios de recitação etc.

Por vezes utilizo algumas ferramentas de tecnologia. Costumo gravá-la recitando um versículo para que ela possa ouvi-lo várias vezes em sua própria voz quando, por exemplo, estamos indo para a escola no carro. As vezes uso Kross Band,⁸³ um canal infantil de música cristã do Youtube, que produz conteúdo bíblico de versículos musicados.

Use os meios digitais para o ensino bíblico de crianças com parcimônia. Mesmo conteúdos cristãos, são produzidos com a mesma tecnologia de vídeos comuns, cujo objetivo é prender a criança por longo tempo na frente da tela.

⁸³ Disponível em: <https://www.youtube.com/@KrozzBand>. Acesso em 03/05/23

Quando for buscar na internet músicas cristãs para ensinar algo a seus filhos dê preferência as que você possa ouvir sem necessariamente ter que assistir, para evitar grande tempo de exposição a telas.

5.3.3 USE AS ESCRITURAS PARA ENSINAR, CONVENCER, E CORRIGIR SEUS FILHOS.

Essas são práticas importantíssimas e que muitos dos pais cristãos desconhecem. Como pudemos observar, Deus no sh'mah (Dt 6. 4-9) ordenou a maneira como os pais deveriam ensinar seus filhos. Essa ordem deixa claro que a escritura deveria permear tudo que lhes fosse ensinado. Lou Priolo esclarece de forma clara esse tema quando fala sobre ensinar a criança no “Milieu”⁸⁴:

Você não deve apenas ensinar as escrituras diligentemente ao seu filho, é necessário também falar sobre ela continuamente. Deus quer que você ensine e aplique as escrituras ao seu filho em todos os lugares e em todas as circunstâncias, sempre quando e onde estiver [...] Em meio as circunstâncias ou quando esta cercado por elas é o melhor momento para ensinar e aplicar as escrituras a seus filhos (PRIOLO, 2012, p. 38-39).

A chave hermenêutica de toda a Bíblia, de Gênesis a Apocalipse é o evangelho da graça do Senhor Jesus. Ele pode ser encontrado em toda a história da salvação e o pai cristão deve encharcar o coração do filho essa mensagem em todas as situações do dia a dia. Priolo usa uma singular metáfora para explicar o quão impactante é o ensino no “Milieu” no coração da criança.

Comparo o coração de uma criança a superfície lisa de uma mesa [...] se eu fosse derramar a água da Palavra numa superfície lisa, muito dela derramaria para fora da mesa. Mas se eu fizer pequenos furos naquela superfície [...] então a água será completamente absorvida pela mesa [...] ensinar no Milieu [...] é semelhante a furar pequeninos buracos - isso facilita o processo de absorção da palavra de Deus para a criança. (PRIOLO, 2012, p. 44).

O Espírito de Deus tem me capacitado a aplicar na vida da minha filha o princípio de ensinar no “Milieu”. Certa noite ela reclamava por ter que ir para a cama cedo, algo comum em uma criança de sete anos. Mesmo a contragosto ela foi. Aproveitei aquele momento e contei a história do jovem Samuel que, de maneira obediente, foi dormir nas três vezes que o sacerdote Eli o ordenou a fazê-lo (I Sm 3.1-10). Ao terminar a história eu disse a ela: "Que bom que você é obediente como Samuel e veio logo pra cama com papai. Parabéns! Continue assim e, como Samuel, você terá a graça de conversar com Deus todos os dias da

⁸⁴ Milieu é uma palavra francesa que significa ambiente, contexto, ou ao redor de.

sua vida".

Sabemos que nenhum pai não tem o poder de convencer seu filho do pecado. Essa é uma obra do Espírito Santo de Deus. Entretanto cabe ao pai, como ministro da palavra em seu lar, ajudar o filho a entender a gravidade do seu pecado. O pai cristão não vai apenas "disparar" um versículo no filho quando esse pecar. Dizer que seu filho o machucou ou decepcionou não vai fazer com que ele se convença da sua transgressão contra a lei de Deus. Ele precisa entender que o pecado que cometeu foi contra o Deus que as escrituras revelaram - Jesus Cristo.

O pai cristão vai, sábia e pacientemente, mostrar ao filho o texto bíblico pertinente a situação. Pedi-lo que identifique qual a lei de Deus ele quebrou. Incentivá-lo a sondar seu coração para saber porque agiu daquela forma, bem como a pedir perdão por seu pecado.⁸⁵ Pode parecer difícil, mas não é. Faça isso com minha filha de sete anos funciona (não há como não funcionar, pois é uma "receita" bíblica). Somente assim seu filho pode ser levado a um arrependimento verdadeiro. Depois disso de forma amorosa ele irá aplicar uma disciplina focada na redenção. Ao discorrer sobre a importância do convencimento do pecado e da disciplina, Priolo diz:

A convicção do pecado é algo crucial na caminhada de seu filho, desde o início do processo de chegar a Cristo, até desfrutar de uma comunhão constante com ele. De fato, "as repreensões da disciplina são o caminho da vida" (Pv 6.23) [...] A criança [...] precisa ser confrontada com o fato de que seus desejos egoístas devem se negados [...] deve estar disposta a dizer não para eles... (PRIOLO, 2012, p. 58; 96).

Assim, o pai cristão deve orar para que o Espírito santo o capacite a discipular seus filhos e filhas, considerando não apenas a utilidade da Palavra de Deus, mas sua total suficiência para os ensine, treine, eduque, convença e discipline na justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho constatamos que ensinar os filhos é uma missão que Deus delegou ao homem da casa. Entendemos que isso só é possível a pais cujos corações sejam completamente obedientes e cativos a palavra de Deus e ao Senhor Jesus. Estes pais que vivem piedosamente são vistos por seus filhos como "homens da oração e da Palavra" e verdadeiramente possuem uma cosmovisão cristã. Eles lutam contra um mundo que jaz no maligno, um mundo secularizado no qual ídolos tais como as redes sociais e a autoestima, lutam contra os valores do Reino de Deus, tentando a todo custo tomar para si os corações dos seus filhos.

Os pais cristãos aproveitam todas as oportunidades e momentos para ministrar nas vidas dos filhos o evangelho da cruz de Cristo, imprimindo-lhes nas

⁸⁵ Em seu livro "O caminho para o filho andar", Priolo apresenta em um dos anexos, uma ótima sugestão de textos bíblicos para o treinamento dos filhos.

mentes e corações que, toda criação e conhecimento humano provêm de Deus e por ele são controlados. Seus filhos vêem neles a figura de um homem que busca, ardentemente, ser uma sombra do que Cristo é para a igreja. “e quem quiser ser o primeiro entre vós será vosso servo; tal como o filho do homem, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mt 20.27–28). Isso certamente irá moldar neles uma cosmovisão cristã fortemente alicerçada na certeza da providência e do cuidado divinos.

Uma de suas principais missões é a de transformá-los em “flechas” eficazes na proclamação e no avanço do Reino de Deus. O sacerdote do lar terá sucesso nessa empreitada, se e somente se, capacitado pelo Espírito Santo, desenvolver uma vida de oração, de estudo e meditação nas Santas Escrituras. Dessa forma ele poderá disciplinar seus os filhos todo tempo, quer nos momentos de estudo, lazer e alegria, quer nas horas de insegurança e dor. Esse desafio deve encher seu coração de um firme propósito de obedecer a Cristo, para que o nome de Deus seja glorificado através de sua descendência. “Jesus, aproximando-se, falou-lhes, dizendo: toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do pai, e do filho, e do espírito santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. e eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século.” (Mt 28.18–20).

Pai cristão! Ore para que viva uma vida santa, que espelhe o caráter de Cristo

Ore para que jamais me esqueça de sua condição de pecador redimido pelo sangue de Jesus. Ore para que sempre se lembre da sua condição de peregrino nessa terra.

Ore para que fonte da sua alegria seja a esperança de um dia estar com Cristo na glória. Por fim ore para que o Espírito de Cristo te dê a capacidade de imprimir no coração dos seus filhos e filhas as verdades bíblicas que os conduzirão à salvação, fazendo deles instrumentos eficazes para o avanço do reino e para a glória do nome do Senhor Jesus.

REFERÊNCIAS

BEEKE, Joel R. **Pregação Reformada**: proclamando a palavra de Deus do coração do pregador para o coração do povo de Deus. 1 ed. São Jose dos Campos: Fiel, 2019.

BÍBLIA SAGRADA. Rev. e atual. 2 ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais**: os perigos das telas para nossas crianças. 1 ed. São Paulo: Vestígio, 2020.

DOOYEWEERD, Herman. **No crepúsculo do pensamento ocidental**: estudo sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico. Kindle ed. Brasília, DF: Monergismo, 2012.

ELLEN, Nicolas. **Autoestima autoimagem e amor próprio**: como substituir biblicamente a auto adoração pela auto avaliação. 1 ed. São Paulo: Nutra Publicações, 2023.

FLAVEL, John; NODA, Jorge. **Guardando o coração**. 1 ed. Natal: Visão Cristã, 2021.

FRAME, John. **A doutrina da vida cristã**: como viver num mundo caído, mas em comunhão com o Deus vivo. Como tomar decisões com base na ética. Uma análise da ética ensinada na Bíblia, com destaque para os Dez Mandamentos. Uma abordagem da relação entre Cristo e a cultura humana. 1 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

HENRY, Carl (org.). **Dicionário de ética cristã**. 1 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

CAMPOS, Heber Carlos de Junior. **Amando a Deus no mundo**: Por uma cosmovisão reformada. Kindle ed. São José dos Campos : Fiel, 2019.

MIGUEL, Igor. **A escola do Messias**: Fundamentos bíblico-canônicos para a vida intelectual cristã. Kindle Ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.

MORDEN, Peter. **The message of discipleship**: Authentic Followers of Jesus in Today's World. 1 ed. London: InterVarsity Press, 2018.

PIMENTEL, Vinícius. **Uma introdução à cosmovisão reformada**: a visão cristã do mundo e da vida. kindle ed. Natal: Nadere Reformatie Publicações, 2020.

PRIOLO, Lou. **O caminho para o filho andar**: Como usar as escrituras no treinamento dos filhos. 2 ed. São Paulo: Nutra Publicações, 2012.

VAUX, R. De. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. 1 ed. São Paulo: Vida Nova, 2004.

WALDRON, Samuel. **O homem como sacerdote em seu lar**. Francisco Morato: O Estandarte de Cristo, 2021. E-book. Kindle.

WHATLEY, Monica; WHATLEY, Shawn. **Moldando mentes e corações**. 1 ed. São Paulo: Trinitas, 2019.



PARÁKLETOS: CONSOLADOR, ADVOGADO OU DEFENSOR?

*PARÁKLETOS: COMFORTER,
LAWYER OR DEFENDER?*

Rêmulo A. Carvalho ⁸⁶

⁸⁶ Engenheiro Agrônomo - Pesquisador da EMPAER. Bacharel em Teologia pela Faculdade Internacional Cidade Viva. E-mail: carvalhoremulo@gmail.com

RESUMO

A palavra grega *Parákletos* é encontrada cinco vezes na Bíblia e apenas nos escritos de João. No entanto ela é traduzida por Advogado em sua primeira epístola e por Consolador nas passagens de seu evangelho, indicando uma incoerência exegetica. É objetivo deste estudo identificar as razões dessa dupla tradução, fazendo-se uma exegese do termo, verificando-se suas definições em dicionários e comentários bíblicos, bem como pesquisando-se sua utilização na História, Literatura e na teologia de João. São analisadas referências históricas a Demóstenes que usou esse termo em suas obras com um sentido de Advogado, assim como a Orígenes que, por sua vez, o usou com o sentido de Consolador. Destaca-se que Orígenes influenciou quase todos os tradutores subsequentes com o seu comentário de que o Espírito Santo pode ser chamado de Consolador porque ele consola as almas que recebem entendimento sobre textos difíceis das Escrituras. Observa-se que esse equívoco exegetico se propagou em Bíblias em Espanhol, Italiano, Alemão, Francês, Português e Inglês. Todavia, constata-se que existe uma tendência contemporânea em quase todas essas línguas de traduzir *Parákletos* em todas as passagens bíblicas como Advogado ou Defensor.

PALAVRAS-CHAVE:

Parákletos. Consolador. Advogado. Defensor.

ABSTRACT

The Greek word *Parákletos* is found five times in the Bible and only in the writings of John. However, it is translated by Advocate in his first epistle and by Consoler in the passages of his gospel, indicating an exegetical incoherence. The objective of this study is to identify the reasons for this double translation, carrying out an exegesis of the term, checking its definitions in dictionaries and biblical commentaries, as well as researching its use in History, Literature and the theology of John. References are analyzed Historical references to Demosthenes who used this term in his works with the meaning of Lawyer, as well as Origen who, in turn, used it with the meaning of Comforter. It is noteworthy that Origen influenced almost all subsequent translators with his comment that the Holy Spirit can be called the Comforter because he consoles souls who receive understanding about difficult texts of Scripture. It is observed that this exegetical error spread in Bibles in Spanish, Italian, German, French, Portuguese and English. However, it appears that there is a contemporary tendency in almost all these languages to translate *Parákletos* in all biblical passages as Lawyer or Defender.

KEYBOARDS

Parákletos. Comforter. Attorney. Defender

1. INTRODUÇÃO

Quando lemos na Bíblia, em João, 14:16 que Jesus rogaria ao Pai, e ele nos daria outro CONSOLADOR, não podemos deixar de nos perguntar se não se trata de um exemplo de uma escolha inexata de uma palavra durante o processo de tradução.

Essa palavra PARÁKLETOS aparece cinco vezes na Bíblia e, curiosamente, apenas nos escritos de João, sendo uma vez na sua primeira epístola (1 João, 2:1) e as demais no seu evangelho (João, 14:16; 14:26; 15:26 e 16:7). Das cinco ocorrências, duas aparecem como PARÁKLETON (objeto direto, caso acusativo no Grego) e três como PARÁKLETOS (sujeito, caso nominativo no Grego).

No entanto, não podemos deixar de perceber uma incoerência de tradução: os tradutores para a Língua Portuguesa decidiram traduzir a ocorrência dessa palavra como ADVOGADO na epístola de João: “Filhinhos meus, estas coisas vos escrevo para que não pequeis. Se, todavia, alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo” (1 João, 2:1) mas a traduziram como CONSOLADOR nas passagens do evangelho, como por exemplo em: “E eu rogarei ao Pai e ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco.” (João, 14:16).

É interessante notar que todas as passagens do evangelho de João traduzem para o Português essa palavra em questão como CONSOLADOR, independentemente de sua terminação ser PARÁKLETON ou PARÁKLETOS.

Entretanto, mesmo quando nos concentramos nos dois versículos apresentados (1 João, 2:1 e João, 14:16) em que essa palavra em análise aparece na sua forma acusativa (objeto direto) – PARÁKLETON, estranhamente, esse mesmo termo PARÁKLETON é traduzido por ADVOGADO na epístola e por CONSOLADOR no evangelho. Em nossa opinião, não faz sentido traduzir PARÁKLETON como ADVOGADO em uma passagem bíblica e depois traduzi-lo como CONSOLADOR em outra.

O objetivo deste trabalho é tentar elucidar este dilema através de uma exegese/hermenêutica do termo PARÁKLETOS e de uma revisão de sua utilização em diversas traduções e versões da Bíblia em diferentes idiomas, assim como identificar alguma tendência de tradução desse termo em publicações mais contemporâneas da Bíblia.

2. A DIFÍCIL ARTE DA TRADUÇÃO

Traduzir corretamente é tão difícil que originou um provérbio na Itália que, de maneira apropriada, compara o tradutor a um traidor: “*Traduttore, Traditore*”.

Se em países continentais como a Rússia, o Canadá, os Estados Unidos, o Brasil, a China, a Austrália e a Índia encontramos expressões regionais que são desconhecidas até pelos próprios compatriotas que falam uma mesma língua, podemos imaginar as dificuldades encontradas por um tradutor para expressar corretamente uma palavra de uma língua em outro idioma, tendo que atravessar abismos temporais, culturais, religiosos, geográficos e gramaticais.

Essas dificuldades de tradução também são encontradas na tradução do Hebraico e do Grego bíblicos (utilizados no tempo em que os originais das Escrituras foram escritos) para as demais línguas do mundo.

Em entrevista à jornalista Leila Steremberg, no programa Milênio da Globo News, o prestigioso rabino Adin Steinsaltz, autor da primeira e única tradução do Talmud para o hebraico moderno, em um trabalho que durou quarenta anos, expressa sua definição de tradução:

Basicamente, qualquer tradução não é apenas uma mera tradução. Quando se fala da “qualidade objetiva da tradução precisa” fala-se de um mito, ou pior. **Toda tradução é um comentário.** Algumas são um bom comentário, outras são um comentário ruim, mas são sempre um comentário. (STEINSALTZ, A., 2020, vídeo, 1:59m-2:21m, grifo nosso)

Assim, para compreendermos o verdadeiro significado de uma palavra hebraica ou grega encontrada na Bíblia, livres de comentários adicionados por diversos tradutores, necessário se faz utilizar as ferramentas da Exegese e da Hermenêutica.

De acordo com o Manual de Exegese Bíblica do Antigo e do Novo Testamento,

Exegese... responde à seguinte questão: Qual era o significado que o autor bíblico queria comunicar? Exegese refere-se tanto ao que ele disse (o contexto propriamente dito) quanto a por que ele disse num determinado lugar (o contexto literário) - na medida em que isso pode ser descoberto, dada a nossa distância em tempo, linguagem e cultura. Além disso, a exegese ocupa-se, fundamentalmente, com a intencionalidade: O que o autor bíblico tencionava que seus leitores originais compreendessem? (STUART E FEE, 2008, p. 25).

Além de procurarmos o sentido original, devemos ser cuidadosos para não dar outro sentido à palavra ou texto que estamos investigando: “O objetivo da exegese bíblica é descobrir o que o texto diz e quer dizer, e não atribuir-lhe outro sentido” (ZUCK, 1994, 114)

Para que uma correta interpretação bíblica possa ser aplicada adequadamente em nosso tempo, de acordo com Kostemberger e Patterson (2015), necessário se faz analisar uma tríade hermenêutica formada pela história, literatura e teologia relacionadas ao objeto dessa interpretação.

Em consonância com a definição exegética de Stuart e Fee (2008) e com a recomendação hermenêutica de Kostemberger e Patterson (2015), neste estudo da palavra PARÁKLETOS, objetivamos identificar o seu real significado quando ela foi usada por João, na época que escreveu seu evangelho, na cultura e no lugar onde o escreveu, assim como sua intenção com a escolha dessa palavra. Além disso, complementando a tríade hermenêutica, analisaremos os aspectos teológicos da correta tradução desse vocábulo para nossa língua.

Com essas considerações em mente, examinaremos a seguir as definições de PARÁKLETOS fornecidas por dicionários e comentários bíblicos publicados nos últimos três séculos.

3. DEFINIÇÕES DE PARÁKLETOS

Na Tabela 1 são apresentadas as definições de PARÁKLETOS de acordo com dicionários bíblicos do século XIX e da primeira metade do século XX.

Tabela 1 - Significado de PARÁKLETOS de acordo com dicionários bíblicos do século XIX e da primeira metade do século XX.

Fonte	Transcrição	Citação
<i>Greek-English Lexicon of the New Testament</i>	"Parákletos - convocado, chamado para o lado de alguém, especialmente chamado para ajudar alguém, por isso: 1. Alguém que pleiteia a causa de outro diante de um juiz. 2. Universalmente, alguém que pleiteia a causa de outro com alguém, um intercessor". (Tradução livre)	<i>Thayer, 1886, p. 443</i>
<i>A Manual Greek Lexicon of the New Testament</i>	"Parákletos - chamado para ajuda de alguém em uma causa judicial, por isso, mais frequentemente como substantivo, um defensor, um pleiteante, um intercessor." (Tradução livre)	<i>Abbott-Smith, 1922, p. 340</i>
<i>A Dictionary of the Bible</i>	"Paracleto - do grego <i>parákletos</i> , um assistente legal, um defensor, um intercessor." (Tradução livre)	<i>Davis, 1936, p. 569</i>

Fonte: Produção do próprio autor.

De acordo com as referências apresentadas na Tabela 1, percebe-se claramente, de acordo com Thayer (1886), Abbott-Smith (1922) e Davis (1936), que *Parákletos* era entendido por eruditos bíblicos ingleses e americanos do século XIX e da primeira metade do século XX como uma palavra que tem como seu sentido o de um defensor em um ambiente de tribunal.

Na Tabela 2 são apresentadas as definições de PARÁKLETOS de acordo com dicionários bíblicos da segunda metade do século XX.

Tabela 2 - Significado de PARÁKLETOS de acordo com dicionários e comentários bíblicos da segunda metade do século XX

Fonte	Transcrição	Citação
Teologia Bíblica do Novo Testamento	<p>“Ora, desde que Jesus é <i>parákletos</i>, e o Espírito Santo é também <i>parákletos</i>, deve-se uniformizar a tradução desse termo grego. Traduzamo-lo, portanto, por Advogado pois que este é mais fiel ao sentido original e ao mesmo tempo é mais bem entendido. O Espírito Santo é, como Jesus, aquele que advoga a causa do crente e faz a acusação do mundo diante de Deus.”</p>	<i>Langston, 1955, p.151, grifo nosso</i>
Léxico do Novo Testamento Grego / Português	“ <i>Parákletos</i> - Ajudador, Intercessor, Advogado.”	<i>Gingrich, 1984, p. 156</i>

Novo Comentário Bíblico	Advogado- A palavra <i>parákletos</i> nos escritos joaninos, derivada do verbo <i>parakaléo</i> , literalmente “chamar ao lado”, tem sido interpretada tanto ativa como passivamente; ativamente, tem o significado de alguém que se põe ao lado e exorta ou encoraja, donde vem a tradução “consolador” em João 14:16, 26; 15:26; 16:7; passivamente, tem o sentido de alguém chamado para pôr-se ao lado de outro, particularmente num tribunal (embora como amigo do acusado, e não tanto como advogado profissional), donde vem a tradução de “advogado”, em 1 João, 2:1.”	<i>Douglas, 1995, p. 38</i>
Chave Linguística do Novo Testamento Grego	“ <i>Parákletos</i> – Advogado, Consolador.”	<i>Rienecker, 1995, p. 185</i>

Fonte: Produção do próprio autor.

Analisando-se a Tabela 2, percebe-se que o vocábulo grego *Parákletos* foi também traduzido nos dicionários da segunda metade do século XX como Ajudador, Intercessor e Advogado (GINGRICH, 1984) e como Advogado e Consolador (RIENECKER, 1995; DOUGLAS, 1995).

Davidson (1990) relata que o sentido literal de *Parákletos* é o de Advogado e alerta que o termo Consolador salienta apenas um aspecto do vocábulo original, esclarecendo que, do ponto de vista etimológico, Advogado é uma tradução mais exata.

Por outro lado, Langston (1955), provavelmente já observando, na metade do século XX, uma proliferação de possibilidades de tradução do vocábulo *Parákletos* nas bíblias em Inglês, além da óbvia incoerência de traduzir a mesma palavra grega em 1 João,2:1 e João, 14:16 por palavras inglesas diferentes, é assertivo em clamar por uma unificação de tradução, indicando que a palavra Advogado é o termo mais fiel ao sentido original, além de ser o de melhor compreensão.

Na Tabela 3 são apresentadas as definições de PARÁKLETOS de acordo com dicionários e comentários bíblicos do século XXI.

Tabela 3 - Significado de PARÁKLETOS de acordo com dicionários e comentários bíblicos do século XXI.

Fonte	Transcrição	Citação
Comentário Esperança Evangelho de João	<p>“Sem dúvida o Espírito também exerce o ministério da consolação. Contudo, na vida cristã, e muito menos no serviço dos discípulos, não se trata primordialmente de “consolo”. Os discípulos no “mundo” lá fora precisam de um “Advogado”, ou seja, aquele que assume a causa deles, que os defende, conduz e protege.”</p>	<p><i>Boor, 2002, p. 240, grifo nosso</i></p>
Dicionário Ilustrado da Bíblia	<p>“Paracleto - transliteração do grego <i>paráketos</i> que significa “aquele que fala em favor de” como um intercessor, advogado, ou assistente legal. Essa palavra traduzida por “Consolador” ou “Conselheiro” aparece apenas no Evangelho de João. Jesus relacionou esse termo ao Espírito Santo, que agiria como um advogado em favor dos discípulos, depois da ascensão de Cristo. O Espírito iria interceder em favor deles diante de Deus.”</p>	<p><i>Youngblood, 2004, p. 1079</i></p>

<p>O Comentário de João</p>	<p>“No grego secular, paráketos significa, primariamente, “assistente jurídico, advogado”, isto é, alguém que ajuda outra pessoa no tribunal, seja como advogado, testemunha, ou como representante... Aos ouvidos de hoje, “Consolador” pode provocar associações indevidas originadas pela linguagem popular.”</p>	<p><i>Carlson, 2007, p. 500, grifo nosso</i></p>
<p>Léxico Grego Analítico</p>	<p>“Paráketos - alguém chamado ou enviado para auxiliar outrem; advogado, alguém que defende a causa de outrem.”</p>	<p><i>Moulton, 2007, p. 315</i></p>
<p>Léxico Analítico do Novo Testamento Grego</p>	<p>“Paráketos - alguém chamado ou buscado para ajudar outro, advogado.”</p>	<p><i>Mounce, 2013, p. 463</i></p>
<p>Nova Chave Linguística do Novo Testamento Grego</p>	<p>“Paráketos - auxiliador (que atua em favor de outro), especialmente também advogado, assessor, intercessor.”</p>	<p><i>Haubeck, 2009, p. 630</i></p>

<p>Teologia do Novo Testamento</p>	<p>A palavra “<i>Parákletos</i>” é notoriamente difícil de se traduzir para o Português. Ela é traduzida de maneira variada, como Consolador, Advogado, Conselheiro, ou simplesmente, Ajudador. Como o significado de sua raiz grega é “aquele que fica ao lado”, não há dúvida de que existe um elemento de verdade nessas sugestões. Deve-se observar que a palavra também ocorre em 1 João 2.1, em que “Advogado” seria a tradução mais apropriada.”</p>	<p><i>Guthrie, 2011, p. 535</i></p>
<p>Dicionário Teológico do Novo Testamento</p>	<p>“Em 1Jo 2.1 Cristo como <i>parákletos</i> é claramente o “advogado” que representa o crente pecador no tribunal do Pai. Em Jo 16.7ss. a ideia de um julgamento está novamente presente, mas aqui o Espírito é o conselheiro do discípulo em relação ao mundo, e o contexto (16.7; 15.26; 14.16–17, 26) pode sugerir o amplo sentido de “ajudador”. O significado de “consolador”, embora seja adotado em algumas traduções, não se encaixa em nenhuma dessas passagens.”</p>	<p><i>Behm, 2013, p. 134, grifo nosso</i></p>

<p>Quem é o Espírito Santo</p>	<p>“A palavra grega traduzida por “Ajudador” ou “Confortador” é <i>parákletos</i>. Esta palavra inclui um prefixo, para-, que significa “ao lado de”, e uma raiz que é uma forma do verbo <i>kletos</i>, que significa “chamar”. Portanto, um <i>parákletos</i> era alguém chamado para ficar ao lado de outra pessoa. Era aplicada comumente a um advogado, mas não a qualquer advogado. Tecnicamente, o <i>parákletos</i> era o advogado da família, que era um servidor permanente. Sempre que surgia um problema na família, o <i>parákletos</i> era chamado e vinha imediatamente, para assistir no conflito.”</p>	<p><i>Sproul, 2013, p. 36</i></p>
<p>João, Introdução e Comentário</p>	<p>“A palavra <i>parákletos</i> é melhor entendida como adjetivo verbal passivo, indicando alguém que é “chamado ao lado” como ajudador ou defensor, um amigo no tribunal. Já que Jesus menciona outro <i>parákletos</i> fica subentendido que eles já tinham um, que só pode ter sido ele mesmo.”</p>	<p><i>Bruce, 2014, p. 259</i></p>

<p>Teologia do Novo Testamento</p>	<p>“Poucos estudiosos contemporâneos encontram uma boa base para a ideia de conforto nas declarações sobre o Parákletos. A palavra grega possui um significado inequívoco de advogado.”</p>	<p><i>Ladd, 2014, p. 422, grifo nosso</i></p>
<p>John: Exegetical Commentary on the New Testament</p>	<p>“O título ‘Paráketos’... é difícil de traduzir e definir... Traduções comuns incluem as seguintes: ‘Confortador’ (KJV), ‘Defensor’ (NRSV, NEB, JB, NIV), ‘Conselheiro’ (HCS) e ‘Ajudador’.” “Enquanto o termo é compreendido como tendo significados variados, a opinião erudita tradicional tem sido que a palavra tem uma ênfase forênica ou judicial, daí a tradução correspondente de ‘Defensor’.” (Tradução livre)</p>	<p><i>Klink, 2016, p. 631 e 632, grifo nosso</i></p>
<p>Zondervan Illustrated Bible Backgrounds Commentary</p>	<p>“As circunstâncias antecedentes para se chamar o Espírito de ‘Defensor’ (Paráketos) são debatidas. Alguns sugerem uma imagem de sala de tribunal: um sentido do termo é ‘Defensor’ ou ‘Advogado de Defesa’. De uma maneira muito mais geral, ele pode significar ‘intercessor’ ou ‘ajudador’.” (Tradução livre)</p>	<p><i>Ladd, 2014, p. 422, grifo nosso</i></p>

<p>Novo Comentário Bíblico Vida</p>	<p>“A palavra grega para Conselheiro é <i>parákletos</i>, que é traduzida por “conselheiro”, “ajudador”, “advogado”, alguém que é chamado para ficar ao seu lado e auxiliar (gr. para, ao lado; <i>kaléo</i>, chamar).”</p> <p>“Isso significa que, como cristãos, temos dois Conselheiros, dois Ajudadores, dois Advogados...”</p>	<p><i>Deiros, 2022, p. 710 e 711</i></p>
-------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

Fonte: Produção do próprio autor.

Analisando-se a Tabela 3, verifica-se que: os significados de Ajudador e Confortador são mencionados por Sproul (2013), porém, também com o sentido de Advogado; Klink (2016) menciona a ocorrência nas versões de Bíblias em inglês dos significados de Ajudador, Confortador, Conselheiro e Defensor, enfatizando, porém, que a opinião erudita favorece o significado judicial de um Defensor; Guthrie (2011) destaca os significados de *Parákletos* como sendo os de Consolador, Advogado, Conselheiro e Ajudador, porém indicando a tradução Advogado como a melhor opção na epístola de João; Bruce (2014) também interpreta *Parákletos* como um Ajudador ou Defensor em um tribunal; Moulton (2007) prefere a tradução Advogado, enquanto Haubeck (2009) além de Advogado, admite as traduções Assessor e Intercessor.

Mesmo reconhecendo a tradição do uso da palavra Consolador, ou Conselheiro para traduzir *Parákletos*, Younghood (2004) destaca que Jesus a utilizou com o significado de Advogado; Behm (2013) admite os significados de Advogado para Jesus e de Ajudador para o Espírito Santo, ao mesmo tempo que rejeita o significado de Consolador para qualquer uma dessas pessoas da divindade; Keener (2019) menciona um debate sobre os sentidos de Defensor

ou Advogado de defesa, indicando também, de uma maneira mais geral a possibilidade dos significados de Intercessor e Ajudador. Deiros (2022) admite as traduções Conselheiro, Ajudador e Advogado; Carlson (2007) destaca o significado original no grego como Advogado e menciona que a palavra Consolador pode dar origem, atualmente, a outras interpretações populares; Boor (2002) argumenta que os discípulos de Jesus, no mundo lá fora, não precisam de consolo, mas de um Advogado, enquanto Ladd (2014) afirma que não há base para se interpretar *Paráketos* em relação a conforto e, de maneira assertiva, esclarece que *Paráketos* possui o inequívoco significado de Advogado.

4. PARÁKLETOS NA HISTÓRIA E NA LITERATURA ANTES DE CRISTO

Brown (1981), ao destacar diversas possibilidades de tradução do verbo *parakaleo* no grego clássico, como convocar, mandar chamar, intimar, exortar, confortar e consolar, cita a utilização da palavra *Paráketos* pelo antigo orador grego Demóstenes em um ambiente de foro de justiça, como sendo um assistente legal ou um advogado (Tabela 4).

Champlim (2014), enfatizando o sentido de advogado, também menciona a utilização do termo *Paráketos* no Grego clássico por Demóstenes (Tabela 4).

Tabela 4 - Referências Históricas e Literárias ao uso de *Paráketos* no Grego clássico.

Fonte	Transcrição	Citação
Dicionário Internacional De Teologia do Novo Testamento	" <i>Paráketos</i> é um cognato do verbo <i>Parakaleo</i> , cujos sentidos em Grego clássico variam entre convocar, mandar chamar, intimar, exortar, confortar, consolar... Acha-se pela primeira vez no foro da justiça, com o significado de assistente legal, advogado. (DEMÓSTENES, 19, 1)"	<i>Brown, 1981, p. 105</i>

O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo	“A palavra grega <i>Parákletos</i> é antiga, usada no grego clássico, como nos escritos de Demóstenes, onde aparece com o sentido de advogado, alguém que pleiteia a causa de outrem...”	<i>Champlim, 2014, v.2, p. 529</i>
--------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------

Fonte: Produção do próprio autor.

Demóstenes foi o maior orador grego da antiguidade, sendo considerado por historiadores como o maior orador de todos os tempos. Ele trabalhou inicialmente como logógrafo, um profissional que redigia discursos para particulares que iam defender suas próprias causas nos tribunais.

Isso nos leva a inferir que Demóstenes, como autor de discursos de defesa, estava muito capacitado para usar termos jurídicos e, por isso, também sabia exatamente o termo grego usado no século IV A.C. para definir a função de um advogado. Esse termo grego usado por Demóstenes em seus escritos é justamente a palavra *Parákletos*.

5. PARÁKLETOS NA HISTÓRIA E NA LITERATURA DEPOIS DE CRISTO

O fato de o apóstolo João usar a palavra *Parákletos* em suas obras bíblicas datadas aproximadamente do final do século primeiro A.D. atesta, indubitavelmente, que seu uso ainda era comum naquela época e naquela cultura. Vale lembrar que João escreveu seu evangelho e suas epístolas enquanto morava em Éfeso, localizada naquela época em antigo território grego (hoje em território turco). Éfeso era considerada a terceira ou quarta cidade mais importante do império romano, com vida cultural, comercial, religiosa e jurídica intensas, onde o helenismo ainda predominava e onde o Grego ainda era a língua predominante, inclusive nas cortes de justiça.

Fora dos escritos Joaninos, Casurella (1980) afirma que uma exegese de *Parákletos* no período que antecede o concílio de Niceia, deve começar com as obras de Orígenes (de Alexandria), pois, dentre os pais gregos, ele é o mais antigo que nos deixou exemplos de exegese de *Parákletos*. Esse mesmo autor também destaca que a exegese de *Parákletos* feita por Orígenes influenciou a exegese desse mesmo termo nas gerações que lhe seguiram.

Segundo Gonzáles (2015), Orígenes sempre se considerou como um intérprete do texto sagrado que defendia o princípio de que um texto deveria ser interpretado com outro texto referente das Escrituras. No entanto, Orígenes, paradoxalmente, também procurava interpretar sentidos ocultos mesmos em palavras mais simples, comprometendo, com isso, a fidelidade de sua exegese.

Conforme Elwell (2009), Orígenes foi o maior teólogo da igreja antiga, capaz de fundir

o pensamento grego com a exposição bíblica. Entretanto, embora argumentasse em favor da inspiração das Escrituras, Orígenes dava mais valor aos significados alegóricos e tipológicos do que ao sentido literal.

De acordo com Frame (2023), Orígenes, como estudioso bíblico, era convicto de que poderia fazer interpretações alegóricas do texto através do discernimento tríplice de seu sentido: (1) o literal, (2) o moral e (3) o especulativo.

Apesar de ter sido um prolífico escritor, poucas obras de Orígenes sobreviveram até os tempos atuais. Dentre elas destaca-se “Tratado sobre os Princípios” na qual encontramos referências ao Espírito Santo como PARÁCLITO e como o CONSOLADOR. Nessa obra, encontramos uma informação que é fundamental para a argumentação deste estudo, pois o próprio Orígenes explica por qual motivo ele traduz a palavra PARÁKLETOS como CONSOLADOR:

O Paráclito, que se diz do Espírito Santo, vem do termo “consolação” (paráklesis diz-se em Latim consolatio); de fato, quem mereceu participar do Espírito Santo pelo conhecimento dos mistérios inefáveis recebe sem dúvida consolação e alegria no coração... Aplicado ao Espírito Santo, paráclito deve significar Consolador, porque ele consola as almas às quais abre e revela o sentido do conhecimento espiritual. (ORÍGENES, 2012, p. 171 e 172)

É importante destacar que Orígenes está tratando aqui de um consolo sobre A REVELAÇÃO DO SENTIDO DO CONHECIMENTO ESPIRITUAL e não sobre um consolo típico de um momento de tristeza ou sofrimento.

Portanto, em nossa opinião, essa interpretação de Orígenes assemelha-se mais a um comentário textual do que a uma exegese propriamente dita e se constitui por si só em um exemplo inequívoco da, já destacada, perspicácia do Rabino Adin Steinsaltz ao afirmar que toda tradução não passa de um comentário. Neste caso, a de um comentário filosoficamente bom, mas exegeticamente ruim, infiel ao sentido original de Parákletos.

Além disso, ao filosofar sobre o significado do termo *Parákletos*, em nossa opinião, Orígenes se coloca em posição contrária a paradigmas interpretativos de importantes filósofos como Parmênides e Aristóteles.

Parmênides, que viveu no sul da Itália, escreveu um poema no qual relata um encontro com uma deusa que lhe revelou que “o ser é”. A partir de então, desenvolveu uma cosmovisão que ele chamou de Via da Verdade (Frame, 2023): “O ser é e não pode não ser. O não ser não é e não pode ser.” Aplicando-se essa lógica ao significado original do termo grego *Parákletos*, podemos facilmente compreender que ele não pode significar outra coisa a não ser o seu significado original (Tabela 5) de Advogado ou Defensor.

Tabela 5 - A lógica de Parmênides aplicada ao significado de *Parákletos*

Citação: PARMÊNIDES (505-450 a.C.)	Aplicação
<i>"O SER É E NÃO PODE NÃO SER..."</i>	"O significado de <i>Parákletos</i> é Advogado ou Defensor e não pode não ser."
<i>"O NÃO SER NÃO É E NÃO PODE SER"</i>	"Consolador não é o significado de <i>Parákletos</i> e não pode ser."

Fonte: Produção do próprio autor.

Frame também comenta que "O ser é" significa que nada pode mudar do que "é" para o que "não é" (Frame, 2023, p. 116). Seguindo esse raciocínio, podemos afirmar que nada pode mudar o significado de *Parákletos* de Advogado ou Defensor para Consolador, pois o significado dele é Advogado ou Defensor, e "não pode não ser" Advogado ou Defensor. Essa lógica de Parmênides foi completamente ignorada por Orígenes que atribuiu ao vocábulo *Parákletos* um significado que não é semanticamente verdadeiro.

Tratando sobre o que é verdadeiro ou falso, Aristóteles afirmou que "Falso é dizer que o ser não é ou que o não-ser é; Verdadeiro é dizer que o ser é, e que o não-ser não é" (Metafísica, 2002, p. 179). Na tabela 6 encontramos essa lógica de Aristóteles sobre o verdadeiro e o falso aplicada ao significado de *Parákletos*.

Tabela 6 - A lógica de Aristóteles aplicada ao significado de *Parákletos*

Citação: ARISTÓTELES (384-322 a.C.)	Aplicação
<i>"Falso é dizer que o ser não é..."</i>	"É falso dizer que o significado de <i>Parákletos</i> não é Advogado ou Defensor."
<i>"...ou que o não-ser é"</i>	"É falso dizer que o significado de <i>Parákletos</i> é Consolador"
<i>"Verdadeiro é dizer que o ser é..."</i>	"É verdadeiro dizer que o significado de <i>Parákletos</i> é Advogado ou Defensor."
<i>"...e que o não ser não é."</i>	"É verdadeiro dizer que o significado de <i>Parákletos</i> não é Consolador."

Fonte: Produção do próprio autor.

Assim, de acordo com a Tabela 6, em nossa opinião, contrariamente à lógica de Aristóteles sobre o que é falso e verdadeiro, Orígenes não agiu de maneira verdadeira ao dizer que o termo *Parákletos* significa Consolador, pois ele sabia Grego fluentemente ao ponto de organizar a Hexapla, uma obra contendo seis versões da Bíblia em Grego e Hebraico comparadas lado a lado. Naturalmente, por possuir notável saber linguístico, pode-se inferir que Orígenes sabia do

verdadeiro significado de *Parákletos* na língua Grega, mas escolheu, de maneira falsa, segundo a lógica de Aristóteles, “dizer” em seus escritos um significado diferente.

6. PARÁKLETOS NAS DIVERSAS TRADUÇÕES DA BÍBLIA

É impressionante constatar que, mesmo quando a grande maioria de comentários e dicionários bíblicos afirma que o sentido original e correto de PARÁKLETOS é o de um advogado ou defensor, quase todas as traduções das Bíblias (por quase dois mil anos), excetuando-se a Vulgata Latina, trazem esse termo traduzido equivocadamente por CONSOLADOR.

6.1 PARÁKLETOS NA VULGATA LATINA

Na Tabela 7 são apresentadas as ocorrências de PARÁKLETOS (e PARÁKLETON) nas versões em línguas grega (transliterada para o Português) e latina, sendo esta última encontrada no site BibleGateway.com (2023), para que possamos visualizar as cinco ocorrências bíblicas dessas palavras e como elas foram traduzidas de uma língua para outra.

Tabela 7 - Tradução de PARÁKLETOS na Bíblia Vulgata Latina

Versículo	Transliteração do Grego para o Português	Tradução para o Latim
1 João, 2:1	PARÁKLETON	<i>Advocatum</i>
João, 14:16	PARÁKLETON	<i>Paraclitum</i>
João, 14:26	PARÁKLETON	<i>Paraclitus</i>
João, 15:26	PARÁKLETON	<i>Paraclitus</i>
João, 16:7	PARÁKLETON	<i>Paraclitus</i>

Ao analisarmos as ocorrências da palavra PARÁKLETOS e de sua variante PARÁKLETON nos textos em Grego (transliterados) e em Latim, destacamos que, na tradução latina de Jerônimo, essa variação foi mantida, diferenciando-se o objeto direto (PARAKLITUM) do sujeito (PARACLITUS) da mesma maneira que eles estão diferenciados no original grego.

Além disso, constatamos um detalhe muito interessante para este estudo - a palavra PARÁKLETON encontrada em 1 João, 2:1 foi traduzida corretamente por ADVOCATUM, mas essa mesma palavra PARÁKLETON encontrada em João 14:16 não foi traduzida de modo algum. Na verdade, ela foi transliterada para o Latim, isto é, foram escolhidas letras semelhantes da língua latina para representar a palavra original grega. Assim, o PARÁKLETON do Grego transformou-se em PARACLITUM no Latim. Por algum motivo, Jerônimo preferiu deixar o termo grego original que recebeu apenas características da língua latina, passando de PARÁKLETON para PARACLITUM.

O mesmo procedimento foi adotado na tradução das outras ocorrências no Evangelho de João, onde a forma grega é PARÁKLETOS. Novamente, Jerônimo não traduziu por Advogado, nem por Consolador e continuou deixando o termo original grego que recebeu características latinas passando assim de PARÁKLETOS para PARACLITUS.

Em 1 João, 2:1 o contexto é de pecado, transgressão, juízo e da presença de um defensor diante do tribunal divino. Assim ele compreendeu que a tradução correta seria Advogado. Curiosamente, Jerônimo não aplicou essa mesma exegese às ocorrências de *Parákletos* no Evangelho de João. Consequentemente, ficaram os termos ADVOCATUM (1 João, 2.1), PARACLITUM (João, 14:16) e PARACLITUS (João, 14:26; 15:26 e 16:7) na Bíblia oficial da igreja Católica Apostólica Romana por quase dois mil anos.

6.2 PARÁKLETOS NAS BÍBLIAS EM ALEMÃO

Na Tabela 8 estão apresentadas as ocorrências de PARÁKLETOS nas principais versões da Bíblia em Alemão de acordo com o site BibleGateway.com (2023).

Tabela 8 - Tradução (livre) de PARÁKLETOS em Bíblias em Alemão

Versão	1 João, 2:1	João, 14:16
<i>Hoffnung für Alle (HOF)</i>	<i>Dann tritt einer beim Vater für uns ein</i> <i>(UM JUNTA-SE AO PAI POR NÓS)</i>	<i>Helfer</i> <i>(AJUDADOR)</i>
<i>Luther Bibel 1545 (LUTH1545)</i>	<i>Fürsprecher</i> <i>(DEFENSOR)</i>	<i>Tröster</i> <i>(CONSOLADOR)</i>
<i>Neue Genfer Übersetzung (NGU-DE)</i>	<i>Anwalt</i> <i>(ADVOGADO)</i>	<i>Helfer</i> <i>(AJUDADOR)</i>
<i>Schlachter 1951 (SCH1951)</i>	<i>Fürsprecher</i> <i>(DEFENSOR)</i>	<i>Beistand</i> <i>(CONSELHEIRO)</i>
<i>Schlachter 2000 (SCH2000)</i>	<i>Fürsprecher</i> <i>(DEFENSOR)</i>	<i>Beistand</i> <i>(CONSELHEIRO)</i>

Fonte: Produção do próprio autor.

Nessa última tabela observamos que as traduções de PARÁKLETOS na epístola de João estão relacionadas a advogados e as traduções no Evangelho de João aparecem como conselheiro, ajudador e consolador.

É interessante notar que a Bíblia de Lutero traduz PARÁKLETON como Consolador enquanto as versões modernas o traduzem como Conselheiro e Ajudador.

6.3 PARÁKLETOS NAS BÍBLIAS EM FRANCÊS

Na Tabela 9 são apresentadas as ocorrências de PARÁKLETOS nas principais versões da Bíblia em Francês de acordo com o site BibleGateway.com (2023).

Tabela 9 - Tradução de PARÁKLETOS em Bíblias em Francês

Versão	1 João, 2:1	João, 14:16
<i>La Bible du Semeur (BDS)</i>	<i>Défenseur</i>	<i>Défenseur en justice</i>
<i>Louis Segond (LSG)</i>	<i>Avocat</i>	<i>Consolateur</i>
<i>Nouvelle Edition de Genève - NEG1979 (NEG1979)</i>	<i>Avocat</i>	<i>Consolateur</i>
<i>Segond 21 (SG21)</i>	<i>Défenseur</i>	<i>Défenseur</i>

Fonte: Produção do próprio autor.

A análise da Tabela 9 resulta na constatação de que todas as versões traduzem PARÁKLETOS como Defensor ou Advogado em 1 João, 2:1. Porém, essa mesma palavra ainda é traduzida por Consolador na versão Luís Segundo e na versão Nova Edição de Genebra, na passagem bíblica de João, 14:16

Todavia, duas versões, a Bíblia do Semeador e a Segundo 21, usam a palavra Defensor para traduzir PARÁKLETOS tanto na epístola como no evangelho de João. E para não deixar nenhuma dúvida, na Bíblia do Semeador, quando PARÁKLETOS é traduzido no evangelho, em João, 14:16, seus tradutores ainda acrescentaram as palavras “em justiça” para assegurar que o outro PARÁKLETOS que o Pai enviaria não seria um outro Consolador mas um outro Defensor em Justiça, exatamente como era na Grécia antiga, alguém chamado para ficar ao lado de um acusado em uma corte de justiça.

6.4 PARÁKLETOS NAS BÍBLIAS EM ESPANHOL

Na Tabela 10 estão apresentadas as ocorrências de PARÁKLETOS nas principais versões da Bíblia em Espanhol de acordo com o site BibleGateway.com (2023).

Tabela 10 - Tradução de PARÁKLETOS em Bíblias em Espanhol

Versão	1 João, 2:1	João, 14:16
<i>La Biblia de las Américas (LBLA)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Jubilee Bible 2000 (Spanish) (JBS)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Nueva Biblia Latinoamericana de Hoy (NBLH)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador (Intercesor)</i>
<i>Nueva Biblia Viva (NBV)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Nueva Versión Internacional (NVI)</i>	<i>Intercesor,</i>	<i>Consolador</i>
<i>Nueva Versión Internacional (Castilian) (CST)</i>	<i>Intercesor,</i>	<i>Consolador</i>
<i>Palabra de Dios para Todos (PDT)</i>	<i>Defensor</i>	<i>Consejero</i>
<i>La Palabra (España) (BLP)</i>	<i>Intercesor,</i>	<i>Abogado</i>
<i>La Palabra (Hispanoamérica) (BLPH)</i>	<i>Intercesor,</i>	<i>Abogado</i>
<i>Reina Valera Actualizada (RVA-2015)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Reina Valera Contemporánea (RVC)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Reina-Valera 1960 (RVR1960)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Reina Valera Revisada (RVR1977)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Reina-Valera 1995 (RVR1995)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Reina-Valera Antigua (RVA)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Spanish Blue Red and Gold Letter Edition (SRV-BRG)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Traducción en lenguaje actual (TLA)</i>	<i>Jesu Cristo es justo y nos defiende</i>	<i>Espíritu Santo</i>
<i>Dios Habla Hoy (DHH)</i>	<i>Defensor</i>	<i>Defensor</i>
<i>Nueva Traducción Viviente (NTV)</i>	<i>Abogado</i>	<i>Abogado Defensor</i>

Fonte: Produção do próprio autor.

A análise da Tabela 10 identifica o mesmo padrão encontrado nas versões das Bíblias traduzidas para outras línguas, isto é, PARÁKLETOS sendo traduzido na epístola como Advogado ou Defensor mas sendo traduzido no Evangelho principalmente como Consolador na maioria das versões em Espanhol.

Curiosamente, na versão *La Palabra* ocorre uma incomum inversão, isto é, Advogado aparece no Evangelho e Intercessor aparece na epístola. A versão *Dios Habla Hoy* traduz as duas passagens como Defensor, enquanto que a versão *Nueva Traducción Viviente* traduz PARÁKLETOS como Advogado na epístola e como Advogado Defensor no evangelho.

6.5 PARÁKLETOS NAS BÍBLIAS EM ITALIANO

Na Tabela 11 são apresentadas as ocorrências de PARÁKLETOS nas principais versões atuais da Bíblia em Italiano de acordo com o site BibleGateway.com (2023).

Tabela 11 - Tradução de PARÁKLETOS em Bíblias em Italiano

Versão	1 João, 2:1	João, 14:16
<i>La Bibbia della Gioia (BDG)</i>	<i>Difensore</i>	<i>Consolatore</i>
<i>Conferenza Episcopale Italiana (CEI)</i>	<i>Avvocato</i>	<i>Consolatore</i>
<i>La Nuova Diodati (LND)</i>	<i>Avvocato</i>	<i>Consolatore</i>
<i>Nuova Riveduta 1994 (NR1994)</i>	<i>Avvocato</i>	<i>Consolatore</i>
<i>Nuova Riveduta 2006 (NR2006)</i>	<i>Avvocato</i>	<i>Consolatore</i>

Fonte: Produção do próprio autor.

Novamente o padrão se repete não importa a Língua analisada. Nas Bíblias em Italiano, PARÁKLETOS foi traduzido como Advogado na epístola de João e como Consolador em seu Evangelho.

6.6 PARÁKLETOS NAS BÍBLIAS EM PORTUGUÊS

Na Tabela 12 estão apresentadas as ocorrências de PARÁKLETOS em versões da Bíblia em Português.

Tabela 12 -Traduções de PARÁKLETOS em Bíblias em Português

Versão	1 João, 2:1	João, 14:16
<i>Almeida Revista e Corrigida (ARC)</i>	<i>Advogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Almeida Revista e Atualizada no Brasil (ARA)</i>	<i>Advogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Nova Almeida Atualizada (NAA)</i>	<i>Advogado</i>	<i>Consolador</i>
<i>Nova Tradução na Linguagem de Hoje 2000 (NTLH)</i>	<i>Ele nos defende</i>	<i>Auxiliador</i>
<i>Nova Versão Internacional (NVI-PT)</i>	<i>Intercessor</i>	<i>Conselheiro</i>
<i>Bíblia Sagrada Edição Catequética Popular (ECP)</i>	<i>Intercessor</i>	<i>Paráclito</i>
<i>A Bíblia de Jerusalém (BJ)</i>	<i>Advogado</i>	<i>Paráclito</i>
<i>Bíblia Judaica Completa (BJC)</i>	<i>O que intercede por nossa causa</i>	<i>Conselheiro consolador</i>
<i>Bíblia de Estudo Nova Versão Transformadora (NVT)</i>	<i>Advogado</i>	<i>Encorajador</i>
<i>Bíblia King James 1611</i>	<i>Advogado</i>	<i>Consolador</i>

Bíblia TEB	Advogado	Consolador
Bíblia Thompson	Advogado	Consolador
Novo Testamento Versão Restauração	Advogado	Consolador
Bíblia com Ajudas Adicionais	Advogado	Consolador
Bíblia de Estudo da Fé Reformada	Advogado	Consolador
Bíblia Sagrada Edição Pastoral (EP)	Advogado	Advogado
Bíblia Sagrada Tradução da CNBB	Defensor	Defensor
A Bíblia (Edições Paulinas)	Defensor	Defensor

Fonte: Produção do próprio autor.

O mesmo padrão visto anteriormente se repete na Tabela 12. Na maioria das traduções, PARÁKLETOS é traduzido por Advogado na primeira epístola de João e por uma palavra diferente no seu Evangelho, seja ela Consolador, Auxiliador, Conselheiro ou Encorajador.

Os tradutores da Bíblia de Jerusalém e da Edição Catequética Popular fizeram como São Jerônimo e optaram por não traduzir PARÁKLETOS no Evangelho. Em vez disso o transliteraram para o Português como “Paráclito”. De maneira exegeticamente correta, a Bíblia Sagrada Edição Pastoral traz as duas passagens traduzidas como Advogado (Figura 1) e a Bíblia Sagrada Tradução da CNBB, assim como a Bíblia das Edições Paulinas, já seguem uma tendência atual e também exegeticamente correta, de traduzir PARÁKLETOS nas duas passagens bíblicas por Defensor (Figuras 2 e 3).

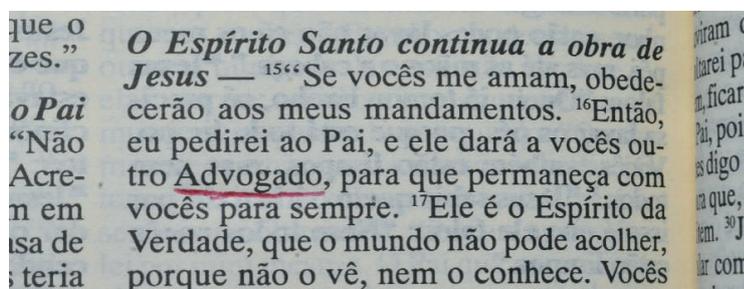


Figura 1 - Tradução de *Paráketos* como Advogado (em João, 14:16) na Bíblia Sagrada Edição Pastoral. (Foto: Rêmuló Carvalho)

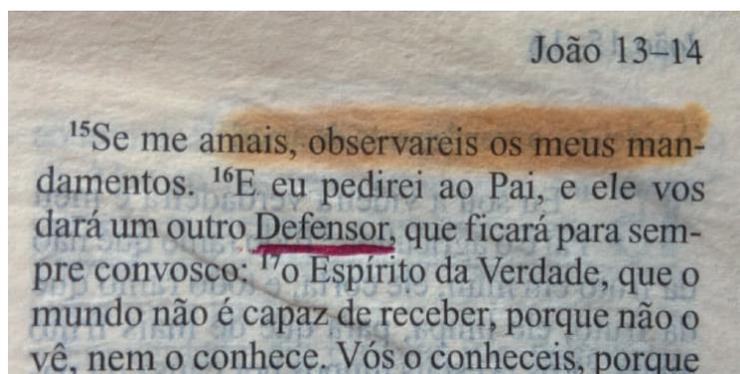


Figura 2 - Tradução de *Paráketos* como Defensor (em João, 14:16) na Bíblia Sagrada da CNBB. (Foto: Rêmuló Carvalho)

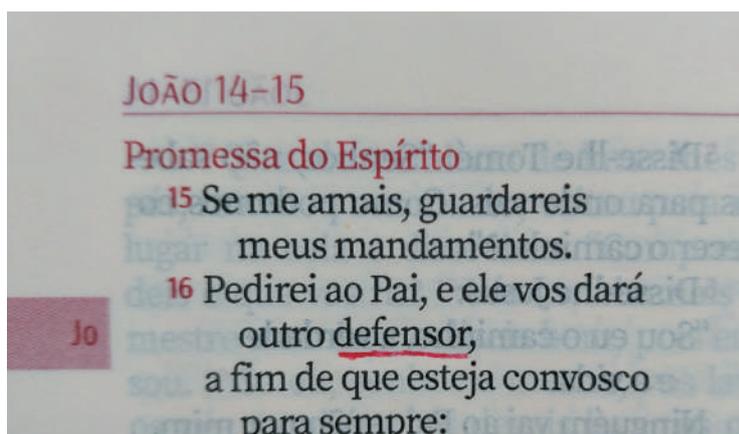


Figura 3 - Tradução de Parákletos como Defensor (em João, 14:16) na Bíblia das Edições Paulinas. (Foto: Rêmulô Carvalho)

Ambas possibilidades de tradução como Advogado ou Defensor são consideradas corretas por se situarem dentro do limite semântico do vocábulo original. O que não devemos aceitar como sendo hermenêutica fiel é a atribuição ao termo original de um significado que não seja etimologicamente verdadeiro.

6.7 PARÁKLETOS NAS BÍBLIAS EM INGLÊS

De acordo com o site Biblehub.com (2023) podemos verificar que as diferenças de tradução do termo PARÁKLETOS nas passagens de 1 João, 2:1 e João, 14:16 ainda permanecem na maioria das versões em Língua Inglesa (Tabela 13).

Tabela 13 - Tradução de PARÁKLETOS nas Bíblias em Inglês.

Versão	1 João, 2:1	João, 14:16
<i>English Standard Version</i>		
<i>Berean Literal Bible</i>		
<i>King James Bible</i>		
<i>New King James Version</i>		
<i>New American Standard Bible</i>		
<i>NASB 1995</i>		
<i>NASB 1977</i>		
<i>Amplified Bible</i>		
<i>Christian Standard Bible</i>		
<i>Holman Christian Standard Bible</i>		
<i>American Standard Version</i>		
<i>Aramaic Bible in Plain English</i>		
<i>Contemporary English Version</i>		
<i>Douay-Rheims Bible</i>		

<i>Douay-Rheims Bible</i>	<i>Advocate</i>	<i>Paraclete</i>
<i>English Revised Version</i>	<i>Advocate</i>	<i>Comforter</i>
<i>Good News Translation</i>	<i>Someone who pleads with the Father on our behalf</i>	<i>Helper</i>
<i>GOD'S WORD Translation</i>	<i>Jesus Christ</i>	<i>Helper</i>
<i>International Standard Version</i>	<i>Advocate</i>	<i>Helper</i>
<i>Literal Standard Version</i>	<i>Advocate</i>	<i>Comforter</i>
<i>New Heart English Bible</i>	<i>Advocate</i>	<i>Helper</i>
<i>World English Bible</i>	<i>Counselor</i>	<i>Counselor</i>
<i>Young Literal Translation</i>	<i>Advocate</i>	<i>Comforter</i>
<i>New International Version</i>	<i>Advocate</i>	<i>Advocate</i>
<i>New Living Translation</i>	<i>Advocate</i>	<i>Advocate</i>
<i>Berean Study Bible</i>	<i>Advocate</i>	<i>Advocate</i>
<i>NET Bible</i>	<i>Advocate</i>	<i>Advocate</i>

Fonte: Produção do próprio autor.

É interessante notar, na Tabela 13, que as palavras preferidas para traduzir PARÁKLETOS na passagem de João, 14:16 são Ajudador, Confortador (Consolador), Defensor e Conselheiro. Por outro lado, nessa mesma tabela, constatamos que as versões “*New International Version*”, “*New Living Translation*”, “*Berean Study Bible*” e “*NET Bible*” já corrigem essa distorção e traduzem o termo PARÁKLETOS no Evangelho de João como “*Advocate*”.

Embora as palavras inglesas usadas para definir um advogado sejam *Lawyer* e *Attorney*, as Bíblias em Inglês não usam essas palavras, e sim *Advocate* para traduzir PARÁKLETOS. A razão disso se encontra na própria definição de “*Advocate*” que, à primeira vista, nos leva imediatamente a pensar em um advogado. No entanto, seu significado não se limita apenas ao campo da advocacia.

De acordo com o *LONGMAN Dictionary of Contemporary English (2009)*, a palavra “*Advocate*” tem como primeira definição um significado muito mais amplo, isto é, o de alguém que defende ou apoia publicamente uma determinada causa, um DEFENSOR, podendo ser ou não um advogado propriamente dito.

Portanto, em nossa opinião, as traduções modernas da Bíblia na língua inglesa acertaram na escolha da palavra “ADVOCATE” para transmitir a ideia de PARÁKLETOS, traduzindo fielmente o seu sentido original como encontrado em 1 João 2:1 e ampliando o seu significado quando PARÁKLETOS é traduzido nas passagens do Evangelho de João, em ambos contextos: passivo e ativo.

É justamente isto o que se espera de uma tradução fiel, na qual ampliações do significado original são aceitáveis desde que não haja nenhum desvio semântico.

7. TEOLOGIA DE PARÁKLETOS

7.1 O TEMA DO JULGAMENTO NO EVANGELHO DE JOÃO

Barry e Noord (2014) informam que os pais da Igreja traduziram *Parákletos* como *Advocatus*, de onde se originou a palavra “advogado” e que está claro que João tirou essa ideia de advocacia relacionada a Jesus devido à intercessão sacerdotal do Antigo Testamento. Assim, segundo esses autores, quando João se refere ao Espírito Santo também como *Parákletos* ele nos informa que Jesus exerce o papel de nosso advogado no céu e que o Espírito Santo exerce esse mesmo papel de advogado na Terra.

Billington et al. (1995) descrevem a presença de muitas metáforas de procedimentos de uma corte de justiça em vários capítulos do evangelho de João, onde o termo “testemunha” é usado abundantemente por João (cerca de oitenta vezes), mais do que por qualquer autor ou livro do Novo Testamento, e que junto com outros termos como acusação, defesa, juízo e veredicto, nos remetem a uma grande metáfora de um julgamento do mundo.

Essa ideia é corroborada por Pacômio et al. (2003), segundo os quais, o evangelho de João é concebido em um contexto redacional semelhante a um processo envolvendo Jesus, seus acusadores e o mundo, sendo o outro *Parákletos* o defensor da causa de Jesus diante do mundo.

Portanto, nesse contexto metafórico-forênsico do evangelho de João, é perfeitamente plausível e compreensível que ele tenha utilizado a palavra *Parákletos*, com o seu real sentido de Advogado / Defensor, para descrever também o Espírito Santo.

7.2 JESUS, CONSOLADOR, ADVOGADO OU DEFENSOR?

A função principal de Jesus aqui na terra não foi consolar, mas nos salvar, morrer por nós e nos representar e defender diante de Deus. Assim, faz muito mais sentido traduzir PARÁKLETOS, que aparece também no evangelho, da mesma maneira que foi traduzido na epístola, isto é, como ADVOGADO, e não como CONSOLADOR.

No entanto, quando é feita a tradução de CONFORTADOR, no Inglês, para CONSOLADOR, no Português, fica difícil de entender que Jesus tenha recebido esse título visto que ele foi muito mais nosso defensor do que nosso consolador.

No momento que Jesus foi preso, quando estava no jardim do Getsêmani, Ele se preocupou em defender e libertar os seus discípulos: “Jesus, de novo, lhes perguntou: A quem buscais? Responderam: A Jesus, o nazareno. Então, lhes disse Jesus: Já vos declarei que sou eu; se é a mim, pois, que buscais, deixai ir estes...” (João, 18:7-8). Não há consolação, há intercessão e defesa, atribuições de um PARÁKLETOS.

Sabemos que Jesus, o primeiro PARÁKLETOS, nos defende diante do Pai desde que ascendeu de volta aos céus. Mas ele já fazia isso aqui na terra antes de morrer para nos salvar. João, em seu evangelho, registra a oração sacerdotal de Jesus, na qual ele fala com Deus intercedendo por nós, assim como fazia um PARÁKLETOS, alguém que era chamado para falar por um culpado: “É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus” (João, 17:9); “...

Pai santo, guarda-os em teu nome, que me deste, para que eles sejam um, assim como nós” (João, 17:11); “Não peço que os tires do mundo, e sim que os guardes do mal” (João, 17:15); “Santifica-os na verdade, a tua palavra é a verdade” (João, 17:17); “Não rogo somente por estes, mas também por aqueles que vierem a crer em mim, por intermédio da sua palavra...” (João, 17:20); “Pai, a minha vontade é que onde eu estou, estejam também comigo os que me deste...” (João, 17:24). Claramente, vemos que a ênfase, nesta oração de despedida, está na intercessão e não na consolação.

Lamentavelmente, alguns teólogos, arraigados às suas tradições bibliográficas e denominacionais, ainda demonstram emotiva e irracional resistência à correta interpretação de *Parákletos* como Advogado ou Defensor também no Evangelho de João, ao justificarem que *Parákletos* deve ser, sim, considerado Consolador porque Jesus consolou Marta e Maria quando ressuscitou Lázaro.

Em primeiro lugar, esse tipo de interpretação subjetiva está em desacordo com as regras básicas de exegese e hermenêutica bíblicas pois, como demonstrado, não podemos atribuir outro sentido ao texto bíblico diferente do seu significado original.

Em segundo lugar, se fôssemos seguir esse tipo de interpretação, o termo *Parákletos* também poderia ser traduzido por qualquer das ações realizadas por Jesus, como por exemplo, poderia ser traduzido como “Amoroso” (pois Jesus, o primeiro *Parákletos*, amou a humanidade), “Perdoador” (pois Jesus nos perdoou), “Pregador” (pois Jesus pregou para multidões), “Professor” (pois Jesus ensinou para as multidões), “Médico” (pois Jesus curou muitas pessoas doentes) ou inúmeras outras possibilidades de acordo com os diversos aspectos do ministério de Jesus. No entanto, essa maneira subjetiva de interpretar o texto bíblico não corresponde às características da intencionalidade semântica e cultural do autor ao usar, originalmente, o termo *Parákletos*, enquanto que a tradução Advogado (ou Defensor) é especificamente mais apropriada sob os aspectos teológicos, etimológicos, gramaticais, exegéticos, históricos, jurídicos, culturais e contextuais.

Além disso, se o significado de *Parákletos* fosse “Consolador”, teríamos de admitir que em 1 João, 2:1 temos um Consolador junto ao Pai, Jesus Cristo o Justo, consolando Deus, o que é teologicamente inconcebível, pois Jesus está nos defendendo junto ao Pai e não consolando ninguém, muito menos Deus, que não precisa de consolo.

7.3 ESPÍRITO SANTO: CONSOLADOR, ADVOGADO OU DEFENSOR?

Analisando-se semanticamente o versículo de João, 14:16, sem nenhuma tendência tradutora, verifica-se que a tradução de PARÁKLETOS como CONSOLADOR não faz muito sentido na língua portuguesa. Quando os discípulos receberam o Espírito Santo eles estavam radiantes de felicidade, pois estavam certos da ressurreição de Jesus. Se eles tivessem recebido o Espírito Santo naqueles dias em que Jesus estava morto, quando os apóstolos estavam realmente precisando de alguma coisa ou de alguém que pudesse consolá-los, aí sim, poderia até fazer sentido traduzir, mesmo que de maneira subjetiva, PARÁKLETOS como CONSOLADOR. Mas não era esse o caso. Quando o Espírito Santo foi derramado sobre os apóstolos eles já haviam sido consolados pela ressurreição e pela companhia de Jesus.

É também interessante destacar que essa palavra PARÁKLETOS utilizada por Jesus e transmitida por João, é prova irrefutável da pessoalidade do Espírito Santo, pois um PARÁKLETOS era uma pessoa chamada para ficar ao lado para defesa de outra pessoa. Ele não era uma força ou uma energia. Era um advogado ou defensor. Quando Jesus disse que rogaria ao Pai para que ele nos desse outro PARÁKLETOS, Jesus estava se autoproclamando o primeiro PARÁKLETOS. O outro PARÁKLETOS seria do mesmo tipo (ALLON no Grego), ou seja, outro advogado / defensor do mesmo tipo, pessoal, dado por Deus para defender a humanidade.

Esse outro PARÁKLETOS, como o primeiro, deveria ser uma pessoa divina. A diferença é que o primeiro PARÁKLETOS precisou se encarnar e viver como homem para poder morrer para salvar a humanidade. O segundo PARÁKLETOS não precisou se encarnar pois a obra da redenção já havia sido efetuada na cruz. Por isso ele manteve sua essência original espiritual sem precisar de um corpo humano.

7.4 SEMELHANÇAS ENTRE AS MISSÕES DOS DOIS PARÁKLETOS

Visto que Jesus falou aos discípulos que Deus daria outro Advogado / Defensor do mesmo tipo que ele era, também faz sentido pressupor que os atributos e as atividades desse outro Advogado / Defensor fossem semelhantes. Essa similaridade entre o Advogado / Defensor que saía de cena e o outro Advogado / Defensor que o substituiria é facilmente identificada no evangelho de João (Tabela 14):

Tabela 14 - Semelhanças entre atributos e atividades de Jesus e do Espírito Santo.

Jesus	O Espírito Santo
<i>FOI DADO (João, 3:16)</i>	SERIA DADO (João, 14:16)
<i>FOI ENVIADO (João, 3:17)</i>	SERIA ENVIADO (João, 14:26)
<i>FALOU A VERDADE QUE OUVIU DE DEUS (João, 8:26)</i>	FALARIA A VERDADE QUE OUVIU DE DEUS (João, 16:13)
<i>NÃO FALOU POR SI MESMO (João, 12:49)</i>	NÃO FALARIA POR SI MESMO (João, 16:13)
<i>ENSINOU (João, 6:59)</i>	ENSINARIA (João, 14:26)
<i>VEIO DE DEUS (João, 8:42)</i>	VIRIA DE DEUS (João, 15:26)
<i>TESTIFICOU DELE MESMO (João, 8:18)</i>	TESTIFICARIA DE JESUS (João, 15:26)

<i>NÃO ERA CONHECIDO</i> (João, 8:19)	NÃO SERIA CONHECIDO (João, 14:17)
<i>ERA A VERDADE</i> (João, 14:6)	SERIA DA VERDADE (João, 14:17)
<i>HABITARIA EM NÓS</i> (João, 14:23)	HABITARIA EM NÓS (João, 14:17)
<i>ESTARIA EM NÓS</i> (João, 14:20)	ESTARIA EM NÓS (João, 14:17)
<i>VEIO DA PARTE DO PAI</i> (João, 7:29)	VIRIA DA PARTE DO PAI (João, 15:26)

Fonte: Produção do próprio autor.

Portanto, de acordo com a Bíblia, os dois PARÁKLETOS tinham (e têm) as mesmas características e exerceram (e exercem) as mesmas funções de instrução, liderança, acompanhamento, intercessão. Nessa comparação de versículos sobre os dois PARÁKLETOS não há referência à consolação. Excetuando-se a encarnação e a morte substituta, o Espírito Santo efetuou as mesmas obras de Jesus, pois esse outro PARÁKLETOS, que foi prometido, era do mesmo tipo e espécie do primeiro, isto é, um ADVOGADO / DEFENSOR.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não tem a intenção de mostrar que Jesus nunca consolou ninguém, pois tal afirmação seria irracional e incorreta, mas sim de apontar que a correta tradução do significado do vocábulo grego PARÁKLETOS, de acordo com as regras da Exegese e da Hermenêutica, não é Consolador.

A verdade inequívoca sobre esse assunto, de acordo com a bibliografia acadêmica apresentada, é que a palavra grega PARÁKLETOS, originalmente, significa “alguém chamado para ficar ao lado” de outro em um ambiente de tribunal. Por isso essa palavra está corretamente traduzida como Advogado na primeira epístola de João quando ele diz que não devemos transgredir a lei de Deus, mas se o fizermos, temos um advogado intercedendo por nós diante do Pai.

No entanto, essa mesma palavra foi traduzida de maneira equivocada como Consolador no Evangelho de João, ao Jesus dizer que o Pai daria outro PARÁKLETOS (para ficar sempre do nosso lado), quando, por uma questão de coerência etimológica, exegética e hermenêutica, deveria ter sido traduzida também como Advogado, ou, como já existe uma tendência em várias línguas, como Defensor.

O primeiro PARÁKLETOS, Jesus, nos defende no tribunal divino. O segundo PARÁKLETOS, o Espírito Santo, nos defende diante do mundo incrédulo e rebelde para com Deus.

A utilização da palavra Consolador para traduzir PARÁKLETOS é apenas um resumo de um comentário que foi introduzido por especulações filosóficas provenientes da genialidade do teólogo Orígenes de Alexandria, que relacionou a consolação que uma pessoa recebe do Espírito Santo à revelação sobre o conhecimento do sentido espiritual de passagens difíceis das Escrituras Sagradas.

Infelizmente, os reformadores usaram a palavra CONSOLADOR sem questionar a sua origem e sem explicar a sua utilização, perpetuando essa tradução errada que se encontra inserida não só na grande maioria das traduções da Bíblia, como também no nosso imaginário social, religioso e até teológico.

Em nossa opinião, já passou da hora de corrigirmos essa imperfeição exegético-teológica, reformando-a de acordo com o seu significado original encontrado nas Escrituras.

Felizmente, já existe uma tendência contemporânea entre edições da Bíblia em diversos idiomas, inclusive em Português, de traduzir PARÁKLETOS, corretamente, como ADVOGADO ou DEFENSOR.

REFERÊNCIAS

ABBOTT-SMITH, G. **A manual Greek lexicon of the new testament**. London: T. & T. Clark, 1922.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. v. 2. São Paulo: Loyola, 2002.

BARRY, J. D., VAN NOORD, R. **Study like a pro: Explore difficult passages from every book of the bible**. Bellingham: Lexham Press, 2014.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia sagrada**. Antigo e Novo Testamento. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. rev. e atual. no Brasil. 2ª. ed. Barueri - SP: Sociedade Bíblica do Brasil. 1999.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia sagrada**. Antigo e Novo Testamento. Tradução na linguagem de hoje. Barueri - SP: Sociedade Bíblica do Brasil. 1995.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia**. Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia de Jerusalém**. Antigo e Novo Testamento. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

BÍBLIA, Português. **Bíblia de estudo nova versão transformadora**. São Paulo: Mundo Cristão, 2018

BÍBLIA, Português. **Bíblia king James 1611**. Niteroi: BV Books Editora Eireli, 2018.

BÍBLIA, Português. **Novo Testamento**. Versão Restauração. Anaheim: Living Stream Ministry, 2008.

BÍBLIA, Português. **Bíblia sagrada**. Nova Versão Internacional. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019.

BÍBLIA, Português. **Bíblia com ajudas adicionais**. Rio de Janeiro: Alfalit Brasil, 1998.

BÍBLIA, Português. **Bíblia de estudos para pequenos grupos**. Nova Versão Internacional. Brasília: Editora Palavra, 2011.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia sagrada**. Antigo e Novo Testamento. Traduzida em Português por monges beneditinos e maredsous. Ed. Catequética popular. São Paulo: Ave Maria, 1999.

BÍBLIA, Português. **Bíblia TEB** (Tradução Ecumênica da Bíblia). São Paulo: Edições Loyola, 2020.

BÍBLIA, Português. **Bíblia Sagrada** (Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). São Paulo: Edições Loyola, 2002

BÍBLIA, Português. **Bíblia de estudo da fé reformada**. São José dos Campos: Fiel, 2021.

BÍBLIA, Português. **Bíblia Thompson**. São Paulo: Editora Vida, 2014.

BÍBLIA, Latim. **Vulgata latina**. Disponível em: <https://www.biblegateway.com/>
Acesso em: 03 dez. 2023.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia**. São Paulo: Paulinas, 2023

BEHM, J. **Dicionário teológico do novo testamento**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013

BILLINGTON, A.; LANE, T.; TURNER, M. The paraclete and mission on the forth gospel. In: **Mission and meaning: essays presented to Peter Cotterell**. Carlisle: Paternoster Press, 1995.

BOOR, W. de. **Comentário esperança evangelho de João**. Curitiba: Evangélica Esperança, 2002.

BROWN, C. **Dicionário internacional de teologia do novo testamento**. São Paulo :Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1981.

BRUCE, F. F. **João**: introdução e comentário. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2014.

CARLSON, D. A. **O comentário de João**. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.

CASURELLA, A. **Patristic interpretations of paraclete passages in John's gospel: an account and critical evaluation**. A Ph. D. Thesis presented to the University

of Durhan, Faculty of Divinity. 1980.

CHAMPLIM, R. N. **O novo testamento interpretado versículo por versículo**. São Paulo: Hagnos, 2014.

DAVIDSON, F. **Novo comentário bíblico**. São Paulo: Vida Nova, 1990

DAVIS, J. D. **A dictionary of the bible**. Philadelphia: The Westminster Press, 1936.

ELWELL, W. A. **Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

DEIROS, P. A. **Novo comentário bíblico Vida: João: o evangelho do amor**. São Paulo: Editora Vida, 2022

DOUGLAS, J. D. **Novo dicionário da bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1995.

DOUGLAS STUART e GORDON D. FEE. **Manual de Exegese Bíblica**. tradução Estevan Kirschner e Daniel de Oliveira. – São Paulo : Vida Nova, 2008.

FRAME, J. M. **História de filosofia e teologia ocidental**. São Paulo : Vida Nova, 2023.

GINGRICH, F. W. **Léxico do novo testamento grego / português**. São Paulo: Vida Nova, 1984.

GONZALES, J. L. **Uma história do pensamento cristão: dos primórdios ao concílio de Calcedônia**. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

GUTHRIE, D. **Teologia do novo testamento**. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

HAUBECK, W. **Nova chave linguística do novo testamento grego**. São Paulo: Hagnos, 2009.

KLINK, E. D. **John: exegetical commentary on the new testament**. Grand Rapids: Zondervan Academic, 2016.

KEENER, C. S. **Zondervan illustrated bible backgrounds commentary**. Grand Rapids: Zondervan Academic, 2019.

KOSTEMBERGER, A. J., PATTERSON, R. D. **Convite à interpretação bíblica: a tríade hermenêutica**. São Paulo: Vida Nova, 2015.

LADD, G. E. **Teologia do novo testamento**. São Paulo: Hagnos, 2003.

LANGSTON, A. B. **Teologia bíblica do novo testamento**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1955.

LONGMAN DICTIONARY OF CONTEMPORARY ENGLISH. 5th. ed. Essex, England: Pearson Education Limited, 2009.

MOUNCE, W. D. **Léxico analítico do Novo Testamento Grego**. São Paulo : Vida Nova, 2013.

MOULTON, H. K. **Léxico grego analítico**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

ORÍGENES. **Tratado sobre os princípios**. Traduzido por João Eduardo Pinto Basto Lupi. São Paulo: Paulus, 2012.

PACÔMIO, L.; PADOVESE, L.; FISICHELLA, S. **Dicionário teológico enciclopédico**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RIENECKER, F. **Chave linguística do novo testamento grego**. São Paulo: Vida Nova, 1995.

SPROUL, R. C. **Quem é o Espírito Santo?:** questões cruciais, no. 12. São José dos Campos: Editora Fiel, 2013.

STUART, D; FEE, G. D. **Manual de Exegese Bíblica**. São Paulo : Vida Nova, 2008.

STEINSALTZ, A. 2020. Sabedoria judaica e vida moderna. 1 video (21:46m). Publicado pelo canal **Globonews**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SjW9aiD9mS4&t=151s> Acesso em 27 nov. 2023

THAYER, J. H. **Greek-English lexicon of the new testament**. New York: American Book Company, 1886.

VERSIONS OF THE BIBLE. Disponível em: www.biblegateway.com Acesso: 04 Dez. 2023.

YOUNGBLOOD, R. F. **Dicionário ilustrado da bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2004.

ZUCK, R. B. **A interpretação bíblica:** meios de descobrir a verdade da bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1994.



TEOLOGIA DO CUIDADO NA VIDA COMUM: A FORMAÇÃO DE TEÓLOGOS PARA O CUIDADO PASTORAL COMUNITÁRIO

*THEOLOGY OF CARE IN COMMON LIFE:
THE FORMATION OF THEOLOGIAN FOR
COMMUNITY PASTORAL CARE*

*Jennifer Ellen Moisés de Carvalho*⁸⁷

⁸⁷ Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Violência Doméstica da Faculdade Dom Alberto. Graduada em Teologia da Faculdade Internacional Cidade Viva (FICV). Estudante de Teologia do Invisible College (InC). Missionária e Fundadora da Missão Imago Dei. Email: carvalhojen@hotmail.com.

RESUMO

Este artigo é resultado da síntese de uma pesquisa bibliográfica que possui o objetivo geral de compreender como os teólogos evangélicos estão sendo formados para atuar em áreas cruciais da existência relacionadas ao cuidado. Para isso foi realizada um levantamento sobre as grades curriculares dos seminários e faculdades denominacionais e interdenominacionais do país, buscando disciplinas relacionadas ao tema do cuidado dentro dos eixos de aconselhamento, abuso espiritual, abuso familiar, abuso sexual, direitos humanos, questões étnico raciais, LIBRAS, saúde mental e sexualidade bíblica. Na pré-seleção foram encontradas 111 instituições, das quais somente 101 disponibilizaram as grades curriculares. Por fim, concluiu-se que há uma expressiva defasagem na formação teológica nessas áreas, evidenciando uma abordagem predominantemente tecnicista em detrimento de uma perspectiva pastoral. Portanto, torna-se imperativo divulgar os resultados da pesquisa, ampliar o estudo e promover discussões em congressos e conferências locais e nacionais. Essas discussões devem abordar não apenas a defasagem identificada, mas também os conteúdos das disciplinas de cuidado, visando a elaboração de ementas e grades curriculares adequadas a cada contexto. Ademais, sugere-se a oferta de cursos de formação continuada, disciplinas avulsas e pós-graduações para suprir as lacunas temáticas identificadas, beneficiando tanto os profissionais em formação quanto os já graduados.

PALAVRAS-CHAVE:

Cuidado pastoral. Formação Teológica. Seminários Evangélicos. Faculdades Evangélicas. Abusos.

ABSTRACT

This article is the result of the synthesis of a bibliographical research that has the general objective of understanding how evangelical theologians are being trained to work in crucial areas of existence related to care. To this end, a survey was carried out on the curricula of denominational and interdenominational seminaries and colleges in the country, searching for subjects related to the topic of care within the axes of counseling, spiritual abuse, family abuse, sexual abuse, human rights, ethnic-racial issues, LIBRAS, mental health and biblical sexuality. In the pre-selection, 111 institutions were found, of which only 101 made the curriculum available. Finally, it was concluded that there is a significant gap in theological training in these areas, showing a predominantly technical approach to the detriment of a pastoral perspective. Therefore, it is imperative to disseminate research results, expand the study and promote discussions at local and national congresses and conferences. These discussions must address not only the identified gap, but also the contents of the care disciplines, aiming to develop syllabuses and curricula appropriate to each context. Furthermore, it is suggested to offer continuing education courses, separate subjects and postgraduate courses to fill the identified thematic gaps, benefiting both professionals in training and those who have already graduated.

KEYWORDS

Pastoral care. Theological Formation. Evangelical Seminaries. Evangelical Faculties. Abuse.

1. INTRODUÇÃO

Considerando a história religiosa do Brasil, a presença significativa dos evangélicos é algo recente. Eles começaram a se consolidar no país apenas no final do século XIX, chegando por meio de diversas denominações como presbiterianos, congregacionais e batistas, em sua maioria, advindos dos Estados Unidos da América. De início a presença deles não era bem tolerada, existia muita resistência diante da cultura católica profundamente consolidada. Ademais, a Constituição de 1824 não permitia criação de igrejas ou proselitismo, apenas cultos não públicos em lares⁸⁸.

O primeiro pastor nativo foi José Manoel da Conceição, ordenado em 17 de dezembro de 1865 pela Igreja Presbiteriana do Brasil, esta denominação também fundou o primeiro seminário do Brasil no Rio de Janeiro em 1867 (MATOS, 2011). Não com facilidade, a presença evangélica foi adentrando as cidades brasileiras, especialmente as capitais. Criaram-se jornais, escolas básicas, faculdades e seminários para formação pastoral. A formação dos clérigos evangélicos começa a engatinhar e se fortalecer com a demanda de crescimento e novos adeptos da fé, sendo necessário que os autóctones conduzissem os trabalhos pastorais e não apenas os missionários e pastores estrangeiros.

Olhando para esse passado recente, adentramos um campo desconhecido da realidade do cristão comum, a estrutura e propósito da formação de líderes eclesiásticos. O objetivo geral deste artigo é compreender como os líderes evangélicos estão sendo formados para atuar em áreas cruciais da existência relacionadas ao cuidado, como: Sexualidade, Abusos, Aconselhamento, Saúde mental e outras. Tem por objetivos específicos: apreender o funcionamento da formação dos líderes eclesiásticos; averiguar as grades curriculares dos seminários e faculdades evangélicas; analisar o cenário formativo da liderança evangélica diante das demandas pastorais cotidianas relacionadas ao cuidado.

Atualmente questiona-se os altos índices de mulheres evangélicas que sofrem pela Violência Doméstica, crianças que sofrem Abuso Sexual, demandas crescentes de pessoas com ansiedade e jovens que estão com dificuldades em lidar com múltiplas questões na sua sexualidade. Tais demandas que se apresentam como um cenário comum nas igrejas. A liderança eclesiástica evangélica estaria preparada para atender essas questões complexas dos dilemas humanos?

A hipótese firma-se em que esses líderes não estão capacitados, nem estarão em um futuro próximo, para tratar dessas demandas tanto como cidadãos quanto como líderes eclesiásticos. A mudança dessa situação precisa começar nos espaços formativos que, apesar de tais demandas serem recorrentes, continuam ignorando tão grave defasagem focando apenas no ensino teológico técnico e não no pastoreio com teologia aplicada.

Este artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica e documental com fins quantitativos e qualitativos. A metodologia para busca das grades curriculares se

⁸⁸ “Esta constituição, no seu art. 5º, apresenta o seguinte: Art. 5º. – A religião Católica Romana continuará a ser a religião do Império. ‘Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo’ (REILY, 1993, p. 42)”. Disponível em: <https://www.fabapar.com.br/blog/o-inicio-do-protestantismo-historico-no-brasil-luta-por-direitos-evangelismo-e-educacao/>. Acesso em 20 Fev. 2024.

deu inicialmente por meio das instituições de ensino vinculadas à Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE) e à Associação Evangélica de Educação Teológica da América Latina (AETAL), continuada nos sites das denominações e instituições nacionalmente reconhecidas, e concluída na busca aberta no navegador *Google Chrome*. Com isso, o escopo foi ampliado e diversificado.

Alguns critérios na seleção foram: não serem instituições de ensino oriundas de doutrinas ligadas à seitas⁸⁹, serem cursos livres ou reconhecidos pelo Ministério da Educação equivalente ao nível médio⁹⁰ em teologia que tivessem o objetivo de formar pastores e líderes evangélicos. Foram encontradas, de forma ampla, 111 faculdades e seminários reconhecidamente evangélicos, das quais em apenas 101 deles foi possível ter êxito ao consultar as grades curriculares, por estarem públicas ou serem disponibilizadas quando solicitadas às instituições (disponíveis na tabela 01).

Esta pesquisa junto aos seus resultados, mostram-se relevantes por adentrar um campo de atuação essencial e inexplorado, como a formação de lideranças eclesiais brasileiras. Além disso, por tangenciar temas tão sensíveis como os que abrangem o cuidado diante da integralidade humana como a sexualidade, abusos, raça, saúde mental, acessibilidade e entre outros. A demonstração da relevância também se dá na realização da vasta sistematização, antes inexistente, das instituições educacionais evangélicas brasileiras.

2. A FORMAÇÃO DAS LIDERANÇAS ECLESIASTICAS NO BRASIL

Os primeiros seminários do Brasil são formados entre meados e final do século 19 pelas denominações tradicionais e pioneiras que inauguram a fé evangélica no país. Esses seminários possuem os objetivos de formar pastores locais e autóctones, para não mais depender dos missionários estrangeiros e gerar autossuficiência na gestão eclesial. Ao longo dos anos, os estudos teológicos que antes eram restritos a pastores e seminários confessionais, começam a ser ampliados para organizações interdenominacionais e a leigos não ordenados que estavam interessados em ser teólogos e pesquisadores na área.

Ao observar as disciplinas comuns dos cursos denominacionais e interdenominacionais oferecidos para lideranças eclesiais no país, observamos disciplinas como: hermenêutica, exegese, línguas originais, teologia sistemática, teologia bíblica, soteriologia, apologética, filosofia, ética cristã, história da igreja, bibliologia, pregação, homilética, entre outras, disponíveis na maioria das grades curriculares encontradas, com algumas exceções ou acréscimos.

Estas disciplinas, ao serem melhor observadas, não se detêm ao pastoreio,

⁸⁹ Uma definição simples de seita pode ser encontrada no *Got Questions*: "A definição cristã específica de uma seita é um grupo religioso que nega um ou mais dos fundamentos da verdade Bíblica. Ou, em termos mais simples, uma seita é um grupo que ensina algo que fará com que uma pessoa não seja salva caso ela acredite nisso que é ensinado. Em contraste com uma religião, uma seita é um grupo que afirma ser cristão, porém nega uma verdade essencial do cristianismo bíblico." Disponível em: <https://www.gotquestions.org/Portugues/definicao-seita.html>. Acesso em 20 Fev. 2024.

⁹⁰ Com duração de um ano ou 900 horas.

mas especificamente ao trabalho de pregação e ensino teológico. As formações, ainda que confessionais, preparam o futuro líder para o ensino, mas não para acompanhar as pessoas nas suas demandas cotidianas e complexas. É como se o que as pessoas formadas por esses cursos só conseguissem lidar com o ensino teológico teórico, mas sua aplicação deixada de lado.

Diante desse contexto e desses objetivos formativos, observamos uma centralidade em questões tidas como “espirituais”. Pode-se então, ficar o questionamento: estariam os próprios seminários evangélicos dualizando a vida humana em sagrado e profano, espiritual e carnal, assim ignorando os dilemas centrais da vida humana e tornando o evangelho inaplicável?

A Cosmovisão Cristã é uma parte primordial na compreensão da realidade como um todo. A partir dela, conseguimos compreender alguns dilemas da vida que passamos toda a vida aprendendo nos arraiais cristãos, mas que não condizem com a Bíblia, como aconteceu com a visão sobre sexualidade. A Cosmovisão Cristã nos convida a apreender e entender a realidade a partir de pressupostos bíblicos, fornecendo uma tríade muito importante para essa compreensão: criação, queda e redenção.

De forma aplicável, ela nos ajuda a olhar para toda a realidade criada por esse viés que Deus estabeleceu, reconhecendo que a queda afetou toda essa criação e que ela precisa ser restaurada. Não apenas olhar como algo que está com defeito e não tem solução. Um exemplo para isso que engloba quase toda a vida é a teologia sobre o corpo, que de forma agnóstica, é visto por muitos como algo ruim a ser vencido, superado ou destruído. Corroborando com Nancy Pearcey (2020), podemos afirmar que os cristãos odeiam o corpo das mais diversas formas possíveis, odiamos uma obra do Criador.

O Salmo 139 nos ensina que Deus criou e viu cada parte do ser humano em formação e considerou algo maravilhoso, o que pode ser confirmado em Gênesis 1.26, quando Deus olha para tudo que fez e considerou muito bom (BÍBLIA, 2016). A matéria da qual fomos todos criados não é algo essencialmente ruim, como falamos diariamente em nossos ensinamentos formais e informais. Esse é um ensino gnóstico e platônico. O corpo humano, o ser humano, foi criado bom e, ainda que alcançado pelo pecado, isso não retira a imagem de Deus contida no homem nem desfaz a matéria como criada por Deus.

O corpo alcançado pelo pecado revelará suas falhas especificamente em cada pessoa. Cada um conhecerá as lutas que enfrentará diante de si mesmo. Mas o corpo não é algo ruim, mas sim algo que precisa de redenção. A diferença entre naturalizá-lo como intrinsecamente ruim, mas sim como alvo de redenção é visceral. Ao compreendê-lo desta maneira, passa-se a deixar de odiá-lo e tudo que o envolve – como alimentação, trabalho, sexo, relacionamentos, autoestima, passando a entender como Deus criou para cada propósito e o que foi afetado pela queda e precisa ser refeito. Entramos em uma jornada de pensamento bíblico ao invés de permanecermos com uma postura passiva. Bavinck (2017, p. 26) ao falar sobre a teologia e o teólogo, nos diz:

Semelhantemente, a teologia deve prescrever medicamentos para as dores da alma; deve ser capaz de dizer como e de que modo podemos nos ver livres

de nossa culpa, reconciliados com Deus, alcançar a paciência e esperança em meio às tribulações da vida e encontrar motivos para entoar louvores mesmo em face da morte. Uma teologia que não se preocupa com essas coisas e se dedica apenas ao estudo crítico e histórico não é digna do nome “teologia”. E, por sua vez, um teólogo que está familiarizado com todas as mais recentes publicações e novidades de sua ciência, e, no entanto, permanece mudo perante o leito de enfermidade, não tendo resposta às questões do coração do pecador perdido, também não é digno de seu título e ofício.

Então, vemos a importância e a necessidade de não separar a espiritualidade, a teologia e a vida humana em lados opostos. Com isso, cumprimos o propósito principal da teologia e da espiritualidade que é transformar e alcançar pessoas. Com uma cosmovisão platônica isto não é possível, mas com uma Cosmovisão Bíblica é tão possível quanto natural.

3. CUIDADO PASTORAL NA SUA INTEGRALIDADE

Após a revolução sexual e o acesso abrangente a internet, tornou-se evidente para todos a hipersexualização nos mais diversos campos e assuntos. Não é que antes isso não fosse latente no ser humano, mas a construção de teorias dentro do escopo da sexualidade para combater o status quo da dominação feminina e a excessividade de pudor dentro do assunto, junto da possibilidade de ampliação e globalização deste tipo de conteúdo, fez com que a imaginação junto ao pecado unisse gasolina ao fogo.

Então, temos uma explosão de discussões e criação de conteúdos culturais permeados nesta temática. O porém está no cristão comum, que em determinado período da história resolveu se isolar do mundo e não participar da ampla discussão e construção. Escolheu falar disso de maneira subentendida, nunca direta, e quando falava abertamente era criando uma oposição extrema ao que culturalmente estava posto e elaborando uma dissociação misturada com uma cultura de pureza, crendo piamente que esses tipos de assuntos não deveriam fazer parte do imaginário cristão. Isso gerou inabilidade e sufocamento nos cristãos, que como todo ser humano, também tinham a sexualidade em desenvolvimento.

Com isso, a menos de duas décadas, começou-se a falar desses temas dentro da igreja, mas incorporando sempre uma visão elaborada pela revolução sexual, apenas “amenizando” ou “traduzindo” para o público evangélico. Um exemplo são os evangélicos feministas. A construção de uma visão realmente bíblica do assunto tardou em acontecer porque não havia uma construção intelectualmente sincera do assunto, os argumentos eram construídos partindo favoravelmente da revolução sexual ou a antagonizando. Ou seja, o ponto de partida não era a Bíblia.

Em uma pesquisa realizada pelo coletivo Benditas em parceria com o Invisible College, obtemos informações da sexualidade de mulheres cristãs dos

países de língua portuguesa (majoritariamente brasileiras), que nos dão uma amostragem assustadora sobre como os cristãos evangélicos estão construindo e orientando sua sexualidade. Com toda certeza, esta pesquisa revela uma questão de homens e mulheres, apesar de ser específica do público feminino.

Quando perguntadas sobre quais as fontes que pesquisavam para aprender sobre sexualidade, mais de 70% responderam que era a internet. Quando a pergunta foi sobre quantas tinham lido livros sobre a sexualidade feminina, 88% responderam que não. É alarmante o quanto esse assunto é tão estigmatizado que essas mulheres não têm a mínima liberdade de dialogar e aprender sobre isso com outro ser humano, mas precisam recorrer a um navegador da internet e outras fontes de pesquisa, como pessoas próximas, ficarem abaixo de 30% (amigas cristãs, família, igreja, amigas não cristãs). Erica Neves, comentando sobre o assunto, relata que

É impressionante e assustador não apenas que a internet tenha um protagonismo tão grande como fonte de educação sexual, mas que amigas e aconselhamento tenham um papel tão pequeno. Pois, embora a internet ofereça uma ampla oferta de conteúdos e tenha a conveniência de não nos expor a quaisquer julgamentos, ela não é capaz de trazer respostas às angústias que, não raro, nos acometem no que diz respeito à sexualidade em um mundo caído. Com um clique podemos encontrar respostas a perguntas técnicas, mas o que precisamos é de aconselhamento, pastoreio, alguém que se comprometa a orar conosco e por nós. Talvez essa enorme discrepância esteja relacionada a uma visão de mundo que coloca a sexualidade para fora da abrangência da fé cristã naquele mesmo dualismo que há séculos separa as esferas entre sagrado/secular, natureza/ graça. Assim sendo, é compreensível que a igreja tenha tão pouco a dizer no que diz respeito à sexualidade. Mas mesmo que a falta de uma cosmovisão cristã explique o pequeno número de respondentes que busca na igreja e no aconselhamento cristão a fonte de educação sexual, a pesquisa também nos mostra que o número de mulheres que busca amigas (cristãs ou não cristãs) para conversar sobre o assunto também é baixo. Seria isso suficiente para evidenciar a pobreza relacional dos nossos dias? Se não temos um círculo de confiança para conversar sobre todas as questões que são fonte de angústia, dúvidas e inquietações para nós, poderia isso indicar que nossos relacionamentos são superficiais? (BENDITAS, 2021, p.10).

Adentrando em lutas na área da sexualidade, 65% das pesquisadas alegaram fazer ou ter feito uso da pornografia e 47% só se sentem atraente às vezes. Além disso, 80% relataram que alguém da sua comunidade já lhe pediu ajuda por ter sido vítima de assédio ou violência sexual, mas 18% alegaram já ter sido vítima de violência sexual (física) e 56% sofreram assédio sexual (psicológico) e respectivamente nos dois últimos aspectos, 5% e 8% não sabiam se tinham sido vítimas. Destes que

praticaram tais atos, 55% eram pessoas conhecidas: amigos, familiares, educadores, líderes religiosos, parceiros e outros parentes (Ibid., p. 15-16).

Ademais, os dados não param nesta pesquisa, duas outras pesquisas revelam também que as mulheres evangélicas são as maiores vítimas de Violência Doméstica do nosso país (AUTOR, 2023). Vilhena (2014), em pesquisa mais antiga, e Leite (et. al. 2017), mais recente, nos mostram respectivamente dados de 40% e 48% das vítimas atendidas na Casa Sofia e nas Unidades Básicas de Saúde de Vitória (ES), eram evangélicas.

Além disso, não podemos deixar de mencionar os abusos espirituais, que apesar de não terem pesquisas e estatísticas brasileiras, têm sido cada vez mais difundidos através de diversas denúncias que revelam casos desumanos de abusos em nome de Deus dentro de igrejas, organizações e outros espaços evangélicos (AUTOR, 2024).

Com isso, podemos compreender que a questão da sexualidade, com suas violações, entre os evangélicos do Brasil não é uma questão que deve ser vista apenas como estritamente religiosa, mas extrapola para uma questão de interesse coletivo e nacional por envolver a cultura, o aparato público de saúde mental, física, de segurança e economia. É de interesse público que os evangélicos desenvolvam habilidades para lidar com todas essas questões.

4. LACUNAS FORMATIVAS E DIREÇÕES NECESSÁRIAS

Diante desse contexto, os objetivos ao formar pastores não são o cuidado e o pastoreio, mas a formação teológica teórica e técnica básica que, em muitos casos, não abrange a vida de pessoas comuns. Isso indica que os centros de ensino evangélicos estão formando técnicos em teologia ao invés de pastores.

No cotidiano as demandas pastorais são mais ligadas às vivências dos membros de suas comunidades, por isso esta pesquisa buscou fazer um levantamento de quais seriam esses eixos temáticos que abrangem essas necessidades da comunidade de fé. Os temas elencados foram nove: sexualidade na perspectiva bíblica, abuso sexual contra criança e adolescentes, violência doméstica contra adulto e infante, abuso espiritual, questões étnico-raciais, direitos humanos, língua brasileira de sinais, saúde mental (psicologia geral) e aconselhamento.

Compreendemos que estas são demandas cotidianas para as quais os pastores e líderes necessitam, ao menos, de uma formação básica que lhes dê direção para um aprofundamento posterior. Para isso, seria necessária uma disciplina, ao menos, de 45 horas dentro do curso formativo. Apesar de uma quantidade de hora/aula pequena, seria um passo inicial importante diante do cenário atual.

Assim, nossa busca nas grades curriculares foi para encontrar quais seminários possuíam tais disciplinas em suas ementas. Na pesquisa encontramos dificuldade para acessar grades curriculares de diversas instituições, algumas não estavam disponíveis no site, outras o acesso só foi possível ao solicitar através de algum contato, restando as que não disponibilizaram mediante solicitação. Percebemos que algumas das instituições tratam as grades de disciplinas com

algum grau de confidencialidade.

Além do mais, vale salientar algumas distinções de interpretação que tomamos na avaliação dos dados. A primeira é sobre a distinção dos termos da psicologia. Nossa busca nessas disciplinas cumpriam o objetivo de encontrar as que ajudam o aluno na compreensão da saúde mental e afins. Algumas disciplinas estavam mais direcionadas ao estudo da psicologia da religião, o que não era nossa finalidade, então foram desconsideradas dentro da nossa pesquisa.

A segunda distinção é entre aconselhamento bíblico e aconselhamento pastoral. Para nossa investigação, o critério foi uma disciplina que fornecesse ferramentas ao aluno para realizar aconselhamentos, independente da linha teológica. Considerando que cada linha teológica possui uma direção específica, foram levadas em conta as disciplinas que abordam aconselhamento em geral, aconselhamento bíblico ou aconselhamento pastoral, quaisquer outras com títulos distintos foram desconsideradas.

Por último, algumas grades curriculares não continham as disciplinas optativas, o que as tornavam desconhecidas para o público quais eram tais disciplinas. Portanto, também foram desconsideradas. As instituições que não disponibilizam as disciplinas optativas foram sinalizadas na pesquisa.

As informações das tabelas a seguir terão os dados da instituição, cidade e estado, seguido pelas disciplinas que possuem ou não⁹¹. Na ausência de algum dado será sinalizado como descrito na legenda na nota de rodapé 4. As instituições serão classificadas em quatro categorias: seminários denominacionais e interdenominacionais, cujos cursos são considerados cursos livres sem chancela do Ministério da Educação (MEC); e as faculdades denominacionais e interdenominacionais, as quais possuem chancela do MEC.

⁹¹ Os dados completos como site, contato, denominação e ano de fundação podem ser conferidos no arquivo disponível em: [retirado para preservar a identidade do autor].

Tabela 01 - Catálogo com todas as instituições pré-selecionadas **92**.

	Nome	Cidade/Estado	AC	AE	AS	DH	ER	LS	SB	SM	VD	Obs.
1	Centro Batista de Educação, S. e Pesquisa	Araçatuba (SP)										
2	Centro de E. T. da Ass. de Deus na Paraíba	João Pessoa (PB)	*							*		
3	Escola Cristã de Pastores	Natal (RN)										
4	Escola de E. Teológica das Ass. de Deus	Campinas (SP)										
5	Escola T. Ass. de Deus em Cosmópolis	Cosmópolis (SP)										
6	Escola T. das Assembleias de Deus no Brasil	Natal (RN)	*							*		
7	Escola Teológica Pastor Osmar Cabral	Chapecó (SC)										
8	Instituto Batista de Educação Teológica	Palmas (TO)	*									
9	Instituto Bíblico Aliança	Recife (PE)	*									
10	Instituto Bíblico das Assembleias de Deus	Pindamonhangaba (SP)	*									
11	Instituto Bíblico de Paulínia	Paulínia (SP)	*							*		
12	Instituto Teológico Boa Terra	Piraquara (PR)	*									
13	Seminário Anglicano de Teologia	Recife (PE)	*									
14	Seminário Bíblico Wesleyano	São Paulo (SP)	*									
15	Seminário Concórdia da I. E. Luterana do BR	São Leopoldo (RS)	*			**		**		*		
16	Seminário da Igreja Cristã Reunida	Rio de Janeiro (RJ)										
17	Seminário de Educação Cristã	Recife (PE)	*							*		
18	Seminário de E. Teológica das Ass. de Deus	S. Miguel Paulista (SP)										
19	Seminário Evangélico Avivamento Bíblico	Ribeirão Pires (SP)										
20	Seminário E. Teológico Congregacional	Campina Grande (PB)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	G/I
21	Seminário Presbiteriano Brasil Central	Goiânia (GO)	*							*		
22	Seminário Presbiteriano de Brasília	Brasília (DF)	*							*		
23	Seminário Presbiteriano do Norte	Recife (PE)	*							*		
24	Seminário Presbiteriano do Sul	São Paulo (SP)	*							*		
25	Seminário T. Batista do Grande ABC	Santo André (SP)	*									
26	Seminário T. Batista do Estado de São Paulo	Bauru (SP)	*									
27	Seminário Teológico Batista do Litoral	Santos (SP)	*									
28	Seminário Teológico Batista do Nordeste	Feira de Santana (BA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	G/I
29	Seminário T. Batista do Norte do Brasil	Recife (PE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	G/I
30	Seminário Teológico Batista Independente	São Paulo (SP)	*							*		
31	Seminário T; Batista Nacional de Anápolis	Anápolis (GO)	*							*		
32	Seminário Teológico Batista Potiguar	Natal (RN)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	G/I
33	Seminário Teológico Bíblico Thompson	Vit. da Conquista (BA)	*									
34	Seminário Teológico Carisma	Belo Horizonte (MG)										
35	Seminário T. Congregacional de João Pessoa	João Pessoa (PB)	*			*				*		
36	Seminário T. Congregacional de Niterói	Niterói (RJ)	*									

⁹² *Legendas: AC: Aconselhamento - AE: Abuso Espiritual - AS: Abuso Sexual - DH: Direitos Humanos - ER: Étnico Raciais - LS: Língua Brasileira de Sinais - SB: Sexualidade Bíblica - SM: Saúde Mental - VD: Violência Doméstica - Obs.: Observações - *: Disciplina obrigatória - **: Disciplina optativa - G/I: Grade indisponível - O/N: Apenas online - O/I: Optativas indisponíveis - S/D: Sem data disponível - S/C: Sem contato disponível - S/L: Sem local disponível - S/S: Sem site disponível.*

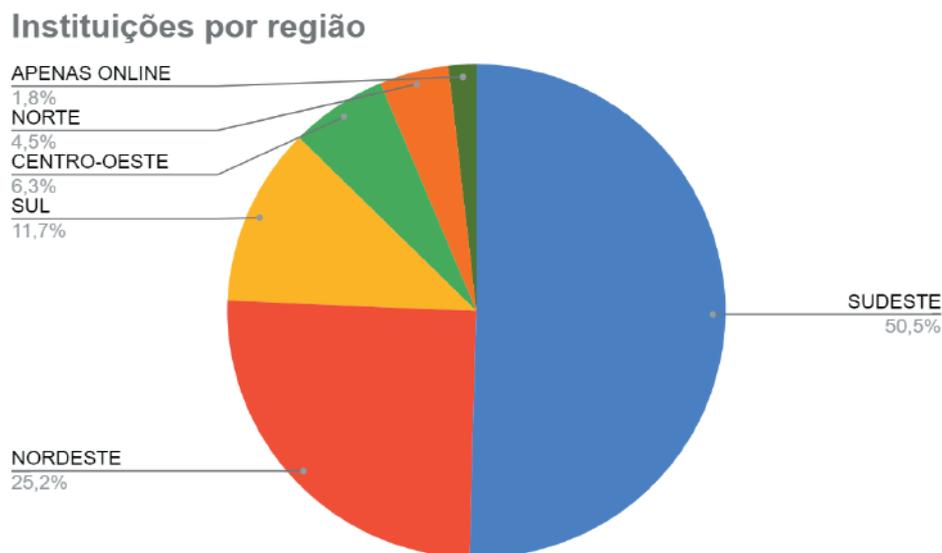
37	Seminário T. Congregacional do Nordeste	Recife (PE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	G/I
38	Seminário T. Congregacional Rio de Janeiro	Pedra de Guaratiba (RJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	G/I
39	Seminário T. Congregacional Robert. Kalley	Rio de Janeiro (RJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	G/I
40	Seminário T. Cristão Evangélico do Brasil	Anápolis (GO)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	G/I
41	Seminário T. das Ass. de Deus do Ceará	Fortaleza (CE)												
42	Seminário Teológico do Nordeste	Teresina (PI)	*									*		
43	Seminário T. E. Congregacional de Caruaru	Caruaru (PE)	*											
44	Seminário Teológico Jonathan Edwards	Caruaru (PE)												
45	Seminário Teológico Luterano Livre	Campo Mourão (PR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	G/I
46	Seminário Teológico Nazareno do Brasil	Campinas (SP)										*		
47	Seminário T. Presbiteriano R. A. G. Simonton	Rio de Janeiro (RJ)	*									*		
48	Seminário T. Presbiteriano R. D. N. Eller	Belo Horizonte (MG)	*									*		
49	Seminário T. Presbiteriano R. J. M. Conceição	São Paulo (SP)	*									*		
Seminários Interdenominacionais														
	Nome	Cidade/Estado	AC	AE	AS	DH	ER	LS	SB	SM	VD	Obs.		
50	Centro de Estudos Avançados de Missões	Brasília (DF)	*											
51	Escola Bibotalk de Teologia	Joinville (SC)												
52	Escola Charles Spurgeon	Fortaleza (CE)	*											
53	Escola de Formação Teológica Makários	Cariacica (ES)												
54	Escola de Teologia L'Abri	Lagoa Santa (MG)				*				*	*			
55	Escola do Ministério IDE	São Paulo (SP)												
56	Escola Ministerial Antioquia	Araçariquama (SP)	*											
57	Faculdade de Teologia da Fé Reformada	Arujá (SP)	*											
58	Faculdade de T. Reformada de Genebra	Panorama (SP)												
59	Faculdade Hillel de Teologia	Campo Limpo (SP)	*								*			
60	Faculdade Teológica Abecar	Mogi das Cruzes (SP)	*								*			
61	Faculdade Teológica Betesda	Jundiaí (SP)	*								*			
62	Instituto Betel de Ensino Superior	Piquerobi (SP)												
63	Instituto Bíblico Peniel	Jacutinga (MG)												
64	Instituto Cristão de Educação Teológica	Campinas (SP)												
65	Instituto de E. T. da A. de Deus de Santarém	Santarém (PA)												
66	Instituto de E. Teológica no E. de São Paulo	São Paulo (SP)									*			
67	Instituto Educacional Invisible College	Goiânia (GO)	*											
68	Instituto Missionário Palavra da Vida	Marituba (PA)	*					*						
69	Instituto Semeie de Educação Teológica	Araxá (MG)												
70	MTC Latino-Americano	Belo Horizonte (MG)												
71	Seminário Betel Brasileiro	João Pessoa/PB	*								*			
72	Seminário Bíblico do Nordeste	Carpina (PE)	*											
73	Seminário Cristão Evangélico do Norte	São Luís (MA)	*											
74	Seminário e Instituto Bíblico Maranata	Fortaleza (CE)	*											
75	Seminário Juvep	Cabedelo (PB)	*											O/I
76	Seminário Martin Bucer	S. José Campos (SP)	*											
77	Seminário Palavra da Vida	Atibaia (SP)	*											

78	Seminário Teológico A W Tozer	São Paulo (SP)	*										
79	Seminário Teológico Betel	Rio de Janeiro (RJ)	*							*			
80	Seminário Teológico Ebenézer	Guarulhos (SP)											
81	Seminário Teológico EBNESR	Recife (PE)	*										
82	Seminário Teológico Harland Graham	Natal (RN)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	G/I
83	Seminário Teológico Ministerial Foco	(EAD)	*										O/N
84	Seminário Teológico Pentecostal do Brasil	Mogi Guaçu (SP)	*							*			
85	Seminário T. Reformado do Amazonas	Manaus (AM)	*							*			
86	Seminário Teológico Servo de Cristo	São Paulo (SP)	*										
Faculdades Denominacionais													
	Nome	Cidade/Estado	AC	AE	AS	DH	ER	LS	SB	SM	VD	Obs.	
87	Faculdade Batista Logos	São Paulo (SP)	*			*	*	*		*			
88	Faculdade Batista de Minas Gerais	Belo Horizonte (MG)	*					**		*			
89	Faculdade Batista Pioneira	Ijuí (RS)	*					**					
90	Faculdade Cidade Teológica Pentecostal	Fortaleza (CE)	*							*			
91	Faculdade T. da I. P. Independente do Brasil	São Paulo (SP)	*			*				*			
92	Faculdade Internacional Cidade Viva	João Pessoa (PB)				*		**		*			
93	Faculdade Luterana de Teologia	São Bento do Sul (SC)				*	*	**		*			
94	Faculdade Refidim	Joinville (SC)	*			*	*			*			O/I
95	Faculdade Teológica Batista de São Paulo	São Paulo (SP)	*			*	*	**		*			
96	Faculdade Teológica Batista do Paraná	Curitiba (PR)	*			*	*			*			
97	Faculdade Teológica Batista Equatorial	Belém (PA)	*			*				*			O/I
98	Faculdade Vitória em Cristo	Rio de Janeiro (RJ)						**		*			
99	Faculdades E. Superior de Teologia (EST)	São Leopoldo (RS)	*			*		*		*			
100	Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	*							*			O/I
101	Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)	Canoas (RS)	*			*							O/I
102	Universidade Metodista de São Paulo	S. B. do Campo (SP)	*										O/I
103	Universidade Presbiteriana Mackenzie	São Paulo (SP)											
Faculdades Interdenominacionais													
	Nome	Cidade/Estado	AC	AE	AS	DH	ER	LS	SB	SM	VD	Obs.	
104	Faculdade I. de Teologia Reformada	(EAD)								*			O/I; O/N.
105	Faculdade Latino-Americana	Arujá (SP)	*				*	*					
106	Faculdade Teológica Reformada de Brasília	Brasília (DF)	*					**		**			
107	Faculdade Teológica Sul Americana	Londrina (PR)	*			*		**					
108	Faculdade Unida de Vitória	Vitória (ES)				*				*			
109	Fundação Universitária Vida Cristã	Pindamonhangaba (SP)				*	*			*			
110	Seminário Casa de Profetas	Bairro Liberdade (MG)											
111	Seminário Teológico Filadélfia	Curitiba (PR)	**			**	**	*					

Fonte: Produção da própria autoria.

Esta pesquisa tem grande importância para aqueles que desejam estudar e compreender a história da formação da educação evangélica do Brasil. Embora apresente suas limitações, por ser um estudo representativo, não foi possível fazer um levantamento de todas as instituições devido ao tipo de pesquisa e o tempo disponível. No entanto, com uma amostragem tão ampla, os dados são confiáveis e contribuirão significativamente para o avanço desse tipo de pesquisa e para a autoanálise daqueles que estão construindo a teologia evangélica no país.

Gráfico 01 - Instituições por região.



Fonte: Produção própria autora.

Uma observação geográfica nos revela que 50,5% da amostragem geral das 111 instituições pré-selecionadas estão localizadas no sudeste do país, aproximadamente 38% delas no estado de São Paulo, seguido pelo Nordeste com 25,2% e do Sul com 11,7%. No levantamento, um total de 19 estados possuem centros de formação, incluindo o Distrito Federal, com a ausência de representatividade de 8 estados: do norte Acre, Amapá, Rondônia e Roraima; do Nordeste, Alagoas e Sergipe; do centro-oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Pode-se observar uma disparidade geográfica na distribuição das instituições em relação ao estado de São Paulo e aos outros estados do país. Ainda que nesse estado abrigue uma das grandes metrópoles do mundo, a cidade de São Paulo, existe uma necessidade de investimento em outras capitais e microrregiões do país. É necessária uma deselitização da teologia. Embora os cursos à distância estejam em grande crescimento, faz-se necessário investir em formação presencial mais próxima das igrejas locais.

Contudo, é importante também a criação de estratégias alternativas, como formações on-line com encontros presenciais de mentorias por pastores mais experientes da região e estágio. É essencial conectar pastores e teólogos já experientes com aqueles que estão começando, pois essa integração certamente gerará frutos incontáveis. No Brasil já existem redes interdenominacionais de

pastores e líderes para colaboração entre igrejas e pastoreio mútuo, como a Missão ALEF, que surgiu em Natal (RN) e tem se expandido para outros estados. Iniciativas assim geram unidade para a igreja, independente da doutrina de preferência.

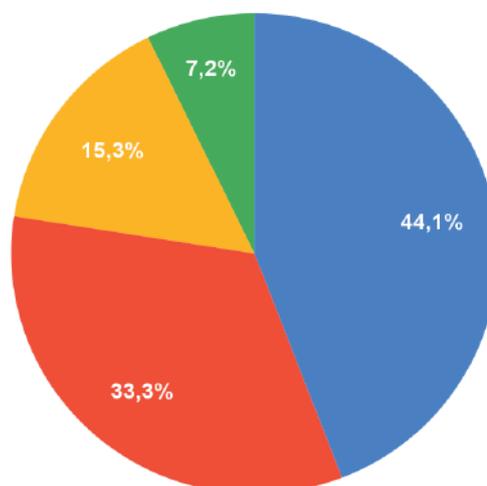
Considerando os tipos de instituição (gráfico 02), temos 77,4% delas como cursos livres sem reconhecimento do MEC, mas geralmente reconhecidas dentro das igrejas e suas associações. Apesar disso, atualmente há um aumento significativo de novas instituições que surgem já com o reconhecimento do MEC ou algumas que estão buscando alcançá-lo. Porém, por questões que não são o objetivo deste artigo, existe uma forte resistência dos seminários na vontade de se adaptar aos critérios do órgão regulador. Considera-se que sem a chancela existirá menos interferências nos critérios religiosos.

Além disso, é perceptível o crescimento dos cursos interdenominacionais, que tem se aproximado muito proporcionalmente dos já consolidados cursos denominacionais. Existe a percepção do aumento das pessoas na busca da capacitação teológica, mesmo que não seja algo realizado oficialmente pela igreja ou denominação. O recurso da internet e das redes sociais tem influenciado na disseminação do conteúdo teológico e das possibilidades de vertentes de estudo. Aqueles que não são líderes ou pastores estão buscando a formação enquanto teólogos para si e para colaborar nas suas comunidades, além da colaboração nas outras funções que exercem em suas vidas.

Gráfico 02 - Instituições por tipo.

Instituições por tipo

- Seminários Denominacionais
- Seminários Interdenominacionais
- Faculdades Denominacionais
- Faculdades Interdenominacionais



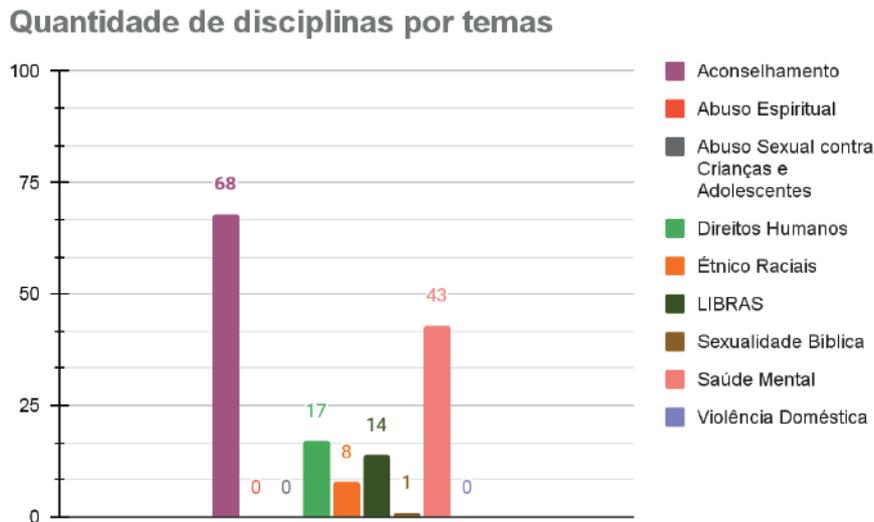
Fonte: Autoria Própria.

Quando o critério é a análise dos dados das instituições que disponibilizaram as grades de disciplinas, podemos perceber que das 111 instituições pesquisadas, 10 não disponibilizaram suas grades curriculares (9% da amostragem total, 9 seminários denominacionais e 1 seminário interdenominacional) ou pela ausência do retorno à tentativa de contato ou pelo contato desatualizado. Portanto, totalizando a análise das grades curriculares de 101 instituições, das quais 40 são seminários

denominacionais, 36 são seminários interdenominacionais, 17 são faculdades denominacionais e 8 são faculdades interdenominacionais.

Gráfico 03 - Quantidade de disciplinas por temas.

Fonte: Autoria Própria.

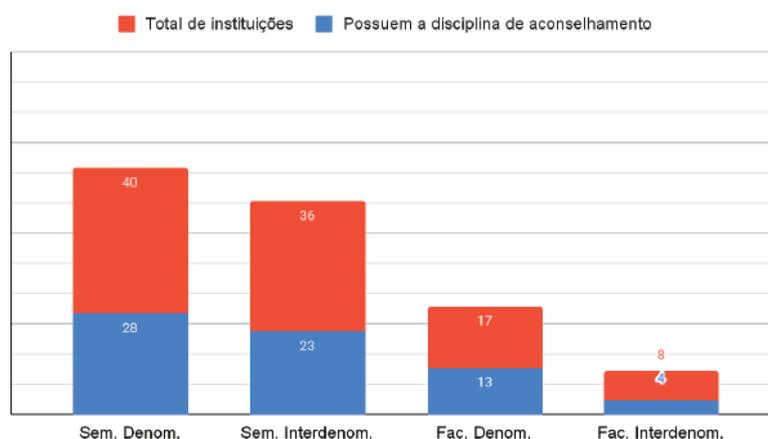


No terceiro gráfico, chegamos ao ponto central desta pesquisa: o resultado do levantamento das disciplinas por eixo temático. Esse levantamento é revelador e delinea o cenário que se buscava compreender até o momento. O gráfico acima considera tanto disciplinas obrigatórias quanto optativas. Estas últimas não foram tão significativas variando entre uma (Aconselhamento, Étnico-raciais e Saúde mental) e duas (Direitos Humanos), e, por fim, LIBRAS que corresponde a 9 disciplinas optativas do total da temática.

Gráfico 04 - Dados no eixo aconselhamento.

Dentro do eixo aconselhamento, observa-se a peculiaridade de ser a

Dados no eixo aconselhamento



Fonte: Autoria Própria.

disciplina com maior taxa de aparecimento dentre as outras, embora 33 seminários não a disponibilizem. Além disso, ela apresenta uma taxa de prevalência em respectivamente 70%, 55%, 80% e 50% nos tipos de instituição. Apesar de um terço das instituições estarem formando seus alunos sem a base do aconselhamento, que é um dos ofícios essenciais do teólogo/pastor, mantém-se uma taxa média quando comparados os tipos de instituições, com a prevalência dos seminários denominacionais e faculdades denominacionais priorizando esse eixo temático.

Os eixos Abuso espiritual, Abuso sexual contra crianças e adolescentes e Violência familiar não foram contemplados em nenhuma instituição de ensino pesquisada, ficando com a taxa de 0%. Esses dados são extremamente preocupantes, visto a frequência desses males acontecendo em todos os espaços da sociedade, especialmente nas igrejas, onde as pessoas não são capacitadas para reconhecer, lidar e combater esses problemas. Esperamos que, nos próximos anos, estes temas se tornem recorrentes no meio evangélico, chegando inclusive às instituições de ensino.

Em seguida tem-se o eixo direitos humanos, presente em apenas 17% das instituições com prevalência nas faculdades denominacionais e interdenominacionais, respectivamente 60% e 50% de cada tipo institucional, sendo que apenas três instituições de cursos livres possuem a disciplina. A temática é recebida com muita desconfiança entre os evangélicos, por ser erroneamente relacionada a questões político-partidárias do espectro da esquerda. Com isso, temos perdido a oportunidade de colaborar com o debate dos direitos humanos e de colaborar com a construção desse tipo de ação através das comunidades eclesiais. Ninguém melhor que os membros das igrejas para saberem o que acontecem em seus bairros para colaborar com mudanças que promovam uma vida com qualidade para todos.

O eixo de questões étnico-raciais é o segundo com menor porcentagem, desconsiderando aqueles que zeraram. Um país em que mais da metade da população é negra e que os evangélicos são de maioria negra, causa um choque notar que apenas 8% das instituições consideram o assunto relevante. Apenas as faculdades reconhecidas pelo MEC possuem a disciplina e nenhum seminário registra a disciplina em suas grades curriculares. Os motivos da desvalorização também perpassam motivações político-partidárias, mas são primariamente de origem racista. Teríamos que fazer pesquisas específicas para avaliar a cor de quem está construindo teologia no país, especificamente nas instituições que estamos lidando nesta pesquisa.

Na sequência, temos os dados referentes à Língua Brasileira de Sinais (Libras), que foi instituída como uma língua autorizada no país em 2002. Embora esteja crescendo o número de ministérios e ações para o acolhimento da comunidade surda, esta ainda é uma comunidade isolada e considerada transcultural. Eles estão entre os demais, mas isolados pela barreira linguística, são um povo não-alcançado que está a poucos metros de distância. Apenas 14% das instituições têm essa formação em suas grades, e dois terços delas são optativas. São as instituições reconhecidas pelo MEC que as disponibiliza, com exceção de dois seminários.

O eixo sexualidade bíblica, erroneamente reduzido a relações sexuais, é o mais negligenciado na sequência dos que possuem alguma disciplina. Apenas um seminário interdenominacional possui a disciplina (1%), inclusive com mais de

uma, o L'Abri Brasil. Com a temática mais efervescente para pessoas de todas as idades, tem lotado as agendas daqueles que têm se dedicado ao estudo específico da temática, mas tem conduzido pessoas em isolamento por décadas por não terem pessoas de confiança para compartilhar das suas dificuldades. Além disso, tem sido reduzido somente às questões pecaminosas, perdendo toda a beleza com que Deus a criou. É um tema urgente que precisa entrar no plano de estudo das instituições e dos líderes eclesiais.

O último eixo possui a segunda maior quantidade de disciplinas rastreadas: saúde mental. Com presença semelhante como disciplina obrigatória em todos os tipos de instituição, com exceção da baixa nos seminários interdenominacionais, está presente em 43% das instituições com apenas uma como opcional. Apesar disso, pode ser observado que quase 60% dos alunos das instituições estão se formando sem nenhuma aproximação com a temática.

Além disso, a ausência dessa disciplina é prejudicial para os próprios alunos, pois a taxa de pastores e líderes com depressão, ideias suicidas e *burnout* atinge níveis alarmantes⁹³, inclusive entre pastores reconhecidos nacionalmente. É necessária uma revisão urgente da prioridade dada a esse tema. Ademais, todos os temas relacionados ao cuidado abordados nesta pesquisa influenciam na saúde mental e psicológica, tornando indispensável a sensibilidade e traquejo para lidar com eles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, compreendeu-se que a formação dos líderes evangélicos na atuação de áreas essenciais relacionadas ao cuidado está bastante prejudicada, visto que os eixos temáticos centrais selecionados pela pesquisa como aconselhamento e saúde mental ainda têm presença em torno de, respectivamente, 70 e 40% das instituições pesquisadas. No entanto, disciplinas dentro de temas como direitos humanos, LIBRAS, questões étnico raciais estão presente em menos de 20%. Além disso, disciplinas como sexualidade bíblica só é ministrada em 1% das instituições. Por fim, disciplinas nas áreas de abuso sexual, abuso espiritual e violência doméstica não são atendidas por nenhuma das 101 instituições às quais a pesquisa teve acesso às grades curriculares.

Diante disso, confirmou-se a hipótese inicial de que esses líderes não estão capacitados para atender e lidar com esses dilemas humanos tão emergentes. O quadro geral também deu indicativos de que esse cenário não deve mudar de forma tão rápida; se a mudança acontecer será lenta ou mediante alguma situação abrupta que force a transformação. Vale salientar o sofrimento causado tanto aos membros das igrejas locais quanto aos pastores, todos angustiados diante de tais demandas. Ademais, faz-se necessário uma conscientização da realidade encontrada nesta pesquisa, além da promoção de mais pesquisas, congressos e debates sobre tal

⁹³ "Outra pesquisa realizada pelo Instituto Schaeffer, apontou que 70% dos pastores norte-americanos lutam constantemente contra a depressão, 71% se dizem esgotados, 80% acreditam que o ministério pastoral afeta negativamente suas famílias e 70% dizem não ter um amigo próximo[iii]". Acesso em 16 fev. 2024. Disponível em: <https://sepal.org.br/eu-brincava-com-a-morte-uma-conversa-com-um-pastor-que-superou-a-depressao-e-o-burnout/>.

assunto como também sobre os eixos temáticos das disciplinas analisadas. Como uma pesquisa inicial, seu alcance não é tão amplo, mas contribui com o início da discussão. Sugere-se então mais pesquisas, mais discussões, além da elaboração de ementas e grades curriculares para suprir as lacunas disciplinares expostas até aqui. Além disso, aqueles que estão formados podem fazer cursos de formação continuada, disciplinas avulsas e pós-graduações nos eixos temáticos defasados.

[1] E agora, uma palavra aos presbíteros em seu meio. Eu, que também sou presbítero, testemunhei os sofrimentos de Cristo e também participei de sua glória quando ela for revelada. Assim, peço-lhes [2] que cuidem do rebanho que Deus lhes confiou com disposição, e não de má vontade; não pelo que lucrarão com isso, mas pelo desejo de servir a Deus. [3] Não abusem de sua autoridade com aqueles que foram colocados sob seus cuidados, mas guiem-nos com seu bom exemplo. [4] E, quando vier o Grande Pastor, vocês receberão uma coroa de glória sem fim. (1 Pedro 5.1-4, BÍBLIA, 2016).

No texto acima pode-se ver que o apóstolo Pedro recomenda àqueles que exercem a função teológica e pastoral que cuidem do rebanho confiado por Deus com disposição e jamais de má vontade ou com abuso de autoridade, além disso devem ser bons exemplos às suas ovelhas. Com todo o exposto, almeja-se colaborar para uma mudança cultural em uma formação de teólogos/pastores que cuidam (e são cuidados) e não que são somente técnicos em teologia. Ou seja, busca-se abençoar o crescimento saudável das igrejas locais do país para glória de Deus.

REFERÊNCIAS

BAVINCK, Herman. **A certeza da fé**. Tradução de Fabrício Tavares de Moraes. Brasília: Editora Monergismo. 2018. E-book. 102 p.

BENDITAS. Vida & sexualidade: os desafios da Mulher Cristã contemporânea. Invisible College e **Blog Benditas**: Goiânia, 2021. Disponível em: <https://benditas.blog/vida-e-sexualidade/>. Acesso em: 29 set. 2021.

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Nova Versão Transformadora. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2016.

AUTOR. [Retirado para preservar a identidade do autor]. Disponível em: [Retirado para preservar a identidade do autor]. Acesso em: 10 Jan. 2024.

AUTOR. [Retirado para preservar a identidade do autor]. Disponível em: [Retirado para preservar a identidade do autor]. Acesso em: 19 Jul. 2023.

LEITE, F. M. C. et al. Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil. Revista **Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, n. 33, p. 1-12, 2017. Disponível em: http://www.rsp.fsp.usp.br/wp-content/uploads/articles_xml/0034-8910-rsp-S1518-87872017051006815/0034-8910-rsp-S1518-87872017051006815-pt.x83745.pdf Acesso em 1 Mar. 2022.

MATOS, Alderi de Souza. Breve História do Protestantismo no Brasil. **Vox Faifae**: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB. [s.l.], v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifae/article/view/27>. Acesso em: 06 Nov. 2023.

PEARCEY, Nancy. **Ama o teu corpo**: contrapondo a cultura que fragmenta o ser humano criado à imagem de Deus. Tradução de Marcelo Siqueira. Rio de Janeiro: CPAD, 2020. Versão Kindle.

VILHENA, Valéria Cristina. **Pela voz das mulheres**: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia (Dissertação). 2009 - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009. 152p.

ESTUDO DA 2ª CARTA DE JOÃO

STUDY OF THE 2ND LETTER OF JOHN

Oscar Gilberto ⁹⁴

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa científica no campo da Teologia é examinar a segunda carta do apóstolo João no seu idioma original o grego koiné, contextualizando-a no cenário histórico verdade bem como a quem se dirige a mensagem, seu conteúdo, principais seções e assuntos. Dentro deste contexto, este trabalho se propõe apresentar a metodologia de pesquisa bibliográfica no campo da teologia, enfatizando os procedimentos de coleta, análise e divulgação de dados por meio de um trabalho bem estruturado e congruente com as normas estabelecidas no meio científico.

PALAVRAS-CHAVE:

Amor. Verdade. Obediência..

ABSTRACT

The objective of this scientific research in the field of theology is to examine the second letter of the apostle John in its original language the Greek Koiné, contextualizing it in the true historical setting as well as to whom the message is addressed, its content, main sections and subjects. Within this context, this paper proposes to present the methodology of bibliographic research in the field of theology, emphasizing the procedures for collecting, analyzing and disseminating data through a well-structured paper that is congruent with the norms established in the scientific environment.

KEYBOARDS

Love. Truth. Obedience.

1. INTRODUÇÃO

A importância das Cartas de João decorre da luz que lançam sobre o pensamento e a teologia do Novo Testamento, bem como as informações que fornecem sobre a organização da Igreja em seus primórdios. E são poucos os livros que mostram com maior clareza os perigos das heresias e das correntes de pensamento errôneas que se espalham dentro da própria Igreja e tendo esse pensamento em vista podemos afirmar que o processo de interpretação bíblica, segundo Bob Utley (2013), é um esforço racional e espiritual que visa à compreensão de uma passagem bíblica de tal forma que a mensagem de Deus possa ser conhecida e aplicada. O esforço é racional porque devemos ser consistentes e íntegros em relação ao texto para não deixarmos sermos influenciados por nossos preconceitos pessoais, políticos ou religiosos e espiritual por se render a Deus buscando conhecê-Lo e servi-Lo. Além disso, Utley ainda elenca quatro princípios a se seguir para a interpretação correta dos textos bíblicos, são eles: [1] Observar o cenário histórico em que o livro bíblico foi escrito e a ocasião histórica particular para seu autor; [2] identificação das unidades literárias; [3] Leitura da Bíblia em traduções diferentes a fim de compreensão mais ampla do campo semântico que as palavras ou frases bíblicas podem ter e; [4] Observação do gênero literário.

Seguindo esses princípios, iremos estudar a segunda carta de João com o objetivo de compreender na sua totalidade o que o apóstolo amado de Cristo nos revela, desde escrita no seu idioma original, grego koiné, até as diversas versões traduzidas para o português, além de entender o fundo histórico em que a carta foi escrita, para quem a carta foi destinada, às principais seções do livro e seus assuntos, bem como quais os estilos literários que podemos encontrar.

2. ANÁLISE HISTÓRICA DOS LIVROS

A compreensão que o apóstolo João apresenta sobre o pensamento humano e a teologia do Novo Testamento, bem como informações valiosas que elucidam a organização da Igreja primitiva, tornam as suas cartas extremamente importantes. Apesar de ser uma das menores cartas do Novo Testamento, a sua segunda carta é por demais rica na clareza dos perigos das heresias e das correntes de pensamento errôneos dos falsos mestres, que surgiam dentro da Igreja. Com isso mente, a segunda carta de João fornece uma orientação apostólica que não ocorre em nenhum outro escrito neotestamentário. Devido ao seu pequeno tamanho, menos de 300 palavras no texto original grego⁹⁵, alguns autores a preferem comentar como um resumo de seu conteúdo ou somente elucidar a ideia principal da carta.

2.1 AUTORIA E DATAÇÃO DA CARTA

O primeiro lugar a se procurar informações sobre a autoria, o local e o tempo em que determinado texto foi escrito é no próprio texto, porém tanto no

⁹⁵ MACARTHUR, 2007, p. 235; STOTT, 1982, p. 170.

Evangelho de João como nas três cartas com o nome do apóstolo não encontramos essa informação, então quem escreveu o evangelho e as cartas visto é o autor é anônimo? Além de um consenso quase unânime na história da igreja, existem evidências internas e externas que favorecem tanto a autoria do evangelho como as cartas ao apóstolo João. Antes de verificar as evidências que atribuiu a autoria ao apóstolo João, temos outra pergunta: Quem era João?

João, o discípulo mais novo dos doze, era irmão de Thiago que também era discípulo de Jesus, ambos eram filhos de Zebedeu com Salomé, irmã de Maria, mãe de Jesus. Tanto ele como seu pai eram pescadores. João era galileu, provavelmente nascido em Betsaid, às margens do mar da Galileia.⁹⁶ Inicialmente João era discípulo de João Batista, deixando-o para seguir Jesus (Mc. 1.16-20), tornando-se posteriormente um dos dozes escolhidos. João junto com Pedro e André pertenciam ao círculo mais íntimo de Jesus o acompanhando em diversas ocasiões como: Monte da Transfiguração (Lc. 9.28), Ressuscitamento da filha de Jairo em sua casa (Lc 8.51), e Jardim do Getsêmani (Mt 14.33). Dos três mais íntimos, João era o único que era chamado de discípulo amado e foi o único que encostou a cabeça no peito de Jesus (Jo 13.25). Embora João fosse conhecido como o apóstolo do amor, ele tinha uma personalidade impetuosa, tanto que Jesus o chamou junto com o seu irmão, Thiago, de filhos do trovão (Mc 3.17).

João foi também testemunha ocular dos acontecimentos da vida de Jesus, ele esteve presente tanto no julgamento, crucificação, ressurreição e ascensão de Cristo. No julgamento esteve presente devido ao seu parentesco com o sumo sacerdote (Jo 18.15-16); na crucificação Jesus o tornou responsável pela sua mãe Maria (Jo 19.26-27); na ressurreição ele foi um dos primeiro a ver o túmulo vazio (Jo 20.1-8) além de testemunhar Jesus ressurreto (Jo 20.19-28 e Jo 21.1-24); e na ascensão de Cristo aos céus esteve presente (At 1.9-11).

Em Gálatas capítulo 2 versículo 9 vemos outra característica de João. Ele era considerado uma das colunas da igreja primitiva. Por fim João passou seus últimos dias em Éfeso, capital da Ásia Menor, morrendo de morte natural por volta de 98 d.C, durante o reinado de Trajano (98-117 d.C.), diferentemente dos demais apóstolos que foram martirizados.⁹⁷

Como João passou seus últimos dias, foi lá que provavelmente ele escreveu suas três cartas. Quando a datação das cartas, encontramos divergências entre os estudiosos, como exemplo: No comentário da Bíblia Shedd encontramos a datação entre 85 e 100 d.C.; Já no comentário da Bíblia da Sociedade Bíblica do Brasil, ano 90 d.C.; Macarthur cita apenas “última parte do primeiro século”⁹⁸; e já para Hernandez fica entre 90 e 95 d. C.⁹⁹. Uma coisa fica clara, todos apontam a datação das cartas para o final do primeiro século.

Voltando ao ponto das evidências que atribuiu a autoria das cartas ao apóstolo João, temos como evidência externa os seguintes pontos: [1] O testemunho dos pais da igreja do século segundo ao quarto século: Policarpo, Papias, Clemente de Alexandria e Irineu do segundo século – Orígenes, Dionísio de Alexandria, Tertuliano e Cipriano de Cartago do terceiro século – Eusébio do quarto século; [2] Todas as

⁹⁶ LOPES, 2010, p. 13.

⁹⁷ LOPES, 2010, p. 14.

⁹⁸ MACARTHUR, 2007, p. 13.

⁹⁹ LOPES, 2010, p. 17.

cartas se acham nos manuscritos mais antigos; [3] A primeira carta encontra-se inclusa também nas mais antigas versões da igreja do Oriente e do Ocidente; [4] O Cânon Muratório atribui a João tanto o evangelho como também a primeira carta; [5] A brevidade destas duas pequenas Cartas é a melhor garantia de sua autenticidade. Ninguém se preocuparia em inventá-las ou atribuí-las a João porque são tão breves que cabem em uma folha de papiro de tamanho comum.

Como evidências internas podem citar: [1] A primeira carta tem semelhanças notáveis com o evangelho de João – paralelos verbais e escolha de palavras; [2] Temática do livro e das cartas: amor, luz, verdade, testemunho e filiação; [3] uso literário de contraste: vida e morte, luz e trevas, verdade e mentira, amor e ódio, o amor do Pai e do amor do mundo; filhos de Deus e filhos do Diabo, conhecer a Deus ou não conhece a Deus, ter a vida eterna e não ter a vida eterna; [4] estilo gramatical – “As considerações estilísticas em favor da unidade [de autoria] são, na verdade esmagadora”¹⁰⁰; [5] temas teológicos: Filho de Deus; a verdade de que Jesus Cristo é a fonte da vida eterna e é a vida eterna; que os crentes já foram filhos do diabo, parte do sistema do mundo mal, caminhando na escuridão, cegos espiritualmente e mortos; entre outros.

Para alguns historiadores João não é o mesmo autor das cartas e do evangelho, eles se baseiam em diferenças existentes entre eles, porém indos ao encontro a esse argumento têm a seguinte citação:

João escreveu o evangelho para incrédulos a fim de despertar-lhes a fé (20:30, 31), e a epístola para crentes, a fim de aprofundar a certeza deles (5:13). O seu desejo, quanto aos leitores do evangelho, era que pela fé recebessem vida; quanto aos leitores da epístola, que soubessem que já a possuíam. Conseqüentemente, o evangelho contém “sinais” para evocar a fé, e a epístola, provas para julgá-la. Ademais, no evangelho, os inimigos da verdade são judeus incrédulos, que duvidam, não da historicidade de Jesus (a quem eles podem ver e ouvir), mas de que é o Cristo, o Filho de Deus. Contudo, na epístola, os inimigos da verdade são cristãos professos (conquanto as provas dadas por João mostrem que a profissão que fizeram é uma mentira), e o problema deles diz respeito, não à divindade de Cristo, mas à Sua relação com o Jesus histórico. O tema da epístola é: “o Cristo é Jesus”; o tema do evangelho é: “Jesus é o Cristo”.¹⁰¹

2.2 PROPÓSITO DA CARTA

O que levou a João escrever a segunda carta? Qual o pano de fundo dela? Para responder a essas duas perguntas precisaremos compreender o fundo histórico da época em que a carta foi escrita. O estabelecimento e o fortalecimento do Império Romano tornaram as viagens mais fáceis e seguras do que nunca, isso se deve às

¹⁰⁰ MACARTHUR, 2007 apud TURNER, 1976, p. 8.

¹⁰¹ LOPES, 2010 apud STOTT, 1982, p. 15.

grandes estradas que os romanos construíram através de sua pax Romana, e uma língua usual entendida por todos. Esses dois pontos foram uns dos responsáveis pela rápida propagação do Evangelho no primeiro século. Nessa época as hospedarias tinham os seguintes problemas: [1] ficavam a uma curta distância dos prostíbulos; [2] a profissão de estalajadeiro era desonrosa e de caráter vergonhoso; [3] eram sujas e infestadas de pulgas e; [4] os estalajadeiros eram ladrões¹⁰².

Com esses problemas era então comum que os cristãos, em suas viagens de evangelistas, evitassem as hospedarias e fosse buscar hospedagem nas casas dos membros das igrejas locais, isso era até um costume da época. Contudo, essa hospitalidade estava exposta a trapaceiro que abusavam da boa vontade das pessoas, pois existiam os falsos mestres, que usavam desse costume para se passarem por cristãos e se aproveitava da casa e comida de graça que esperava obter, logo é contra este cenário de fundo que leva a João a escrever a sua segunda e terceira carta.

Isto posto, temos um duplo propósito que levou a João escrever a carta: O primeiro ponto é expor os erros doutrinários dos falsos que se infiltravam no meio da igreja para espalhar seus ensinamentos enganadoras. A doutrina combatida por João era o Gnosticismo (γνῶσις ["conhecimento"])¹⁰³. Foi um amálgama de vários sistemas pagãos, judeus e quase cristão de pensamento com influência da filosofia grega que tinha como pensamento central que a matéria era intrinsecamente má e espírito era bom e uma das principais linhas combatidas era o docetismo¹⁰⁴.

Augustus Nicodemus sobre o docetismo escreve:

A origem do docetismo tem sido atribuída a um “gnóstico cristão” chamado Valentino. Na tentativa de solucionar o problema das duas naturezas que conviviam na pessoa de Jesus Cristo, Valentino defendeu que ele não era realmente humano. Sendo um gnóstico, ele partia do princípio de que a matéria era má, segundo o dualismo grego vigente na época. A matéria, por definição, era pecado. Jesus, portanto, não podia ter um corpo humano real, como o restante da humanidade. Seu corpo era como o éter, como o vento. Parecia um corpo, mas não era real. Esse ensino foi chamado “docetismo”, do verbo grego dokeo, “aparentar, parecer”. Jesus parecia um homem, mas não o era em realidade. É esse tipo de ensinamento que João refuta na carta: “Porque muitos enganadores têm saído pelo mundo fora, os quais não confessam Jesus Cristo vindo em carne; assim é o enganador e o anticristo” (2 Jo 7).¹⁰⁵

O segundo ponto é fortalecer e encorajar, os verdadeiros crentes, dentro das doutrinas dos apóstolos que mostram que Jesus é o filho de Deus e que aqueles que creem em Seu nome têm vida eterna (doutrina); que através do sangue de Jesus eles serão purificados, e habitados pelo Espírito Santo e apartados

102 STOTT, 1982, p. 170 – 171.

103 MACARTHUR, 2007, p. 14.

104 LOPES, 2010, p. 21.

105 NICODEMUS, 2007, p. 18.

do mundo, devem aguardar a Sua vinda vivendo em santidade e pureza (moral); e que por serem amados por Deus devem demonstrar esse amor, amando os irmãos (social).¹⁰⁶

2.3 DESTINATÁRIO DA CARTA

O começo da Segunda Carta: "à senhora eleita e aos seus filhos", expõe o problema central do destinatário da carta. O grego é *ἐκλεκτῇ κορίῳ* tem três prováveis direcionamentos, segundo alguns estudiosos, são eles¹⁰⁷: Primeira hipótese é que *ἐκλεκτῇ* (eleita) é seja um nome próprio e *κορίῳ* (senhora) uma maneira carinhosa de dirigir-se a ela, quem acreditava nessa hipótese é Clemente de Alexandria¹⁰⁸. Porém Stott levanta um questionamento sobre essa hipótese que é que se acreditarmos que o nome da senhora era *ἐκλεκτῇ* então temos que crer que no versículo 13 essa senhora tinha uma irmã também com o mesmo nome. A segunda hipótese é que essa carta foi escrita por João para uma senhora e seus filhos, que eram seus conhecidos, sendo assim a carta seria estritamente de caráter pessoal. A terceira hipótese é a que mais aceita, é que a carta foi escrita de uma maneira figurada à igreja e seus membros. A favor dessa hipótese Augustus Nicodemos escreve os seguintes argumentos: [1] Ao final da carta (2 Jo 13), envia saudações dos "filhos da tua irmã eleita", trata-se de uma referência de uma probabilidade muito alta de se tratar de uma igreja local. [2] O conteúdo da carta, em destaque as advertências contra os falsos mestres, são mais apropriadas se direcionadas a uma igreja local e seus membros do que a uma pessoa específica e seus filhos. [3] O uso do termo *ἐκλεκτῇ* (eleita) usada para se dirigir a uma congregação local encontramos também encontramos também em 1 Pedro 5.13, "Aquele que está em Babilônia, igualmente eleita (*συνεκλεκτῇ*) [também traduzido como "co-eleita"] convosco, vos saúda, assim como Marcos, meu filho". [4] O uso de personificações femininas para denominar nações e cidades nas Escrituras como em "a filha de Sião" (cf. 2 Re 19.21; Sl 9.14; Mt 21.5; Jo 12.15) e "a noiva do Cordeiro" (cf. Ef 5.22-33; 2 Co 11.2; Ap 19.7). [5] O uso do plural a partir do versículo 5 quando dirige-se à "senhora eleita", nos mostra que João tinha em mente um público maior do que somente uma senhora e seus filhos, ou seja, ele tinha em mente dirigir-se uma comunidade local, para isso usa os verbos "ouvistes" e "andeis" no versículo 6; "acautelai-vos" no versículo 8; "não o recebais" no versículo 10 e por fim; [6] A ele escreve que "senhora eleita" era amada "por todos que conhecem a verdade" (2 Jo 1), uma afirmação que cabe melhor a uma igreja.

Corroborando com a hipótese que a carta foi dirigida a uma comunidade ou igreja ao invés de uma pessoa Hernandez cita John Stott:

106 LOPES, 2010, p. 23.

107 LOPES, 2008, p. 16.

108 STOTT, 1982, p. 170.

É mais provável que a frase senhora eleita signifique uma personificação e não uma pessoa – não da igreja em geral, mas de alguma igreja local sobre a qual a jurisdição do presbítero era reconhecida, sendo seus filhos (v. 1, 4, 13) os membros individuais da igreja.¹⁰⁹

O mesmo ainda faz outra citação:

A linguagem de João não é apropriada para uma pessoa real, quer em sua declaração de amor (v. 1,2), quer em sua exortação ao amor (v. 5). Dificilmente o presbítero poderia referir-se ao seu amor pessoal por uma senhora e seus filhos como um “[...] mandamento ... que tivemos desde o princípio” (v. 5). A situação focalizada não sugere um indivíduo mais do que o faz a linguagem, a não ser que imaginemos que ela era uma viúva com numerosos filhos, dos quais só alguns (v. 4) estavam seguindo a verdade, enquanto que os outros tinham caído no erro, embora não seja mencionado nenhum.¹¹⁰

Finalizando Hernandez¹¹¹ elenca ainda duas hipóteses, há que João estaria escrevendo para Maria, uma vez que a mesma foi assistida por ele desde a morte de Jesus e que João estava escrevendo para uma irmã que hospedava uma igreja em sua residência.

3. ESTRUTURA GERAL DA CARTA

Embora a segunda carta de João tenha apenas treze versículos à estrutura dela pode divergir, dependendo do historiador, entre três a quatro seções. Nesse artigo iremos seguir a linha de pensamento de John Stott que divide a carta em três seções; Introdução (v. 1-3), mensagem (v. 4-11) e Conclusão (v. 12-13), porém citaremos algumas divisões que existem.

Tanto John Macarthur como Augustus Nicodemus dividem a carta em quatro seções, ambos concordam nas limitações de cada seção, porém discordam nos títulos. Para Macarthur a carta se divide da seguinte maneira: Seção I - A base da hospitalidade cristã (v. 1-3); Seção II - A conduta da hospitalidade cristã (v. 4-6); Seção III - Os limites da hospitalidade cristã (v. 7-11) e; Seção IV - As bênçãos da hospitalidade cristã (v. 12-13). Já Nicodemus obedece aos mesmos limites, mas os temas diferentes são eles: Seção I - Destinatários e saudação; Seção II - Vivendo em verdade e amor; Seção III - Cuidado com os falsos ensinamentos e; Seção IV - Palavras finais e saudação. Hernandez Dias discordando com ambos supracitados, segue a linha de Stott dividindo a carta em três seções, mas títulos diferentes: Seção I - A igreja precisa conhecer a verdade (v. 1-3); Seção II - Andar na verdade (v. 4-6) e; Seção III - Permanecer na verdade (v. 7-13).

109 LOPES, 2010 apud STOTT, 1982, p. 231.

110 LOPES, 2010 apud STOTT, 1982, p. 231-232.

111 LOPES, 2010, p. 231.

Como complemento a pesquisa, segue as divisões existentes nas Bíblias mais conhecidas¹¹².

- O texto grego da United Bible Society, quarta edição revisada;
 - Saudação – v. 1-3;
 - Verdade e amor – v. 4-11;
 - Saudações finais – v. 12-13;
- A New King James Version;
 - Saudação à senhora eleita – v. 1-3;
 - Andar nos mandamentos de Cristo – v. 4-6;
 - Cuidado com o anticristo enganador – v. 7-11;
 - Cumprimento da despedida de João – v. 12-13;
- Today's English Version;
 - Introdução – v. 1-3;
 - Verdade e amor – v. 4-11;
 - Palavras finais – v. 12-13;
- New Jerusalem Bible;
 - Saudação – v. 1-3;
 - A lei do amor – v. 4-6;
 - Os inimigos de Cristo – v. 7-13;
- A Bíblia da Mulher – Editora Mundo Cristão;
 - Introdução: Saudação – v. 1-3;
 - Elogios – v. 4;
 - Mandamentos – v. 5-6;
 - O caráter do inimigo – v. 7;
 - Cautela – v. 8;
 - Dedicção à ação – v. 9-11;
 - Conclusão – v. 12-13;
- Bíblia Shedd – Editora Vida Nova;
 - O andar na verdade – v. 1-6;
 - Caminhos não bíblicos contrastados – v. 7-11;
 - Conclusão – v. 12-13.

3.1 INTRODUÇÃO / SAUDAÇÃO (V. 1-3)

O apóstolo João, em sua segunda carta, inicia com uma saudação em que declara amar seus leitores na verdade. O que nos chama a atenção nesses dois simples versículos são três pontos: O primeiro ponto é como ele se denomina, em algumas traduções é traduzido como o ancião e em outras como presbítero,

112 UTLEY, [2013?], p.322.

logo surge um questionamento, como está no original? O segundo ponto é o destinatário da carta, a senhora eleita e seus filhos, que já estão expostos no item 2.3 deste artigo. E por fim a palavra verdade repetida três vezes em apenas dois versículos.

De acordo com o costume das cartas gregas, o autor inicia apresentando-se, contudo João não o seu nome pessoal, mas sim o seu título, no original *πρεσβύτερος* (presbítero ou ancião em algumas traduções). Nos textos originais só encontramos três ocorrências dessa palavra, em 2 Jo 1.1; 3 Jo 1.1 e em Lc 15:25 (aqui com a tradução “mais velho”). Estudando a semântica das duas palavras podemos deduzir que ao traduzir por anciãos podemos associar aos oficiais que eram designados às congregações e quem tem autoridade para toda a Igreja se trocar por presbítero que originariamente significa um homem de idade, um ancião, não num sentido oficial, mas no literal do termo, logo procedemos corretamente que se traduzirmos *πρεσβύτερος* tanto por ancião como por presbítero estará correto, pois ambas as traduções remete a idade e autoridade que o escritor da carta tinha sobre a igreja. Sendo assim, podemos imaginar que João não se identificou, pois não tinha dúvida de que eles o identificariam imediatamente por esse título.

Em relação à palavra *ἀλήθεια* (“verdade”), ela se repete no texto por cinco vezes, duas no versículo 1 e apenas uma vez nos versículos 2, 3 e 4. Por que o apóstolo João escreve tanto a palavra verdade e o que era essa verdade? É sabido que estava existindo disseminação do falso ensinamento, e ao escrever essa carta João estava encorajando os membros da igreja para a qual escrevia a amar uns aos outros, e a avaliar todo ensinamento sobre Cristo pela tradição que eles já receberam e a rejeitar aqueles que falham nessa avaliação. E a verdade que João fala é Cristo (Jo 14.6), é a Palavra de Deus (Jo 17.17) e é o Espírito de Deus que habita e nós nos capacitando a conhecer a verdade (Jo 14.16-17; Jo 16.13). Hernandez¹¹³ destaca quatro pontos sobre a verdade, são eles: [1] A verdade deve ser conhecida por todos; [2] A verdade deve estar arraigada em nós; [3] A verdade deve permanecer em nós e; [4] A verdade deve ser vista em nós.

3.2 MENSAGEM (V. 4-11)

O propósito da carta mostrou-se agora e estar relacionado tanto com fatores internos da igreja como os fatores externos, neste caso o perigo doutrinário dos falsos mestres, contudo os dois assuntos estão interrelacionados.

Na primeira parte da mensagem (v. 4-6) depois de informar que havia se encontrado com membros da igreja que estavam agindo de acordo com a verdade do evangelho, prossegue exortando-os a obedecer ao mandamento do amor incondicional (*ἀγαπῶμεν* - “presente do subjuntivo ativo do verbo *ἀγαπάω*”). O amor que o apóstolo se refere não é simplesmente uma questão de sentimentos e sim uma ação de se fazer a vontade de Deus (cf. Jo 13:34; Jo 15:12,17; 1 Jo 4:7,8). Essa exortação é para proteger a igreja contra as heresias dos falsos mestres que negam que Jesus veio em carne (gnosticismo).

113 LOPES, 2010, p. 233-235.

Hernandes¹¹⁴ salienta que existe um precipício entre o que as pessoas professam e o que vivem, entre o que creem e o que vivem. Tendo isso ele destaca três pontos referentes à obediência: [1] Ela é fonte de alegria; [2] Ela é circunscrita ao mandamento divino e; [3] Ela é demonstrada pelo amor.

Já para Frank Thielman a passagem no versículo 6 não se refere ao “mandamento”, mas ao “amor”, e que segue o padrão A B B' A'¹¹⁵, isto é: [A] amor; [B] andar de acordo com os seus mandamentos; [B'] os mandamentos; [A'] andar em amor.

Na segunda parte da mensagem (v. 7-11), embora sejam apenas 5 versos mas trás um riquíssimo ensinamento sobre Cristo, pois tratará especificamente da chegada de falsos mestres, como a igreja deve ser cautelosa com eles, o que acontecerá à igreja se ela absorver essa falsa doutrina e responder-los para evitar que a igreja seja vítima de seu engano e das falsas doutrinas ensinada por eles e o comportamento da igreja diante deles. Assim sendo veremos cada um dos versículos detalhadamente.

No versículo 7 temos a seguinte passagem: “De fato, muitos enganadores têm saído pelo mundo, os quais não confessam que Jesus Cristo veio em corpo. Tal é o enganador e o anticristo.” (NVI, grifo nosso). Tal afirmação sobre os falsos mestres pode-se encontrar também em Mc 13:22-23. Destacam-se três palavras que precisam de uma análise mais detalhada, são elas: Enganador, corpo e anticristo. A palavra enganador, no original grego *πλάνος*, tem como definição de adjetivo: desviando, enganador, errante e; como substantivo: um enganador, um impostor. Fica claro que se trata dos falsos mestres que vagavam em busca hospedagem nas casas da membresia das igrejas locais onde uma vez hospedado ensinava a falsa doutrina, e essa falsa doutrina está contida exatamente na segunda palavra em destaque “corpo”, no original *σαρκί*, ela pode ser tratuzida por: carne, natureza humana, materialidade. Os gnósticos, mais precisamente o da linha teológica do docetismo, acreditavam que a matéria era má, era pecaminosa, assim sendo Jesus não podia ter um corpo humano real, seu corpo era como o fluido imaterial, uma fantasma que se parecia com um corpo humano, mas não era real. Essa era a falsa doutrina, que Cristo não veio em carne como um ser humano, que eles ensinavam. E por fim a palavra “anticristo” que nada mais é aquele que é opositor a Cristo. Stott escreve: “Aquele que nega a encarnação não é apenas “um enganador e um anticristo”, mas o enganador e o anticristo por excelência, o arquienganador.”¹¹⁶.

No versículo 8 João dá a primeira advertência, ele pede para que igreja tenha cautela: “Tenham cuidado, para que vocês não destruam o fruto do nosso trabalho, antes sejam recompensados plenamente”. (NVI). Igualmente semelhante ao versículo 7 também pode-se ver tal advertência em Mc 13-9. Este é o risco de perder o que já foi ganho. Os falsos mestres alegam nos oferecer algo que nós não temos quando, na realidade, tomam algo que já temos, eles vêm para desviar a atenção da igreja das verdades sobre Cristo. O apóstolo João quer que a igreja receba pleno galardão em vez de serem roubados pelo

114 *Ibid.*, p. 236-238.

115 THIELMAN, 2007, p. 669.

116 STOTT, 1982, p. 180.

seu serviço fiel. Dando continuidade a advertência temos no versículo 9: “Todo aquele que não permanece no ensino de Cristo, **mas vai além dele**, não tem Deus; quem permanece no ensino tem o Pai e também o Filho”. (NVI, grifo nosso). O texto em destaque deixa explícito que um dos pontos para reconhecer um falso mestre é que nos seus ensinamentos ultrapassarem a doutrina de Cristo, isto é, negarem a encarnação de Jesus, assim sendo eles devem ser examinados com base na sua permanência nos ensinamentos de Cristo. A palavra em grego para “vai além” é *προάγων* e significa: Ir adiante, ir em frente, ultrapassar, dependendo da tradução, logo aqueles que se afastam da doutrina de Cristo, ultrapassam essas doutrinas, e não permanecem nela não têm Deus, diferente daqueles que permanecem nela e têm tanto o Pai como o Filho. Os falsos mestres que iam à frente se declaravam progressistas, que pensavam à frente dos demais, que eram pessoas de mente aberta, aventureiros nesses novos pensamentos. O apóstolo João foi um dos pensadores mais ousados do Novo Testamento, porém ele insiste que, não importa o quanto a pessoa progrida, avance, ela deve permanecer nos ensinamentos de Jesus Cristo, ou perderá o relacionamento com Deus, pois Ele é a verdade absoluta. O apóstolo não está recriminando o progresso do pensamento e tão pouco a doutrina cristã deve ser estática à margem de todo progresso, o que ele quer dizer é: Que Jesus Cristo deve ser o centro de todos os pensamentos, e que quem se afasta de Jesus Cristo afasta da verdade.

Nos versículos 10 e 11 encontramos a segunda advertência do apóstolo João a igreja de Cristo, ele comunica que não deveriam nem mesmo receber em suas casas, caso os falsos mestres aparecessem, sob a pena de cumplicidade com eles de tão séria é consequência do erro deles. O não receber em casa trata-se de hospitalidade de hospedar os pregadores viajantes em suas casas. Mas não receber em casa e nem ao mesmo cumprimentar não seria ir de encontro ao iria de encontro ao versículo 5 onde o apóstolo exalta o mandamento de amar uns aos outros? Na verdade não, John Stott¹¹⁷ elucida três pontos importantes: [1] O apóstolo João está se referindo aos mestres das falsas doutrinas, os que estão na disseminação de falsos ensinamentos e não simplesmente aqueles que criam nela; [2] Ele está falando não somente de uma visita oficial e ao ato de dar-lhes boas-vindas oficiais, isto inclui tanto a hospitalidade particular quanto as boas-vindas à igreja reunida e por fim; [3] Os falsos mestres que João se refere é os que pregam a falsa doutrina que Cristo não veio em carne, isto é, a doutrina da encarnação, e não a todos e qualquer falso mestre. Hernandes Dias complementa:

O motivo de não oferecer hospitalidade aos que não trazem a doutrina de Cristo é que dar as boas-vindas a estes mestres do engano seria tornar-se coparticipantes com eles e cúmplices de suas obras más. A heresia não é apenas um erro, mas também uma obra iníqua. Pode enviar almas à ruínas eterna. Se não quisermos ser parceiros destes enganadores e cúmplices desta obra iníqua é preciso que não ofereçamos nenhum incentivo aos que realizam.¹¹⁸

117 STOTT, 1982, p. 183 - 184.

118 LOPES, 2010, p. 245-246.

3.2 CONCLUSÃO / SAUDAÇÕES FINAIS (V. 12-13)

Nos versículos 12 e 13, João finaliza sua carta, porém ele deixa escrito que havia ainda muitas coisas sobre o que ele precisava escrever e muito para ensinar, mas ele não queria fazer presencialmente, face a face e não escrevendo. Dois pontos chamam a atenção nessa conclusão da carta: [1] A semelhança com a da terceira carta de João que evidencia que as duas cartas foram escritas ao mesmo tempo e; [2] A tradução NVI traz a expressão "face a face", mas o texto grego diz literalmente "boca a boca" (*στόμα πρὸς στόμα*), uma expressão, em hebraico (*כּפּוֹ* - *Cukc*), usada no Antigo Testamento por Moisés em Números 12:8 e por Jeremias em Jeremias 32:4¹¹⁹.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a segunda carta do apóstolo João tenha sido escrita há quase dois mil anos, a sua mensagem continua contemporânea e mais atual que nunca. Os problemas que motivaram João a escrever a carta a jovem senhora, hoje em pleno século XXI acontece ainda mais do que imaginamos, usam-se dos púlpitos para pregar heresias das mais variadas possíveis, as quais podem ser diferentes, mas a essência de engano é a mesma. Outra coisa que fica evidente nesta carta é importância dos ensinamentos corretos de Jesus Cristo, que já eram conhecidos e firmemente difundidos no tempo em que a carta foi escrita como é nos dias de hoje, deixando claro o quanto a igreja fica vulnerável aos falsos ensinamentos quando não estiver firmada verdadeiramente na Palavra de Deus.

A Palavra de Deus tem que ser pura e inegociável, não podendo de maneira nenhuma ser contingenciada, Grudem define a pureza da igreja como: "o seu grau de isenção de doutrina e de conduta errôneas e o seu grau de conformidade com a vontade de Deus revelada à igreja."¹²⁰. Dito isso concluo com a seguinte explanação, a Igreja de Cristo nos dias de hoje deve permanecer firmemente fundamentada na Palavra de Deus. Não há lugar para uma pregação superficial, sem conteúdo, para cultos com base na emoção desprovida totalmente da verdade, baseando-se em falsos ensinamentos. Em Oséias 4:6 encontramos "Meu povo foi destruído por falta de conhecimento. Uma vez que vocês rejeitaram o conhecimento, eu também os rejeito como meus sacerdotes; uma vez que vocês ignoraram a lei do seu Deus, eu também ignorarei seus filhos.", fica claro que não há valor na ignorância, temos que aprender amar e guardando a verdade, e a verdade é uma só:

No princípio era aquele que é a Palavra. Ele estava com Deus, e era Deus. Ela estava com Deus no princípio. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele; sem ele, nada do que existe teria sido feito. [...] Aquele que é a Palavra tornou-se carne e viveu entre nós. Vimos a sua glória, glória como do Unigênito vindo do Pai, cheio de graça e de verdade. (Jo 1: 1-3, 14 NVI).

119 STOTT, 1982, p. 185.

120 GRUDEM, 2010, p. 733.

Só a igreja será capaz de cumprir a sua vocação de ser a "coluna e fundamento da verdade." (1 Tm. 3:15).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA DA MULHER: Antigo e Novo Testamento. Leitura, Devocional e Estudo. Tradução Sociedade Bíblica do Brasil. 2.ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2008.

BÍBLIA SHEDD: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira Almeida. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 1997.

CALVINO, João. **Epístolas gerais**: série comentários bíblicos. São Paulo: Fiel, 2015.

CARSON, D. A., MOO, Douglas J., MORRIS, Leon. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2010.

LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Hagnos, 2003.

LOPES, Augustus Nicodemus. **2 e 3 João e Judas**: série interpretando o Novo Testamento. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

LOPES, Hernandes Dias. **1, 2, 3 João**: como ter garantia da salvação. São Paulo: Hagnos, 2010.

MACARTHUR, John. **The MacArthur New Testament commentary series**, 1-3 John. Chicago: Moody, 2007. E-book

MARSHALL, I. Howard. **Teologia do Novo Testamento**: diversos testemunhos, um só Evangelho. São Paulo: Vida Nova, 2007.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. **Novo Testamento interlinear grego-português**. Edição Acadêmica. 2.ed. São Paulo: SBB, 2019.

STOTT, John R. W. **1, 2, e 3 João**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1982. THIELMAN, Frank. **Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.

UTLEY, Bob. **The Study Bible Commentary Series, New Testament – John**, and 1, 2 & 3 John, [2013?] versão em português. Disponível em: http://www.freebiblecommentary.org/portuguese_bible_study.htm. Download em 09/04/2022.

PRECEDENTES JUDICIAIS, DIREITO À SAÚDE E IMPREVISIBILIDADE NORMATIVA: ANÁLISE DA (IN) EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA DAS DECISÕES JUDICIAIS NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

*Edmilson Ewerton Ramos de Almeida¹²¹
Alinson Ribeiro Rodrigues¹²²*

¹²¹ Professor de Direito da Faculdade Internacional Cidade Viva. Especialista em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Email: edmilson.almeida@ficv.edu.br

¹²² Professor de Direito da Faculdade Internacional Cidade Viva. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. Email: alinson.rodriques@ficv.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto analisar a insegurança jurídica que a ausência de vinculação aos precedentes judiciais acarreta para os entes públicos responsáveis pela execução de políticas públicas de saúde, a preocupação do Poder Judiciário em garantir o direito à saúde na perspectiva jurídico-subjetiva olvidando da perspectiva jurídico-objetiva deste direito impacta na eficiência econômica e administrativa destes direitos. Da observação desse fenômeno, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: De que maneira a insegurança jurídica decorrente da ausência de vinculação dos precedentes judiciais tem impactado na eficiência das políticas públicas de saúde? A hipótese inicial destaca que A ausência de uma cultura jurídica e de sistema de processual que garanta força vinculante aos precedentes judiciais acarretam aumento de imprevisibilidade normativa, impactando de forma ineficiente o modo como os entes federativos subnacionais, Estados e Municípios fazem a gestão orçamentária das políticas públicas em saúde. O método empregado é o hipotético-dedutivo. Abordagem descritiva.

PALAVRAS-CHAVE:

Precedentes judiciais. Direito à saúde. Eficiência econômica.

ABSTRACT

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la inseguridad jurídica que la falta de conexión con jurisprudencia provoca en las entidades públicas encargadas de implementar las políticas públicas de salud, la preocupación del Poder Judicial en garantizar el derecho a la salud desde una perspectiva jurídico-subjetiva, olvidándose del objetivo La perspectiva jurídica de este derecho impacta la eficiencia económica y administrativa de estos derechos. A partir de la observación de este fenómeno se plantea el siguiente problema de investigación: ¿Cómo ha impactado la inseguridad jurídica derivada de la falta de precedentes judiciales vinculantes en la eficiencia de las políticas de salud pública? La hipótesis inicial destaca que la ausencia de una cultura jurídica y un sistema procesal que garantice fuerza vinculante a los precedentes judiciales conduce a un aumento de la imprevisibilidad normativa, impactando de manera ineficiente la forma en que las entidades federativas subnacionales, Estados y Municipios gestionan el manejo presupuestario de las políticas de salud pública. El método utilizado es hipotético-deductivo. Enfoque descriptivo.

KEYBOARDS

Precedentes judiciales. Derecho a la salud. Eficiencia económica.

1. INTRODUÇÃO

A consagração de um extenso rol de direitos sociais no âmbito da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou um marco na história constitucional brasileira na medida em que o Estado passou a assumir a obrigação de garantir via execução de políticas públicas os direitos fundamentais dos cidadãos.

Todavia, a expansão do rol de direitos sociais representou, também, uma expansão de gasto público e de intervenção do Poder Judiciário na gestão do orçamento público dos entes federativos subnacionais, Estados e Municípios, em especial na execução de políticas públicas de saúde.

Atrelado as restrições fiscais, o Brasil passa nas décadas por um processo de desindustrialização fator que impacta sobremodo na eficiência voltada a aquisição de insumos à saúde, cada vez mais dependente das cadeias produtivas de fornecimento internacional, cujos contratos são fixados em dólar.

Da observação desse fenômeno, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: De que maneira a insegurança jurídica decorrente da ausência de vinculação dos precedentes judiciais tem impactado na eficiência das políticas públicas de saúde?

Como proposta de resposta ao problema de pesquisa acima formulado, apresenta-se a seguinte hipótese: A ausência de uma cultura jurídica e de sistema de processual que garanta força vinculante aos precedentes judiciais acarretam aumento de imprevisibilidade normativa, impactando de forma ineficiente o modo como os entes federativos subnacionais, Estados e Municípios fazem a gestão orçamentária das políticas públicas em saúde.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar através de dados econômicos e dos precedentes judiciais os impactos que as decisões judiciais proferidas pelo Poder Judiciário brasileiro tem gerado para Estados e Municípios no âmbito da execução de políticas públicas de saúde.

Os objetivos específicos constituem em verificar os dados de eficiência administrativa e econômica das decisões judiciais que possuem como objeto fixar obrigação de fazer a Estados ou Municípios que atendam demandas de saúde de um indivíduo e a sua correlação com os impactos na execução de políticas públicas de saúde por parte destes entes públicos; estudar a cultura de precedentes judiciais no âmbito do sistema processual brasileiro.

No que se refere a metodologia adotada o presente trabalho adota abordagem descritiva, com a verificação de dados econômicos, de gestão pública e análise de precedentes judiciais a fim de constatar a insegurança jurídica do sistema processual brasileira diante da ausência de vinculação aos precedentes judiciais que por sua vez elevam a imprevisibilidade normativa, impactando a eficiência econômica e administrativa dos entes públicos responsáveis pela execução de políticas públicas de saúde. O método empregado é o hipotético-dedutivo.

Considerando os aspectos teórico e conceitual a pesquisa se utiliza da técnica de pesquisa bibliográfica. A vertente metodológica utilizada é uma abordagem qualitativa, na medida em que é analisada a doutrina e legislação pertinente ao tema.

2. DIREITO À SAÚDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E DECISÃO JUDICIAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DO CUSTEIO PÚBLICO DAS AÇÕES JUDICIAIS EM SAÚDE

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa um marco na consagração de direitos fundamentais, em especial os direitos sociais, de forma que além de estabelecer um rol de direitos sociais o texto constitucional estabelece ainda diretrizes de como as políticas públicas voltadas a concretização destes direitos devem ser executadas.

Neste sentido, o direito à saúde na qualidade de direito social recebe peculiar atenção do constituinte na medida em que além do estabelecimento do direito à saúde a CF/88 procurou estabelecer diretrizes a fim de que o legislador e o executivo possam adotar no momento de criarem ou executarem políticas públicas, neste sentido, o constituinte estabeleceu o Sistema Único de Saúde como instituição pública voltada a execução das políticas públicas de saúde.

Antes de adentrar especificamente no âmbito da análise da eficiência econômica e administrativa das políticas públicas de saúde executadas por Estados e Municípios, bem como, de que maneira estes entes públicos fazem a gestão do orçamento público a fim de atender decisões judiciais que determinam atendimento de demanda de saúde, importa destacar a natureza jurídica do direito à saúde enquanto direito social.

Os direitos sociais possuem natureza prestacional, impondo com isso ao Estado a adoção de medidas de natureza fática e normativa, assim, função prestacional do direito à saúde, pode ser caracterizada pela atuação do Estado na prestação de atividades específicas no plano fático capazes de garantir aos indivíduos o acesso a bens e serviços de saúde.

Resta evidenciado que o direito à saúde pode ser compreendido através de uma dupla perspectiva, a primeira jurídico-subjetiva na medida em que a constitucionalização do direito à saúde confere ao indivíduo a prerrogativa de exigir judicialmente o seu cumprimento em face de terceiros e a perspectiva de natureza jurídico-objetiva. Assim, uma vez constitucionalmente assegurado o direito à saúde irradia obrigações em face de todas as esferas de atuação dos Poderes Públicos, atraindo para este o dever de efetivar na maior medida possível este direito (PIVETTA, 2014).

A perspectiva jurídico-subjetiva revela o direito do indivíduo de pleitear a observância do seu direito à saúde judicialmente, de forma que este escape da discricionariedade do Poder Executivo e Legislativo, por outro lado, a perspectiva jurídico-objetiva, impõe a administração pública o dever de implementar políticas públicas de saúde capazes de concretizar os direitos dos indivíduos:

[...] a perspectiva objetiva dos direitos fundamentais constitui função axiologicamente vinculada, demonstrando que o exercício dos direitos subjetivos individuais está condicionado, de certa forma, ao seu conhecimento pela comunidade na qual se encontra inserido e da qual não pode ser dissociado, podendo falar-se, neste contexto, de uma responsabilidade comunitária dos indivíduos. Por tais razões, parece

correto afirmar que todos os direitos fundamentais (na sua perspectiva objetiva) são sempre, também, direitos transindividuais [...].

Outro desdobramento estreitamente ligado à perspectiva objetivo-valorativa dos direitos fundamentais diz com o que se poderia denominar de eficácia dirigente que estes (inclusive os que precipuamente exercem a função de direitos subjetivos) desencadeiam em relação aos órgãos estatais. Neste contexto é que se afirma conterem os direitos fundamentais uma ordem dirigida ao Estado no sentido de que a este incumbe a obrigação permanente de concretização e realização dos direitos fundamentais (SARLET, p. 145-146, 2012).

Neste sentido, o presente trabalho se dedica de forma mais específica à perspectiva jurídico-objetiva do direito à saúde, sendo certo que, de acordo com esta, a estruturação de instituições e marcos regulatórios eficientes, portanto, fazem parte do escopo do direito à saúde, cumprindo ao Estado brasileiro dispor de orçamento, marcos normativos, e estrutura produtiva suficiente para prestar atendimento de saúde de forma eficaz aos indivíduos que necessitam do sistema público de saúde.

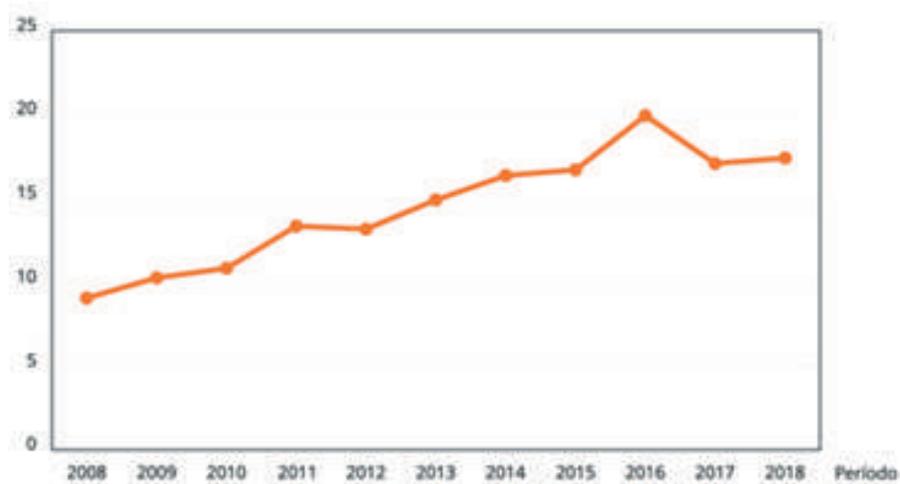
Neste sentido, a CF/88 estabeleceu as diretrizes do sistema único de saúde que posteriormente veio ser regulamentado através de lei específica, lei federal nº 8.080/90, se antes da Carta Constitucional de 1988 o sistema público de saúde se restringia a tratar especificamente de combate a epidemias, modelo institucional que ficou conhecido como “campanhista”, uma vez que as políticas públicas de saúde eram voltadas ao desenvolvimento de campanhas, seja de vacinação, tratamento contrato epidemia, dentre outras (BARROSO, 2008), após a CF/88 o Estado brasileiro inaugura o modelo de estado de bem-estar social, promovendo assim políticas públicas de saúde de forma contínua.

Dentre os arranjos institucionais estabelecidos a partir do advento da CF/88 destaque para o SUS – Sistema único de Saúde, responsável pela assistência integral e universal da saúde, cabendo ao Estado coordenar as políticas públicas de saúde, impondo o dever de proteção e a promoção do direito à saúde.

Todavia, se por um lado a CF/88 amplia de forma considerável a obrigação do Estado na prestação de direitos à saúde, por outro lado a década de noventa é marcada por um processo de acelerada desindustrialização do Brasil, fator que desencadeia um processo cada vez maior dependência do comércio internacional para a aquisição de insumos de saúde, fator que por si só é ineficiente do ponto de vista econômico e administrativo.

O gasto público promovido pelo Ministério da Saúde voltados a aquisição de medicamentos (gráfico 01) passava por um paulatino aumento, com exceção o período após aprovação da Emenda Constitucional nº 95, também chamada de “PEC do teto dos gastos públicos”.

Gráfico 01: Gastos do Ministério da Saúde com medicamentos.

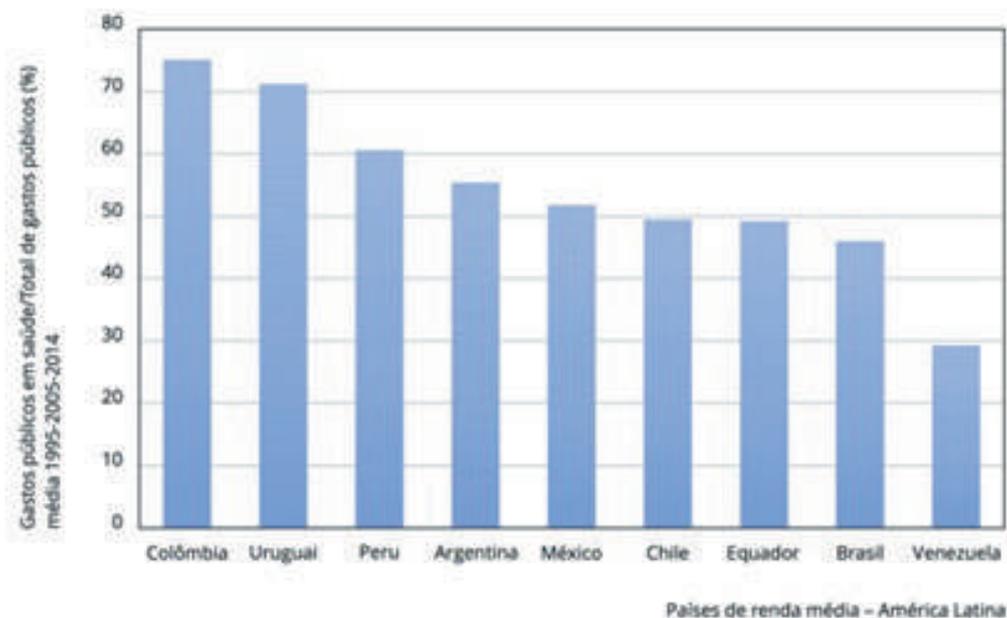


Fonte: FERNANDES; GADELHA; MALDONADO (2021, p.7).

O gráfico acima demonstra que a redução dos gastos públicos com a compra de medicamentos é consequência de uma limitação orçamentária fixada pela estrutura jurídica imposta pela Emenda Constitucional nº 95, evidenciando com isso um paradoxo, uma vez que, a redução do gasto não decorre do aumento de eficiência na gestão pública ou mesmo na redução do custo operacional da execução de política pública, mas sim de uma opção política que privilegia num curto espaço de tempo a “saúde” das contas públicas (fator importante para o desenvolvimento nacional, embora não seja o único) em detrimento de um investimento planejado e massivo em educação, inovação tecnológica e P&D, investimentos que poderiam levar a uma redução do gasto público com saúde no longo prazo sem prejudicar a continuidade das políticas públicas de saúde.

Cumprido ressaltar que muito embora os dados do Gráfico 01 apontem para um crescimento consistente do gasto público do Estado Brasileiro com saúde ao longo dos anos, quando comparado com os demais da América do Sul o Brasil é um dos países que possuem um dos menores gastos públicos no atendimento da demanda da saúde pública, neste sentido a média de gastos nos anos de 1995-2005-2014 constantes no gráfico abaixo:

Gráfico 02: Percentual médio dos gastos públicos em saúde/total de gastos públicos.



Fonte: FERNANDES, GADELHA, MALDONADO, (2021, p.6).

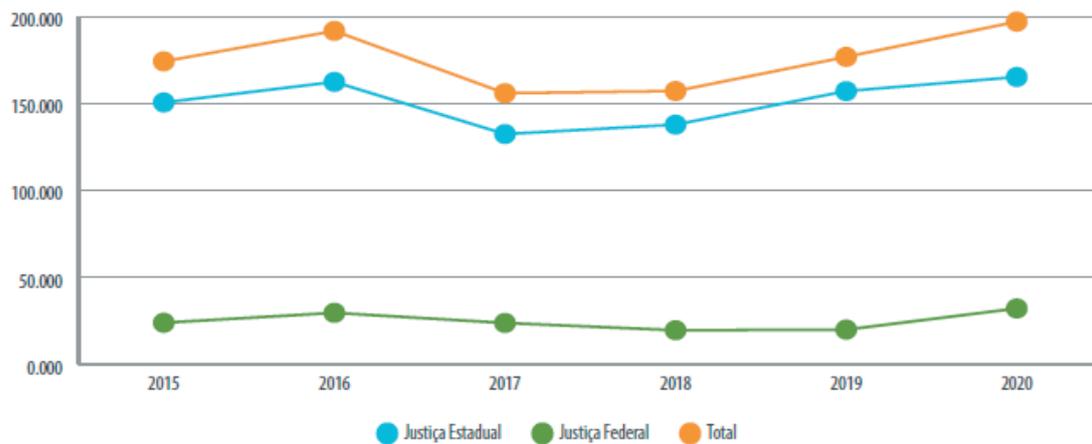
É possível traçar algumas hipóteses que explicam os dados acima, com destaque para o fato de que embora o sistema de saúde pública brasileiro tenha optado por um modelo que garanta universalidade e integralidade do atendimento, o país sofre nas últimas décadas com um processo de desindustrialização e consequente aumento da dependência internacional com a aquisição de insumos necessários para concretizar as políticas públicas de saúde, tornando com isso o gasto público ineficiente.

A dependência do comércio internacional para a aquisição de insumos necessários para a manutenção do sistema público de saúde, reverbera no alto custo para a manutenção das políticas públicas, o alto custo eleva o risco fiscal do país na medida em que pressiona os limites dos gastos públicos estabelecidos através da Lei de Responsabilidade Fiscal, consequentemente, impõe a aplicação da reserva do possível, resta ao indivíduo o direito de ação a pleitear o seu Direito perante o Poder Judiciário.

Estes aspectos econômicos são ainda mais preocupantes quando analisados à luz da atuação do Poder Judiciário brasileiro, uma vez que este ao longo dos últimos anos tem sofrido um aumento exponencial de ações judiciais cujo objeto está relacionado a garantia do direito à saúde.

Neste sentido, a título de exemplo, o gráfico abaixo elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresenta dados referentes ao ano de 2021 que demonstram o aumento do número de ações judiciais envolvendo o custeio por parte de entes públicos do fornecimento de medicamentos.

Gráfico 3: Ações judiciais envolvendo o fornecimento de medicamentos.



Fonte: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2021, p.79).

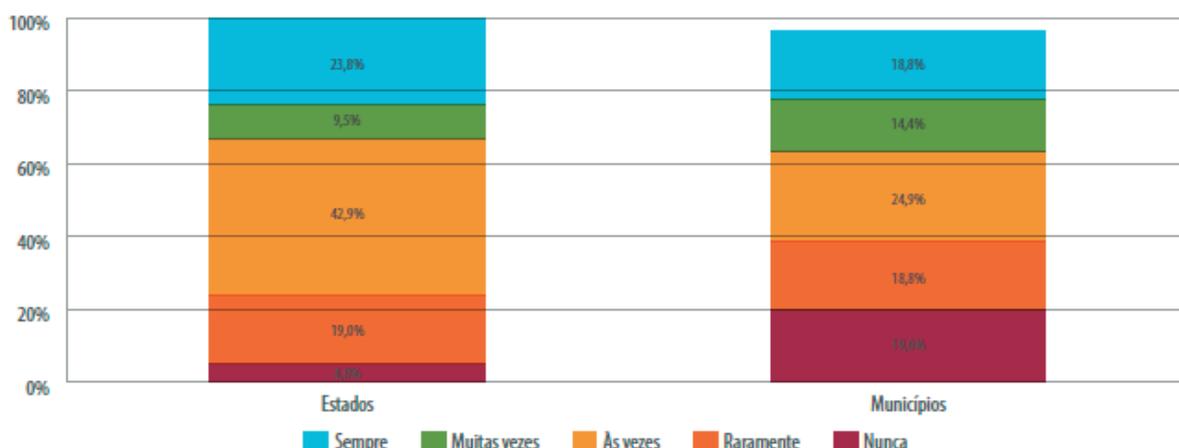
É cediço que o julgamento de demandas judiciais que tem como objeto a tutela do direito à saúde muitas vezes representa para a parte demandante risco de vida, de forma que a espera pelo trâmite de todas as fases do processo judicial constitui o preenchimento do requisito do perigo de dano em virtude de eventual espera pelo transcurso do processo, conseqüentemente, é comum às partes requererem pedidos de tutela de urgência a fim de antecipar os efeitos jurídicos de uma eventual decisão de mérito ao final do processo.

As decisões de tutela de urgência por sua vez, são proferidas, em regra, no âmbito de cognição sumária realizada pelo juiz competente para julgar a causa, portanto, antes mesmo da fase de instrução processual, são decisões precárias, tomadas como medida para salvaguardar a saúde e a vida do paciente.

Todavia, ainda que as decisões de tutela de urgência, comumente conhecidas como “liminares”, sejam tomadas de forma precária, uma vez que podem ser revistas a qualquer momento do processo pelo próprio juiz, elas impactam consideravelmente o orçamento público, sobretudo quando elas têm como objeto estabelecimento de obrigação por parte do Poder Público para custear tratamento de saúde através do fornecimento de medicamentos.

Assim, como forma de incentivar a maior eficiência do sistema de saúde pública, o CNJ questionou os gestores públicos estaduais e municipais a respeito da interlocução administrativa para fins de darem cumprimento a medidas judiciais proferidas no âmbito de decisões liminares, de forma que a pesquisa realizada pelo CNJ revela que em regra não há uma interlocução entre os entes administrativos, neste sentido o gráfico 03 destaca:

Gráfico 04: Interlocação administrativa sobre o cumprimento de liminares (%).

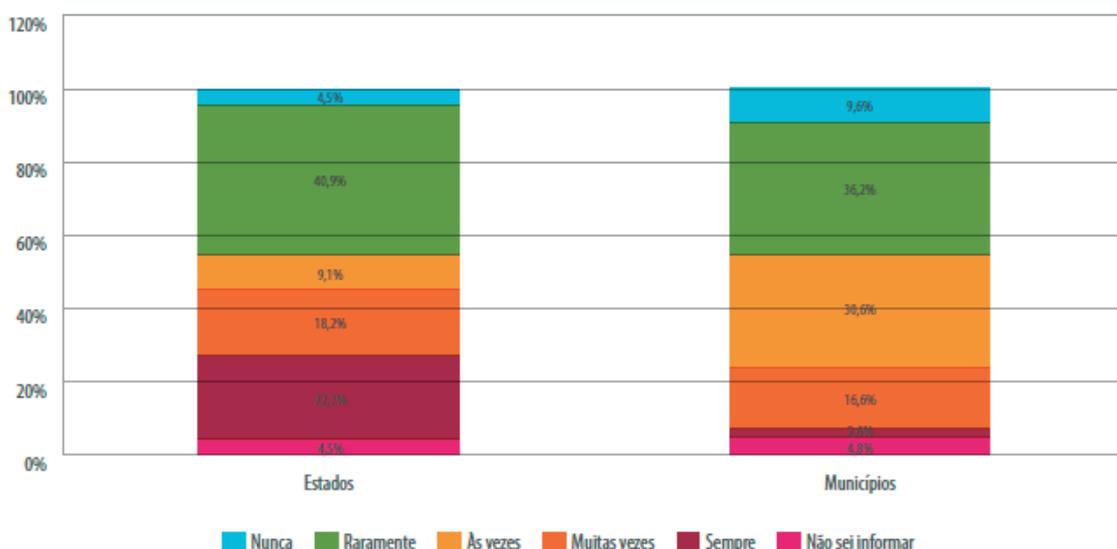


Fonte: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2021, p.78).

A ausência de uma cultura ou da adoção de instrumentos que fomentem a interlocação entre os setores da administração pública, impactam a eficiência administrativa.

Arelada a falta de interlocação administrativa e ausência de coordenação entre os poderes, o relatório apresenta ainda dados que apontam para o fato de que no processo decisório dos juízes ao analisarem processos que possuem como objeto demandas de saúde não observam as políticas públicas setoriais desenvolvidas pelos Estados e Municípios.

Gráfico 05: Frequência com que as decisões judiciais consideram as políticas públicas existentes.

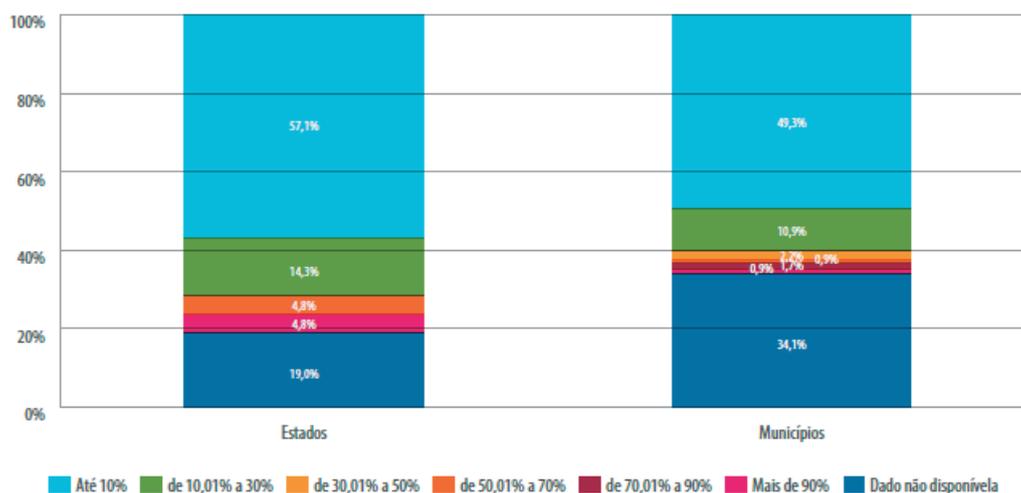


Fonte: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2021, p.99).

A não observância das políticas públicas executadas pelos entes federativos no momento da tomada de decisões é outro aspecto que impacta negativamente na

eficiência administrativa, na medida em que Estados e Municípios são obrigados a destacarem parte do orçamento público para atender especificamente demandas judiciais em saúde, neste sentido no gráfico 05 destaca:

Gráfico 06: Parte orçamentária estadual e municipal de 2019 destinada à resolução de demandas judicializadas.



Fonte: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2021, p.107).

O relatório destaca ainda a experiência de alguns municípios que possuem até 70% (setenta por cento) do orçamento público destinado para atender demanda judicial em saúde dos municípios: Porto Nacional (TO), Conselheiro Lafaiete (MG), Rio Claro (SP), Bom Despacho (MG), Arapoema (TO) e Uberlândia (MG). Além disso, 34% dos municípios relataram não terem controle do impacto orçamentário que as decisões judiciais representam para o orçamento público (CNJ, 2021).

Os dados acima revelam a ineficiência econômica da forma como os entes federativos, em especial Estados e Municípios, têm feito a gestão do orçamento público para cumprirem decisões judiciais.

Este capítulo se dedicou a análise econômica das políticas públicas em saúde e os impactos das decisões judiciais na execução desta política por parte dos Estados e Municípios.

No próximo capítulo será analisado a correlação entre a cultura de precedentes normativos do Poder Judiciário brasileiro e a insegurança jurídica, estes fatores são fundamentais para a compreensão de elementos que impactam negativamente na eficiência econômica quando a execução de políticas públicas de saúde.

3. DO DEVER DE ESTABILIDADE DECISÓRIA POR MEIO DA OBSERVÂNCIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS

A segurança jurídica é um princípio implícito na Constituição Federal, dedutível a partir de direitos e garantias, como a legalidade (art. 5º, II, CF); a preservação do

direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI); a isonomia (art. 5º, caput, CF); e o devido processo legal (art. 5º, LIV e LV, CF).

Segundo o Supremo Tribunal Federal - STF (RE 566.621), o princípio da segurança jurídica tem lastro no Estado de Direito, carecendo de instituições públicas que garantam tais direitos e garantias individuais (CALIENDO, 2022). Senão vejamos:

O princípio da segurança jurídica decorre implicitamente não só da sua concretização em direitos e garantias individuais expressamente contemplados no art. 5º da Constituição, como, entre vários outros, os incisos XXXV e XXXVI, mas também de outros dispositivos constitucionais e diretamente do sobreprincípio do Estado de Direito, estampado no art. 1º da Constituição, do qual se extraem, independentemente de norma expressa, garantias como a proteção da liberdade e contra a arbitrariedade, bem como de acesso ao Judiciário. (CALIENDO, 2022, p. 74).

Neste sentido, é manifesto em três facetas: (i) certeza no conhecimento das obrigações legais, das decisões judiciais e nos atos da administração pública; (ii) previsibilidade, com a vedação de surpresa ao contribuinte; e (iii) estabilidade das relações jurídicas, respeitando o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. É evidente que não se trata de um impedimento às mudanças ou evoluções, mas que todas elas devem ser feitas de forma cautelosa, sem a quebra de outros Direitos Fundamentais (CALIENDO, 2022, p. 76).

Esta perspectiva de que a segurança jurídica vem atender aos anseios básicos da alma humana também é trazida pelo professor Humberto Ávila, garantindo consideração e respeito aos homens como cidadãos. Segue transcrição importante de Ávila (2021):

A síntese das duas dimensões – estática e dinâmica – do princípio da segurança jurídica permitirá demonstrar que ele busca garantir, no seu conjunto, um estado ideal de respeitabilidade do ser humano, infenso ao engano, à frustração, à surpresa e à arbitrariedade. Respeitar a dignidade humana – na já repetida afirmação de Raz – envolve tratar os homens como pessoas capazes de planejar e de conceber o seu futuro. É exatamente porque o princípio da segurança jurídica serve de instrumento para garantir o respeito ao indivíduo – evitando o engano, a frustração e a surpresa relativamente ao Direito – que ele é associado à proibição de arbítrio na sua instituição e na sua aplicação. (ÁVILA, 2021, p. 312):

O renomado doutrinador J. J. Canotilho vai formular o conceito de “princípio da segurança jurídica” indicando a necessidade de previsibilidade dos atos e decisões nos termos da legislação já posta, a fim de gerar confiança, havendo segurança na orientação e realização do direito. Senão vejamos Canotilho (2003):

O indivíduo tem do direito poder confiar em que aos seus actos ou às decisões públicas incidentes sobre os seus direitos, posições ou relações jurídicas alicerçados em normas jurídicas vigente e válidas por esses actos jurídicos deixado pelas autoridades com base nessas normas se ligam os efeitos jurídicos previstos e prescritos no ordenamento jurídico. (CANOTILHO, 2003, p. 257)

Esta relação tem um tónus ainda mais importante no direito processual, pois trata-se de uma atividade pública, por meio da qual o Estado-juiz manifesta sua competência, decorrente da soberania nacional, dotado de características como “substitutividade”, capacidade do Estado de substituir a vontade das partes na resolução de um conflito; e “definitividade”, aptidão da decisão judicial de tornar-se imutável e obrigatória para as partes envolvidas.

Isto significa que há um enorme potencial danoso, caso esta função jurisdicional seja manifesta de forma equivocada - não à toa o “devido processo legal” está elencado no rol de garantias individuais (Art. 5º, LIV, CPC). Portanto, deve ser exigido e aplicado todo o esforço legal e da administração da justiça para dotar os atos decisório do juiz com, cada vez mais, ordem e previsibilidade.

Conforme ensina a doutrina consolidada, a uniformização de jurisprudência atende à segurança jurídica, à previsibilidade, à estabilidade, ao desestímulo à litigância excessiva, à confiança, à igualdade perante a jurisdição, à coerência, ao respeito à hierarquia, à imparcialidade, ao favorecimento de acordos, à economia processual (de processos e de despesas) e à maior eficiência (MEDINA, 2016, p. 1.241).

Por esta razão, o Código de Processo Civil materializou alguns instrumentos que viabilizam mais segurança jurídica, dentro os quais destacamos a instituição de “padrões decisórios”, evitando manifestações dispares sobre casos idênticos, que ferem a isonomia e a igualdade, ainda que justificadas sob a alcunha de “liberdade decisória” do juiz (CÂMARA, 2024, p.21-22).

A doutrina do Alexandre Freitas Câmara entende que “padrão decisório” (art. 966, §5º, do CPC) é gênero que compreende duas espécies, que atuam com função normativa: o precedente e o enunciado de súmula. Em virtude da delimitação da presente pesquisa, nos limitaremos a dar seguimento àquele, excluindo este, apesar da sua importância já consolidada.

Assim, precedente é “um pronunciamento judicial, proferido em um processo anterior, que é empregado como base da formação de outra decisão judicial, prolatada em processo posterior” (CÂMARA, 2024, p.21), de forma que uma decisão virá a ser um precedente se outra decisão posterior a empregar como *ratio decidendi*. Em outras palavras, trata-se da “norma aplicada pela corte, compreendida especialmente a partir da fundamentação, que se afigura indispensável para resolver o caso concreto” (AQUINO FILHO, 2024, p. 17).

No contexto do CPC/2015, tratam-se de decisões judiciais paradigmáticas que devem ser observadas pelas instâncias inferiores (art. 927, do CPC) e pelos próprios tribunais (art. 926, do CPC) na análise de casos semelhantes. Destarte, para Daniel Amorim (NEVES, 2021. p. 1394), isto significa que (i) uma decisão que não transcender o caso concreto nunca será um precedente; (ii) uma decisão que se fundamenta em um precedente também não o é; e (iii) as decisões que se

limitam a aplicar a letra da lei não tem potencial para serem precedentes.

Aqui, é oportuno esclarecer que o Brasil reconhece o precedente “vinculante” e o “não vinculante” (Enunciado n. 315, do Fórum Permanente de Processualistas Civis – FPPC). O primeiro é de aplicação obrigatória (art. 927, I a III, do CPC), não podendo o órgão judicial deixar de aplicá-lo, salvo casos fundamentados de *distinguishing* ou *overruling* (art. 489, §1º, V, do CPC). O segundo é meramente argumentativo, facultando ao julgador e intérprete a aplicação um entendimento diverso (art. 927, IV e V, do CPC).

Oportunamente, vale citar alguns dos principais precedentes vinculativos dos tribunais superiores, com fundamento no art. 927, III, do CPC, sobre o direito à saúde – “os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos”.

Quanto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), temos de indicar (i) a obrigação do poder público em fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos ou tratamentos cirúrgicos não disponíveis no SUS (Tema 106); a (ii) Não obrigatoriedade da operadora de plano de saúde a fornecer medicamento não registrado pela ANVISA (Tema 990); (iii) Chamamento da união ao processo nas demandas que envolvem a pretensão de fornecimento de medicamentos (Tema 686); (iv) possibilidade de imposição de multa diária a ente público, para compeli-lo a fornecer medicamento à pessoa desprovida de recursos financeiros (Tema 98); e (v) legitimidade do Ministério Público para pleitear, em demandas contendo beneficiários individualizados, tratamento ou medicamento necessário à saúde desses pacientes (Tema 766).

Quanto ao Supremo Tribunal Federal (STF), indicamos (i) a fixação de requisitos restritos para o fornecimento de medicamentos de alto custo, que não possuem registro na ANVISA (Tema 500); e (ii) a responsabilidade solidária dos entes federativos em prestar assistência à saúde (Tema 793); e (iii) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes (Tema 698); e (iv) Cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na ANVISA, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária (Tema 1161). Vale destacar que o Plenário do STF está em vias de julgar dois casos de repercussão geral sobre fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, com potencial de moldar o entendimento atual sobre o tema: o RE 566.471 (Tema 6) tratava-se do fornecimento de medicamento de alto custo, mas, logo depois abrangeu quaisquer remédios não incorporados; e o RE 1.366.243 (Tema 1.234) trata sobre a responsabilidade dos entes federativos em ações judiciais sobre o tema.

Nesta plêiade de diretrizes e personagens jurídicos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem se esforçado para publicar orientações e enunciados para o cumprimento adequado das decisões judiciais nas demandas de saúde pública, além de criar grupos de pesquisas e premiações de boas práticas. As Cortes Judiciais, por sua vez, têm procurado iniciativas inovadoras como os CEJUSC's voltados apenas à área de saúde, como o fez os Tribunais do Rio Grande do Sul e o de Goiás.

Apesar do alto valor simbólico destas iniciativas, elas não obrigam os órgãos do poder judiciário e, na verdade, há um esforço em preservar-lhes a autonomia e o livre convencimento, garantindo os direitos fundamentais e respeitando a institucionalidade do Sistema Único de Saúde (SUS). O objeto de estudo da presente pesquisa, no entanto, são os instrumentos jurídicos que detenham força vinculativa.

Neste sentido, é importante que o magistrado, ao deparar-se com qualquer lide que envolva o fornecimento de serviços ou bens relacionados à saúde, cujo fundamento jurídico central da decisão (*ratio decidendi*) já tenha sido enfrentado por jugado anterior, ele mantenha alinhamento com os precedentes - especialmente se forem dotados de força obrigatória, como um daqueles seis temas do STJ, compilados anteriormente. Isto proporcionará maior confiança dos jurisdicionados nas decisões judiciais, além de rapidez na prestação jurisdicional, atendendo ao espírito do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15).

Esta estrutura faz ainda mais sentido diante do Direito Fundamental à inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, inciso XXXV, da CF). Ele garante a todos os cidadãos o acesso à justiça, assegurando que nenhuma lesão ou ameaça a direito ficará sem apreciação pelo Poder Judiciário. Esse princípio é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, pois permite que qualquer pessoa, diante de um conflito de interesses ou violação de direitos, possa recorrer ao Judiciário para obter uma solução justa e imparcial. A inafastabilidade da jurisdição representa, assim, a garantia de que a justiça estará sempre acessível para proteger direitos fundamentais.

Portanto, a conexão entre a inafastabilidade da jurisdição e a importância dos precedentes é evidente. Ao garantir o acesso à justiça e a previsibilidade nas decisões, o sistema de precedentes fortalece o direito à tutela jurisdicional efetiva, permitindo que os cidadãos saibam antecipadamente quais são os entendimentos consolidados sobre determinadas matérias. Ora, se o Estado juiz precisa se manifestar sempre que acionado - no caso, sobre o direito à saúde - que o faça em um ambiente de maior segurança jurídica, onde o exercício do direito de ação é respaldado por uma jurisprudência estável e coerente, facilitando a solução dos litígios de forma eficiente e justa.

4. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos sociais possuem natureza prestacional, impondo com isso à Administração Pública o dever de implementar políticas de saúde capazes de concretizar os direitos dos indivíduos, garantindo-lhes o acesso a bens e serviços de saúde de forma eficaz. Isto exige do Estado a disposição de orçamento, marcos normativos, e estrutura produtiva suficiente, sendo evidente por meio dos serviços dispostos pelo SUS - Sistema Único de Saúde, a partir da CF/88.

Para tanto, com a desindustrialização do Brasil, aumentou, ao longo dos últimos 30 anos, a dependência do comércio internacional para a aquisição de insumos de saúde. Este cenário afeta diretamente o custo envolvido na consecução daqueles direitos, tornando o gasto público ineficiente e restando ao indivíduo exercer o direito de ação e pleitear o que entender cabível contra lesão ou ameaça

de lesão ao seu direito.

Ainda assim, verificamos falta de interlocução administrativa e ausência de coordenação entre os poderes, o que está particularmente demonstrado quando, no processo decisório, os juízes não analisam, nem observam as políticas públicas saúde setoriais desenvolvidas pelos Estados e Municípios. Todavia, a atuação dos órgãos jurisdicionais está limitada pelos precedentes decisórios, pois precisam se manifestar com segurança jurídica.

É que a atividade jurisdicional tem características como “substitutividade” e “definitividade”, de modo que há um enorme potencial danoso, caso seja manifesta de forma equivocada, sem o “devido processo legal” da uniformização do padrão decisório, conforme definido em lei federal. Assim, o precedente - especialmente o vinculado - é uma espécie eficaz para garantir a estabilidade das decisões, podendo ser desprezado apenas em situações excepcionais (*distinguishing* ou *overruling*).

Quanto ao direito à saúde, particularmente, o STJ vem construindo estes entendimentos consolidados e que servem de estabilidade, como no caso de fornecimento de medicamentos e tratamentos não incorporados pelo SUS; tratamentos e procedimentos de alto custo; e fornecimento de medicamentos registrados na Anvisa. O que se espera, portanto, é que, para além de boas práticas sugeridas pelo CNJ, eles se ateiem a esta jurisprudência, quando tiverem de julgar processos com os mesmos fundamentos.

Destarte, eis o contexto constitucional brasileiro: (i) previsão do direito à saúde como Direito Fundamental Social; (ii) má planejamento e execução das políticas públicas do setor; (iii) Direito Fundamental à inafastabilidade da jurisdição; e (iv) necessidade de segurança jurídica por meio da estabilidade das decisões judiciais.

Assim, afirmamos que diante dos argumentos, dados e fundamentos apresentados no trabalho, é evidente a ineficiência da atuação do Poder Judiciário quando este profere decisões sobre o direito à saúde sem considerar aspectos econômicos e orçamentários, o que pode ser mitigado se, pelo menos, se detiver a replicar a *ratio decidendi* dos precedentes sobre os temas que lhes sejam apresentados.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Humberto. Teoria da segurança jurídica. 6 ed. Malheiros: São Paulo, 2021.

BARROSO, Luís Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel (coord.). Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p.875-903.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Judicialização e saúde: ações para acesso à saúde pública de qualidade. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: CNJ, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Código de processo civil e normas correlatas. 16. ed. Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. Primeira Seção. Rel. Min. Benedito Gonçalves. Recurso Especial 1.657.156/RJ. Data do Julgamento 25/04/2018. Data da Publicação 04/05/2028.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção. Rel. Min. Moura Ribeiro. Recurso Especial 1.712.163/SP. Data do Julgamento 08/11/2018. Data da Publicação 26/11/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção. Rel. Min. Moura Ribeiro. REsp Recurso Especial 1.726.563/SP. Data do Julgamento 08/11/2018. Data da Publicação 03/12/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção. Rel. Min. Moura Ribeiro. Recurso Especial 1.203.244/SC. Data do Julgamento 08/11/2018. Data da Publicação 03/12/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção. Rel. Min. Benedito Gonçalves. Recurso Especial 1.474.665/RS. Data do Julgamento 26/04/2017. Data da Publicação 22/06/2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção. Rel. Min. Og Fenandes. Recurso Especial 1.682.836/SP. Data do Julgamento 25/04/2018. Data da Publicação 30/04/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção. Rel. Min. Benedito Gonçalves. Recurso Especial 1681690/SP. Data do Julgamento 25/04/2018. Data da Publicação 03/05/2018

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Rel. Min. Marco Aurélio. Recurso Especial 657718. Data do Julgamento 22/05/2019. Data da Publicação 09/11/2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Rel. Min. Luiz Fux. Recurso Especial 855178. Data do Julgamento 23/05/2019. Data da Publicação 16/04/2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Rel. Min. Roberto Barroso. Recurso Especial 684612. Data do Julgamento 03/07/2023. Data da Publicação 07/08/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Rel. Min. Marco Aurélio. Recurso Especial

1165959. Data do Julgamento 21/06/2021. Data da Publicação 07/07/2021.

CALIENDO, Paulo. Curso de direito tributário. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2022

CANOTILHO, J. J. Direito constitucional e teoria da constituição. 7 ed. Almedina: Coimbra, 2003.

FERNANDES, Daniela Rangel A.; GADELHA, Carlos Augusto Grabois; MALDONADO, Jose Manuel Santos de Varge. Vulnerabilidades das indústrias nacionais de medicamentos e produtos biotecnológicos no contexto da pandemia de COVID-19. Scielo. Cad. Saúde Pública, v. 37, n. 4, 2021 <https://doi.org/10.1590/0102-311X00254720> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/yfmvMNsYkbf5PSrvpq5Bg/#> Data do acesso: 15 set. 2021.

MACEDO, Lucas Buril. Precedentes judiciais e o direito processual civil. 5 ed. Salvador: JusPodivm, 2024.

PIVETTA, Saulo Lindorfer. Direito fundamental à saúde: Regime jurídico, Políticas Públicas e controle judicial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2012.



A VISÃO TÉCNICA DE JESUS
CRUCIFICADO NAS SALAS DE
AUDIÊNCIA

*THE TECHNICAL VISION OF JESUS
CRUCIFIED IN COURTROOMS*

*Maria Clara da Nóbrega Coura*¹²³

RESUMO

Jesus ter sido crucificado sem um devido processo legal não foi apenas um erro judicial; sua morte e sua pena capital foram totalmente infundadas e prosseguidas por pressão social, características que naquela época e atualmente não são e nem devem estar presentes em um julgamento judicial. Sua história deve ser lembrada hodiernamente, e por isso a memória dele na cruz deve ser preservada nas salas de audiências, com o intuito de alertar o julgador de em nenhum momento se deixar levar por motivos que não estão presentes ou não influenciem no caso, respeitando o mérito do processo e a laicidade do Estado, que, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), essa atitude não a fere. Este artigo mostra como foi a vida do profeta, sua importância na sociedade antiga e atual e sua morte penosa e injusta, por meio de artigos e livros, a fim de trazer lembrança e aprendizado aos sistemas jurídicos, para então respeitarem suas fontes e bases e, principalmente, aos direitos humanos, naquela época mal estabelecidos. Portanto, trata-se de uma história que transcende a religião e serve como uma lição universal sobre a importância de um sistema judiciário justo e imparcial. Preservar a memória é vital para garantir que erros semelhantes não se repitam e que os direitos humanos sejam sempre protegidos e respeitados.

PALAVRAS-CHAVE:

Erro. Judiciário. Direitos.

ABSTRACT

The crucifixion of Jesus without due legal process was not merely a judicial error; his death and capital punishment were entirely unfounded and driven by social pressure, characteristics that were unacceptable then and are not to be present in judicial proceedings today. His story should be remembered in contemporary times, hence his memory on the cross should be preserved in courtrooms, to remind judges not to be swayed by motives unrelated to the case, respecting the merit of the process and the secular nature of the State, which according to the National Council of Justice (CNJ), does not violate. This article explores the life of the prophet, his significance in ancient and modern societies, and his unjust and painful death through articles and books, aiming to bring remembrance and learning to legal systems to respect their sources and foundations, especially human rights, which were poorly established at that time. Therefore, it is a story that transcends religion and serves as a universal lesson on the importance of a fair and impartial judicial system. Preserving this memory is crucial to prevent similar errors from recurring and to ensure that human rights are always protected and respected.

KEYWORDS

Mistake. Judiciary. Rights.

1. INTRODUÇÃO

Jesus, também conhecido como Emanuel, Profeta e os outros inúmeros nomes, nasceu em Belém, uma província romana na Palestina, aproximadamente entre os anos 6 a.C e 4 a.C. Segundo Dilva Frazão, biblioteconomista e professora, a diferença entre o nascimento "real" de Jesus e o "ano zero" do calendário cristão se deve a um erro de datação, quando a Igreja através do monge Dionísio Exíguo, encarregado pelo papa, resolveu reformular o calendário, no século VI. Ademais, seu nascimento teria sido revelado a sua mãe Maria, uma mulher nazarena, que estava prometida a José, um carpinteiro também nazareno, por meio de um anjo chamado Gabriel, segundo a Bíblia Cristã.

Consoante Frazão, conforme o Evangelho de Lucas, Jesus nasceu em Belém porque na época, o imperador Augusto obrigou seus súditos a se registrarem no primeiro censo do império, dessa forma todos deveriam retornar à cidade de origem para se alistar. Como a família de José era de Belém, ele voltou para sua cidade, levando Maria já grávida. O profeta nasceu em meio a animais em uma manjedoura na mesma cidade, devido a festa de solstício de inverno, a noite mais longa do ano, onde todos festejavam e conseqüentemente hotéis e pousadas estavam lotados.

Ademais, sua infância e juventude encontra-se nos relatos de Lucas e Mateus, nesse mesmo livro, e apesar de ter nascido palestino, sua família fugiu para o Egito, em função da perseguição de Herodes, quando ocorreu o Massacre dos Inocentes. Outrossim, Jesus foi levado para o Egito e logo após para Nazaré, onde narra o Evangelho que aos 12 anos ele viajou com seus pais para Jerusalém, para celebrar a Páscoa Judaica. Ao voltarem, os pais de Jesus não o tinham encontrado, então procuraram três dias antes de voltarem ao templo de Jerusalém onde ele estava, discutindo com os sacerdotes. "Todos que ouviam se admiravam com sua inteligência" (Lucas 2:46-47)

Entretanto, apesar dos infortúnios e dificuldades de seu nascimento, o homem santo cresceu e virou uma das maiores lideranças mundiais já conhecidas, conhecido por sua profunda empatia e compaixão, conquistou diversas pessoas dos mais variados povos, esses muitas vezes viajavam e vinham de longe para vê-lo e senti-lo.

Logo, entende-se que sua obra missionária foi iniciada após seu batismo, anos após de seu pai ter falecido, batismo esse realizado por um famoso pregador na Palestina, João Batista, filho de Isabel – parenta de Maria, sua mãe. Esse sacramento era entedido simbolicamente como um momento de remissão dos pecados que acontecia geralmente no rio Jordão, formador do mar da Galiléia e que delimita boa parte da fronteira entre Israel e Jordânia e deságua no Mar Morto.

Seu ministério começou somente quando o profeta tinha 30 anos, já que segundo a lei judaica só poderia pregar a partir dessa idade. Esse percorreu todo o território palestino com um itinerário fixo, de Cafarnaum até Jerusalém, onde foi crucificado.

Destarte, seus ensinamentos, no entanto, foram incompreendidos pela elite do tempo que setenciou sua morte. Este ao enfrentar as autoridades, passou a sofrer perseguições e pouco tempo depois foi julgado em júri público, em que

a maioria clamou por sua morte, e após aproximadamente três horas na cruz, faleceu.

Sua influência na coletividade teve diversas bifurcações como: tratados internacionais, arte e cultura, calendário, ensinamentos entre outros. Conforme Flávio Josefo, historiador judeu, "Por esse tempo apareceu Jesus, um homem sábio, se é que se pode chamá-lo de homem. Ele realizou feitos surpreendentes, foi mestre de homens que recebem a verdade com prazer e atraiu para si muitos judeus e gregos." (Antiguidades Judaicas, Livro 18, Capítulo 3).

2. A CRUCIFICAÇÃO

Essa tortura foi criada pelo império assírio, depois conhecido como neoassírio, cuja civilização prosperou em diversos aspectos principalmente tecnológicos e cruéis. Nos palácios assírios, haviam decorações com relevos de desenhos que representavam batalhas e formas como os prisioneiros eram executados com a técnica de empalação (espetar o ânus com uma estaca) semelhante à crucificação, segundo o site BBC News Brasil. "Combinar a pena de morte com o escárnio do condenado e uma morte cruel era frequente e uma das técnicas era deixá-lo pendurado em um pedaço de madeira para que morresse de asfixia e cansaço", disse Diego Pérez, professor da Faculdade de Teologia da Universidade de Navarra.

Dentre tantas modificações, atendo-me a uma: o desaparecimento dos suplícios. Hoje existe a tendência a desconsiderá-lo; talvez, em seu tempo, tal desaparecimento tenha sido visto com muita superficialidade ou com exagerada ênfase como "humanização" que autorizava a não analisá-lo. De qualquer forma, qual é sua importância, comparando-o às grandes transformações institucionais, com códigos explícitos e gerais, com regras unificadas de procedimento; o júri adotado quase em toda parte, a definição do caráter essencialmente corretivo da pena, e essa tendência que se vem acentuando sempre mais desde o século XIX a modular os castigos segundo os indivíduos culpados? Punições menos diretamente físicas, uma certa discrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação, merecerá tudo isso acaso um tratamento à parte, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade? No entanto, um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal. (FOUCAULT, 2019, p.13, grifo nosso).

No século quarto antes de Cristo, Alexandre Magno levou a forma de punição para os países do Mediterrâneo oriental, seus sucessores introduziram o castigo no Egito e na Síria entre outras, e durante as Guerras Púnicas, os romanos aprenderam a técnica e a aperfeiçoaram por 500 anos. Entretanto, segundo Pérez, há uma probabilidade de ter existido crucificações antes do domínio dos romanos na Terra Santa, informação que surgiu graças ao historiador judeu Flávio Josefo, nascido em Jerusalém no século um. "Enquanto ele estava celebrando com suas concubinas, ordenou a crucificação de cerca de oitocentos judeus e a morte de

seus filhos e esposas diante dos olhos dos infelizes que ainda estavam vivos", escreveu esse sobre eventos do ano 88 a.C.

No entanto, na maioria dos casos, eles usavam a familiar cruz latina (*crux immissa*) ou a cruz em "t" (*crux commissa*). Essas cruzes podiam ser altas (*crux sublimis*), mas as baixas (*crux humilis*) eram mais comuns, e consistiam em um poste vertical (*stipes*) e uma barra transversal (*patibulum*)¹²⁴

Ademais, os pregos podiam medir até 18 cm de comprimento e 1cm de espessura. Os relatos da crucificação se encontra com detalhes nos quatro Evangelhos e contribui para o início do cristianismo. Além de ser uma forma de execução, a crucificação tinha um propósito político e moral. Era uma advertência pública contra o crime e uma demonstração de poder e controle do estado sobre seus súditos.

Quando o condenado estava preso à trave horizontal, era levantado e fixado na estaca vertical que já estava cravada no chão. Os pés podiam ser amarrados ou pregados no poste vertical, um de cada lado ou os dois ao mesmo tempo, um em cima do outro. Nesse caso, explicam os autores, um único prego era cravado nos metatarsos de ambos os pés, enquanto os joelhos estavam flexionados.¹²⁵

Historicamente, a abolição gradual da crucificação, em 337 d.C, como forma de execução coincidiu com a ascensão do cristianismo no Império Romano. Com a conversão do imperador Constantino a referida religião e a subsequente adoção como religião oficial do império, a prática da crucificação foi gradualmente substituída por formas de execução menos visíveis e menos desumanas.

Dada a grande variedade de formas em que a crucificação pode ser realizada, o método de crucificação dependia em grande parte dos carrascos e das circunstâncias. No mundo antigo, a crucificação era vista como a pior e mais baixa punição que poderia ser imposta a um cidadão não romano. As crucificações geralmente eram reservadas para criminosos e revolucionários políticos. Essa forma de tortura se tornaria sinônima com o Império Romano e, em última análise, com a fundação do Cristianismo e seus ramos subsequentes. Embora seja um tema de investigação acadêmica, os relatos dos Evangelhos ainda são utilizados para fornecer informações históricas e arqueológicas consistentes sobre a cultura e a história do mundo antigo. Os Evangelhos, portanto, podem fornecer importantes fontes históricas sobre a crucificação de Jesus, bem como sobre a prática de execução romana.¹²⁶

Em suma, o impacto da crucificação de Jesus na história do cristianismo é profundo e duradouro, moldando não apenas a espiritualidade e as teologias cristãs, mas também influenciando a arte, a cultura e a ética ocidentais ao longo dos séculos.

Para aqueles que acreditam no Filho de Deus e Rei dos Judeus como testemunha da verdade absoluta, esse plebiscito é certamente uma séria argumentação contra a democracia. Nós, cientistas da política, devemos aceitar

¹²⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd12j417nddo> Acesso em: 13 Dez 2023

¹²⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd12j417nddo> Acesso em: 12 Dez 2023

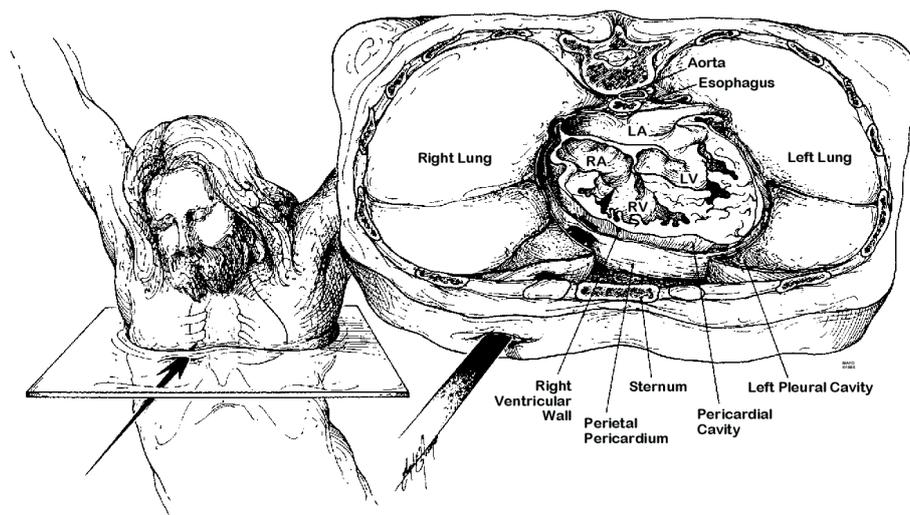
¹²⁶ Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8545147/> Acesso em: 23 de julho de 2024

essa argumentação, mas apenas sob uma condição: de estarmos tão certos da nossa verdade política a ponto de podê-la impor, se for necessário, com lágrimas e sangue; de estarmos tão certos da nossa verdade quanto o Filho de Deus estava certo da própria. (ZAGREBELSKY, 2012, p.33)

1.1. A CRUCIFICAÇÃO NA MEDICINA LEGAL

A crucificação é um tipo de sufocação indireta posicional que consiste em uma forma de asfixia mecânica ocasionada pela fadiga dos músculos da respiração, o que leva ao impedimento dos movimentos respiratórios, conseqüentemente apneia, cianose e morte, conceito segundo a médica legista Pluvia Cristalina.

Essa é uma forma de execução que induz à morte por asfixia. Quando uma pessoa está suspensa em uma cruz, sua posição inclinada para frente e a incapacidade de suportar seu próprio peso causam um aumento progressivo da dificuldade respiratória. Isso ocorre devido à incapacidade dos músculos intercostais (responsáveis pela respiração) de manter a expansão torácica necessária para a respiração adequada.



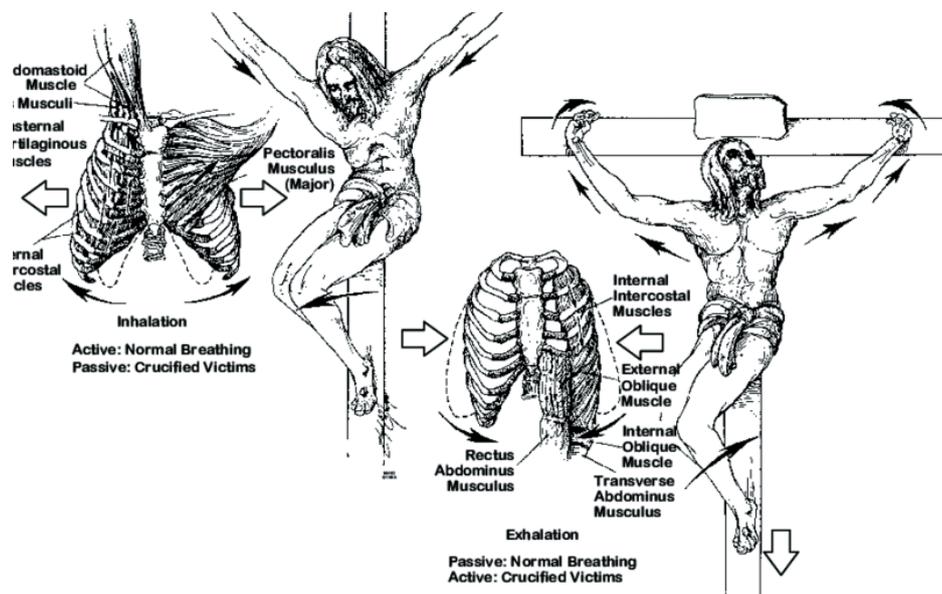
A causa imediata da morte depois da autópsia foresense ¹²⁷ – encaminhada para determinar a causa da morte e as circunstâncias da mesma – é de hipoxia-anoxia (hipoxia é diminuição da concentração de oxigênio no sangue, e anoxia é ausência total de oxigênio na mesma) cerebral conseqüência de hipovolemia (diminuição do volume de sangue) pós-hemorrágica, gerada pela insuficiência respiratória mecânica (incapacidade para respirar adequadamente por falta de mobilidade) por graves lesões em músculos intercostais, e por insuficiência cardíaca, segundo o doutor José Antonio Acosta, especialista em Medicina Legal e Forense.

A vida tem um trípode vital (já descrito por Bichat) que faz com que a mesma exista pelo funcionamento coordenado das funções cardíaca, respiratória

127 Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/On-the-physical-death-of-Jesus-Christ.-Edwards-Gabel/514fde75cfd5295c06796f78458c86efe09a75e8> Acesso em: 12 Dez 2023

e nervosa; o motivo pelo qual cessa ao menos uma destas três funções e acaba a vida é a causa imediata da morte.¹²⁸

As lesões no tórax causaram uma irritação nas membranas que rodeiam os pulmões/pleuras ocasionando um acúmulo de líquido, as lesões nos pregos das mãos e nos pés não são, a princípio, relacionadas com a causa da morte, mas causaram uma possível influência para a produção de uma avantajada hemorragia. Suas lesões produzidas pela coroa de espinhos não afetaram os órgãos vitais, já que não penetraram no cérebro. Contudo, a posição na cruz, chamada também de ortostática, torna difícil a chegada de oxigênio no cérebro que é o único órgão deficiente, visto que as partes inferiores recebem normalmente mesmo após todas as lesões, devido a gravidade.¹²⁹



Logo do ponto de vista ético e jurídico, a crucificação é considerada uma forma de tortura e execução desumana. Sua abolição reflete uma evolução nas concepções de direitos humanos e dignidade, promovendo o respeito à integridade física e à vida humana.

The difficulty surrounding exhalation leads to a slow form of suffocation. Carbon dioxide builds up in the blood, resulting in a high level of carbonic acid in the blood. The body responds instinctively, triggering the desire to breathe. At the same time, the heart beats faster to circulate available oxygen. The decreased oxygen (due to the difficulty in exhaling) causes damage to the tissues and the capillaries begin leaking watery fluid from the blood into the tissues. This results in a build-up of fluid around the heart (pericardial effusion) and lungs (pleural effusion). The collapsing lungs, failing heart, dehydration, and the inability to get sufficient oxygen to the tissues essentially suffocate the victim.⁵ The decreased

¹²⁸ Disponível em: <https://www.acidigital.com/fiestas/semanasanta/forense.htm> Acesso em: 24 Dez 2023

¹²⁹ Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Respirations-during-crucifixion-Left-Inhalation-With-elbows-extended-and-shoulders_fig3_19648788 Acesso em: 24 Dez 2023

oxygen also damages the heart itself (myocardial infarction) which leads to cardiac arrest. In severe cases of cardiac stress, the heart can even burst, a process known as cardiac rupture.⁶ Jesus most likely died of a heart attack.¹³⁰

1.2. O SUPLÍCIO DA CRUZ E A DEMOCRACIA

A Ciência Política é um dos ramos de humanas que estuda sobre estudo dos acontecimentos, das instituições e das ideias políticas, em sentido teórico (doutrina) e em sentido prático (arte), referido ao passado, ao presente e às possibilidades futuras, conforme Paulo Bonavides, jurista e cientista brasileiro. Cujas função desse ramo é a que mediante um processo de compreensão interdisciplinar, possibilitará interpretar a complexidade que envolve o Estado, o poder, a política, a democracia e o direito (e suas consequências para a Sociedade), segundo Lênio Streck.

Outrossim, um dos assuntos que se trabalha nesse ramo é a Democracia, sendo um regime político cuja soberania (poder não condicionado) é exercida pelo povo. A poliarquia, outro nome para essa, vêm sendo estudada desde os primórdios desde Platão e Aristóteles até os cientistas atuais. Entretanto, mesmo com tal aperfeiçoamento didático, esse regime político - não pode ser considerado somente enquanto “organização técnica do governo”, dado que corresponde sempre a certa ideologia, a uma doutrina do poder”. – segundo Paulo Roberto Neves Costa¹³¹, têm sido acompanhado de um enfraquecimento junto com sua extensão.

Tanto o dogmático quanto o cético podem ser amigos da democracia, mas somente como falsos amigos. O dogmático pode aceitar a democracia somente se e até quando serve como força, uma força para impor a verdade. O cético, por sua vez, não acreditando em nada, pode aceitá-la ou rejeitá-la. Se for realmente cético, não encontrará nenhuma razão para preferir a democracia à autocracia. Ou melhor, encontrará uma razão não na fé em algum princípio, mas em uma conveniência.

Isto é, poderá ser democrático, até quando o puder ser, não por idealismo, mas pelo realismo do próprio interesse, quer dizer, por oportunismo. (...) Elas não servem à democracia, mas se servem dela, se e até quando puder servir. (ZAGREBELSKY, 2012, p. 33,34, grifo nosso)

Ademais, referido enfraquecimento coincide com manifestações de atitudes antidemocráticas de massa, juntamente com a a cobertura de poderes e interesses oligárquicos frequentemente desprezíveis, a decadência do espírito público, o desgaste moral e, de qualquer forma, a dificuldade de enfrentar os desafios terríveis dos últimos tempos do século passado e do século atual, segundo Gustavo Zagrebelsky, constitucionalista italiano.

Além disso, o conceito de tal regime político vai de contra com todos os suplícios já realizado, haja vista que há uma vedação constitucional da tortura e de

¹³⁰ Disponível em: <https://www.apu.edu/articles/the-science-of-the-crucifixion/>. Acesso em: 24 de julho de 2024

¹³¹ Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/28677/26841>. Acesso em: 23 de julho de 2024

tratamento desumano ou degradante a qualquer pessoa (art. 5º, III), a proibição da pena de morte, da prisão perpétua, de trabalhos forçados, de banimento e das penas cruéis (art. 5º, XLVII), o respeito e proteção à figura do preso (art. 5º, XLVIII, XLIX e L) e ainda normas disciplinadoras da prisão processual, previstos na Constituição Federal e no código de Direito Penal, consoante Fernando Capez.

A prática da tortura é ato que ofende a dignidade da pessoa humana, núcleo essencial dos direitos humanos fundamentais, que norteiam os direitos civis, políticos e sociais. A cidadania, nos Estados Democráticos de Direito, é uma busca constante da sociedade, pela via da preservação e conquista dos direitos, ou seja, é um direito a ter direitos. A democracia se constrói através da cidadania, e a prática da tortura desconstrói a cidadania, sendo, assim, um óbice à manutenção da própria democracia, sobretudo porque, muitas vezes, o torturador vê o torturado como um inimigo, e o inimigo não pode ter direitos. Esse é o combate que merece ser combatido pelo Direito e pela Justiça, não pela via de legislações simbólicas ou de fachadas, mas sim por políticas públicas que efetivem a cidadania através da legislação. A democracia é uma construção diária, assim como a cidadania.¹³²

Destarte, o que era para ter ocorrido ,com infelicidade e trazendo aprendizado, somente nos primórdios, ocorre até hoje; Em prisões, guerras, nas próprias casas. Adicionalmente, A Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos reafirmou que atos de tortura ou quaisquer outros tratamentos cruéis e degradantes constituem grave e irremediável ofensa ao núcleo dos Direitos Humanos, qual seja a dignidade da pessoa humana, bem como uma negação dos princípios consagrados na Carta da Organização dos Estados Americanos e na Carta das Nações Unidas, segundo Thiago Pellegrini, professor mestre de Relações Internacionais e Direito.

Outrossim, a tortura atenta contra o princípio da dignidade humana, ascendido depois da Primeira Guerra Mundial. O Estado que permite ou que não cria mecanismos adequados para combater tal prática acaba por não permitir que se desenvolva a plena cidadania em seu território, segundo Pellegrini.

O termo “cidadania” é um substantivo feminino que designa a qualidade ou a condição de cidadão – usado bastante no regime político da democracia. Cidadão é o indivíduo que está no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado; é um indivíduo, um sujeito. Ser cidadão quer significar pertencer a um Estado e possuir direitos estabelecidos e que podem ser exercidos dentro dos limites territoriais desse Estado. Mas também significa possuir obrigações para com esse Estado; obrigações essas estabelecidas na lei.¹³³

Com o fim da ditadura militar e a reconquista do direito de votar e eleger, o povo pensava que estava garantida o retorno dos seus direitos civis, mas a cada pleito percebe-se que os mecanismos e os agentes democráticos se desgastaram e perderam a confiança destes, gradualmente. Logo após, com a promulgação da Carta Magna Brasileira de 1988, depois de anos de repressão e escassez política devido ao processo repressivo e ditatorial, o entusiasmo referido se fez presente no íntimo de cada cidadão, termo explicado anteriormente. José Murilo de Carvalho

¹³² Disponível em <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/download/857/713/2493>. Acesso em: 24 de julho de 2024

¹³³ Disponível em <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/download/857/713/2493>. Acesso em: 24 de julho de 2024

relata que era comum imaginar que pelo fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos representantes políticos nos Poderes Executivos, estavam garantidas não somente a liberdade e a participação, mas também a segurança, o desenvolvimento, o emprego e a justiça social, conforme o professor mestre.¹³⁴

Portanto, o Direito que existe para promover o homem e sua liberdade, devendo ser tratado como fim e não meio, há ser concedido em todas as áreas, já que sua repressão não vai de encontro a definição de Democracia, esta proibindo o torturar, em qualquer meio. Já que esse ilícito penal é um ato sem sentido e que não está acobertado pelo Direito, não tendo esforço hermenêutico que o transpasse.

Desta forma, podemos afirmar que praticar ou permitir que se pratique a tortura em um Estado signatário da Declaração da ONU de 1948 faz com que este se torne uma espécie de infrator internacional dos direitos humanos, um Estado que não trabalha para a efetivação da cidadania plena de seu povo, pois todo homem tem direitos inerentes a sua natureza humana, que são, porém, exercidos no contexto da cidadania. O homem, preservado, preserva o Estado Democrático de Direito. Corrompido, corrompe-o.¹³⁵

3. O MAIOR ERRO DO JUDICIÁRIO

Outrora, os poderes não eram equilibrados como os de hoje, Poder Judiciário, Executivo e Legislativo foram criados no livro “O Espírito das Leis” do político francês Montesquieu, com o intuito de funcionar em harmonia e ambos se limitarem. Pôncio Pilatos, prefeito da província romana da Judeia, tinha que manter a ordem na província e administra-lá tanto judicialmente como economicamente, pegando para si um pouco dos três poderes.

O julgamento de Jesus Cristo é um dos casos mais emblemáticos e relevantes da história, mas, segundo análises, foi permeado por ilegalidades, nulidades e ofensas aos princípios do Direito. A base jurídica do povo hebreu era o Torah e a Misnah, e os juízes aplicadores do direito compunham o Sinédrio, que não tinha o poder de decretar a pena capital. Jesus foi acusado de sedição, incitando o povo a não pagar tributos a César, e de se proclamar rei.¹³⁶

A prisão do chamado Messias, foi na véspera da Páscoa (que significa “passagem” em hebraico), onde o povo hebreu comemorava o fim da escravidão e a fuga do Egito. Judas Iscariotes, um dos doze discípulos que o entregou por 30 moedas de prata, que hoje em dia em real seria aproximadamente R\$ 990,00. Jesus foi entregue ao prefeito judaico que o devolveu sem setença e indagou ao povo em razão do direito consuetudinário de soltar um detento na época da Páscoa, dividido em Barrabás ou o nazareno.

Primeiramente, depois das torturas contra o profeta na sinagoga, esse foi

¹³⁴ Disponível em <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/download/857/713/2493>. Acesso em: 24 de julho de 2024

¹³⁵ Disponível em <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/download/857/713/2493>. Acesso em: 24 de julho de 2024

¹³⁶ Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/condenacao-de-jesus-cristo/> Acesso em: 24 Dez 2023

enviado a Pilatos, que estava entre impor uma decisão unilateral ou favorecer os representantes do Sinédrio que queriam a condenação à morte de Jesus. Porém, o prefeito escolheu a decisão do povo, crente que iriam soltar já que consoante os postos crimes, acreditava ser inocente. O povo gritou, sem dúvidas já que isso era importante para a verdade e justiça na época, para condená-lo a morte e soltar Barrabás, isso soou conforme a reflexão de Hans Kelsen “Jesus e a democracia” finalizando seu livro “Essência e valor da democracia de 1929”

A pena deste foi agravada por meio da elite da época que conveceram a multidão a soltar Barrabás, que fazia parte de um grupo de rebeldes que tinham cometido um assassinato.

A análise jurídica do julgamento de Cristo apresenta inúmeras ilegalidades e nulidades processuais que já eram seguidas na época, visto que o Direito Brasileiro vem do Romano, faltas das formalidades da lei romana, ausência de apresentação de acusação delimitada, a violação do direito à defesa e ao contraditório, a falta de direito a recurso e a atribuição de pena não correspondente ao crime imputado, ferindo ao princípio da proporcionalidade da pena, segundo o site Canal Ciências Criminais.

Além dessas irregularidades, que afetam e vão contra as Leis Romanas e suas fontes, pode citar a falta de testemunhas que pudessem depor a favor do suposto réu, contrariando os atuais princípios do contraditório e da ampla defesa. O interrogatório ilegal é realizado à noite, a falta de competência do juízo e suspeição dos juízes, a ausência de prova para condenação e o cerceamento do direito de defesa.

Ademais, a sentença com a pena capital que não poderia ser proferida no mesmo dia e a pena por crucificação que só podia ser apenas para o crime de sedição – perturbação da ordem pública – assim como, a ausência de defesa técnica e o julgamento realizado de forma parcial e condenado por uma terceira instância, a multidão, e não pelo Júri. Logo, o erro de Pilatos foi de ter cedido à pressão popular por receio de revoltas e ter autorizado a pena capital mesmo sabendo que o réu era inocente.

Ibis ad crucem! (Irás para cruz), podia ser a sentença crua. E a entrega para a crucificação assumia o mesmo significado. Mas não nos interessa a questão, do ponto de vista do procedimento. Interessa, ao invés, notar que efetivamente, dobrando-se Pilatos à multidão, chega-se a um final. Já não existem instituições, já não há processo, já não há direito. A pressão da multidão varre tudo. Depois do seu grito de vitória, não existem senão atos materiais (ZAGREBELSKY, 2012, p?)

Hodiernamente, a imagem de Jesus crucificado nas salas de audiência, alerta e impele os juízes, defensores e auxiliares de justiça, a fim de não estarem de acordo com as ações “pilateanas” e a conceder e promoverem os princípios do devido processo legal, do contraditório e o da ampla defesa. Destarte, consoante Leonardo Boff, teólogo brasileiro, um Estado verdadeiramente laico deve garantir que todas as vozes, religiosas ou não, possam ser ouvidas no espaço público.

Laico, no entanto, não quer dizer inimigo da religião. Etimologicamente, laico ou leigo provém do termo grego laikós, que designa o que se refere ao povo (laós). O termo leigo (laikós) serve apenas para diferenciar as pessoas consagradas para uma missão especial, tais como os diáconos, presbíteros e bispos, daqueles que são apenas consagrados no batismo. Laico não designa, portanto, algo não

religioso, nem contrário à fé, mas apenas aqueles que não exercitam como vocação, o ministério religioso. Estado laico não é Estado sem fé, ateu ou que se antepõe a símbolos de convicções religiosas, mas tão-somente Estado não confessional, sem religião oficial ou obrigatória. Assim, ao contrário do que parece à primeira vista, a expressão laico não se opõe, nem repudia, mas antes, coexiste pacificamente com as religiões, sem molestá-las ou coibi-las.¹³⁷

Destarte, de acordo com um artigo de Fernando Capez, político e jurista brasileiro, há uma indesejável tendência nos sistemas jurídicos hodiernos de conferirem à laicidade um conteúdo de antagonismo à religião, deturpando-a em puro laicismo. De forma que, a CF, em seu art. 19, I, prevê até mesmo a possibilidade de aliança entre Estado e Igreja sempre que, nos termos da lei, houver interesse público. Um Estado não confessional significa apenas não regrado por normas religiosas, sem implicar em nenhuma postura cornissiva de hostilidade ao status quo.

Outrossim, a Constituição Federal de 1988 consagrou o Estado Democrático de Direito, fincado na busca da igualdade formal e material, tem como seu objetivo promover o bem de todos, sem preconceitos de qualquer natureza, e se alicerça na dignidade da pessoa humana, buscando a tolerância mútua e a coexistência pacífica, conforme o jurista.

A retirada de símbolos já instalados, mesmo que em repartições públicas, leva à alteração de uma situação já consolidada em um país composto por uma quase totalidade de adeptos da fé cristã, e agride desnecessariamente os sentimentos de milhões de brasileiros, apenas para contentar a intolerância e a supremacia da vontade de um restrito grupo de pessoas. Cabe ao Estado e à sociedade em geral não encorajar manifestações de intolerância daqueles que se sintam ofendidos pela livre expressão da fé alheia. A Constituição Federal não conformou um Estado ateu, nem hostil ao cristianismo, apenas estabeleceu um regime não confessional. Não há religião oficial, mas também não há política oficial de repúdio à religião.¹³⁸

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, como o caso de Jesus, os membros dos poderes Executivo, Legislativo e principalmente do Judiciário devem ser cautelosos a fim de evitar processos como esse, que ferem aos princípios do Direito e aos dos tratados internacionais. A pressão popular e hoje a mídia, devem ser vistas como cotidianas para os auxiliares da justiça e não devem afetar suas decisões presentes e futuras. O erro do caso do Profeta foi o maior da humanidade, proporcional ao peso desta frase deve ser o evitamento dela.

A presença de imagens religiosas, como a do profeta crucificado, nas salas de audiência do sistema judiciário, suscita um debate profundo e multifacetado que vai além da simples ornamento ou tradição. Em um Estado laico, a exibição de símbolos religiosos em espaços públicos destinados à justiça deve ser

¹³⁷ Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2706199/Fernando_Capez.pdf . Acesso em: 22 de julho de 2024

¹³⁸ Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2706199/Fernando_Capez.pdf . Acesso em: 22 de julho de 2024

cuidadosamente avaliada à luz dos princípios de neutralidade e imparcialidade que são fundamentais para o funcionamento equitativo do sistema judicial, concordando com a citação de Boff.

De um ponto de vista técnico, a imagem do profeta crucificado pode ser vista como representação de valores de sacrifício, compaixão e justiça divina. No entanto, é crucial considerar que tal símbolo marcante também carrega conotações religiosas específicas que podem influenciar a percepção de neutralidade de partes envolvidas em lides judiciais. A justiça deve não apenas ser feita, mas também ser vista como sendo feita de maneira imparcial e inclusiva para todos os cidadãos, independentemente de suas crenças religiosas.

Assim, a manutenção de um ambiente verdadeiramente neutro nas salas de audiência é imprescindível para garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua fé, se sintam igualmente representados e respeitados. A remoção de símbolos religiosos desses espaços pode ser vista não como uma afronta à religião, mas como um compromisso com a diversidade e a inclusão. Destarte, deve-se buscar a conciliação como meio de transformar as relações pessoais e pacificar os conflitos. Consoante Nelson Mandela, advogado e ex-presidente da África do Sul, não há futuro para a humanidade sem perdão e reconciliação. Não basta a força e a coerção para a solução das crises nas relações interpessoais.

Ademais, a religião tem sido colocada em um plano de separação abismal da vida secular, desperdiçando-se ao longo dos séculos, tantos ensinamentos filosóficos que constam das escrituras sagradas e que poderiam ter levado à solução pacífica dos conflitos e guerras que assolaram a humanidade, cuja deveria ser tratada com maior deferência e atenção, conforme Capez.

Logo, esta reflexão sobre a "Visão Técnica de Jesus Crucificado nas Salas de Audiência" convida-nos a reexaminar o equilíbrio entre tradição e a necessidade de um espaço público verdadeiramente laico, onde a justiça possa ser administrada com total imparcialidade e a ascensão do respeito pela diversidade religiosa e cultural da sociedade moderna, a favor do ordenamento jurídico.

REFERÊNCIAS

A CONDENAÇÃO DE JESUS CRISTO: o erro judiciário que entrou para a História. Canal Ciências Criminais, 7 de abril de 2023. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/condenacao-de-jesus-cristo/>. Acesso em: 23 Dez 2023

ACOSTA, L. José Antonio. Exame forense do "corpo" de Jesus. ACIDIGITAL. Disponível em: <https://www.acidigital.com/fiestas/semanasanta/forense.htm>. Acesso em: 12 Dez 2023

CAPEZ, Fernando. O Estado laico e a retirada de símbolos religiosos de repartições públicas. Revista do Ministério Público. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 34, out./dez. 2009

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral. 15º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHAPA, Juan. Quem foi Pôncio Pilatos? . OPUSDEI .10 de Dezembro de 2006. Disponível em: <https://opusdei.org/pt-br/article/quem-foi-poncio-pilatos/>. Acesso em: 12 Dez 2023

COSTA, P. R Neves. O conceito de regime político na teoria da democracia. Caderno CRH, v. 35, 2022, e022009. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.28677>

DAVIS, C. T. A Crucificação de Cristo, a partir de um ponto de vista médico.

IGREJAFONTE. Disponível em: https://www.igrejafonte.org.br/_fonte/conteudo/escolabiblica/1012-2setefrases@1-1.pdf. Acesso em 27 Jun 2024

EDWARDS, William D.; GABEL, Wesley J.; HOSMER, Floyd E. On the Physical Death of Jesus Christ. JAMA 255.11 (1986): 1455-1463.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 7º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019

FRAZÃO, Dilva. Jesus Cristo, líder religioso. SCRIBD. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/638968246/Biografia-de-Jesus-Cristo-vida-e-historia-eBiografia> . Acesso em: 27 de Jun 2024

JULIANO. Quem foi Jesus Cristo e qual é sua importância na religião. CIA DOS LIVROS. 17 de Fevereiro de 2023. Disponível em: <https://ciadoslivros.com.br/quem-foi-jesus-cristo-e-qual-e-sua-importancia-na-religiao/>. Acesso em: 23 Dez 2023

JOSEFO, Flávio. Antiguidades dos judeus contra Apion. 1 edição. Curitiba: Juruá, 2001.

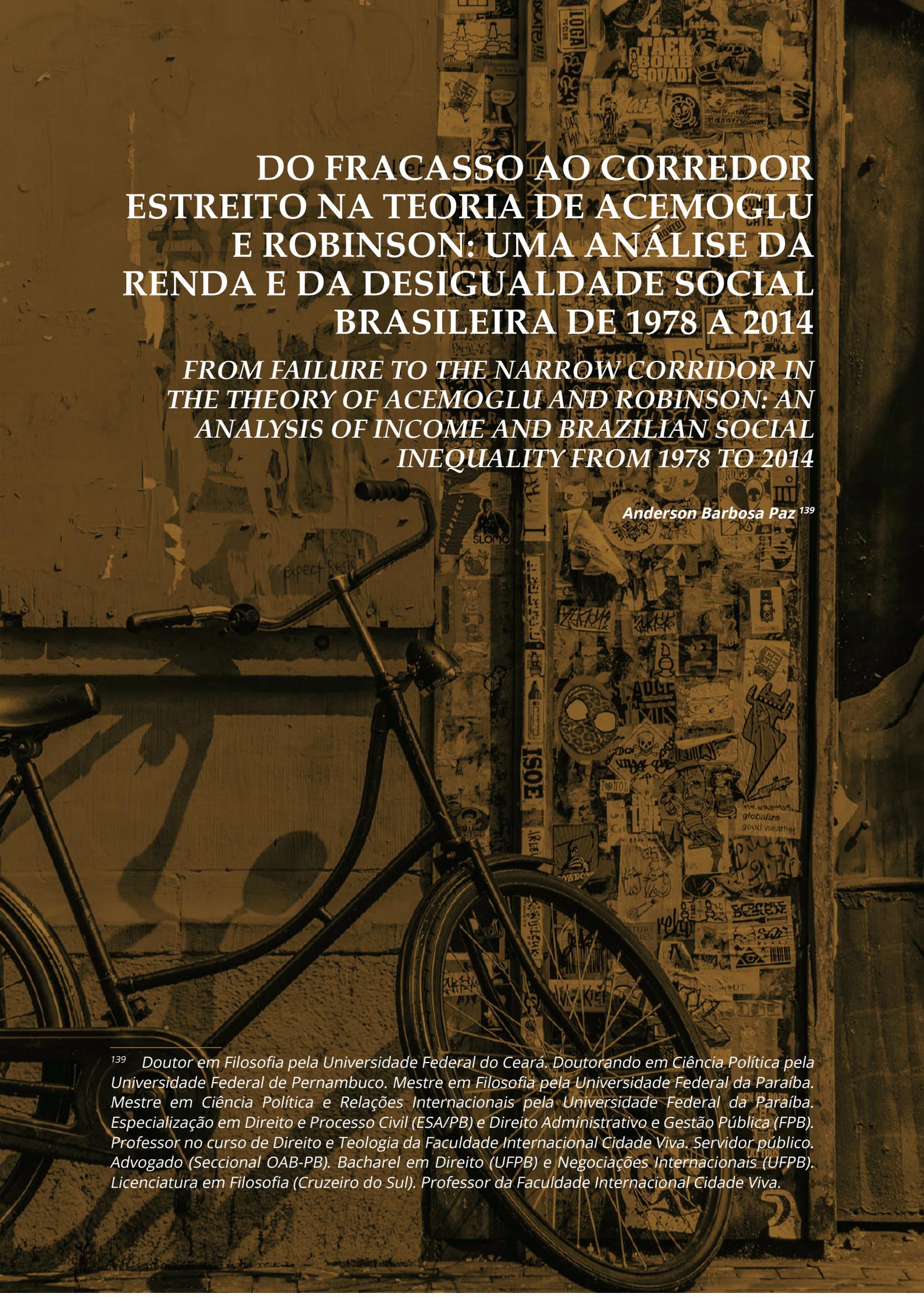
HABERMAS G; KOPEL, J; SHAW, BCF. Medical views on the death by crucifixion of Jesus Christ. Proc (Bayl Univ Med Cent). 2021 Jul 30; v. 34, p. 6, p. 748-752. DOI: 10.1080/08998280.2021.1951096. PMID: 34733010; PMCID: PMC8545147.

NEVES, Daniel. Origem da Páscoa. Disponível em: [https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/origem-pascoa.htm#:~:text=A%20P%C3%A1scoa%20crist%C3%A3%20baseia%2Dse%20na%20Pessach%20\(%E2%80%9Cpassagem%E2%80%9D,marcava%20o%20in%C3%ADcio%20da%20primavera](https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/origem-pascoa.htm#:~:text=A%20P%C3%A1scoa%20crist%C3%A3%20baseia%2Dse%20na%20Pessach%20(%E2%80%9Cpassagem%E2%80%9D,marcava%20o%20in%C3%ADcio%20da%20primavera.). Acesso em: 24 Dez 2023

SHRIER, Cahleen. The Science of the Crucifixion. Azusa Pacific University. 2002. Disponível em: <https://www.apu.edu/articles/the-science-of-the-crucifixion/> . Acesso em: 24 de julho de 2024.

VALVERDE. Thiago Pellegrini. construindo uma democracia: o combate à tortura como um dos mecanismos de efetivação da cidadania no BRASIL. Rev. Fac. Direito São Bernardo do Campo, S. B. do Campo, v. 22, n.1, jan./jun. 2016

ZAGREBELSKY, Gustavo. A crucificação e a democracia. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

A black and white photograph of a bicycle leaning against a wall. The wall is heavily covered in graffiti, stickers, and posters. The bicycle is in the foreground, and the wall is in the background. The overall tone is gritty and urban.

DO FRACASSO AO CORREDOR ESTREITO NA TEORIA DE ACEMOGLU E ROBINSON: UMA ANÁLISE DA RENDA E DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA DE 1978 A 2014

FROM FAILURE TO THE NARROW CORRIDOR IN THE THEORY OF ACEMOGLU AND ROBINSON: AN ANALYSIS OF INCOME AND BRAZILIAN SOCIAL INEQUALITY FROM 1978 TO 2014

*Anderson Barbosa Paz*¹³⁹

¹³⁹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba. Especialização em Direito e Processo Civil (ESA/PB) e Direito Administrativo e Gestão Pública (FPB). Professor no curso de Direito e Teologia da Faculdade Internacional Cidade Viva. Servidor público. Advogado (Seccional OAB-PB). Bacharel em Direito (UFPB) e Negociações Internacionais (UFPB). Licenciatura em Filosofia (Cruzeiro do Sul). Professor da Faculdade Internacional Cidade Viva.

RESUMO

As obras “Por que as nações fracassam?” (2012) e “O Corredor Estreito” (2019) dos economistas Daron Acemoglu e James Robinson apresentam a seguinte tese geral: a criação de instituições políticas e econômicas inclusivas abre espaço para a liberdade de ação dos indivíduos e cria um cenário propício para que o Estado e a sociedade adentrem um “corredor estreito” de prosperidade e liberdade. Apesar de investigar uma série de casos em diferentes momentos históricos, Acemoglu e Robinson não discutem o caso brasileiro no período da redemocratização. O presente artigo tem o seguinte problema: a abertura democrática brasileira, a partir da metade da década de 1980, representou uma passagem de um fracasso político e econômico do período militar para um corredor estreito de liberdade substantiva? Analisam-se indicadores de renda e desigualdade social através de metodologia descritiva entre os anos de 1978 e 2014 a partir de dados coletados no Ipeadata. E também se discute a relação entre ilusão fiscal e um modelo institucional extrativista. Conclui-se que o “corredor estreito” brasileiro criado após a democratização é caracterizado por um profundo fosso de desigualdade social, em que parte da responsabilidade é do modelo tributário nacional.

PALAVRAS-CHAVE:

Brasil. Democracia. Desigualdade Social. Liberdade. Prosperidade.

ABSTRACT

The works “Why nations fail?” (2012) and “The Narrow Corridor” (2019) by the economists Daron Acemoglu and James Robinson present the following general thesis: the creation of inclusive political and economic institutions opens space for the freedom of action of individuals and creates a favorable scenario for the State and society enter a “narrow corridor” of prosperity and freedom. Despite investigating a series of cases in different historical moments, Acemoglu and Robinson do not discuss the Brazilian case in the period of redemocratization. The present article has the following problem: did the Brazilian democratic opening, from the mid-1980s, represent a passage from a political and economic failure of the military period to a narrow corridor of substantive freedom? Income and social inequality indicators are analyzed through a descriptive methodology between the years 1978 and 2014 based on data collected at Ipeadata. It also discusses the relationship between fiscal illusion and an extractive institutional model. It is concluded that the Brazilian “narrow corridor” created after democratization is characterized by a deep ditch of social inequality, in which part of the responsibility lies with the national tax model.

KEYWORDS

Brazil. Democracy. Social inequality. Freedom. Prosperity.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil passou, de 1964 a 1985, por um período de regime militar em que o país teve momentos de expansão econômica que se provaram insustentáveis. A partir de 1974, no governo do presidente Ernesto Geisel, o Brasil começou um processo lento de abertura política que levou, em 1988, à promulgação da Constituição Federal. O Estado brasileiro parecia finalmente algemado e capaz de permitir um ambiente de estabilidade político-econômica. Contudo, já no início da década de 1990, crises políticas e econômicas desestabilizaram o cenário nacional. Um presidente foi afastado do cargo e planos econômicos foram implementados sem êxito, de modo que o país permaneceu sem criar um ambiente institucional propício aos negócios e ao pleno exercício da cidadania. Os anos 2000, principalmente, após o ano de 2002, representaram um período de crescimento econômico. Entretanto, os anos 2013 e 2014, biênio final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, representaram um novo período de profunda instabilidade política e econômica.

Os economistas Acemoglu e Robinson publicaram duas obras importantes na última década: “Por que as nações fracassam?” (2012) e “O corredor estreito” (2019). Nos dois livros, os autores defendem que a criação de instituições políticas e econômicas inclusivas abre espaço para a liberdade de ação dos indivíduos e cria um cenário propício para que o Estado e a sociedade adentrem um “corredor estreito” de prosperidade e liberdade. A partir dessa tese geral, eles analisam vários casos em diferentes momentos históricos e variados contextos político-sociais. E concluem que a passagem do fracasso ao corredor é gradual e demorada e que é possível países entrarem e saírem do “corredor estreito”.

Apesar de tratar de vários casos paradigmáticos à luz dessa tese, Acemoglu e Robinson não discutem o caso brasileiro, salvo em uma brevíssima menção¹⁴⁰. A partir disso, o presente artigo tem o seguinte problema de pesquisa: a abertura democrática brasileira, a partir da metade da década de 1980, representou uma passagem de um fracasso político e econômico do período militar para um corredor estreito de liberdade substantiva? O objetivo do artigo é observar se a saída de um período de exclusão político-econômico da população no período militar possibilitou ao Brasil uma transição de um suposto fracasso econômico-social para um cenário de inclusão e prosperidade.

Para isso, far-se-á um recorte temporal entre os anos de 1978 e 2014, período que vai da revogação de todos os atos institucionais do regime militar e da restauração do habeas corpus ao conturbado fim do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. No período da série temporal sugerida, analisar-se-ão indicadores de renda e desigualdade social através de metodologia descritiva. A fonte dos dados utilizada para análise será o Ipeadata (BRASIL, IPEADATA, 2022). Apresentar-se-ão os dados em gráficos de linha para mostrar a evolução da série

140 “A ascensão brasileira desde a década de 1970 não foi forjada por economistas de instituições internacionais que instruíram os formuladores de políticas públicas do país, dizendo quais políticas seguir ou como evitar falhas de mercado. Não foi resultado da injeção de ajuda estrangeira. Não foi resultado natural da modernização. Em vez disso, foi a consequência de diversos grupos de pessoas construindo instituições inclusivas de forma corajosa, o que acabou levando a instituições econômicas mais inclusivas” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2022a, p. 512).

temporal proposta e, a partir disso, discutir os dados. Também se discutirá a relação entre ilusão fiscal e um modelo institucional extrativista. Assume-se como hipótese inicial que as liberdades individuais e os direitos sociais formalmente dispostos na Constituição Federal de 1988 possibilitaram que o Brasil criasse instituições inclusivas e entrasse no “corredor estreito”, mas que este corredor é perpassado por um profundo fosso de desigualdade social.

2. “POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM?”

Na obra “Por que as nações fracassam?”, publicada em 2012, Acemoglu e Robinson (2022a) defendem que instituições políticas determinam quais instituições econômicas um país possuirá e se elas levarão a sociedade à riqueza ou à pobreza. Eles sustentam a tese de que “embora as instituições econômicas sejam decisivas para determinar se um país é pobre ou próspero, são sua política e suas instituições políticas que determinam quais instituições econômicas um país possui” (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022a, pp. 47-8). Eles sugerem que para explicar a desigualdade dos países, é preciso pressupor que a relação entre instituições políticas e econômicas leva à pobreza ou à prosperidade. Assim, a política tem papel primordial e central para determinar o destino de sucesso ou fracasso de uma sociedade.

Com efeito, Acemoglu e Robinson (2022a) distinguem entre dois tipos de instituições econômicas: aquelas que são “extrativistas” e aquelas que são “inclusivas”. Eles definem as “instituições econômicas extrativistas” (IEE) como aquelas que extraem riqueza de parte da população para beneficiar outra parte, e “instituições econômicas inclusivas” (IEI) como aquelas que:

Permitem e estimulam a participação de seu povo em atividades econômicas que fazem o melhor uso de seus talentos e habilidades e permitem que os indivíduos façam as escolhas que desejarem. Para serem inclusivas, as instituições devem proporcionar propriedades privadas seguras, um sistema jurídico imparcial e serviços públicos que garantam um campo igualitário no qual as pessoas possam fazer trocas e firmar contratos; também devem permitir a entrada de novos negócios e mudanças de carreira. (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022a, p. 83).

O conceito de IEI de Acemoglu e Robinson é basicamente constituído por instituições de um Estado Democrático de Direito. Eles reconhecem que para haver IEI em uma sociedade é indispensável o funcionamento do Estado “como executor da lei e da ordem, da propriedade privada e dos contratos, e, em geral, como o principal provedor de serviços públicos” (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022a, p. 84). Assim, a relação entre IEI e Estado Democrático de Direito cria um cenário propício para desenvolvimento tecnológico, educacional, econômico, social, cultural, proporcionando aos indivíduos liberdade substantiva para fazer suas escolhas.

Segundo Acemoglu e Robinson (2022a), a consolidação de IEI depende da distribuição de poder político na sociedade. Instituições políticas determinam as regras que dirigem os incentivos políticos, a forma da troca de poder político e quais os direitos e limites da ação política. Ou seja, regras políticas importam na determinação de quem tem poder na sociedade e para que fins esse poder pode ser utilizado. Para que haja liberdade e prosperidade, é preciso que o Estado seja suficientemente centralizado, poderoso e plural, a fim de dar efetividade a suas decisões para o máximo de cidadãos possíveis. Esse tipo de Estado deve dispor de “instituições políticas inclusivas” (IPI). Caso as elites de um Estado não tenham capacidade efetiva ou tenham indisposição de implementar decisões que beneficiem o máximo de pessoas, tem-se um cenário de “instituições políticas extrativistas” (IPE) (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022a, p. 90).

Para Acemoglu e Robinson, há uma relação estreita entre IPE e IEE, como também entre IPI e IEI. Nas palavras dos autores:

Instituições políticas extrativistas concentram o poder nas mãos de uma pequena elite e colocam poucos limites no exercício desse poder. Então, instituições econômicas são construídas para garantir que essa elite possa extrair recursos do restante da sociedade. Logo, instituições econômicas extrativistas naturalmente acompanham instituições políticas extrativistas. De fato, elas dependem intrinsecamente de instituições políticas extrativistas para sua sobrevivência. Instituições políticas inclusivas, ao distribuir o poder amplamente, tendem a desalojar instituições econômicas que expropriam os recursos de muitos, estabelecem barreiras de entrada e suprimem os mercados que beneficiam apenas alguns. (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022a, p. 90).

Acemoglu e Robinson (2022a) entendem que a relação entre instituições políticas e econômicas cria um ciclo virtuoso ou vicioso. O ciclo virtuoso ocorre quando há IEI apoiadas em IPI distribuindo poder na sociedade, limitando a arbitrariedade das elites, preservando instituições isonômicas na aplicação da lei, protegendo a propriedade privada e fortalecendo liberdades individuais e econômico-sociais. Assim, o ciclo virtuoso se dá pela tendência de IPI apoiarem IEI que, por sua vez, levam a uma maior distribuição de renda, ao fortalecimento de uma parte significativa da sociedade e ao espaço para pluralidade de grupos e competição de interesses no campo político. O ciclo virtuoso cria uma “interação positiva” que leva gradualmente a uma maior prosperidade.

Por outro lado, ponderam Acemoglu e Robinson (2022a), o ciclo vicioso, por sua vez, dispõe de IEE que se apoiam em IPE permitindo às elites o controle da política e da economia por meio da exploração do povo e restrição de sua liberdade. Nesse sentido, IPE levam a IEE que enriquecem alguns à custa dos outros. Instituições extrativistas não oferecem defesa contra a arbitrariedade de elites poderosas, mantêm uma grande desigualdade de renda e dificultam substantivamente a mobilização social. Esse processo cria uma “interação negativa” que leva gradualmente a uma maior pobreza. De todo modo, nenhuma

nação pode manter por muito tempo uma relação entre IPI e IEE, como também uma relação entre IPE e IEI.

Tabela 1 - Relação entre instituições políticas e econômicas

Instituições econômicas inclusivas (IEI) + Instituições políticas inclusivas (IPI)	Ciclo virtuoso + interação positiva	Prosperidade e liberdade
Instituições econômicas extrativistas (IEE) + Instituições políticas extrativistas (IPE)	Ciclo vicioso + interação negativa	Fracasso e servidão
Outras combinações	Ciclo precário + interação instável	Não duram por muito tempo

Fonte: Produção do próprio autor a partir de Acemoglu e Robinson (2022a).

Para Acemoglu e Robinson, é possível quebrar o ciclo vicioso. Eles entendem que países saíram do fracasso para a prosperidade porque desenvolveram instituições inclusivas que abriram caminho para um ciclo virtuoso que levou gradualmente a uma maior inclusão da população. Enquanto algumas nações prosperam por terem desenvolvido instituições políticas e econômicas inclusivas, outras “nações fracassam quando têm instituições econômicas extrativistas, apoiadas por instituições políticas igualmente extrativistas que impedem, ou mesmo barram, o crescimento econômico” (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022a, p. 92). Eles concluem que “a solução para o fracasso econômico e político das nações, hoje, é a transformação das instituições extrativistas em inclusivas” (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022a, p. 449).

3. “O CORREDOR ESTREITO”

Em “O corredor estreito”, originalmente publicado em 2019, Acemoglu e Robinson defendem a tese de que “a maneira com que Estado e sociedade interagem e controlam um ao outro determina a capacidade estatal, as políticas do governo, nossa resiliência, prosperidade, segurança e, por fim, nossa liberdade” (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022b, p. XI). Existe, para eles, um “corredor estreito” no qual Estado e sociedade se equilibram mutuamente. Nesse corredor, a mobilização social cria um contrapeso ao Estado, monitora seus poderes, contesta-o e coopera com ele. É no corredor que o Estado serve à sociedade e a sociedade participa da política e protege sua liberdade.

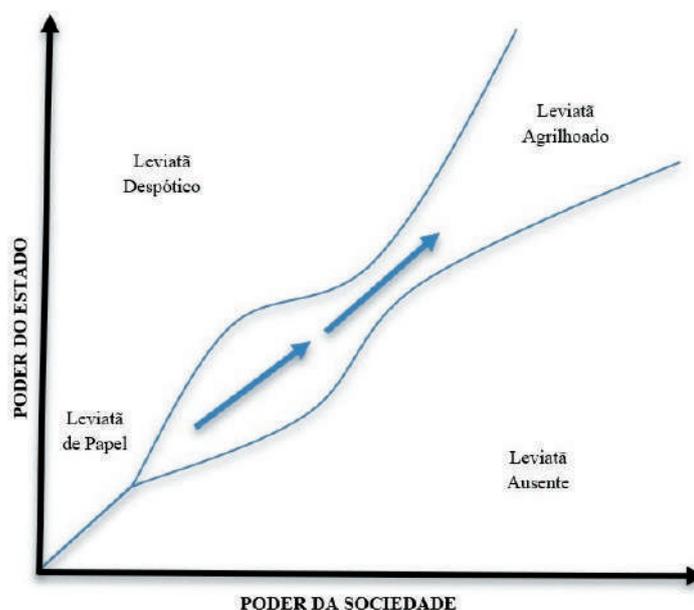
Por isso, Acemoglu e Robinson entendem que para que haja efetiva liberdade, tanto o Estado quanto a sociedade precisam ser fortes. Nesse sentido, “um Estado forte é necessário para controlar a violência, impor leis e oferecer serviços públicos essenciais a uma vida em que a população possa tomar suas decisões e ir atrás dos caminhos escolhidos. Uma sociedade forte e mobilizada é necessária para controlar e limitar um Estado forte” (ACEMOGLU e ROBINSON,

2022b, p. XXI). O corredor é um processo porque a conquista da liberdade é gradual. Até que a violência seja controlada, leis sejam escritas e implantadas, o Estado forneça serviços para seus cidadãos, as elites aprendam a ter um poder limitado e grupos diferentes possam cooperar entre si, existe um longo “corredor estreito”.

Segundo Acemoglu e Robinson (2022b), na maior parte da história humana, houve insegurança, vida curta, mortes violentas e sociedades sem Estado. Em Hobbes, o Leviatã se tornou uma figura capaz de parar a guerra de todos contra todos, abrir um espaço para liberdade e garantir uma via para a prosperidade. Contudo, Hobbes foi otimista, pois, sugerem os autores, o poder do Leviatã nem sempre é exercido de forma justa e nem sempre garante a liberdade. A vida sob um Leviatã Despótico pode ser brutal, sórdida e breve. É preciso criar um “Estado agrilhado”, a dizer, um Estado que “tenha a capacidade de impor leis, controlar a violência, resolver conflitos e proporcionar serviços públicos, mas que siga sendo domesticado e controlado por uma sociedade assertiva e bem-organizada” (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022b, p. 32).

Acemoglu e Robinson (2022b) propõem um modelo que relaciona duas variáveis: poder do estado e poder da sociedade. A relação entre esses poderes determina se um país tem um Leviatã Ausente, um Leviatã Despótico, um Leviatã Agrilhado ou um Leviatã de Papel. Conforme a figura 1 ilustra, um Leviatã Despótico é aquele em que o Estado tem muito poder e a sociedade, pouco poder. Um Leviatã Ausente é quando não há um Estado forte e, na sociedade, grupos diversos disputam poder. Um Leviatã de Papel ocorre quando o Estado tem aparência de Estado e até consegue exercer algumas funções, mas seu poder é oco, desorganizado e inefetivo. Por fim, o Leviatã Agrilhado é quando há um equilíbrio entre o poder do Estado e o poder da sociedade. Esse último tipo abre um “corredor estreito” de liberdade.

Figura 1 - Equilíbrio entre poder do Estado e poder da sociedade



Fonte: Produção do próprio autor a partir das figuras de Acemoglu e Robinson (2022b, pp. 85, 484).

Para Acemoglu e Robinson (2022b), fora do corredor, a liberdade é fortemente restringida pela ausência do Leviatã ou por seu despotismo. Diante do desejo de alguns grupos aumentarem seu poder e domínio sobre outros, Estados surgem para hierarquizar a política e centralizar a autoridade. Para tanto, Estados que entram no corredor e permanecem constroem instituições políticas e econômicas inclusivas que equilibram o poder com a sociedade civil. Um Estado algemado se torna um Estado Democrático de Direito que possibilita um corredor para a economia e para a prosperidade do máximo de cidadãos possíveis. Por outro lado, um Leviatã Despótico nega à sociedade meios de participação nas decisões políticas e não cria um crescimento econômico sustentável por limitar a inovação na medida em que torna a sociedade subserviente e dependente das decisões estatais¹⁴¹. Já um Leviatã Ausente permite o domínio de grupos mais fortes sobre os mais fracos e não cria segurança jurídica para uma economia sustentável.

Acemoglu e Robinson (2022b) também ponderam que é possível, por meio de decisões políticas e econômicas, sair do ou voltar ao corredor. Uma elite poderosa que toma decisões políticas e econômicas cada vez mais restritivas da liberdade da sociedade pode levar uma nação para fora do corredor. Por outro lado, é possível fazer uma transição de um Leviatã Ausente, de Papel ou Despótico para dentro do corredor se houver três fatores importantes: “a capacidade de formar coalizões que apoiam tal transição; a localização do equilíbrio de poder entre Estado e sociedade em relação ao corredor; e a forma do corredor, que afeta como esses fatores se desenvolvem” (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022b, p. 569). Portanto, a história de um país importa, mas não é um fator que determina necessariamente se um Estado permanecerá dentro ou fora do corredor. Instituições e decisões políticas e econômicas importam para a transição para dentro ou para fora do corredor.

Nas palavras de Acemoglu e Robinson:

Começando com um Leviatã Despótico, precisamos aumentar o poder da sociedade (e enfraquecer o controle da elite econômica ou do complexo militar-burocrático). Começando com um Leviatã Ausente, precisamos que a capacidade estatal aumente. Começando com um Leviatã de Papel ou uma situação em que o corredor está ausente, precisamos que o Estado e a sociedade simultaneamente aumentem seus poderes. (ACEMOGLU e ROBINSON, 2022b, p. 597).

As obras “Por que as nações fracassam?” e “O corredor estreito” de Acemoglu e Robinson têm um importante elemento central: as instituições importam. Enquanto na primeira obra eles defendem que apenas sociedades com instituições políticas e econômicas inclusivas abrem espaço para liberdade,

¹⁴¹ Para Acemoglu e Robinson (2022b), com um Leviatã Despótico, o crescimento econômico de um país está fadado a não perdurar porque as elites tendem a se contrapor à “destruição criativa” e aos avanços tecnológicos. Ou seja, com um Leviatã Despótico, há a tendência de o Estado não permitir a superação de antigas estruturas econômicas e tecnológicas capazes de abrir o mercado para inovação e novas relações comerciais.

prosperidade e um ciclo virtuoso, na segunda obra, os autores sustentam que apenas no equilíbrio entre um “Leviatã Agrilhado” e uma sociedade mobilizada pode surgir um corredor estreito de liberdade. Nos dois livros, a tese sugere que instituições políticas e econômicas garantidas por um Estado forte protegem a liberdade e que essa liberdade abre espaço para que a sociedade controle o Estado por meio das instituições.

Ainda assim, o modelo de Acemoglu e Robinson, que tem a vantagem de ser simples e capaz de explicar comparativamente relações entre Estado e sociedade e entre instituições políticas e econômicas entre diferentes sociedades em diferentes épocas, tem dois problemas. O primeiro é que eles parecem não se preocupar com a capacidade do Estado de, na tentativa de expandir a liberdade da população, aumentar exageradamente o déficit público e a inflação, causando crises políticas e econômicas. O segundo problema é que os autores fazem prognósticos sobre a China que não se mostraram realistas. Sobre a China, Acemoglu e Robinson (2022a, p. 487) sugerem que “o crescimento sob instituições políticas extrativistas, como na China, não será sustentado, e provavelmente perderá força”. E declaram que “o crescimento sob instituições políticas autoritárias e extrativistas na China, embora provavelmente ainda vá continuar por mais um tempo, não se traduzirá em crescimento sustentado com apoio em instituições econômicas realmente inclusivas e na destruição criativa”.

4. ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

O argumento de Acemoglu e Robinson pode ser resumido da seguinte forma: as nações que não fracassam são aquelas que dispõem de instituições econômicas e políticas inclusivas e equilibram a expansão do poder do Estado com o poder de ação da sociedade. Apenas quando nações não dispõem de instituições econômicas ou políticas extrativistas e suas sociedades equilibram sua própria liberdade com o poder do Estado, é possível dispor de uma conjuntura favorável à prosperidade econômica e política. Assim, a teoria de Acemoglu e Robinson sugere que instituições inclusivas e um cenário de fortalecimento proporcional do Estado e da sociedade inserem um país no caminho estreito da liberdade e da prosperidade.

O Estado brasileiro criou, por meio da Constituição Federal de 1988, instituições políticas e econômicas para inclusão da população e fortalecimento do próprio Estado. A Constituição consolidou o regime de Estado Democrático de Direito, liberdades e garantias individuais para proteger os cidadãos da arbitrariedade do Estado, direitos sociais para dar um mínimo de subsistência e oportunidade, um Judiciário independente, imprensa livre. Em suma, a redemocratização criou formalmente instituições inclusivas e estabilizou institucionalmente a relação entre a elite e o povo. O resultado foi um significativo crescimento do poder do Estado e também do poder da sociedade de se mobilizar.

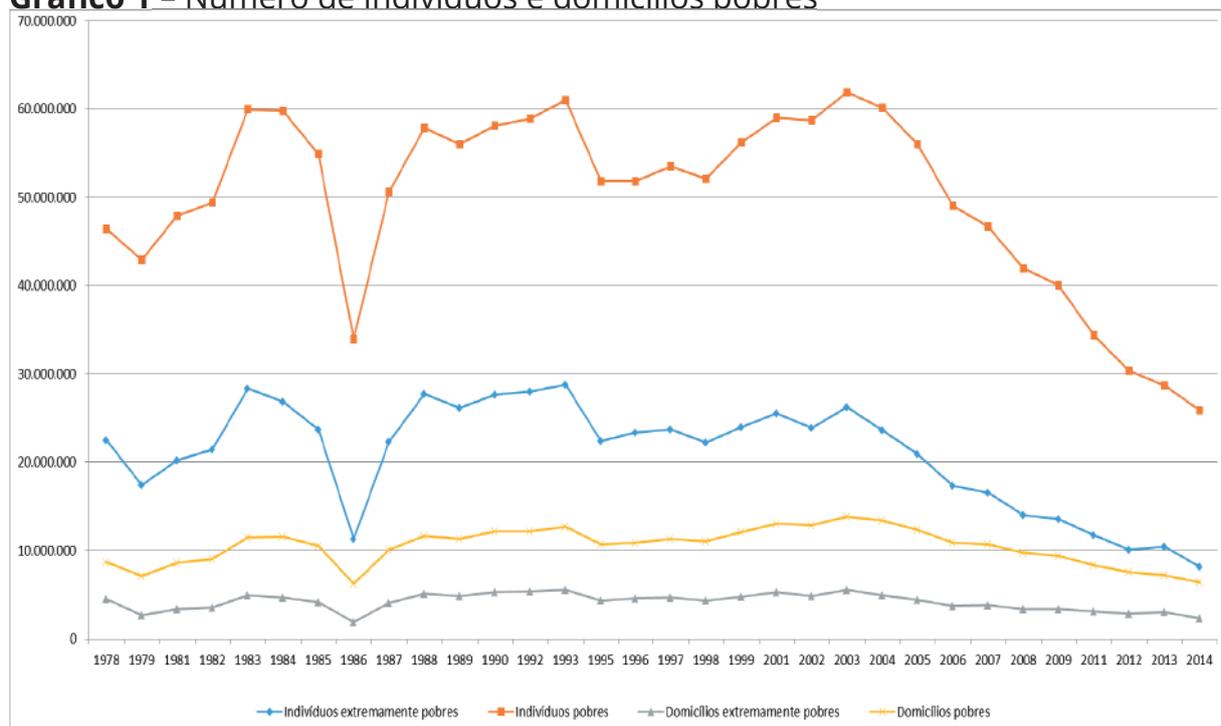
Acemoglu e Robinson sugerem que a entrada no corredor estreito é a melhor forma de diminuir desigualdades sociais e inserir a população em uma vida cívica mais plena. Nesse sentido, a análise da renda brasileira entre os anos de 1976 e 2014 indica avanços ao mostrar inserção econômica de amplos

contingentes populacionais. Porém, apesar de avanços no combate à pobreza e à desigualdade, os dados indicam que o “corredor estreito” criado pelo Brasil mantém um profundo fosso de desigualdade entre ricos e pobres.

O gráfico 1 mostra que o número de indivíduos pobres e extremamente pobres manteve um padrão similar de 1976 a 2014. Entre o fim do regime militar até a promulgação da Constituição (1978 a 1988), apesar de um considerável decréscimo no ano de 1986 devido ao início do Plano Cruzado e diminuição da inflação nesse ano, a quantidade de indivíduos pobres e extremamente pobres manteve uma tendência de aumento. Até a metade da década de 1990, o número se manteve relativamente estável, quando, em 1995, teve um decréscimo e um período de estabilidade devido aos efeitos do Plano Real.

De 1998 a 2003, o número de indivíduos pobres e extremamente pobres aumentou e só a partir de 2003 começou a cair. Ainda no mesmo gráfico é possível constatar que a variação no número de indivíduos pobres e extremamente pobres ao longo do período considerado significou que o quantitativo de domicílios pobres e extremamente pobre teve uma ligeira tendência de decréscimo. No período posterior a 2003, quando o número de pessoas pobres e extremamente pobre caiu, o quantitativo de domicílios pobres e extremamente pobre também sofreu uma queda, ainda que não substantiva.

Gráfico 1 – Número de indivíduos e domicílios pobres

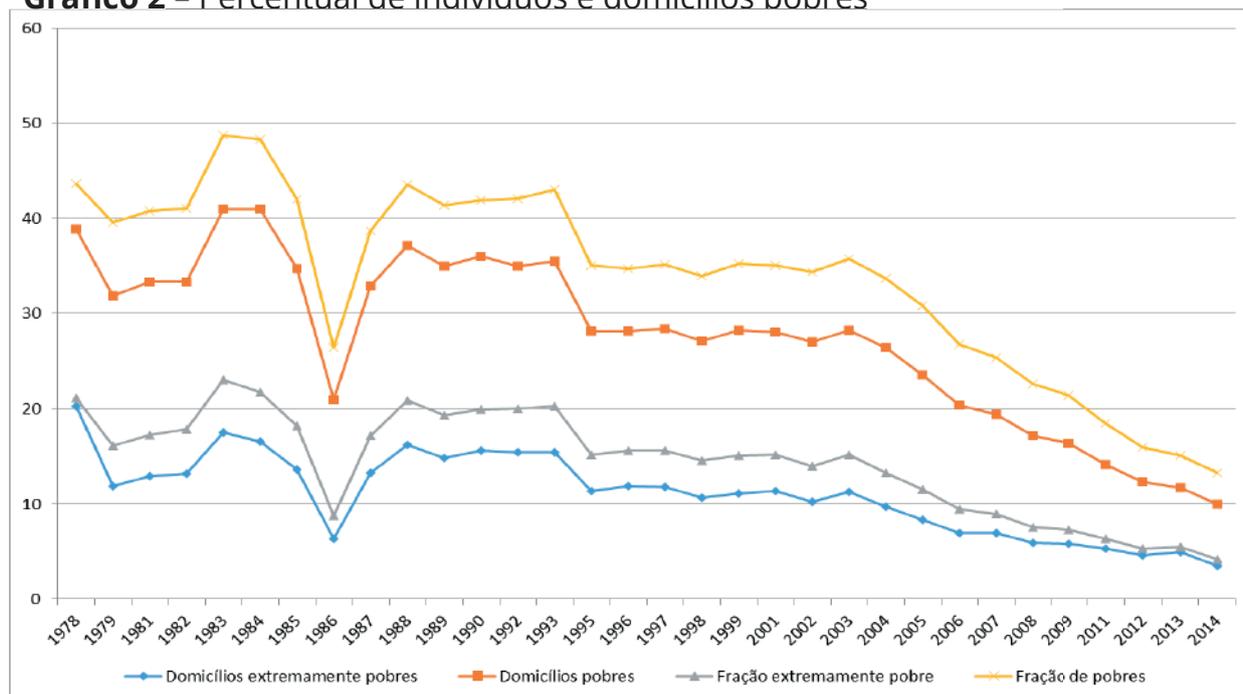


Fonte: elaboração nossa a partir dos dados do Ipeadata.

O gráfico 2 amplia a percepção anterior. É possível observar que o percentual de indivíduos e domicílios pobres e extremamente pobres só começou a cair significativamente a partir do ano de 2003. Antes da redemocratização, os dados indicam que o percentual de indivíduos e domicílios pobres e

extremamente pobres era bastante alto e, salvo no ano de 1986, não apresentou nenhuma tendência de queda sustentada. Ademais, observa-se que mesmo com a redemocratização, a década de 1990, perpassada por instabilidade política e econômica, manteve uma estabilidade relativa do percentual de indivíduos e domicílios pobres e extremamente pobres. Observa-se, portanto, que antes da redemocratização e logo depois da abertura democrática, não houve tendência sustentada e significativa de queda do percentual de indivíduos e domicílios pobres e extremamente pobres.

Gráfico 2 – Percentual de indivíduos e domicílios pobres



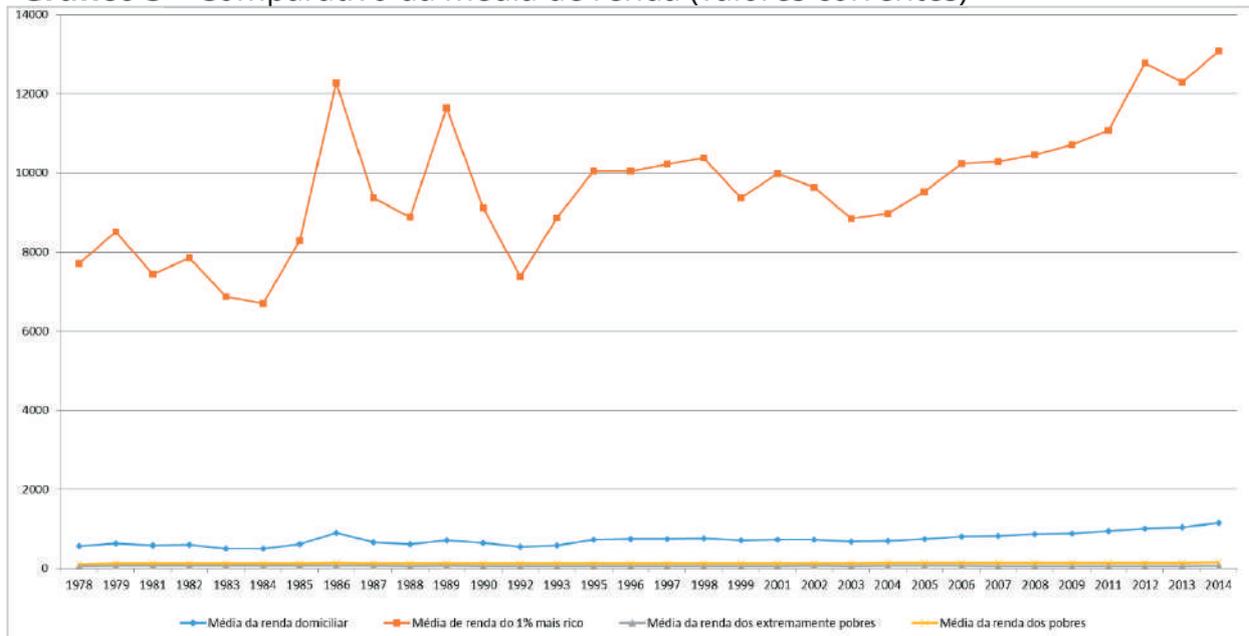
Fonte: elaboração nossa a partir dos dados do Ipeadata.

Após observar o quantitativo e fração de indivíduos e domicílios pobres e extremamente pobres, o gráfico 3 apresenta uma comparação da média de renda (valores correntes) entre os mais ricos e os mais pobres. Os dados mostram que tanto no período anterior à abertura democrática quanto nos anos logo após, houve uma significativa variação na média de renda do 1% mais rico da população brasileira. Só em 1995, com o Plano Real, a média de renda dos mais ricos se estabilizou e, a partir de 2003, manteve uma tendência de crescimento. Por outro lado, os dados da média de renda dos mais pobres se mantiveram estáveis antes e depois da abertura democrática.

Essa constatação indica uma grande dificuldade de pessoas e famílias pobres e extremamente pobres saírem do ciclo da pobreza e aumentarem sua renda. Ademais, quando se consideram os dados anteriores dos gráficos 1 e 2, que indicaram que após 2003 o percentual e número de indivíduos e domicílios pobres e extremamente pobres diminuíram, a comparação de média de renda do gráfico 3 sugere pouca melhoria na ampliação da renda corrente. Ou seja, a diminuição do número de indivíduos e domicílios pobres e extremamente pobres

após 2003 não significou melhoria substantiva de renda corrente.

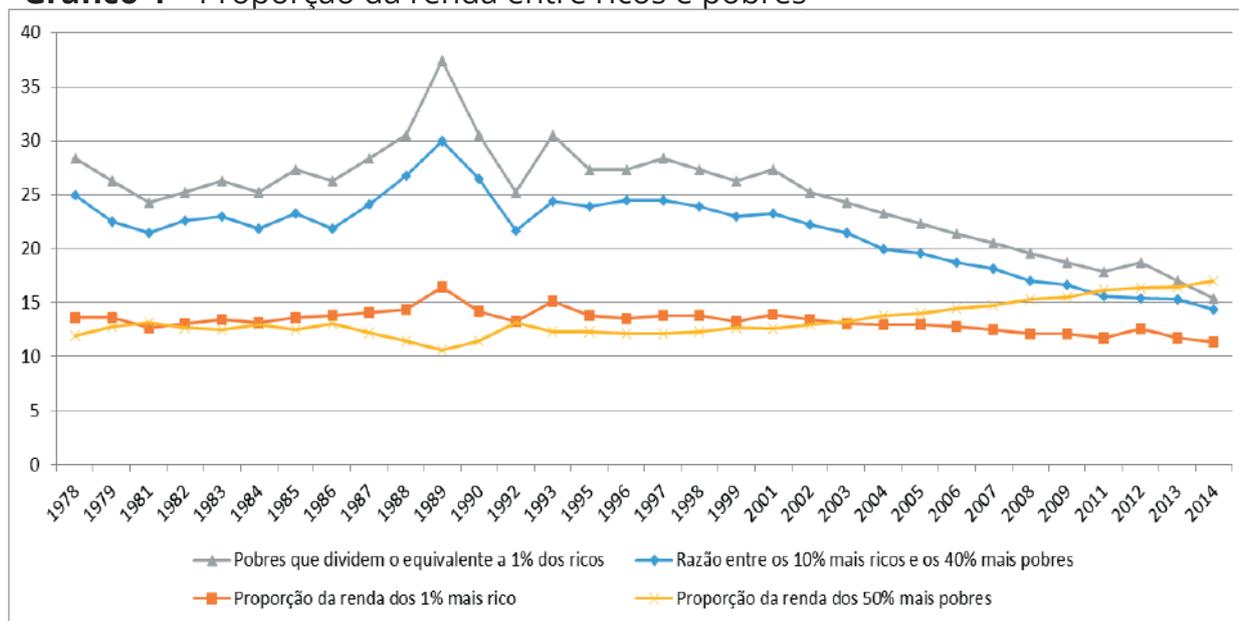
Gráfico 3 – Comparativo da média de renda (valores correntes)



Fonte: elaboração nossa a partir dos dados do Ipeadata.

Com efeito, o gráfico 4 visa comparar a desigualdade social por meio da proporcionalidade de renda entre ricos e pobres. Em primeiro lugar, destaca-se que o percentual da renda do 1% mais rico do país se manteve estável antes e depois da democratização. Ainda assim, a proporção de renda dos 50% mais pobres melhorou a partir dos anos 2000, diminuindo ligeiramente a desigualdade relativa ao 1% mais rico. Ademais, nota-se que o percentual de pobres que tem uma riqueza equivalente ao 1% dos ricos só diminuiu a partir dos anos 2000, indicando uma pequena diminuição da desigualdade social. Nessa época, a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres diminuiu. Assim, a democratização teve um impacto importante na diminuição da desigualdade de renda, ainda que essa tendência só tenha aparecido quase vinte anos depois da abertura democrática e não tenha representado uma diminuição significativa da desigualdade social.

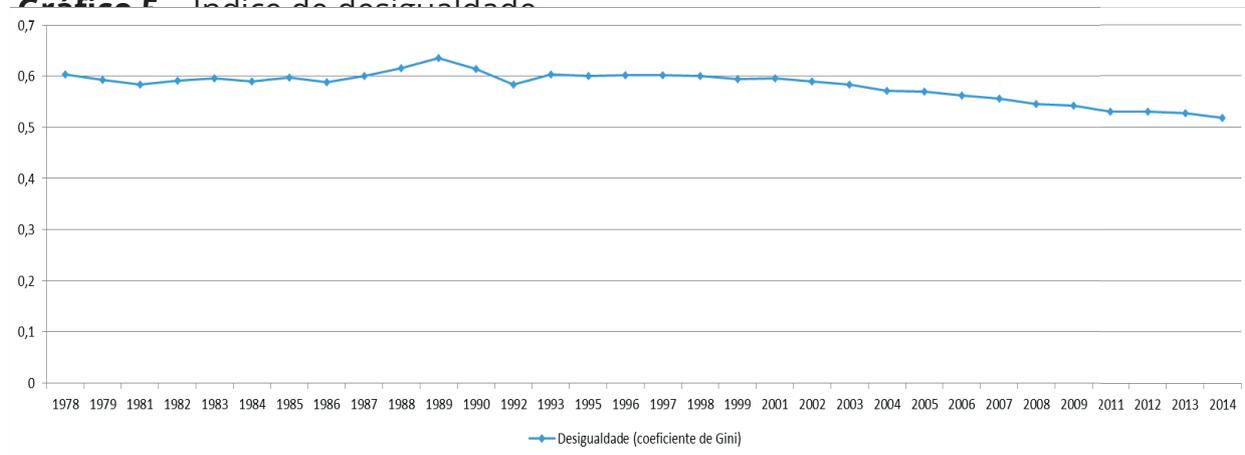
Gráfico 4 – Proporção da renda entre ricos e pobres



Fonte: elaboração nossa a partir dos dados do lpeadata.

Como observado no último gráfico, o impacto que a redemocratização teve na diminuição da desigualdade de renda demorou a aparecer e não representou uma diminuição significativa. O gráfico 5 apresenta o coeficiente de Gini que mede a desigualdade social de um país. O índice reforça que a redemocratização só significou uma diminuição da desigualdade a partir dos anos 2000 e que essa diminuição não foi substantiva. Portanto, o corredor brasileiro, criado formalmente na Constituição Federal de 1988, teve efeito, ainda que não substantivo, na diminuição da desigualdade social e no aumento de renda dos mais pobres e extremamente pobres. O corredor estreito brasileiro é, assim, distintivamente peculiar: é um corredor perpassado por um profundo fosso econômico entre as classes.

Gráfico 5 – Índice de desigualdade



Fonte: elaboração nossa a partir dos dados do Ipeadata.

5 ILUSÃO FISCAL E INSTITUIÇÕES EXTRATIVISTAS

O desenho institucional foi identificado por Acemoglu e Robinson como importante variável explicativa do desempenho econômico-social dos países. A configuração de regras e procedimentos que norteiam o processo de tomada de decisão dos atores sociais se constituem em vetores para a promoção do desenvolvimento ou do atraso econômico de nações ou regiões, com repercussões diretas na qualidade de vida das populações humanas. Uma das questões mais importantes para a definição de um desenho institucional diz respeito ao regime tributário de um país. O desenho da estrutura tributária importa porque pode contribuir para o aumento ou diminuição da desigualdade social.

A arquitetura institucional tributária que define os mecanismos de extração de rendas da população para o financiamento do Estado e de suas políticas públicas pode se constituir, caso não seja bem desenhada, em fonte promotora de concentração de renda e pode induzir a elevação do gasto público sem a devida contrapartida de bem-estar social esperado da ação governamental. A ilusão fiscal ocorre quando há significativa complexidade que inviabiliza a incidência de impostos e tributos para o cidadão. Como consequência, a ilusão fiscal pode criar e manter instituições extrativistas de elevado custo para a população.

A fim de caracterizar esse fenômeno, o economista italiano Amilcare Puviani (1903) identifica dois tipos de ilusão fiscal que captura o cidadão-contribuinte. No primeiro tipo, por falta de informação quanto a efetiva dimensão da carga tributária os taxpayers não avaliam devidamente a relação custo/benefício da estrutura tributária vigente em relação aos benefícios advindos das políticas públicas executadas. Já no segundo tipo de ilusão fiscal, o contribuinte, embora informado acerca da cara tributária que terá que arcar, comporta-se de maneira “acolhedora”, acatando determinada carga fiscal mesmo sem a contrapartida de bens e serviços públicos esperados.

Segundo Buchanan (1960), a consequência da ilusão fiscal é que a complexidade da estrutura tributária inviabiliza a real percepção da carga tributária suportada pelo cidadão, gerando expansões consecutivas do tamanho do Estado na economia, com prejudiciais repercussões no nível geral de preços e na eficiência do sistema econômico. Por seu turno, Gemmel et all. (1999), utilizando um modelo de séries temporais com intervalo de tempo 1955 a 1994, encontrou evidências empíricas para o fenômeno da ilusão fiscal no Reino Unido, destacando que a baixa visibilidade da estrutura tributária – notadamente, a de impostos indiretos – gera a anuência do cidadão a uma carga tributária mais elevada sem o correspondente benefício na oferta de políticas públicas.

Debruçando-se sobre o fenômeno da ilusão fiscal e seus efeitos na trajetória temporal do gasto público, Rezende (2019, p. 93) destaca que “o problema da ilusão fiscal deriva do fato de que os governos enfrentam um importante dilema político no que se refere ao trade-off entre gasto e tributação”. Se se aumenta os gastos públicos para aumentar as chances eleitorais, pode-se diminuir a popularidade governamental no médio ou longo prazo devido a distorções causadas por ilusões fiscais internas ao sistema tributário. Isso porque, para evitar custos eleitorais, os governos podem criar ou manter uma estrutura tributária ancorada em impostos

indiretos por serem menos “visíveis” ao eleitorado enquanto expandem os gastos.

Todas essas questões podem ser encontradas no sistema tributário nacional. Existe um grau de ilusão fiscal na tributação brasileira ao se concentrar no consumo, enquanto desonera empresas com grande capital político. De forma indireta, os mais pobres são proporcionalmente mais taxados, enquanto os mais ricos são proporcionalmente mais isentados. Nesse sentido, existe uma importante relação entre desigualdade social e ilusão fiscal. Quando se tem uma maior quantidade de impostos indiretos na carga tributária, tem-se menor visibilidade acerca da dimensão da carga fiscal que onera o contribuinte. No caso brasileiro, conforme destaca D’Araújo (2022), a desigualdade encontra-se com a ilusão fiscal configurando a estrutura tributária do país como um exemplo de desenho institucional pouco afeito à promoção do desenvolvimento econômico e bem-estar social.

As Tabelas 2 e 3 exibem o “encontro perverso” da ilusão fiscal com a desigualdade social. Ao se observar a incidência total de tributos entre o último decil da renda (posição 10º) em relação ao peso dos tributos no primeiro decil da distribuição de renda no Brasil (posição 1º) percebe-se que o topo da distribuição de renda (10º posição) tem uma incidência tributária de apenas 1,3 vezes a do contribuinte que se encontra na base da distribuição (1º posição).

Tabela 2 - Participação dos Tributos Segundo a Renda Total da População - 2009

Décimos de Renda Disponível	Tributação Indireta	Tributação Direta	Total Tributos
1º	28%	4%	32%
2º	22%	4%	25%
3º	19%	4%	23%
4º	18%	5%	23%
5º	17%	5%	22%
6º	16%	5%	22%
7º	15%	6%	21%
8º	15%	7%	21%
9º	13%	8%	21%
10º	10%	11%	21%
Média	13%	8%	22%

Fonte: D’Araújo (2022, p. 10, Tabela 1).

Por sua vez, a tributação indireta mostra-se decrescente à medida que o nível de renda se eleva. No primeiro decil da distribuição a tributação indireta é de 28%, ao passo no topo da distribuição essa natureza de tributação é reduzida para 10%. Portanto, quando se considera a tributação total percebe-se que, no Brasil, os mais ricos pagam proporcionalmente menos impostos que os mais pobres. Essa matriz tributária ancorada em tributação indireta e regressiva impacta significativamente as classes mais pobres no tocante ao esforço contributivo. Os mais pobres (posição 1º) apresentam um esforço contributivo 130% maior do que os contribuintes situados no 10º decil da distribuição de renda, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Esforço Contributivo em Relação à Faixa de Renda

Décimos de Renda Disponível	Contribuição da Classe de Renda à Arrecadação Tributária total (A)	Distribuição da Renda Total (B)	Esforço Contributivo da Classe de Renda (A/B)
1º	1,6%	0,7%	2,14
2º	2,4%	1,7%	1,42
3º	3,1%	2,5%	1,25
4º	4,0%	3,4%	1,17
5º	4,9%	4,5%	1,09
6º	6,2%	5,9%	1,05
7º	7,8%	7,7%	1,01
8º	10,7%	10,6%	1,01
9º	15,6%	16,1%	0,97
10º	43,7%	47,0%	0,93
Total	100,0%	100,0%	-

Fonte: D'Araújo (2022, p. 13, Tabela 4).

Ao ancorar-se em uma estrutura tributária com menos visibilidade e maior complexidade para o contribuinte, a matriz tributária brasileira não contribui para a diminuição da desigualdade social. A natureza regressiva que caracteriza a tributação indireta concorre para uma redistribuição perversa da renda ao penalizar as classes sociais situadas na base da distribuição. A ilusão fiscal no Brasil enquadra-se como uma instituição extrativista, nos termos de Acemoglu e Robinson, na medida em que

é limitadora da promoção de desenvolvimento econômico inclusivo dos mais pobres. Embora Acemoglu e Robinson não tratem do fenômeno da ilusão fiscal, a existência de uma arquitetura institucional tributária complexa e de pouca visibilidade para o contribuinte que pesa mais sobre os de menor renda é um exemplo de instituição extrativista. A ilusão fiscal, portanto, se constitui em um dos óbices para a promoção do progresso social e desenvolvimento econômico ao obscurecer a relação custo/benefício das políticas públicas executadas e por configurar-se em um arcabouço tributário regressivo, alimentando assim a desigualdade social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO FRACASSO AO CORREDOR ESTREITO NO BRASIL?

A tese de Acemoglu e Robinson se aplica muito bem ao caso brasileiro: após vinte e um anos do regime militar, o Brasil se redemocratizou, criou instituições inclusivas e entrou no corredor estreito da liberdade. Contudo, a análise dos dados brasileiros, no período de 1978 a 2014, sugere que o corredor estreito brasileiro é peculiar: o corredor brasileiro tem um profundo fosso de desigualdade social que separa uma minoria rica de uma maioria pobre ou extremamente pobre. Parte da responsabilidade dessa profunda desigualdade se atribui ao modelo tributário nacional, que com seu ilusionismo fiscal prejudica os mais pobres.

Todos os cidadãos brasileiros estão – formalmente – dentro do mesmo corredor estreito. Contudo, o interior do corredor é diferente para pessoas de classes sociais distintas. Para os mais ricos, o corredor tem um caminho largo para a liberdade, mas para os pobres e extremamente pobres, o corredor é um caminho estreito para sobrevivência. As garantias individuais e os direitos sociais formalmente dispostos na Constituição Federal de 1988 não se reverteram em um corredor estreito de liberdade substantiva para milhões de brasileiros. Em certa medida, o Brasil mantém algumas instituições extrativistas, como a ilusão fiscal que obscurece isenções sobre itens de luxo, tributa o consumo e desonera grandes empresários com alto grau de capital político.

A obra de Acemoglu e Robinson não qualifica que tipo de corredor estreito um país pode criar. Eles se preocupam com a entrada e saída do corredor. A análise do caso brasileiro indica que o corredor brasileiro é um fosso que não possibilita liberdade substantiva para todos. As crises político-econômicas dos últimos anos revelaram que o Leviatã brasileiro é “Agrilhado para alguns”, enquanto para outros continua a ser um Leviatã de Papel, Ausente ou até Despótico. O Estado brasileiro é Ausente para aqueles sem saneamento básico e sem as mínimas condições de subsistência; é Presente para grupos do alto escalão do funcionalismo público; é de Papel no combate à corrupção e na garantia de segurança pública para a população; e é Despótico na cobrança de uma alta carga tributária sobre o consumo ao mesmo tempo em que entrega serviços de má qualidade. Portanto, o Brasil ainda tem um longo caminho no corredor para agrilhoar melhor o Leviatã e aterrar, em alguma medida, o profundo fosso da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ipeadata. 2022. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 19 de junho de 2022.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022a.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. O corredor estreito: Estados, sociedades e o destino da liberdade. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022b.

BUCHANAN, James M. Fiscal theory and political economy. Chapel Hill: University of North Caroline, 1960.

D'ARAÚJO, Pedro Júlio Sales. Quando a desigualdade social encontra a ilusão fiscal: a regressividade cognitiva da matriz tributária brasileira. *Revista Cadernos de Finanças Públicas, Tesouro Nacional*, v. 01, p. 1-60, 2022.

EMPOLI, Domenico da. The theory of fiscal illusion in a constitutional perspective. *Public Finance Review*, v. 30, nº 5, pp. 377-384, 2002.

GEMMELL, Norman; MORRISSEY, Oliver e PINAR, Abuzer. Fiscal illusion and the demand for government expenditures in the UK. *European Journal of Political Economy*, v. 15, pp. 687-704, 1999.

PUVIANI, A. Teoria dell'illusione finanziaria. Milan: Remo Sandon, 1903.

REZENDE, Flávio da Cunha. Os leviatãs estão fora do lugar: democracia, globalização e transformações no papel do Estado (1990-2010). 2. ed. Recife-PE: UFPE, 2019.

LUDICIDADE E APRENDIZAGEM: O USO DE JOGOS DIDÁTICOS NO ENSINO DE LIBRAS

LUDICITY AND LEARNING: THE USE OF DIDACTIC GAMES IN LIBRAS TEACHING

Conceição de Maria Costa Saúde¹⁴²
Kívia Karla de Figueiredo Marinho¹⁴³
Sonale Sintia Araújo de Santana Agra¹⁴⁴

¹⁴² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino - PPGLE da UFCG. Professora de Libras e Letras Libras na UFCG (campus I). Coordenadora do Projeto Práticas Pedagógicas Inclusivas e do Programa de Internacionalização Erasmus + junto a Universidade Paris 8. E-mail: prof.conceicaosaude@gmail.com.

¹⁴³ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE-UFCG). Especialização em andamento em Linguística Aplicada e ensino de línguas pela UFMS. cursa aperfeiçoamento de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português na Educação Básica (UFSC). Tradutora Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS-UFCG). Educadora popular no ensino de Libras pela Associação de Juventudes Cultura e Cidadania - AJURCC. E-mail: prof.kiviamarinho@gmail.com.

¹⁴⁴ Pós graduanda em Tradução e Interpretação em Libras pela Faculdade Metropolitana de São Paulo (Fameesp). Graduação em Pedagogia e Letras - Libras, pelo (Uniasselvi). Professora de Libras como L1 e L2. Intérprete de Libras educacional na rede estadual de ensino da Paraíba, da língua portuguesa para a Libras (e vice versa), literatura, gramática e conversação das línguas: Espanhola e Libras.. E-mail: nalesintia@gmail.com.

RESUMO

Este artigo investiga o uso de jogos didáticos como uma estratégia lúdica para o ensino e aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras), direcionado tanto a surdos (L1) quanto a ouvintes (L2). A pesquisa se baseia na experiência prática da I Mostra de Conhecimentos em Libras, realizada em 2018 na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde foram aplicadas diferentes metodologias lúdicas para promover a fluência em Libras. Jogos como o "Jogo da Memória Sinalizado" e o "Tabuleiro da Comunidade Surda" foram sugeridos para integrar o ensino da língua com elementos culturais da comunidade surda, facilitando a aquisição de competências linguísticas e comunicativas. Ainda demonstra como essas práticas pedagógicas, baseadas na ludicidade, contribuíram para um aprendizado mais eficaz e envolvente de Libras, promovendo uma educação bilíngue inclusiva e acessível. A metodologia adotada combinou atividades práticas e interativas, adaptadas às necessidades dos alunos, com uma análise teórica fundamentada em autores como Kishimoto (1996), Quadros (2011), Basso (2009) e Gesser (2010). As conclusões ressaltam a importância da adaptação dos jogos para diferentes contextos educacionais e a necessidade de formação contínua dos professores, garantindo que as metodologias lúdicas possam ser aplicadas de maneira eficaz no ensino de Libras.

PALAVRAS-CHAVE:

Ensino de Libras. Jogos didáticos. Práticas pedagógicas. Metodologias lúdicas. Educação bilíngue.

ABSTRACT

This article explores the use of didactic games as a playful strategy for teaching and learning Brazilian Sign Language (Libras), targeting both deaf individuals (L1) and hearing learners (L2). The research is based on the practical experience of the I Mostra de Conhecimentos em Libras, held in 2018 at the Federal University of Campina Grande (UFCG), where various playful methodologies were applied to promote fluency in Libras. Games such as the "Signed Memory Game" and the "Deaf Community Board Game" were suggested to integrate language teaching with cultural elements from the deaf community, facilitating the acquisition of linguistic and communicative skills. The article further demonstrates how these pedagogical practices, rooted in playfulness, contributed to more effective and engaging Libras learning, promoting inclusive and accessible bilingual education. The methodology combined practical and interactive activities, tailored to students' needs, with a theoretical analysis grounded in authors like Kishimoto (1996), Quadros (2011), Basso (2009), and Gesser (2010). The conclusions emphasize the importance of adapting these games to different educational contexts and the necessity of continuous teacher training to ensure that playful methodologies can be effectively applied in Libras teaching.

KEYWORDS

Libras Teaching. Didactic Games. Pedagogical Practices. Playful Methodologies. Bilingual Education.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, refletimos sobre a ludicidade no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), utilizando jogos didáticos, com base nas práticas pedagógicas da professora Conceição de Maria Costa Saúde, ministradas no curso de Letras Libras da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Além da reflexão teórica, apresentamos um relato de experiência da I Mostra de Conhecimentos em Libras (MCL), destacando os resultados obtidos.

Ao considerar os diferentes ritmos de aprendizagem e o uso contextual dos sinais, exploramos opções lúdicas para o ensino de Libras a crianças e adolescentes surdos e ouvintes. Essas opções incluem jogos e contação de histórias que destacam as diferenças entre a língua portuguesa e a Libras.

Nosso estudo evidencia que o uso de jogos em sala de aula pode promover o desenvolvimento do aluno de maneira prazerosa e eficiente, contribuindo qualitativamente para o processo de ensino e aprendizagem.

A utilização de jogos em sala de aula vai além de simples atividades lúdicas; é um momento em que a criança ou adolescente aprende, interage socialmente, troca conhecimentos e desenvolve habilidades intelectuais e sociais.

Para a docente, o jogo é uma ferramenta que permite ao aluno adquirir os conhecimentos necessários de forma livre e divertida, facilitando a fluência em Libras nos aspectos lexicais, sintáticos, comunicativos e socioculturais. Corroborando com o pensamento de Lacerda, (2011) que o professor deve considerar o conhecimento prévio dos alunos, bem como os aspectos linguísticos, culturais, sociais e psicológicos.

Durante o evento mencionado, utilizamos um eixo literário para estimular novas produções em literatura surda, especificamente adaptando o conto de Pinóquio. A literatura, nesse contexto, estimula a cultura, identidade, criatividade e imaginação, promovendo o uso consciente da língua e o desenvolvimento cognitivo do aluno. A seguir, discutiremos a aquisição de Libras como L1 e L2, e a aplicação das metodologias mencionadas em sala de aula.

2 JOGOS DIDÁTICOS COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO DE LIBRAS

Nas décadas de 1980 e 1990, a Libras começou a ser objeto de estudo no Brasil, com investigações que mostraram como crianças surdas adquirem a gramática de forma semelhante às crianças ouvintes em línguas orais. A partir de então, os direitos linguísticos dos surdos foram assegurados por políticas públicas e legislação (como as leis 9394/96, 10.436/2002 e o decreto 5626/2005), garantindo que os alunos surdos tivessem o direito à educação bilíngue.

Dada a presença de alunos surdos em escolas bilíngues e inclusivas, torna-se necessário expandir as metodologias de ensino de Libras para promover a interação entre surdos e ouvintes. Em qualquer língua, existem habilidades que o aprendiz deve adquirir para ser considerado competente. No ensino de Libras, é fundamental que o docente integre aspectos linguísticos e sociais, desmistificando mitos sobre a comunidade surda e a Libras.

A utilização de jogos didáticos em sala de aula facilita o ensino-aprendizagem

de maneira eficaz e lúdica. Os jogos promovem a interação entre os alunos, criando laços entre o mundo ouvinte e o mundo surdo, e contribuindo para a superação de barreiras de comunicação (Pereira, 2011). A estrutura organizacional das aulas, planejada e contextualizada, é essencial para o sucesso do ensino, e os jogos didáticos desempenham um papel importante nesse processo, tornando o aprendizado mais atraente e motivador para os estudantes.

É fundamental despertar a curiosidade do aluno para o conhecimento. Ao lembrar do jogo, o estudante associa os sinais aprendidos de forma natural e começa a utilizá-los espontaneamente, acelerando o desenvolvimento das habilidades cognitivas, linguísticas e comunicativas. A sala de aula deve ser um ambiente onde o aprendiz se sinta livre para praticar, e os jogos promovem essa descontração, evitando bloqueios na execução das atividades práticas.

O uso dos jogos permite que os alunos aprendam brincando, sem medo de errar, e proporciona um ambiente de cooperação onde todos se ajudam, desenvolvendo o companheirismo e as habilidades sociolinguísticas. Além disso, aspectos psicológicos podem ser trabalhados por meio dos jogos, pois o professor acompanha o ritmo de cada aluno, ajudando aqueles que se sentem desconfortáveis a superar bloqueios na sinalização. Assim, o papel do professor é essencial na mediação do acesso à Libras, proporcionando uma aprendizagem didática, pedagógica e prazerosa.

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS NO ENSINO DE LIBRAS: DESAFIOS E APLICAÇÕES

Em 2017, foi iniciado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) o curso presencial de Licenciatura em Letras Libras. Dentro da Proposta Pedagógica Curricular (PPC), diversos componentes curriculares foram criados para que os alunos adquiram tanto o conhecimento teórico quanto as habilidades práticas necessárias para ensinar Libras de forma acessível e coerente a estudantes surdos e ouvintes.

Entre esses componentes, destacam-se as disciplinas "Leitura e Escrita" e "Fundamentos da Prática Educativa", ministradas pela professora e pesquisadora Saúde, vinculada a Unidade Acadêmica de Letras (UAL), no Centro de Humanidades (CH) da UFCG. Durante o desenvolvimento dessas disciplinas, particularmente a segunda, percebeu-se o grande potencial dos alunos na criação de materiais didáticos pedagógicos. Esses materiais não apenas serviram como recursos para futuras aulas, mas também como uma oportunidade para os alunos praticarem suas habilidades pedagógicas de forma criativa e significativa.

Para compartilhar esses trabalhos com a comunidade acadêmica e além dos muros da universidade, a referida professora idealizou a "I Mostra de Conhecimentos em Libras". O evento, realizado nos dias 9 e 10 de outubro de 2018, no pátio do prédio BG da UFCG. Envolveu alunos de Letras Libras (turmas 2017.1 e 2018.1), Pedagogia, Medicina e outras áreas. A MCL foi organizada pelos próprios alunos, sob a supervisão e coordenação da professora, incluiu a produção e aplicação de jogos didáticos, apresentações culturais, entrevistas e depoimentos sobre o ensino de Libras.

A Mostra destacou a importância dos jogos didáticos no ensino de Libras para surdos (L1) e ouvintes (L2), além de apresentar jogos bilíngues que despertaram o interesse de professores de diversas disciplinas. Durante o evento, os jogos foram explicados e aplicados, permitindo aos participantes avaliarem sua eficácia como ferramenta pedagógica. A professora Conceição Saúde contextualizou teoricamente cada jogo, destacando seus objetivos e benefícios no desenvolvimento dos alunos.

Na exposição foi possível encontrar vários tipos de jogos elaborados de forma visual reciclados, outros criados ou adaptados. Os visitantes podiam interagir nos stands com os alunos aplicadores de jogos e prestigiar as apresentações culturais realizadas pelos alunos como: grupos de dança, declamação de poemas, teatro, interpretações de músicas, entre outros. Nos intervalos entre uma apresentação e outra, alguns professores foram convidados para dar entrevistas, outros para explicar seus depoimentos acerca do ensino e aprendizagem de Libras, assim como alguns estudantes da graduação tiveram a oportunidade de relatar suas experiências no decorrer das disciplinas citadas acima.

No transcorrer do primeiro dia de evento, todos os jogos foram expostos por suas respectivas turmas e as apresentações foram realizadas ao longo do dia. No segundo dia o cronograma foi mantido, dando oportunidade das pessoas que não puderam acompanhar a programação do primeiro dia. Recebemos visitas de alunos de escolas dos níveis fundamental e médio e em especial: infantil (a creche UAEI da UFCG) alunos puderam ter contato com os surdos e aprenderam Libras da melhor maneira, brincando. Foram várias as alternativas de jogos para que a pessoas pudessem escolher e aprender de forma dinâmica e diferente.

Tendo em vista a contribuição da disciplina Fundamentos de Prática Pedagógica, agora elucidaremos a teoria e prática vinculadas a disciplina Leitura e Escrita, que a fim de provocar a saída da zona de conforto para criar uma ponte entre teoria e prática, a proposta da I MCL consistia em desenvolver uma atividade que estimulasse a aquisição da Libras. Uma das opções mais viáveis era aventurar-se explorando a área da literatura, pois, devido à escassez de materiais, não é tão comum presenciar a sua utilização em língua de sinais de forma tátil-visual em sala de aula, proporcionando aguçar os sentidos, a imaginação e criatividade dos aprendizes.

2.1.1 AQUISIÇÃO DE LIBRAS COMO L1: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS

A comunicação dos surdos brasileiros ocorre através da Libras, uma língua reconhecida oficialmente, que possui sua própria estrutura gramatical e regras linguísticas, semelhante às línguas orais. Ao contrário da percepção comum, Libras não se resume a gestos ou mímicas; é uma língua completa e natural para os surdos brasileiros.

A aquisição da Libras como L1 é crucial para o desenvolvimento cognitivo e social dos surdos. No entanto Skliar, (1997, p. 132) afirma que “95% dos surdos nascem em famílias ouvintes que desconhecem ou rejeitam a língua de sinais, o que pode levar a uma aquisição tardia da linguagem, prejudicando seu

desenvolvimento linguístico. Segundo Quadros e Cruz (2011), a falta de exposição à Libras nos primeiros anos de vida pode resultar em sérios prejuízos educacionais. Esse indivíduo precisa ter contato com sua língua natural ou L1 para que se desenvolva de forma eficaz. Isto posto, muitos surdos na fase adulta tem um certo receio no concernente a identidade, comunicação, socialização e cultura, uma vez que não aprendeu a língua com a qual poderia comunicar-se e usufruir de todos os benefícios que o uso da linguagem proporciona sentindo-se parte da sociedade em que vive de forma livre.

A visão negativa da sociedade em relação à surdez, como observa Gesser (2009), contribui para os desafios enfrentados pelos surdos, que muitas vezes não reconhecem sua própria condição como um problema, mas sim a falta de acesso à língua. O desenvolvimento pleno de um indivíduo surdo depende de seu acesso precoce à Libras, que é essencial para a comunicação, construção de identidade, e participação na sociedade. Segundo a referida autora:

Através da língua nos constituímos plenamente como seres humanos, comunicamo-nos com nossos semelhantes, construimos nossas identidades e subjetividades, adquirimos e partilhamos informações que nos possibilitam compreender o mundo que nos cerca e é nesse sentido que a linguagem ocupa um papel essencial na organização das funções psicológicas superiores (GESSER, 2009, p. 77).

A educação dos surdos no Brasil passou por várias transformações, desde a oralização até o bilinguismo, exigindo que educadores repensem suas práticas pedagógicas para oferecer alternativas eficazes na sala de aula. Após o decreto 5.626/2005, que marcou um ponto de virada na educação de surdos, surgiram reflexões mais profundas sobre as práticas educacionais voltadas para esse público, com foco na adaptação dos conteúdos curriculares para atender suas necessidades específicas.

Para que o desenvolvimento educacional dos surdos seja eficaz, é necessário que eles sejam inseridos em um ambiente adequado, onde possam adquirir as habilidades e conhecimentos necessários para seu progresso acadêmico e social. No entanto, apesar das mudanças, ainda há muitos surdos que, após anos de escolarização, apresentam dificuldades significativas em leitura, escrita e compreensão de conteúdos acadêmicos.

A experiência visual, fundamental para os surdos, é um aspecto que deve ser central no ensino de Libras. Perlin e Miranda (2003) destacam que a:

Experiência visual significa a utilização da visão, (em substituição total a audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge à cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico (PERLIN; MIRANDA, 2003, p. 218).

Portanto, para ensinar Libras de forma eficaz, o professor deve estar imerso no universo cultural e linguístico dos surdos, participando ativamente da comunidade surda e utilizando recursos pedagógicos que valorizem essa experiência visual.

A melhor forma de os surdos encontrarem sua identidade é através do contato com outros surdos, sejam professores ou membros da comunidade, que possam compartilhar experiências e ajudar na construção de uma identidade linguística e cultural sólida. A entrada no ambiente escolar é crucial para que os surdos descubram um mundo que, até então, conheciam apenas por imagens. Contudo, a eficácia desse processo depende da metodologia aplicada pelo professor e do suporte adequado de tradutores/intérpretes.

A partir disso, faz-se sumamente importante pensar em alternativas metodológicas que possam atender as necessidades dos surdos. Essas metodologias não garantem um aproveitamento 100% seguro, contudo será uma maneira mais eficiente de conectá-lo ao mundo e dele aprender os conteúdos curriculares. Pode-se dizer que as metodologias pensadas para o sujeito surdo, trata-se de um elo com a pedagogia voltada ao desenvolvimento que será somado ao conhecimento de mundo por ele adquirido.

Pensar em alternativas metodológicas que atendam às necessidades dos surdos é essencial para conectá-los ao mundo de maneira significativa. A pedagogia para surdos, conforme Basso et al. (2009), deve ser entendida como um "jeito surdo de ensinar e aprender", refletindo as particularidades culturais e linguísticas dos surdos. Métodos de ensino eficazes devem considerar não apenas as técnicas pedagógicas, mas também o ritmo, o nível da turma, e a criatividade, adaptando-se às necessidades de cada aluno e cultura.

2.1.2 AQUISIÇÃO DE LIBRAS COMO L2: DESAFIOS E ABORDAGENS PARA OUVINTES

Libras como L2 refere-se à segunda língua adquirida por um sujeito que já possui uma língua materna (LM) ou L1. No caso dos ouvintes, a L1 geralmente é o português, e a Libras é a L2. No entanto, a aquisição de Libras por ouvintes apresenta desafios únicos, especialmente porque a maioria dos ouvintes não está familiarizada com a cultura surda e a estrutura visual-gestual-espacial das línguas de sinais.

Dentro de uma sociedade predominantemente ouvinte, o interesse pela Libras pode ser limitado devido à falta de conscientização sobre o valor da cultura surda e o potencial de enriquecimento que essa cultura pode oferecer. Gesser (2006) aponta que, para muitos ouvintes, a Libras é vista como:

Uma “língua estrangeira” em seu sentido mais amplo, pois sabemos que a comunidade majoritária ouvinte pertence a uma tradição oral – e aqui não me refiro em oposição à modalidade escrita – que concebe a língua no sentido vocal-auditivo e não espaço-visual. Ao tratar a relação dos ouvintes com a LS como “estrangeira”

não estou levando em consideração somente questões de modalidades distintas, bem como o fato de a LS pertencer a uma minoria linguística “invisível”, e que não é falada e entendida na sociedade brasileira (cf. Cavalcanti, 1999a). Afinal, seria um paradoxo chamar de “estrangeira” uma língua Brasileira de sinais, língua esta que está contemplada – juntamente com mais de 200 línguas – no Livro de Registros das Línguas. Enfim, o uso (sempre entre aspas) da palavra “estrangeira” para fazer reflexões em torno da LS é – no sentido de De Certeau (1994) – uma “tática/estratégia” que lanço mão para sensibilizar e pontuar o quão alheia é a língua de sinais para a maioria dos ouvintes (GESSER, 2006, p. 67).

Podemos questionar se ensinar língua de sinais para ouvintes é mais fácil? Depois do primeiro contato com a língua, alguns ouvintes mudam o pensamento de que Libras é apenas “um mexer as mãos”. Existem inúmeras dificuldades no ensino e aprendizagem de Libras para ouvintes que serão mais bem especificados no próximo tópico.

Aprender Libras como L2 não é uma tarefa simples. Envolve desvincular-se das estruturas da língua portuguesa e adaptar-se a uma nova forma de comunicação que é fundamentalmente diferente. Para muitos ouvintes, isso significa superar a interferência da L1, que frequentemente leva a uma interlíngua — um estágio intermediário no qual o aprendiz mistura elementos da L1 com a L2. Esse processo é particularmente desafiador para adultos, cujas estruturas linguísticas da L1 estão mais enraizadas.

Gesser (2010) observa que, no ensino de Libras para ouvintes, os professores, muitas vezes, precisam recorrer ao português escrito para auxiliar na explicação dos conceitos e facilitar a compreensão. Embora o uso do português possa ser útil, é essencial que os educadores incentivem a imersão em Libras, promovendo o uso da L2 de maneira natural e fluente.

2.2 CRIAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE JOGOS PARA SURDOS E OUVINTES

Como discutido anteriormente, o conhecimento sobre a educação de surdos tem evoluído, especialmente após a implementação do decreto 5.626/2005, que assegura a inclusão da Libras na formação de professores. A criação de jogos didáticos adaptados para surdos e ouvintes é uma estratégia eficaz para facilitar a aquisição de Libras de maneira lúdica e envolvente.

Visando à lei de inclusão da pessoa com deficiência: “Assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p.1). Pensamos em estratégias lúdicas para facilitar o aprendizado da Libras com prazer e interesse dos alunos. O jogo por exemplo é uma ferramenta que pode ser utilizada para esse processo de ensino e aprendizagem no momento de avaliar o desenvolvimento da língua de sinais.

Temos um leque de jogos que se consideram bilíngues, em contrapartida

ao ensinar Libras para um surdo, sabe-se que o mesmo já possui sua própria língua internalizada, seja ela por meio de gestos caseiros ou por meio de mímicas e uma ótima estratégia para tentar direcioná-los apenas à língua de sinais durante a aquisição, são os jogos adaptados em Libras.

O uso de jogos como ferramenta pedagógica oferece um ambiente propício para o desenvolvimento linguístico e cognitivo, motivando os alunos a superarem os obstáculos e a se engajar ativamente no aprendizado. Kishimoto (1996) destaca que os jogos promovem o desenvolvimento corporal, estimulam a inteligência, e facilitam a adaptação ao grupo social, preparando os alunos para interagir de maneira mais eficaz na sociedade.

O jogo é um instrumento pedagógico muito significativo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para a adaptação ao grupo, preparando a criança para viver em sociedade, participando e questionando os pressupostos das relações sociais tais como estão postos. (KISHIMOTO, 1996 p. 26).

Tendo em vista a dificuldade comunicativa e apreensiva de surdos e ouvintes em processo aquisitivo da língua de sinais, desenvolvemos jogos para proporcionar a possibilidade de adquirir a compreensão e competência comunicativa dos alunos. Os jogos foram pensados e voltados para o estímulo imagético, visto que tanto o surdo como o ouvinte vidente (pessoa que ouve e ver), estes conhecem a maioria das coisas pelo que veem, buscamos com isso desenvolver a memória imagética associando aos sinais icônicos, que apresentam em sua sinalização características físicas, estilísticas ou geométricas semelhante ao signo linguístico em imagem.

A seguir apresentaremos alguns jogos expostos durante a IMCL, começando pelo jogo chamado Roleta das profissões, observe nas (fig. 1) e (fig. 2).

Figuras 1 e 2: Roleta das profissões



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2018).

Esse jogo, com foco na L1, foi elaborado com materiais recicláveis. Nele continha uma roleta com as imagens de profissionais, cartas contendo o sinal das profissões, cartas com as configurações de mãos e cartas com as letras do alfabeto. Para jogar a discente roda a roleta, no profissional que a seta apontar

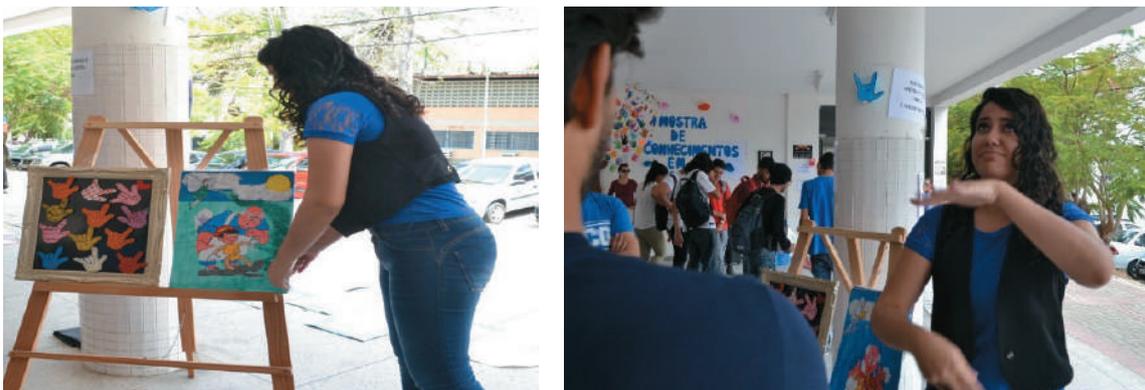
ele vai buscar a carta do sinal referente, as cartas com as dactilologias e as cartas com as letras do alfabeto formando assim a palavra em português. Dessa forma, podemos fazer com que o surdo aprenda os sinais dos profissionais, profissão e ao mesmo tempo a escrita dos referidos sinais em português e em dactilologia.

Tendo em vista que a literatura também alavanca o processo de aquisição da língua através da contação de histórias, pudemos contribuir com a vertente da literatura surda no Brasil, que até então segue se desenvolvendo e por isso não se tem um leque tão abrangente de gêneros literários em Libras. O conto foi percebido como uma ótima alternativa, pois tem o poder de nos encantar, despertar interesse e curiosidade. A narração foi recriada e adaptada por Sonale Agra, baseada na realidade cotidiana da comunidade surda e claro, na língua meta: Libras. Para explorá-lo, optou-se por selecionar um conto bastante conhecido para adaptar: Pinóquio.

A narração contou com vários personagens surdos como Gepeto, Pinóquio, a fada Azul e o grupo de teatro surdo (personagens novos), não esquecendo dos ouvintes que também fazem parte da realidade, Pepe, o grilo fluente em Libras, a fada verde que não sabia nada da língua (personagem nova) e o dono do parque de diversões. Para além de personagens, a adaptação abrangia situações bastante comuns na vivência surda como escola sem intérprete, bullying dos colegas da escola, desobediência aos pais e adultos que tentam explorar crianças e adolescentes.

Foi feito um livrão manual que contava apenas com imagens táteis, sendo ausente o texto escrito com exceção do título que foi centralizado na capa, veja nas imagens a seguir (fig.3) e (fig. 4).

Figuras 3 e 4: Livrão do conto adaptado Pinóquio e a narrativa visual sinalizada pela aluna



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2018).

Como foi citado acima, para fazer a aplicabilidade do conto adaptado Pinóquio possível no evento, foi elaborado um livrão de 52 cm de altura por 35 cm de largura, encadernado, feito a mão com texturas diferentes para que as pessoas que visitavam a mostra pudessem tocá-lo e sentir-se inseridos dentro da história e próximas as personagens do conto.

De acordo com o que foi mencionado, pode-se dizer que a utilização da literatura na metodologia do ensino de Libras também auxilia na aquisição da

linguagem como um todo, dando a possibilidade de o discente especular sobre as personagens, criar novos finais e desenvolver seu próprio conto em Libras através da sinalização criativa, estimulando o uso consciente da língua.

Assim, pôde-se dar margem à criatividade de quem apreciava a história para deduzir, supor, e criar expectativas sobre o que viria nas próximas cenas e estimular o uso da língua. Além de criar um ambiente propício para proximidade cultural e identitária, discutindo a importância da utilização da língua e a luta pelas causas da Comunidade Surda.

Tendo sido exemplificadas duas práticas pedagógicas voltadas para o público surdo, explanaremos a aquisição de uma L2 pelo público ouvinte. Leite e McCleary (2009), aludem a Jacobs no concernente às dificuldades de um ouvinte em aprender Libras. Por mais que pareça fácil, o alfabeto manual reúne diversas dificuldades de realização para o aprendiz, visto que segundo os autores, é “um conjunto de padrões de discriminações visuais”. Em uma conversa de ritmo normal o ouvinte tem um obstáculo chamado dactilologia, em que uma palavra que o emissor da mensagem desconhece seu sinal ou não existe um sinal correspondente, é dita letra por letra, neste caso configuração de mão por configuração de mão. Logo, podemos perceber que o alfabeto manual não é tão simples e fácil de ser aplicado ao cotidiano.

Algumas configurações de mão, movimentos ou posições equivalentes a letras do nosso alfabeto em língua portuguesa, causam confusão para estudantes ouvintes no início da aquisição da língua, como as letras I e Y, pela similaridade da configuração de mão. G e Q também podem confundir, uma vez que temos a mesma configuração de mão, com posições diferentes. Ç e C tem uma alteração mínima, contam apenas com um movimento leve para torná-las diferentes. A e S portam uma grande semelhança e a atenção do estudante de Libras ouvinte deve estar na posição do polegar para diferenciá-las. H de K e P podem causar bastante dúvidas e a atenção precisa ser posta ao movimento e posição, pois é o que as diferencia. Outra dúvida comum entre os iniciantes da Libras é onde posicionar o polegar para obter as configurações correspondentes às letras F e T, se na frente ou atrás do dedo indicador.

Outras dificuldades relacionadas ao alfabeto manual são percebidas entre os ouvintes como: realizar a configuração voltada para si. Além disso os traços não manuais resultam um pouco esquecidos, pois a concentração do interlocutor está nas mãos e isso faz com que as expressões faciais que propicia a intensidade do sinal, ou marca se afirmativo, negativo, interrogativo etc. não sejam utilizadas. A formação das frases em Libras no que se refere a posição de cada elemento, é diferente do português, então o aprendiz leva traços da sua primeira língua para a segunda. Em língua portuguesa temos: sujeito, verbo e objeto. Na Libras, o objeto por vezes vem primeiro. Exemplo: Português: você tem um cachorro? Libras: Cachorro você ter?

Trazer um pouco da língua materna para a língua meta faz parte da interlíngua, ou seja, o processo de transição de aprendizagem de uma língua para outra. Erros são normais no início do processo de aquisição de qualquer língua, seja ela oral ou de sinais, a interlíngua sempre estará presente no processo de aquisição da língua meta.

Postas as dificuldades mais comuns no processo de aquisição da Libras

pelos ouvintes, a I MCL promoveu a feitura de jogos com materiais recicláveis que contemplam as referidas problemáticas de aprendizagem: A trilha de chão do alfabeto manual a seguir (fig.5), é um jogo produzido através de papeis reaproveitados, cartolina, impressões, fitas durex colorido, papelão etc.

Figura 5: Trilha de chão do alfabeto manual



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2018).

Neste jogo os discentes usariam um dado para avançar na trilha conforme os acertos de sinais que realizassem com a configuração de mão que parasse o dado e iriam avançando as casas, ganha quem chegar primeiro ao final da trilha. Já o jogo dos emojis observe as (fig. 6) e (fig. 7) também foi confeccionado com materiais que iriam para o lixo como: cds/dvds, pedaços de cartolinas, cola etc. Os discentes encontrariam diversos emojis virados para baixo e à medida que fossem desvirando cada emoji ainda desconhecidos deveriam reproduzir a expressão facial correspondente formando uma frase em Libras, o jogador com o maior número de emojis na mão ganha a partida.

Figuras 6 e 7: Jogo dos emojis frente/verso



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2018).

E o último a ser apresentado, intitulado amarelinha dos numerais apresentados em duas perspectivas através das (fig.8) e (fig. 9) foi produzido com cartolinas, folhas emborrachadas (EVA), papelão e imagens dos numerais cardinais associando a quantidade de bolinhas, ao numeral e o sinal.

Figuras 8 e 9: Amarelinha dos numerais



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2018).

Para esta brincadeira, o participante joga um disco em determinado número da amarelinha e desenvolve uma frase em Libras utilizando aquele número, caso não acerte ele voltará ao início (terra). Ganha o discente que chegar primeiro no céu.

Pudemos perceber que na realização da I MCL, a estratégia de ensinar LS brincando foi uma alternativa de fato vantajosa pois, crianças, adolescentes e adultos puderam aprender a Libras de forma lúdica, fugindo da teoria do vocábulo, em que se aprende um léxico por vez. Ali eles puderam experimentar um universo cheio de possibilidades onde vários conteúdos abordados através dos jogos foram absorvidos por eles.

Os professores atuantes e em formação também puderam desfrutar dos jogos, brincando e analisando as estratégias utilizadas para repensar suas próprias metodologias e aplicar o recurso didático exposto pelo evento à sua realidade, com seus alunos surdos em determinada disciplina e também envolvendo os alunos ouvintes se for o caso de uma escola inclusiva.

Porém, as metodologias não devem ser compreendidas pelo professor dentro de uma perspectiva universal ou imutável, pois sabemos que cada aluno tem um ritmo de aprendizagem diferente e tipos de absorção de conteúdo diferentes, às vezes uma estratégia pode funcionar muito bem para determinado aluno e para outro não. Isto posto, é necessário que esta metodologia seja adaptada de acordo com a realidade dos alunos envolvidos, para que não seja engessada e dificulte a aprendizagem ao invés de facilitá-la.

2.2.1 SUGESTÕES DE CRIAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE JOGOS PARA O ENSINO DE LIBRAS COMO L1 E L2

No quadro 1, apresentamos sugestões práticas de jogos didáticos que podem ser criados e adaptados para o ensino de Libras, tanto como L1 para surdos quanto como L2 para ouvintes. Essas sugestões são baseadas nas experiências práticas observadas na I MCL, bem como em teorias pedagógicas que enfatizam a importância da ludicidade no processo de aprendizagem.

Quadro 1 - Criação e Adaptação de Jogos para o Ensino de Libras como L1 e L2

1. **Jogo da Memória Sinalizado (L1 e L2)**

- **Descrição:** Este jogo adapta o clássico jogo da memória para o ensino de Libras. Em vez de imagens ou palavras, cada par de cartas apresenta um sinal em Libras e a imagem correspondente ou a palavra em português.
- **Objetivo:** Para alunos surdos (L1), o objetivo é reforçar a associação entre o sinal e a imagem. Para ouvintes (L2), o foco é na associação entre o sinal e a palavra escrita, ajudando na internalização dos sinais e no desenvolvimento do vocabulário em Libras.
- **Adaptação:** O jogo pode ser adaptado para diferentes níveis de proficiência, aumentando a complexidade das palavras ou imagens conforme o avanço dos alunos. Para alunos mais avançados, pode-se incluir sinais mais abstratos ou menos icônicos.

2. **Tabuleiro da Comunidade Surda (L1 e L2)**

- **Descrição:** Um jogo de tabuleiro onde os alunos percorrem diferentes espaços representativos da comunidade surda, como escolas de surdos, teatros, associações, entre outros. Cada casa do tabuleiro apresenta desafios relacionados à cultura surda, sinais específicos ou frases em Libras.
- **Objetivo:** Para alunos surdos (L1), o jogo reforça a identidade cultural e promove o conhecimento sobre a comunidade surda. Para ouvintes (L2), o jogo serve como uma introdução à cultura surda e às práticas sociais, enquanto aprimora a fluência em Libras.
- **Adaptação:** O jogo pode incluir cartas de perguntas e respostas sobre a história da comunidade surda, figuras importantes e eventos culturais. Também pode ter desafios que exigem a sinalização correta para avançar no tabuleiro.

3. Teatro de Visual (L1 e L2)

- **Descrição:** Esta atividade transforma a sala de aula em um palco, onde os alunos devem representar histórias curtas, contos ou cenas utilizando exclusivamente a Libras. A narrativa pode ser acompanhada por legendas ou imagens que guiem o enredo.
- **Objetivo:** Para alunos surdos (L1), o teatro de sinais ajuda a desenvolver a expressão corporal, a fluência na língua e a criatividade. Para ouvintes (L2), a atividade promove a imersão total na língua de sinais, fortalecendo a compreensão e a produção linguística.
- **Adaptação:** As histórias ou cenas podem ser selecionadas com base no nível dos alunos. Para iniciantes, utilizar narrativas simples e visuais; para avançados, cenas complexas que exijam a compreensão de nuances culturais e emocionais.

4. Desafios da Iconicidade (L1 e L2)

- **Descrição:** Um jogo que foca na importância dos traços não manuais (expressões faciais/corporais) na Libras. Os alunos devem interpretar diferentes emoções ou intenções sem o uso das mãos, apenas através de expressões faciais e corporais, e os colegas devem adivinhar a intenção ou emoção.
- **Objetivo:** Para alunos surdos (L1), reforça a importância da expressão facial/corporal na comunicação eficaz. Para ouvintes (L2), ajuda a compreender e praticar os traços não manuais, que são fundamentais para a correta sinalização.
- **Adaptação:** O jogo pode incluir cartões que descrevem situações ou emoções que os alunos devem interpretar. Para aumentar a dificuldade, pode-se combinar expressões faciais/corporais com sinais para criar mensagens mais complexas.

Fonte: Produção das autoras (2018).

Esses jogos podem ser integrados ao currículo de Libras, proporcionando uma experiência de aprendizado rica, interativa e culturalmente relevante para alunos surdos e ouvintes. A adaptação dos jogos às necessidades e níveis dos alunos garante que todos possam se beneficiar e progredir na aquisição da língua de sinais.

Para fortalecer o artigo acadêmico, é essencial aprofundar a análise das metodologias lúdicas aplicadas no ensino de Libras, destacando não apenas os benefícios, mas também os desafios e as considerações pedagógicas. Primeiramente, é importante discutir a eficácia dos jogos didáticos no desenvolvimento da competência linguística e comunicativa, especialmente para alunos surdos que possuem a Libras como L1. A ludicidade, ao ser integrada ao processo educativo, facilita a internalização dos sinais por meio de associações visuais e experiências interativas, conforme sugerido por Quadros e Stumpf (2009). No entanto, é necessário considerar as particularidades de cada aluno, como o nível de proficiência em Libras e as diferenças na capacidade de abstração, que podem impactar o aproveitamento dos jogos. Portanto, os jogos devem ser cuidadosamente adaptados para atender às necessidades individuais, garantindo que todos os alunos se beneficiem plenamente dessa abordagem.

Outro aspecto crucial a ser explorado é o impacto cultural dos jogos no ensino de Libras para ouvintes como L2. Ao aprenderem uma língua que opera

em uma modalidade visual-gestual-espacial, os alunos ouvintes não apenas adquirem novas habilidades linguísticas, mas também entram em contato com a cultura surda, o que pode promover uma maior conscientização e respeito pela diversidade linguística e cultural. Gesser (2010) destaca que, para muitos ouvintes, Libras é percebida como uma "língua estrangeira", o que pode criar barreiras iniciais no processo de aprendizagem. Contudo, o uso de jogos didáticos pode facilitar a superação dessas barreiras, ao tornar o processo de aprendizagem mais acessível e menos intimidante, especialmente quando os jogos incorporam elementos culturais que refletem a realidade da comunidade surda.

Além disso, a implementação de jogos didáticos no ensino de Libras deve ser analisada sob a ótica da inclusão educativa. Jogos, como ferramentas pedagógicas, podem servir como pontes que conectam alunos surdos e ouvintes, promovendo interações significativas e colaborativas. Quando bem planejados, esses jogos não apenas facilitam o aprendizado da língua, mas também promovem a inclusão social ao incentivar o trabalho em equipe e a comunicação entre alunos com diferentes habilidades linguísticas. Essa abordagem inclusiva, conforme argumenta Pereira (2011), pode transformar a dinâmica da sala de aula, criando um ambiente mais acolhedor e propício à aprendizagem mútua.

Finalmente, a sustentabilidade e replicabilidade das práticas pedagógicas baseadas em jogos devem ser consideradas. Embora o artigo apresente a I MCL como um exemplo exitoso, é necessário discutir como essas práticas podem ser adaptadas para diferentes contextos educacionais e quais recursos são necessários para sua implementação em larga escala. A formação contínua de professores, como sugerido por Quadros e Cruz (2011), é fundamental para garantir que os educadores estejam preparados para aplicar essas metodologias de forma eficaz. Além disso, é importante refletir sobre o potencial de inovação que esses jogos trazem para o ensino de Libras, incentivando uma abordagem pedagógica que seja dinâmica, envolvente e capaz de evoluir conforme as necessidades dos alunos e os avanços tecnológicos na educação.

2.3 IMPACTO DOS JOGOS NA FLUÊNCIA EM LIBRAS

O uso de jogos didáticos no ensino de Libras, tanto como L1 para surdos quanto como L2 para ouvintes, desempenha um papel crucial no desenvolvimento da fluência linguística dos alunos. A fluência em Libras, envolve não apenas a capacidade de reproduzir sinais isolados, mas também a habilidade de utilizar esses sinais de maneira natural e coerente em contextos comunicativos reais. Os jogos, ao criarem situações de interação autêntica e imersiva, facilitam esse processo de aquisição de fluência de forma mais eficaz do que métodos tradicionais de ensino. Durante a primeira MCL, os jogos didáticos foram projetados para estimular os alunos a praticar Libras em um ambiente que imita a comunicação natural. Jogos como a "Roleta das Profissões" e o "Jogo dos Emojis" não apenas introduziram vocabulário novo, mas também incentivaram os participantes a utilizarem os sinais de maneira contextualizada, promovendo a repetição e a prática contínua, que são essenciais para a aquisição da fluência.

Além disso, os jogos proporcionaram uma oportunidade para os alunos experimentarem a interlíngua, um estágio comum no aprendizado de uma segunda língua, onde características da L1 influenciam a produção da L2. Através de atividades lúdicas, os ouvintes puderam identificar e corrigir essas interferências, movendo-se gradualmente em direção à fluência em Libras.

O ambiente descontraído proporcionado pelos jogos também contribuiu para a redução da ansiedade dos alunos em relação ao uso da nova língua. A ludicidade permitiu que os alunos se sentissem mais confortáveis ao cometer erros, promovendo uma maior experimentação e prática dos sinais. Isso é particularmente importante, pois a prática livre de pressões é fundamental para o desenvolvimento da fluência linguística.

A literatura surda, utilizada em conjunto com os jogos, também desempenhou um papel significativo na promoção da fluência. O conto adaptado de Pinóquio, por exemplo, não apenas envolveu os alunos em uma narrativa familiar, mas também os incentivou a explorar a língua de sinais de maneiras criativas e expressivas. A combinação de narrativas visuais e práticas lúdicas estimulou os alunos a se envolverem profundamente com a língua, resultando em um aprendizado mais significativo e duradouro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A I MCL contribuiu de forma lúdica e eficaz para que os graduandos do curso de licenciatura em Letras Libras da UFCG, pudessem refletir sobre estratégias metodológicas que vão além de uma mera lista de palavras e sinais sem contextos para decorar. Pudemos perceber que as práticas pedagógicas andarão de mãos dadas com o professor de Libras para que possa ministrar suas aulas com a finalidade de estimular o discente a adquirir a língua sinalizada de forma fluida e efetiva.

Os professores, tanto atuantes quanto em formação, tiveram a oportunidade de experimentar e refletir sobre a eficácia dessas metodologias, percebendo que estratégias lúdicas podem não apenas facilitar o aprendizado, mas também tornar o processo de ensino mais agradável e inclusivo. A adaptação e criação de jogos, utilizando materiais simples e acessíveis, mostraram que é possível ensinar Libras de maneira eficaz sem a necessidade de grandes investimentos.

A utilização da literatura, integrada aos jogos, reforçou ainda mais o processo de aquisição da língua, ao estimular a imaginação e a criatividade dos alunos. Essa abordagem combinada permitiu que os alunos desenvolvessem não apenas habilidades linguísticas, mas também uma maior compreensão da cultura surda e uma conexão mais profunda com a língua.

Sendo assim, percebemos que a experiência da I MCL destacou a importância de diversificar as metodologias de ensino, especialmente no contexto da educação bilíngue para surdos e ouvintes. O uso de jogos didáticos e atividades lúdicas mostrou-se uma estratégia poderosa para promover a fluência em Libras, proporcionando um aprendizado mais dinâmico, eficaz e prazeroso. Para futuros educadores, a lição é clara: a fluência em Libras pode ser alcançada de maneira mais eficiente quando o aprendizado é imersivo, interativo e adaptado às necessidades específicas de cada aluno.

REFERÊNCIAS

BASSO, Idavania Maria de Souza; STROBELL, Karin Lilian e MASUTTI, Mara. Metodologia de ensino de Libras – L1. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2009.

BELEDELI, Isolete Fatima; HANSEL, Ana Flavia. A importância dos jogos pedagógicos no processo de ensino aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos com deficiência intelectual. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov> . Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência. 2015. Capítulo 1. Art. 1. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2000. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm?_=undefined. Acesso em: 12 fev. 2021.

GESSER, Audrei. LIBRAS? que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GESSER, Audrei. Metodologia de ensino em Libras como L2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2010.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; DOS SANTOS, Lara Ferreira; CAETANO, Juliana Fonseca. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. Língua Brasileira de Sinais–Libras, 2011. p. 101

LEITE, Tarcísio de Arantes; MCCLEARY, Leland. Estudo em diário: fatores complicadores e facilitadores no processo de aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira por um adulto ouvinte. In: QUADROS, R.M; STUMPF, M.R. Estudos Surdos IV. Petrópolis: Arara azul. 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.

PERLIN, G. MIRANDA, W. Surdos o narra e a política. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 5, p. 217-226, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1282/4249>. Acesso em: 23 set. 2022.

QUADROS, Ronice Muller. Aquisição das Línguas de Sinais. In: QUADROS, RM; STUMPF, MR. Estudos Surdos IV. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2009.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SKLIAR, C. (org.). Educação e exclusão: abordagem socioantropológica em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

ANAIS DO V CONGRESSO CIENTÍFICO DE COSMOVISÃO CRISTÃ

ETHICAL BOUNDARIES OF CHATGPT: A DISCUSSION FROM THE PERSPECTIVE OF ARISTOTLE'S VIRTUE ETHICS ¹⁴⁵

Sofia Arantes Fonsêca ¹⁴⁶

Maria Júlia Carmélio Cordeiro ¹⁴⁷

Bruno Ribeiro Nascimento ¹⁴⁸

¹⁴⁵ Project prepared for the Philosophy discipline at Escola Internacional Cidade Viva.

¹⁴⁶ Student at Escola Internacional Cidade Viva.

¹⁴⁷ Student at Escola Internacional Cidade Viva.

¹⁴⁸ Worker Advisor

ABSTRACT

The aim of this study is to assess the ethical boundaries of ChatGPT in light of Aristotle's virtue ethics. According to Aristotle, virtue should not only be understood as knowledge or something innate to the human being, but rather as a constant practice that becomes a habit, leading to the pursuit of eudaimonia, or happiness. He discussed various virtues, such as courage, temperance, freedom, magnificence, patience, truthfulness, modesty, righteous indignation, and justice. Thus, it is necessary to analyze whether the agents using ChatGPT, an online chatbot developed by OpenAI that uses artificial intelligence to assist in text generation, are aligned with the ethical principles of Aristotelian virtues. This implies discussing which virtues are necessary for wise and proper use of this artificial intelligence.

KEYWORDS

ChatGPT. Virtue Ethics. Aristotle. Artificial Intelligence.

1. INTRODUCTION

This article aims to evaluate the ethical boundaries of ChatGPT through the theory of Aristotle's virtue ethics. For this, we will follow a two-step methodology. Initially, we will conduct a literature search in the CAPES periodicals platform and also make inquiries directly to ChatGPT to understand its ethical limits. Then, we will argue the hypothesis that the use of ChatGPT can result in unethical responses, in contrast to Aristotelian virtues.

2. DEVELOPMENT

A virtue represents a point of excellence in character, a deeply rooted and constant disposition to act and think ethically, aligned both with the practice of good and with correct discernment. In the Christian tradition, virtue aims to bring us closer to the divine nature, that is, to make us more in the image and likeness of God. In this sense, virtues reflect attributes or qualities considered morally and intellectually valuable because a virtuous person possesses some qualities.

Firstly, they demonstrate appropriate internal states, that is, emotions and feelings appropriate to others, performing morally just actions by recognizing that these actions are correct. This appropriate internal disposition not only guides their actions but also encourages them to act according to these virtues, such as kindness, even in challenging situations.

Secondly, these characteristics, over time, become an essential and inherent part of their character, resulting in remarkable consistency in their actions and behaviors. It is worth noting that virtues are not only beneficial to the individual but also to society, promoting both personal flourishing and collective development. As Aristotle states (*Ética a Nicômaco*, 1103a1-1103b1, 1103a1-1103b1, p. 82), "men become builders by building and lyre players by playing the lyre; analogously, it is the performance of just acts that makes us just, of moderate acts that makes

us moderate, of courageous acts that makes us courageous." For, by practicing virtuous behavior, we are inclined to act virtuously. And although virtue is often associated with habit, it goes beyond this definition by requiring a conscious and deliberate choice by the agent to act appropriately, recognizing the intrinsic value of these virtues.

The virtuous agent does not act impulsively but intentionally, having cultivated their virtues over time. This gradual internalization of these virtuous characteristics results in natural and consistent behavior throughout life.

According to Brandes (2023), some virtues are known as cardinal virtues. They are: **PRUDENCE**: It is right action, good sense, balance. It takes care of the practical side of life, of correct action, and seeks the means to act well. Prudence is the same as wisdom, foresight, caution. The prudent person is foreseeing and provident. It is a person who abandons concerns and embraces solutions. Leaves illusions and opts for decisions. Rejects omissions and engages in occupations. The motto of the prudent is: "Occupation yes, concern no." Prudence focuses its attention on the preparation of facts and events and never on precipitancy or amateurism or improvisation. Science without prudence is a danger.

TEMPERANCE: It is self-control, self-mastery, renunciation, moderation. Temperance orders affections, domesticates instincts, sublimates passions, organizes sexuality, moderates impulses and appetites. It paves the way for continence, chastity, sobriety, detachment. It is characteristic of temperance to take care of ourselves, of others, and of nature. Temperance does not allow us to be slaves, but free and liberating, leading us to fulfill our duties and to human maturity. Without renunciation, there is no maturity. Great fruit of renunciation is joy and peace.

FORTITUDE: It makes us strong in good, in faith, in love. It leads us to persevere in difficult and arduous things, to resist mediocrity, to avoid routine and omissions. Through fortitude, we overcome apathy, accommodation, and embrace challenges and prophecy. It is the virtue of prophets, heroes, martyrs, and the poor. The fortitude of martyrs and the boldness of apostles, as well as the strength of the small and the weak, are a sign of the gift of fortitude in human life and in the history of the Church. Today fortitude leads us to face depression, stress, cancer, AIDS, the blows of life. Human conflicts are great, but greater is the strength to overcome them. After all, "Courage, I have conquered the world!" (John 16:33).

JUSTICE: Regulates our coexistence, enables the common good, defends human dignity, respects human rights. Peace springs from justice. Without justice, neither love is possible. It is the virtue of community and social life governed by respect for the equality of human dignity. From justice comes gratitude, religion, truthfulness. One cannot build the castle of charity on the ruins of justice. On the contrary, the first step of love is justice because to love is to desire the good of the other. This virtue deals with our rights and duties and concerns the other, the community, and society.

It is worth noting that ChatGPT is an AI-based chatbot that, after being released, has had high success. This success has also generated various discussions, with people seeking to understand the impacts of this technology on the job market, education, and society as a whole. The tool is responsible for creating

simple texts and automating repetitive tasks. But it can also be used in other areas such as Law. It aims to improve the experience and resources offered by virtual assistants like Alexa or Siri. The tool was created in an OpenAI artificial intelligence research laboratory. The name "ChatGPT" is an acronym for "Generative Pre-Trained Transformer," which roughly translates to "Transformador Pré-Treinado Generativo "

The development of the ChatGPT algorithm was based on neural networks as well as machine learning. The focus of its creation was on virtual dialogues.

How does virtue ethics impact the use of ChatGPT? A prudent person using ChatGPT should remember to keep privacy and security in mind. Avoid sharing sensitive personal information, such as passwords or credit card numbers. Additionally, remember that ChatGPT is an AI and does not have emotions or intentions, so one should not blindly trust its advice. Use ChatGPT as an assisting tool, but always with common sense and discernment when making decisions based on the responses generated by the AI. On the other hand, a user with temperance should use ChatGPT in a balanced and responsible manner, maintaining clear objectives, avoiding sensitive information, communicating respectfully, and verifying the information provided.

Using AI as an assisting tool, learning from its responses, respecting privacy, and being aware of the limitations of technology, providing constructive feedback when necessary. After all, moderation and awareness are essential to ensure a safe and productive interaction with ChatGPT.

Furthermore, one can use ChatGPT to promote justice in the world by educating and sensitizing people about social justice issues and human rights, sharing accurate information and impactful stories. They can leverage AI to translate and provide resources in different languages, facilitating global access to critical information. ChatGPT can also be used to analyze large datasets and identify trends and inequalities that require action. By collaborating with human rights organizations and social initiatives, the responses generated by ChatGPT can be valuable in seeking solutions and promoting a more just society.

3. FINAL CONSIDERATIONS

The conscious use of ChatGPT involves not only exploring its capabilities but also employing virtues in the Aristotelian sense for ethical and responsible use of technology. It is crucial to protect privacy when interacting with ChatGPT, avoiding sharing sensitive and confidential information.

Furthermore, the need to develop critical skills in evaluating its responses aligns with the Aristotelian idea of seeking moral and intellectual excellence. By avoiding biases and discrimination in interacting with ChatGPT, we are applying virtues such as justice and impartiality, which are fundamental for ethical coexistence in society. The educational and creative use of ChatGPT reflects the pursuit of wisdom and knowledge, fundamental values in Aristotelian philosophy. Ethical responsibility is also highlighted, as the conscious use of ChatGPT requires promoting well-being and innovation, always respecting ethical principles and virtues that lead to a virtuous life.

Thus, wisdom in the use of ChatGPT is not only about exploring its functionalities but also about applying Aristotelian virtues to ensure a responsible and beneficial interaction for all involved, remaining faithful to the ethical and moral values that guide a virtuous life.

REFERENCES

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro, 2014.

BRANDES, Orlando. *As virtudes cardeais*. CNBB. Available at: <<https://www.cnbb.org.br/as-virtudes-cardeais/>>. Accessed on: 02 oct. 2023.

GUITARRARA, Paloma. *Inteligência artificial*. *Inteligência artificial*. Brasil Escola. Available at: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/inteligencia-artificial.htm>. Accessed on: 23 oct. 2023.

HAAS, Guilherme. *O que é ChatGPT? Como usar a IA em português*. Canaltech. Available at: <https://canaltech.com.br/inteligencia-artificial/o-que-e-chatgpt-como-usar-a-ia-em-portugue>. Accessed on: 23 oct. 2023.

LIMA, Marcelo. *O uso consciente do ChatGPT na criação de histórias*. LinkedIn. Available at: pt.linkedin.com/pulse/o-uso-consciente-do-chat-gpt-na-cria%C3%A7%C3%A3o-de-hist%C3%B3rias-marcelo-lima>. Accessed on: 23 oct. 2023.

A COSMOVISÃO CRISTÃ E O MELHORAMENTO GENÉTICO DO PEIXE GUPPY (*POECILIA RETICULATA*): RESTAURANDO UMA PEQUENA PARTE DA GLORIOSA BELEZA DA CRIAÇÃO

*Rêmulo Araújo Carvalho*¹⁴⁹

¹⁴⁹ Engenheiro Agrônomo - Pesquisador da EMPAER. Bacharel em Teologia pela Faculdade Internacional Cidade Viva. E-mail: carvalhoremulo@gmail.com.

RESUMO

O peixe guppy (*Poecilia reticulata*), originário de ilhas do Caribe, é um dos peixes ornamentais mais populares do mundo, destacando-se por sua beleza multicolorida, sua rusticidade e alta capacidade reprodutiva. Por ser um consumidor de larvas de mosquitos, o guppy foi introduzido em mais de 70 países para o controle da malária (e da febre amarela) e, por essa razão, pode ser encontrado também em córregos e rios do Brasil. Desde sua identificação, o guppy tem despertado o interesse de criadores de peixes ornamentais, com destaque para os alemães, russos, japoneses e americanos que, por meio de melhoramento genético, conseguiram produzir linhagens com padrões de coloração nitidamente superiores àqueles do guppy selvagem. Este trabalho tem como objetivo comparar padrões estéticos entre indivíduos melhorados geneticamente e indivíduos da mesma espécie encontrados em seu estado selvagem. Diante da inquestionável superioridade estética do guppy melhorado, conclui-se, sob a ótica da cosmovisão cristã, que a inferioridade estética do guppy selvagem pode ser explicada pela degeneração genética causada pela Queda, ao mesmo tempo que, a superioridade estética de indivíduos melhorados geneticamente pode ser atribuída, sob a graça comum e com a permissão de Deus, à participação do homem na restauração de uma das obras da criação.

PALAVRAS-CHAVE:

Peixe guppy. Melhoramento genético. Cosmovisão cristã.

1. INTRODUÇÃO

Os peixes ornamentais fascinam os homens desde a antiguidade, havendo referências históricas que remontam ao primeiro milênio antes de Cristo quando peixes eram usados em rituais religiosos na antiga Turquia e criados para admiração na Grécia e Roma antigas, assim como China e Japão (REZENDE e Fujimoto, 2021).

Dentre os peixes ornamentais mais populares no mundo destacam-se a carpa ou koi (*Ciprinus carpio*), o kinguio (*Carassius auratus*), mais conhecido por peixe japonês, o beta (*Betta splendens*) e o guppy (*Poecilia reticulata*).

O peixe guppy é originário de ilhas da América Central e do norte continental da América do Sul. A primeira classificação científica do guppy foi feita pelo cientista, naturalista e explorador alemão Wilhelm Peters, em 1859, após receber um carregamento de peixes conservados em álcool, originário da Venezuela. Na ocasião, o guppy recebeu o nome científico (*Poecilia reticulata*), mas ele ficou conhecido mundialmente por guppy por causa do naturalista Robert John Lechemere Guppy, um reverendo anglicano inglês que, em 1866, enviou alguns exemplares coletados em Trinidad e Tobago para serem identificados no Museu Britânico, em Londres (Friswold, 1986).

O guppy é um peixe pequeno (3-5 cm), colorido, resistente, sociável e onívoro. Por sua capacidade de comer larvas de mosquitos, foi introduzido em mais de 70 países para o controle da malária (DEACON, 2023). Essa estratégia também foi utilizada no Brasil, onde o guppy foi introduzido no século XX para o controle da febre amarela. Por essa razão ele é facilmente encontrado em quase

todas as regiões do Brasil, habitando riachos, açudes e córregos, principalmente nas proximidades de pequenas cidades do interior.

Decorridos mais de 150 anos após sua identificação inicial, o peixe guppy tem sido melhorado geneticamente ao redor do mundo, com destaque para trabalhos realizados por criadores alemães, russos, japoneses e americanos. Nesses melhoramentos genéticos buscou-se a seleção por intensidade e variação de cores, assim como o desenvolvimento de nadadeiras caudais e dorsais. Como resultado, o peixe guppy sofreu acentuada transformação morfológica ao longo dos anos e hoje, apresenta, padrões de cores e formas nitidamente superiores às características dos indivíduos selvagens originais.

O objetivo geral desse trabalho é comparar o padrão de beleza atual do peixe guppy melhorado geneticamente com o padrão de beleza de indivíduos selvagens e interpretar os resultados sob as lentes da cosmovisão cristã e do mandato cultural. Entre os objetivos específicos destacam-se: 1) Capturar indivíduos selvagens; 2) Criar linhagens comerciais; 3) Obter novos padrões de cores e beleza pelo cruzamento de linhagens já melhoradas; 4) Registrar e comparar fotograficamente indivíduos selvagens e melhorados; 5) Relacionar a superioridade da beleza dos indivíduos melhorados ao mandato cultural; 6) Glorificar o nome do Eterno por permitir que possamos restaurar nos guppies um pouco da glória da beleza da criação original.

2. METODOLOGIA

Indivíduos selvagens da espécie *Poecilia reticulata*, Peters (1859) foram capturados em um córrego na Estação Experimental do Abacaxi, Sapé, PB. Indivíduos da mesma espécie melhorada geneticamente por mais de 160 anos foram adquiridos em petshops de João Pessoa, PB, nas linhagens “Cobra” (de coloração verde mesclado semelhante ao padrão de uma pele de cobra malhada) e “Vermelha”. As linhagens comerciais foram criadas em caixas d’água de amianto de 500 L e foram cruzadas entre si. Indivíduos selvagens e indivíduos resultantes do cruzamento entre linhagens já melhoradas geneticamente foram fotografados em aquários medindo 30 cm x 20 cm x 25 cm e comparados entre si. O registro fotográfico foi realizado com uma câmera digital de lentes intercambiáveis de sensor APS-C de 24 megapixels equipada com lente micro de 60 mm. Foram utilizados indivíduos machos pois esta espécie é caracterizada por um forte dimorfismo sexual, sendo os machos menores e coloridos, enquanto as fêmeas são maiores e desprovidas de coloração.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 RESULTADOS DE CRUZAMENTOS ENTRE LINHAGENS COMERCIAIS

Os cruzamentos entre as linhagens Cobra e Vermelha originaram indivíduos semelhantes à linhagem Cobra, porém com tonalidades, avermelhadas, alaranjadas e amareladas, onde se predomina o padrão multicolorido junto com o grafismo

mesclado da linhagem Cobra.

Apesar do nascimento de indivíduos com as tonalidades verde e azul, a grande maioria dos descendentes dos cruzamentos entre a linhagem Cobra e a linhagem Vermelha, herdou o grafismo malhado da linhagem Cobra, todavia com tonalidades avermelhadas advindas da linhagem Vermelha, resultando em peixes de beleza espetacular, com padrões de cores e grafismos superiores às linhagens já melhoradas geneticamente, utilizadas nos cruzamentos.

Isso comprova que podemos facilmente produzir, através de cruzamentos, novas linhagens com novas aparências de coloração, formas e grafismos, mesmo a partir de linhagens já melhoradas geneticamente. Todavia, para que um novo determinado padrão possa ser classificado como uma nova linhagem, necessário se faz que no mínimo 80% dos descendentes sejam semelhantes aos pais (SHADDOCK, 2012).

3.2 COMPARAÇÕES FOTOGRÁFICAS ENTRE INDIVÍDUOS SELVAGENS E MELHORADOS GENETICAMENTE.

A Figura 1 retrata um indivíduo selvagem capturado na Estação Experimental do Abacaxi. Observa-se que esse peixe possui nadadeira caudal incolor e pouco desenvolvida e que sua coloração é expressa na lateral do corpo até a base da cauda, em pequenas manchas azuis, laranjas, roxas e verdes.

Figura 1 - Guppy selvagem



Fotografia: Produção do próprio autor

As Figuras 2 e 3 retratam indivíduos resultantes de cruzamentos entre linhagens já melhoradas, possuindo nadadeiras mais desenvolvidas e padrões superiores de coloração, grafismo e forma em relação ao indivíduo selvagem.

Figuras 2 e 3 - Guppies melhorados



Fotografia: Produção do próprio autor

3.3. A INFERIORIDADE ESTÉTICA DO GUPPY SELVAGEM E A COSMOVISÃO CRISTÃ.

De acordo com a Cosmovisão Cristã, após o pecado, toda a criação foi afetada negativamente (GOHEEN E BARTOLOMEW, 2016). Certamente, é razoável inferir que o peixe guppy, como parte de “toda Natureza criada que geme” (Romanos 8:22), também foi afetado pela Queda do homem, perdendo, a cada geração, a capacidade genética de expressar toda sua coloração original.

3.4. A SUPERIORIDADE ESTÉTICA DO GUPPY COMERCIAL E O MANDATO CULTURAL.

A mesma Cosmovisão Cristã, que compreende o efeito corruptor do pecado sobre a criação de Deus, também enxerga o efeito restaurador da salvação de Deus não apenas sobre a humanidade, como também sobre as obras da criação (GOHEEN E BARTOLOMEW, 2016). “A graça restaura a Natureza” (WOLTERS, 2019, p. 23). Assim, também é razoável inferir que, seguindo a ordem que o homem recebeu no Éden para cuidar do jardim (mandato cultural), sob a graça comum, criadores alemães, russos, japoneses, americanos e até brasileiros, têm contribuído para restaurar a beleza original do guppy através de melhoramentos genéticos capazes de fixar linhagens de colorações, belezas, formas e padrões estéticos visivelmente superiores aos dos indivíduos selvagens que há milênios tiveram suas características de beleza originais corrompidas pela Queda.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da visível e inquestionável superioridade estética do peixe guppy melhorado geneticamente sobre o peixe guppy selvagem encontrado na Natureza e considerando a impossibilidade da criatura produzir algum padrão de beleza superior ao padrão original estabelecido pelo Criador, concluímos que, sob a ótica da Cosmovisão Cristã, pela graça comum e por meio do mandato cultural, Deus permite, para a glória do seu nome, que os seres humanos também participem da restauração das obras da criação, neste caso específico, da restauração da gloriosa beleza original do peixe guppy.

Toda glória seja dada ao nome do Eterno.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA, Português. A Bíblia sagrada. Antigo e Novo Testamento. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. rev. e atual. no Brasil. 2ª. ed. Barueri - SP: Sociedade Bíblica do Brasil. 1999.

DEACON, A. *Poecilia reticulata* (guppy) CABI Compendium, 2023. Disponível em: <https://www.cabidigitallibrary.org/doi/10.1079/cabicompendium.68208> Acesso em 28 MAR 2024

FRISWOLD, C. *A beginner's guide to guppies*. Neptune City, New Jersey, T. F. H. Publications, 1986

GOHEEN, M. W.; BARTHOLOMEW, C. G. *Introdução à Cosmovisão Cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016.

REZENDE, F. P; FUJIMOTO, R. Y. *Peixes Ornamentais no Brasil, vol 1, - Brasília - DF: Embrapa, 2021.*

SHADDOCK, P. *Guppy color strains*. Third edition, 2012.

WOLTERS, A. M. *A criação restaurada: a base bíblica da cosmovisão reformada*. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.

UM ARGUMENTO EVOLUCIONÁRIO CONTRA A CONFIABILIDADE DA FENOMENOLOGIA

*Iago Henrique Macedo de Almeida*¹⁵⁰

*Bruno Ribeiro Nascimento*¹⁵¹

¹⁵⁰ *Discente do curso de Teologia da Faculdade Internacional Cidade Viva e do curso de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: iagohmacedo@gmail.com;*

¹⁵¹ *Orientador: Prof. Dr. Bruno Ribeiro Nascimento. E-mail: bruno.ribeiro@ficv.edu.br.*

RESUMO

A linha de argumentos chamada de “evolutionary debunking arguments” tem ganhado notoriedade na filosofia da religião desde que Alvin Plantinga formulou seu argumento evolucionário contra o naturalismo, inaugurando uma discussão acerca da confiabilidade de nossas faculdades produtoras de crenças dado o evolucionismo cego e não direcionado. Neste trabalho, esboçaremos um argumento evolucionário contra a fenomenologia propondo um olhar analítico sobre os recursos da cosmovisão naturalista para lidar com o problema da confiabilidade de nossos aparatos intuitivos. Assumindo o paradigma fisicalista, que tenta reduzir nossa vida mental aos seus correlatos cerebrais, defenderemos que tal confiabilidade será severamente abalada no naturalismo evolucionário a partir de dois exemplos principais: intuições morais e epistêmicas. Se isso estiver correto, mostrará que o relato naturalista da nossa fenomenologia compromete a prática científica e a investigação filosófica, culminando num raciocínio autorreferencial dadas as restrições de uma ontologia puramente naturalista. Com isso, produziremos um argumento para o teísmo, sobretudo cristão, e contra o naturalismo.

PALAVRAS-CHAVE:

Naturalismo. Evolução. Fenomenologia. Faculdades Intuitivas. Teísmo.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar um argumento contra o naturalismo e a favor do teísmo partindo do seguinte problema: qual a confiabilidade de nossas capacidades intuitivas no naturalismo evolucionário? Este trabalho se enquadra na rubrica mais ampla de “Teologia Natural”, disciplina que busca analisar razões sobre a existência de Deus a partir da revelação geral. Para cumprir nosso objetivo, vamos fazer uso de uma linha de raciocínio conhecida na filosofia como “evolutionary debunking arguments” (EDAs), que consiste basicamente no ataque à confiabilidade de determinada faculdade produtora de crenças com base em sua origem evolucionária.

Um dos grandes proponentes dessa família de argumentos foi o filósofo americano Alvin Plantinga, cuja atenção se voltou para o naturalismo evolucionário como um anulador da confiabilidade de nossas faculdades cognitivas, minando qualquer possibilidade de conhecimento. No nosso caso, aplicaremos o argumento à fenomenologia com vistas a constituir um anulador para a confiabilidade epistêmica de nossos aparatos intuitivos, que finda por ser auto-refutante para o naturalista.

Antes disso, vamos esclarecer algumas definições importantes no desenvolvimento da argumentação. Primeiro, por “naturalismo” entende-se a visão de que a realidade pode ser exhaustivamente descrita em termos de matéria e energia num universo causalmente fechado e não há nada como Deus ou qualquer entidade externa ao sistema espaço-temporal. Semelhantemente, por “evolução”, queremos dizer a teoria científica segundo a qual mutações no DNA causam variabilidade genética gerando diferentes fenótipos, que, quando mais aptos à sobrevivência e

reprodução, passam seus genes evolutivamente convenientes adiante, e, quando menos capazes de sobreviver e reproduzir, morrem sem passar adiante seu material genético mutado “inconvenientemente”, fala-se, portanto, em “seleção natural”.

Nosso argumento é que, uma vez conjugadas a cosmovisão naturalista com a teoria da evolução (NE), temos a tese do “relojoeiro cego”, isto é, postula-se que o processo evolutivo ocorre de maneira completamente cega, aleatória e não guiada teleologicamente. Ainda outro termo importante que merece esclarecimento é “anulador”, e com isso queremos dizer simplesmente uma crença que afeta a justificação epistêmica de outra crença, de maneira que aquela anula ou cancela esta, v.g. durante uma caminhada na floresta, ouvimos um barulho de chocalho que muito se assemelha ao som produzido por uma serpente cascavel, formando a crença de que o réptil está próximo, no entanto, o guia presente afirma que não há cascavéis naquela região, mas que uma população nativa frequentemente faz rituais com chocalhos nas proximidades, teríamos, portanto, um anulador para a crença original de que há uma serpente próxima produzindo o som.

Por fim, quando empregamos “fenomenologia” o fazemos basicamente em dois sentidos não-excludentes e complementares, são eles: como “o problema difícil da consciência”, a saber, qualia; essa textura subjetiva de como-é-que-é experienciar determinado estado fenomenal (ou a subsunção destes) em primeira pessoa, e enquanto intuições, ou seja, instância do conhecimento caracterizada por forte inclinação ou propensão epistêmica, ou ainda, se quiser, crenças aparentemente verdadeiras (KOONS, 2018, p. 238, grifo do autor).

2. METODOLOGIA

Quanto ao tipo de pesquisa, o método utilizado foi de pesquisa pura, já que nossa preocupação é eminentemente teórica, visando uma discussão teórica acerca da confiabilidade das nossas capacidades intuitivas em NE. Já quanto aos procedimentos técnicos, o método utilizado foi de levantamento bibliográfico da literatura dentro do campo da filosofia e da teologia natural concernente ao tema, na direção de uma análise crítica e dialética de tópicos da filosofia da mente e da filosofia da religião a partir dos EDAs contidos no cânone hermenêutico plantingiano e no pensamento de alguns filósofos naturalistas importantes, como Michael Ruse e Steven Pinker, por exemplo.

3. DESENVOLVIMENTO

Grosso modo, nosso argumento propõe que a probabilidade de nosso conhecimento fenomenológico ser confiável em NE é baixa, e o faremos a partir de dois prismas intuitivos principais, nomeadamente, intuições morais e epistêmicas, muito embora o diâmetro de alcance do argumento seja evidentemente extenso, não podendo ser esgotado no presente trabalho.

O argumento começa com a ideia de que, dado NE, nossa fenomenologia não passa de neurotransmissores disparando no cérebro do Homo sapiens, tais

como sensações físicas como a dor de uma alfinetada, ou o cheiro de um perfume (que pode inclusive imediatamente nos remeter a uma memória particular), bem como sentimentos morais ao ler sobre absurdos cometidos em Auschwitz, prazer estético ao ver um eclipse solar anular, o amor sentido por uma mãe quando segura seu bebê recém-nascido após o parto, intuições racionais de verdades metafísicas, daquilo que é razoável, e nossa experiência de valores epistêmicos, também experiências religiosas, entre outros.

Tudo isso se resume ao substrato físico e bioquímico do cérebro, observável objetivamente do ponto de vista de terceira pessoa numa eletroencefalografia, por exemplo. Devemos perceber, no entanto, que, uma vez que a neuroquímica do *Homo sapiens* (aliás, como de todas as outras espécies) foi moldada por milhões de anos de um processo cego, aleatório, não teleológico, cujo único objetivo é a garantia da reprodução e sobrevivência, nossa fenomenologia não parece nada confiável ou idônea para produzir estados que tenham qualquer tipo de correspondência com uma realidade objetiva. Nesse sentido, nossas intuições morais, ou seja, intuições provenientes de nossa experiência moral (sentimentos subjetivos), isto é, de que somos moralmente responsáveis, de que certas coisas são realmente erradas, ou de que possuímos um valor ou dignidade inata, e nossas fortes inclinações para acreditar que nossas experiências morais nos prestigiam com algum tipo de contato com uma realidade independente da seleção natural, não são de modo algum confiáveis. Na verdade, temos a ilusão de que tais sentimentos se referem a algo objetivo, transcendente às contingências da luta evolutiva, de modo que se tal objetividade realmente existisse, acabaríamos acertando por sorte. Segundo Ruse:

The Darwinian argues that morality simply does not work (from a biological perspective), unless we believe it is objective. Darwinian theory shows that, in fact, morality is a function of (subjective) feelings; but it shows also that we have (and must have) the illusion of objectivity. (RUSE apud REPERT, 2012, p. 393).

Sendo assim, nossa multifacetada experiência moral (deveres, valores, responsabilidade, progresso, arrependimento morais, etc) é simplesmente um subproduto das necessidades adaptativas e reprodutivas de um organismo num determinado meio, de tal maneira que se pudéssemos “rebobinar a fita” da evolução, tal experiência poderia acabar sendo radicalmente diferente. E aqui, podemos citar inúmeros exemplos do Reino Animal, como o canibalismo das fêmeas do louva-a-deus, ou de pais em relação a seus filhotes, fratricídio, estupro, incesto, dentre outras práticas comuns entre várias espécies. O próprio Darwin dá o seguinte exemplo:

If... men were reared under precisely the same conditions as hive-bees, there can hardly be a doubt that our unmarried females would, like the worker-bees, think it's a sacred duty to kill their brothers, and mothers would strive to kill their fertile daughters, and no one would think of interfering. (apud REPERT, 2012,

Nessas linhas, Steven Pinker escreve:

The scientific outlook has taught us that some parts of our subjective experience are products of our biological makeup and have no objective counterpart in the world. The qualitative difference between red and green, the tastiness of fruit and foulness of carrion, the scariness of heights and prettiness of flowers are design features of our common nervous system, and if our species had evolved in a different ecosystem or if we were missing a few genes, our reactions could go the other way. Now, if the distinction between right and wrong is also a product of brain wiring, why should we believe it is any more real than the distinction between red and green? And if it is just a collective hallucination, how could we argue that evils like genocide and slavery are wrong for everyone, rather than just distasteful to us? (PINKER, 2008, p. 8).

Os ditames da nossa consciência (e.g. de que nossos filhos e irmãos merecem nosso cuidado, ou de que as pessoas têm uma dignidade sexual que não pode ser violada, especialmente os mais indefesos como crianças, deficientes e idosos) são completa e absolutamente contingentes às intempéries da seleção natural e temos a experiência moral que temos (ou seja, um disparo de determinados neurotransmissores quando ouvimos que alguém estuprou e matou uma criança, e de outros neurotransmissores quando sentimos o amor por nossos filhos, pais e cônjuges, ou até por um estranho andando na rua) simplesmente porque ela é evolutivamente conveniente e adaptativa. Assim, se nossa consciência moral realmente for um subproduto da seleção natural, temos um anulador para a confiabilidade epistêmica de nossas intuições morais.

Até aqui, podemos ser acompanhados por vários naturalistas que inclusive usam os EDAs para advogar contra o realismo moral e defender uma espécie de teoria do erro¹⁵² quanto às intuições morais. No entanto, o mesmo mecanismo ou processo que nos forneceu tais intuições nos forneceu também nossas intuições epistêmicas, como diz Robert Koons:

Many naturalists are happy to embrace anti-realism about objective moral norms and reasons, based on the impossibility of a naturalistic explanation of the reliability of our moral intuitions (following Harman 1977), but few have recognized that the same considerations tell against our having naturalistically intelligible intuitive

¹⁵² Teoria metaética criada por John Mackie, que postula que enunciados morais possuem valor de verdade, porém são simplesmente falsos, ou seja, pensamos que há normas morais objetivas, mas estamos enganados. Em nosso contexto, se trata de uma família de objeções à argumentos antinaturalistas, que apontam para o caráter falso e ilusório de certas crenças intuitivas problemáticas para uma ontologia naturalista, como por exemplo, a negação da existência de estados conscientes subjetivos, de um eu dêitico, do livre arbítrio etc.

knowledge of epistemic norms and reasons (Street 2009 is an exception), such as respect for logical consistency, the principle of total evidence, the avoidance of wishful thinking and other merely emotional responses to epistemic tasks, the importance of empirical testing and confirmation, and so on. (KOONS, 2018, p. 243).

Uso “intuições epistêmicas” em dois sentidos principais, são eles: intuições produzidas pela nossa experiência de normas e valores epistêmicos (v.g. acredite em algo se há boas evidências para isso e se coere bem com o todo de crenças que já possui), e intuições produzidas pela nossa experiência do que é razoável, do que nos parece ser o caso, em sentido *lato sensu*, de verdades metafísicas, como, por exemplo, de que somos agentes dotados de livre-arbítrio, ou de que, se não o somos, não há responsabilidade moral pelas nossas ações.

Muitos naturalistas, de fato, já têm tomado os EDAs para adotar uma teoria do erro também quanto ao livre-arbítrio, como Sam Harris e Robert Sapolsky. Contudo, parece altamente arbitrário pinçar moralidade e livre-arbítrio de uma fenomenologia inidônea. Semelhantemente às experiências morais do *Homo sapiens*, suas experiências de normas e valores epistêmicos e de crenças aparentemente verdadeiras também podem ser reduzidas aos seus correlatos cerebrais, isto é, à bioquímica do cérebro.

Assim, também temos a ilusão de que se referem a algo objetivo, mas poderiam ter sido totalmente diferentes se “voltássemos a fita” da evolução, de modo que nossas intuições epistêmicas são tão confiáveis quanto nossas intuições morais. Se não podemos nos considerar moralmente superiores aos *Homo sapiens* hipotéticos que sofreram uma pressão seletiva diferente, também não podemos nos considerar epistemologicamente privilegiados em relação a estes. O que acaba sendo um golpe fatal tanto para os caminhos racionais e filosóficos para o naturalismo, quanto para o fazer científico, representando um grave problema para o naturalista.

Mais explicitamente, à medida que o cético lê o presente estudo e formula objeções, está em franco uso de seus aparatos intuitivos, exatamente como o cientista ao usar o método científico para eleger a melhor teoria (KOONS, 2018, p. 246).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais adiante, é interessante abordar a primazia do mental na prática científica apontada por Charles Taliaferro. O filósofo ressalta que consciência e a perspectiva de primeira pessoa são, na verdade, um pré-requisito para a ciência (TALIAFERRO, 2017, p. 18), e assim, a atividade científica não prescinde da fenomenologia do próprio cientista. Esta que, quando reduzida à neuroquímica em NE, não pode ser confiada para nos prestigiar com qualquer contato com uma realidade transcendente à conveniência adaptativo-evolutiva, o que termina por ser autorreferente para o naturalista. Desse modo, podemos traçar um argumento evolucionário contra a fenomenologia e contra a confiabilidade de

nossas faculdades intuitivas.

Diferentemente da cosmovisão naturalista, o teísmo cristão não enfrenta o mesmo problema, uma vez que, ainda que por meio da evolução, um Deus bom e confiável, que nos criou à sua imagem e semelhança e está interessado na acurácia de nossa experiência moral e epistêmica, projetou nossas faculdades intuitivas e nossa fenomenologia de modo a proporcionar uma correspondência entre esta e um referencial objetivo (e.g. nossa experiência do amor e o Amor de Deus), garantido a confiabilidade de nossos aparatos intuitivos.

Portanto, considerando as cosmovisões naturalista e teísta como as hipóteses mais proeminentes, temos um argumento contra o naturalismo e a favor do teísmo.

REFERÊNCIAS

KOONS, Robert. The General Argument from Intuition. In: WALLS, Jerry L.;

DOUGHERTY, Trent. Two dozen (or so) arguments for God, the Plantinga project. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.

PINKER, Steven. The Moral Instinct. The New York Times Magazine, Nova Iorque, 2008.

REPPERT, Victor. The Argument from Reason. In: CRAIG, William L.; MORELAND, J.P.. The Blackwell Companion to Natural Theology. Reino Unido: Blackwell Publishing Ltd, 2012.

TALIAFERRO, Charles. Consciência como pré-requisito para ciência e religião. Revista Brasileira de Filosofia da Religião, Brasília, v.4, n.2, 2017.

A RESTAURAÇÃO DO MUNDO DEGRADADO POR MEIO DAS VIRTUDES CRISTÃS.

Edson Patrick Garcia ¹⁵³
Bruno Ribeiro Nascimento ¹⁵⁴

¹⁵³ Discente do curso de Teologia da Faculdade Internacional Cidade Viva. Email: consultoriadealta@gmail.com.

¹⁵⁴ Professor e Dr. Bruno Ribeiro Nascimento. Email: bruno.ribeiro@ficv.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma investigação sobre as virtudes cristãs e sua relevância na sociedade contemporânea. Ela explora como as virtudes cristãs podem ser cultivadas e aprimoradas para contribuir para uma vida santificada. Destaca-se a importância do cristianismo e de seus frutos intelectuais e morais, ressaltando o objetivo primordial de alcançar reconciliação e paz com Deus. A metodologia utilizada teve como base um discurso proferido por Timothy Keller (2018) para o parlamento britânico e os conceitos de virtudes e frutos na vida cristã foram obtidos a partir Bruno Nascimento (2020). O texto discorre sobre as diferentes virtudes cristãs. São abordadas também estratégias para desenvolver tais virtudes. Exemplos práticos são dados, como o cultivo da paciência em comunidade e a importância da temperança no controle dos impulsos. Analisaremos brevemente o contexto atual de secularismo e degradação moral, destacando a necessidade de restauração espiritual e ética na sociedade. Por fim, são apresentadas considerações finais que ressaltam a importância do equilíbrio entre a vida secular e espiritual, a força da fé, do amor e da esperança na transformação individual e social, e a urgência de propagar os valores cristãos como forma de promover uma reforma de coração e de valores no mundo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE:

Virtudes cristãs. Deus. Sociedade relativista. Cenário secularizado. Princípios sagrados.

1 INTRODUÇÃO

Algumas pessoas já possuem inclinações predispostas desde a infância, enquanto outras desenvolvem essas inclinações ao longo de suas experiências de vida, todas elas influenciadas pelo Espírito Santo. Nesta pesquisa, pretendemos explorar as virtudes cristãs e relacioná-las a situações e temas cotidianos, demonstrando como as pessoas podem desenvolver e cultivar determinadas virtudes, aprimorando as inclinações que já possuem. No entanto, é crucial ressaltar o profundo valor e a importância do cristianismo e seus frutos intelectuais em nossas vidas. Sem as virtudes cristãs, dificilmente se alcançará uma vida santificada, tendo como objetivo primordial a reconciliação e a paz com Deus. Buscamos compreender por que nossa geração vive imersa nesse cenário de ceticismo, pecado, imediatismo, autossuficiência e busca incessante pela autorrealização, sem compartilhar nem mesmo a bondade intelectual ou material com o próximo. Nosso propósito é encontrar formas de reverter esse quadro utilizando para isto as virtudes cristãs, visando não apenas o momento presente, mas também as próximas gerações.

2. METODOLOGIA

A pesquisa teve sua base inicial estabelecida a partir de alguns pontos abordados em um discurso proferido para o parlamento britânico em 2018 pelo renomado teólogo, escritor e pastor Timothy Keller, cujo tema foi “O que o cristianismo pode oferecer à sociedade no século XXI?”. Esse discurso forneceu uma orientação valiosa para a pesquisa, destacando as virtudes cristãs como uma resposta e aliado significativo às questões levantadas por Keller. Os conceitos de virtudes e frutos na vida cristã foram obtidos como direcionamento para a pesquisa a partir da apostila de Introdução à Filosofia da Faculdade Internacional Cidade Viva (módulo 11, Virtudes Intelectuais), elaborada pelo professor Bruno Ribeiro Nascimento.

3. VIRTUDES CRISTÃS

De acordo com Nascimento (2020), uma virtude é um traço de excelência de caráter de uma pessoa; é o cultivo de uma predisposição para fazer o bem ou pensar de maneira positiva. Essa característica permanece constante independentemente da situação, tornando-se parte integrante da pessoa como uma espécie de segunda natureza. As virtudes e os vícios têm um papel significativo em nossas vidas, influenciando os caminhos que seguimos. Por exemplo, alguém que cultiva a virtude da humildade tende a estar menos preocupado consigo mesmo. Em contrapartida, a pessoa orgulhosa não colherá os mesmos benefícios.

As virtudes têm um poder transformador em nossas vidas, pois nos aproximam de Deus e nos tornam mais semelhantes a Cristo. Elas são essenciais para trilhar o caminho da santificação, que é essencial na vida cristã. Entre as virtudes fundamentais, destacam-se as intelectuais (bondade, humildade, diligência, castidade, paciência, temperança e caridade), as teológicas (fé, esperança e amor) e as cardinais (sabedoria, firmeza, temperança e justiça). Ao buscar e desenvolver essas virtudes com a orientação do Espírito Santo, experimentamos uma transformação integral em nosso ser, alcançando um estado de plenitude e harmonia espiritual.

3.1 DESENVOLVENDO AS VIRTUDES CRISTÃS

As virtudes são hábitos que devem ser desenvolvidos por nós. Para isto, precisamos nos autoexaminar e reconhecer nossas deficiências e fraquezas. Somente ao admitir nossas falhas de caráter conseguiremos trilhar o caminho das virtudes. É crucial criar o hábito de nos expormos a situações que demandem o exercício de nossas virtudes para que estas se desenvolvam e se fortaleçam. O que antes não tínhamos predisposição para praticar pode se tornar comum mediante a prática regular.

Um exemplo notável é o cultivo da paciência em comunidade. Ao exercermos a paciência com aqueles que amamos, colhemos frutos de bem-estar e felicidade. Além de nos beneficiar, isso serve de exemplo para os que nos cercam, contribuindo para uma comunidade mais plena e virtuosa. Desenvolver a temperança é outro

aspecto essencial. Significa não se tornar escravo dos prazeres, mas sim ter controle sobre eles.

As virtudes residem no equilíbrio entre extremos e negligências. Por exemplo, qualquer análise cuidadosa revelará a importância de hábitos alimentares saudáveis. Muitas doenças mentais e físicas são resultantes de uma alimentação negligente. O jejum, o autocontrole e uma dieta equilibrada são aliados importantes da temperança, resultando em um corpo saudável que honra o templo do Espírito Santo e contribui para uma vida longa dedicada a servir ao Senhor – processo que tem na virtude da Temperança um aspecto central. Cultivar a humildade é render-se e parar de olhara para si mesmo, permitindo que o orgulho deixe de ter lugar em nossas vidas. Isso contribui para o perdão, um dos pilares da reconciliação entre casais, famílias e amigos.

As virtudes são poderosas, possuindo o poder de restaurar não apenas a nós mesmos, mas também aqueles ao nosso redor. É evidente que, neste aspecto, há a importância da vida em comunidade. A superação de um vício por um indivíduo automaticamente contribui para a cura de um grupo maior; mas tal superação precisará do esforço de toda a comunidade. O exemplo vivo é mais poderoso do que palavras, trazendo uma transformação genuína de caráter. Assim, percebemos o quão poderosa é a busca pela substituição de vícios por virtudes, pois não é apenas um indivíduo que se reconstrói, mas toda uma sociedade.

Assim veremos como o filósofo cristão Aristides tinha uma visão sobre os apóstolos relatando como viviam em comunidade compartilhando mutuamente suas virtudes e bens (escrito no ano 125):

Eles caminhavam em total humildade e bondade, a falsidade não era encontrada no meio deles e amavam uns aos outros. Não desprezavam a viúva nem afligiam o órfão. Aquele que tinha repartia generosamente com quem não tinha. Quando viam um estrangeiro, acolhiam-no sob o próprio teto e se alegravam com ele, como se fosse um irmão: porque chamavam a si mesmo “irmãos” – não na carne, mas no Espírito de Deus. E quando um pobre dentre eles deixava este mundo, e um deles tomava conhecimento disso, tratava logo de providenciar o enterro, de acordo com suas possibilidades. E, quando eram informados de que alguém dentre eles fora preso ou sofria perseguição por causa do nome de seu Messias, empenhavam-se todos em suprir suas necessidades e, se fosse possível libertá-lo, eles o faziam. E, se houvesse no meio deles um pobre ou necessitado e eles não tivessem com que ajudar, jejuavam dois ou três dias, de modo que supriam aquela carência com comida destinada ao próprio sustento (ARISTIDES apud KELLER, 2018).

Depois contemplarmos um exemplo de comunidade virtuosa cristã através da visão de Aristides, percebemos o modelo mais genuíno a ser seguido de compartilhamento de virtudes intelectuais e bens materiais, resultando na comunhão entre as pessoas. Essa comunhão vai além do simples ato de compartilhar; ela

representa um exemplo em que todos se tornam um só. Diante da diversidade da criação de um Deus, que nos fez completamente diferentes uns dos outros, observamos a sublime humildade dos apóstolos ao utilizar toda uma comunidade repleta de vícios, problemas e defeitos para criar uma união sem precedentes. Podemos definir isso como a verdadeira família genuína em Cristo.

4. MUNDO SECULARISTA DEGRADADO

É triste observar o atual cenário no Reino Unido, que já foi um berço de grandes avivamentos e uma terra onde o cristianismo exercia uma influência significativa. No entanto, atualmente, vemos uma mudança drástica, com inúmeras doutrinas anticristãs ganhando grande influência. Grandes igrejas e capelas agora são transformadas em bares, clubes e estabelecimentos comerciais. Com a perda da força do cristianismo, também perdemos a ênfase nas virtudes, dando espaço para a ascensão do pecado e de vícios dos mais variados tipos. Este cenário nos leva a uma reflexão cuidadosa sobre como chegamos a essa situação.

Entre as razões está o mau uso da tecnologia, que levou a uma idolatria do homem a si mesmo, colocando-o no centro de tudo. A autossuficiência alimenta o ego, enquanto a autorrealização é exibida nas redes sociais de forma instantânea. Embora as tecnologias sejam fantásticas, muitas vezes são usadas de maneira pecaminosa e viciosa. As telas que deveriam ser usadas para buscar a verdade e promover o conhecimento tornaram-se plataformas para exibir um pecado gratuito e ilimitado. Nesse sistema em que o pecado é o senhor, ele não perdoa e traz inúmeros efeitos colaterais para a sociedade e as famílias. A pornografia tornou-se um dos maiores vícios do século XXI, enquanto o consumismo desenfreado leva à necessidade de mostrar bens materiais e físicos aos outros, alimentando os vícios da inveja, luxúria e avareza. Além disso, os tradicionais vícios das drogas e do álcool cresceram ainda mais como uma forma de fuga para a decepção de não alcançar o "padrão" secular de uma vida perfeita, resultando em pessoas doentes, ansiosas e aflitas.

O apóstolo Mateus nos relata as palavras do Senhor e exatamente como devemos confiar Nele e não nos preocuparmos com nada nesta vida terrena em (Mt. 6:25-28)

Por isso vos digo: Não andeis cuidadosos quanto à vossa vida, pelo que haveis de comer ou pelo que haveis de beber; nem quanto ao vosso corpo, pelo que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o mantimento, e o corpo mais do que o vestuário? Olhai para as aves do céu, que não semeiam, nem segam, nem ajuntam em celeiros; e vosso Pai celestial as alimenta. Não tendes vós muito mais valor do que elas? E qual de vós poderá, com todos os seus cuidados, acrescentar um côvado à sua estatura? E, quanto ao vestuário, por que andais solícitos? Olhai para os lírios do campo, como eles crescem; não trabalham, nem fiam.

Esses versos sublimes têm o poder de preencher o coração e a alma de todos os que os leem, ainda mais do que na época de Cristo. Eles devem ser usados para aliviar o grande fardo que a humanidade da geração atual carrega. Diante da ansiedade, muitas pessoas perdem o controle da situação e se afligem. No entanto, as palavras santas e imutáveis de nosso Senhor Jesus nos dizem: “Não andeis ansiosos quanto à vossa vida”.

4.1 DANDO VIDA AO QUE ESTÁ MORTO

As pessoas vivem como se não soubessem que são imago dei (Imagem de Deus). Portanto, precisamos reumanizar esses seres; evangelizar é reumanizar. Mas como podemos fazer isso? Diante da divisão entre pecadores seculares e virtuosos cristãos, que não se misturam e não devem, encontramos a resposta. Quanto mais evidenciarmos nossas boas ações de bondade, nosso sublime perdão, nossa diligente disciplina, a exposição das Escrituras Sagradas e nosso amor gratuito pelo próximo brilharem na escuridão, mais poderemos mostrar que não somos perfeitos e nunca seremos. Reconhecemos que somos pecadores também, mas que não vivemos no pecado.

Devemos expor que estávamos afundados na lama dos vícios e que as virtudes do nosso Senhor nos lavaram. Ao longo dos séculos, os cristãos foram responsáveis por grandes movimentos. O primeiro a protestar contra a venda de seres humanos na Idade Média foi o Bispo Gregório de Nissa. Mais recentemente, tivemos o pastor batista Martin Luther King Jr., um ativista pacífico que ganhou o Nobel da Paz por seu combate contra o racismo e pela resistência não violenta.

Essas grandes vitórias cristãs têm seu bem eternizado na humanidade. O que move os cristãos é a fé, o amor e a esperança, sempre acreditando que é possível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo é alcançar o equilíbrio, evitando os extremos: não nos perdermos na sociedade secular a ponto de não sermos distinguíveis e também não nos distanciarmos a ponto de não sermos vistos. Essa é a chave. Embora não seja fácil encontrar esse equilíbrio, com a força e ajuda do Espírito Santo, podemos alcançá-lo juntos. Por fim, para promover uma reforma de coração neste mundo degradado, devemos espalhar incessantemente o amor de Cristo, para que cada vez mais pessoas se tornem semelhantes a nós e haja cada vez menos pessoas ruins.

REFERÊNCIAS

KELLER, Tim. O que o cristianismo pode oferecer à sociedade no século XXI? Discurso feito em 2018 para o Parlamento Britânico. [S.l.]: Vida Nova, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xQb3REo7M40&t=474s>. Acesso em: 06 mai 2024.

NASCIMENTO, Bruno Ribeiro. Apostila de Introdução à Filosofia. FICV – Faculdade Internacional Cidade Viva, Curso de Teologia, João Pessoa, 2020.

RELIGIÃO E CIÊNCIA: REALMENTE UMA CONTRADIÇÃO?

*Herivelton Luis Almeida*¹⁵⁵
*Bruno Ribeiro Nascimento*¹⁵⁶

¹⁵⁵ Discente da Faculdade Internacional Cidade Viva.

¹⁵⁶ Orientador do trabalho. Email: bruno.ribeiro@ficv.edu.br

RESUMO

Este artigo visa analisar sucintamente a relação entre ciência e religião, especialmente considerando momentos históricos em que houve uma proximidade notável entre ambas, beneficiando a ciência do aspecto religioso de seus praticantes. Além disso, serão mencionados alguns pensamentos de renomados cientistas e filósofos que veem seu trabalho científico como intrinsecamente ligado às suas crenças religiosas, com ênfase no cristianismo. Autores como Brendan Sweetman, Ronald Numbers e John Lenox serão abordados para oferecer uma perspectiva variada sobre o tema. O objetivo é contribuir para estimular a curiosidade daqueles interessados no assunto, incentivando-os a buscar um aprofundamento na questão que tem sido amplamente discutida em nossas comunidades e não apenas no ambiente acadêmico. As ideias aqui apresentadas abordarão momentos históricos e perspectivas de diferentes pensadores, incluindo aqueles de fora da esfera religiosa cristã, para proporcionar uma visão mais abrangente sobre essa relação complexa.

PALAVRAS-CHAVE:

Ciência. Religião. Cristianismo. Tese do Conflito.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é fornecer uma visão mais clara de como as esferas da sociedade, Religião e Ciência, têm avançado em conjunto e como a sabedoria popular atual tem sido significativamente influenciada por isso. Além disso, pretende-se disponibilizar referências de pensadores contemporâneos que podem contribuir significativamente para um melhor esclarecimento sobre a questão apresentada. O trabalho também busca divulgar essa reflexão de maneira acessível, oferecendo indicações de onde e como aprofundar-se nos pensamentos, argumentos e reflexões sobre o tema.

É interessante observar que atualmente existe uma ideia geral que está influenciando profundamente o senso comum da nossa sociedade, a qual afirma que “Fé e Ciência são incompatíveis”. Essa ideia estabelece que a religião deve permanecer na esfera pessoal e individual, enquanto a ciência se tornou parte integrante da vida cotidiana das pessoas de diversas formas. O conceito de ser inteligente, intelectual e sábio agora está associado à capacidade de interagir com a ciência no dia-a-dia e até mesmo de utilizar a ciência em debates sobre problemas sociais, políticos e na resolução de questões cotidianas.

Estamos em uma época em que Fé e Ciência são vistas como áreas incompatíveis e até mesmo conflitantes entre si. A Ciência, conforme é percebida, lida com fatos, medidas, experimentos, observações racionais, enquanto a Fé aborda aspectos intangíveis e relacionados à imaginação humana. Isso leva à visão de que narrativas religiosas são consideradas mitos, no sentido negativo de serem histórias irreais inventadas para preencher lacunas do conhecimento científico ou para explicar fenômenos incompreensíveis.

Muitas pessoas adotam uma visão marxista de que a Religião é “o ópio do povo” e, portanto, sem utilidade além de manipular ou controlar as massas, o que

amplia a aversão à Religião. Por outro lado, a ciência é vista como uma disciplina neutra, livre de pressupostos, e é aceita de maneira quase religiosa como a melhor referência e guia nos dias atuais. Essas perspectivas intensificam a crença comum de que Religião e Ciência são completamente contraditórias e irreconciliáveis. Mas será mesmo?

Este artigo utilizará fontes históricas, artigos e entrevistas de especialistas no assunto como base para sua argumentação. Entre as referências utilizadas estarão o livro previamente citado de Brendan Sweetman e também algumas palestras proferidas pelo cientista e matemático John Lennox e pelo historiador Ronald Numbers.

2. DESENVOLVIMENTO

A relação entre Religião e Ciência tem sido historicamente complexa e controversa. Na verdade, quando se fala nas relações entre ciência e religião, é um lugar comum pensar que essas duas áreas estão em um beligerante conflito histórico desde tempos imemoriais. O público leigo, na medida em que pensa de alguma maneira a respeito das relações entre essas duas esferas da realidade, tem a “certeza” de que a religião cristã, principalmente na Idade Média, sempre se opôs ao progresso científico.

Brendan Sweetman, em seu livro *Religião – Conceitos-chave em Filosofia*, destaca a natureza conflituosa dessa relação, especialmente ao longo da história. No capítulo 7, Sweetman aborda essa questão, destacando que a percepção contemporânea sugere um conflito entre ambas as esferas, em parte devido a várias controvérsias históricas que alimentaram esse conflito (SWEETMAN, 2013, p. 125).

Sweetman utiliza exemplos históricos e contemporâneos para ilustrar essa tensão. Um exemplo clássico é o caso de Galileu Galilei no século XVII, que se tornou emblemático para argumentar contra a harmonia entre Religião e Ciência. Da mesma forma, ele menciona a disputa atual entre o Criacionismo e a Teoria da Evolução, que continua a ser um ponto de conflito entre líderes religiosos e cientistas, especialmente no contexto do cristianismo. Porém, essa visão de antagonismo não é universal.

Segundo Ronald Numbers (2009), um historiador da ciência influente, existem mitos históricos amplamente difundidos que tratam das relações entre ciência e religião. Aqui, o termo "mito" não é usado no sentido sofisticado das ciências das religiões ou da antropologia, que se refere a narrativas que dão sentido à existência, mas sim em seu sentido original de ficção ou meia-verdade (NUMBERS, 2009, p. 01).

Estes mitos são narrativas fictícias criadas principalmente nos séculos XIX e XX para redefinir eventos históricos de modo a se encaixarem na ideia de que houve um conflito contínuo entre ciência e religião ao longo da história. Essas narrativas, amplamente difundidas na mídia e no imaginário social, incluem ideias como a crença de que os cristãos medievais acreditavam que a Terra era plana, que Galileu foi perseguido e torturado por apoiar a teoria de Copérnico sobre o heliocentrismo, que a Igreja medieval inibiu o progresso científico e até proibiu

a dissecação humana. Estas são visões simplificadas e muitas vezes distorcidas dos eventos históricos, e Ronald Numbers destaca a importância de examinar criticamente esses mitos para obter uma compreensão mais precisa das relações complexas entre ciência e religião ao longo do tempo.

Existem figuras históricas e contemporâneas que adotaram uma perspectiva integradora. Louis Pasteur, renomado por suas contribuições para a microbiologia, era também um cristão devoto. Ele via suas descobertas como uma forma de compreender melhor a criação divina, expressando que as leis naturais eram uma manifestação da vontade de Deus e que sua pesquisa era uma forma de glorificá-lo (/ (SALOMAO, 2023).

Outro nome relevante é o de John Lenox, um renomado Cientista Matemático que tem se dedicado a explorar as relações entre ciência e fé. Lenox destaca que a ciência não eliminou a possibilidade de Deus, mas, pelo contrário, tanto os resultados quanto o próprio empreendimento científico podem apontar para a existência de uma entidade divina.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses exemplos destacam a diversidade de perspectivas sobre a relação entre Religião e Ciência. Em vez de enxergar essa relação como irreconciliável, é essencial explorar nuances e considerar tanto os conflitos históricos quanto as visões integradoras que contribuem para uma compreensão mais ampla e complexa desse tema. Ao analisar o papel de figuras como Pasteur e Lenox, podemos enriquecer o debate e promover uma reflexão mais aprofundada sobre as interseções entre fé e razão no contexto científico.

REFERÊNCIAS

LENNOX, John. Por que a ciência não consegue enterrar Deus. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

NUMBERS, Ronald. Mitos e verdades em ciência e religião: uma perspectiva histórica. Revista de Psiquiatria Clínica, v. 36, n. 6, 2009, p. 246-251. Disponível em: http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/N_autores/NUMBERS_Ronald_L_tit_Mitos_e_verdades_em_ciencia_e_religiao_uma_perspectiva_historica.pdf. 2004907

SWEETMAN, Brendan. Religião: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Penso, 2013.

SALOMÃO. Disponível em: www.religiao.app Acesso em: 15 ago 24

TÍTULO DO ARTIGO TÍTULO DO ARTIGO

*TÍTULO DO ARTIGO EM INGLÊS
TÍTULO DO ARTIGO EM INGLÊS*

*Thiago de Medeiros Dutra*¹⁵⁷
*André Ricardo Fonsêca da Silva*¹⁵⁸

¹⁵⁷ Professor de Ética VI. Educação na Faculdade Internacional Cidade Viva. thiagodutra@cidadeviva.org

¹⁵⁸ Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. Teólogo pela FICV. Professor da FICV. E-mail: andre.fonseca@ficv.edu.br.

RESUMO

A Educação Clássica remonta aos gregos e seu modelo educacional é voltado para a Paidéia. A igreja cristã absorveu e “cristianizou” esta educação socrática, trazendo a ideia das sete artes liberais e construindo um modelo pedagógico sólido e responsável por moldar a civilização ocidental em seus mais diversos aspectos. Contudo, desde a Revolução Francesa, a Modernidade buscou encontrar outros formatos de educação e escola, avançando em alguns pontos, mas retrocedendo em tantos outros. Com o tempo, seus resultados começaram a ser sentidos, fazendo a escritora Dorothy Sayers proferir um discurso na Universidade de Oxford em 1947, lançando um ensaio sobre as ferramentas clássicas da aprendizagem que se perderam e propondo um resgate das mesmas. Este artigo tem como objetivo analisar o pensamento de Dorothy Sayers, situando-o no contexto atual brasileiro de crescimento da educação cristã clássica, onde muitas escolas encontram no neoclássico uma solução para o enfrentamento de teorias educacionais modernas. O método de pesquisa é pura, pois faz um estudo teórico, qualitativa, dedutiva, partindo da temática da educação cristã clássica e adentrando no pensamento da Dorothy Sayers, exploratória e a técnica de revisão é bibliográfica, sendo utilizado livros importantes sobre a temática. Sendo assim, buscamos contribuir para o entendimento sobre a educação neoclássica, o cristianismo e suas possibilidades de estudos acadêmicos e prática pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação Neoclássica. Ferramentas Perdidas da Aprendizagem. Dorothy Sayers.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Cristã Clássica forjou toda a civilização ocidental. Juntamente com o Cristianismo, esta filosofia educacional relegou à humanidade a importância das virtudes, o valor dos grandes livros e o papel central de Deus na educação. O que vivemos hoje nas escolas e universidades é a transformação da pedagogia em uma arma revolucionária que busca alcançar interesses bem inferiores àqueles outrora visados.

Enxergando a decadência da educação moderna, a escritora Dorothy Sayers profere um discurso emblemático e instigador, instando a comunidade acadêmica a resgatar as ferramentas perdidas da aprendizagem. Ressignificando o trivium a partir de uma psicologia do desenvolvimento, a referida preletora tronou-se leitura obrigatória para todos que desejam restaurar a educação clássica nos dias de hoje.

O objetivo deste artigo é entender o pensamento de Sayers sobre as ferramentas perdidas da aprendizagem, situando sua voz no contexto educacional brasileiro nos dias de hoje. Além disso, é possível perscrutar uma breve história da educação; entender o momento onde o cristianismo encontra na educação clássica um modelo que se apresenta claramente nas Sagradas Escrituras e; aplicar o pensamento de Sayers na educação brasileira atual.

O estudo da pedagogia neoclássica se justifica pelo seu crescimento no

Brasil e no mundo. Educadores cristãos começam a enxergar num modelo que perdurou dois mil anos a solução para o fracasso educacional da atualidade, fazendo-se necessário, então, produzir conhecimento científico sobre o tema de forma a preparar uma nova geração de educadores.

Sabendo do papel da educação cristã clássica na história do ocidente e da igreja e entendendo o quanto a educação moderna se distanciou das premissas fundamentais da pedagogia, como utilizar o pensamento de Dorothy Sayers na educação atual de forma a reencontrar as ferramentas perdidas da aprendizagem?

Dessa forma, este trabalho visa falar brevemente sobre a história da educação judaica, grega e cristã, situando a educação cristã clássica como produto de todas estas vertentes pedagógicas. Posteriormente, apresentaremos o pensamento de Dorothy Sayers para, então, concluir sobre sua aplicabilidade nos dias atuais.

2. METODOLOGIA

O método de pesquisa é pura, pois faz um estudo teórico sobre o tema da educação cristã clássica; qualitativa; dedutiva, partindo da temática da pedagogia clássica e adentrando no pensamento da Dorothy Sayers; exploratória e a técnica de revisão é bibliográfica, sendo utilizados livros importantes sobre a temática.

3. UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO CRISTÃ CLÁSSICA

O que se chama de Educação Clássica tem início na Grécia, naquilo que chamamos de Paidéia Grega. Filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles cunharam uma linha de pensamento aplicada à educação que favorece o desenvolvimento do cidadão grego de forma a alcançar a areté, a virtude. Contudo, podemos retroceder milhares de anos e falar sobre a educação judaica, pois esta também trabalhava de forma semelhante. (FRANCISCO FILHO, 2017)

Ouçã, ó Israel: O Senhor, o nosso Deus, é o único Senhor. Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todas as suas forças. Que todas estas palavras que hoje lhe ordeno estejam em seu coração. Ensine-as com persistência a seus filhos. Converse sobre elas quando estiver sentado em casa, quando estiver andando pelo caminho, quando se deitar e quando se levantar. (Dt. 6:5-7)

Este texto de Deuteronômio reforça a importância da memorização da lei e de se ensinar a criança a amar ao Senhor. O modelo judaico de educação também remonta aos livros de sabedoria, onde Provérbios assim diz: “Com **sabedoria** se constrói a casa, e com **discernimento** se consolida. Pelo **conhecimento** os seus cômodos se enchem do que é precioso e agradável.” (Provérbios 24.3-4, grifo do autor)

O autor bíblico distingue três formas (ou níveis) de aprendizado, falando sobre conhecimento, discernimento e sabedoria. Na metáfora utilizada, o conhecimento enche os cômodos da casa, ele é o tijolo da construção, a base de todo aprender, é o conteúdo em si. Na matemática, o conhecimento pode ser a tabuada pura memorizada. O discernimento consolida a casa, pois ele é o que permite diferenciar o bom tijolo do mau tijolo, ela ajuda a construir da forma mais eficiente possível, sem desperdícios e sem risco. Discernir é a capacidade de interpretar os fatos e seguir pelo melhor caminho. Na ilustração da matemática, o discernimento é o momento onde se usa a tabuada para resolver um problema, como dar um troco no supermercado. Por fim, é a sabedoria que constrói a casa, pois ela é conhecimento com discernimento que se propõe à ação. Utilizando-se mais uma vez da matemática, é quando decido comprar algo à vista ou à prazo a depender dos juros impostos e da rentabilidade do dinheiro. Os gregos trabalharam o conceito de Gramática (Conhecimento), Lógica (Discernimento) e Retórica (Sabedoria), sendo estas três artes chamadas posteriormente na Idade Média de Trivium.

O que hoje é chamado de “disciplina” possui uma gramática (não apenas o português, como pensamos hoje). A gramática da matemática é a tabuada; da geografia, os mapas; da história, a linha do tempo; das ciências, as leis da criação. A lógica é o estudo da forma correta de construir um argumento, de modo a não ser falacioso, e sim verdadeiro. Aristóteles lançou a base da lógica formal, permitindo-nos ainda hoje desenvolver um raciocínio que permite vencer falácias tão comuns nos dias atuais. Por fim, a retórica é o desenvolvimento da capacidade de falar com conhecimento e discernimento. Aprender a arte de falar em público e defender um ponto de vista é algo a ser desenvolvido.

Perceba que o pensamento grego (e posteriormente romano) em muito se parece com a educação judaica presente nas Escrituras. Não sabemos se de alguma forma eles foram influenciados pelo judaísmo ou se proveio de graça comum, mas sabemos que esta educação clássica avança no período da Idade Média e é absorvida pela Igreja. Os grandes filósofos medievais, Agostinho e Tomás de Aquino absorvem e “cristianizam”, respectivamente, Platão e Aristóteles, desenvolvendo a base do que chamamos hoje de Educação Cristã Clássica, sistematizando as chamadas Sete Artes Liberais, o Trivium e o Quadrivium.

A educação, no sentido clássico do termo, estava inextricavelmente ligada ao que os gregos chamavam de paideia. [...] Originalmente, paideia fazia referência ao projeto educacional dos gregos que iniciaria o aluno em uma cultura, em uma maneira particular de tornar-se humano, mas acabou se tornando sinônimo do próprio conteúdo dessa cultura, sendo assim o equivalente grego da palavra latina cultura. Então, a paideia é tanto o conteúdo da cultura quanto o processo educacional pelo qual o indivíduo é iniciado em uma cultura; em suma, o “cultivo da cultura”. Agora, tal conceito de educação tornou-se muito importante para a civilização cristã emergente. Isto se dá por causa de um texto-chave em Efésios 6.4, onde Paulo exorta os pais a criarem seus filhos na paideia tou kyriou, a “paideia

do Senhor". Paulo introduz essa ideia de paideia, mas não uma paideia dos gregos ou dos romanos; esta é a paideia do Senhor. Esta é uma paideia que não é deste mundo, trazendo, portanto, uma cultura literalmente de outro mundo, o próprio mundo do céu. E assim temos cristãos desenvolvendo a concepção greco-romana de paideia de maneiras surpreendentemente novas e sem precedentes. (TURLEY, 2018)

A Educação Cristã Clássica foi sendo aprimorada no período da reforma e pós-reforma até começar a cair em esquecimento no século XIX. Em meados do século XX, o movimento é redescoberto e assim novamente praticado principalmente em comunidades cristãs.

4. FERRAMENTAS PERDIDAS DA APRENDIZAGEM

Com a decadência educacional vivida nos EUA e no mundo Ocidental, Sayers (2020) fala sobre "As ferramentas perdidas da Aprendizagem", explicando como a Educação Cristã Clássica havia sido "perdida", mas precisava ser resgatada. Ela fala, então, sobre como esta educação se enquadra na própria formação do indivíduo.

Dividindo a infância e a adolescência em três fases, Dorothy Sayers fala sobre a fase do "papagaio" entre 5 e 11 anos, momento onde a criança está mais apta a decorar, memorizando com facilidade versículos bíblicos, regras de ortografia, tabuada, estados e capitais, fatos históricos, anatomia, dentre outros conteúdos. A fase da Lógica é estimulada no início da adolescência, que ela chama de "atrevida", "petulante" ou, usando um termo menos agressivo, "filósofo". O adolescente, enquanto criança, aceitava toda a gramática que lhe fora entregue para memorização. Memorizou o catecismo e versículos bíblicos cantando uma música com a sequência do cânon. Contudo, agora ele costuma fazer uma pergunta com muita frequência: "por quê?". "A Bíblia é verdadeira?", "Deus existe mesmo?", "o cristianismo é a única religião verdadeira?", dentre outras. Todos vivem este momento da vida onde questiona-se tudo e todos. E é por isso que nesta fase a educação cristã clássica se debruça sobre a lógica formal, permitindo ao aluno aprender a pensar corretamente e enfrentar suas dúvidas com respostas verdadeiras, e não falaciosas. A apologética, a filosofia e a própria disciplina de lógica precisam, neste momento, estar entrelaçadas com todas as outras. Por fim, entre os 14 e 18 anos, este adolescente já entrando na juventude tem um ávido desejo de se expressar. Ele quer dar sua opinião, quer gravar vídeos na internet, quer falar e ser ouvido, pois se sente maduro e sabe que a vida adulta está mais próxima que nunca. E é neste momento que a Educação Cristã Clássica trabalha a Retórica, desenvolvendo a capacidade de falar bem e se expressar com convicção e verdade.

No último século, a educação brasileira foi influenciada pelo modernismo, retrocedendo em aspectos importantes, tais como a valorização da gramática e da matemática básica. Tudo isso deu lugar a um ensino focado na revolução, conforme reverbera Freire (1987). Neste sentido, o objetivo não é mais aprender, e

sim formar um cidadão revolucionário. E é nesse sentido que o retorno à Educação Cristã Clássica se faz necessário em um Brasil com indicadores educacionais vergonhosos diante do mundo.

Conforme Sayers (2020), o resgate das ferramentas perdidas da aprendizagem, considerando o Trivium em cada fase de desenvolvimento da criança e do adolescente poderá redimir a intelectualidade da geração atual de docentes e discentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Cristã Clássica é resultado de uma pedagogia judaica e grega, encontrando respaldo na Escrituras e com um histórico louvável de resultados nos últimos dois mil anos, forjando toda a civilização ocidental. Sendo assim, o resgate desta filosofia e métodos educacionais é indispensável para o florescer da educação no Brasil e no mundo.

O trabalho de Dorothy Sayers é necessário para entender como a pedagogia clássica se adequa aos anseios da sociedade de hoje, permitindo educar com excelência a partir de uma cosmovisão cristã e buscando o desenvolvimento das virtudes. Sendo assim, faz-se necessário o estudo mais aprofundado da teologia, bem como da pedagogia, com o objetivo de entender como as Escrituras pode nortear o ensino e a aprendizagem, valorizando a tradição, mas também ressignificando para a cultura de hoje.

REFERÊNCIAS

FRANCISCO FILHO, Geraldo. História geral da educação. 3ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SAYERS, Dorothy. As ferramentas perdidas da aprendizagem. São Paulo: Old School, 2020.

TURLEY, Steve. Educação clássica vs. educação moderna: a visão de C. S. Lewis. Tradução de Elmer Pires. São Paulo: Trinitas, 2018.

PROTESTANTISMO, HISTÓRIA E CULTURA ESCRITA NO BRASIL: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO NACIONAL

Jaime Magalhães Sepulcro Júnior ¹⁵⁹

¹⁵⁹ Mestre em Educação pela UFMG. Graduado em Pedagogia UFMG. Com pesquisas na interface entre História da Educação, Protestantismo e Cultura Escrita. Educador social no Projeto Jovem Independente (PJI) do Serviço Assistencial Salão do Encontro (SASFRA).

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar um levantamento da produção na interface entre protestantismo e cultura escrita no contexto da pós-graduação nacional. Os dados apresentados procedem de pesquisa anteriormente realizada (SEPULCRO Jr., 2017), que buscou mapear e analisar tal produção a partir de uma abordagem histórica, tendo como referencial teórico os estudos da História Cultural (CHARTIER, 1990).

A discussão sobre as relações entre protestantismo, leitura e escrita não é uma novidade no contexto acadêmico. Frago (1993, p.30) afirma que, nos anos finais da década de 1960, alguns estudos já “colocaram a tônica da aliança protestantismo-imprensa para explicar as notáveis diferenças no processo de alfabetização entre os países protestantes e os católicos”, p.e., o que vem a ser compreendido posteriormente, à partir de contribuições dos campos da sociologia da comunicação e da cultura, como um processo resultante de implicações ideológico-culturais mais complexas, especialmente das práticas culturais protestantes, cada uma das quais em diversas medidas permeadas pela leitura e a escrita (FRAGO, 1993; apud SEPULCRO JR., 2019).

Entretanto, apesar da clara relação histórica entre protestantismo e cultura escrita, como o protestantismo aparece entre as produções acadêmicas debruçadas sobre o tema da cultura escrita no Brasil? Por outro lado, como a cultura escrita aparece nos trabalhos que exploram o tema do protestantismo no Brasil? Como essa relação entre protestantismo e cultura escrita tem sido explorada e, se não explorada, como aparece entre as produções acadêmicas sobre protestantismo, história e cultura escrita na pós-graduação nacional?

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o levantamento dos dados foi a da pesquisa bibliográfica (FERREIRA, 2002). A primeira etapa de nosso trabalho constituiu-se no levantamento geral das produções da pós-graduação nacional relacionadas ao tema pesquisado, tendo como base de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação, que hoje integra todos os programas de pós-graduação das principais Escolas, Faculdades e Universidades públicas e privadas do Brasil. A localização dos trabalhos na plataforma da BDTD foi realizada através do sistema geral de buscas do site, inicialmente a partir dos descritores: “protestantismo”, “leitura”, “escrita”, “história” e “cultura escrita”, buscando selecionar e baixar os trabalhos que, independentemente das áreas do conhecimento em que foram produzidos, tivessem uma abordagem histórica do protestantismo e/ou da cultura escrita no Brasil. Foram selecionamos 66 trabalhos (44 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado), que passaram a integrar nosso corpus de pesquisa.

A etapa seguinte foi a de catalogação de dados, na qual construímos uma tabela com informações de cada trabalho sobre: instituição em que foi produzido, ano, título, autor/a, orientador/a, titulação (mestrado/doutorado), campo de

conhecimento, a importância/centralidade da cultura escrita no trabalho (central, importante, secundária), tema geral, objetivos, denominação e localidade pesquisada, referenciais teóricos, metodologia, fontes, periodização e principais resultados.

Por fim, selecionamos e analisamos mais detidamente os sete trabalhos em que a cultura escrita tinha papel central para sua compreensão à partir dos elementos neles presentes que mais externavam a relação entre o protestantismo e cultura escrita no Brasil.

O levantamento e as análises realizados tornaram-se em uma primeira etapa de pesquisa posterior (SEPULCRO JR. 2019), em que nos debruçamos precisamente sobre o papel da cultura escrita, mais especificamente de fanzines, na construção de uma identidade contracultural cristã na cidade de Belo Horizonte entre os anos 1980 e 1990.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nenhum trabalho entre o corpus analisado debruçava-se especificamente sobre a relação entre protestantismo e cultura escrita, muito embora sete deles tivessem a cultura escrita como eixo central para compreensão de seus objetos de pesquisa. Cinco destes trabalhos analisam a interface entre protestantismo e imprensa – tema mais explorado na relação entre protestantismo e cultura escrita –, um debruça-se mais especificamente sobre a relação entre protestantismo e educação e outro sobre a representação social dos protestantes presente nas literaturas de cordel em Paraíba e Pernambuco.

Procuramos analisar como a relação entre protestantismo e cultura escrita aparecia no desenvolvimento dos temas propostos, verificando que essa relação aparece especialmente quando os autores fazem referência:

1) Às atividades educativas dos protestantes (missionários e convertidos) através da alfabetização, da criação/fundação de turmas de educação elementar, colégios, seminários, entre outros. Vale destacar que tais atividades decorrem de uma necessidade intrínseca para participação do fiel dentro da cultura protestante, cujas principais práticas culturais são diretamente mediadas pela leitura e pela escrita, como o discipulado, o proselitismo, a participação dos cultos, além da necessidade da leitura pessoal da bíblia em comunidade e na devoção pessoal. É necessário ler para ser protestante (SEPULCRO JR., 2019; apud SILVA, 2013). Além disso, a educação era uma forma indireta de evangelização (VASCONCELOS, 2010);

2) Aos impressos e atividade editorial protestante, suas funções e seus conteúdos (bíblias, livros, revistas, folhetos, editoriais em jornais e jornais confessionais). Vale destacar aqui a grande atuação de missionários protestantes na imprensa nacional, protagonizando desde debates teológicos até reflexões e literaturas ficcionais que estimulavam a devoção cristã em jornais seculares e confessionais. A atividade editorial, por sua vez, começará utilizando-se de editoras estrangeiras e nacionais até a aquisição de tipografias e gráficas próprias ainda no final do séc. XIX, culminando, por fim, na criação das “casas publicadoras”

(VASCONCELOS, 2010), o que, por sua vez, ajudou a promover a circulação do escrito e a ampliar o acesso à produção protestante no país.

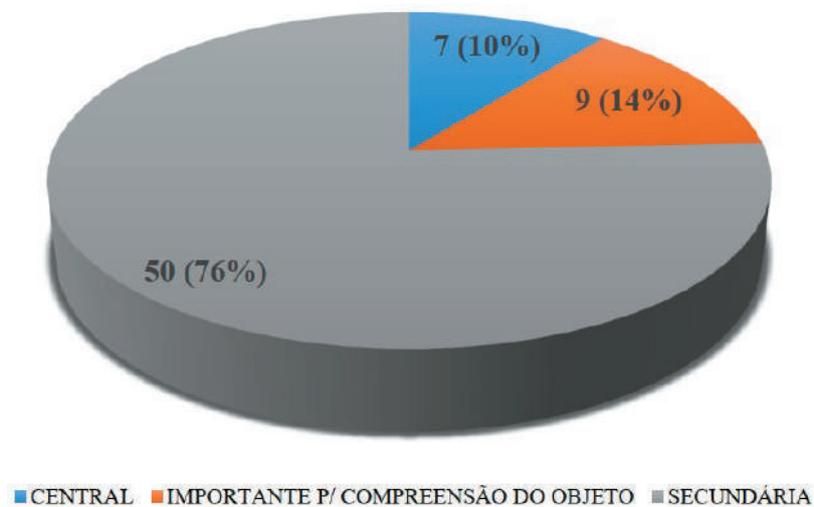
3) Às atividades dos colportores (missionários comerciantes de bíblias, livros e folhetos evangélicos), na distribuição de impressos protestantes no Brasil. Vasconcelos (2005) afirma que os colportores escolhiam adeptos de diversos locais visitados como leitores para os demais que, em sua maioria, não sabiam ler, promovendo um tipo de participação mediada dentro da religião e da cultura escrita.

Tabela 1 – Temas gerais dos trabalhos selecionados na pesquisa

FILOSOFIA DO PROTESTANTISMO	1
HETEROLOGIAS	4
HISTÓRIAS FORMAÇÃO DE IGREJAS LOCAIS	5
HISTORIOGRAFIA DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO	2
INSERÇÃO E INFLUÊNCIA DO PROTESTANTISMO LOCAL	3
PERSONAGENS HISTÓRICOS	1
PROTESTANTISMO E CIVILIZAÇÃO	5
PROTESTANTISMO E EDUCAÇÃO	9
PROTESTANTISMO E EMBATES	3
PROTESTANTISMO E A MULHER	5
PROTESTANTISMO E IDENTIDADE	10
PROTESTANTISMO E IMPRENSA	5
PROTESTANTISMO E MÍDIA	3
PROTESTANTISMO E MISSÃO	3
PROTESTANTISMO E MÚSICA	1
PROTESTANTISMO E POLÍTICA	5
PROTESTANTISMO E RELAÇÕES INTER-DENOMINACIONAIS	1
TOTAL	66

Fonte: Sepulcro Jr. (2017).

Figura 1 – Distribuição da importância da Cultura Escrita nos trabalhos



Fonte: Sepulcro Jr. (2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a maior parte do corpus analisado na pesquisa não trate diretamente da História da Cultura Escrita (Galvão, 2010), ele nos fornece diversos subsídios para a compreensão do lugar ocupado pelo escrito no protestantismo brasileiro entre os séculos XIX e XX. A pesquisa também nos permitiu empreender um mapeamento da produção na interface entre protestantismo e cultura escrita dentro da produção da pós-graduação nacional, encontrando assim os principais assuntos tratados, a forma como essa relação aparece, além de, conseqüentemente, podermos identificar áreas que ainda precisam ser exploradas dentro dessa relação como, por exemplo, a materialidade (os objetos da escrita) e o manuscrito como objeto de pesquisa, além de identificar a importância de se ampliar o espectro de pesquisa para além das denominações do protestantismo de missão (especialmente denominações batistas e presbiterianas), buscando compreender melhor como essa relação se dá dentro de denominações dentro do espectro do pentecostalismo, por exemplo.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger A história cultural: entre práticas e representações 2ª ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo Lisboa: Difel, 1990

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Revista Educação & Sociedade, Campinas, n. 79, p. 257-272, Ago. 2002.

FRAGO, Antonio Viñao. Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos. Porto Alegre: Artmed, 1993. pp 29-68.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (org.). Cultura escrita e letramento. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SEPULCRO JÚNIOR, Jaime Magalhães. Protestantismo, história e cultura escrita: um levantamento da produção discente na pós-graduação brasileira. 2017. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SEPULCRO JÚNIOR, Jaime Magalhães. Evangelicalismo e cultura escrita: o papel dos fanzines na construção de uma identidade contracultural cristã em Belo Horizonte entre os anos 1980 e 1990. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Sandra Cristina da. Guiando almas femininas: a educação protestante da mulher em impressos confessionais no Brasil e em Portugal (1890-1930). 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. 214f.

VASCONCELOS, Micheline Reinaux de. Os novas-seitas: a presença protestante na perspectiva da literatura de cordel-Pernambuco e Paraíba (1893-1936). 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. 116f.

VASCONCELOS, Micheline Reinaux de. As boas novas pela palavra impressa: impressos e imprensa protestante no Brasil (1837-1930). 2010. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. 208 f.

A GRAÇA NA VIDA CRISTÃ: COMPREENSÕES TEOLÓGICAS E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Sérgio Ribeiro dos Santos ¹⁶⁰
Igor Henrique Sabino de Farias ¹⁶¹

¹⁶⁰ Discente do Curso de Teologia da Faculdade Internacional Cidade Viva (FICV). E-mail: srsantos207@gmail.com

¹⁶¹ Orientador. Profº Doutor em Ciência Política pela UFPE. E-mail: igorhsabino@hotmail.com

RESUMO

A teologia da graça é um tema central na fé cristã, refletindo sobre a natureza do dom gratuito e incondicional de Deus para a humanidade, independentemente de mérito. Este estudo objetiva analisar as diversas concepções da graça na teologia cristã e sua influência na vida cotidiana dos fiéis. O problema de pesquisa indaga como a compreensão da graça afeta a prática da vida cristã. A hipótese sugere que embora a concepção da graça remonte aos ensinamentos de Jesus Cristo e às epístolas paulinas, sua interpretação e aplicação variaram ao longo da história da igreja. A metodologia adotada é uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando revisão bibliográfica para compreender as diferentes perspectivas teológicas da graça e seu impacto na vida dos cristãos. O estudo se divide em cinco seções, abordando desde os fundamentos históricos da teologia da graça até sua aplicação prática na vida diária, destacando a importância da fé como resposta à graça divina e a necessidade de humildade e dependência de Deus. Os resultados esperados incluem uma compreensão mais profunda da graça e sua influência transformadora na vida dos crentes, promovendo uma vida cristã marcada pela gratidão, humildade e compaixão.

PALAVRAS-CHAVE:

Teologia. Cristianismo. Religião. Justificação. Graça.

1. INTRODUÇÃO

A teologia da graça é um tema central da fé cristã e tem sido objeto de estudo e reflexão desde os primeiros séculos da Igreja. A graça é vista como um dom gratuito e incondicional concedido por Deus a todas as pessoas, independentemente de sua condição ou mérito. A teologia da graça está intimamente relacionada à salvação, pois é através da graça que os cristãos são salvos. O apóstolo Paulo diz que: “pela graça vocês são salvos, por meio da fé, e isto não vem de vocês, é dom de Deus” (Efésios 2:8).

O apóstolo Paulo que é considerado o “teólogo da graça” em suas epístolas, enfatiza a importância da graça como uma dádiva e a centralidade de sua aplicação na vida do cristão, “porque a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens” (Tito 2:11). Santo Agostinho, na tradição católica, destacou a graça como a única maneira do homem se aproximar de Deus e ser salvo, enquanto Martinho Lutero, na tradição protestante, enfatizou a graça como a base da justificação pela fé, fundamentado no pensamento paulino que diz: “Porque o fim da Lei é Cristo, para a justiça de todo aquele que crê” (Romanos 10:4).

Assim sendo, a aplicação da teologia da graça na prática da vida cristã é um tema no mínimo instigante, pois muitas vezes a vida cristã pode se tornar uma rotina de regras e obrigações, sem a alegria e a liberdade que a graça proporciona. A graça deve ser vivida diariamente, em todas as áreas da vida, desde o relacionamento com Deus até as relações interpessoais e o trabalho, porque, segundo Tchividjian (2016), a graça é a única resposta possível para a realidade do pecado e da imperfeição humana, e é por meio dela que o ser humano pode ter

acesso a Deus e à salvação.

Todavia, viver a prática da teologia da graça no cotidiano do cristão pode ser vista como um desafio, uma vez que muitas vezes as pessoas tendem a pensar em termos de mérito ou merecimento. No entanto, a graça não é algo que pode ser conquistada, mas apenas recebida como um dom, conforme Efésios 2:8. Assim, a vida cristã deve ser vivida em um espírito de gratidão e humildade, reconhecendo a necessidade contínua da graça de Deus em todos os aspectos da vida.

Portanto, a teologia da graça e sua aplicação na vida cotidiana do cristão é um tema relevante e atual, que merece ser estudado e refletido por todos aqueles que desejam viver de forma plena a sua fé. A busca por uma vida de graça implica em uma mudança de perspectiva e uma abertura para a ação do Espírito Santo em todas as áreas da vida.

Logo, o presente estudo se justifica por refletir sobre um tema fundamental para a vida cristã e como a compreensão a respeito da graça pode impactar, na prática, a vida do crente, ajudando a lidar com as fraquezas e imperfeições, bem como aplicar o conhecimento teológico

da graça no dia a dia para ter um relacionamento mais amoroso e misericordioso com os outros, levando a uma maior compaixão e engajamento com as questões sociais e a busca da justiça.

Assim, diante o exposto, a questão que norteou a presente análise teológica é a seguinte: como a compreensão da graça pode influenciar a prática de vida cristã? A hipótese que nos leva a reflexão desse estudo é de que a compreensão da graça como um conceito central na teologia cristã remonta aos ensinamentos de Jesus Cristo e às epístolas paulinas, mas sua interpretação e aplicação têm variado ao longo da história da igreja. Uma revisão da literatura sobre as diferentes perspectivas teológicas da graça pode destacar como essas visões influenciaram a prática de vida cristã em diferentes contextos.

A partir da questão norteadora, delineamos o seguinte objetivo geral: analisar as diferentes concepções da graça na Teologia cristã, a fim de compreender o que é a graça e como ela pode repercutir na vida prática do cristão. E os objetivos específicos são:

- Compreender os fundamentos da Teologia da Graça na história da igreja;
- Descrever o papel da fé na Teologia da Graça;
- Aplicar a prática da Teologia da Graça na vida cotidiana.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa pura, de caráter qualitativo, dedutiva, exploratório e descritivo, desenvolvido a partir da técnica de revisão bibliográfica. É importante destacar que o estudo qualitativo é uma metodologia de pesquisa que se concentra em compreender as experiências, perspectivas e comportamento das pessoas em profundidade. Essa abordagem pode ser usada em uma ampla variedade de disciplinas, inclusive na teologia e outras áreas das ciências humanas e sociais. É útil para explorar temas complexos e multifacetados que não podem ser compreendidos completamente apenas com dados quantitativos (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO; VALENCIA; TORRES, 2014).

Portanto, o presente estudo explora a teologia da graça e como se aplica de forma prática e transformadora na vida cotidiana do cristão. Para isso, este

artigo está dividido em cinco seções, em que a primeira é essa introdução e a última as considerações finais. Já a segunda seção trata dos fundamentos da teologia da graça na história da igreja enfatizando a origem, evolução e os seus principais teólogos. A terceira seção destaca o papel da fé na teologia da graça, abordando sua importância como resposta a graça de Deus e a justificação para a salvação. A quarta seção explora a prática da teologia da graça na vida cotidiana do cristão salientando a necessidade de se cultivar uma vida de humildade e dependência de Deus por causa da graça alcançada por Jesus Cristo.

2. OS FUNDAMENTOS DA TEOLOGIA DA GRAÇA NA HISTÓRIA DA IGREJA

A teologia da graça é uma das principais doutrinas do cristianismo e tem uma longa história que se estende desde os primeiros séculos da Igreja até os dias atuais. Mas, desde seus primórdios, a teologia da graça tem sido alvo de debates e controvérsias, o que levou a diferentes interpretações ao longo do tempo.

Uma das primeiras abordagens da teologia da graça na história da Igreja foi a dos pais da igreja, que acreditavam que a graça era um dom gratuito de Deus que permitia ao ser humano a salvação. Entre os principais pensadores dessa época destacam-se Agostinho de Hipona e Orígenes, que influenciaram significativamente a teologia cristã posterior.

Durante a Idade Média, a teologia da graça também passou por um período de crise e questionamento, especialmente com o surgimento do pelagianismo, que defendia a ideia de que a salvação dependia da ação humana e não da graça divina. Essa controvérsia foi solucionada com a afirmação da doutrina da graça por teólogos como Anselmo de Cantuária e Tomás de Aquino. Nesse período da história, a teologia da graça de Agostinho foi desenvolvida pelos escolásticos, que exploraram a natureza da graça e sua relação com o livre-arbítrio humano (OLSON, 2001).

Na Reforma Protestante do século XVI, a teologia da graça teve um papel fundamental na definição das doutrinas das igrejas reformadas. Martinho Lutero, por exemplo, afirmou que a salvação era um dom gratuito de Deus, que não podia ser obtido pela obra humana, mas somente pela fé em Jesus Cristo. João Calvino, por sua vez, enfatizou a ideia da predestinação, segundo a qual a graça divina é concedida a um número limitado de pessoas escolhidas por Deus. Nesse sentido, a reforma trouxe de volta a ênfase na graça divina como única base para a salvação do pecador. A salvação era vista como obra exclusiva de Deus, que agia de forma soberana para salvar os eleitos (LOPES, 2015).

Para Kelly (2000), a teologia da graça é uma das doutrinas mais importantes da Reforma Protestante, pois foi através dela que os reformadores redescobriram a verdadeira mensagem do Evangelho. Todavia, é importante destacar que a teologia da graça não é uma invenção da Reforma; ela tem suas raízes na Bíblia e na tradição cristã desde os primeiros dias da igreja (GONZALEZ, 2002).

Assim, nos séculos seguintes, a teologia da graça passou por diversas abordagens e interpretações, como a teologia liberal do século XIX e a teologia da libertação do século XX. Atualmente, a teologia da graça continua a ser um tema central da reflexão teológica cristã, inspirando diferentes perspectivas e

interpretações que buscam compreender e aplicar essa doutrina no dia a dia dos cristãos, uma vez que não podemos compreender a graça de Deus sem entendermos a sua santidade e justiça. Só quando compreendemos quem Deus é e quem somos em relação a Ele é que podemos apreciar o valor da graça divina (LOPES, 2015).

A teologia contemporânea tem visto um ressurgimento da ênfase na graça de Deus, em grande parte devido à influência da teologia reformada e ao crescimento do movimento evangélico global (OLSON, 2001). De forma que, a teologia da graça tem sido explorada por diversos teólogos, incluindo Karl Barth, que enfatizou a iniciativa de Deus na salvação e Jürgen Moltmann, que destacou a dimensão social da graça e sua relação com a justiça e paz (Olson, 2001).

3. PRINCIPAIS ABORDAGENS TEOLÓGICAS SOBRE A GRAÇA: AGOSTINIANA, TOMISTA, REFORMADA E WESLEYANA

Existem diversos pensamentos teológicos a respeito da graça, cada uma com suas particularidades e enfatizando diferentes aspectos da natureza e atuação da graça divina. De forma que apresentaremos uma breve explanação sobre quatro das principais abordagens teológicas sobre a graça: Agostiniana, Tomista, Reformada e Wesleyana.

a) Agostiniana: esse termo se refere a tudo que se relaciona ou é influenciado pela teologia e filosofia do pensador cristão Santo Agostinho (354 – 430 d. C.). A abordagem agostiniana enfatiza a ideia de que a graça de Deus é irresistível e predestinada, ou seja, que Deus concede sua graça de maneira soberana a quem Ele escolheu para a salvação. Agostinho defendia que a graça é um dom gratuito e não merecido de Deus e que é a única fonte de salvação. Ele também argumentava que a vontade humana é completamente depravada e incapaz de responder à graça divina sem a ação sobrenatural do Espírito Santo. Não fosse a graça de Deus, não haveria nada em nós para que Deus nos amasse. A própria razão pela qual Deus nos ama é a graça de Deus (AGOSTINHO, 1997). Suas principais ideias acerca da teologia da graça podem ser resumidas da seguinte forma:

b) Natureza pecaminosa e dependência da graça: Agostinho enfatizou a doutrina do pecado original, argumentando que todos os seres humanos nascem com uma natureza corrompida e inclinada para o pecado em virtude da queda de Adão e Eva. Ele acreditava que a humanidade era incapaz de alcançar a salvação ou aperfeiçoamento moral por conta própria e que a graça divina era necessária para a redenção.

c) Graça irresistível: Agostinho sustentava a tese de que a graça divina era irresistível e eficaz na salvação das almas. Ele presumia que Deus concede a graça de forma seletiva e aqueles que eram destinadas à salvação não poderiam resistir a ela.

d) Graça transformadora: Agostinho entendia que a graça divina não apenas perdoa os pecados, mas também transforma a natureza humana, capacitando os crentes a viverem vidas santas e agradáveis a Deus.

e) Unidade da graça e da liberdade: Agostinho argumentava que a graça não negava a liberdade humana. Para ele, a graça de Deus não anula o livre-arbítrio humano, mas o capacita a escolher o bem e a buscar a Deus.

É importante destacar que essas ideias de Agostinho foram influentes no pensamento teológico posterior, especialmente na teologia reformada, desenvolvida por Martinho Lutero e João Calvino.

a) Tomista: esse termo se refere a tudo que se relaciona ou é influenciado pela teologia e filosofia do pensador cristão medieval São Tomaz de Aquino (1225-1274 d.C.). A abordagem tomista sobre a graça ressalta a importância da cooperação humana com a graça divina. Segundo Tomás de Aquino, a graça divina é necessária para a salvação, mas também é necessário que os seres humanos cooperem com essa graça, usando o livre-arbítrio para escolher o bem e rejeitar o mal. Para ele, a graça divina não é irresistível, mas sim uma ajuda divina que torna possível para os seres humanos escolherem o bem. Assim, a graça não destrói a natureza, mas aperfeiçoa-a; não a força, mas a ajuda; não a anula, mas a eleva; não a subjuga, mas a liberta (Aquino, 2010). Resumidamente, vejamos as principais ideias de Tomás de Aquino sobre a teologia da graça:

b) Sinergismo: Ao contrário de Agostinho, Aquino defendia a visão de que a graça de Deus e a liberdade humana cooperam de forma sinérgica. Ele sustentava que a graça divina não anula o livre-arbítrio humano, mas o eleva e o capacita a cooperar com a ação divina.

c) Natureza e graça: Aquino acreditava que a graça divina não destruía a natureza humana, mas a aperfeiçoava. Ele via a graça como uma espécie de elevação e aprimoramento da natureza humana, capacitando-a a alcançar seu pleno potencial em relação a Deus.

d) Mérito: Tomás de Aquino afirmava que a graça de Deus é a causa primeira e principal do mérito, pois é a graça que capacita o indivíduo a realizar ações meritórias.

e) Sacramentos: Aquino enfatizava a importância dos sacramentos como meios pelos quais a graça divina é comunicada aos crentes. Ele considerava os sacramentos como instrumentos eficazes de Deus para conferir a graça necessária para a salvação e o crescimento espiritual.

É importante evidenciar que São Tomás de Aquino desenvolveu suas ideias sobre a graça como parte de seu sistema teológico geral, que ficou conhecido como "Tomismo", e que influenciou profundamente o pensamento católico romano e continua a ser uma influência significativa até os dias de hoje.

a) Reformada: a abordagem reformada sobre a graça destaca a ideia de que a salvação é um dom gratuito e incondicional de Deus, concedido aos eleitos através da fé em Jesus Cristo. Segundo os reformadores, a graça divina é irresistível e eficaz, ou seja, uma vez que Deus escolheu salvar uma pessoa, essa pessoa não pode resistir à sua graça e será inevitavelmente salva. Os reformadores também enfatizavam a ideia de que a graça divina é *sola gratia* (somente graça), ou seja, que a salvação é concedida somente pela graça de Deus, sem a contribuição de qualquer obra humana. Logo, a graça é gratuita porque é dada a pessoas que são indignas, desprezíveis, e que não têm nenhuma possibilidade de ganhá-lo por si mesmas (LUTERO, 2008). Eis as principais ideias dos reformadores sobre a teologia da graça:

b) Sola Gratia (Somente Graça): Os reformadores destacaram que a salvação é totalmente obra da graça divina e não pode ser obtida por méritos humanos. Eles rejeitaram a ideia de que as pessoas poderiam ganhar a salvação através de boas obras ou esforços próprios.

c) Depravação total: Os reformadores afirmaram a doutrina da depravação total, que ensina que a humanidade está completamente corrompida pelo pecado desde a queda de Adão e Eva. Isso significa que os seres humanos são incapazes de alcançar a salvação por conta própria e dependem inteiramente da graça de Deus para serem salvos.

d) Graça irresistível: Os reformadores sustentaram que a graça de Deus é irresistível para aqueles a quem ela é destinada. Isso significa que quando Deus chama alguém para a salvação, essa pessoa não pode resistir ou rejeitar a graça. A graça divina age poderosamente para trazer a pessoa ao arrependimento e à fé.

e) Perseverança dos Santos: Os reformadores ensinaram que aqueles que são verdadeiramente salvos pela graça de Deus serão preservados e não perderão sua salvação. Eles acreditam que a graça de Deus é suficiente para sustentar os crentes ao longo de suas vidas e levá-los à glória eterna. Os verdadeiros crentes perseveram na fé e nas boas obras, mas isso é resultado da graça de Deus, não um meio de obter ou manter a salvação.

Essas ideias dos reformadores impactaram de forma significativa a teologia protestante e nas diferentes tradições derivadas da reforma, como o luteranismo e o calvinismo. No entanto, é importante frisar que tais tradições reformadas interpretaram e responderam a essas ideias de maneiras distintas, levando a variações nas abordagens teológicas dentro do chamado “movimento reformado”.

a) Wesleyana: a abordagem Wesleyana é uma perspectiva teológica e metodológica que se baseia no pensamento e ensinamento do teólogo e pregador cristão John Wesley (1703- 1791). Ele é considerado o fundador do movimento metodista e desenvolve uma concepção teológica focada na graça de Deus e na santificação pessoal. Essa compreensão destaca a ideia de que a graça divina é resistível, ou seja, que as pessoas podem escolher aceitá-la ou rejeitá-la. Ele

ênfatizava a importância da graça preveniente, ou seja, a ação divina que precede e prepara o coração humano para receber a graça salvadora. Para Wesley, a graça divina não é apenas um dom gratuito que salva as pessoas, mas também um poder transformador que ajuda os seres humanos a viverem uma vida de santidade e amor a Deus e ao próximo. De forma que, Deus trabalha conosco e através de nós. A graça não é apenas para ser recebida passivamente, mas deve ser trabalhada ativamente em nossas vidas (Wesley, 1986). Vejamos algumas das principais ideias de Wesley sobre a teologia da graça:

b) Graça preveniente: Wesley enfatizou a graça preveniente, que é a graça de Deus que atua antes da conversão e capacita os seres humanos a responderem livremente ao convite divino para a salvação. Ele acreditava que a graça de Deus está sempre presente e busca a humanidade, preparando o coração para aceitar a salvação.

c) Livre-Arbítrio: Wesley afirmou que o livre-arbítrio humano é uma parte essencial da relação entre Deus e os seres humanos. Ele acreditava que Deus concedeu aos seres humanos o poder de escolher ou rejeitar a graça de Deus. Embora a graça preveniente capacite a resposta humana, a escolha final cabe à vontade do indivíduo.

d) Graça justificadora: Wesley enfatizou a graça justificadora, que é a graça de Deus que perdoa e transforma o pecador arrependido. Ele acreditava que a justificação é um ato instantâneo de Deus, no qual o pecador é declarado justo aos olhos de Deus e recebe a reconciliação e o perdão dos pecados.

e) Graça santificadora. Ele também enfatizou a graça santificadora, que é a obra contínua do Espírito Santo na vida do crente, capacitando-o a crescer em santidade e aperfeiçoamento cristão. Wesley defendia a ideia de que a santificação é um processo gradual e contínuo, no qual o crente é capacitado a amar a Deus e ao próximo de maneira cada vez mais plena.

f) Responsabilidade social: Wesley acreditava que a graça de Deus não se limita à salvação individual, mas também se estende à transformação da sociedade. Ele enfatizou a responsabilidade dos cristãos de se envolverem no serviço e na justiça social, cuidando dos necessitados e trabalhando para melhorar as condições da sociedade.

Essas ideias de Wesley influenciaram profundamente o movimento metodista e continuam a ser uma parte essencial da teologia e práticas metodistas até os dias de hoje. A ênfase na graça preveniente e na responsabilidade social é uma marca distintiva do metodismo. Portanto, as abordagens teológicas sobre a graça são extremamente importantes para nos ajudar a compreender a natureza de Deus e como sua Graça age em nossas vidas.

4. A GRAÇA NA BÍBLIA: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS TEXTOS E PASSAGENS QUE TRATAM DO TEMA

Em todas as passagens bíblicas, podemos ver que a graça é um presente de Deus, que não pode ser ganho por nossos próprios esforços, mas é concedido livremente através de Jesus Cristo. A graça é a base da salvação e é suficiente para nos fortalecer em todas as nossas fraquezas.

A graça de Deus pode ser definida como a bondade imerecida e a misericórdia divina derramada sobre os seres humanos. Em outras palavras, a graça é o amor gratuito, não merecido e não condicional que Deus demonstra a todos nós.

A Bíblia nos ensina que a graça é revelada através de Jesus Cristo, que veio ao mundo para salvar os pecadores. Em sua vida, morte e ressurreição, Jesus demonstrou o amor e a misericórdia de Deus para conosco, apesar de nossas falhas e pecados. Através da sua obra, Ele nos reconciliou com Deus e nos concedeu o dom da salvação. Particularmente, a encarnação mostrou a natureza amorosa de Deus, sua disposição para perdoar e levantar os pecadores do abismo da escuridão (SHEDD, 2003).

Logo, a graça é a expressão do caráter de Deus que é amoroso, bondoso e misericordioso. Na verdade, somos incapazes de ganhar ou merecer a graça de Deus por nossas próprias ações ou esforços. De forma que, a graça é um presente que Deus nos concede através de Jesus Cristo que, como vimos anteriormente, é a expressão máxima da graça de Deus.

No entanto, merece destacar que a graça de Deus não é uma licença para o pecado, mas sim um incentivo para vivermos uma vida santa e justa. A graça custa caro, tem preço, não para adquirir, mas para se demonstrar (SHEDD, 2003). Como Paulo disse em Romanos 6:1-2, "Que diremos, pois? Permaneceremos no pecado, para que a graça seja mais abundante? De modo nenhum! Nós, que estamos mortos para o pecado, como viveremos ainda nele?" Em outras palavras, a graça de Deus nos capacita a viver uma vida santa e agradável a Ele.

Eis aqui algumas das principais passagens que tratam da graça na Bíblia:

- João 1:16-17 - "Porque todos nós recebemos da sua plenitude, e graça sobre graça. Porque a lei foi dada por Moisés; a graça e a verdade vieram por Jesus Cristo". Neste texto, vemos a graça sendo contrastada com a lei. Enquanto a lei foi dada por Moisés, a graça veio através de Jesus Cristo.

- Efésios 2:8-9 - "Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie". Este texto é muito claro, a salvação é pela graça, através da fé, e não por meio de obras.

- 2 Coríntios 12:9 - "Mas ele me disse: A minha graça te é suficiente, pois o meu poder se aperfeiçoa na fraqueza. Por isso, de muito boa vontade me gloriarei nas minhas fraquezas, a fim de que o poder de Cristo repouse sobre mim". Este texto destaca que a graça de Deus é suficiente, mesmo em nossas fraquezas. É através dela que podemos ser fortalecidos.

- Romanos 3:23-24 - "Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus; sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus". Aqui, vemos que todos pecaram e estão separados de Deus, mas a justificação é gratuita através da graça, por meio da redenção que há em Cristo Jesus.

- Tito 2:11-12 - "Porque a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens, ensinando-nos que, renunciando à impiedade e às paixões mundanas, vivamos no presente mundo sóbria, e justa e piamente". Nesta passagem, vemos que a graça de Deus se manifestou para salvar todos os homens e nos ensina a viver uma vida piedosa.

Em todos esses textos, podemos constatar que a graça é verdadeiramente um presente de Deus e a base da salvação, além de ser suficiente para nos fortalecer em todas as nossas fraquezas. Assim, em tese, a graça de Deus nos incentiva a viver uma vida santa e justa, não como uma obrigação, mas como uma resposta a essa graça incrível que recebemos. As doutrinas da graça ajudam a preservar tudo o que é reto e bom na vida cristã: humildade, santidade e gratidão, com uma paixão pela oração e pela evangelização (BOICE; RYKEN, 2017).

De acordo com o autor, as doutrinas da graça ensinam que, ao nos salvar, Deus faz por nós o que não podemos fazer por nós mesmos. Isso vale para toda a nossa trajetória. Muito antes que pudéssemos escolher a Deus, o Pai nos escolheu em Cristo. Quando éramos incapazes de nos libertar da condenação que havia sobre nós, o Filho morreu pelos nossos pecados. E quando não quisemos ir a Deus com fé, o Espírito nos chamou pela sua graça irresistível. Assim, as doutrinas da graça exigem que o pecador aceite a soberania de Deus na salvação.

5. O PAPEL DA FÉ NA TEOLOGIA DA GRAÇA

A teologia da graça desempenha um papel fundamental na compreensão cristã da salvação e da relação entre Deus e os seres humanos. A fé tem um papel central nessa teologia, pois é por meio da fé que os crentes recebem e respondem à graça de Deus.

Além disso, em diversos textos bíblicos, a fé é destacada como o meio pelo qual os indivíduos recebem a graça de Deus e são justificados, conforme Efésios 2:8-9. Sabe-se que o patriarca Abraão é frequentemente citado como um exemplo de fé na teologia da graça. Daí a razão pela qual em Romanos 4, o Apóstolo Paulo argumenta que Abraão foi justificado pela fé, antes mesmo de ser circuncidado. Isso ilustra como a fé é o meio pelo qual as pessoas respondem à graça de Deus. É importante ressaltar que a teologia da graça também considera a importância da perseverança da fé ao longo da vida cristã. Textos como Hebreus 10:39 e Filipenses 1:6 exortam sobre a necessidade de continuar crendo e confiando em Deus. O versículo 6 de Filipenses 1 ensina que, no tocante à nossa salvação, Deus completa a boa obra até o dia de Cristo Jesus, ou seja, Ele começa e termina. Isso é verdadeiro para todos os planos de Deus: Ele nunca inicia uma obra que não tem intenção total de completar. Mas isso é especialmente verdade para a obra graciosa e santificadora do seu Espírito nas mentes e nos corações de seu povo eleito (BOICE, RYKEN, 2017).

De acordo com Shedd (2003), o preço da graça requer perseverança e permanência, porque a graça cria um relacionamento vital com Cristo. Esse relacionamento precisa ser mantido e cultivado. Aí está o preço da graça. Obviamente, a perseverança da fé é uma questão complexa e merece ser explorada na teologia cristã contemporânea.

5.1 A IMPORTÂNCIA DA FÉ COMO RESPOSTA À GRAÇA DE DEUS

Como se pode perceber, a relação entre fé e graça é um tema central na teologia cristã envolvendo nosso relacionamento com Deus. Mas, a fé, vista como a resposta à graça de Deus, é uma pedra angular da fé cristã e sua importância pode ser explorada em diversos aspectos.

Primeiramente, é essencial compreender o conceito de graça na teologia cristã. Pode-se inferir que a graça é a manifestação do amor incondicional de Deus pela humanidade. O texto ouro encontra-se no evangelho de João 3:16, que diz: “Porque Deus tanto amou o mundo que deu o seu Filho Unigênito, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna”. Logo, a graça é o favor imerecido que Deus concede aos seres humanos, oferecendo-lhes a oportunidade da salvação, reconciliação e relacionamento com Ele. Em essência, a graça de Deus é o dom supremo que Ele dá à humanidade, mesmo quando esta é indigna.

Nesse contexto, a fé surge como a resposta humana à graça divina. Sabe-se que fé é confiança e a crença no amor e na misericórdia de Deus. Ela implica em aceitar o presente da Graça e confiar que Deus é fiel para cumprir Suas promessas. Em termos bíblicos, a fé é muitas vezes descrita como o meio pelo qual os indivíduos “recebem” a graça de Deus. Isso é exemplificado em passagens como Efésios 2:8-9. Mas, apesar de ser apenas o canal pelo qual somos justificados, é também o único canal. Se fé é meramente receber o que Deus tem feito por nós, então é somente pela fé que somos justificados (Boice, 2003).

Dessa forma, a importância da fé como resposta à graça de Deus pode ser vista em várias dimensões, assim vejamos:

i. A justificação pela fé. A teologia da justificação pela fé, defendida por reformadores como Martinho Lutero, enfatiza que a fé é o meio pelo qual os crentes são declarados justos diante de Deus. Isso significa que a fé é o alicerce da nossa relação com Deus, e não por meio dos nossos méritos.

ii. Relacionamento com Deus. Através da fé, os indivíduos podem ter um relacionamento pessoal e íntimo com Deus. É a fé que nos permite nos aproximar de Deus e confiar em Sua orientação em nossa jornada da vida. O escritor de Hebreus afirma que: “Sem fé é impossível agradar a Deus, pois quem dele se aproxima precisa crer que ele existe e que recompensa aqueles que o buscam” (Hebreus 11:6).

iii. Resposta de gratidão. A fé também leva a uma resposta de gratidão e amor a Deus. Quando compreendemos a profundidade da graça de Deus, nossa fé nos move a viver uma vida que glorifique a Deus e nos impulsiona a agir de acordo com seus princípios, mesmo que isso exija sacrifícios. É a surpreendente graça que transformou um comerciante de escravos num pregador do Evangelho e escreveu um dos mais lindos hinos cristãos Amazing Grace, em 1779, estamos nos referindo a John Newton (Boice, 2003).

iv. Perseverança. A fé também desempenha um papel crucial na perseverança da vida cristã. Em meio às provações e desafios, a fé sustenta os crentes,

lembrando-lhes da esperança que têm em Cristo. O argumento, obviamente, é de que a vontade e a força para permanecermos em obediência vêm de nossa própria diligência e esforço árduo, enquanto caminhamos pela vida (Duguid, 2015).

v. Testemunho e Missão. A fé nos impulsiona a compartilhar o evangelho com outros. À medida que experimentamos a graça de Deus em nossas vidas, desejamos compartilhar essa boa notícia com o mundo.

Portanto, a importância da fé como resposta à graça de Deus é inegável na teologia cristã. A graça de Deus é o ponto de partida, o dom gratuito que Ele oferece à humanidade. A fé, por sua vez, é a resposta humana que abre as portas para um relacionamento transformador com Deus e uma vida de significado e propósito. A fé nos capacita a viver de acordo com a vontade de Deus e a compartilhar o amor e a graça que recebemos com os outros. Portanto, a fé como resposta à graça de Deus é um pilar essencial da vida cristã.

5.2 A FÉ COMO MEIO DE JUSTIFICAÇÃO

A relação entre fé e justificação é um tema recorrente na teologia cristã, sendo indispensável para compreender o ato da salvação e da relação entre Deus e o ser humano. A justificação pela fé é um conceito chave que tem raízes bíblicas e foi central para a Reforma Protestante.

A palavra justificação vem do mundo dos tribunais de justiça e descreve a ação de um juiz em absolver uma pessoa acusada. Ela é composta de duas palavras do latim *justus* que significa “íntegro” ou “justo”, e *facio*, que significa “fazer”. Assim, à primeira vista justificação parece significar “fazer justo” (BOICE, 2003).

Assim, pode-se entender que a justificação é o ato divino pelo qual Deus declara uma pessoa como justa, absolvendo-a de sua culpa e concedendo-lhe um status de aceitação diante de Sua presença. Este é um ato soberano e gracioso de Deus, não estar baseado nas obras humanas, mas sim na fé. O meio de nossa justificação é a fé que responde à graça de Deus e, dessa forma nos apropriamos da justiça de Cristo. Logo, a fé e a graça são dons de Deus, como Paulo deixa claro em Efésios 2:8-9.

A Bíblia, especialmente as epístolas paulinas, é rica em ensinamentos sobre a justificação pela fé. Romanos 3:28 afirma claramente: “Pois sustentamos que o homem é justificado pela fé, independente da obediência à Lei”. Este versículo sublinha a ideia de que a fé é o meio pelo qual uma pessoa é declarada justa por Deus, independentemente de suas obras. Mas, apesar da fé ser apenas o meio pelo qual somos justificados, é também o único, isto é o que significa *sola fide* (“só a fé”). Se fé é meramente receber o que Deus tem feito por nós, então é somente pela fé que somos justificados (Boice, 2003). A importância da fé como meio de justificação pode ser vista em vários aspectos, a saber:

Primeiramente, a justificação pela fé enfatiza a graça de Deus. A fé reconhece que a salvação não é algo que podemos conquistar por nossos próprios méritos, mas é um presente gratuito de Deus. Essa compreensão humilde da salvação

evita qualquer orgulho ou arrogância espiritual e direciona o foco para a bondade de Deus.

Além disso, a justificação pela fé promove a igualdade entre os crentes. Todos os que creem são justificados da mesma maneira, independentemente de seu histórico ou realizações pessoais. Não há distinção de raça, classe social ou status. A fé é o grande equalizador que nos coloca em pé de igualdade perante Deus.

A justificação pela fé também liberta os crentes do fardo do legalismo. Não somos justificados por observar meticulosamente a lei ou cumprir um conjunto específico de regras. Em vez disso, somos justificados pela fé em Jesus Cristo como nosso Salvador e Senhor. Isso nos dá liberdade para servir a Deus não por medo, mas por amor.

Portanto, a fé como instrumento da justificação é um princípio essencial na teologia cristã. Ela destaca a graça de Deus como a fonte de nossa salvação, promove a igualdade entre os crentes e nos liberta do legalismo. A justificação pela fé é um lembrete constante de que a salvação é um presente de Deus que recebemos com gratidão e fé, confiando no sacrifício de Cristo em nosso favor. Assim sendo, a fé é o caminho pelo qual experimentamos a justificação divina e encontramos paz e reconciliação com Deus.

6. A PRÁTICA DA TEOLOGIA DA GRAÇA NA VIDA COTIDIANA DO CRISTÃO

A Teologia da Graça enfatiza a ideia de que a salvação e o favor de Deus são concedidos aos homens de forma gratuita, através da fé em Jesus Cristo, e não por mérito próprio. Essa doutrina tem raízes na Reforma Protestante do século XVI, liderado por Martinho Lutero e João Calvino que desempenharam papéis significativos na sua formulação. A Teologia da Graça tem implicações profundas na jornada de vida do cristão ao ponto de influenciar como eles vivem, se relacionam com Deus e com as demais pessoas da sociedade, e compreendem sua fé. Vamos explorar como essa prática se manifesta na vida cotidiana do cristão.

Primeiramente, a Teologia da Graça nos faz lembrar que a salvação não é alcançada por nossos méritos, mas é um presente de Deus. Em outras palavras, os cristãos devem entender que não podem ganhar a salvação por praticar boas obras, mas confiar na graça de Deus. Isso posto e compreendido deveria levar os cristãos a cultivar uma atitude de humildade, reconhecendo sua dependência de Deus em todas as áreas da vida.

Keller (2015) diz que Paulo é o exemplo mais claro de que a salvação é só pela graça, não mediante nosso desempenho moral e religioso. Embora seus pecados fossem muito graves, ele havia sido convidado a participar da graça. Percebe-se que a Teologia da Graça nos ensina que Deus perdoa os pecados e erros humanos através de Jesus Cristo.

Assim, os cristãos que põem em prática essa doutrina em suas vidas conseguem estender o perdão e a misericórdia as pessoas do seu círculo social. Eles reconhecem que, assim como receberam a graça de Deus, também devem ser instrumentos de graça para com os outros. A experiência de Paulo, segundo Keller (2015), prova de modo vívido que o evangelho não é mera “religião”, como

o termo costuma ser interpretado. Mas, o evangelho nos chama para fora da religião tanto quanto nos chama para fora da irreligião.

De forma que, a Teologia da Graça dar destaque ao relacionamento pessoal com Deus. Então, como cristãos devemos buscar uma conexão diária com Deus, através da oração, leitura da Bíblia e meditação. Precisamos compreender que a comunhão com Deus não se baseia em performance ou rendimento, mas na fé e no amor de Deus por cada um de seus filhinhos.

O Deus da graça nos motiva a vivermos com propósito e significado, porque reconhecemos que fomos salvos para realizar boas obras e para amar o próximo, embora esse é um padrão inatingível de tão alto, com implicações infinitas, daí necessitarmos da graça que nos impulsiona a abraçar as atividades altruístas, servindo aos outros e buscando a justiça social. Por outro lado, é importante ressaltar que a Teologia da Graça fornece um fundamento consistente de resiliência e esperança. Quando nós enfrentamos desafios, confiamos na graça de Deus para ajudar-nos a superá-los. Como crentes temos a esperança de que Deus está trabalhando em nossas vidas para o bem, independentemente das circunstâncias, conforme explicitado por Paulo na carta aos Romanos 8:28.

Portanto, a Teologia da Graça nos encoraja a vivermos em comunidade e amor fraternal. Devemos compreender que todos são igualmente dependentes da extraordinária graça de Deus, que promove um espírito de unidade e fraternidade na igreja e na vida das pessoas em suas relações sociais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou encontrar resposta para o seguinte problema: como a compreensão da graça pode influenciar a prática de vida cristã? A partir de uma revisão da literatura feita através de uma abordagem qualitativa e exploratória sobre as diferentes perspectivas teológicas da graça e uma reflexão das diferentes visões que influenciaram a prática de vida cristã, chegamos a algumas conclusões sobre a teologia da graça e sua aplicação na vida cristã:

a) Natureza da Graça: A graça é entendida como um dom gratuito e incondicional concedido por Deus a todas as pessoas, independente de seu mérito. Ela é vista como central para a fé cristã e está intimamente ligada à salvação.

b) Origens e teólogos: O artigo destaca que a teologia da graça remonta aos primeiros séculos da Igreja e menciona figuras importantes como o apóstolo Paulo, Santo Agostinho e Martinho Lutero, que enfatizaram a importância da graça em suas doutrinas.

c) Aplicação na vida diária: Enfatiza-se a importância de viver a graça diariamente em todas as áreas da vida, desde o relacionamento com Deus até as interações interpessoais e o trabalho. Isso implica em reconhecer a necessidade contínua da graça de Deus e viver em gratidão e humildade.

d) Desafios da prática: Apesar da importância da graça, reconhece-se que vivê-la no cotidiano pode ser desafiador, pois as pessoas muitas vezes tendem a pensar em termos de mérito ou merecimento. No entanto, a graça não pode ser conquistada, apenas recebida como um dom.

e) Relevância atual: A teologia da graça e sua aplicação na vida cotidiana do cristão são consideradas temas relevantes e atuais, que merecem ser estudados e refletidos por todos os que desejam viver plenamente sua fé.

Em suma, o presente artigo ressalta a importância da graça na vida cristã, sua aplicação prática e os desafios envolvidos, além de propor uma pesquisa para aprofundar o entendimento dessas questões.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. Confissões. 9.1.1. São Paulo: Paulos, 1997.

AQUINO, T. Suma teológica: primeira parte, questões 1-48. São Paulo: Loyola, 2010.

BOICE, J.M; RYKEN, P.G. As doutrinas da graça: resgatando o verdadeiro evangelho. São Paulo: Vida Nova, 2017.

BOICE, J.M. O evangelho da graça: a aventura de restaurar a vitalidade da igreja com as doutrinas bíblicas que abalaram o mundo. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

DUGUID, B.R. Graça extravagante: a glória de Deus revelada em nossa fraqueza. São José dos Campos, SP: Fiel, 2015.

GONZALEZ, J.L. A graça de Deus: origem e evolução da teologia da graça na história da igreja. São Paulo: Vida Nova, 2002.

KELLER, T. Gálatas para você. São Paulo: Vida Nova, 2015.

KELLY, D.F. Teologia da Graça: um estudo sobre a doutrina da graça na história da igreja. São Paulo: Vida Nova, 2000.

A TRADUÇÃO SUBJETIVA DO TERMO PARÁKLETOS PELA PALAVRA CONSOLADOR: UMA MIOPIA DA COSMOVISÃO CRISTÃ FACILMENTE CORRIGÍVEL PELO “LASER” DA EXEGESE BÍBLICA CIENTÍFICA

*Rêmulo Araújo Carvalho*¹⁶²

¹⁶² Engenheiro Agrônomo - Pesquisador da EMPAER. Bacharel em Teologia pela Faculdade Internacional Cidade Viva. E-mail: carvalhoremulo@gmail.com

RESUMO

A palavra grega *Parákletos* é traduzida por Advogado na primeira epístola de João e por Consolador nas passagens de seu evangelho, indicando uma duplicidade semântica. É objetivo deste trabalho identificar seu correto significado, fazendo-se uma exegese desse termo e verificando-se suas definições em dicionários e comentários bíblicos. Aponta-se que Orígenes de Alexandria introduziu a tradução Consolador porque considerou que o Espírito Santo “consola as almas que recebem entendimento sobre textos difíceis das Escrituras”. Observa-se que essa tradução subjetiva se propagou em Bíblias em Espanhol, Italiano, Alemão, Francês, Inglês e Português. Todavia, por meio de uma simples conferência em um léxico Grego, pode-se verificar que o significado de *Parákletos* é o de alguém chamado para ficar ao lado de uma pessoa em um ambiente de tribunal de justiça. Portanto, seu correto significado, de acordo com a luz da exegese bíblica científica, é Advogado ou Defensor e não, Consolador.

PALAVRAS-CHAVE:

Parákletos. Consolador. Advogado. Defensor

1. INTRODUÇÃO

Existe uma concepção formada por um imaginário social e teológico que atribui ao vocábulo grego *Parákletos* o significado de Consolador. Enxergar as coisas de perto e ter dificuldade para enxergar aquelas encontradas longe é a principal característica de uma doença da visão denominada miopia. Semelhantemente, vemos portadores da Cosmovisão Cristã defenderem o uso da tradução Consolador baseando-se apenas em evidências próximas, como as traduções modernas do evangelho de João, sem considerarem evidências exegéticas distantes, como o significado do termo *Parákletos* no texto grego original e no contexto em que ele foi escrito.

Nas Bíblias em Português, encontramos a palavra *Parákletos* traduzida como Advogado na primeira epístola de João (1 João, 2:1) quando se refere a Jesus, o primeiro *Parákletos*, mas encontramos também essa mesma palavra *Parákletos* traduzida por Consolador no seu evangelho (João, 14:16; 14:26; 15:26 e 16:7) quando se refere ao Espírito Santo, o outro *Parákletos*. Qual tradução corresponde ao significado original? O objetivo geral deste trabalho é identificar a correta tradução do termo *Parákletos* e seus objetivos específicos são: 1. Fazer uma exegese científica do termo; 2. Revisar o seu uso na Literatura; 3. Descobrir quem primeiro utilizou a tradução Consolador; 4. Verificar as traduções do termo *Parákletos* em outras línguas; 5. Apontar traduções que já trazem o correto significado de *Parákletos*.

2. METODOLOGIA

Utilizou-se neste trabalho uma metodologia teórica, exploratória, qualitativa e dedutiva, baseada em revisão bibliográfica de dicionários de Grego,

de comentários bíblicos e de teses e artigos relacionados ao termo *Parákletos*.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 EXEGESE DE PARÁKLETOS

De acordo com o Manual de Exegese Bíblica do Antigo e do Novo Testamento,

Exegese... responde à seguinte questão: Qual era o significado que o autor bíblico queria comunicar... Além disso, exegese ocupa-se, fundamentalmente, com a intencionalidade: O que o autor bíblico tencionava que seus leitores originais compreendessem?" (STUART E FEE, 2008, p. 25).

Assim, para realizarmos uma exegese científica do termo *Parákletos*, além de procurarmos o sentido original, devemos ser cuidadosos para não darmos a ele outro sentido: "O objetivo da exegese bíblica é descobrir o que o texto diz e quer dizer, e não, atribuir-lhe outro sentido" (ZUCK, 1994, 114)

Por meio de uma simples conferência em um bom dicionário ou comentário bíblico, dos mais antigos aos mais contemporâneos, rapidamente pode-se encontrar a definição e a etimologia de *Parákletos* como sendo a de alguém chamado para ficar ao lado de outra pessoa em um tribunal de justiça com a finalidade de defendê-la de alguma acusação, e não com a finalidade de consolá-la (Thayer, 1866; Abbot-Smith, 1922; Davis, 1933; Langston, 1955; Gingrich, 1984; Davidson, 1990; Douglas, 1995; Rienecker, 1995; Boor, 2002; Youngblood, 2004; Carlson, 2007; Moulton, 2007; Mounce, 2013; Behm, 2013; Sproul, 2013; Bruce, 2014; Klink, 2016; Keener, 2019 e Deiros, 2022). Por isso, destacamos nossa concordância com os autores supracitados por apresentarem razões etimológicas para chegarem, àquela tradução.

É notável a seguinte declaração de um erudito do Novo Testamento, com a qual também anuímos plenamente: "Poucos estudiosos contemporâneos encontram uma boa base para a ideia de conforto nas declarações sobre o *Parákletos*. A palavra grega possui um significado inequívoco de advogado" (LADD, 2014, p. 422). Portanto, não existe ambiente exegético majoritário na Academia para a tradução de *Parákletos* como Consolador.

I. PARÁKLETOS NA HISTÓRIA E NA LITERATURA ANTES DE CRISTO

A palavra *Parákletos* foi usada pelo antigo orador grego Demóstenes em um ambiente de foro de justiça, como sendo um assistente legal ou um advogado (BROWN, 1981 e CHAMPLIM, 2014). Demóstenes foi o maior orador grego da antiguidade, sendo considerado por historiadores como o maior orador de todos os tempos. Ele trabalhou inicialmente como logógrafo, um profissional que redigia discursos para particulares que iam defender suas próprias causas nos tribunais. Isso nos leva a inferir que Demóstenes, como autor de discursos de defesa, estava muito capacitado para usar termos jurídicos e, por isso, também sabia exatamente

o termo grego usado no século IV A.C. para definir a função de um advogado. Esse termo grego usado por Demóstenes em seus escritos é justamente a palavra *Parákletos*.

II. PARÁKLETOS NA HISTÓRIA E NA LITERATURA DEPOIS DE CRISTO

Fora dos escritos Joaninos, Casurella (1980) afirma que uma exegese de *Parákletos* no período que antecede o concílio de Niceia, deve começar com as obras de Orígenes (de Alexandria), pois, dentre os pais gregos, ele é o mais antigo que nos deixou exemplos de exegese de *Parákletos*. Casurella (1980) também destaca que a exegese de *Parákletos* feita por Orígenes influenciou as traduções desse termo nas gerações que lhe seguiram.

Orígenes sempre se considerou como um intérprete do texto sagrado que defendia o princípio de que um texto deveria ser interpretado com outro texto referente das Escrituras. No entanto, paradoxalmente, Orígenes também procurava interpretar sentidos ocultos mesmos em palavras mais simples, comprometendo, com isso, a fidelidade de sua exegese (GONZALES, 2015).

Conforme Elwell (2009), Orígenes foi o maior teólogo da igreja antiga, capaz de fundir o pensamento grego com a exposição bíblica. Entretanto, embora argumentasse em favor da inspiração das Escrituras, Orígenes dava mais valor aos significados alegóricos e tipológicos do que ao sentido literal.

Apesar de ter sido um prolífico escritor, poucas obras de Orígenes sobreviveram até os tempos atuais. Dentre elas destaca-se “Tratado sobre os Princípios”. Nessa obra, encontramos uma informação que é fundamental para a argumentação deste estudo, pois o próprio Orígenes explica a razão que o levou a traduzir a palavra *Parákletos* como Consolador: “Aplicado ao Espírito Santo, *Parákletos* deve significar Consolador, porque ele consola as almas às quais abre e revela o sentido do conhecimento espiritual” (ORÍGENES, 2012, p. 171-172). Vemos, claramente, tratar-se de uma interpretação subjetiva, completamente contrária às regras de uma rigorosa exegese bíblica científica.

B. PARÁKLETOS NAS DIVERSAS TRADUÇÕES DA BÍBLIA

É impressionante constatar que, mesmo quando a grande maioria de comentários e dicionários bíblicos afirma que o sentido original e correto de *Parákletos* é o de um advogado ou defensor, quase todas as traduções das Bíblias, de acordo com o site www.biblegateway.com, em Inglês, Francês, Espanhol, Alemão e Italiano ainda trazem esse termo traduzido equivocadamente por Consolador. Esse equívoco exegético também acontece na maioria das traduções da Bíblia em Português.

3.3 TRADUÇÕES QUE MOSTRAM O CORRETO SIGNIFICADO DE PARÁKLETOS

Apesar do imaginário editorial traduzir a palavra *Parákletos* por Consolador, já existem, também de acordo com o site www.biblegateway.com, traduções que corrigem esse equívoco, traduzindo corretamente esse termo pelas palavras Advogado ou Defensor, como por exemplo a “New International Version”, “New Living Translation”, “Berean Study Bible” e “NET Bible”, em Inglês; “Dios Habla Hoy” e “Nueva Traducción Viviente”, em Espanhol e “La Bible du Semeur” e “Segond 21”, em Francês.

Em Português, a Bíblia Sagrada Edição Pastoral traz a tradução Advogado (Figura 1) e a Bíblia Sagrada Tradução da CNBB (Figura 2), assim como a Bíblia das Edições Paulinas, trazem a tradução Defensor.

Figura 1. Tradução de Parákletos como Advogado (em João, 14:16) - na Bíblia Sagrada Edição Pastoral

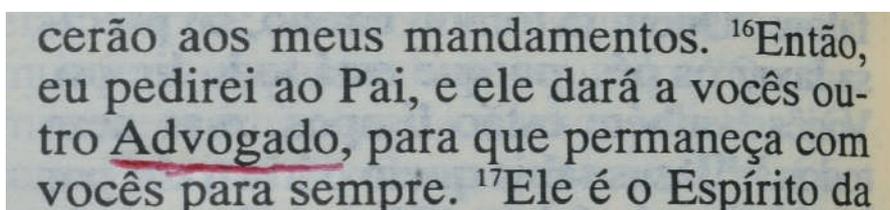


Foto: Produção do próprio autor.

Figura 2. Tradução de Parákletos como Defensor (em João, 14:16) na Bíblia Sagrada da CNBB

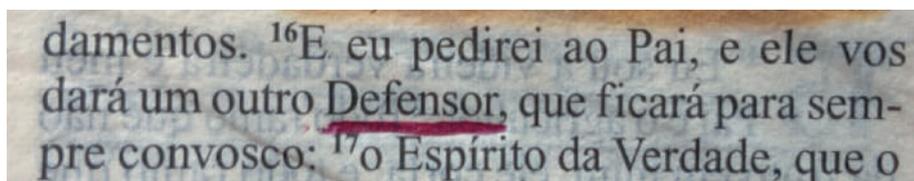


Foto: Produção do próprio autor

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradução do vocábulo grego *Parákletos* como Consolador, feita subjetivamente por Orígenes de Alexandria, é um equívoco que deve ser corrigido sob a luz da exegese bíblica científica. Esta, seguindo rigorosos critérios gramaticais, linguísticos, históricos, contextuais e de intencionalidade do autor, demonstra, sem a menor sombra de dúvida, que a correta tradução de *Parákletos* é a de alguém chamado para estar ao lado de outra pessoa para defendê-la de uma acusação em um ambiente de tribunal de justiça, portanto, um Advogado ou Defensor. Não é nossa intenção negar o consolo proporcionado pelos dois *Parákletos*, o que seria uma inverdade teológica, mas sim demonstrar que o seu correto significado como Advogado é uma pura verdade exegética.

REFERÊNCIAS

ABBOTT-SMITH, G. A manual Greek lexicon of the new testament. London: T. & T. Clark, 1922.

BÍBLIA, Português. A Bíblia sagrada. Antigo e Novo Testamento. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. rev. e atual. no Brasil. 2ª. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil. 1999.

BÍBLIA, Português. Bíblia Sagrada Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 2002

BÍBLIA, Português. A Bíblia. São Paulo: Paulinas, 2023

BEHM, J. Dicionário teológico do novo testamento. São Paulo: Cultura Cristã, 2013

BOOR, W. de. Comentário esperança evangelho de João. Curitiba: Evangélica Esperança, 2002.

BROWN, C. Dicionário internacional de teologia do novo testamento. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1981.

BRUCE, F. F. João: introdução e comentário. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2014.

CARLSON, D. A. O comentário de João. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.

CASURELLA, A. Patristic interpretations of paraclete passages in John's gospel: an account and critical evaluation. A Ph. D. Thesis presented to the University of Durhan, Faculty of Divinity. 1980.

CHAMPLIM, R. N. O novo testamento interpretado versículo por versículo. São Paulo: Hagnos, 2014.

DAVIDSON, F. Novo comentário bíblico. São Paulo: Vida Nova, 1990

DAVIS, J. D. A dictionary of the bible. Philadelphia: The Westminster Press, 1936.

DEIROS, P. A. Novo comentário bíblico Vida: João: o evangelho do amor. São Paulo: Editora Vida, 2022

DOUGLAS, J. D. Novo dicionário da bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1995.

GINGRICH, F. W. Léxico do novo testamento grego / português. São Paulo: Vida Nova, 1984.

KLINK, E. D. John: exegetical commentary on the new testament. Grand Rapids :

Zondervan Academic, 2016.

KEENER, C. S. Zondervan illustrated bible backgrounds commentary. Grand Rapids: Zondervan Academic, 2019.

LADD, G. E. Teologia do novo testamento. São Paulo: Hagnos, 2003.

LANGSTON, A. B. Teologia bíblica do novo testamento. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1955.

MOUNCE, W. D. Léxico analítico do novo testamento grego. São Paulo : Vida Nova, 2013.

MOULTON, H. K. Léxico grego analítico. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

ORÍGENES. Tratado sobre os princípios. Tradução por João Eduardo Pinto Basto Lupi. São Paulo: Paulus, 2012.

RIENECKER, F. Chave linguística do novo testamento grego. São Paulo: Vida Nova, 1995.

SPROUL, R. C. Quem é o Espírito Santo?: questões cruciais, no. 12. São José dos Campos: Editora Fiel, 2013.

STUART, D; FEE, G. D. Manual de exegese bíblica. São Paulo : Vida Nova, 2008.

THAYER, J. H. Greek-English lexicon of the new testament. New York: American Book Company, 1886.

VERSIONS OF THE BIBLE. Disponível em: www.biblegateway.com Acesso: 04 Dez. 2023.

YOUNGBLOOD, R. F. Dicionário ilustrado da bíblia. São Paulo: Vida Nova, 2004.

ZUCK, R. B. A interpretação bíblica: meios de descobrir a verdade da bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1

PREDESTINAÇÃO, PRESCIÊNCIA DIVINA E LIBERDADE HUMANA: UMA CONCILIAÇÃO FUNDAMENTADA NO CONCEITO DE CONHECIMENTO MÉDIO

Bruno Vieira Arruda ¹⁶³
Bruno Ribeiro Nascimento ¹⁶⁴

¹⁶³ Discente do Curso de Teologia da Faculdade Internacional Cidade Viva. E-mail: bruno@arrudafactoring.com.br

¹⁶⁴ Orientador Prof. Dr. Bruno Ribeiro Nascimento. E-mail: bruno.ribeiro@ficv.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar os principais desafios relacionados às tentativas de conciliar as doutrinas bíblicas da predestinação, presciência divina e liberdade humana. São exploradas duas objeções significativas levantadas por William L. Rowe em sua obra “Filosofia da Religião: Uma Introdução”, a saber, um argumento contra a predestinação e outro contra a presciência divina. A pesquisa foca em investigar e avaliar as diversas soluções oferecidas pela tradição cristã, com uma análise crítica sobre a eficácia de cada proposta. Em contrapartida, como resposta às objeções, este estudo emprega principalmente o pensamento de William Lane Craig, conforme delineado em seu livro “The Only Wise God”, onde ele apresenta uma perspectiva molinista e defende a viabilidade do conhecimento médio como ferramenta de conciliação entre as referidas tensões teológicas. O estudo conclui que, dentre as diversas opções apresentadas, a abordagem baseada no conhecimento médio emerge como a mais promissora, possibilitando uma solução robusta para os dilemas destacados e livre de grandes novos problemas, além de enriquecer o diálogo e a cooperação entre a filosofia e a teologia.

PALAVRAS-CHAVE:

Predestinação. Presciência Divina. Liberdade Humana. Conhecimento Médio. Teologia Cristã.

1. INTRODUÇÃO

A crença na soberania de Deus, que ordena o universo e cada aspecto da vida humana, é amplamente aceita no cristianismo ortodoxo. De maneira similar, a presciência divina, que decorre naturalmente da onisciência, um atributo clássico de Deus, é também um conceito largamente reconhecido. Menos absoluta, mas ainda disseminada, é a noção da liberdade humana: afinal, a responsabilidade pelos pecados e a conseqüente necessidade de redenção são aspectos centrais da fé cristã. Contudo, o entendimento das doutrinas de predestinação, presciência divina e liberdade humana varia significativamente entre as diferentes tradições cristãs e mesmo entre indivíduos dentro do cristianismo.

Além das divergências internas, há aqueles que argumentam que essas proposições, seja em pares ou todas juntas, são incompatíveis, devido a supostas contradições. Considerando que as Escrituras parecem afirmar a realidade desses conceitos, embora os autores bíblicos não detalhem como devemos compreendê-los, é prudente buscar um entendimento que seja tanto bíblicamente fundamentado quanto racionalmente coerente.

É comum ouvir que onde a Bíblia se cala, nós também deveríamos nos calar. No entanto, dada a afirmação bíblica dessas verdades, desenvolver uma compreensão mais aprofundada desses assuntos é uma necessidade imposta aos cristãos. Muitos cétricos alegam que essas doutrinas são irreconciliáveis, o que fortalece a importância de explorarmos amplamente os recursos da rica tradição filosófica cristã em busca de uma resposta satisfatória. Neste trabalho,

utilizaremos a filosofia analítica da religião como nossa principal ferramenta para abordar esses temas complexos.

Exploraremos a apresentação de William L. Rowe em seu livro “Filosofia da Religião: uma introdução” para explicitarmos os problemas em questão. Ali, como premissa para a argumentação subsequente, Rowe (2023) pressupõe que a liberdade consiste em mais do que simplesmente fazer o que se quer ou escolhe; também deve ser o poder que se tem de agir de outro modo (LOCKE apud ROWE, 2023). Desta forma, ele estabelece como pressuposto uma concepção libertária do livre arbítrio. Embora este seja um ponto de partida controverso, podemos concedê-lo para a finalidade desta análise. A partir disto, o raciocínio de Rowe é simples e intuitivo: se desde a eternidade Deus ordenou tudo o que acontece, então não há nada que aconteça que poderíamos ter impedido de acontecer. Assim, uma vez que tudo o que faço foi ordenado por Deus, nunca está em meu poder agir de outro modo. E se nunca está em meu poder agir de outro modo, então nada que faço é feito livremente. (ROWE, 2023, p. 209)

Em primeira análise pode parecer que estamos diante de uma objeção devastadora, que nos compeliaria a abandonar ou a doutrina da predestinação divina ou da liberdade humana, como Rowe afirma posteriormente acreditar ser o caso. Em seguida, ele prossegue e apresenta outro argumento, defendendo de maneira complexa uma premissa que, se aceita, seria semelhantemente destrutiva para a ortodoxia cristã.

Esta premissa afirma que, se Deus sabe antes de nascermos tudo o que faremos, então nunca está em nosso poder agir de outro modo. Em resumo, o raciocínio para tal considera que, se a presciência de Deus é um fato anterior às nossas atitudes e ainda assim permanecemos com o poder de agir de outro modo, segue-se que seria possível alterar o passado (isto é, o conhecimento que Deus tinha sobre o que faríamos), o que é manifestadamente absurdo.

Sendo assim, para preservarmos a noção de que o passado é inalterável, seríamos compelidos a comprometer ou a doutrina da presciência ou a da liberdade humana. Em relação a ambos os argumentos, Rowe (2023) sugere que seria preferível para o teísta rejeitar a predestinação e a presciência para preservar a liberdade humana, de maneira que na prática suas colocações funcionam como objeções primariamente às duas primeiras doutrinas. Sendo assim, trataremos estes dois raciocínios como, respectivamente, um argumento contra a doutrina da predestinação e outro argumento contra a doutrina da presciência divina. Portanto, nosso questionamento principal será avaliar se alguma destas concessões é de fato necessária.

2. METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma abordagem analítica e comparativa, revisando literatura filosófica e teológica para explorar as tensões entre predestinação, presciência divina e liberdade humana. A metodologia inclui a análise crítica de argumentos apresentados por autores chave como William L. Rowe e William Lane Craig, além de examinar diferentes perspectivas dentro da tradição cristã. O foco é identificar como as diversas interpretações teológicas tentam reconciliar essas doutrinas aparentemente contraditórias e, dentre elas, através de argumentação filosófica, apontar a mais bem-sucedida.

3. RESOLUÇÕES INSATISFATÓRIAS

Antes de explorar adequadamente o problema, é construtivo dedicar esta seção à análise de algumas das principais tentativas presentes na literatura cristã para resolver as tensões discutidas. Embora estas propostas variem em mérito, concluímos que são insuficientes para abordar completamente os dilemas previamente delineados. Nesta análise, apresentaremos as características essenciais de cada posição e discutiremos as razões pelas quais, em última análise, elas não conseguem resolver integralmente os problemas apresentados.

3.1 TEÍSMO ABERTO

Defensores desta visão, como Gregory Boyd e John Sanders, argumentam que Deus escolhe limitar Seu conhecimento do futuro para permitir a liberdade humana genuína. Deus conhece todas as possibilidades, mas não os resultados futuros exatos das decisões livres. Em outras palavras, essa proposta basicamente concede que não é possível reconciliar as doutrinas da predestinação e presciência com a liberdade humana, de maneira a retroceder desnecessariamente diante das críticas e comprometer as afirmações das escrituras, descaracterizando irreversivelmente o retrato bíblico de quem Deus é, devendo por isso ser rejeitada a todo custo, salvo diante da perspectiva irreal de não haver conciliação possível.

3.2 PRESCIÊNCIA SIMPLES

Esta visão sustenta que Deus sabe de antemão tudo o que acontecerá, baseando-se apenas em Sua capacidade de ver o futuro. Esta perspectiva é mantida por muitos arminianos clássicos, como Roger Olson. A proposta também parece insatisfatória pois, em primeiro lugar, parece subestimar a soberania divina, afirmando a presciência, mas se calando quanto aos decretos. Em segundo lugar, falha em explicar como o conhecimento de Deus das ações futuras é congruente com a liberdade humana de forma que essas ações sejam verdadeiramente livres e não apenas conhecidas antecipadamente. Ou seja, afirma a presciência sem nos dar razões adequadas para enxergar a razão de não ser esta incompatível com as ações livres.

3.3 COMPATIBILISMO

Alguns teólogos cristãos, como Jonathan Edwards, empreenderam esforços consideráveis para adotar uma forma de compatibilismo, que afirma que a liberdade humana e a soberania divina são compatíveis, mas define a liberdade de maneira diferente do libertarismo. A liberdade, nesta visão, é a capacidade de agir de acordo com os desejos de uma pessoa, mesmo que esses desejos sejam determinados (EDWARDS, Apud ROWE, 2023). Estariam inclusos nesta perspectiva também os adeptos do calvinismo. A discussão em questão foge do escopo deste trabalho, visto que escolhemos conceder a premissa inicial que Rowe estabelece ao definir o que significa uma ação ser livre e ainda assim manter que as doutrinas são conciliáveis.

Além disso, ao redefinir a liberdade como a capacidade de agir de acordo com os próprios desejos, esta abordagem ainda deixa em aberto a questão sobre a origem desses desejos. Se os desejos são predeterminados, então a liberdade oferecida é meramente ilusória. Embora existam considerações para tentar resolver esta tensão a serem exploradas, dadas as dificuldades apresentadas, nos deteremos de considerar com maior profundidade essa alternativa em prol de uma solução de plausibilidade mais imediata.

4. A DOCTRINA DO CONHECIMENTO MÉDIO

Finalmente abordaremos a opção que classificamos como a mais adequada para endereçar os assuntos em discussão, a saber a doutrina do conhecimento médio. Também conhecida como "scientia media", é instrumental para abordar as aparentes contradições entre a predestinação divina, a presciência e a liberdade humana. Este conceito foi sistematizado pelo teólogo jesuíta Luís de Molina no século XVI e tem sido revisitado desde a década de 1970, quando Alvin Plantinga o empregou nas suas discussões sobre a defesa do livre-arbítrio, e segue com crescente vigor no debate contemporâneo, sendo proposto por filósofos e teólogos analíticos como William Lane Craig e Thomas P. Flint, sendo estes adeptos de um sistema que abrange doutrinas no campo do estudo da providência e da soteriologia, desenvolvido em torno do conceito originário de Molina e por isso batizado de Molinismo.

O conhecimento médio posiciona-se entre o conhecimento necessário de Deus (scientia necessaria), que inclui tudo que é verdadeiro por necessidade lógica, e o conhecimento livre de Deus (scientia libera), que abrange tudo o que Deus escolheu criar. O conhecimento médio refere-se especificamente ao saber de Deus sobre todos os eventos contingentes futuros que dependem das escolhas livres de criaturas racionais. É importante notar que esses eventos são conhecidos por Deus logicamente antes de Ele decidir criar o mundo, baseando-se não em observações futuras, mas na compreensão de todas as possibilidades e circunstâncias nas quais essas criaturas poderiam agir. Ou seja, proponentes desta vertente afirmam que Deus conhece todos os contrafactuais, proposições hipotéticas sobre o que poderia acontecer ou ter acontecido sob circunstâncias diferentes, e, além disso sustentam que este conhecimento é logicamente anterior ao decreto da criação.

Talvez não seja surpreendente afirmar que alguns acadêmicos, tanto céticos como teístas, negam que Deus possa ter esse tipo de conhecimento. É comum que eles questionem o fundamento, ou o mecanismo, que tornaria possível que Deus tivesse ciência daquilo que não foi sequer atualizado. Este tipo de objeção, no entanto, não parece ter muita força, visto que procura uma explicação última além do próprio Deus e sua natureza. Se tal busca for aceita, nos compeliaria a duvidar também de sua onisciência e onipotência, procurando em vão por um fundamento além daquele que já é tido como a base de todas as coisas. Parece um movimento perfeitamente válido para o molinista afirmar que o conhecimento médio de Deus, por não envolver qualquer contradição lógica, é inato como seus demais atributos, e isto basta.

4.1 IMPLICAÇÕES PARA O ARGUMENTO CONTRA A PREDESTINAÇÃO

Tendo compreendido este conceito fundamental, podemos agora retomar e avaliar melhor o argumento de William L. Rowe contra a doutrina da predestinação. Observe como atribuir a Deus a posse do conhecimento médio nos habilita a fazer um movimento simples e que subverte toda a força da objeção que Rowe faz ao sustentar que, se Deus determina o que acontecerá, não possuímos o poder de agir de maneira diferente. Basta que afirmemos que, mesmo que Deus ordene todas as coisas, ele o faz levando em consideração as decisões livres que seus seres criados fariam. Isto é, Deus escolhe, predetermina, ordena que seja atualizado um dentre muitos mundos possíveis ciente do que cada uma das suas criaturas faria livremente em cada circunstância, de maneira que os propósitos divinos possam ser alcançados sem violar o livre arbítrio das criaturas.

Portanto, não se segue que as pessoas não poderiam agir de outra forma; elas poderiam, dentro das circunstâncias previamente conhecidas por Deus, escolher diferentemente. Deus, no entanto, sabe que elas não irão e por isso escolhe atualizar este mundo possível e não outro. Isso refuta a suposição de que a predestinação divina necessariamente elimina o livre arbítrio humano.

4.2 IMPLICAÇÕES PARA O ARGUMENTO CONTRA A PRESCIÊNCIA

Como observado anteriormente, a força da argumentação de Rowe reside na sugestão de que, ao afirmar conjuntamente a presciência divina e o livre-arbítrio humano, sendo para este necessário o poder de agir de outro modo, nos comprometeríamos com a ideia de que é possível alterar o passado, o que parece absurdo. Isso acontece porque o conhecimento de Deus sobre eventos futuros constitui um dado anterior às escolhas tidas como livres de suas criaturas. No entanto, se o conhecimento sobre o que uma pessoa fará é um fato passado em relação a ação e que, portanto, não pode ser alterado, é possível ainda afirmar que ela tem a capacidade de agir de maneira diferente?

Em primeiro lugar é preciso reconhecer a engenhosidade deste último desafio. Muitos experimentos de pensamento complexos surgiram e foram amplamente discutidos envolvendo este assunto. Um exemplo paradigmático

talvez seja o do Paradoxo de Newcomb, diante do qual Dennis Ahern (apud CRAIG, 2000), sendo incapaz de abandonar tanto a presciência divina como a liberdade humana, concluiu que o problema era insolúvel. Outros, como Boécio (apud ROWE, 2023) e Tomás de Aquino, optaram por negar a presciência divina ao afirmar sua atemporalidade. Tal alternativa parece resolver adequadamente este problema em particular. No entanto, cria diversas outras dificuldades, as quais são delineadas de maneira detalhada por William Lane Craig em seu livro “Time and Eternity” (CRAIG, 2001)

Não obstante, apesar da seriedade do desafio, mais uma vez a doutrina do conhecimento médio provê a munição necessária. A realidade do poder de alguém de agir de modo diferente daquele que Deus previamente conheceu não significam que este alguém tenha a capacidade de modificar o passado. Significa apenas que este alguém tem a capacidade de agir de maneira diferente, e se este alguém fosse agir assim, então a presciência de Deus teria sempre sido distinta. Embora o conhecimento de Deus seja cronologicamente anterior aos eventos previamente conhecidos, os eventos são logicamente anteriores ao conhecimento que Deus tem deles. Isso não significa dizer que os eventos causem reversamente que pensamentos existam na mente de Deus. Mas, como proposições sobre o futuro são verdadeiras ou falsas e Deus conhece todas as proposições futuras verdadeiras, segue-se que se alguém fosse agir distintamente, o conhecimento de Deus seria distinto (CRAIG, 2000).

Sendo assim, a tentativa de apelar para a necessidade do passado torna-se infrutífera. O que realmente importante nessa situação é manter a inalterabilidade do passado e o seu fechamento causal, e isto segue sendo verdadeiro na proposta molinista, visto que nenhuma alteração do passado de fato acontece, já que os eventos são logicamente anteriores ao conhecimento que Deus tem deles. O conhecimento de Deus, embora passado, não é necessário, pois temos o poder de agir de maneira diferente e se o fizéssemos, sua presciência também seria diferente. Todos são livres para escolher livremente o que quiserem, e estas escolhas determinam logicamente o que Deus previamente conhece. A partir do fato da previsão divina, portanto, podemos inferir de maneira válida apenas o que cada pessoa irá decidir, mas não podemos inferir de forma alguma que ela toma aquela decisão particular necessariamente (CRAIG, 2000).

Para tornar o assunto ainda mais claro, podemos afirmar que a questão crucial para a nossa compreensão é a prioridade lógica dos eventos sobre o conhecimento de Deus. Pensando desta forma, fica evidente que a presciência de Deus não causa ou explica as ações humanas em nenhum aspecto, de maneira que estas permanecem livres de qualquer poder coercitivo. Semelhantemente, fica também claro que o passado de forma alguma é afetado, isto se dá em virtude de seu vínculo com os eventos que lhe são logicamente anteriores.

Assim, se nos perguntarem se Deus conhece previamente o que iremos comer no jantar de amanhã, podemos afirmar que sim. Se questionarem se podemos escolher comer algo diferente do que ele previu, também respondemos afirmativamente. No entanto, se questionados se disto segue que podemos alterar o passado, devemos devolver um sonoro “não”. Mas como é possível que tenhamos a liberdade de agir de forma diferente sem que seja possível alterar o passado? Ora, pois embora possamos agir de outra forma, não iremos, visto

que nossa ação tem prioridade lógica sobre o conhecimento de Deus, de maneira que este já teria sido diferente do que é se ação fosse distinta, mas nunca seria alterado em qualquer momento do tempo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou a viabilidade do conhecimento médio como uma ferramenta para conciliar as aparentemente incompatíveis doutrinas da predestinação, presciência divina e liberdade humana. A abordagem de Luís de Molina, revitalizada por filósofos contemporâneos como William Lane Craig, oferece uma visão sofisticada que não apenas preserva a ortodoxia de atributos divinos clássicos, mas também respeita a genuína liberdade humana.

Ao longo desta análise, vimos que embora haja objeções substanciais tanto a nível filosófico quanto teológico, o molinismo demonstra uma capacidade única de manter uma coerência interna robusta sem comprometer a integridade dos seus componentes teológicos. Os argumentos de William L. Rowe e outros cétricos, enquanto provocativos, são adequadamente contestados pela estrutura lógica do conhecimento médio, que habilmente equilibra a onisciência divina com o livre-arbítrio humano e evita a implicação indesejada de que para isso seria necessário admitirmos a possibilidade do passado ser modificado. Sendo assim, nosso questionamento inicial é respondido de maneira negativa, não sendo necessária nenhuma concessão de nossa parte diante dos argumentos apresentados.

Encerramos este trabalho reafirmando a importância de continuar a explorar e debater estas questões dentro da teologia cristã. O conhecimento médio não só oferece uma perspectiva teológica rica, mas também encoraja um diálogo mais profundo entre a fé e a razão e entre filosofia e teologia, uma conversa que é vital para o desenvolvimento de uma compreensão mais completa da providência divina e da responsabilidade humana. Este estudo é um convite para que tanto teólogos quanto filósofos aprofundem suas investigações sobre o potencial e as limitações do molinismo, explorando novas formas de aplicar esta perspectiva em diálogos que buscam responder às questões mais diversas da teologia contemporânea.

REFERÊNCIAS

CRAIG, William Lane. *The Only Wise God*. West Broadway: Wipf and Stock Publishers, 2000.

ROWE, William L. *Filosofia da Religião: uma Introdução*. Viçosa: Ultimato, 2023.

AHERN, Dennis M. *Foreknowledge: Nelson Pike and Newcomb's Problem*

LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding*. São Paulo: Abril Cultural, 1978

EDWARDS, Jonathan. *Freedom of the Will*. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Co., 1969

BOECIO. *The Consolation of Philosophy*. Nova York: The Bobbs-Merrill Co., 1962

CRAIG William Lane. *Time and eternity: exploring god's relationship to time*. Wheaton: Crossway, 2001.

O DOM DA IMAGINAÇÃO, A TEOLOGIA DO DESLUMBRAMENTO E AS SOMBRAS BRILHANTES DE CRISTO NA LITERATURA FANTÁSTICA

Giovanna Souza Daniel ¹⁶⁵
Gustavo L. Castello Branco ¹⁶⁶

¹⁶⁵ Discente do Curso de Teologia da Faculdade Internacional Cidade Viva.
E-mail: giovannasadv@gmail.com;

¹⁶⁶ Orientador: Prof. Ms. Gustavo L. Castello Branco. E-mail: gustavo.castello@ficv.edu.br.

RESUMO

A presente monografia explora o tema "O dom da imaginação, a teologia do deslumbramento e as sombras brilhantes de Cristo na literatura fantástica", destacando os contos de fadas, a fantasia e a imaginação como meios de apontar para Cristo e refletir o Evangelho na literatura. Inspirada pela visão de C. S. Lewis, a pesquisa investiga a presença de "sombras brilhantes" nas histórias fantásticas, que despertam um anseio pelo divino e transformam a percepção da realidade. A relevância dessa pesquisa reside na capacidade dos contos de fadas e da fantasia em comunicar a doutrina de Cristo de forma acessível e lúdica, promovendo o cultivo da moralidade cristã e do deslumbramento diante da vida. A metodologia adotada é de pesquisa pura, exploratória e dedutiva, utilizando-se de recursos bibliográficos para delinear as contribuições da imaginação e da literatura fantástica para a teologia. Os capítulos da monografia abordam a natureza da imaginação como um dom de Deus, a definição e aplicabilidade da literatura fantástica na esfera teológica, e as sombras brilhantes de Cristo presentes nessas narrativas. A pesquisa conclui que a literatura fantástica, ao cultivar o maravilhamento e oferecer uma perspectiva cristocêntrica da realidade, desempenha um papel fundamental na comunicação do Evangelho e no discipulado dos corações. Assim, a monografia destaca a importância da imaginação e da literatura na reflexão sobre a moralidade cristã e na promoção de uma visão do mundo permeada pelos valores do Evangelho, destacando a responsabilidade do ser humano como participante ativo na grande narrativa divina.

PALAVRAS-CHAVE:

Imaginação. Cosmovisão. Literatura fantástica. Teologia do deslumbramento. Cristocentrismo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema "O dom da imaginação, a teologia do deslumbramento e as sombras brilhantes de Cristo na literatura fantástica", de modo que tem como intuito abordar os contos de fadas, a fantasia e a imaginação como mecanismos capazes de apontar para Cristo e refletir o Evangelho através da literatura. Afinal, como preconiza C. S. Lewis, há em toda fantasia uma sombra brilhante, um vislumbre de beleza de outro mundo que desperta um anseio não apenas por aquele mundo, como também pela experiência de desejar o mundo; é uma sombra brilhante que sai do livro para o mundo real e transforma todas as coisas comuns sem que ela mesma seja alterada; uma borealidade santa, uma alteridade total que "o ajudou a observar um forro de prata brilhante em torno de nuvens terrenas, uma dimensão mais profunda das coisas terrenas comuns, um mundo além da lógica fria e da matéria" (VANHOOZER, 2017, p. 111). Essa sombra brilhante nada mais é do que uma qualidade do universo real em que se vive, mas que é melhor transmitida pela lei mágica dos contos de fadas e suas figuras de linguagem, enquanto janelas pelas quais pode-se contemplar o horizonte divino, e os lampejos fulgurantes de sua glória, isto é, como afirma 2 Coríntios 4:18, aquilo

que não se vê e é eterno, no mundo temporal e transparente.

Uma vez compreendido o tema do trabalho, faz-se mister questionar por que essa pesquisa é necessária. Em termos simples, esse tema foi escolhido pois acredita-se que, a nível teológico, os contos de fadas, a fantasia e imaginação se mostram como instrumentos capazes de elucidar o verdadeiro significado da doutrina de Cristo, de maneira simples e lúdica, através de exemplos que lançam luz às situações da vida real do indivíduo. Dessa forma, a pesquisa, ao buscar demonstrar as contribuições dos contos de fadas, da fantasia e da imaginação para a teologia, acarreta consequências práticas, tais como o cultivo da moralidade cristã e de uma postura de deslumbramento para com a vida e o mundo, aafiando o olhar do leitor para com as sombras brilhantes de Cristo no tecido da realidade.

Dessa maneira, a principal pergunta que busca ser respondida com a presente pesquisa é a seguinte: como a imaginação e a literatura podem apontar para Cristo e contribuir ativamente para a comunicação da moralidade cristã e da teologia do deslumbramento? A provável linha de resposta ao problema proposto consiste na hipótese de que, através da imaginação, a literatura fantástica auxilia na percepção de padrões da grande história nas pequenas histórias, cultivando um senso de deslumbramento ao olhar para a arte como reflexo do Evangelho, e possibilitando um contato direto com o que C. S. Lewis (VANHOOZER, 2017, p. 111) chama de “sombras brilhantes”, isto é, reflexos do próprio Cristo nas histórias criadas por aqueles que, feitos à sua imagem e semelhança, não podem evitar espelhá-lo por toda parte. Afinal, não há um único centímetro quadrado em toda a criação que não pertença a Deus, seja no mundo real, seja no mundo fantástico.

Isto posto, o objetivo principal deste trabalho é analisar como os contos de fadas, a fantasia e a imaginação refletem as sombras brilhantes de Cristo no tecido da realidade, ou seja, investigar como as histórias criadas apontam para o Criador e para a grande história que está sendo contada por Ele, contribuindo para a comunicação da moralidade cristã e da teologia do deslumbramento, de maneira a incentivar uma nova forma de ver o mundo através da lente fantástica e dos pequenos lampejos de graça e glória que permeiam a realidade.

Nesse sentido, o primeiro capítulo da monografia tem como foco a imaginação enquanto dom e atributo comunicável do Deus Criador, discorrendo acerca do mandato cultural, da arte literária e das figuras de linguagem empregadas no texto bíblico. No segundo capítulo, a pesquisa busca conceituar a literatura fantástica a partir de suas origens, características e principais aplicabilidades na esfera teológica. Seguindo essa linha de pensamento, o terceiro capítulo se aprofunda nas contribuições da literatura fantástica para a teologia, dissertando sobre as sombras brilhantes de Cristo e o verdadeiro contador de histórias, sobre quem todas as demais histórias são escritas. Por fim, no derradeiro capítulo, foi realizada uma análise da pesquisa sob a ótica da teologia do deslumbramento. Segue-se, então, as considerações finais do trabalho.

2 METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho consiste na utilização da pesquisa pura, também conhecida como pesquisa teórica, uma vez que possui como finalidade o estudo e o debate acerca do tema proposto, conceituando e delineando os contornos da moralidade cristã e da teologia do deslumbramento encontradas na literatura fantástica por meio da imaginação. Quanto à abordagem, a pesquisa se revela dedutiva, ou seja, partirá das verdades universais às particulares, que dizem respeito à realidade contextualizada do seu objeto de estudo. No caso em tela, se tem como ponto de partida a realidade absoluta de que Deus é um ser criativo, que fez o homem à sua imagem e semelhança, com mandato cultural, e que sempre contou histórias, utilizando, inclusive, da literatura como forma de comunicar a verdade do Evangelho.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se mostra exploratória, tendo como fim proporcionar maior familiaridade com o tema proposto, com vistas a torná-lo mais explícito para a comunidade acadêmica. Por último, quanto aos procedimentos técnicos, foi aplicada a pesquisa bibliográfica, pois foram utilizados livros, artigos científicos e dissertações, que foram buscados nas bases de dados do Scielo e do Google Scholar.

3. O DOM DA IMAGINAÇÃO

De acordo com a cosmovisão cristã, o drama das Escrituras é uma história com começo, meio e fim; a grande e suprema história em qual na qual toda a humanidade está inserida não somente no lugar de um observador passivo, mas de um participante ativo. Nesse contexto, a arte, em especial a literatura, revela e ressalta aspectos dessa realidade mais ampla, conduzindo o homem a um encontro genuíno com Deus, o mundo com o mundo e com a essência do que significa ser humano, e permitindo também que cumpra o seu papel designado de espelhar Cristo na criação e de expandir a lógica do jardim pelo mundo. A imaginação ajuda o homem a enxergar essa narrativa mais claramente, tanto em relação ao seu papel pessoal quanto no tocante ao enredo e ao seu verdadeiro Autor, sendo, portanto, um valioso artifício para a teologia e para a fé ao capturar e expor os vislumbres das sombras brilhantes de Cristo na realidade através da literatura fantástica.

O segundo ponto diz respeito à imaginação como método ativo de conhecer, isto é, um método capaz de revelar a realidade não apenas como ela é, mas como poderia ser, aguçando os sentidos humanos para as possibilidades do real e à sua concretude em vista dos valores abstratos. Em outros termos, por meio do contraste, a imaginação aproxima os olhos do que é real, iluminando o mundo fático com a sombra brilhante da alteridade.

Sob essa ótica, a imaginação se mostra como uma aliada do pensamento, mas que não se restringe a ele, tendo influência direta sobre as ações dos homens ao oferecer lentes pelas quais enxergam e interpretam o mundo. Com efeito, não há nada na razão que não tenha primeiro passado pela imaginação. Mas apenas imaginação e lúdico não bastam. Tem que ser boa imaginação, assumindo em si os

valores morais absolutos encontrados nas Escrituras. De certa forma, lidar com a imaginação é aprender a separar o joio do trigo, sendo necessário discernimento e sabedoria para atinar-se à distinção, de modo a extrair aquilo que é proveitoso, bom e correto, e descartar o que não o é.

Nesse tocante, uma vez que a trama bíblica passa a ser considerada, torna-se impossível não traçar paralelos e conexões entre a teologia e a literatura. Como leciona George MacDonald (1867, p. 19), a literatura age como “o meio mais fácil de fornecer o alimento” para a imaginação, de maneira a afinar os sentidos para captar o que está além da visão natural, acessível somente pela fé em Cristo.

Nas palavras do teólogo Warren W. Wiersbe (1997, p. 227 e 306), “a mente gosta de agarrar a verdade apresentada racionalmente e o coração gosta de responder à verdade apresentada imaginativamente”. Dessa maneira, a imaginação é necessária para que se estude a Bíblia com precisão, “entrando” em sua mensagem, tal qual o homem “entra” e se envolve com as histórias criadas, engajando de maneira inerentemente prática na trama da vida como revelada pelas Escrituras. Em segundo lugar, a imaginação é necessária para que se construam conexões entre esse Livro antigo e a vida real das pessoas de hoje. Em outras palavras, através das figuras de linguagem, a imaginação constrói pontes entre a razão e o coração, o pensamento e a ação, a teoria e a prática.

Desse modo, nas Escrituras, Deus, na maioria das vezes, fala através de visões, metáforas, histórias, parábolas, paradoxos ou canções, pois são esses os veículos disponíveis para a imaginação, os meios capazes de cativar não somente a razão, mas o coração, uma vez que exigem atenção e clamam por interação com o homem, incluindo-o na história. Assim, a imaginação, enquanto processo de criação de imagens e associação de sentidos, exulta através das figuras de linguagem, as quais ministram conhecimento e dão cor à vida, indo além da mera transmissão de ideias, mas permitindo que o homem “veja” e “prove/saboreie” a realidade contada nas histórias ao trazê-lo para dentro do drama.

4. LITERATURA FANTÁSTICA

Embora não seja possível datar o surgimento dos contos de fadas, pode-se presumir que coisas similares estiveram em voga desde sempre. Não obstante, apenas no século XVIII alcançaram maior difusão. Devido à formação religiosa, os irmãos Grimm e, posteriormente, Hans Christian Andersen, foram inspirados pelos princípios do cristianismo em suas obras e adaptações, passando a contar histórias marcadas pelo elemento moral. Valendo-se de narrativas rotineiras da própria infância para alcançar realismo, foram capazes de construir modelos virtuosos (dignos de serem seguidos), bem como reflexões que ressignificavam as vivências infantis através da imaginação e pela lente da fé.

Isto posto, compreende-se que a magia da fantasia não é um fim em si mesma, pois o efeito provocado pela magia da literatura fantástica não é o de rejeição da realidade, mas de deslumbramento para com ela, afiando os olhos do leitor para dimensões mais profundas do mundo de fato. O contraste traçado ao comparar a existência com o que ela não é aguça os sentidos do homem e o faz apreciar os aspectos correspondentes do lado de fora do livro, a saber, a boa

criação de Deus. Em outros termos, a “filosofia” dos contos de fadas não se esgota em si mesma, mas transforma aquilo que toca e revela aos homens o encanto que há por trás de todas as coisas existentes.

Diante disso, um fato torna-se abundantemente claro: as histórias mágicas sempre remetem à realidade ou, antes, correspondem a ela. Logo, a literatura fantástica não reflete uma ilusão ou uma mentira, mas uma luz, a saber, a luz de Cristo que, através de suas sombras brilhantes, invade o tecido da vida e ilumina o caminho para a verdade. Afinal, a humanidade também faz parte de uma história e, como ensina Chesterton, “se há uma história, há um contador de histórias” (2019, p. 73). Todas as pequenas tramas, nesse sentido, sejam fantásticas ou realistas, não passam de mais um roteiro que conduz até ele: o grande e verdadeiro Autor da realidade.

5. SOMBRAS BRILHANTES

Em termos simples, depreende-se que as sombras brilhantes preconizadas por Lewis como existentes na literatura – e não somente na literatura, embora seja este o enfoque da presente pesquisa – consistem no reflexo da luz do próprio Cristo, que invade a realidade comum com vislumbres de graça e glória, lampejos da beleza, bondade e verdade da eternidade. Tais sombras podem também ser definidas como uma experiência de alteridade que desperta o indivíduo para uma nova dimensão da existência.

Essas sombras agem como um espelho, pois recebe e representa todas as coisas que vêm da luz. Dito isso, este capítulo tem como objetivo discorrer acerca da origem da luz que atravessa tempo, espaço e mundos ficcionais; a luz que permeia razão e imaginação, mente e coração; a luz de Cristo, que não somente ilumina, mas transforma. Afinal, se existem sombras brilhantes, é natural que exista algo – ou Alguém – capaz de projetá-las. A partir do momento em que se considera o drama das Escrituras como a grande narrativa da existência, o contexto maior que confere inteligibilidade à vida dos homens e ao seu relacionamento com Deus, torna-se imediatamente impossível conceber uma história sem um Autor.

O Senhor, portanto, não se contenta em observar o drama da plateia ou, até mesmo, dos bastidores. Ele é um autor que sobe ao palco e integra a peça, um artista que se envolve com a sua obra. Ele escreve e conta a história, mas ele também é a própria história: o mito que se fez carne, a lenda que se fez fato, o Deus que se fez homem e entrou na história.

Do ponto de vista cultural, o mito figura como uma das formas narrativas mais antigas a cumprir com o objetivo de contar uma história capaz elucidar determinada cosmovisão. Assim, não é de se admirar que uma das principais ênfases da teologia imaginativa é a ideia do mito como base do cristianismo. Neste ponto, vale salientar que o conceito de mito, para os fins deste trabalho, em nada se assemelha ao de fantasia ou ficção, mas busca referenciar tão-somente a noção de relato ou narrativa capaz de explicar a condição das coisas. Destarte, entende-se por mito a essência que não se desgasta, a verdade da história que não se abala ao capricho das circunstâncias. Isto posto, quando se introduz a ideia do mito como base para o Evangelho, não se pretende diminuir o segundo ao compará-lo com

o primeiro; antes, tal comparação tem como objetivo transmitir a imutabilidade do Evangelho, a capacidade de atravessar eras e culturas, e transpassar tantos corações no passado quanto no presente, conferindo inteligibilidade e, mais que isso, sentido à vida do homem.

Conforme compreende Donald Baille, de fato muitas narrativas bíblicas foram expressas através da linguagem mítica, tendo, à título de exemplo, o mito da criação, ou o mito da queda (BAILLE, p. 245 apud MAGALHAES FILHO, 2005, p. 114). É possível, porém, ir mais longe ao afirmar que a própria fé pode ser expressa na linguagem do mito; linguagem tal que penetra fundo no imaginário humano e sobrevive às mudanças comuns às circunstâncias.

Na pessoa de Jesus, que viveu e andou entre os homens, Deus comprovou suas palavras e encarnou a lenda que era sussurrada de página em página, o mito que era contado desde o princípio. Jesus Cristo é o personagem central da história, o fundamento sob qual toda a Palavra se sustenta. Desse modo, para interpretar bem a Bíblia, sempre será necessário dispor de uma mente sujeita ao cativo de Cristo e de uma imaginação disciplinada para não ver nada "além de Jesus Cristo, e este crucificado" (STAM, 1999, p. 28-29). Em termos simples, para parafrasear Vanni, o drama bíblico "interessa-se por fatos, que devem ser interpretados à luz de Deus, o qual guia os eventos da história e lhes dá um significado que transcende a materialidade" (VANNI, 1984, p. 9). Não há outra forma. Cristo é a lente através da qual a narrativa ganha sentido. Dito isso, depreende-se que o propósito cardinal da Bíblia não é explicar somente o contexto da história humana, mas edificar a fé e alimentar a esperança ao apontar para o Autor por trás da grande história, a Pessoa por meio da qual todas as coisas foram feitas. Cristo estava presente no início da história, e estará presente até o fim.

No entanto, em grande parte das escrituras, esse fato permanece encoberto, um mistério no sentido mais alto da palavra, mas um mistério que é revelado: primeiro, no Antigo Testamento, através de profecias, promessas e alusões, e, depois, no Novo Testamento, em um tempo certo e um local determinado, através de Jesus. Nos termos imortalizados pelo Evangelho segundo João, Cristo é o Verbo que se fez carne e andou entre os homens, a luz que raiou sobre o mundo e afastou a escuridão. Em vista disso, pode-se afirmar que o próprio Cristo é a sombra brilhante que escapa das páginas do livro e invade a realidade. Ele é a verdade que reina, seja no mundo de fato, seja no mundo da imaginação, pois não existem limites ao seu senhorio.

Os fatos, portanto, se resumem a esta narrativa-mestra da qual o grande Autor faz parte, um drama que apenas ele pode dirigir e que somente através dele se pode interpretar. Na opinião de Tolkien, essa narrativa possui elementos não somente compartilhados pela estrutura mitopoética, mas também pela estrutura comum à literatura fantástica. Em termos mais claros, ele afirma o seguinte:

Os evangelhos contêm um conto de fadas, ou uma estória de uma classe maior que abarca toda essa essência dos contos de fadas. Contém muitas maravilhas, principalmente artísticas, belas e comoventes: "míticas" em seu significado perfeito e completo. Mas essa estória adentrou a história e o mundo primário; o desejo e a aspiração da subcriação foram elevados à plenitude da Criação. O Nascimento de Cristo é a eucatástrofe da história do Homem. A Ressurreição é a eucatástrofe da estória da Encarnação. Essa estória começa e termina em alegria. [...]. Essa história

é superior; e é verdadeira. A arte foi comprovada. (TOLKIEN, 2020, p. 78-79).

Aliado a isso, nota-se que, enquanto livro, a Bíblia apresenta conteúdo com forte apelo imaginativo. A literatura bíblica consiste, em grande parte, na imaginação a serviço do Reino de Deus, utilizando, para tanto, variadas figuras de linguagem que emprestam elementos da fantasia criativa e que esbanjam uma boa dose de capacidade lúdica, convidando o leitor para se envolver no enredo – o que exige vislumbrar a história com os olhos da imaginação.

6. TEOLOGIA DO DESLUMBRAMENTO

Em sua obra intitulada “Teologia do Deslumbramento”, Steve Turley (2019) afirma que há um “cinismo enraizado” nos dias modernos, ao qual se segue uma relativização profunda, tanto em relação aos valores morais da sociedade, como também no que se refere a forma como o homem vê o mundo e se enxerga na grande história. Turley, porém, oferece uma saída, uma nova lente pela qual vislumbrar a realidade através da admiração.

Isto posto, a literatura imaginativa pode ser compreendida como uma via para o encantamento primevo; de fato, a fantasia impede que o deslumbramento atrofie, pois toca no antigo instinto do assombro, do maravilhamento perante o cosmos. Em essência, ao revelarem o que a realidade não é, as histórias fantásticas incitam o leitor a contemplar tudo aquilo que a realidade de fato é, de modo a cultivar um olhar vigilante e um coração repleto de admiração para com a boa criação de Deus. Afinal, a noção de que todas as coisas foram feitas de propósito e por uma Pessoa, não pertence à uma mera fantasia derivada dos contos de fadas; trata-se uma característica real do mundo do qual a emoção e o espanto dos contos de fadas são originados. Em outras palavras, a irreverência cética e o pragmatismo cínico devem ser substituídos pelo louvor do deslumbramento.

Assim, a cada leitura de uma dessas histórias fantásticas, o homem tem a chance resgatar a capacidade de enxergar o extraordinário presente no mundo ordinário, isto é, o senso de maravilhamento e admiração perante a realidade criada e o seu Criador. E não apenas isso, mas resgatar também a gratidão perante o Senhor. Essa é a lógica dos contos de fadas: há encanto por trás de tudo o que existe e, se há magia, há também um Mágico – o deslumbramento tão-somente rasga o véu e revela a sua presença. Desse modo, maravilhar-se consiste em reconhecer o Criador por detrás da Criação.

Nesse cenário, o retorno ao deslumbramento se revela como uma disciplina necessária para todos aqueles que fazem parte do mundo criado por Deus, uma vez que, ao apontar para o Autor em cada instante, trata-se justamente da chave interpretativa que permite um olhar mais amplo e atento para com a história, um olhar que não busca somente compreender, mas contemplar, admirar, louvar.

Desse modo, gêneros literários dotados de admiração e assombro, tais como a fantasia e os contos de fadas, carregam em si um grande valor educativo para a alma, contribuindo ativamente para a comunicação do deslumbramento e do maravilhamento para com a vida. Em verdade, a peculiar perfeição de elegância e Verdade nos contos de fadas repousa precisamente nestes vislumbres de alteridade. As narrativas fantásticas, ao engajarem com o sentido da imaginação,

permitem que o leitor entre na história e a experimente de corpo e alma, mente e coração, a fim de julgá-la e discerni-la por sua capacidade de dar sentido à realidade e de “sintonizar-se” com intuições mais profundas acerca da Verdade, da Beleza e da Bondade que moram no mundo de fato. Conforme argumenta Vanhoozer (2017, p. 114), tais histórias fantásticas guardam em si o poder de despertar o homem de fé adormecida e de olhos opacos aos padrões mais significativos da vida, a fim de provar e ver a bondade do Autor, sendo ele mesmo a sombra brilhante que permeia a realidade, a luz que expulsa as trevas e resplandece na escuridão, a aurora do coração (2 Coríntios 4:6).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das reflexões trazidas por esta pesquisa, a presente Monografia buscou demonstrar como a imaginação e a literatura podem apontar para Cristo e contribuir ativamente para a comunicação da moralidade cristã e da teologia do deslumbramento no contexto da cosmovisão reformada.

A priori, a provável linha de resposta ao problema proposto consistia na hipótese de que, através do bom uso da imaginação à serviço do Reino de Deus, a literatura fantástica poderia revelar-se como um instrumento profícuo para a identificação e interpretação do drama das escrituras, tanto nas histórias inventadas quanto na grande história da qual toda a humanidade é partícipe, uma trama que possui o Senhor como Autor. Diante do exposto, porém, conclui-se que não somente a literatura fantástica auxilia na percepção de padrões narrativos na vida cotidiana, cultivando um senso de deslumbramento ao desvelar o extraordinário nos dias comuns, mas, ao educar a mente e o coração a encarar a realidade com os olhos da fé, proporciona também um contato mais íntimo com as sombras brilhantes do Evangelho de Cristo no tecido da realidade, objeto simultâneo de memória e de esperança.

A literatura fantástica, portanto, ao aliar os sentidos da fé, imaginação e razão, além de tocar no antigo ponto nevrálgico do maravilhamento para com a vida – e para a glória de Deus –, demonstra um imenso potencial lúdico, tornando imperiosa uma ampla discussão acerca dos usos do imaginário para a comunicação do Evangelho e o disciplinamento dos corações na ética do Reino. Afinal, ao criar homem e mulher à sua imagem e semelhança, concedendo a imaginação como herança do próprio dom criativo, Deus convidou a humanidade a não agir como mero participante passivo em sua grande narrativa, mas a assumir um papel ativo na história, de modo que a arte e a literatura, enquanto frutos do processo de subcriação humana, não deixam de espelhar a Palavra que foi dita no princípio, o Logos divino, que a tudo sustenta e que em tudo é refletido.

REFERÊNCIAS

CHESTERTON, Gilbert K. *Ortodoxia*. 1. ed. São Paulo: Principis, 2019.

MACDONALD, George. *The Imagination: Its Function and Its Culture*. In: *A Dish of Orts: Chiefly Papers on the Imagination, and on Shakespeare*. London: Sampson Low, Marston, 1895.

MAGALHÃES FILHO, Glauco. *O imaginário em as crônicas de nárnia*. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

STAM, J. *Comentário bíblico ibero-americano*. Argentina: KAIROS, 1999. (v. 1)

TOLKIEN, J. R. R. *Árvore e folha*. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2020.

TURLEY, Steve. *Teologia do deslumbramento*. São Paulo: Trinitas, 2019.

VANHOOZER, Kevin. *O racionalista romântico*. Brasília: Monergismo, 2017.

VANNI, Hugo. *Apocalipse: uma assembleia litúrgica interpreta a história*. Tradução de Pier L. Cabra. São Paulo: Paulinas, 1984.

WIERSBE, Warren W. *Preaching and teaching with imagination: The Quest for Biblical Ministry*. Baker Books, 1997.

O PODER DA COMUNICAÇÃO QUE TRANSFORMA: SEGREDOS DA COMUNICAÇÃO DE JESUS ¹⁶⁷

Pedro Paulo Monforte Silva Junior ¹⁶⁸

¹⁶⁷ Projeto elaborado para o Simpósio Teológico AS VIRTUDES NA TRADIÇÃO CRISTÃ promovido pela Faculdade Internacional Cidade Viva.

¹⁶⁸ Discente do Curso de Teologia da Faculdade Internacional Cidade Viva. E-mail: ppmonforte@gmail.com.

RESUMO

Nesta pesquisa, discuto a importância da comunicação em uma geração e os impactos negativos que podem resultar da mensagem por trás dessas comunicações. Também discuto sobre os riscos associados ao consumo excessivo de informações que permeia nossas vidas do despertar ao adormecer. Embora seja inegável a impossibilidade de retroceder nessa aceleração tecnológica e no acesso desenfreado à informação e conteúdo, é viável buscar abordagens e técnicas que nos permitam comunicar uma mensagem de transformação genuína, alinhada à valores, princípios e virtudes fundamentadas em uma visão cristã do mundo. A metodologia empregada aborda detalhadamente algumas estratégias para uma comunicação embasada em virtudes e valores cristãos, utilizando como inspiração os ensinamentos bíblicos e as estratégias de comunicação adotadas por Cristo, especialmente diante da predominância de uma era secular e da inversão de valores. Por fim, o artigo apresenta perspectivas e orientações para uma comunicação que seja direcionada, autoritária, fundamentada e informativa, inspirada na mensagem transmitida por Cristo, nossa maior fonte de inspiração e autoridade.

PALAVRAS-CHAVE:

comunicação que transforma, virtudes cristãs, inspiração em Cristo, inversão de valores.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo principal mostrar como nosso mundo tem cada vez mais adquirido informações, dados, estímulos, distrações, palavras, opiniões, julgamentos, diversões e em troca disso temos tido cada vez menos sabedoria, clareza, síntese, quietude, ponderações, pesquisas, atenção, observações e alegria. Somos bombardeados todos os dias com uma overdose de informações, estamos vivendo uma enxurrada de notícias e muitas dessas nos chegam sem filtros, sem critérios, e isso está nos tornando pessoas com cérebros, mentes, visões e corpos cansados e doentes.

Através de hábitos melhores para o consumo de informações, podemos enxergar a verdadeira maneira de utilizar a virtude da comunicação, através de uma cosmovisão alicerçada nos ensinamentos Bíblicos e utilizar essa virtude para propagar as fontes de verdade para uma vida de sabedoria. A experiência de vida nos traz caminhos que só entendemos quando conseguimos enxergar com imparcialidade o nosso passado e suas consequências, e com isso conseguimos também entender melhor nossas dores que já ocorreram, ou que ainda virão, pois, a vida é totalmente imprevisível. A nossa comunicação deve envolver alguns pontos específicos e fundamentais para o melhor entendimento e consequentemente um resultado de maior sabedoria.

O que estamos consumindo afeta diretamente nossa percepção e nossa verdade em relação ao mundo e suas consequências. Conforme o autor McCracken em seu livro *A Pirâmide da Sabedoria*¹⁶⁹, ter a nossa verdade questionada é ter

169 McCracken, Brett. *A Pirâmide da sabedoria.: Alimentando sua alma em um mundo pós-*

nossa própria identidade descartada. O mundo está em uma velocidade tão grande em relação ao que se é verdade ou não, que cada vez mais organizamos visões de mundo confusas e cheias de contradições. Uma pessoa pode adotar alguns aspectos do cristianismo, mas também alguns do budismo. Alguns podem apoiar as culturas orgânicas e ser contra os tomates geneticamente modificados, e ao mesmo tempo aplaudir as operações de mudança de sexo e modificações hormonais de pessoas transgênero. Isso tudo pode parecer loucura, mas é de fato como estamos vivendo.

Mas esse mundo instagramável, de uma comunicação volátil e de apontamento para muitos alvos, pode até parecer libertador, mas a grande verdade é que não é, e nem mesmo nos conduz à sabedoria. Quando aceitamos sem questionamentos essa enxurrada de comunicação e informações que nos é oferecida, passamos a aceitar que a vida é uma competição desenfreada pela individualidade performática. Temos o grande lema hoje “viva a sua vida”, porém essa comunicação tem por trás muitos princípios, valores e virtudes que podem estar sendo dilacerados por acharmos que somos autossuficientes em tudo. Essa autonomia e falsa verdade é portanto, tão exaustiva e incoerente, o que está levando o ser humano a uma fadiga nunca antes vista e as principais doenças ocasionadas atualmente, como depressão, estresse, ansiedade, entre outras.

Contudo, entendemos que o mundo e o homem desde sua criação foram criados para viverem em um contexto social e de comunidade. Em nossas culturas, seja na agricultura, seja em nossa vida social e também em nossa comunicação como comunidade, temos que desempenhar um papel de interdependência e de real necessidade do outro para sobreviver. No entanto, como afirma McCracken, entendemos que desde o início até o nosso fim, somos formados por outros. Ao contrário do que a ideia de “viva a sua vida”, somente olhando para dentro. O mundo fora das nossas cabeças define nossa existência de tantas maneiras que seria tolice ignorar.

Podemos escolher as fontes de comunicação de onde iremos extrair nossas verdades. Podemos escolher como iremos absorver essas verdades, porém não podemos escolher se é verdade ou não. Não inventamos a verdade, nós não a determinamos, apenas procuramos e aceitamos com gratidão, mesmo quando está em desacordo com nossos sentimentos ou vontades.¹⁷⁰ (MCCRACKEN, 2022, p.73, 74)

2. DESENVOLVIMENTO

Atualmente, é imperativo que a nossa comunicação esteja fundamentada em alicerces sólidos e fontes de sabedoria. Isso se faz necessário para superar a volatilidade e a superficialidade que muitas vezes permeiam as interações cotidianas, as quais o mundo promove e que nos tornam cada vez mais dependentes e impotentes diante de uma avalanche de informações que carecem

verdade. 1. ed. São Paulo: Pilgrim, 2022, p. 66, 67.

¹⁷⁰ *McCRACKEN, Brett. A Pirâmide da sabedoria.: Alimentando sua alma em um mundo pós-verdade. 1. ed. São Paulo: Pilgrim, 2022*

de substância genuína e não satisfazem os critérios de uma visão cristã de mundo. A explosão exponencial da informação na “era da informação” é impressionante. Considere uma amostra de números. Em 2019, em um único minuto na internet, acontecia a transmissão de 188 milhões de e-mails, 18,1 milhões de mensagens de texto, e 4,5 milhões de vídeos visualizados no Youtube. Em 2020, havia 40 vezes mais bytes de dados na internet do que estrelas no universo observável. Algumas estimativas sugerem que, até 2025, 463 exabytes de dados serão criados a cada dia online, o equivalente a 212.765.957 DVDs por dia. O que é mesmo um exabyte? Bem, considere o seguinte: cinco exabytes equivalem a todas as palavras já pronunciadas por humanos desde o início dos tempos. Em 2025, essa quantidade de dados será criada a cada 15 minutos¹⁷¹ (MCCRACKEN, 2022, p.29)

Assim como a glotonaria adoece nosso corpo, o excesso de informação adoece a alma. A obesidade de informação, e principalmente, informação sem contextos e sem edificação estão destruindo nossa geração a cada minuto nessa era da velocidade e falta de paciência. Conforme aponta McCracken alguns sintomas são vistos em toda sociedade e são preocupantes, entre eles temos: Ansiedade e estresse; Desorientação e fragmentação; Impotência; Paralisia de decisão e compromisso.¹⁷² Tudo isso está ocasionando uma mudança sem precedentes em nossos cérebros e em nossa maneira de pensar e agir. Quanto mais adquirimos essa quantidade exagerada de informações mais treinamos nosso cérebro para ser distraído, com isso processamos as informações de maneira rápida mas sem a devida atenção necessária e que requer respostas mais lentas e com maior sabedoria e melhor discernimento. Tudo isso nos torna vulneráveis ao comércio da atenção, através de Fake News e entretenimento barato e de vícios que destroem as virtudes e os princípios milenares e basilares do ser humano. A sabedoria descansa no silêncio. Isso pode parecer clichê, mas quando buscamos sabedoria entendemos que quanto mais tempo gastamos para tomarmos uma decisão, mais sábia será nossa resposta e melhores resultados teremos. Isso é basicamente o contrário do que vêm acontecendo com a pressa do ser humano em expressar sua vida, seus pensamentos e sentimentos para todos, sem filtro e muitas vezes sem nenhuma prudência e sabedoria. “Quem tem paciência é melhor que o guerreiro; quem tem domínio próprio é melhor que aquele que conquista uma cidade” (Pv 16.32)

Somos vulneráveis a esse universo poderoso em que nossa cultura, a comunicação e a arte foram engolidos por essa necessidade exagerada de exposição individualista e sem fundamentação e sem preocupação com os resultados que isso possa ocasionar naqueles que estão absorvendo esses conteúdos e essas informações. Hoje já é uma realidade vivermos essa cultura de exploração e exposição de qualquer coisa a qualquer custo.

Quando relatamos que nossa cultura, nossa comunicação e nossa arte está exposta e manipulada a esse cardápio exponencial de informações publicadas a todo momento e por todos, também entendemos que comunicar é tomar decisões, comunicar é fazer escolhas.

¹⁷¹ McCracken, Brett. *A Pirâmide da sabedoria.: Alimentando sua alma em um mundo pós-verdade*. 1. ed. São Paulo: Pilgrim, 2022, p. 29.

¹⁷² McCracken, Brett. *A Pirâmide da sabedoria.: Alimentando sua alma em um mundo pós-verdade*. 1. ed. São Paulo: Pilgrim, 2022.

É fundamental lembrar que para nos comunicar bem devemos entender os princípios de uma boa comunicação, e esses princípios tendem a nos exigir alguns pilares orientativos e de grande importância. O bom comunicador deve determinar o seu alvo. Deve escolher pontos de conexão em sua mensagem. Deve criar um mapa orientativo para onde quer levar o seu ouvinte com a sua mensagem. Deve internalizar a sua mensagem, compreendendo a fundo os seus sentidos e significados. E por último, o bom comunicador deve preparar tudo e treinar muito a sua mensagem, quanto mais pronunciar a sua intenção, mas verdade ocorrerá na sua mensagem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando queremos falar em virtudes sobre um contexto teológico e bíblico em relação à cultura, arte e comunicação, temos muitos caminhos e trilhas que podemos seguir. Porém nosso estudo nos condiciona principalmente à questão da perspectiva do nosso Senhor e Salvador, para que possamos entender e interpretar corretamente a verdadeira mensagem, não só para colaborar com o nosso próximo, mas também para lidarmos com nossa maneira de comunicar e agir perante nossa cosmovisão cristã.

Queremos finalizar com a maneira como Cristo transmitiu sua mensagem, mesmo estando milhares de anos antes do advento da internet e da comunicação usando tecnologias para alcançar multidões. Jesus nos ensina como mesmo Ele sendo nosso Rabi se comunicou e trouxe inspiração a todos que o acompanhavam. Jesus comunicava quem ele era todos os dias, através de suas atitudes e palavras. Conseguimos identificar em toda mensagem de Cristo, uma verdadeira aula de pós-graduação em comunicação e marketing. Ele tinha um método de divulgação e de entregar as suas mensagens.

De acordo com o comunicador e autor Daniel Brunet em seu livro *Descubra sua mensagem e multiplique seus seguidores*¹⁷³, ele descreve da seguinte maneira esse método adotado por Jesus em seu ministério para levar sua comunicação o mais longe possível e para mais pessoas. Nosso Messias tinha alguns pontos-chaves: o primeiro seria o rumo. Jesus tinha muita clareza em quem Ele era e isso é fundamental para o bom comunicador transmitir sua mensagem. Ele sabia quem Ele era, o que Ele fazia e para onde estava indo. Com essa clareza em mente fica mais fácil transmitir sua mensagem. O verdadeiro rumo de Jesus era o céu. Para isso Ele teve que morrer por nós, e assim, nos salvar. E durante sua jornada Ele falou tudo que sabia, entregou seus ensinamentos, mostrou ao mundo quem era Deus, ensinou aos discípulos, realizou milagres, enfrentou opositores e a morte. Tudo isso, para chegar ao seu objetivo verdadeiro e durante a caminhada executou o verdadeiro papel de comunicador, professor, mestre, pastor e Salvador.

O segundo ponto-chave de Jesus em sua comunicação é a autoridade. Ter autoridade em determinado assunto é fundamental para quem quer se comunicar com sucesso. Autoridade não é imposição de algo que sabemos mais que outro,

¹⁷³ BRUNET, Daniel. *Descubra sua mensagem e multiplique seguidores: Segredos da comunicação de sucesso*. 1. ed. São Paulo: Vida, 2021.

e sim inspiração, para que o outro aprenda e entenda aquilo que ensinamos. Jesus é, e foi o melhor exemplo de inspiração e autoridade naquilo que pregava e comunicava. Muitas das vezes não somos ouvidos por não sermos autoridades naquele determinado assunto. Quem tem autoridade influencia pessoas e aumenta o alcance de sua mensagem. Autoridade é conquistada com preparação, experiência e resultado, ou seja, com autoridade conseguimos resolver problemas e sair de situações complicadas. O bom comunicador necessita de autoridade naquilo que vai comunicar, por isso Jesus comunicava tão bem o que precisava, pois era a maior autoridade daquele assunto. Quem tem autoridade faz o que tem de fazer, e os outros reconhecem isso.

O terceiro ponto-chave da comunicação de Cristo foi a base. Vivemos numa sociedade de pessoas apressadas e ansiosas, que querem tudo “pra ontem”, mas o caminho para o sucesso requer tempo, conhecimento, superação e continuidade. O mesmo acontece com nossa base, ou seja, nosso conhecimento, nosso estudo, nossa formação constituem nossa base. Isso não foi diferente com Jesus, apesar de ser o maior mensageiro de todos os tempos, Ele também necessitou de tempo para sua formação antes de buscar o seu rumo. Nosso Rabi viveu duas etapas distintas de aprendizagem e formação, viveu trinta e três anos em carne e osso, e separou esse período em: antes e depois de anunciar sua mensagem.

E por último temos como ponto-chave a informação. A informação é o resultado daquilo que foi adquirido na formação, na base, e esse resultado deve ser transmitido de uma maneira que consiga ser compreendido pela maior quantidade de pessoas possível. Nosso Mestre tinha total domínio da real necessidade de transmissão de suas informações, e por isso falava a linguagem do povo. Tinha conhecimento das línguas faladas e estudadas na época, conseguia transitar por várias nações diferentes. Saber se comunicar de forma variada, leva a mensagem e conseqüentemente a informação para o mais longe possível. Além desses domínios linguísticos, nosso Rabi também usava de estratégias para transmitir suas mensagens, através de metáforas, parábolas e contando histórias por onde passava.

Por fim, Jesus tinha sua mensagem central que Ele é o filho de Deus e veio ao mundo para morrer por nós para pagar nossos pecados e voltar ao Pai. A continuidade e consistência nessa mensagem é observada com muita clareza, pois Cristo em momento algum desistiu de sua comunicação e principalmente do conteúdo de sua mensagem. Aliás, para hoje falarmos a respeito dessa mensagem e desse rumo empregado há milhares de anos, mostra que foi fundamental a maneira como Jesus nos entregou sua mensagem e como Ele foi e ainda é um comunicador que entende o poder de transformar vidas através de suas mensagens.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA , Português. Bíblia Nova Almeida atualizada. São Paulo: Sociedade bíblia do Brasil, 2017

BRUNET, Daniel. Descubra sua mensagem e multiplique seguidores: segredos da comunicação de sucesso. 1. ed. São Paulo: Vida, 2021.

McCRACKEN, Brett. A pirâmide da sabedoria: alimentando sua alma em um mundo pós-verdade. 1. ed. São Paulo: Pilgrim, 2022.

STANLEY, Andy. Comunicação que transforma: ensinar para impactar vidas. 2. ed. São Paulo: Vida, 2021.

TEOLOGIA QUE ABRAÇA A VIDA COMUM: A FORMAÇÃO DE TEÓLOGOS PARA O CUIDADO PASTORAL COMUNITÁRIO

*Jennifer Ellen Moisés de Carvalho*¹⁷⁴

¹⁷⁴ Assistente Social formada (UFRN). Especialista em Violência Doméstica da Faculdade Dom Alberto. Graduada em Teologia (FICV). Estudante de Teologia do Invisible College (InC). Missionária e Fundadora da Missão Imago Dei. Email: carvalhojen@hotmail.com.

RESUMO

Este artigo é resultado da síntese de uma pesquisa bibliográfica que possui o objetivo geral de compreender como os teólogos evangélicos estão sendo formados para atuar em áreas cruciais da existência relacionadas ao cuidado. Para isso foi realizada um levantamento sobre as grades curriculares dos seminários e faculdades denominacionais e interdenominacionais do país, o qual buscou disciplinas relacionadas ao tema do cuidado dentro dos eixos de aconselhamento, abuso espiritual, abuso familiar, abuso sexual, direitos humanos, questões étnico raciais, LIBRAS, saúde mental e sexualidade bíblica. Na pré-seleção foram encontradas 111 instituições, das quais somente 101 disponibilizaram as grades curriculares. Por fim, concluiu-se que há uma enorme defasagem na formação teológica sobre os temas buscados, ou seja, a finalidade formacional tem um teor tecnicista e não pastoral. Sendo necessário tanto a divulgação dos resultados e ampliação da pesquisa quanto uma vasta discussão em congressos e conferências locais e nacionais. Não somente sobre a defasagem encontrada na pesquisa, mas sobre os temas das disciplinas sobre cuidado para a possibilidade de elaboração de ementas e grades curriculares adequadas a cada contexto. Além disso, para aqueles que já estão formados, podem ser oferecidos cursos de capacitação continuada, disciplinas avulsas e pós-graduações dentro das lacunas temáticas.

PALAVRAS-CHAVE:

Formação Teológica. Seminários Evangélicos. Faculdades Evangélicas. Abusos. Sexualidade Bíblica.

1. INTRODUÇÃO

Considerando a história religiosa do Brasil, a presença significativa dos evangélicos é algo recente, estes começaram a se consolidar no país apenas no final do século XIX. Sua chegada aqui se deu através de diversas denominações como presbiterianos, congregacionais e batistas, em sua maioria, advindos dos Estados Unidos da América. Não com facilidade, a presença evangélica foi adentrando as cidades brasileiras, especialmente as capitais. Criaram-se jornais, escolas básicas, faculdades e seminários para formação pastoral. A formação dos clérigos evangélicos começa a engatinhar e se fortalecer com a demanda de crescimento e novos adeptos da fé, sendo necessário que os autóctones conduzissem os trabalhos pastorais e não apenas os missionários e pastores estrangeiros.

Olhando para esse passado recente, adentramos um campo desconhecido da realidade do cristão comum, a estrutura e propósito da formação de líderes eclesiais. O objetivo geral deste artigo é compreender como os líderes evangélicos estão sendo formados para atuar em áreas cruciais da existência relacionadas ao cuidado, como: Sexualidade, Abusos, Aconselhamento, Saúde mental e outras. Tem por objetivos específicos: apreender o funcionamento da formação dos líderes eclesiais; averiguar as grades curriculares dos seminários e faculdades evangélicos; analisar o cenário formativo da liderança evangélica diante das demandas pastorais cotidianas relacionadas ao cuidado.

Atualmente questiona-se os dados elevados de mulheres evangélicas que sofrem pela Violência Doméstica, crianças que sofrem Abuso Sexual, demandas crescente de pessoas com ansiedade e jovens que estão com dificuldades em lidar com múltiplas questões na sua sexualidade. Demandas que se apresentam como um cenário comum nas igrejas. A liderança eclesiástica evangélica estaria preparada para atender essas questões complexas dos dilemas humanos?

A hipótese firma-se em que esses líderes não estão capacitados, nem estarão em um futuro próximo, para tratar dessas demandas tanto como cidadãos quanto como líderes eclesiásticos. A mudança dessa situação precisa começar nos espaços formativos que, apesar de tais demandas serem recorrentes, continuam ignorando tão grave defasagem focando apenas no ensino teológico técnico e não no pastoreio com teologia aplicada.

Esta pesquisa junto aos seus resultados, mostram-se relevantes por adentrar um campo de atuação essencial e inexplorado, como a formação de lideranças eclesiásticas brasileiras. Além disso, por tangenciar temas tão sensíveis como os que abrangem o cuidado diante da integralidade humana como a sexualidade, abusos, raça, saúde mental, acessibilidade e entre outros. A demonstração da relevância também se dá na realização da vasta sistematização, antes inexistente, das instituições educacionais evangélicas brasileiras.

2. METODOLOGIA

Este artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica e documental com fins quantitativos e qualitativos. A metodologia para busca das grades curriculares se deu inicialmente por meio das instituições de ensino vinculadas à Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE) e à Associação Evangélica de Educação Teológica da América Latina (AETAL), continuada nos sites das denominações e instituições nacionalmente reconhecidas, e concluída na busca aberta no navegador Google Chrome. Com isso, o escopo foi ampliado e diversificado.

Alguns critérios na seleção foram: não serem instituições de ensino oriundas de doutrinas ligadas à seitas, serem cursos livres ou reconhecidos pelo Ministério da Educação equivalente ao nível médio¹⁷⁵ em teologia que tivessem o objetivo de formar pastores e líderes evangélicos. Foram encontradas, de forma ampla, 111 faculdades e seminários reconhecidamente evangélicos, das quais em apenas 101 deles foi possível ter êxito ao consultar as grades curriculares, por estarem públicas ou serem disponibilizadas quando solicitadas às instituições (listagem disponível na pesquisa completa).

3. A FORMAÇÃO DAS LIDERANÇAS ECLESIASTICAS NO BRASIL

Ao longo dos anos, os estudos teológicos, que antes eram restritos a pastores e seminários confessionais, começam a ser ampliados para organizações interdenominacionais e a leigos não ordenados que estavam interessados em ser

¹⁷⁵ Com duração mínima de um ano ou 900 horas.

teólogos e pesquisadores na área. Ao observar as disciplinas comuns dos cursos denominacionais e interdenominacionais oferecidos para lideranças eclesiais no país, temos matérias como: hermenêutica, exegese, línguas originais, teologia sistemática, teologia bíblica, soteriologia, apologética, filosofia, ética cristã, história da igreja, bibliologia, pregação, homilética e outras. As quais estão disponíveis na maioria das grades curriculares encontradas, com algumas exceções.

Quando observamos melhor, estas disciplinas não se detêm ao pastoreio, mas especificamente ao trabalho de pregação e ensino teológico. As formações, ainda que confessionais, preparam o futuro líder para o ensino, mas não para acompanhar as pessoas nas suas demandas cotidianas e complexas. É como se o que as pessoas formadas por esses cursos só conseguissem lidar com o ensino teológico teórico, mas sua aplicação deixada de lado.

3.1 LACUNAS FORMATIVAS E DIREÇÕES NECESSÁRIAS

Diante desse contexto, a formação dos pastores e líderes não abraça a vida de gente comum. Isso é um indicativo que os centros de ensino evangélicos estão formando técnicos em teologia ao invés de pastores. No cotidiano as demandas pastorais são mais ligadas à vivências dos membros de suas comunidades, esta pesquisa buscou fazer um levantamento de quais seriam os eixos temáticos que abrangem essas necessidades. Os temas elencados foram nove: sexualidade na perspectiva bíblica, abuso sexual infantojuvenil, violência doméstica adulta e infantojuvenil, abuso espiritual, questões étnico-raciais, direitos humanos, língua brasileira de sinais, saúde mental (psicologia geral) e aconselhamento.

Na análise dos dados das instituições que disponibilizaram as grades de disciplinas, percebemos que das 101 instituições, 40 são seminários denominacionais, 36 são seminários interdenominacionais, 17 são faculdades denominacionais e 8 são faculdades interdenominacionais.

Dentro do eixo aconselhamento temos a peculiaridade de ser a disciplina com maior taxa de aparecimento dentre as outras, 68%. Os eixos Abuso espiritual, Abuso sexual infanto juvenil e Violência familiar não foram contemplados em nenhuma instituição de ensino pesquisada, ficando com a taxa de 0%.

Em seguida tem-se o eixo direitos humanos, o qual só está presente em 17% das instituições com prevalência nas faculdades denominacionais e interdenominacionais, apenas três instituições de cursos livres possuem a disciplina. O eixo de questões étnico raciais é o segundo com menor porcentagem, apenas 8% das instituições consideram o assunto relevante. Somente as faculdades reconhecidas pelo MEC possuem a disciplina.

Na sequência temos os dados que referem-se à Língua Brasileira de Sinais, apenas 14% das instituições têm essa formação em suas grades, e dois terços delas são optativas. São as instituições reconhecidas pelo MEC que as disponibiliza, com exceção de dois seminários.

O eixo sexualidade bíblica é um dos mais negligenciados, apenas um seminário interdenominacional possui a disciplina (1%), o L'Abri Brasil. O último eixo possui a segunda maior quantidade de disciplinas rastreadas, saúde mental. Com presença semelhante como disciplina obrigatória em todos os tipos de

instituição, com algumas exceções, ela está presente em 43% das instituições.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, compreendeu-se que a formação dos líderes evangélicos na atuação de áreas essenciais relacionadas ao cuidado está bastante prejudicada, visto que os eixos temáticos centrais selecionados pela pesquisa como aconselhamento e saúde mental ainda têm presença em torno de, respectivamente, 70 e 40% das instituições pesquisadas, mas disciplinas dentro de temas como direitos humanos, LIBRAS, questões étnico raciais estão presente em menos de 20%. Além disso, disciplinas como sexualidade bíblica só é ministrada em 1% das instituições. Por fim, disciplinas nas áreas de abuso sexual, abuso espiritual e violência doméstica não são atendidas por nenhuma das 101 instituições às quais a pesquisa teve acesso às grades curriculares.

Diante disso, confirmou-se a hipótese inicial de que esses líderes não estão capacitados para atender e lidar com esses dilemas humanos tão emergentes. O quadro geral também deu indicativos de que esse cenário não deve mudar de forma tão rápida, se a mudança acontecer será lenta ou mediante alguma situação abrupta que force a transformação. Vale salientar o sofrimento causado tanto aos membros das igrejas locais, quanto aos pastores, todos se encontram angustiados diante de tais demandas.

Ademais, faz-se necessário uma conscientização da realidade encontrada nesta pesquisa, congressos e debates sobre tal assunto como também sobre os eixos temáticos das disciplinas analisadas. Sugere-se mais pesquisas, mais discussões, além da elaboração de ementas e grades curriculares para suprir as lacunas disciplinares expostas até aqui. Além disso, aqueles que já estão formados podem fazer cursos de capacitação continuada, disciplinas avulsas e pós-graduações nos eixos temáticos defasados.

REFERÊNCIAS

BAVINCK, Herman. A certeza da fé. Tradução de Fabrício Tavares de Moraes. Brasília: Monergismo. 2018. E-book. 102 p.

BENDITAS. Vida & sexualidade: os desafios da mulher cristã Contemporânea. Invisible College e Blog Benditas: Goiânia, 2021. Disponível em: <https://benditas.blog/vida-e-sexualidade/>. Acesso em: 29 set. 2021.

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Nova versão transformadora. São Paulo: Mundo Cristão, 2016.

CARVALHO, Jennifer. “Eu não sou guarda da minha família”: a violência doméstica como ausência de capital moral. In: Invisible College. 10 de Jan. 2024. Disponível em: <https://theinvisiblecollege.com.br/eu-nao-sou-guarda-da-minha-familia-a-violencia-domestica-como-ausencia-de-capital-moral/>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

CARVALHO, Jennifer. O impacto da Violência Doméstica, Psicológica e Espiritual na Certeza da Fé. Invisible College. 19 de Jul. 2023. Disponível em: <https://theinvisiblecollege.com.br/o-impacto-da-violencia-domestica-psicologica-e-espiritual-na-certeza-da-fe/>. Acesso em: 19 Jul. 2023.

LEITE, F. M. C. et al. Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil. *Revista Saúde Pública, São Paulo*, v. 51, n. 33, p. 1-12, 2017. Disponível em: *Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil*. Acesso em 1 Mar. 2022.

MATOS, Alderi de Souza. Breve história do protestantismo no Brasil. *Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB*. [s.l.], v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifae/article/view/27>. Acesso em: 06 Nov. 2023.

PEARCEY, Nancy. *Ama o teu corpo: Contrapondo a cultura que fragmenta o ser humano criado à imagem de Deus*. Tradução de Marcelo Siqueira. Rio de Janeiro: CPAD, 2020.

Versão Kindle.

AMIZADE ARISTOTÉLICA E COMPANHIA DOS SÁBIOS TEMENTE DE YAHWEH EM DIÁLOGO: A AQUISIÇÃO DA RAZÃO PRÁTICA E DO CARÁTER VIRTUOSO

*Leonardo Paulino Alves*¹⁷⁶

¹⁷⁶ Discente do Curso de Teologia da Faculdade

Internacional Cidade Viva. E-mail:

leopaulino10@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca contribuir para o preenchimento da lacuna, nas investigações éticas, que o papel da amizade tem para o desenvolvimento de um caráter virtuoso. Para esse fim, foi oferecido um diálogo entre duas tradições morais que dão grande valor à amizade com vistas a esse fim ético, a abordagem da ética da virtude de linha aristotélica e a visão hebraica, conforme apresentada na literatura de sabedoria do Antigo Testamento e exposta nos livros de Provérbios e Jó. A amizade é fonte de virtude, segundo o filósofo grego, porque os bons querem o bem entre seus companheiros de virtude, por amor do próprio amigo. A proposta aristotélica consiste, portanto, em desfrutar da companhia daqueles que são ávidos quanto à aquisição da virtude. Em Provérbios e Jó, literatura sapiencial do Antigo Testamento hebraico, a companhia dos sábios que temem o Deus do pacto e apresentam sua amizade literária como fonte para o desenvolvimento deste temor, são a fonte para o desenvolvimento do caráter virtuoso. As convergências e distanciamentos das duas abordagens são igualmente trabalhadas na presente pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE:

Caráter sábio. Ética aristotélica. Literatura sapiencial do Antigo Testamento..

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da virtude, isto é, o aprimoramento da excelência moral, é interesse de todo aquele envolvido com o florescimento humano, tanto no tocante ao próprio self quanto àqueles que o cercam num contexto de coletividade e sociedade como um todo.

Com vistas pois à realização desse papel (que atinge tanto o campo subjetivo quanto o coletivo, ou seja, o eu e o outro), o tema da presente pesquisa consiste na apresentação das características daqueles cujo impacto intelectual e influência moral, na condição de amigos moralmente sábios do próximo, contribuem para promover a aquisição e desenvolvimento tanto da razão prática como do caráter virtuoso com respeito a indivíduos mas também em termos de tradição a ser legada de uma geração a próxima no contexto de sociedade.

Assim sendo, esse trabalho visa investigar, a partir da hermenêutica da ética da virtude, de modelo aristotélico-tomista, como o desenvolvimento do caráter de traço virtuoso se dá, inevitavelmente, a partir da escolha moral de determinado tipo de amizade, seja literária seja de vivo convívio, com aqueles cuja sabedoria legou a estes mesmos (agora fonte de desenvolvimento virtuoso para outros) determinados traços de caráter.

Para o desenvolvimento de tal investigação, a pesquisa busca descrever um modelo de ética de virtude, fruto da interação aristotélica e tomista. A partir do uso de tal modelo, legado pela tradição da filosofia moral, a pesquisa procura também fazer dialogar a proposta aristotélica de amizade, apropriada a partir de lentes tomistas, e a companhia dos amigos sábios, conforme são estes, intelectual e eticamente, apresentados na literatura veterotestamentária sapiencial do

livro de Provérbios e de Jó, diálogo este que discute como se dá a aquisição e o desenvolvimento da razão prática e do caráter virtuoso. O trabalho propõe ainda, a partir desta interação entre a referida tradição moral da ética da virtude ocidental e o legado judaico da literatura de sabedoria bíblica oriental, comparar as aproximações bem como distanciamentos entre ambas as tradições quanto à formação intelectual do caráter virtuoso.

De interesse das ciências humanas, a exemplo da sociologia e da psicologia, a presente sociedade experimenta uma crise preocupante no tocante aos relacionamentos pessoais. MAGALHÃES (2015) apresenta tal condição como “consequência da liquidez da sociedade e da virtualização das relações. Com efeito, essas duas situações provocam deturpações na concepção de pessoa, dentre elas, o individualismo que gera descompromisso com o outro”¹⁷⁷. Situando-se no contexto de uma espécie de abandono virtual das relações, Leal e Neves (2021) falam da

[...] relação tóxica diante do cenário atual chamado de cancelamento, como busca de uma prática de ‘relação de poder’, utilizada como linguagem psicossocial [...] A internet, especialmente dentro das redes sociais, pode tanto aproximar pessoas distantes fisicamente e facilitar seu contato, trazendo informação, mas ao mesmo tempo, provocar o distanciamento, a partir do cancelamento.¹⁷⁸ (LEAL; NEVES, 2021, p.3)

Abandono do outro, descompromisso com o próximo, cultura do cancelamento são sintomas da crise de relacionamentos experienciada no contexto da “modernidade líquida”¹⁷⁹. Diante da inquestionável conjuntura da fragilidade das relações, segue a problemática: Não seria a amizade sapientemente virtuosa um caminho a ser contemplado como possível incentivo a relacionamentos duradouros e moralmente saudáveis com vistas ao florescimento humano, tanto individual quanto coletivo? Ao que parece, os estudos éticos não parecem estar apercebidos quanto a essa possibilidade. Escrevendo na década de oitenta do século passado, MEILAENDER (1981, p. 1), após chamar a atenção para a ênfase dada à amizade no mundo greco-romano, diz:

Seria difícil, se não impossível, encontrar um eticista contemporâneo — filosófico ou teológico — que, ao escrever uma introdução básica à ética, desse à amizade mais do que um olhar passageiro. De fato, tendo sido por algum tempo no período moderno a província de ensaístas ... a amizade agora parece ter caído a um estado ainda mais baixo: um livro sobre amizade agora significa, muitas vezes, uma coleção de pequenos ditos, atraentemente ilustrada, intencionada como um presente e vendida em uma drogaria.¹⁸⁰ (MEILAENDER,

177 Disponível em https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=16939. Visitado em 29/09/2022

178 P. 3

179 A expressão *cunhada* pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman.

180 *Friendship: A Study in Theological Ethics*

Vesely (2019, p. 50), em sua obra sobre amizade, produzida quase trinta anos depois do trabalho de Meilaender, ecoa o lamento deste, constando que a situação aparenta não ter mudado no tocante à investigação acadêmica quanto ao tópico da amizade de um ponto de vista ético:

A queixa de Meilaender de que a amizade é um tema raro nos estudos éticos contemporâneos é de fato lamentável. Embora tenha havido publicações mais recentes sobre o assunto do que as palestras do século IV a.C. de Aristóteles, como a própria obra de Meilaender, até onde do meu conhecimento, não houve discussão sistemática da amizade na Bíblia do ponto de vista expresso da ética da virtude em erudição contemporânea. ¹⁸¹ (VESELY, 2019, p.50)

A perspectiva da presente pesquisa consiste pois numa análise do conceito de amizade nos livros sapienciais de Provérbios e Jó, a partir da ótica da ética da virtude aristotélico-tomista, com vistas ao próprio papel social que a amizade intelectualmente virtuosa tem a cumprir no contexto da relação entre indivíduos e da tradição ética legada dentre de um contexto de comunidade.

O presente projeto visa portanto contribuir para o preenchimento desta lacuna dos estudos da ética filosófica e teológica, se somando assim às vozes que buscam por fim a este silêncio duradouro sobre o tópico da amizade como virtude (posto que amizade com os que são intelectual eeticamente virtuosos, é, no final das contas, amizade com a própria virtude), levando em conta, em particular, a literatura sapiencial veterotestamentária, considerando igualmente a relevância que a temática tem como enfrentamento para as dificuldades vividas na contemporaneidade no que diz respeito aos relacionamentos humanos saudáveis.

3. METODOLOGIA

A abordagem metodológica consiste numa pesquisa exploratória, com uso de fontes bibliográficas primárias e secundárias, para fins de apresentação qualitativa.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 INTRODUÇÃO À ÉTICA DA VIRTUDE DE MODELO ARISTOTÉLICO-TOMISTA

Nesta seção é oferecido um conceito de ética de virtude conforme desenvolvida por Aristóteles e apropriada por Tomas de Aquino em sua busca por síntese entre a abordagem ética da aquisição da virtude feita pelo filósofo grego e a Teologia cristã.

181 *Friendship and Virtue Ethics in the Book of Job.*

4.2 A COMPANHIA DOS SÁBIOS COMO FONTE DE DESENVOLVIMENTO DO CARÁTER VIRTUOSO EM PROVÉRBIOS

Neste ponto, o trabalho busca oferecer o conceito sapiencial, encontrado no livro de Provérbios, quanto ao caráter virtuoso, demonstrando que a aquisição de tal conjunto de traços éticos (ou seja, o caráter virtuoso) parte do status de ser temente do Deus do Pacto, Yahweh. Tal condição é interior (virtude aqui entendida como inclinação, afeições e percepção do mundo conforme o Criador) mas, ao mesmo tempo, depende do tipo de convivência que alguém adota. Sem a companhia dos sábios tementes a Yahweh, cuja orientação e influência divinamente inspirada, encontram-se acessíveis no próprio livro de Provérbios (ou seja, desprovido destes amigos literários, amigos, eles próprios, do próprio Deus) o indivíduo compromete o desenvolvimento do caráter virtuoso.

4.3 AS VIRTUDES QUE CARACTERIZAM OS AMIGOS VERDADEIRAMENTE SÁBIOS NO LIVRO DE JÓ

O diálogo, em tom confrontador e, por vezes, acusatório, entre Jó e seus amigos, serve à construção dos traços de caráter que devem caracterizar os amigos que são fonte do desenvolvimento do caráter sábio no outro, isto é, se prestam ao papel levar o próximo à reverência que aprecia a Yahweh pelo que Ele é. Neste ponto, portanto, o trabalho oferece os traços virtuosos daqueles que buscam levar seu companheiro à condição de sábio conforme a literatura sapiencial do Antigo Testamento.

4.4 AMIZADE ARISTOTÉLICA E COMPANHIA DOS SÁBIOS TEMENTES DE YAHWEH: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Como modelo moral e hermenêutico, a ética das virtudes conforme desenvolvida por Aristóteles e adquirida num contexto de amizade virtuosa oferece auxílio como referencial de leitura e interpretação do modelo de desenvolvimento do caráter virtuoso na companhia dos amigos verdadeiramente sábios conforme as abordagens dos livros de Provérbios e Jó. Mas também há distanciamentos entre ambas as propostas. Para esta última, em particular, não há verdadeira aquisição de razão prática e desenvolvimento constante de virtude moral à parte de um relacionamento com o Deus Criador que entrou em pacto com os descendentes de Abraão, numa aliança tornada segura e eterna na Pessoa e Obra do Mediador perfeito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesquisabuscouresgatar opapelqueamizadetemquantoaodesenvolvimento do caráter virtuoso, tanto a partir da tradição moral ocidental aristotélica quanto da tradição hebraica encontrada na literatura sapiencial do Antigo Testamento, mantidas em diálogo que ofereceu as concordâncias e os distanciamentos.

O livro de Jó teve o seu significativo destaque posto que ofereceu uma

dinâmica de amizade de significativo valor já que destaca os traços virtuosos dos amigos capazes de ajudar seu próximo especialmente num contexto de sofrimento e perda. O que é preciso ser, em termos de virtudes moldadas pela sabedoria, a fim de capaz de ajudar os que passam por tremenda e profunda dor? Sem dúvida, diante de um mundo que cresce em angústia, tristeza, dor, abandono e falta de propósito, desenvolver pesquisas que tratem dos traços virtuosos dos verdadeiros consoladores se fazem relevantes e urgentes.

REFERÊNCIAS

ARISTOTLE. *Nicomachean Ethics*. J. Bywater, Ed.. Texto grego. Perseus tufts. Disponível em: <https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0053> Acesso em: 29/09/2022.

BROWN, William P. *Character in crisis: approach to wisdom literature of Old Testament*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans Publishing, 1996.

COSTA JÚNIOR, Josias da. *O caminho da caminhada dificuldades e desafios da pesquisa teórico-bibliográfica nos estudos de religião em como estudar as religiões*. Vozes.. Petrópolis, RJ, Vozes, 2018. E-book. Kindle.

KEEFER, Arthur Jan. *The book of Proverbs and virtue ethics*. Cambridge University Press: United Kingdom, 2021.

LEAL, Rodrigo Silva; NEVES, Wallasce Almeida. *A cultura do cancelamento nas redes sociais: uma visão da psicossociologia e suas consequências no aspecto sociocultural e histórico*, 2021. Rede de ensino Doctum. Disponível em : <https://dSPACE.doctum.edu.br/handle/123456789/3845> Acesso em: 29/09/2022.

MAGALHÃES, Thayrone Moreira. *A amizade aristotélica como possível solução para a Crise de Relações do Século XXI*, 2015. JurisWay. Disponível em https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=16939. Acesso em: 29/09/2022.

MEILAENDER, Gilbert. *Friendship: A Study in Theological Ethics*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 1981. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/horizons/article/abs/friendship-a-study-in-theological-ethics-by-gilbert-meilaender-notre-dame-in-university-of-notre-dame-press-1981-x-118-pages-995-the-theory-and-practice-of-virtue-by-gilbert-c-meilaender-notre-dame-in-university-of-notre-dame-press-1985-xi-191-pages-895-paper/6FDEB5CCDD6346890779672B0F0FB8A4> Acesso em: 29/09/2022.

OLYAN, Saul M.. *Friendship in the Hebrew Bible*. New Haven and London: Yale University Press, 2017.

ROSENBERG, A.J. *Bíblia hebraica*. Chabad. Disponível em https://www.chabad.org/library/bible_cdo/aid/63255/jewish/The-Bible-with-Rashi.htm

VESELY, Patricia. *Friendship and virtue ethics in the book of Job*. Cambridge University Press. United Kingdom, 2019.